

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**URBANIZAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA  
NOS MUNICÍPIOS DA AMAZÔNIA LEGAL CRIADOS APÓS 1988**

Regina de Souza Maniçoba

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr. Marília Steinberger

Tese de Doutorado

Brasília-DF: Junho / 2006

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**URBANIZAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA  
NOS MUNICÍPIOS DA AMAZÔNIA LEGAL CRIADOS APÓS 1988**

Regina de Souza Maniçoba

Tese de Doutorado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Doutor em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Política e Gestão Ambiental.

Aprovado por:

---

Marília Steinberger, Doutora (USP)  
(Orientador)

---

Magda Eva Soares de Faria Wehrmann, Doutora (UnB)  
(Examinador Interno)

---

Maria Augusta Almeida Bursztyn, Doutora (Universidade Paris VI, França)  
(Examinador Interno)

---

Neli Aparecida de Mello, Doutora (USP/Université de Paris X Nanterre)  
(Examinador Externo)

---

Henrique Villa da Costa Ferreira, Doutor (UnB)  
(Examinador Externo)

Brasília-DF, 16 de junho de 2006.

Brasília, 16 de junho de 2006.

MANIÇOBA, REGINA DE SOUZA

Urbanização e qualidade de vida nos municípios da Amazônia Legal criados após 1988, 269 p., (UnB-CDS, Doutor, Política e Gestão Ambiental, 2006).

Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável.

1. Urbanização

2. Cidades

3. Qualidade de vida

4. Criação de novos municípios

I. UnB-CDS

II. Título (série)

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta tese e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta tese de doutorado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

---

Regina de Souza Maniçoba

A meu pai, João Cícero Maniçoba, minha mãe, Aldenoura e minha irmã, Natália pelo estímulo intelectual que me concederam e o muito que me apoiam e ensinam.

## AGRADECIMENTOS

A Deus que me dá força...

Aos meus pais, Cícero Maniçoba e Aldenora, bravos e incansáveis lutadores de sol a sol que vieram para a nova capital em busca de seus sonhos e aqui venceram. Por abrirem mão de suas vidas para me ajudar sempre que precisei, pela dedicação e batalha diária para nos oferecer o melhor, sempre. Essa tese é dedicada a vocês.

À minha irmã Natália, exemplo de dedicação aos estudos e inteligência que sempre procurei seguir. Por sempre estar disposta a parar sua vida para fazer o que quer que seja por mim. Essa tese também é dedicada a você.

A meu irmão Leonardo, pela leitura dos primeiros originais da tese, pela contribuição com a revisão do texto e por ouvir pacientemente *As Estratégias para o Século XXI*. E também por sua atenção e amizade.

À minha orientadora, Marília Steinberger que nessa mais de uma década de trabalho conjunto na Universidade de Brasília transformou-se numa grande amiga, pela orientação sempre tão acertada, pela preocupação, incentivo, confiança e até pelos “puxões de orelha” nas horas mais críticas.

À professora Neli Aparecida de Mello que acompanhou a tese desde os primeiros momentos e contribuiu com seus conhecimentos, sugestões e idéias para a seleção do tema e, posteriormente, no desenvolvimento deste. Por sua amizade, simpatia, atenção e por se colocar sempre à disposição para me receber e conversar sempre que eu necessitava.

Ao professor João Nildo, “meu mentor espiritual”, que tão bem me recebeu no CDS e me fez tirar os olhos de Brasília e descobrir o “admirável mundo novo” que é a Amazônia. Pela orientação na escolha do tema, apoio na horas e nas decisões mais difíceis e pela oportunidade que me deu de participar na organização da Biblioteca do CDS.

Aos professores do CDS que tão bem conduziram as disciplinas do Doutorado e cujos conhecimentos passados estão de certa forma refletidos nesta tese. E em especial o Professor Hervé Thery, que tanto nos ensinou sobre a Amazônia e pela transmissão dos conhecimento sobre a utilização do programa PHILCARTO, que possibilitou a elaboração dos mapas contidos neste trabalho.

Aos funcionários da Secretaria, Ana Paula, Antônio, Willian, Tiana, Fernanda e a ex-funcionária Maria, que se transformaram em grandes amigos, pelo convívio e amizade.

Aos grandes amigos da Biblioteca, Lucivaldo Barros e Thaíssa Aranha, que ao longo destes anos sempre estiveram me incentivando, ouvindo minhas dúvidas e sempre tentando ajudar no que fosse preciso.

Ao amigo inseparável Pedro Henrique Fleury, que tão compreensivamente teve de abrir mão de sua amiga em favor da tese e que nesses quatro anos nunca se cansou de perguntar: - E aí, terminou? E ao amigo Alexandre Fleury, meu consultor pelo auxílio com o computador, nos momentos de caos total e no trabalho cansativo de levantamento de dados na internet.

Aos amigos da Família Neves, sempre tão presentes e dispostos a ajudar. Em especial à amiga Carmem Nazaré, chefe máxima da *Comissão de Apoio e Infra-Estrutura das Dissertações e Teses da Regina*. Pelo pontapé inicial nessa caminhada, ao trazer o folheto do processo de seleção, pelas caronas, entrega das cópias e por tudo que me ajudou. E ao amigo José Márcio que me auxiliou no segundo passo, na inscrição, pelas críticas ao longo de todo o trabalho que contribuíram para que este fosse à frente e pela ajuda com a preparação da apresentação final. Ao amigo Sullivan, sempre vivenciando na minha frente as agruras do processo de Mestrado e Doutorado e me ensinando o caminho das pedras.

Aos amigos de longe, Ricardo Silva, Rodrigo Machado, Marcelo Cardozo, Fabíola Lucy, Rodrigo Alexandre, Thiago Caon e Cristiano Reis e aos amigos de perto, Sandrinha, Fernando, Juan, Alianete, Betânia, Kênia, Willian, Luciano, Luiz, e à grande família da Cojaer, que todos estes anos ouviram pacientemente minhas reclamações, dúvidas, incertezas, medos e lamentações e estiveram sempre contribuindo com seus conselhos, apoio e atenção.

Aos amigos da Corpo e Arte, ao Patrick pela ajuda com o computador e com a impressão, ao Felipe pelo apoio nos momentos finais, à Dona Cleonice e Regina Pontes pela incentivo e preocupação ao longo da difícil etapa de finalização.

Aos amigos Rodrigo Afonso pela ajuda com o Resumé. À amiga Stefanie Cunha e ao Coordenador da Pós-Graduação, professor José Augusto Drummond pela elaboração do Abstract. E também, à Margaret pela revisão do texto e por tão pacientemente ter compreendido meus inúmeros adiamentos na entrega da versão final.

Aos membros desta banca, professora doutora Magda Faria, professora doutora Maria Augusta Burzryn, professora doutora Neli Aparecida de Mello e doutor Henrique Villa da Costa Ferreira que, com suas observações e experiências, possibilitaram uma releitura e aprofundamento da temática tratada.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo indispensável apoio financeiro.

## RESUMO

Por muito tempo, a criação de novos municípios no Brasil se manteve contida graças a inúmeras exigências impostas, principalmente, durante o período do governo militar. No entanto, essa situação se alterou a partir da Constituição de 1988, onde critérios menos rígidos para criação e desmembramento de municípios foram estabelecidos, fazendo com que o número de novos municípios aumentasse de forma significativa. No caso particular da Amazônia Legal, o aumento do número de municípios foi bastante expressivo. O presente trabalho teve como intuito analisar a qualidade de vida dos novos municípios na Amazônia Legal. Nesse sentido, selecionaram-se quatro indicadores (saúde, educação, saneamento e renda) para se realizar uma análise comparativa entre municípios criados após 1988 e os que destes foram desmembrados. Os resultados obtidos a partir da comparação dos dados (que tiveram como fonte os Censos Demográficos de 1980 e 2000) permitiram concluir que, na maior parte dos municípios analisados, houve de fato uma melhoria na qualidade de vida da população. Tal constatação contribui para revelar outro aspecto relacionado à discussão sobre a criação de novos municípios, que é o da qualidade de vida, diferentemente do debate tradicional que a relaciona somente à busca, por parte dos governos locais, em auferir recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), provenientes do Governo Federal.

## **ABSTRACT**

For many years, the creation of new municipalities in Brazil was restricted, due to strict requirements, especially during the phase of military rule (1964-1984). Since the enactment of the Brazilian Constitution of 1988, however, it became much easier to create new municipalities, the number of which has grown significantly, particularly in the “Legal Amazonia” region. The present thesis studies the quality of life of the people who live in all new municipalities located in this region. In order to make a comparative analysis of these municipalities, four indicators were selected, namely health, education, sanitation and income. Data taken from the 1980 and 2000 censuses led to the finding that quality of life improved in the vast majority of municipalities under examination. This finding brings up the consideration of quality of life as a factor in the creation of new municipalities. This factor must be taken into account in the discussion about the matter of the creation of new municipalities, in order for it to go beyond the traditional explanation that the surge of new municipalities is explained solely by their enhanced access to funds transferred by the federal government.

## RESUMÉ

La création de nouveaux municipes au Brésil a été pour longtemps contenue grâce à l'imposition d'innombrables exigences, surtout pendant la période de la dictature militaire. Cependant, cette situation s'est modifiée depuis la Constitution de 1988, où des critères moins rigides pour la création et démembrement de municipes ont été établis, en sorte que le nombre de nouveaux municipes augmente de façon considérable. Dans le cas particulier de l'Amazonie Légale, l'augmentation du nombre de municipes a été assez expressive. Ce travail-ci a comme but analyser la création de nouveaux municipes dans l'Amazonie Légale e dans cette thématique évaluer les conséquences de la création de nouveaux municipes en ce qui concerne l'amélioration ou l'aggravation de la qualité de vie de sa population. Dans ce sens-là, on a sélectionné quatre indicateurs (santé, education, installations sanitaires et revenu) pour réaliser une analyse comparative entre des municipes créés après 1988 et ceux qui en ont été démembrés. Les résultats obtenus à partir de la comparaison des données (dont les sources sont les recensements de 1980 et 2000) ont permis de conclure que, dans la plupart des municipes analysés, il y a eu, de fait, une amélioration de la qualité de vie de la population. Telle constatation contribue à la démythification de l'idée de la créaton de nouveaux municipes comme un facteur nuisible aux conditions de vie de la population, tout en révélant d'autres aspects liés à la discussion à propos de la création de nouveaux municipes, différemment du débat traditionnel qui la lie à la détermination, de la part des gouvernements locaux, à empocher des ressources du Fond de Participation des Municipes (FPM), provenus du Gouvernement Fédéral.

## SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE TABELAS

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LISTA DE SÍMBOLOS

|          |   |    |
|----------|---|----|
|          | <b>INTRODUÇÃO</b>   | 1  |
| <b>1</b> | <b>A HISTÓRIA E O PROCESSO DE CRIAÇÃO DE MUNICÍPIOS NO BRASIL E NA AMAZÔNIA</b> | 7  |
| 1.1      | HISTÓRIA DA AUTONOMIA MUNICIPAL NO BRASIL POR MEIO DAS CONSTITUIÇÕES            | 7  |
| 1.2      | O IMPULSO DA CONSTITUIÇÃO PARA A CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS NO BRASIL          | 19 |
| 1.3      | AS PRINCIPAIS MOTIVAÇÕES PARA SE CRIAREM NOVOS MUNICÍPIOS                       | 24 |
| 1.4      | O PODER POLÍTICO DAS CIDADES  | 27 |
| <b>2</b> | <b>SUSTENTABILIDADE URBANA COMO CONDIÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA</b>               | 32 |
| 2.1      | DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O DESAFIO URBANO                                  | 32 |
| 2.2      | A SUSTENTABILIDADE NAS CIDADES  | 37 |
| 2.3      | CONTROVÉRSIAS SOBRE O CONCEITO DE QUALIDADE DE VIDA                             | 56 |
| <b>3</b> | <b>TERRITÓRIO, CIDADE E URBANIZAÇÃO: BASES CONCEITUAIS E HISTÓRICAS</b>         | 64 |
| 3.1      | O CONCEITO DE TERRITÓRIO  | 64 |
| 3.2      | O CONCEITO DE CIDADE  | 66 |
| 3.3      | O CONCEITO DE URBANIZAÇÃO   | 75 |
| 3.4      | O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NO MUNDO E NO BRASIL                                  | 79 |

|          |   |            |
|----------|---|------------|
| <b>4</b> | <b>O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E URBANIZAÇÃO NA AMAZÔNIA LEGAL.....</b>  | <b>93</b>  |
| 4.1      | A CRIAÇÃO DOS PRIMEIROS POVOADOS NA AMAZÔNIA – O CICLO DAS ‘DROGAS DO SERTÃO’ – SÉCULOS XVII e XVIII..... | 94         |
| 4.2      | O INÍCIO DA URBANIZAÇÃO – A CRIAÇÃO DAS CIDADES PRÓXIMAS AOS RIOS.....                                    | 99         |
| 4.3      | A AMAZÔNIA DAS ESTRADAS E A IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE COLONIZAÇÃO DIRIGIDA.....                          | 104        |
| 4.4      | DESCONCENTRAÇÃO E REDUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS GRANDES CIDADES.....  | 119        |
| <b>5</b> | <b>BREVE CARACTERIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA NOS NOVOS MUNICÍPIOS DA AMAZÔNIA LEGAL POR ESTADO.....</b>  | <b>121</b> |
| 5.1      | CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....   | 121        |
| 5.2      | PERFIL DOS NOVOS MUNICÍPIOS.....  | 160        |
| <b>6</b> | <b>CRITÉRIO DE ESCOLHA DOS MUNICÍPIOS E INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA.....</b>                         | <b>166</b> |
| 6.1      | SELEÇÃO DOS MUNICÍPIOS.....   | 166        |
| 6.2      | SELEÇÃO DOS INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA.....   | 170        |
| <b>7</b> | <b>ANÁLISE DA QUALIDADE DE VIDA NOS NOVOS MUNICÍPIOS.....</b>   | <b>177</b> |
| 7.1      | CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA E HISTÓRIA DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS.....                                    | 177        |
| 7.2      | INDICADOR SAÚDE.....  | 231        |
| 7.3      | INDICADOR EDUCAÇÃO.....   | 234        |
| 7.4      | INDICADOR SANEAMENTO.....   | 237        |
| 7.5      | INDICADOR RENDA.....  | 240        |
|          | <b>CONCLUSÕES.....</b>  | <b>245</b> |
|          | <b>REFERÊNCIAS.....</b>   | <b>252</b> |
|          | <b>ANEXO</b>  |            |

## LISTA DE FIGURAS

|  |     |
|--|-----|
| FIGURA 1 – Pirâmide das necessidades humanas - Maslow.....   | 59  |
| FIGURA 2 – As primeiras cidades – locais de surgimento.....  | 68  |
| FIGURA 3 – Pressão consolidada e incipiente no bioma Amazônia.....   | 91  |
| FIGURA 4 – Arco do desmatamento.....   | 92  |
| FIGURA 5 – Fortes e missões religiosas na Amazônia.....  | 97  |
| FIGURA 6 – Cidades da Região Norte fundadas antes de 1960.....   | 101 |
| FIGURA 7 – População urbana e total, 1950 .....  | 103 |
| FIGURA 8 – Fluxos migratórios para a fronteira.....  | 114 |
| FIGURA 9 – Migrações internas.....   | 114 |
| FIGURA 10 – Grau de urbanização, Amazônia Legal - 1960.....  | 117 |
| FIGURA 11– Grau de urbanização – Amazônia Legal, 2000.....   | 118 |
| FIGURA 12 – Mapa de localização da Amazônia Legal.....   | 122 |
| FIGURA 13 – Estado do Acre – limites municipais.....   | 124 |
| FIGURA 14 – Evolução da malha municipal do Acre.....   | 127 |
| FIGURA 15 – Evolução da malha municipal do Amapá.....  | 130 |
| FIGURA 16 – Evolução da malha municipal do Amazonas.....   | 134 |
| FIGURA 17 – Evolução da malha municipal do Maranhão.....   | 138 |
| FIGURA 18 – Evolução da malha municipal do Mato Grosso.....  | 142 |
| FIGURA 19 – Evolução da malha municipal do Pará.....   | 145 |
| FIGURA 20 – Evolução da malha municipal de Rondônia.....   | 148 |
| FIGURA 21 – Evolução da malha municipal de Roraima.....  | 152 |
| FIGURA 22 – Evolução da malha municipal do Tocantins.....  | 155 |
| FIGURA 23 – Localização dos municípios foco do estudo de caso – malha municipal.....   | 169 |
| FIGURA 24 – Base para se estabelecer uma comparação viável dos dados do censo de 1980 e 2000 – consideração da totalidade do território..... | 175 |

## LISTA DE TABELAS

|             |  |     |
|-------------|--|-----|
| TABELA 1 –  | Faixas de população dos municípios e os coeficientes do FPM.....   | 16  |
| TABELA 2 –  | FPM – Interior – Tabela para o cálculo de coeficientes.....  | 17  |
| TABELA 3 –  | Número de municípios existentes no Brasil, por Região Geográfica e na Amazônia Legal – 1950 – 2000.....  | 20  |
| TABELA 4 –  | Número de municípios criados antes e depois da Constituição de 1988 na Amazônia Legal.....   | 23  |
| TABELA 5 –  | Percentual da população nos censos demográficos por situação dos domicílios 1950 – 2000.....   | 88  |
| TABELA 6 –  | Grau de urbanização por região nos censos demográficos.....  | 89  |
| TABELA 7 –  | Principais elementos da estratégia de ocupação da Amazônia (1953 a 1968).....  | 108 |
| TABELA 8 –  | Amazônia Legal – migração 1970.....  | 109 |
| TABELA 9 –  | População nos censos demográficos – Brasil, Região Norte e Amazônia Legal.....   | 115 |
| TABELA 10 – | População nos censos demográficos por situação do domicílio e grau de urbanização – Amazônia Legal.....  | 116 |
| TABELA 11 – | Situação do domicílio e principal atividade econômica dos estados da Amazônia Legal – 2000.....  | 157 |
| TABELA 12 – | Forma de abastecimento de água e tipo de esgotamento sanitário predominantes nos estados da Amazônia Legal – 2000.....   | 158 |
| TABELA 13 – | IDH-M dos Estados da Amazônia Legal – 2000.....  | 159 |
| TABELA 14 – | Número de municípios criados após a constituição de 1988 na Amazônia Legal, segundo as classes de tamanho da população – 2000.....   | 160 |
| TABELA 15 – | Número de municípios por classe de tamanho da taxa de mortalidade infantil - Amazônia Legal.....   | 165 |
| TABELA 16 – | Municípios criados após 1988, mais desmembrados que serão foco do estudo de caso.....  | 168 |
| TABELA 17 – | Indicadores selecionados para medir a qualidade de vida nos novos municípios da Amazônia Legal, a partir dos dados do censos de 1980 e 2000.....                                     | 171 |
| TABELA 18 – | Número de municípios que mais sofreram subdivisões na Amazônia Legal, segundo as classes de tamanho da população – 2000.....   | 177 |
| TABELA 19 – | População residente por situação do domicílio, densidade demográfica e área territorial em 1980 e 2000 - municípios mais desmembrados na Amazônia Legal, foco do estudo de caso..... | 230 |
| TABELA 20 – | Número de leitos hospitalares por habitante – 1981 e 2002.....   | 232 |
| TABELA 21 – | Pessoas de 5 anos ou mais por grupos de anos de estudo nos censos de 1980 e 2000.....  | 235 |
| TABELA 22 – | Porcentagem de domicílios particulares permanentes ligados à rede geral de água – censos de 1980 e 2000.....   | 238 |
| TABELA 23 – | Pessoas de 10 anos ou mais, por classe rendimento médio mensal nos censos de 1980 e 2000.....  | 241 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|              |  |     |
|--------------|--|-----|
| GRÁFICO 1 –  | Número de municípios criados no Brasil por décadas, entre 1950 e 2000, segundo dados dos censos demográficos (IBGE).....                     | 19  |
| GRÁFICO 2 –  | Número de municípios criados por região geográfica e na Amazônia Legal, entre 1980 e 2000, segundo dados dos censos demográficos (IBGE)..... | 20  |
| GRÁFICO 3 –  | Número de municípios criados após 1996 por região geográfica.....  | 22  |
| GRÁFICO 4 –  | Número de municípios criados após 1988 por Estado – Amazônia Legal..   | 23  |
| GRÁFICO 5 –  | Porcentagem da população dos novos municípios segundo o grau de urbanização.....   | 161 |
| GRÁFICO 6 –  | Distribuição do número de municípios de acordo com o grau de urbanização, por Estado – 2000.....   | 162 |
| GRÁFICO 7 –  | Municípios onde o FPM representava mais de 50% da receita do município, por estado - 2003.....   | 163 |
| GRÁFICO 8 –  | Número de municípios que mais se desmembraram por estado na Amazônia Legal.....  | 169 |
| GRÁFICO 9 –  | Porcentagem da população de Cruzeiro do Sul por situação do domicílio – 2000.....  | 179 |
| GRÁFICO 10 – | Porcentagem da população de Marechal Thaumaturgo por situação do domicílio – 2000.....   | 180 |
| GRÁFICO 11 – | Porcentagem da população de Porto Walter por situação do domicílio – 2000.....   | 181 |
| GRÁFICO 12 – | Porcentagem da população de Rodrigues Alves por situação do domicílio – 2000.....  | 182 |
| GRÁFICO 13 – | Porcentagem da população de Rio Branco por situação do domicílio – 2000.....   | 183 |
| GRÁFICO 14 – | Porcentagem da população de Bujari por situação do domicílio – 2000....  | 184 |
| GRÁFICO 15 – | Porcentagem da população de Capixaba por situação do domicílio – 2000.....   | 185 |
| GRÁFICO 16 – | Porcentagem da população de Porto Acre por situação do domicílio – 2000.....   | 186 |
| GRÁFICO 17 – | Porcentagem da população de Careiro por situação do domicílio – 2000...  | 187 |
| GRÁFICO 18 – | Porcentagem da população de Careiro da Várzea por situação do domicílio – 2000.....  | 187 |
| GRÁFICO 19 – | Porcentagem da população de Ipixuna por situação do domicílio – 2000..   | 188 |
| GRÁFICO 20 – | Porcentagem da população de Guajará por situação do domicílio – 2000..   | 189 |
| GRÁFICO 21 – | Porcentagem da população de Novo Aripuanã por situação do domicílio – 2000.....  | 190 |
| GRÁFICO 22 – | Porcentagem da população de Apuí por situação do domicílio – 2000.....   | 191 |
| GRÁFICO 23 – | Porcentagem da população de Macapá por situação do domicílio – 2000..  | 192 |
| GRÁFICO 24 – | Porcentagem da população de Cutias por situação do domicílio – 2000....  | 193 |
| GRÁFICO 25 – | Porcentagem da população de Ferreira Gomes por situação do domicílio – 2000.....   | 193 |
| GRÁFICO 26 – | Porcentagem da população de Itaubal por situação do domicílio – 2000...  | 194 |
| GRÁFICO 27 – | Porcentagem da população de Pedra Branca do amapari por situação do  |     |

|              |  |     |
|--------------|--|-----|
|              | domicílio – 2000.....  | 195 |
| GRÁFICO 28 – | Porcentagem da população de Porto Grande por situação do domicílio – 2000.....             | 196 |
| GRÁFICO 29 – | Porcentagem da população de Santana por situação do domicílio – 2000..                     | 197 |
| GRÁFICO 30 – | Porcentagem da população de Serra do Navio por situação do domicílio – 2000.....           | 198 |
| GRÁFICO 31 – | Porcentagem da população de Tartarugalzinho por situação do domicílio – 2000.....          | 199 |
| GRÁFICO 32 – | Porcentagem da população de Imperatriz por situação do domicílio – 2000.....               | 200 |
| GRÁFICO 33 – | Porcentagem da população de Cidelândia por situação do domicílio – 2000.....               | 201 |
| GRÁFICO 34 – | Porcentagem da população de Davinópolis por situação do domicílio – 2000.....              | 201 |
| GRÁFICO 35 – | Porcentagem da população de Governador Edison Lobão por situação do domicílio – 2000.....  | 202 |
| GRÁFICO 36 – | Porcentagem da população de São Francisco do Brejão por situação do domicílio – 2000.....  | 203 |
| GRÁFICO 37 – | Porcentagem da população de São Pedro da Água Branca por situação do domicílio – 2000..... | 204 |
| GRÁFICO 38 – | Porcentagem da população de Vila Nova dos Martírios por situação do domicílio – 2000.....  | 204 |
| GRÁFICO 39 – | Porcentagem da população de Diamantino por situação do domicílio – 2000.....               | 205 |
| GRÁFICO 40 – | Porcentagem da população de Brasnorte por situação do domicílio – 2000.....                | 206 |
| GRÁFICO 41 – | Porcentagem da população de Campo Novo do Parecis por situação do domicílio – 2000.....    | 207 |
| GRÁFICO 42 – | Porcentagem da população de Lucas do Rio Verde por situação do domicílio – 2000.....       | 208 |
| GRÁFICO 43 – | Porcentagem da população de Nova Mutum por situação do domicílio – 2000.....               | 208 |
| GRÁFICO 44 – | Porcentagem da população de Tapurah por situação do domicílio – 2000..                     | 209 |
| GRÁFICO 45 – | Porcentagem da população de Itaituba por situação do domicílio – 2000..                    | 210 |
| GRÁFICO 46 – | Porcentagem da população de Jacareacanga por situação do domicílio – 2000.....             | 211 |
| GRÁFICO 47 – | Porcentagem da população de Trairão por situação do domicílio – 2000..                     | 212 |
| GRÁFICO 48 – | Porcentagem da população de Novo Progresso por situação do domicílio – 2000.....           | 213 |
| GRÁFICO 49 – | Porcentagem da população de São João do Araguaia por situação do domicílio – 2000.....     | 213 |
| GRÁFICO 50 – | Porcentagem da população de Bom Jesus do Tocantins por situação do domicílio – 2000.....   | 214 |
| GRÁFICO 51 – | Porcentagem da população de Brejo Grande do Araguaia por situação do domicílio – 2000..... | 215 |
| GRÁFICO 52 – | Porcentagem da população de São Domingos do Araguaia por situação                          |     |

|              |  |     |
|--------------|--|-----|
|              | do domicílio – 2000.....   | 216 |
| GRÁFICO 53 – | Porcentagem da população de Ariquemes por situação do domicílio – 2000.....  | 217 |
| GRÁFICO 54 – | Porcentagem da população de Alto Paraíso por situação do domicílio – 2000.....   | 218 |
| GRÁFICO 55 – | Porcentagem da população de Caculândia por situação do domicílio – 2000.....   | 219 |
| GRÁFICO 56 – | Porcentagem da população de Machadinho d’Oeste por situação do domicílio – 2000.....   | 219 |
| GRÁFICO 57 – | Porcentagem da população de Monte Negro por situação do domicílio – 2000.....  | 220 |
| GRÁFICO 58 – | Porcentagem da população de Rio Crespo por situação do domicílio – 2000.....   | 221 |
| GRÁFICO 59 – | Porcentagem da população de Boa Vista por situação do domicílio – 2000.....  | 222 |
| GRÁFICO 60 – | Porcentagem da população de Amajari por situação do domicílio – 2000.....  | 223 |
| GRÁFICO 61 – | Porcentagem da população de Pacaraima por situação do domicílio – 2000.....  | 223 |
| GRÁFICO 62 – | Porcentagem da população de Uiramutã por situação do domicílio – 2000.....   | 224 |
| GRÁFICO 63 – | Porcentagem da população de Tocantinópolis por situação do domicílio – 2000.....   | 225 |
| GRÁFICO 64 – | Porcentagem da população de Cachoeirinha por situação do domicílio – 2000.....   | 226 |
| GRÁFICO 65 – | Porcentagem da população de Darcinópolis por situação do domicílio – 2000.....   | 226 |
| GRÁFICO 66 – | Porcentagem da população de Luzinópolis por situação do domicílio – 2000.....  | 227 |
| GRÁFICO 67 – | Porcentagem da população de Aguiarnópolis por situação do domicílio – 2000.....  | 228 |
| GRÁFICO 68 – | Porcentagem da população de Maurilândia do Tocantins por situação do domicílio – 2000.....   | 228 |
| GRÁFICO 69 – | Porcentagem da população de Palmeiras do Tocantins por situação do domicílio – 2000.....   | 229 |
| GRÁFICO 70 – | Municípios que tiveram suas porcentagens aumentadas ou diminuídas em relação a cada grupo de anos de estudo entre 1980 e 2000..... | 235 |
| GRAFICO 71 – | Porcentagem da população sem instrução por município em 1980 e 2000.   | 236 |
| GRAFICO 72 – | Porcentagem da população com 1 a 7 anos de estudo por município em 1980 e 2000.....  | 236 |
| GRAFICO 73 – | Porcentagem da população com 8 a 10 anos de estudo por município em 1980 e 2000.....   | 237 |
| GRAFICO 74 – | Porcentagem de domicílios ligados a rede geral de água por município em 1980 e 2000.....   | 239 |
| GRAFICO 75 – | Porcentagem da população Sem Rendimento por município em 1980 e 2000.....  | 242 |

|              |  |     |
|--------------|--|-----|
| GRAFICO 76 – | Porcentagem da população que recebia Até 1 Salário Mínimo por município em 1980 e 2000.....          | 243 |
| GRAFICO 77 – | Porcentagem da população que recebia Mais de 1 a 3 Salário Mínimos por município em 1980 e 2000..... | 244 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abraham: Associação Brasileira das Câmaras Municipais  
AMS: Pesquisa Assistência Médico-Sanitária  
BIRD: Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento  
BNDE: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico  
CNM: Confederação Nacional dos Municípios  
FPE: Fundo de Participação dos Estados  
FPEX: Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados  
FPM: Fundo de Participação dos Municípios  
FUNDEF: Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério  
Ibam: Instituto Brasileiro de Administração Municipal  
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços  
IDH: Índice de Desenvolvimento Humano  
IDH-M: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal  
IDS: Índice de Desenvolvimento Social  
IPI: Imposto sobre Produtos Industrializados  
IPRS: Índice Paulista de Responsabilidade Social  
IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano  
IPVA: Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores  
IQVU: Índice de Qualidade de Vida Urbana  
IR: Imposto de Renda  
ISS: Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza  
ITIBI: Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – inter vivos  
ITR: Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural  
IVS: Índice de Vulnerabilidade Social  
MF: Ministério da Fazenda  
MMA: Ministério do Meio Ambiente  
Modeve: Movimento de Defesa dos Vereadores

OMS: Organização Mundial da Saúde

ONU: Organização das Nações Unidas

PEC: Proposta de Emenda à Constituição

Petrobras: Petróleo Brasileiro SA

PNB: Produto Nacional Bruto

Pnud: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Reforsus: Reforço à Reorganização do Sistema Único de Saúde

SPVEA: Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

STN: Secretaria do Tesouro Nacional

Sudam: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUS: Sistema Único de Saúde

TSE: Tribunal Superior Eleitoral

ZFM: Zona Franca de Manaus

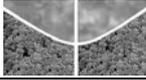
## INTRODUÇÃO

---

O tema “Criação de municípios” é polêmico e diverge opiniões entre os autores que escreveram sobre ele. Os que são contra defendem uma posição que tem como argumento o fato de que os novos municípios só representam gastos para a União, tanto com instalação quanto com manutenção. Para eles, a fragilidade financeira desses novos municípios que, por sua vez, têm autonomia apregoada pela Constituição de 1988, acaba sendo substituída por uma situação de dependência, já que muitos ficam sujeitos às transferências dos recursos governamentais para conseguir sobreviver.

Os autores partidários da criação de novos municípios como um fator negativo argumentam que esse processo é prejudicial porque só quem acaba ganhando com a emancipação é o novo município. Os municípios de origem terminam perdendo recursos, uma vez que a receita proveniente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) passa a ser repartida por um número maior de unidades territoriais. Há ainda os que são contrários, pois acreditam que a principal motivação para se criar novos municípios é eleitoral, comum a políticos interessados em produzir novos eleitores. E, por fim, os que criticam a criação com base nos critérios usados para se elevar um distrito à condição de novo município que levam à criação de grande número de municípios com população ínfima e predominantemente rural.

Já os autores que são a favor da criação de municípios, justificam as opiniões dizendo que, a partir dessa, áreas antes deixadas de lado pelos governos estaduais passam a receber recursos para serem investidos. O retorno vem com a melhoria da qualidade de vida da população local. Entre os autores que defendem veementemente a emancipação municipal, destacam-se Noronha (1996) e Klering (1991, 1998), que apontam uma série de benefícios alcançados pelos municípios após a emancipação. São eles: instalação de serviços públicos – saúde, educação – antes não existentes nos municípios de origem ou, quando existentes, não partilhados pelo município inteiro; maior proximidade do poder público dos cidadãos; fortalecimento da democracia, já que, no plebiscito requerido para a emancipação, é dada à população a oportunidade de se manifestar. Bremaeker (1996) também defende as emancipações afirmando que esse processo é, acima de tudo, a expressão da vontade política da população que encontra uma possibilidade de resolver seus problemas.



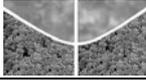
A intensificação na criação de municípios no Brasil foi fruto das determinações da Constituição de 1988. Foi a partir dela que houve um acréscimo significativo no número de novos municípios no país. Entre 1980 e 2000, a Região Sul foi a que mais criou municípios. A Região Norte, juntamente com a Sudeste, se comparadas ao número das outras regiões, criaram poucos municípios. No entanto, deve-se considerar que, apenas na Região Norte, o número de municípios criados no mesmo período citado acima foi superior à quantidade de municípios ali existentes em 1980. Situação semelhante ocorreu considerando os números relativos à Amazônia Legal, onde o número de municípios criados entre 1980 e 2000 também superou os que existiam em 1980.

Compreendendo nove países da América do Sul, com a maior parte situada no Brasil, a Amazônia representa 60% do território brasileiro e apresenta uma série de características que a fazem se destacar. Rica em recursos minerais, abriga um terço das florestas tropicais úmidas do planeta, concentra 50% da diversidade biológica mundial e cerca de 20% de toda a água doce do mundo em uma bacia, cuja área de drenagem tem valor uma vez e meia superior ao da segunda maior bacia do planeta.

A Amazônia foi deixada de lado pela Coroa Portuguesa durante longas décadas após o início da colonização e só foi integrada ao resto do país na década de 1950, com a construção de uma série de rodovias (antes as ligações eram feitas via marítima e aérea). A partir desse período, passou a sofrer uma intensificação sem precedentes no processo de ocupação. No curto período de três décadas, o incremento populacional foi de quase 13 milhões de habitantes. Enquanto o Brasil não teve seu número de habitantes nem duplicado no período de 1970 a 2000, na Amazônia esse número quase triplicou, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2000).

Na visão de alguns autores, esse aumento populacional deve-se à criação de novos municípios. Becker, Steinberger e Ferreira (2003) defendem essa posição. Para Becker,

"Entre 1970 e 1980, foram principalmente a imigração e a mobilidade do trabalho os fatores fundamentais do crescimento urbano. Após 1988, a criação de municípios torna-se uma razão central no crescimento urbano, além da mobilidade intra-regional, e muito menos a migração externa, que se reduziu" (2003, p.655).



Ainda segundo essa autora, a multiplicação de núcleos urbanos na década de 1990 foi motivada em grande parte pelo processo intenso de formação de novos municípios.

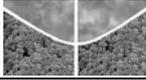
Na análise de Steinberger e Ferreira (2003, p.5) “a Constituição de 88 retomou a possibilidade de criação de novos municípios, o que não só trouxe a fragmentação territorial, como fomentou o crescimento urbano com a passagem de vilas e povoados à categoria de cidade [...]”.

Já Machado (1999) é contrária a essa idéia e relaciona o aumento da população mais ao processo de ruralização do que ao de urbanização. Embora concorde que após a Constituição de 1988 houve explosão no número de municípios, ela ressalta que, considerando a dimensão continental da Amazônia Legal, onde o tamanho dos municípios é muito grande, esse aumento torna-se irrisório.

A despeito dessa discussão sobre a contribuição da criação de novos municípios para a intensificação do processo de urbanização na Amazônia, o que emerge como mais relevante sobre esse tema, e que foi pouco investigado, é como está a qualidade de vida da população destes novos municípios criados.

Uma análise nesses moldes, intitulada *Desmembramento Territorial: o processo de criação de municípios – avaliação a partir de indicadores econômicos e sociais*, foi desenvolvida por Faveiro (2004) para os municípios do estado de São Paulo. Esse trabalho utilizou dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS).

Já no caso da Amazônia, fala-se muito no aumento da urbanização e da problemática ambiental decorrente da degradação que a região vem enfrentando. Mas em oposição a isso, poucos estudos discutem a relação entre o processo de proliferação de novos municípios e as condições de vida da população das cidades amazônicas. Em conformidade com essa afirmação, estão as observações do documento desenvolvido pela Sudam e o Ipea, denominado *Condições Sócio Econômicas dos Municípios da Amazônia Legal (ACORDO SUDAM/PNUD, 2000)*, segundo o qual a carência de informações consistentes e sistematizadas sobre a situação social dos municípios amazônicos tem restringido as possibilidades de diagnóstico e prospecção da problemática social regional, dificultando o encaminhamento de soluções. Portanto, a importância desse trabalho reside em mostrar essa situação para os municípios criados na Amazônia Legal após 1988, o que poderá servir como



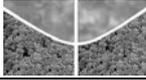
subsídio para políticas públicas que encaminhem as referidas soluções. Essas necessitam de estudos que tratem a qualidade de vida nos novos municípios da Amazônia e indiquem os aspectos nos quais eles são mais deficientes, ou seja, onde os governos federal, estadual e municipal possam investir, objetivando melhorar as condições de vida daquela população.

Em função disso, o **objetivo geral** do presente trabalho é analisar a qualidade de vida dos novos municípios criados na Amazônia Legal a partir da Constituição de 1988. Para tanto, será realizada uma análise comparativa entre esses e os municípios dos quais foram desmembrados, utilizando dados do IBGE, referentes aos censos de 1980 e 2000.

Como **objetivos específicos** definiram-se: 1) Compreender como a problemática da qualidade de vida insere-se na discussão do Desenvolvimento Sustentável; 2) Construir um marco teórico e conceitual sobre fragmentação territorial e qualidade de vida; 3) Contextualizar o processo de urbanização do Brasil enfatizando a Amazônia Legal e sua fragmentação territorial; 4) Identificar indicadores que caracterizem a qualidade de vida dos novos municípios criados.

A realização desta pesquisa partiu da seguinte **hipótese**: há uma melhoria na qualidade de vida da população dos novos municípios criados na Amazônia Legal. Isso implica afirmar que, no caso dos municípios mais desmembrados dessa região, há uma relação entre qualidade de vida e processo de fragmentação territorial, embora tal relação não seja de causalidade.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, a pesquisa envolveu três etapas. Primeiramente foi feito um levantamento bibliográfico, que serviu de subsídio para a elaboração do marco teórico e conceitual da tese, com o intuito de identificar o estado-da-arte dos temas a serem abordados e que contribuíram para embasar a discussão sobre urbanização e fragmentação territorial na Amazônia Legal. São eles: desenvolvimento sustentável, cidade, território, urbanização e qualidade de vida. Tal levantamento buscou selecionar os autores que haviam tratado em suas análises sobre a criação de novos municípios como Bertha Becker, Adma Figueiredo, Edson Favero, François Bremaeker, Fabricio Tomio, Ruldof Noronha, entre outros. E no que diz respeito a urbanização e aos conceitos de cidade e qualidade ressaltou-se os estudos desenvolvidos por autores como Milton Santos, Manuel Castells, Lewis Mumford, Raquel Ronilk e Max Weber. Foram também analisadas as principais



Conferências que trataram sobre a questão urbana com o intuito de ressaltar como o debate da sustentabilidade e a busca da qualidade de vida foram tratados nestas.

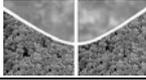
A etapa seguinte foi apresentar um panorama geral da criação de novos municípios no Brasil, especificamente na Amazônia Legal, e identificar o critério que seria utilizado para selecionar os municípios foco do estudo de caso e os indicadores usados na análise da qualidade de vida destes. Para isso, foram solicitadas ao IBGE informações sobre o ano de criação e instalação de todos os municípios da Amazônia Legal e levantados os dados que se encontravam disponíveis a respeito do censo de 1980 e 2000 com o intuito de identificar os indicadores que, semelhantes, podiam ser comparados e serviriam de base para análise do estudo de caso.

E, por fim, na terceira etapa, seguiu-se para o levantamento da situação geral dos municípios estudados sob o ponto de vista dos indicadores selecionados, para medir a qualidade de vida. O objetivo foi identificar se houve ou não melhoria nas condições de vida nos municípios criados após 1988 e nos municípios mais antigos, dos quais estes foram desmembrados.

A presente tese encontra-se dividida em oito capítulos.

No capítulo 1, para iniciar a discussão sobre a criação de novos municípios, foi apresentada uma breve história dos municípios no Brasil, tentando enfatizar como essa questão foi tratada nas Constituições. Entre elas, procurou-se valorizar o papel da Constituição 1988 como impulsionadora da criação de um grande número de municípios no Brasil. Nesse contexto, foi inserida também a discussão sobre os principais fatores, apontados por diferentes autores, como responsáveis pela criação de tantos novos municípios no país e sobre o poder político nas cidades.

No capítulo 2, procurou-se discutir, de uma forma geral, os conceitos de desenvolvimento sustentável, sustentabilidade e qualidade de vida, tentando inserir neste debate a questão urbana. Buscou-se ressaltar como a problemática das cidades emergiu no meio da discussão sobre esses conceitos e como, entre os objetivos do desenvolvimento sustentável, está implícita, também, a busca pela qualidade de vida da população.



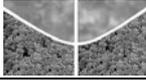
Já no terceiro capítulo, para servir de base para a discussão da criação de novos municípios no Brasil, e mais especificamente na Amazônia, foi elaborada uma discussão conceitual sobre território, cidade e urbanização, que se constituem nos conceitos-chaves do presente trabalho. No âmbito da discussão sobre urbanização, foi elaborado um breve histórico mundial e no Brasil sobre esse tema, como base para se discutir de forma mais detalhada o processo de urbanização na Amazônia Legal, foco do estudo de caso.

No capítulo 4, passou-se à análise do caso particular da urbanização na Amazônia Legal desde seu início, no período da colonização portuguesa, até os dias atuais.

O capítulo 5 foi dividido em dois momentos: no primeiro, procurou-se traçar uma caracterização de todos os estados da Amazônia Legal, na tentativa de deixar claro que as características principais apresentadas se refletiram no perfil de seus municípios, sejam eles recém-criados ou antigos. No segundo, estreitando mais a análise, buscou-se traçar um perfil dos 334 municípios criados na Amazônia Legal após 1988, para que se pudesse ter uma visão de alguns indicadores (demográficos, econômicos, sociais e ambientais) ligados a estes.

No sexto capítulo, apresentou-se a metodologia de escolha dos municípios e dos indicadores que fariam parte do estudo de caso proposto para ser desenvolvido na presente tese.

Por fim, no capítulo 7, foram apresentados os resultados das análises dos indicadores de qualidade de vida nos municípios selecionados. Antes disso, porém, discutiram-se brevemente alguns dados demográficos referentes aos municípios foco do estudo de caso.



# **1**

## **A HISTÓRIA E O PROCESSO DE CRIAÇÃO DE MUNICÍPIOS NO BRASIL E NA AMAZÔNIA LEGAL**

---

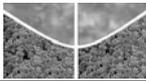
### **1.1 HISTÓRIA DA AUTONOMIA MUNICIPAL NO BRASIL POR MEIO DAS CONSTITUIÇÕES**

Voltando um pouco na história, para o início da colonização do Brasil, as primeiras vilas e, posteriormente, as outras que foram sendo criadas, passaram a ser administradas utilizando-se o modelo municipal português.

As Câmaras representavam a administração municipal e tinham papel de destaque por deterem os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Em virtude disso, e, conforme cita Mello (2004), graças ao isolamento entre os municípios, as Câmaras Municipais ganharam grande autonomia em relação à administração central no período colonial, chegando muitas vezes a entrar em conflito com o governo e com a própria Coroa.

No que diz respeito à criação de novas vilas, durante o sistema de Capitâneas Hereditárias, essa prerrogativa estava entre os direitos dos donatários das capitâneas. Fracassado esse sistema e instituído o de Governo Geral, um período de centralização administrativa passou então a vigorar. De acordo com Silva e Bastos (1983), as capitâneas e os donatários (que a partir de então tinham de prestar obediência política ao governador-geral) continuaram existindo, o que diminuiu foi a descentralização política, pois o governador, como representante do governo português, passou a ser a autoridade suprema na colônia.

No entanto, mesmo com a centralização administrativa que passou a reinar a partir da instituição do Governo Geral, alguns municípios, desafiando a Coroa, conseguiram criar novas vilas sem a autorização real, como é o caso de Campos, Parati e Pindamonhangaba, no século XVII (IBAM, 2004a). Dessa forma, conforme cita Güttler (2004), a maior parte dos povoados nos primeiros tempos da colonização foi criada por iniciativa dos colonos e donatários. Segundo esse autor:



“nos dois primeiros séculos de colonização, a maioria dos núcleos urbanos ocorreu bem mais pelo esforço dos colonos e donatários do que pelo patrocínio da Coroa. A Metrópole estimulava, mas não participava diretamente. A rede urbana brasileira foi iniciada em 1532, com o estabelecimento do regime de capitanias hereditárias e a fundação de São Vicente. Entre 1532 e 1650 foram fundadas 37 povoações. Deste conjunto de vilas e cidades - não há menções aos inúmeros povoados - somente sete partiriam da iniciativa da Coroa”.

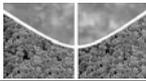
Já no período imperial, as Câmaras Municipais tiveram suas atribuições reduzidas pela Lei Orgânica de 1828, passando a ser vistas como corporações apenas administrativas. Com relação à criação de novas vilas, um decreto da Regência do Império de 1832 determinava que deveria ser remetido à Câmara Municipal que pertencesse ao local da nova vila, o Decreto de fundação desta vila. A Câmara, então, ordenaria aos juízes de Paz do novo termo que procedessem à eleição dos vereadores (MELLO, 2004).

Durante a República, a exemplo do que ocorreu na época colonial e imperial, os municípios continuaram a ter sua autonomia diminuída em certos períodos e restabelecida em outros, de acordo com o momento político da época.

Na República Velha, apesar de a Constituição de 1891 assegurar, no art. 68, a autonomia dos municípios, esses se tornaram objeto de manipulação ostensiva pelas oligarquias regionais, e seus respectivos desdobramentos estaduais. Mas, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – Ibam (2004), a reforma constitucional de 1926 pôs fim a esta situação dando à União o direito de intervir nos estados para resguardar a autonomia municipal.

Com o início da Era Vargas, a Constituição de 1891 foi suspensa, sendo uma nova Constituição elaborada em 1934, que trouxe novamente a premissa da autonomia dos municípios em seus arts. 7º e 13º. Mas os acontecimentos da época - mais precisamente, o golpe de Estado de 1937 -, mais uma vez impediram que essa autonomia pudesse ser exercida.

A Constituição de 1937, refletindo o período de intensa centralização política que passa a vigorar, no qual as Assembléias Legislativas dos Estados e as Câmaras Municipais foram dissolvidas, acaba por diminuir a autonomia dos estados e municípios. Embora o art. 26 assegure a autonomia municipal, o art. 27, por sua vez, ressalta que os prefeitos seriam de livre nomeação do governador do Estado.



“Art. 26 - Os municípios serão organizados de forma a ser-lhes assegurada autonomia em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse, e, especialmente:  
a) à escolha dos vereadores pelo sufrágio direto dos munícipes alistados eleitores na forma da lei;  
b) a decretação dos impostos e taxas atribuídos à sua competência por esta Constituição e pelas Constituições e leis dos Estados;  
c) à organização dos serviços públicos de caráter local”.

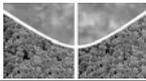
Entretanto, segundo informações do portal do Ibam (2004b), apesar do caráter autoritário, duas premissas garantiram a sobrevivência dos municípios em meio a todo esse período de centralização absoluta:

“(a) manteve-se a arrecadação municipal sobre indústrias e profissões (a eliminação do tributo sobre a cédula rural não representou grande prejuízo, já que era pouco significativo); (b) generalizou-se nos Estados a criação de Departamentos de Assuntos Municipais, o que, em princípio, visava controlar os governos locais, mas, por outro lado, tinha funções de assistência técnica que muito contribuíram para a racionalização das administrações municipais [...]”.

O governo posterior retoma os princípios democráticos e promulga uma nova Constituição em 1946, que proibia o governo federal de intervir nos estados, o que acontecia comumente até então, salvo, entre outras coisas, para assegurar a autonomia municipal. Os estados, por sua vez, não interviriam nos municípios, a não ser para regularizar as finanças. A criação de órgãos de assistência técnica aos municípios seria permitida aos estados, ao passo que a autonomia dos municípios era assegurada pelo art. 28, segundo o qual a autonomia se faria da seguinte forma: “I) pela eleição do prefeito e dos vereadores; II - pela administração própria, no que concerne ao seu peculiar interesse e, especialmente, a) à decretação e arrecadação dos tributos de sua competência e à aplicação das suas rendas; b) à organização dos serviços públicos locais”.

Apesar de todos os pontos positivos em relação aos municípios, a Constituição de 1946 trazia também duas ressalvas, referentes à eleição de prefeitos, que impediam o restabelecimento total da autonomia de estados e municípios. Eram as seguintes:

“Art 28 - § 1º - Poderão ser nomeados pelos Governadores dos Estados ou dos Territórios os Prefeitos das Capitais, bem como os dos Municípios onde houver estâncias hidrominerais naturais, quando beneficiadas pelo Estado ou pela União.  
§ 2º - Serão nomeados pelos Governadores dos Estados ou dos Territórios os Prefeitos dos Municípios que a lei federal, mediante parecer do Conselho de Segurança Nacional, declarar bases ou portos militares de excepcional importância para a defesa externa do País”.



A Constituição posterior, de 1967<sup>1</sup>, e a Emenda Constitucional de 1969 foram elaboradas sob forte influência do autoritarismo e a restrição de direitos que marcaram a ascensão dos militares ao poder no país. Nelas, pela primeira vez, fez-se referência direta à criação de municípios e às exigências que deviam ser estabelecidas para que isso ocorresse. De acordo com a Lei Complementar de 1967 (BRASIL, 1967):

“Art. 2º - Nenhum Município será criado sem a verificação da existência, na respectiva área territorial, dos seguintes requisitos:

I - população estimada, superior a 10.000 (dez mil) habitantes ou não inferior a 5 (cinco) milésimos da existente no Estado;

II - eleitorado não inferior a 10% (dez por cento) da população;

III - centro urbano já constituído, com número de casas superior a 200 (duzentas);

IV - arrecadação, no último exercício, de 5 (cinco) milésimos da receita estadual de impostos”.

Em virtude dessas determinações, a criação de novos municípios foi extremamente dificultada. Além disso, conforme mostraram informações do Ibam (2004b), considerando tais requisitos insuficientes, o governo baixou um Ato Complementar em 1969 que determinava que nenhuma modificação poderia ser feita na organização administrativa e judiciária, sem prévia autorização do Presidente da República, ouvido o Ministério da Justiça. Como consequência, durante 10 anos nenhuma alteração no quadro territorial brasileiro foi realizada, até 1979, quando uma Emenda Constitucional revogou todos os atos institucionais.

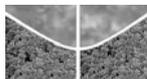
Na década de 1980, porém, o país entra numa nova fase. O processo de abertura política iniciado no final dos anos 1970 tem continuidade, e a proposta de implantação de uma democracia plena encontra nas eleições diretas para governadores, prefeitos, senadores, deputados federais e estaduais, realizada em 1982, seu marco. As eleições diretas para a administração das cidades consideradas pelo Regime Militar como área de segurança nacional no entanto, só são restabelecidas em 1985, por meio de Emenda Constitucional.

Mas um dos fatos mais relevantes da década de 1980 é a elaboração de uma nova constituição promulgada em 1988<sup>2</sup>, com a qual se inicia um novo processo de

---

<sup>1</sup> A Constituição de 1967, que institucionalizou o regime militar no Brasil, deu ao presidente poder de intervir nos estados e municípios. Esta Constituição foi reformada por Emenda Constitucional de 17 de outubro de 1969.

<sup>2</sup> “Durante os anos de regime militar (1964 a 1985) o sistema eleitoral existente no país era frequentemente alterado, através de legislação *casuística*, que tinha o objetivo de garantir a vitória do partido criado para dar sustentação política aos governos militares e disputar as *eleições* que ocorreram durante esses 21 anos. Assim, a legislação eleitoral era modificada sempre que havia o risco de o partido do governo perder a eleição que se aproximava. Com a redemocratização do país, a nova Constituição adotou uma legislação democrática que estabeleceu eleições livres, diretas e periódicas para as diferentes esferas de poder” (HEES, 2004).



descentralização na história dos municípios brasileiros. Na Constituição de 1988, os municípios são mencionados como parte integrante da Federação e como entidades autônomas, regidas por Lei Orgânica própria e não mais a partir de um legislador ordinário estadual. Além disso, de acordo com informações do Ibam (2004b),

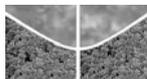
“a Constituição de 1988 devolveu aos Estados a competência para fixar requisitos mínimos de população e renda pública, para usar a expressão do art. 14 da Constituição de 1967, mantendo a exigência de consulta prévia às populações para a criação de Municípios”.

Entre as determinações referentes aos municípios, o art. 18 (§4º), associado ao 30, contribuiu para que a fragmentação territorial voltasse novamente a se processar no país. Segundo o art. 18, a criação, incorporação, fusão e o desmembramento de municípios seria feita observando-se a legislação estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal e mediante consulta prévia da população do município por meio de plebiscito. Já o art. 30 trazia as competências dos municípios, entre as quais se destacavam a transferência para esses da prerrogativa de criar, organizar e suprimir distritos, bem como a organização e a prestação dos serviços públicos de interesse local (RODRIGUES, 2003).

Para que um município seja criado, devem ser considerados, como critérios fundamentais, a observação da legislação estadual e a realização de uma consulta prévia da população da localidade que quer se emancipar. Essas são as determinações legais, mas quem são os autores envolvidos nesse processo de criação de municípios? Qual é a estrutura e como é composta a receita dos municípios?

Tomio (2002) traça um quadro bastante completo do processo emancipacionista ressaltando os atores políticos envolvidos e as etapas do processo decisório que levam à criação de um novo município. Segundo ele, há quatro tipos de atores políticos que participam das deliberações com capacidade de determinar a emancipação municipal. São eles: 1) as lideranças políticas locais; 2) os eleitores; 3) os deputados estaduais; 4) o Executivo estadual.

No que diz respeito à estrutura, os municípios brasileiros por serem entidades autônomas, política e administrativamente, como já foi discutido anteriormente, podem, entre outras determinações, eleger seus prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, decretar, arrecadar e



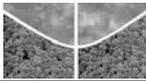
aplicar seus próprios tributos, organizar seus serviços e legislar sobre matérias de sua competência.

Para isso, contam com duas instâncias máximas representativas do poder municipal: a Câmara Municipal (que, constituída pelos vereadores, representa o Poder Legislativo) e a Prefeitura (que representa o Poder Executivo). Às Prefeituras cabe a prestação de serviços e a realização de obras para a comunidade. Já às Câmaras Municipais, além da função legislativa, de votar leis de competência do município, compete fiscalizar as finanças dos municípios mediante controle exercido pelo Tribunal de Contas dos Estados. Essa função legislativa e fiscalizadora é exercida pelos vereadores por meio da apresentação de projetos de lei e emendas, participação nas sessões da Câmara Municipal e em comissões permanentes, requerimento de instauração de comissões de inquérito, entre outras atribuições.

No que diz respeito ao número de vereadores que compõem as Câmaras Municipais, ele deve ser proporcional à população do município e respeitar os limites impostos no art.29 da Constituição (BRASIL, 1988), segundo o qual: para municípios de até 1 milhão de habitantes o número mínimo de vereadores deveria ser de 9 e máximo de 21; para municípios de até 5 milhões, mínimo de 33 e máximo de 41 vereadores; e, municípios com população acima de 5 milhões, 42 vereadores no mínimo e no máximo 55.

No entanto, segundo determinação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a partir de junho de 2004, esses números foram modificados, sendo cortadas 8,5 mil vagas nas câmaras municipais. De acordo com essa nova determinação, as faixas de população e o número de vereadores passavam a ser distribuídos, considerando as faixas mínimas e máximas, da seguinte maneira: até 47.619 habitantes, 9 vereadores; de 571.429 até 1.000.000 habitantes, 21; de 1.000.001 até 1.121.952 habitantes, 33; de 1.975.610 até 4.999.999 habitantes, 41 vereadores; de 5.000.000 até 5.119.047 habitantes, 42; e, acima de 6.547.612, 55 vereadores (BRASIL, 2004).

Após esta modificação, surgiu uma série de protestos, por parte do Movimento de Defesa dos Vereadores (Modeve), pela Associação Brasileira das Câmaras Municipais (Abracam), entre outros. Em resposta, foi elaborada pelo deputado Pompeo de Mattos (PDT-



RS), uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 333/04<sup>3</sup> que eleva de novo o número de vereadores no País. Segundo esta PEC, o número de vereadores vai variar entre o mínimo de 7 e o máximo de 55, em 25 diferentes faixas, definidas em razão da quantidade de habitantes. Entre os argumentos dos defensores do aumento do número de vereadores, está o de que a redução realizada após a resolução do TSE não representou diminuição de gastos nos municípios já que, apesar de haver diminuído o número de vereadores, os orçamentos da Câmara de Vereadores permaneceram os mesmos.

No que diz respeito à receita tributária dos municípios, conforme Constituição de 1988 (art.145), é de competência da União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituir os seguintes tributos:

I - impostos.

II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

III - contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

São impostos de competência municipal, o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – *inter vivos* (ITBI).

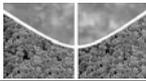
Compõem as receitas municipais ainda: “tarifas ou preços pela prestação de serviços de natureza econômica (água, esgoto, mercados, matadouros etc.); contribuição para custeio de serviços de iluminação pública; contribuição de melhoria decorrente de obras públicas municipais; renda resultante da venda ou exploração de bens patrimoniais do município; e, participação em tributos federais e estaduais” (RESTON, 2004).

Em relação às Receitas de Transferências Constitucionais, o município participa da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS<sup>4</sup>) e Imposto sobre

---

<sup>3</sup> Essa PEC se encontra atualmente (março de 2006) sendo analisada por uma comissão especial da Câmara onde será votada, e, caso seja aprovada, segue posteriormente para o Senado onde também será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e pelo Plenário e votada. Caso seja aprovada aí sim, será então promulgada pelo Congresso.

<sup>4</sup> No que se refere ao ICMS, cabe ressaltar o ICMS Ecológico que foi criado sob o argumento da compensação financeira aos municípios que possuíam restrição do uso do solo em seus territórios para o desenvolvimento de atividades econômicas clássicas. Nesse sentido, o ICMS Ecológico tem representado um instrumento de compensação e sobretudo de “incentivo” e “contribuição” complementar à conservação ambiental.



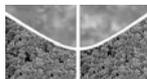
a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Dentre as principais transferências da União para os Estados, o DF e os Municípios, previstas na Constituição, destacam-se ainda: o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE); o Fundo de Participação dos Municípios (FPM); o Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados (FPEX); o Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).

Conforme dados do Ibam (2006), a repartição destes tributos entre estados e municípios deve corresponder às seguintes porcentagens:

- Da arrecadação do ICMS, 75% (setenta e cinco por cento) constituem receita do Estado e 25% (vinte e cinco por cento), receita do município.
- Da arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, 50% (cinquenta por cento) constituirão receita do estado e 50% (cinquenta por cento), do Município onde for licenciado o veículo sobre o qual incide o tributo.
- O estado deve transferir ao município 25% (vinte e cinco por cento) dos 10% (dez por cento) da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados que receber da União.
- Os municípios participam ainda no produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, em 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do Imposto Territorial Rural, arrecadado pela União no município (IBAM, 2006).

Dos tributos mais expressivos para os municípios estão o FPM, o ISS e o IPTU. Sendo os dois últimos, cabe destacar, mais expressivos para os municípios de grande porte, já que são tributos predominantemente de base urbana, e o FPM se sobressaindo no caso de municípios de pequeno porte e com características rurais. Conforme enfatiza Bremaeker (1993a), o FPM é de fundamental importância para os municípios, pois,

“se constitui na principal fonte de recursos financeiros para mais da metade das administrações Municipais (52,8% delas). Para os municípios de pequeno porte, com menos de 10.000 e 50.000 habitantes, o grau de dependência é ainda elevado: 55,6%. Apenas para os municípios de grande porte esta dependência se reduz significativamente, envolvendo 17,8% deles”.



Analisando-se a dependência deste recurso por região, Bremaeker (1993a) ressalta que nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, juntas, o FPM representa a principal fonte de recursos financeiros para 71% das administrações municipais. “Para os municípios de pequeno porte desta área, este grau de dependência se faz sentir em 66,7% deles. Entre os municípios de médio porte, o grau de dependência é ainda mais elevado: 79%. Apenas para os municípios de grande porte esta dependência se reduz, embora ainda seja bastante expressiva, envolvendo 38,1% deles”.

Santos (2004, p.16) também enfatiza esse papel relevante desempenhado pelo FPM ao citar que, enquanto entre as cidades médias, metropolitanas e não-metropolitanas, a principal fonte de receitas municipais é a quota-parte do ICMS<sup>5</sup> e nas capitais estaduais, as receitas tributárias próprias foram o item mais relevante das receitas municipais, somente “entre as cidades, de todos os três tipos, das regiões Norte e Nordeste, o FPM foi a maior ou uma das duas maiores fontes de receitas municipais”.

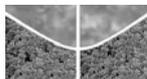
Antes do surgimento do FPM, a União repassava aos municípios, exceto o das capitais, conforme determinação da Constituição de 1946 (art.15), 10% da arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. Com a Emenda Constitucional nº 5, de 21 de novembro de 1961, esse valor foi aumentado para 15% e foi incluído como recurso a ser repassado aos municípios também 10% do Imposto sobre Consumo de Mercadorias. Em 1965, as regras são novamente modificadas com a promulgação de uma outra Emenda, a nº 18, de dezembro de 1965, que novamente diminui o percentual sobre o Imposto de Renda para 10%, extingue o Imposto sobre Consumo de Mercadorias, substituindo-o pelo Imposto sobre Produtos Industrializados, do qual 10% eram cedidos aos municípios, e modifica a periodicidade dos repasses do FPM de trimestral para mensal<sup>6</sup> (BREMAEKER, 1993a).

O surgimento do FPM dá-se com a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, que dispunha sobre o Sistema Tributário Nacional. Com essa lei, conforme cita Bremaeker

---

<sup>5</sup> Cujo critério de distribuição, segundo Moulin (2004), tende a beneficiar as cidades que já contam com uma base econômica mais sólida.

<sup>6</sup> Com a Lei Complementar nº 62 sancionada em 28 de dezembro de 1989, a periodicidade do repasse dos recursos do FPM se modifica passando a ser efetuada a cada dez dias, o que protegeu os municípios das perdas com a inflação.



(1993a, p.80), os percentuais de distribuição definidos pela Emenda nº 18 foram mantidos, “[...] entretanto, surgia um novo critério para a sua distribuição. Criaram-se os coeficientes individuais de participação para os municípios, que eram definidos segundo o número de habitantes que cada qual possuía”. De acordo com essa emenda, a tabela de coeficientes do FPM se encontrava organizada da seguinte maneira:

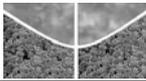
Tabela 1 – Faixas de população dos municípios e os coeficientes do FPM

|                    |     |
|--------------------|-----|
| Até 2.000          | 0,2 |
| De 2.001 a 4.000   | 0,4 |
| De 4.001 a 6.000   | 0,6 |
| De 6.001 a 8.000   | 0,8 |
| De 8.001 a 10.000  | 1   |
| De 10.001 a 14.000 | 1,2 |
| De 14.001 a 18.000 | 1,4 |
| De 18.001 a 22.000 | 1,6 |
| De 22.001 a 26.000 | 1,8 |
| De 26.001 a 30.000 | 2   |
| De 30.001 a 36.000 | 2,2 |
| De 36.001 a 42.000 | 2,4 |
| De 42.001 a 48.000 | 2,6 |
| De 48.001 a 54.000 | 2,8 |
| De 54.001 a 60.000 | 3   |
| De 60.001 a 68.000 | 3,2 |
| De 68.001 a 76.000 | 3,4 |
| De 76.001 a 84.000 | 3,6 |
| De 84.001 a 92.000 | 3,8 |
| Acima de 92.000    | 4   |

Fonte: Decreto-Lei nº 1.881/81, de 27.08.81 (BRASIL, 1981)

Nos anos posteriores, uma série de Atos Complementares e Decretos foram editados modificando os limites das faixas de número de habitantes e os respectivos coeficientes do FPM: Ato Complementar nº 35 de 1967, Ato Complementar nº 40 de 1968, Decreto nº 69.680 de 1971, Ato Complementar nº 5 de 1975, Emenda Constitucional nº 17 de 1980 e Decreto-Lei nº 1.881 de 1981.

Com o Decreto-Lei nº 1.881, como cita Bremaeker (1993a), foi criada uma Reserva do FPM, de 4%, do total destinado aos municípios do interior para atender os municípios da faixa mais elevada da tabela de coeficientes de participação devido ao número de habitantes. Para compensar os municípios com pequena população, os coeficientes de 0,2 e 0,4 são retirados e substituídos pelo de 0,6. A tabela de coeficientes estabelecida pelo disposto no



art.1 do Decreto-Lei nº 1.881 e que se encontra vigente atualmente (Tabela 2) ficou sendo a seguinte:

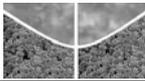
Tabela 2 – FPM – Interior – tabela para o cálculo de coeficientes

|                      |     |
|----------------------|-----|
| Até 10.188           | 0,6 |
| De 10.189 a 13.584   | 0,8 |
| De 13.585 a 16.980   | 1,0 |
| De 16.981 a 23.772   | 1,2 |
| De 23.773 a 30.564   | 1,4 |
| De 30.565 a 37.356   | 1,6 |
| De 37.357 a 44.148   | 1,8 |
| De 44.149 a 50.940   | 2,0 |
| De 50.941 a 61.128   | 2,2 |
| De 61.129 a 71.316   | 2,4 |
| De 71.317 a 81.504   | 2,6 |
| De 81.505 a 91.692   | 2,8 |
| De 91.693 a 101.880  | 3,0 |
| De 101.881 a 115.464 | 3,2 |
| De 115.465 a 129.048 | 3,4 |
| De 129.049 a 142.632 | 3,6 |
| De 142.633 a 156.216 | 3,8 |
| Acima de 156.216     | 4,0 |

Fonte: Decreto-Lei nº 1.881/81, de 27.08.81 (BRASIL, 1981).

A receita do FPM atual é formada de 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do IPI. O total de recursos do FPM é dividido em três partes: 86,4% vão para o FPM – Interior (que é distribuído para todos os municípios, exceto as capitais), 10% vão para as 27 capitais brasileiras. e os 3,6% restantes são destinados aos municípios do interior com mais de 156.216 habitantes.

Esse percentual que era transferido para os municípios por meio do FPM foi aumentando paulatinamente ao longo dos anos. Bremaeker (1993a) traça um quadro da evolução dos valores do FPM. Segundo ele, em 1984 os municípios contavam com 13,5% dos recursos do IR e do IPI (conforme determinava a Emenda Constitucional nº 23). No ano seguinte, esse valor foi aumentado para 16%. Já no final de 1985, a Emenda Constitucional nº 27 aumentou o valor para 17%, valor este que foi mantido até 1988, quando a nova Constituição trouxe, entre suas determinações, o aumento nos percentuais destinados pela União a este fundo para 22,5%. Conforme Bremaeker (1993a, p. 84), as negociações políticas realizadas no âmbito da Constituição de 1988 “foram francamente favoráveis aos Municípios, que tiveram não apenas ampliada a sua participação no bolo tributário nacional, como também passaram a assumir uma série de encargos”.



Como ressalta este autor, “em 1988 o montante das transferências federais em favor dos Municípios mais pobres atingia 280 mil dólares. Com o aumento das transferências, este valor se elevou aos 550 mil dólares em 1990” (BREMAEKER, 1993a, p. 84).

Santos (2004, p.23) chama atenção para esse papel do FPM “como instrumento de redistribuição de renda entre as regiões e entre as cidades com maior ou menor condição de suportar a carga tributária: ele é maior entre as regiões mais pobres em comparação com as mais desenvolvidas [...]”.

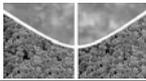
Apesar de os municípios terem sido elevados à condição de ente federativo na Constituição Federal de 1988, adquirindo assim competência tributária própria, podendo arrecadar tributos e gerar sua própria receita, o que se viu na maior parte deles foi uma crescente falta de recursos financeiros para se manter e um aumento da dependência dos recursos transferidos pela União.

Bremaeker (1996) apresenta como alternativa para enfrentar essa situação, em que hoje se encontram os municípios, a implementação de uma série de ações que visem a aumentar as receitas municipais. Segundo ele, no caso de municípios de pequeno porte demográfico que não têm como aumentar sua receita tributária<sup>7</sup>, cabe: estarem atentos para a cobrança de tributos como o ITBI *inter vivos* e de taxas; não deixarem de inscrever os inadimplentes na dívida ativa; e conhecerem seu padrão de custos para que tenham uma base, no futuro, para negociar com as demais esferas do governo a repartição de encargos e receitas.

A Constituição de 1988, como se procurou ressaltar, foi um marco para a história dos municípios. A partir dela os municípios ganharam autonomia, passando a ter competência tributária própria, foi restabelecida a competência dos estados para criar e desmembrar municípios e os percentuais destinados pela União ao FPM foram aumentados. A consequência dessas determinações foi o aumento descomedido do número de municípios no Brasil.

---

<sup>7</sup> Pois os tributos que são de competência municipal são todos de base urbana ao passo que os municípios de pequeno porte demográfico são em sua maior parte rurais e, tendo em vista, que estes não podem se utilizar de meios como o empréstimo e a colocação de títulos municipais no mercado financeiro como forma de captação de recursos, como é feito grandemente pelos municípios de grande porte (BREMAEKER, 1996).

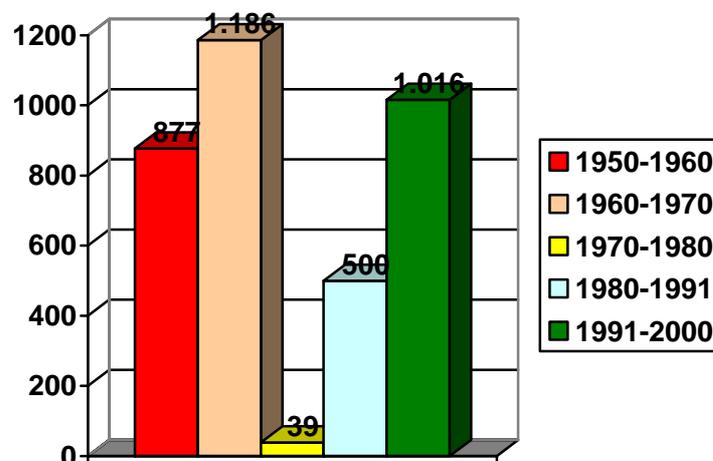


## 1.2 O IMPULSO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988 PARA A CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS NO BRASIL

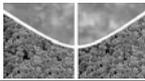
De acordo com dados do censo demográfico (IBGE, 2000), enquanto entre 1980 e 1991 houve acréscimo de apenas 500 municípios à malha municipal brasileira, entre 1991 e 2000 o número de municípios criados havia dobrado, tendo sido de 1.016, fazendo com que o total de municípios passasse de 4.491 para 5.507.

Dessa forma, embora muito se discuta sobre a parcela de contribuição da criação de novos municípios, como fruto das determinações da Constituição de 1988, para o aumento da população urbana no Brasil, o fato é que uma análise comparativa do número de municípios existentes no período compreendido entre 1950 e 2000 (segundo dados dos censos demográficos) mostra que foi exatamente entre 1991 e 2000 que o número de municípios criados mais que dobrou. De acordo com os números: entre 1950 e 1960 foram 877; entre 1960 e 1970, 1.186; entre 1970 e 1980, somente 39; entre 1980 e 1991, 500; enquanto somente entre 1991 e 2000, criaram-se 1.016 municípios (Gráfico 1), portanto, mais que o dobro dos que haviam sido criados entre 1980 e 1991 (IBGE, 2000).

Gráfico 1 – Número de municípios criados no Brasil por décadas, entre 1950 e 2000, segundo dados dos Censos Demográficos (IBGE)



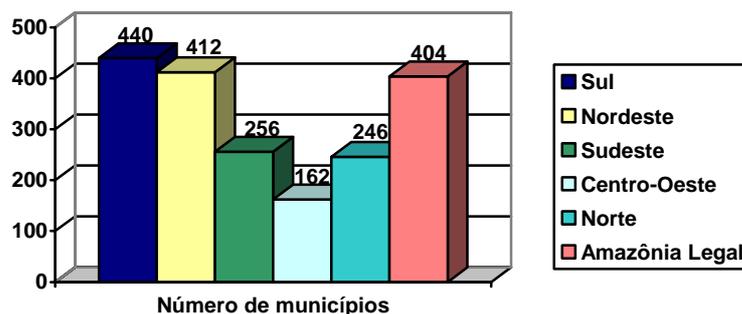
Fonte: IBGE (2000)



Nota: Extraído da Base de Dados Agregados – Sidra<sup>8</sup>.

Enfocando o número de municípios criados por região geográfica no período compreendido entre 1980 e 2000, a que mais criou novos municípios foi a Região Sul, com 440, seguida da Nordeste com 412. As regiões Sudeste e Norte criaram, respectivamente, 256 e 246. O Centro-Oeste, com o menor número, apenas 162 (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Número de municípios criados por Região Geográfica e na Amazônia Legal, entre 1980 e 2000, segundo dados dos Censos Demográficos (IBGE)



Fonte: IBGE (2000)

Nota: Extraído da Base de Dados Agregados – Sidra.

Embora a Região Norte<sup>9</sup> tenha criado poucos municípios, se comparada ao número das outras regiões, é necessário ressaltar que o número de municípios criados entre 1980 e 2000 (246) foi superior à quantidade de municípios ali existentes em 1980. Considerando os números relativos à Amazônia Legal, ocorreu o mesmo: os criados entre 1980-2000 também superaram os que existiam em 1980. Em virtude disso, selecionou-se a Amazônia Legal (da qual a Região Norte é parte integrante) como foco de estudo da presente tese (Tabela 3).

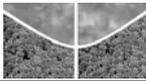
Tabela 3 – Número de municípios existentes no Brasil, por Região Geográfica e na Amazônia Legal – 1950 – 2000

| Brasil, Região Geográfica e Amazônia Legal | Ano   |       |       |       |       |       |
|--|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
|  | 1950  | 1960  | 1970  | 1980  | 1991  | 2000  |
| Brasil                                     | 1.889 | 2.766 | 3.952 | 3.991 | 4.491 | 5.507 |
| Norte                                      | 113   | 153   | 195   | 203   | 298   | 449   |
| Nordeste <sup>(1)</sup>                    | 609   | 903   | 1.376 | 1.375 | 1.509 | 1.787 |
| Sudeste                                    | 845   | 1.085 | 1.410 | 1.410 | 1.432 | 1.666 |
| Sul  | 224   | 414   | 717   | 719   | 873   | 1.159 |
| Centro-Oeste <sup>(2)</sup>                | 98    | 211   | 254   | 284   | 379   | 446   |
| Amazônia Legal <sup>(3)</sup>              | 200   | 273   | 359   | 388   | 529   | 792   |

Fonte: IBGE (2000)

<sup>8</sup> O SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA - SIDRA é um Banco de Dados Agregados do IBGE que pode ser acessado através do site [www.sidra.ibge.gov.br](http://www.sidra.ibge.gov.br).

<sup>9</sup> Embora o foco do estudo de caso da presente tese seja a Amazônia Legal, ao longo da análise da criação de municípios e da urbanização será feita referência também à Região Norte tendo em vista ser esta a divisão regional do território brasileiro elaborada e adotada pelo IBGE com a finalidade de viabilizar a agregação e a divulgação de dados estatísticos sobre os mais variados temas, como população, economia e saúde e sobre a qual há um maior número de informações e dados.



Notas: Extraído da Base de Dados Agregados – Sidra.

(1) Os dados referentes à Região Nordeste incluem o estado do Maranhão.

(2) Os dados referentes à Região Centro-Oeste incluem o estado do Mato Grosso.

(3) Os dados referentes à Amazônia incluem o estado do Mato Grosso e o Maranhão.

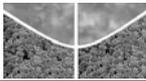
Com o objetivo de frear o aumento continuado das emancipações municipais, também chamada de “febre emancipacionista” ou “farra das emancipações”, como cita Bremaeker (1996), o Governo Federal passou a tomar uma série de medidas. Em 1989 promulgou uma lei complementar determinando a redução proporcional das parcelas dos recursos do FPM dos demais municípios do estado, quando da instalação de novos municípios. Segundo o art.5º:

“Parágrafo único. No caso de criação e instalação de Município, o Tribunal de Contas da União fará revisão dos coeficientes individuais de participação dos demais Municípios do Estado a que pertence, reduzindo proporcionalmente as parcelas que a estes couberem, de modo a lhe assegurar recursos do Fundo de Participação dos Municípios - FPM”.

Já no fim de 1996 foi promulgada a Emenda Constitucional que mantinha a competência estadual de criar, incorporar, fundir e desmembrar municípios, dentro do período determinado por lei complementar federal, mediante a realização de plebiscito junto às populações dos municípios envolvidos - antes da alteração, o artigo se referia às populações diretamente interessadas - e incluía que a consulta prévia deveria ser feita após a divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal que, por sua vez, precisavam ser apresentados e publicados na forma da lei.

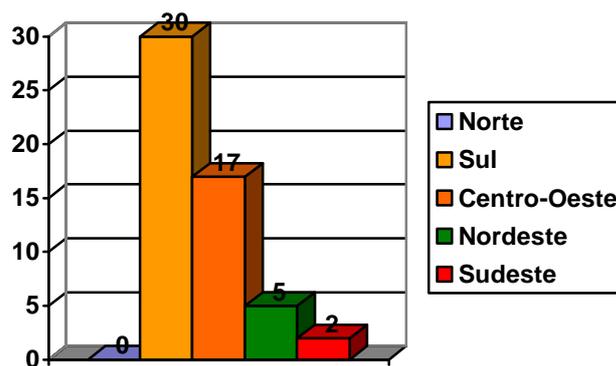
Conforme Noronha (1996, p.113), a exigência da consulta prévia mediante plebiscito junto às populações dos municípios, por si só já constituía um empecilho que poderia inviabilizar qualquer tentativa de emancipação, porque os interessados nesse processo, obviamente, seriam somente os moradores da área que queriam se autogerir, e não os demais moradores do município. Conforme o autor, “esperar que todos os eleitores de um Município se apresentem para solucionar o problema de um grupo específico é no mínimo ingenuidade, podendo tornar-se medida explícita para conter movimentos desta natureza”.

Segundo dados do Ibam (2004b), a lei complementar federal a que se referia a Constituição ainda não foi promulgada. Quanto ao Plano de Viabilidade Municipal, esse não foi definido, assim como não se determinou ainda quem irá definir seu conteúdo, se a União ou o Estado.



Uma análise no número de municípios criados após a promulgação da emenda de 1996, mostra que ela teve eficácia somente no caso da Região Norte, onde, de fato, houve um freio na fragmentação territorial. De acordo com informações especiais<sup>10</sup> fornecidas pelo IBGE (2003a), embora nos sete estados que compõem a Região Norte, 44 municípios passassem a ter existência jurídica no ano de 1997 e apenas um em 1998, eles foram criados entre 1993 e 1996, encontrando os seus processos de instalação já em andamento por ocasião da aprovação da Emenda, o que demonstra que, de fato, a criação de novos municípios na Região Norte foi interrompida. Nas demais regiões, porém, a fragmentação continuou a se processar. Segundo o portal do IBGE referente à Organização do Território, 54 novos municípios foram instalados em 2001: 30 na Região Sul, todos no Rio Grande do Sul; 17 na Região Centro-Oeste; 5 na Nordeste; e 2 na Sudeste (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Número de municípios criados após 1996 por Região Geográfica



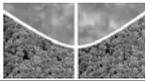
Fonte: IBGE

Nota: Extraído da Base de Dados Agregados – Sidra.

No caso específico da fragmentação territorial da Amazônia Legal, enquanto antes da Constituição de 1988 existiam 434 municípios divididos entre os nove estados que compõem a região, somente em 2000, incluindo o estado de Tocantins<sup>11</sup>, foi criado quase o mesmo número de municípios, ou seja, 334. Entre os estados que possuíam o maior número de municípios em 2000, estavam o Pará, com um total de 143 municípios, e o Maranhão, com

<sup>10</sup> Tendo em vista as informações contidas no site do IBGE sobre o ano de instalação dos municípios brasileiros não estarem completas foi solicitado ao mesmo, via e-mail: [webmaster@ibge.gov.br](mailto:webmaster@ibge.gov.br), as informações completas. Nos foi enviado então, pela senhora, Denise Teixeira Medeiros, o arquivo contendo a data de criação, instalação e as informações sobre desmembramento de todos os municípios dos nove estados da Amazônia Legal.

<sup>11</sup> O Estado do Tocantins foi criado no dia 5 de outubro de 1988, com a promulgação da oitava Constituição Brasileira.



180 municípios. E esses estão entre os que mais se fragmentaram, criando o maior número de novos municípios (Tabela 4).

Tabela 4 – Número de municípios criados antes e depois da Constituição de 1988 na Amazônia Legal

| ESTADOS        | Nº de municípios ANTES 1988 | Nº de municípios APÓS 1988 | TOTAL <sup>(1)</sup> |
|----------------|-----------------------------|----------------------------|----------------------|
| 1. Amapá       | 5                           | 11                         | 16                   |
| 2. Rondônia    | 19                          | 33                         | 52                   |
| 3. Roraima     | 8                           | 7                          | 15                   |
| 4. Acre        | 12                          | 10                         | 22                   |
| 5. Pará        | 87                          | 56                         | 143                  |
| 6. Tocantins   | 58                          | 81                         | 139                  |
| 7. Amazonas    | 59                          | 3                          | 62                   |
| 8. Mato Grosso | 82                          | 57                         | 139                  |
| 9. Maranhão    | 104                         | 76                         | 180 <sup>(2)</sup>   |
| <b>TOTAL</b>   | <b>434</b>                  | <b>334</b>                 | <b>768</b>           |

Fonte: IBGE (2003<sup>a</sup>)

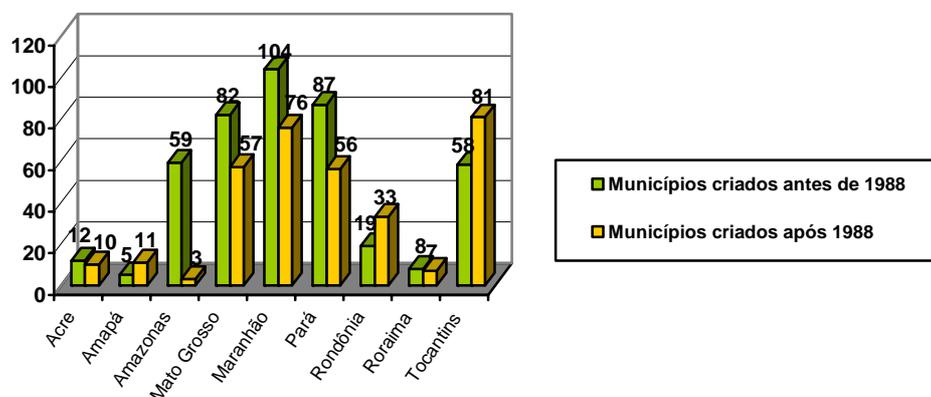
Notas: Informações especiais fornecidas em junho de 2003.

(1) Os totais referentes a cada estado compreendem os municípios criados até o ano de 2000.

(2) Aqui considerados somente os municípios integrantes da Amazônia Legal.

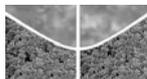
Em contrapartida, o estado que menos se fragmentou foi o Amazonas, onde apenas três novos municípios (Novo Aripuanã, Careiro e Ipixuna) foram criados após 1988. Os demais apresentaram grande aumento no número de municípios, tendo em alguns deles o número de municípios criados após 1988 mais que duplicado, se comparado à quantidade de municípios existentes antes desse período, como é o caso do Amapá, conforme indicam a Tabela 6 e o Gráfico 4.

Gráfico 4 – Número de municípios criados após 1988 por estado – Amazônia Legal



Fonte: IBGE (2003a)

Nota: Informações especiais fornecidas em junho de 2003.



Tendo em vista essa multiplicação no número de novos municípios na Amazônia Legal, faz-se necessário investigar quais as principais motivações para criar novas cidades (as relações dessas com o poder) para só assim avançar para análise do que essa multiplicação no número de novos municípios pode representar em termos de melhoria ou agravamento da qualidade de vida da população.

### **1.3 AS PRINCIPAIS MOTIVAÇÕES PARA SE CRIAREM NOVOS MUNICÍPIOS**

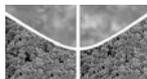
Muito se tem discutido sobre os fatores que motivaram a criação de tantos novos municípios no Brasil. São apontadas desde razões ditas “nobres”, como a busca pela autonomia e melhoria da qualidade de vida da população que quer se emancipar, até motivos não “politicamente corretos”, como o aumento do número de eleitores e o intuito de embolsar os recursos do FPM, conformem argumentam autores como Grossi; Porto e Farret (1998).

Bremaeker (1993b), a partir de uma pesquisa desenvolvida junto aos 500 novos municípios instalados entre 1980 e 1990, argumenta que, de acordo com os prefeitos, as principais motivações para o desmembramento são o descaso por parte do município de origem; a existência de forte atividade econômica local; grande extensão do município de origem; e grande aumento da população local. Essa pesquisa, no entanto, como ressalta Bremaeker (1993b), foi realizada somente com uma pequena parcela dos novos municípios criados, 62 prefeituras, que perfazem uma amostra de 12,4 % dos novos municípios instalados entre 1980-1990, não refletindo assim, a total realidade.

Pinto (2002) apresenta três outras razões que predominam nesse processo: 1) de natureza política, que ocorrem à medida que crescem os aglomerados populacionais e estes passam a ter acesso às tecnologias das comunicações e à informação<sup>12</sup>, que os tornam mais exigentes, e levam a comunidade a pressionar pelo desmembramento, em busca de melhor qualidade de vida; e quando os políticos interessados em alavancar votos incentivam projetos de emancipação; 2) econômica, que está relacionada ao montante de recursos que os municípios têm como função principal gerir; e 3) demográfica, que diz respeito à criação de capitais para novos estados que forem se formando ou o surgimento de cidades planejadas.

---

<sup>12</sup> Como melhoria no sistema de captação de sinais de TV aberta ou TV a cabo, telefonia celular, acesso à internet.

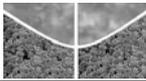


Figueiredo (1998) também defende as razões ‘políticas’ como motivadoras para a criação de novos municípios ao afirmar que a emancipação municipal serviu mais como instrumento de formação de base eleitoral do que como consolidação, no território, de núcleos político, social e economicamente amadurecidos para constituírem-se em novos entes autônomos da Federação. Segundo essa autora, ao delegar aos estados a competência para a regulação normativa referente à criação de novos municípios, deu-se visibilidade à fragilidade do pacto federativo que compõe o Estado brasileiro.

“Tal processo reforçou a dependência do poder local frente à esfera regional e nacional, como serviu à manipulação de toda ordem, no sentido de fazer da emancipação um instrumento de barganha política entre o município e os estados, reforçando a convicção de que a divisão política do território nacional não passa de um mecanismo meramente administrativo, condenado, *a priori*, ao fracasso, uma vez que a ‘emancipação’ de municípios, no presente, vem servindo, muitas vezes, à criação de cargos eletivos e administrativos” (FIGUEIREDO, 1998, p.25).

Além dos interesses ditos político-eleitorais, Figueiredo (1998) aponta também como causa para o grande número de emancipações a grande permissibilidade das legislações estaduais que facilita o desmembramento territorial (isso no caso da Amazônia). Essa autora ressalta também dois outros fatores: a ampla reformulação ocorrida na divisão e a transferência dos tributos entre os níveis governamentais que, ao possibilitar o acesso ampliado aos recursos arrecadados pela União por parte dos municípios, acabou por estimular o processo de "emancipação dependente" desses.

Noronha (1995), analisando os municípios fluminenses, também enumera entre as motivações para as emancipações municipais os aspectos políticos e a questão dos recursos recebidos da União. De acordo com ele, as principais motivações podem ser classificadas como sendo “administrativas”, “econômicas por crescimento”, “econômicas por estagnação” e “políticas.” “Administrativas”, quando se visa a melhorar a oferta de serviços públicos à população; “econômicas por crescimento”, quando a área a ser emancipada tem condições econômicas para a constituição de um novo poder local; “econômicas por estagnação”, quando se pretende que a emancipação seja o fato gerador do desenvolvimento local; “políticas”, que ocorrem quando determinado grupo pretende criar, com a emancipação, uma nova esfera de poder/influência. Além destes aspectos, Noronha ressalta que alguns dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Belford Roxo, Queimados, Japeri e Guapimirim) tiveram como razão para se emancipar a possibilidade de dispor de boa cota do FPM, devido ao número de habitantes que possuíam.

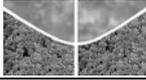


Grossi; Porto e Farret (1998, p.5), em sua análise sobre os municípios criados em 1993, também discutem os motivos que levariam a tantas emancipações municipais, argumentando que essa não é uma questão fácil. Na tentativa de respondê-la, apresentam uma lista desses motivos, que pode ser resumida da seguinte maneira:

- “1) ocupação por parte de imigrantes de áreas virgens (florestas, cerrados e campos) pertencentes a municípios com pequenas populações, o que caracterizaria uma ocupação da fronteira agrícola;
- 2) municípios cujas áreas geográficas são muito grandes e que abrigam dois ou mais centros habitados, distantes um(s) do outro(s) com atividades econômicas e sociais próprias e distintas que configurem unidades urbanas autônomas;
- 3) municípios com características urbanas tais que o conjunto de problemas sociais exige o desmembramento como forma de garantir uma administração racional da oferta de equipamentos e serviços urbanos;
- 4) municípios com mais de um distrito nos quais a sede, por motivos políticos ou outros quaisquer, absorve a quase totalidade dos serviços e equipamentos públicos municipais, gerando uma situação de injustiça;
- 5) municípios com mais de um distrito nos quais a atividade econômica concentra-se em um distrito diferente da sede, mas que, a administração municipal, podendo gerir a totalidade dos recursos públicos (principalmente a receita proveniente do ICMS) o faz em função dos interesses da sede municipal;
- 6) conveniências políticas próprias aos governadores de estado e interesses políticos sub-regionais que incentivam (ou bloqueiam) a criação de novos municípios;
- 7) distritos que pretendem auferir das vantagens que a atual legislação do FPM propicia para municípios com menos de 10.188 habitantes com a anuência, em certos casos, da sede municipal que também se beneficia com o desmembramento”.

Para Grossi; Porto e Farret (1998), o último motivo é o de maior relevância para justificar a onda de emancipações por que passam os municípios brasileiros. Conforme esses autores, o critério de divisão do FPM é um prêmio à emancipação de municípios com pequena população. Esse fator, juntamente com a grande dependência dos municípios em relação aos recursos orçamentários oriundos do FPM, reforça a impressão de que o desmembramento municipal brasileiro é bastante influenciado pela perspectiva de aumento do recebimento de transferências federais.

Em relação à questão dos recursos, Favero (2004, p.25) chama atenção para um fator novo, não discutido anteriormente pelos diversos autores que trabalham com este tema. Segundo ele, há que se considerar também que dentre as motivações para as emancipações municipais está “a valorização da identidade local com a possibilidade de autogestão dos destinos da comunidade beneficiando-se do recebimento de recursos das transferências federais e estaduais independentes do vínculo com outros municípios”. O que, segundo autor, é benéfico, tendo em vista a disponibilização de recursos para obras de infra-estrutura urbana e serviços públicos proporcionada pelo aumento do número de municípios.



Tomio (2002, p.10) também defende a garantia dos recursos provenientes do FPM como, provavelmente, uma das principais motivações às emancipações. Segundo ele, tendo em vista a maioria dos municípios criados nas últimas duas décadas apresentarem características como não ter receita própria capaz de sustentá-los; possuir atividade econômica incipiente e sem fontes geradoras de impostos, o que torna inexpressiva a participação direta destes nos tributos estaduais e federais, fez com estes se tornassem diretamente dependentes das transferências federais para o seu funcionamento. “Portanto, é o FPM que garante a sobrevivência da maior parte das unidades emancipadas. Em virtude disso, somente [recursos transferidos de fundos, que englobam impostos estaduais (ICMS) e federais (FPM) são considerados] aqui um mecanismo institucional que estimula as emancipações municipais”.

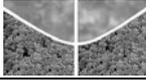
Em face do exposto, ficou claro que a maioria dos autores aponta a questão das transferências recebidas do governo como o principal motivo para se criarem novos municípios. Acredita-se no entanto, que há por trás da criação de tantos novos municípios após 1988 uma questão ainda maior, a da importância das cidades como fonte de poder político, como procurar-se-á discutir no próximo item.

#### **1.4 O PODER POLÍTICO DAS CIDADES**

Conforme discutido anteriormente, ao longo dos tempos as cidades se consolidaram e passaram a desempenhar um papel cada vez mais importante, como:

- centro político além de econômico e cultural;
- local da organização social, civil, política e religiosa;
- lugar do exercício e da concentração do poder político;
- local do exercício de dominação da autoridade político-administrativa sobre o conjunto de seus moradores;
- lugar de aglutinação de interesses socioeconômicos, políticos e culturais.

É com base nesse papel relevante das cidades, como lugar de articulações políticas, de tomada de decisões por parte dos atores/agentes que compõem o espaço urbano, e de reunião de decisões socioeconômicas e políticas, que se acredita que a principal motivação para criar novos municípios é de caráter eminentemente político. O que está por trás do surgimento de tantos municípios, no caso do Brasil, tantas novas cidades, é o desejo de



fragmentação das áreas de poder e mando existentes e a possibilidade de criar novas áreas de poder.

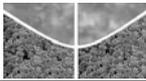
A idéia das cidades como *locus* de negociação de agentes/atores sociais, que possuem interesses territoriais distintos e expressam seu poder sob a forma de conflitos e tomadas de decisões, além de *lugar* de articulações e negociações dos agentes/atores sociais que nelas manifestam seu poder, foi discutida por Steinberger e Alencar (2004) e em Steinberger e Romero (2000). Segundo esses autores, o espaço urbano deve ser entendido como local de aglutinação de poder e de concentração de “interesses socioeconômicos e político-culturais”.

“O urbano é entendido como um espaço relacional, cujo alcance e significado é definido por relações externas e internas. As externas estão ligadas não somente à concentração da oferta e demanda de emprego, bens e serviços, como enfatizado nas teorias neoclássicas de economia urbana e regional, mas, fundamentalmente, ao fato do espaço urbano ser ponto de apoio para a formação de uma rede urbana por onde circulam os interesses. Ao mesmo tempo, internamente, o espaço urbano configura-se como um sítio de condições privilegiadas, onde a construção física, a localização e o próprio modo de vida, propiciam a implantação de assentamentos humanos que aglomeram pessoas, atividades, idéias e informações” (STEINBERGER; ALENCAR, 2004, p.5).

Castells e Borja (1996, p.152) também chamam a atenção para esse viés político das cidades. De acordo com eles, a cidade contemporânea atua “como um *ator político* [grifo meu], que promove acordos e associações, assume responsabilidades diante da sociedade e da União, representa, enfim, um pólo central na articulação entre a sociedade civil, a iniciativa privada e as diferentes instâncias do Estado”.

Segundo esses autores, as cidades vêm adquirindo também, o papel de *atores sociais*, uma vez que realizam uma articulação entre administrações públicas, agentes econômicos públicos e privados, organizações sociais e cívicas, setores intelectuais e profissionais e meios de comunicação social, entre instituições políticas e sociedade civil, consolidando-se, cada vez mais, como protagonistas na vida política, econômica, social e cultural.

Essa sugestão é apoiada pela idéia de Becker (1990), que ao discutir o novo significado da urbanização na Amazônia, ressalta que os núcleos urbanos têm exercido três papéis fundamentais: a atração dos fluxos migratórios, a organização do mercado de trabalho e o controle social. No que diz respeito ao último, Becker (1990) alerta para o papel dos



núcleos urbanos como “*locus da ação político-ideológica do Estado*”. Há que se considerar serem eles sede do aparelho de estado local, da Igreja e dos grupos hegemônicos da fração não-monopolista em formação na nova sociedade local, bem como o lugar da “preparação” da população para seu papel na sociedade.

A mesma autora, em trabalhos mais recentes, reafirma tal idéia ao citar que os municípios, apesar de não representarem uma força motriz em termos econômicos-financeiros, “correspondem a uma força política, à medida que expressam o pacto entre novos pontos de poder local e as instâncias superiores da ordem federativa. Em outras palavras, têm de se tornar parceiros políticos, levando em conta a participação municipal na tomada e execução da decisão”. Ainda segundo esta autora:

“[...] há que se registrar a importância da dimensão política no processo de urbanização regional. A começar pela presença do aparato institucional dos diferentes escalões do governo, seguindo pelo papel das lideranças locais e seus lobbies na própria criação de vilas e distritos, e pela presença das organizações das sociedades civis que se localizam em cidades que servem a redes sociais, nem sempre correspondendo às capitais regionais. Em suma, o processo de urbanização regional não está associado a dinâmicas econômicas, nem à industrialização nem à agricultura moderna, a não ser em áreas localizadas. Mas se a base econômica municipal e urbana é fraca, seu papel político é essencial nas tomadas de decisões para controle do território e para a gestão ambiental, constituindo parceria política não mais negligenciável” (Becker, 2003, p.655-6).

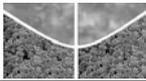
O *Plano Amazônia Sustentável* criado pelos Ministério da Integração e Ministério do Meio Ambiente (2004, p.46-47) também ressalta o papel importante desempenhado pelas cidades ao citar que, apesar dos inúmeros problemas urbanos e a fragilidade da rede urbana nas macrorregiões Amazônia Central e Amazônia Ocidental, “as cidades são fundamentais para o desenvolvimento regional sustentável<sup>13</sup>. São os nós das redes físicas e virtuais de relações externas, que realizam investimentos na Região, e das redes de informação, que permitem articulações externas e internas”. Além disso,

“exercem papel estratégico para fortalecer a presença do Estado, na medida em que permitem a difusão das ações públicas horizontais, atravessando todo o território regional. Também são os pontos nodais das iniciativas das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais e os centros de gravidade do capital social”.

Igualmente o IBGE (2003b), na publicação *Perfil dos Municípios Brasileiros – Gestão Pública 2001*, também ressalta como um dos estímulos à emancipação de novas unidades político-administrativas, em particular, de novos municípios o fator de natureza

---

<sup>13</sup> O Desenvolvimento Regional Sustentável integrando os conceitos de desenvolvimento e sustentabilidade busca, respeitando aspectos sociais, culturais e ambientais, catalisar potencialidades regionais.



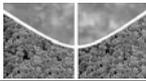
política: “já que essas mudanças possibilitariam não só o surgimento de lideranças locais, mas também a acomodação de grupos rivais, resultando num novo formato de repartição do poder político e administrativo. Um outro aspecto é que a opção pela fragmentação se tornou uma forma de simplificar a gestão através de soluções locais”.

Ao criar novos municípios, na verdade, o que se está buscando é a ampliação e multiplicação das áreas de poder sobre dado território que vai passar, a partir de sua instituição como cidade, a ser dotado de uma série de atributos requeridos para que venha a funcionar como mais um ente da Federação, conforme determinado pela Constituição de 1988. Ao definir as cidades como área de poder, cabe deixar claro que o conceito de poder é aqui entendido como na acepção de Foucault (1996), na qual é visto como uma prática social que se expande por toda a sociedade. Por ser uma prática social, o poder é constituído historicamente e articula-se com a estrutura econômica.

Para Perissinotto (2004) o que Foucault chamou “microfísica do poder” significa tanto um deslocamento do espaço de análise quanto ao nível em que este se efetua. De acordo com a sua categorização, as sociedades e os seus respectivos regimes de visibilidade podem ser divididos em sociedades de soberania, em que o rei ou senhor exercia o poder por meio de uma vigilância externa e geral; sociedade disciplinar, na qual as instituições são um dos maiores dispositivos de visibilidade, principalmente com relação ao funcionamento dos operários institucionais; e sociedade de controle, que veio substituir a sociedade disciplinar, na qual ocorre a implementação progressiva e dispersa de um novo regime de dominação, ou seja, o exercício do poder à distância.

No âmbito dessa discussão sobre poder, cabe enfatizar as colocações de Max Weber e Hannah Arendt, que analisaram esse tema. Hannah Arendt (2001) conjuga poder à autoridade. Segundo essa autora, o poder (e a ação política) é um fim em si mesmo e, nesse sentido, não pode ser instrumentalizado em nome de qualquer outro fim. O poder não pode ser avaliado pelo seu resultado final, mas valorizado por si mesmo. E seu sentido último é sempre a interação entre os homens (ARENDR, 2001).

Já para Weber, como cita Perissinotto (2004), o poder é uma ação estratégica em que o ator visa a utilizar, da forma mais eficiente possível, os meios à sua disposição para atingir um fim previamente definido (isto é, submeter a vontade do outro à sua). “O fenômeno



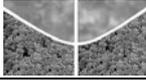
fundamental do poder não é a instrumentalização da vontade de outros, mas a formação de uma vontade comum numa comunicação direcionada para atingir um acordo” (PERISSINOTTO, 2004, p.76).

Para Weber (1971, p.219) “poder significa toda oportunidade de impor sua própria vontade, no interior de uma relação social, até mesmo contra resistências, pouco importando em que repouse tal oportunidade”. Desta definição, conforme cita Santos (2006), é possível deduzir que, Max Weber entende por poder as oportunidades que os homens têm de realizar sua vontade, mesmo contra a resistência de outros. Para essa autora assim,

“Ter poder, portanto, é conseguir impor sua vontade sobre a vontade de outras pessoas. O conceito de poder está intimamente ligado à questão da dominação. Quando se trata de poder, fala-se obrigatoriamente de Dominantes e Dominados. Daqueles que exercem o poder e daqueles sobre quem o poder é exercido” (SANTOS, 2006, p.1).

Da discussão empreendida ao longo deste capítulo denota-se que o desejo de multiplicar áreas de poder está por trás da criação de tantos novos municípios no Brasil. A expansão de novas sedes de poder municipal pelo território se constitui então na principal justificativa para o grande crescimento do número de novos municípios que o país vem enfrentando após a Constituição de 1988. Com a discussão sobre o conceito de poder e o papel político das cidades ora apresentada, procurou-se ressaltar a relação existente entre a vontade de criar novas sedes municipais e o que está implícito nesta vontade que é o desejo de se expandir o poder político, pelas cidades representado, sobre o território.

Avançando no debate sobre o papel das cidades, o próximo capítulo enfocará o papel desempenhado pelas cidades no contexto de uma discussão ainda maior, que é a do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade. Buscar-se-á ressaltar a importância das cidades nesse debate e como a questão da problemática urbana foi ganhando cada vez mais importância e merecendo maior espaço nas pautas de discussão dos governos nacionais e locais.



## 2

# SUSTENTABILIDADE URBANA COMO CONDIÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA

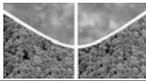
---

### 2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O DESAFIO URBANO

A análise sobre urbanização e qualidade de vida nos novos municípios da Amazônia ora proposta para ser desenvolvida na presente tese está estritamente ligada à discussão sobre desenvolvimento sustentável e sustentabilidade urbana, tendo em vista ser a preocupação com a sustentabilidade, acima de tudo, uma preocupação com a melhoria da qualidade de vida da população. Cabe discutir então, os conceitos de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade e a inserção destes no debate da questão urbana, na tentativa de dar ênfase ao caso específico do desenvolvimento sustentável na Amazônia.

A preocupação com a preservação do meio ambiente é bem antiga, já tendo sido citada na Grécia e em Roma por autores como Platão e Plínio, o Velho; mas a discussão sobre como conciliar os objetivos de preservação do meio ambiente com os de desenvolvimento econômico ainda é relativamente nova. Ela só emergiu por volta da década de 1970, no âmbito das inúmeras conferências, encontros e seminários que passaram a ser realizados e impulsionaram um processo de tomada de consciência, por parte dos governos, sociedade civil e organizações ligadas à questão ambiental, de que o desenvolvimento econômico deveria se fazer em bases sustentáveis, gerando-se aí a base do conceito de Desenvolvimento Sustentável.

A Conferência de Estocolmo, realizada em junho de 1972, segundo McCormick (1992), foi o marco fundamental no crescimento do ambientalismo internacional. Nela, “foi a primeira vez que os problemas políticos, sociais e econômicos do meio ambiente global foram discutidos num fórum intergovernamental com uma perspectiva de realmente empreender ações corretivas”. A declaração resultante da Conferência de Estocolmo explicitava a estrita ligação existente entre preservação ambiental e desenvolvimento econômico, e nela cunhou-se o termo “ecodesenvolvimento” que, segundo Sachs (1993), é o conceito básico do que hoje os pesquisadores designam “Desenvolvimento Sustentável”.

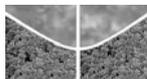


Entre as premissas defendidas nessa conferência estava a de que a proteção e o melhoramento do meio ambiente humano eram questões fundamentais que afetavam o bem-estar e o desenvolvimento econômico do mundo inteiro. Nesse sentido, os países, principalmente aqueles em desenvolvimento, deveriam dirigir seus esforços para o desenvolvimento, tendo presente suas prioridades e a necessidade de salvaguardar e melhorar o meio ambiente. A defesa e o melhoramento do meio ambiente humano para as gerações presentes e futuras deveria se converter assim na meta imperiosa da humanidade (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE HUMANO, 1972).

Entre os princípios contidos na declaração da Conferência de Estocolmo (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE HUMANO, 1972) destacavam-se a necessidade de preservação do meio ambiente visando ao benefício das gerações presentes e futuras. De acordo com o Princípio 1, o homem tem direito ao desfrute de condições de vida adequadas em um meio ambiente de qualidade que lhe permita levar uma vida digna e gozar de bem-estar, tendo a obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras.

A declaração abordava também a importância do desenvolvimento econômico e social para melhoria da qualidade de vida e relevância de se aplicar o planejamento aos assentamentos humanos e à urbanização com vistas a evitar repercussões prejudiciais sobre o meio ambiente e a obter os máximos benefícios sociais, econômicos e ambientais para toda população. E chamava atenção ainda, no que diz respeito à questão do crescimento demográfico, que nas regiões onde houvesse risco de que as concentrações excessivas de população prejudiquem o meio ambiente ou o desenvolvimento, deveriam ser aplicadas políticas demográficas que respeitassem os direitos humanos fundamentais e contassem com a aprovação dos governos interessados.

Como pode ser visto, a partir da análise da declaração resultante da Conferência de Estocolmo, em 1972 já havia a preocupação com a melhoria da qualidade de vida da população e já estava presente a idéia de que era necessário se procurar conciliar preservação do meio ambiente e desenvolvimento econômico.



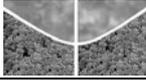
Essa idéia da conciliação entre meio ambiente e desenvolvimento econômico foi sistematizada no *Relatório Brundtland* e divulgada no relatório *Nosso Futuro Comum* da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (a partir de 1987), considerado o marco do conceito de Desenvolvimento Sustentável. De acordo com esse documento, o desenvolvimento sustentável “é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p.46).

Para que haja um desenvolvimento sustentável é imprescindível, segundo esse relatório, que as necessidades básicas de todos sejam atendidas e que a todos seja dada a oportunidade de uma vida melhor. Para que isso ocorra, é necessário uma nova era de crescimento econômico na qual “os mais ricos adotem estilos de vida compatíveis com os recursos ecológicos do planeta” (op. cit. 1988, p.10).

O *Relatório Brundtland* enfatiza assim, o papel do desenvolvimento sustentável não como um estado permanente de harmonia, mas como um processo constante de “mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras” (op. cit., 1988, p.10).

As premissas defendidas pelo *Relatório Brundtland* foram a reafirmação do que já vinha sendo discutido exaustivamente nas comissões anteriores: de que se precisava ter uma visão crítica do modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e reproduzido pelas nações em desenvolvimento e sobre os riscos do uso excessivo dos recursos naturais sem considerar a capacidade de suporte dos ecossistemas. Dava-se ênfase, assim, à idéia da incompatibilidade entre promover um desenvolvimento em bases sustentáveis e manter os padrões de produção e consumo vigentes até então.

No que diz respeito à questão urbana, entre os desafios que deveriam ser enfrentados para alcançar o desenvolvimento sustentável, o *Relatório Brundtland* aponta que, relativamente ao desafio urbano, a questão primordial era equalizar o grande crescimento populacional das cidades nas últimas décadas, com a capacidade dos governos, principalmente, nos países em desenvolvimento, de assegurar à população os serviços e as



instalações que a qualidade da vida humana requer: água potável, saneamento, escolas e moradia a toda a população. Como consequência disso, tem-se a proliferação de assentamentos ilegais, aglomerações excessivas e altas taxas de mortalidade causadas pelo meio ambiente insalubre (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988).

Como sugestão para reverter essa problemática urbana, é apontado pelo *Relatório de Brundtland* o fortalecimento dos governos locais das cidades pequenas e médias e a reorientação das principais políticas econômicas e setoriais que atualmente contribuem para acentuar o crescimento das megalópoles, a decadência urbana e a pobreza (op. cit., 1988).

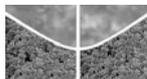
Toda essa preocupação com o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade da vida urbana desenvolvida e consolidada no âmbito internacional tomou impulso no Brasil<sup>14</sup> após a Conferência do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992 (ECO-92 ou Rio-92), em que o desenvolvimento sustentável é firmado como diretriz para a mudança de rumos no desenvolvimento global. Nela são estabelecidos os desafios a serem superados para se alcançar a sustentabilidade e a necessidade de se implementar um novo modelo de desenvolvimento socioeconômico e ambiental, voltado para melhorar e resguardar a qualidade de vida das gerações futuras.

Além de impulsionar a discussão sobre desenvolvimento sustentável no país, o debate iniciado na Conferência Rio-92 contribuiu também, segundo Furtado (2003), para que duas noções-chave de sustentabilidade (sustentabilidade ampliada e sustentabilidade progressiva) fossem se formando, fruto da necessidade de se atender à chamada Agenda Social e à questão da democracia e dos direitos humanos. Segundo essa autora:

- “A noção de *sustentabilidade ampliada* explicita a indissolubilidade entre os fatores sociais e os ambientais. Decorre daí a necessidade de se enfrentarem conjuntamente a pobreza e a degradação ambiental. Essa noção possibilitou a superação dos conflitos de interesses entre o hemisfério Norte, rico e desenvolvido e o Sul, pobre e pouco desenvolvido.
- A noção de *sustentabilidade progressiva*, por sua vez, representa o entendimento de que a sustentabilidade não é um estado, mas um processo. Essa progressividade não significa que decisões importantes possam ser adiadas, mas busca substituir um círculo vicioso de produção, destruição e exclusão por um círculo virtuoso de produção, conservação e inclusão” (2003, p.2).

---

<sup>14</sup> O Brasil teve um despertar tardio para a questão do meio ambiente. Só a partir da década de 1970, pouco após a Conferência de Estocolmo, é que o Estado brasileiro começou a tomar medidas, isto é, passou a criar instituições específicas para o meio ambiente, visando ao enfrentamento da questão ambiental.



Ainda de acordo com Furtado (2003), a discussão brasileira sobre a sustentabilidade buscou relativizar o absolutismo econômico, que havia prevalecido até então nas discussões sobre o desenvolvimento sustentável, no âmbito internacional, apresentando outras dimensões para a sustentabilidade, além da econômica. Alguns autores, em seus estudos passaram a inserir novas dimensões complementares à econômica predominante até então no discurso do desenvolvimento sustentável. Roberto Guimarães (1997) apontou sete novas dimensões para sustentabilidade: a *ecológica*, a *ambiental*, a *demográfica*, a *cultural*, a *social*, a *política*, a *institucional*. Já Ignacy Sachs (2000), além destas, incluiu três outras dimensões à sustentabilidade: *territorial*, *política nacional* e *política internacional*. Segundo este autor, os critérios de sustentabilidade são os seguintes:

**“1. Social:**

- alcance de um patamar razoável de homogeneidade social;
- distribuição de renda justa; [...]
- igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.

**2. Cultural:**

- mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação);
- capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno [...];

**3. Ecológica:**

- preservação do potencial do capital natureza na sua produção de recursos renováveis;
- limitar o uso dos recursos não-renováveis;

**4. Ambiental:**

- respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais;

**5. Territorial:**

- configurações urbanas e rurais balanceadas [...];
- melhoria do ambiente urbano;
- superação das disparidades inter-regionais;
- estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis [...].

**6. Econômico:**

- desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado;
- segurança alimentar; [...]
- inserção soberana na economia internacional.

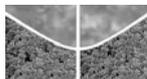
**7. Política (nacional):**

- democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos;
- desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores;
- um nível razoável de coesão social.

**8. Política (internacional):**

- eficácia do sistema de prevenção de guerras da [Organização das Nações Unidas] - ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional;
- um pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio de igualdade [...];
- controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios ;
- controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais [...]” (SACHS, 2000, p.85-87).

Esse processo de inserção de novas dimensões ao discurso da sustentabilidade foi ocorrendo conforme o debate sobre o conceito de desenvolvimento sustentável foi avançando. Em outras palavras, à medida que os diversos países foram incorporando em suas pautas de



discussão a questão da sustentabilidade, essas novas variáveis (sociais, políticas, ambientais, culturais) passaram a ser inseridas no conceito de Desenvolvimento Sustentável.

## 2.2 A SUSTENTABILIDADE NAS CIDADES

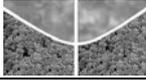
No que diz respeito à questão urbana, embora o debate sobre a sustentabilidade das cidades tenha ganhado destaque mais recentemente na década de 1990, principalmente após a Rio 92, a preocupação com a problemática urbana porém, assim como a preocupação com o meio ambiente, é muito antiga. Remonta ao século XVIII, quando a industrialização deflagrou um processo de deslocamento da população do campo para as cidades e foi acompanhada por um crescimento sem precedentes da população.

Esse crescimento urbano, que teve como ponto de partida a industrialização, trouxe consigo uma série de problemas que não demoraram muito tempo para ganhar grandes proporções, passando a comprometer as condições de vida da população que vivia nas cidades. Mumford (1961), em sua análise sobre as cidades industriais descreve a problemática ambiental e as precárias condições de vida enfrentadas pela população urbana. Segundo ele, com as indústrias, os rios se transformaram em esgotos a céu aberto e a poluição do ar tornou-se uma constante.

“Note-se o efeito sobre o ambiente, da *aglomeração* de indústrias, que o novo regime tendia a tornar universal. Uma única chaminé de fábrica, uma única fornalha, uma única tinturaria, pode facilmente ter os seus eflúvios absorvidos pela paisagem que os rodeia: vinte delas, numa área reduzida, poluem efetivamente o ar ou a água, de maneira a não ter remédio” (MUMFORD, 1961, p.173).

Quanto à qualidade de vida urbana nos novos e velhos bairros, segundo Mumford (1961), chegou-se a um máximo de imundície e sujeira. Atirar restos na rua tornou-se uma prática comum e permaneciam ali, por mais fedorentos e imundos que fossem, até que fossem levados para servir de estêrco. O mesmo ocorria em relação às condições sanitárias. Segundo esse autor,

“As privadas, de uma imundície indescritível, ficavam geralmente no porão; era também prática comum ter chiqueiros debaixo das casas, e os porcos voltaram a invadir as ruas, como o tinham feito durante séculos nas cidades maiores. Havia mesmo uma terrível falta de retretes: o Relatório Sobre o Estado das Grandes Cidades e dos Distritos Populosos (1845) informa que ‘em uma parte de Manchester, em 1843-44, as necessidades de mais de 7.000 habitantes eram atendidas apenas por 33 privadas – ou seja, um retrete para cada 212 pessoas” (MUMFORD, 1961, p.178)



Tornou-se comum também a aglomeração de grande quantidade de pessoas num mesmo local, muitas vezes em locais impróprios para a ocupação humana como os porões das casas, que passaram cada vez mais a serem utilizados como moradia. A grande imundície aliada a esse congestionamento nas moradias, cada vez mais densamente habitadas, fomentou a proliferação de epidemias como cólera e tifo. “Os ratos que conduziram à peste bubônica, os percevejos que infestavam as camas e atormentavam o sono, os piolhos que propagavam o tifo, as moscas que visitavam imparcialmente a privada do porão e o leite das crianças” (MUMFORD, 1961, p.178).

Nesse sentido, embora ao longo das últimas décadas tenha sido dada mais atenção ao debate sobre a questão ambiental nos países desenvolvidos até a década de 1970, a discussão sobre a questão urbana aos poucos foi ganhando maior espaço e se destacando como um tema que necessitava estar no centro das grandes discussões, e para o qual, deveriam ser procuradas soluções e alternativas. Três grandes conferências discutiram a questão da problemática urbana:

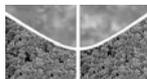
1. A Conferência Habitat I (1976) – a primeira maior Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos ;
2. A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD (Rio-92);
3. A Segunda Conferência das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos – Habitat II (1996), da qual resultou o documento Agenda Habitat adotado por 171 países.

A Conferência das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos, conhecida como a Conferência do Habitat I, realizada em Vancouver, Canadá em 31 maio – 11 junho de 1976, concentrou suas discussões nas condições de vida dos Assentamentos Humanos<sup>15</sup> ressaltando as medidas que deviam ser tomadas pelos governos para reverter o quadro até então instalado nas cidades de deterioração social, econômica, ecológica e ambiental.

A Declaração de Vancouver sobre Assentamentos Humanos resultante da Conferência e assinada pelos chefes de Estado refletia, de certa forma, as preocupações

---

<sup>15</sup> “Assentamentos humanos, termo genérico que abarca todas as formas e tamanhos de centros urbanos e rurais existentes no mundo (em inglês: human settlements ou cities, towns and villages)” (FERNANDES, 2003, p.14).



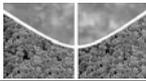
debatidas na Conferência de Estocolmo, ao pregar que se deveria unir desenvolvimento com a preservação do meio ambiente e que os governos precisavam investir em ações, políticas e programas visando à melhoria da qualidade de vida da população e à garantia dos recursos para as futuras gerações (UNITED NATIONS CONFERENCE ON HUMAN SETTLEMENTS, 1976).

Entre suas premissas, a Declaração de Vancouver ressaltava que para a melhoria da qualidade de vida dos Assentamentos Humanos era pré-requisito a satisfação das necessidades básicas da população, tais como emprego, habitação, serviços de saúde, educação e recreação. Além disto reconhecia que grande parte da população, principalmente nos países em desenvolvimento, vivia em condições inaceitáveis e que, a menos que ações positivas e concretas fossem tomadas nacional e internacionalmente para se encontrarem e implementarem soluções, essas condições seriam provavelmente agravadas, como resultado de dois fatores principais:

- Crescimento econômico desigual, refletido na ampla desigualdade de riqueza que existe entre os países e que condenam milhões de pessoas a uma vida de pobreza, sem que sejam satisfeitas suas necessidades básicas de alimentação, educação, serviços de saúde, habitação, saneamento básico, água e energia;
- Deterioração social, econômica, ecológica e ambiental que se expressam em termos nacionais e internacionais pelas desigualdades nas condições de moradia, segregação social, discriminação racial, desemprego, analfabetismo, doenças e pobreza, quebra das relações sociais e dos valores culturais tradicionais e aumento da degradação de recursos essenciais para a vida, ar, água e terra (UNITED NATIONS CONFERENCE ON HUMAN SETTLEMENTS, 1976).

De acordo com as constatações dessa conferência, as tendências de crescimento da população mundial indicavam que os números mundiais nos próximos 25 anos iriam dobrar, o que faria com que mais que dobrasse também a necessidade por comida, habitação e todas as outras necessidades requeridas para a vida e dignidade humana e que eram até aquele momento inadequadamente atendidas. Entre os problemas enfrentados destacavam-se:

- urbanização descontrolada e as conseqüentes condições de superpopulação, poluição, deterioração e tensão psicológica nas regiões metropolitanas;

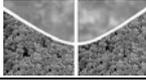


- “atraso rural” que obriga a grande maioria da humanidade a viver com baixo padrão de vida e contribui para crescimento urbano descontrolado;
- a dispersão rural que se manifesta por pequenos assentamentos dispersos e isolados o que impede a provisão de infra-estrutura e serviços, particularmente, os relacionados à água, saúde e educação;
- migração involuntária que leva à realocação e expulsão de pessoas de sua nação de origem.

A Declaração de Vancouver sobre os Assentamentos Humanos reconhecia, assim, como essencial para o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria dos Assentamentos Humanos, particularmente nos países desenvolvidos, o estabelecimento de uma justa e equitativa ordem econômica mundial por meio das mudanças necessárias nas áreas de comércio internacional, sistema monetário, industrialização, transferência de recursos, transferência de tecnologia.

Além disso, ressaltava-se nessa declaração que eram necessárias a consciência e a responsabilidade para aumentar a atividade dos governos nacionais e comunidade internacional, com o objetivo de mobilizar recursos, mudanças institucionais e solidariedade internacional para:

- (a) adoção de políticas efetivas e significativas para os Assentamentos Humanos e estratégias de planejamento adaptadas às condições locais;
- (b) criação de soluções mais atrativas e eficientes que reconheçam a escala humana, o patrimônio e cultura das pessoas e em especial as necessidades dos grupos desfavorecidos;
- (c) criação de possibilidades de participação efetiva de todos no planejamento, construção e administração dos Assentamentos Humanos;
- (d) desenvolvimento de inovações na formulação e implementação de programas para os Assentamentos por intermédio do uso mais apropriado da ciência e tecnologia e o adequado financiamento nacional e internacional;
- (e) utilização mais efetiva dos meios de comunicação para o intercâmbio de conhecimento e experiência no campo dos Assentamentos Humanos;
- (f) fortalecimento da cooperação internacional tanto regional como globalmente;



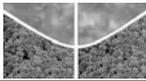
(g) criação de oportunidades econômicas que conduzam ao pleno emprego onde, em condições saudáveis e de segurança, mulheres e homens sejam justamente compensados por seu trabalho em termos monetários, em relação à saúde e outros benefícios pessoais (UNITED NATIONS CONFERENCE ON HUMAN SETTLEMENTS, 1976).

Para alcançar esses objetivos, enfatizava a Conferência do Habitat I, devia-se considerar que os objetivos das políticas para os Assentamentos Humanos são inseparáveis dos objetivos dos setores da vida social e econômica, e as soluções dos problemas dos mesmos deviam, portanto, ser concebidas como uma parte integral do processo de desenvolvimento das nações individualmente e da comunidade mundial.

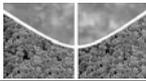
Nesse sentido, foram apontados para guiar os governos e a comunidade mundial na resolução de problemas dos Assentamentos Humanos os seguintes princípios gerais e as linhas de ação: 1) as políticas para os Assentamentos devem ter como objetivo principal a melhoria da qualidade de vida da população, e para isto devem começar satisfazendo às necessidades básicas da população; 2) o desenvolvimento econômico deve conduzir à satisfação das necessidades humanas e é o meio para se conseguir uma melhor qualidade de vida; 3) todas as nações devem unir-se para evitar a poluição e acabar com a exploração de todos os recursos renováveis e não-renováveis; 4) todos têm o direito e a obrigação de participar na elaboração e implementação das políticas e programas para os Assentamentos Humanos; 5) a cooperação internacional é um objetivo e uma obrigação comum de todos os Estados e esforços devem ser feitos para acelerar o desenvolvimento econômico e social dos países (UNITED NATIONS CONFERENCE ON HUMAN SETTLEMENTS, 1976).

Como diretrizes de ação foi recomendado aos governantes e às organizações que fossem feitos todos os esforços no sentido de implementar as seguintes ações urgentes:

- É responsabilidade dos governos preparar planos estratégicos e adotar políticas para Assentamentos Humanos que guiem os esforços para o desenvolvimento socioeconômico, estando essas políticas integradas e harmonizadas com as políticas de industrialização, agricultura, bem-estar social, e meio ambiente e preservação cultural;



- As políticas para os Assentamentos Humanos devem integrar uma grande variedade de temas como, por exemplo, crescimento e distribuição populacional, emprego, habitação, uso da terra, infra-estrutura e serviços. E os governos devem criar mecanismos e instituições para desenvolvimento e implementação de tais políticas;
- É de grande importância que os esforços nacionais e internacionais dêem prioridade à melhoria do habitat rural. Nesse contexto, esforços devem ser feitos para a redução das disparidades entre as áreas rurais e urbanas;
- As características demográficas, naturais e econômicas da maioria dos países requerem políticas de crescimento e distribuição da população, ocupação da terra e localização das atividades produtivas para assegurar um processo ordenado de urbanização e arranjo para uma racional ocupação do espaço rural;
- A saúde é um elemento essencial no desenvolvimento dos indivíduos e um dos objetivos das políticas de Assentamento Humanos deve ser a melhoria das condições de saúde ambiental e os serviços de saúde básica da população;
- A cooperação internacional, técnica e financeira dos países desenvolvidos com os países em desenvolvimento deve ser conduzida na base do respeito pela soberania nacional e planos de desenvolvimento nacional e programas e motivada para resolver problemas dentro dos programas de Assentamentos Humanos, com objetivo de melhorar a qualidade de vida dos habitantes;
- No planejamento e administração dos assentamentos humanos, os governos devem levar em consideração todas as recomendações pertinentes ao planejamento dos assentamentos humanos que emergiram das mais recentes conferências que trataram da qualidade de vida e dos problemas do desenvolvimento;
- A comunidade internacional deve apoiar os esforços nacionais para que se alcancem as mudanças pretendidas. Como os recursos dos governos são inadequados para suprir todas as necessidades, a comunidade internacional deve proporcionar a necessária



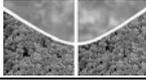
assistência financeira e técnica, envolvendo arranjos apropriados e buscando efetivamente novos caminhos para promovê-las.

Durante a década de 1990 a discussão sobre a sustentabilidade urbana consolida-se graças aos impulsos dados pela Rio-92 e pela Conferência Habitat II. Conforme cita Klug (2006), a partir desse período é possível distinguir “dois duplos movimentos: ambientalização das políticas urbanas e introdução das questões urbanas no debate ambiental; Disseminação de modelos de cidades sustentáveis através de Agendas [Agenda 21 e Agenda Habitat]”.

Conforme cita o documento *Caderno de Debates Agenda 21 e a sustentabilidade das cidades* (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE; SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2003, p.5), embora a discussão sobre qualidade de vida nas cidades venha de longo tempo, ela só tomou vulto nos últimos dez anos, “graças aos impulsos dados pela Rio-92 e pela Conferência Habitat II, assim como pela necessidade de dar transversalidade às questões ambientais, inclusive no contexto das políticas urbanas que representam o grande desafio”.

A *Agenda 21 Global*, no que diz respeito à habitação, reafirmava alguns dos principais compromissos firmados na Conferência do Habitat I, tais como o de que se deveria buscar a melhoria da qualidade social, econômica e ambiental da habitação e das condições de vida e trabalho da população dos assentamentos humanos, principalmente, dos pobres de áreas urbanas e rurais, e que essas melhorias deveriam se basear na cooperação entre os setores públicos, privados e na participação, no processo de tomada de decisões da comunidade e de grupos marginalizados, como mulheres, populações indígenas, idosos e deficientes.

Ressaltava-se igualmente a diferenciação existente entre os países industrializados, cujos padrões de consumo das cidades representam uma pressão muito séria sobre o ecossistema global, e os países em desenvolvimento cujos assentamentos humanos necessitam de mais matéria-prima, energia e desenvolvimento econômico para superar seus problemas econômicos e sociais básicos, além do processo de deterioração pelo qual vêm passando os assentamentos humanos em decorrência do baixo volume de investimentos no setor, em função das restrições relativas a recursos com que esses países se deparam em todas as áreas. Conforme a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento:



#### “Princípio 6

Será dada prioridade especial à situação e às necessidades especiais dos países em desenvolvimento, especialmente dos países menos desenvolvidos e daqueles ecologicamente mais vulneráveis. As ações internacionais na área do meio ambiente e do desenvolvimento devem também atender aos interesses e às necessidades de todos os países.

#### Princípio 7

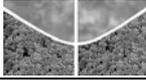
Os Estados irão cooperar, em espírito de parceria global, para a conservação, proteção e restauração da saúde e da integridade do ecossistema terrestre. Considerando as diversas contribuições para a degradação do meio ambiente global, os Estados têm responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Os países desenvolvidos reconhecem a responsabilidade que lhes cabe na busca internacional do desenvolvimento sustentável, tendo em vista as pressões exercidas por suas sociedades sobre o meio ambiente global e as tecnologias e recursos financeiros que controlam” (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1992).

Enfatizava-se nessa declaração também, entre outros pontos, a necessidade de se erradicar a pobreza, com o intuito de diminuir as desigualdades nos padrões de vida e melhor atender às necessidades da população e a importância de os Estados promoverem políticas demográficas adequadas para se alcançar o desenvolvimento sustentável e uma qualidade de vida mais elevada para todos (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1992).

No capítulo 7 da Agenda 21 Global, dedicado à discussão sobre a promoção do desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos, era sugerido que, ao desenvolver as estratégias para os assentamentos, os países deviam estabelecer prioridades em conformidade com seus planos e objetivos nacionais, considerando plenamente suas capacidades sociais e culturais e dentre as seguintes oito áreas programáticas:

- “(1) Oferecer a todos habitação adequada;
- (2) Aperfeiçoar o manejo dos assentamentos humanos;
- (3) Promover o planejamento e o manejo sustentáveis do uso da terra;
- (4) Promover a existência integrada de infra-estrutura ambiental: água, saneamento, drenagem e manejo de resíduos sólidos;
- (5) Promover sistemas sustentáveis de energia e transporte nos assentamentos humanos;
- (6) Promover o planejamento e o manejo dos assentamentos humanos localizados em áreas sujeitas a desastres;
- (7) Promover atividades sustentáveis na indústria da construção;
- (8) Promover o desenvolvimento dos recursos humanos e da capacitação institucional e técnica para o avanço dos assentamentos humanos” (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1992).

Na *Agenda 21*, os países signatários da Rio 92 assumiram o desafio de incorporar, em suas políticas públicas, princípios visando a alcançar o desenvolvimento sustentável, e a esses foi recomendado que incorporassem em suas pautas de discussão a questão da sustentabilidade e elaborassem suas próprias Agendas 21 nacionais e locais.



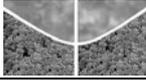
Seguindo essa recomendação, para a construção da Agenda 21 Brasileira procurou-se selecionar áreas temáticas que refletissem a complexidade da problemática socioambiental do país e propusessem instrumentos que induzissem o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, foram escolhidos seis eixos temáticos considerados como centrais: 1 – Agricultura Sustentável, 2 – Cidades Sustentáveis, 3 – Infra-estrutura e Integração Regional, 4 – Gestão dos Recursos Naturais, 5 – Redução das Desigualdades Sociais e 6 – Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável.

No que diz respeito às *Cidades Sustentáveis*, cabe apresentar algumas das proposições discutidas nesse documento, que ilustram como a questão da sustentabilidade foi transportada para as cidades brasileiras. Nesse sentido, procurar-se-á sintetizar aqui alguns dos pontos principais deste documento, como o diagnóstico traçado sobre a urbanização brasileira no qual são destacados os problemas ambientais urbanos (e a relevância de se modificarem as políticas de desenvolvimento urbano) e a discussão sobre as estratégias prioritárias (e para cada uma delas um conjunto de diretrizes e propostas) que deveriam ser efetivadas para se alcançar o desenvolvimento sustentável.

No **diagnóstico** do processo de urbanização global e brasileiro, ressalta-se o fato de a porcentagem da população que reside nos assentamentos humanos estar aumentando numa velocidade cada vez maior em poucas décadas. De acordo com o documento *Cidades Sustentáveis* (BEZERRA; FERNANDES, 2000),

“Contrastando com os 37,73% da população mundial que, em 1975, habitavam em assentamentos humanos urbanos, em torno do ano de 2005, com o salto estatístico da urbanização, esse percentual ultrapassará os 50% e, em 2025, este será 61,07% dos cerca de seis bilhões de habitantes do globo. [...]. No Brasil, os saltos previstos são de 61,15% para 81,21% e 88,94%, respectivamente”.

Outra tendência apontada no documento *Cidades Sustentáveis* (BEZERRA; FERNANDES, 2000) é que as áreas que hoje contêm maiores percentuais de habitantes rurais serão as mais afetadas pela urbanização e que as já bastante urbanizadas sofrerão, sobretudo, com os impactos da crescente metropolização. A mesma concentração de problemas urbanos em regiões ainda subdesenvolvidas ocorrerá com o surgimento de novas metrópoles (nesse documento definidas como cidades e conurbações com mais de 10 milhões de habitantes).



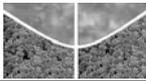
Essas altas taxas de crescimento das grandes metrópoles, aliadas à carência da infraestrutura que aumentam grandemente os desafios à sua sustentabilidade e a tendência de aumento da urbanização principalmente nos países em desenvolvimento, indicam, entre outros pontos, o agravamento de grandes problemas sociais e no risco de não sustentabilidade da qualidade de vida em muitas cidades, seja pela destruição de recursos naturais e do patrimônio cultural que possuíam, seja pela gestão e operação pouco cautelosas e não planejadas de seus serviços (BEZERRA; FERNANDES, 2000).

Na caracterização da **rede urbana brasileira**, o documento das *Cidades Sustentáveis* (BEZERRA; FERNANDES, 2000, p.36) cita que o processo crescente de urbanização faz com que o país, a exemplo do que ocorre na América Latina e no mundo, passe a ser caracterizar por um generalizado e oneroso agravamento dos problemas urbanos ocasionados:

“(a) pelo seu crescimento desordenado e, por vezes, fisicamente concentrado, (b) pela ausência ou carência de planejamento, (c) pela demanda não atendida por recursos e serviços de toda ordem, (d) pela obsolescência da estrutura física existente, (e) pelos padrões ainda atrasados de sua gestão e (f) pelas agressões ao ambiente urbano”.

Analisando a trajetória histórica da urbanização, o documento das *Cidades Sustentáveis* (BEZERRA; FERNANDES, 2000) mostra como, no Brasil, o crescimento se concentrou inicialmente no litoral, demorou a se interiorizar e, quando isso aconteceu, novas cidades foram surgindo vinculadas à exploração mineral. Mais tarde, a industrialização expandiu as metrópoles brasileiras, que eram as cidades que ofereciam melhores condições para o crescimento, aumento do comércio e geração de serviços. A partir da década de 1950, a construção de rodovias fortaleceu a rede de cidades novas, agora ao longo de rodovias de penetração, as quais, com as mais antigas, constituíram um conjunto ainda não articulado de cidades médias. Formaram-se assim, corredores de desenvolvimento, pontuados por cidades de porte médio que usufruíam, ao mesmo tempo, da descentralização industrial e da riqueza produzida pela agricultura, esta transformando-se em *agribusiness* de vinculação internacional. Seguindo essa caracterização assim, a rede urbana brasileira se encontra composta de cinco categorias de cidades:

a) as **regiões metropolitanas** (Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre - definidos por lei



federal de 1973 – e Natal, Vitória, Baixada Santista, Campinas, Brasília e Goiânia que foram acrescentadas posteriormente) que dividem com cidades de portes médio e grande a função de pólos de produção e oportunidades.

b) as *idades de porte médio* localizadas ao longo de eixos rodoviários consolidados, ou vizinhos de regiões metropolitanas e que formaram uma rede dispersa, embora mais densa no Sudeste.

c) as *pequenas cidades* que apresentaram crescimento abaixo da média nacional e muito próximo do crescimento vegetativo do país;

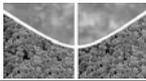
d) as *idades novas da franja pioneira*, que vão surgindo na ainda móvel fronteira agrícola do país ao longo das rodovias de penetração no Planalto Central e na Amazônia.

e) as *idades patrimônio (natural e cultural)*, categoria que reúne as cidades históricas brasileiras, as que hospedam pessoas e serviços necessários ao usufruto de patrimônios (belezas) naturais e as que se caracterizam por preservar e exercer atividades culturais regulares (BEZERRA; FERNANDES, 2000).

Conforme cita o documento das *Cidades Sustentáveis* (BEZERRA; FERNANDES, 2000), as mudanças recentes no processo de urbanização e na configuração da rede de cidades contribuíram para reforçar a heterogeneidade econômica e social no desenvolvimento das regiões e cidades brasileiras, fenômeno este que se caracteriza, entre outras coisas, por crescimento populacional mais elevado das “antigas periferias” nacionais, padrões relativamente baixos de crescimento metropolitano e uma importância maior do conjunto de cidades de médio porte. Como tendências recentes do sistema urbano brasileiro, ressalvadas as especificidades das regiões Norte e Sudeste, são ressaltadas:

“(a) homogeneização das redes urbanas regionais, com peso crescente das metrópoles e dos centros médios; (b) crescimento acima da média nacional das cidades de portes médio e grande e, também, do extrato de cidades de 50 a 100 mil habitantes, localizadas fora das Regiões Metropolitanas; (c) maior crescimento demográfico das aglomerações urbanas constituídas pelas áreas metropolitanas ainda não institucionalizadas - como no caso de Goiânia, Brasília e Campinas - cidades não metropolitanas de 500 mil a 1, 2 milhões de habitantes e a metrópole de Curitiba; (d) saldos migratórios negativos nas pequenas cidades, em praticamente todas as regiões brasileiras; (e) aumento do peso relativo das cidades não metropolitanas com mais de 50 mil e menos de 800 mil habitantes no total da população urbana brasileira (24,4 % em 1970, 26,4% em 1980, 28,4% em 1991 e 29% em 1996) e (f) aumento da participação da população metropolitana no conjunto da população brasileira: 29% em 1970, 33,8% em 1980, 34,8% em 1991 e 35,4% em 1996” (BEZERRA; FERNANDES, 2000, p.38).

Para reverter as tendências de concentração da população urbana nas áreas metropolitanas e aglomerações urbanas, que reforçam os desequilíbrios da rede urbana e tornam mais agudos os problemas sociais, urbanos e ambientais dos grandes centros urbanos, é apontada pelo documento das *Cidades Sustentáveis* a reformulação no desenho das políticas



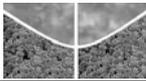
públicas de intervenção no território e nas áreas urbanas. Conforme ressalta esse documento, deve-se conferir importância estratégica ao planejamento do desenvolvimento regional, que deve ser o eixo estruturador das políticas voltadas para a transformação das cidades brasileiras em cidades sustentáveis (BEZERRA; FERNANDES, 2000).

No que diz respeito ao desenvolvimento sustentável das cidades brasileiras, são apresentados algumas particularidades para cada uma das diferentes categorias de cidades .

Nas regiões metropolitanas, onde se concentra grande porcentagem da população pobre do país (isto é, 12,3 milhões de pobres, o que equivale a 29,21% da população), faz-se necessário desenvolver estratégias e ações principalmente que preservem e criem de postos de trabalho. A sustentabilidade do desenvolvimento também é prejudicada em virtude das carências geradas pela ocupação do solo, que demandam: urbanização das ocupações ilegais; criação de parques e preservação das áreas verdes ainda existentes; avaliação dos limites do adensamento e coerência entre frota de veículos e espaço de vias postas à sua disposição; solução para a deposição final do lixo e para o esgoto doméstico, que polui os cursos d'água; definição de operações urbanas que permitam concentrar os esforços do setor público e do setor privado na recuperação de bairros; ampliação, equipamento e reconquista dos espaços públicos; recriação da solidariedade e da civilidade urbana.

As cidades de porte médio, apesar de apresentarem os efeitos dramáticos do crescimento nas metrópoles ou em grandes conurbações, já começam a enfrentar problemas como o avanço da cidade ilegal ou informal, sem infra-estrutura e que representa riscos de alagamento, deslizamento e proliferação de doenças em sua população. Além disto, a sustentabilidade destas cidades é dificultada também por dois outros motivos: pela migração, temporária ou permanente, de lavradores sazonais, que cria nas periferias dessas cidades verdadeiros bairros ilegais cuja população é apenas desruralizada e não propriamente urbanizada; e pelo desequilíbrio orçamentário das prefeituras que as impede de realizar expansões de infra-estrutura e custeio de serviços essenciais, no campo da saúde, do saneamento e da educação.

Para o “desenvolvimento sustentado” das cidades médias sugere-se que elas: desenvolvam planos diretores estratégicos; que providenciem mecanismos de reservas



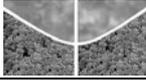
territoriais destinadas a parques; que revejam suas normas para a abertura de loteamentos, que aperfeiçoem sua legislação para adequar densidades ao sistema viário; e, que estabeleçam corredores exclusivos para transporte público e, eventualmente, corredores destinados a transporte de massa.

Para as cidades pequenas, que sofrem pela carência de rede de ensino, de serviços de saúde e com baixas oportunidades de emprego e trabalho, a mudança desse quadro deve ser rompido mediante políticas, iniciativas e financiamentos adequados. Conforme ressalta o documento das *Cidades Sustentáveis* (BEZERRA; FERNANDES, 2000, p.11), o desenvolvimento dessas cidades “poderá vir a ser sustentado com a aceleração de assentamentos de famílias sem-terra, criação de micréditos, estímulo às cooperativas de construção habitacional”.

Já para as cidades em faixa pioneira, que apresentam os piores exemplos de depredação e de descaso pela sustentabilidade em seu desenvolvimento, sugere-se que se desenvolvam política, de orientação técnica, de imposição de normas e de controle adequados para que estas não venham a repetir, a curto prazo, os problemas de cidades mais densas.

E, por fim, para as categorias de cidades patrimônio, onde há sempre o conflito entre as características que constituem valor cultural e econômico e os interesses vinculados a outros valores de seus habitantes, como a modernização de sua infra-estrutura, a venda de serviços a turistas, a expansão de negócios para alcançar a sustentabilidade, o documento das *Cidades Sustentáveis* sugere que se deve recorrer à experiência acumulada nos órgãos estatais que há décadas se dedicam a essa tarefa, assim como aos exemplos de países com problemas semelhantes.

A ausência de políticas públicas para enfrentar os problemas típicos dessas subcategorias de cidade, de acordo com o documento das *Cidades Sustentáveis*, faz com que os responsáveis locais adotem soluções paliativas e provisórias. A ausência de normas, atividade comercial sazonal, sem restrições nem estímulos adequados, sem planejamento local e regional e a adoção de práticas administrativas frágeis têm levado à insustentabilidade dessas cidades (BEZERRA; FERNANDES, 2000).

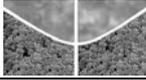


O documento apresenta também as principais questões intra-urbanas que afetam a sustentabilidade do desenvolvimento das cidades brasileiras: 1) dificuldades de acesso à terra urbana e déficit habitacional; 2) falta de saneamento ambiental (abastecimento de água e esgotamento sanitário, resíduos sólidos, drenagem); 3) problemas de transporte e trânsito; e, 4) falta de acesso a emprego (BEZERRA; FERNANDES, 2000).

No que se refere à gestão urbana, segundo o documento das *Cidades Sustentáveis*, o desafio atual enfrentado pelas cidades “está em buscar modelos de políticas que combinem as novas exigências da economia globalizada à regulação pública da produção da cidade e ao enfrentamento do quadro de exclusão social e de deterioração ambiental” (BEZERRA; FERNANDES, 2000, p.47). Nesse sentido, são sugeridas então como iniciativas: parceria, descentralização, convergência de ações e envolvimento/controlado social por meio de diversas formas de organização da sociedade. No âmbito dos municípios, destacam-se as ações e os programas que trabalham com instrumentos de desenvolvimento que contemplem: a criação de órgãos colegiados de gestão; a co-gestão dos serviços comunitários, aperfeiçoamento da regulação urbanística e edilícia; a construção de parcerias urbanas com o setor privado e a comunidade.

Como estratégias prioritárias que contribuirão para o desenvolvimento sustentável das cidades brasileiras, o documento das *Cidades Sustentáveis* (BEZERRA; FERNANDES, 2000) aponta: 1) aperfeiçoamento da regulamentação do uso e da ocupação do solo urbano e a promoção do ordenamento do território, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população, considerando a promoção da equidade, a eficiência e a qualidade ambiental; 2) promoção do desenvolvimento institucional e o fortalecimento da capacidade de planejamento e de gestão democrática da cidade, incorporando no processo a dimensão ambiental urbana e assegurando a efetiva participação da sociedade; 3) promoção de mudanças nos padrões de produção e de consumo da cidade, reduzindo custos e desperdícios e fomentando o desenvolvimento de tecnologias urbanas sustentáveis; 4) desenvolvimento e estimulação da aplicação de instrumentos econômicos no gerenciamento dos recursos naturais visando à sustentabilidade urbana.

Como considerações finais, para que se alcance êxito na busca pela sustentabilidade nas cidades, o documento das *Cidades Sustentáveis* aponta algumas recomendações a serem tomadas no âmbito federal:



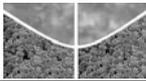
- “Seja reforçada a descentralização das políticas públicas ambientais e urbanas, respeitado o princípio da subsidiaridade, acompanhando a delegação de funções da necessária transferência de recursos, considerando que compete ao município a gestão democrática da cidade sustentável.
- Sejam promovidas, em benefício das cidades sustentáveis, as indispensáveis articulação, compatibilização e integração das políticas e das ações públicas federais que afetam o desenvolvimento urbano sustentável.
- Sejam regulamentados os dispositivos constitucionais que dispõem sobre matéria de interesse das cidades e sua sustentabilidade, em particular o artigo 182 da Constituição Federal.
- Seja agilizada a aprovação dos estatutos legais em tramitação no Congresso Nacional, que tratam de matéria de interesse do desenvolvimento urbano e da sustentabilidade das cidades, bem como seja feita a revisão dos instrumentos legais, normativos e de regulamentação de iniciativa federal para incorporar a dimensão ambiental nas políticas urbanas.
- Sejam definidas, institucionalizadas e adotadas formas mais efetivas de cooperação intergovernamental, entre a União, os estados e os municípios, que assegurem as necessárias condições políticas e institucionais de implementação da Agenda 21 em todos os níveis.
- Sejam reconhecidas e apoiadas particularmente as iniciativas de construção e de implementação de Agendas 21 locais, envolvendo os municípios e os atores relevantes da sociedade, estimulando a sua multiplicação em todo o país [...].
- Seja promovida a ampla divulgação em todo o território nacional do documento de referência Cidades sustentáveis, dirigida especialmente aos municípios, visando à mobilização dos dirigentes municipais e da sociedade local em torno de suas propostas para o desenvolvimento sustentável das cidades” (BEZERRA; FERNANDES, 2000, p.124).

Todas essas propostas contidas no documento sobre as *Cidades Sustentáveis* incorporavam os objetivos definidos na Agenda 21 e na Agenda Habitat.

A Agenda Habitat foi o documento resultante da Segunda Conferência das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos – Habitat II, realizada na cidade de Istambul, Turquia, em 1996, e foi adotado por 171 países. Essa conferência se constituiu no marco da década de 1990 no que diz respeito à discussão sobre a sustentabilidade urbana.

Realizada 20 anos após a primeira, a Conferência do Habitat II deparou-se com um quadro de intensificação da urbanização e aumento da pobreza que havia avançado a passos largos desde 1976. E foi exatamente reconhecendo a necessidade premente de fazer face a essa explosão urbana que havia ocorrido, que a comunidade internacional convocou a segunda Conferência mundial sobre povoaamentos humanos.

Conforme cita Fernandes (2003, p.17), na Conferência do Habitat II foi constatado que a ausência de políticas públicas dificultou o acesso à moradia digna e aos serviços básicos e infra-estrutura para todos, e que se tornava urgente a implementação de ações e medidas concretas, “encaminhando soluções para os graves problemas urbanos acumulados ao longo de duas décadas e que poderiam contribuir para se alcançarem os padrões sustentáveis de vida nos assentamentos humanos”. Na tentativa então de sanar esses problemas, a Conferência do



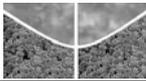
Habitat II estabeleceu como objetivos básicos dois temas principais: *Moradias Adequadas para Todos* e *Desenvolvimento de Assentamentos Humanos Sustentáveis em um Mundo em Urbanização*.

No que diz respeito ao primeiro tema, chama-se atenção para o fato de que uma grande parte da população mundial, principalmente em países em desenvolvimento, não tem acesso à moradia ou a esgoto sanitário. E que o acesso a um lar seguro e saudável e a serviços básicos é essencial ao bem-estar dos indivíduos e deve ser parte fundamental das ações urgentes dos signatários dessa segunda conferência para mais de um bilhão de pessoas sem condições de vida decentes. O objetivo da conferência assim, era garantir abrigo adequado para todos, principalmente para a parcela da população mais pobre e desprovida, dos centros rurais e urbanos, por meio de uma abordagem que facilite o desenvolvimento e a melhoria de moradias (FERNANDES, 2003).

Já em relação ao segundo tema, para se alcançar o desenvolvimento sustentável são fundamentos indispensáveis: democracia, respeito aos direitos humanos, governos e administração responsáveis, transparentes e representativos, além de uma participação eficaz da sociedade civil. Esse tema “associa desenvolvimento econômico e social e proteção ambiental, respeitando integralmente os direitos humanos e liberdades fundamentais [...]” (FERNANDES, 2003, p.18).

É ressaltado como atribuição do Habitat II tratar de todos os assentamentos – grandes, médios e pequenos – e também a necessidade de assegurar a melhoria das condições econômicas, sociais e ambientais nos assentamentos humanos. Para isso, enfatiza-se que é preciso iniciar pelo reconhecimento dos desafios à frente das cidades grandes e pequenas. Entre os problemas mais sérios que desafiam as cidades grandes e pequenas são apontados:

“recursos financeiros inadequados, falta de oportunidades de empregos, aumento do contingente de desabrigados, expansão de assentamentos de invasores, aumento da pobreza e da crescente desigualdade entre os ricos e os pobres, aumento da insegurança e dos índices de criminalidade, estoque de imóveis, serviços e infra-estrutura inadequados ou em deterioração, falta de equipamentos de saúde e educação, uso impróprio do solo, insegurança de posse, aumento dos congestionamentos de trânsito e da poluição, falta de áreas verdes, fornecimento inadequado de água e esgoto, desenvolvimento urbano desordenado e aumento da vulnerabilidade a desastres” (FERNANDES, 2003, p.19).



Esses problemas têm desafiado seriamente a capacidade dos governos, sobretudo dos países em desenvolvimento, de promover o desenvolvimento econômico, social e a proteção do meio ambiente, que são os componentes essenciais para se alcançar melhor qualidade de vida para todos os povos (FERNANDES, 2003).

Como metas e princípios apontados para a execução dos dois objetivos principais que nortearam a Conferência do Habitat II (FERNANDES, 2003) ressaltaram-se:

- assentamentos humanos eqüitativos são aqueles em que todas as pessoas têm acesso igual à moradia, infra-estrutura, serviços de saúde, água e alimentação adequadas, educação e espaços abertos;

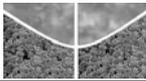
- a erradicação da pobreza é essencial para assentamentos humanos sustentáveis;

- o desenvolvimento sustentável é essencial para o desenvolvimento de assentamentos humanos, atendendo plenamente às necessidades de crescimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental. Deve-se dedicar uma consideração especial às necessidades dos países em desenvolvimento.

- a qualidade de vida de todos os povos depende, entre outros fatores econômicos, sociais, ambientais e culturais, das condições físicas e espaciais das nossas vilas, cidades pequenas e grandes;

- são essenciais para a promoção do desenvolvimento de assentamentos humanos sustentáveis e para a provisão de moradia adequada e serviços básicos para todos o estabelecimento de parcerias entre países e dentro dos países entre todos os atores de organizações públicas, privadas, voluntárias e comunitárias, o setor de cooperação, organizações não governamentais e indivíduos;

- a saúde humana e a qualidade de vida devem estar no centro do esforço para o desenvolvimento de assentamentos humanos sustentáveis. A comunidade internacional e os governos devem promover políticas e instrumentos sólidos e eficazes, fortalecendo, assim, a cooperação entre governos e organizações não-governamentais, além de mobilizar recursos



complementares para garantir acesso universal e igualitário à educação de qualidade, ao melhor padrão de saúde;

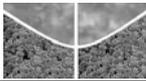
- proteger os interesses das gerações atuais e futuras nos assentamentos humanos é um dos objetivos fundamentais da comunidade internacional.

Em relação aos compromissos assumidos concernentes à *Moradia Adequada Para Todos* ressaltou-se o comprometimento dos participantes da conferência com a meta de melhorar as condições de vida e de trabalho de forma que todos tenham moradias adequadas, que sejam sadias, seguras, acessíveis e a preços viáveis, que incluam serviços básicos, instalações e áreas de lazer (FERNANDES, 2003).

Também foram apontados como compromissos a garantia à segurança legal da posse e o acesso igual à terra a todas as pessoas, incluindo mulheres e pobres, a promoção do acesso de todas as pessoas à água potável, esgoto sanitário e outros serviços, equipamentos e áreas de lazer básicas, principalmente para as que vivem na pobreza e os integrantes de grupos desfavorecidos e vulneráveis e o aumento da oferta de moradias a preços acessíveis, inclusive por meio do estímulo e promoção de propriedade de casas a preços acessíveis e do aumento da oferta de moradias de aluguel, comunitárias, cooperativas e outras por parcerias entre a iniciativa pública, privada e comunitária (FERNANDES, 2003).

Já no que diz respeito ao objetivo de *Promover Assentamentos Humanos Sustentáveis* Fernandes (2003, p.35) enfatiza que, entre os compromissos, destacavam-se: a busca por uma vida saudável, segura e produtiva, por meio da compatibilização entre o desenvolvimento econômico e social e a proteção ambiental; o desenvolvimento de assentamentos humanos acessíveis e socialmente integrados; “um desenvolvimento sustentável que atraia investimentos, gerando emprego e renda; a integração entre planejamento e gestão urbana; a oferta de infra-estrutura ambiental; o atendimento às necessidades básicas, reduzindo o impacto ecológico dos assentamentos humanos; a promoção de sistemas de transportes ambientalmente mais eficientes; e o desenvolvimento de tecnologias com mais eficiência energética”.

Após a conferência do Habitat II, na qual foi aprovada pelos governos a Declaração de Istambul, foi realizada em Nova Iorque, em junho de 2001, a Istambul + 5 - Sessão



Extraordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas para uma Análise e Avaliação Gerais da Execução, em escala mundial, do Programa do Habitat resultante da Conferência do Habitat II.

De acordo com Drobenko (2006), o balanço apresentado na Istambul + 5, apesar de bastante parcial, mostrou com clareza o abismo existente entre as propostas apresentadas na Segunda Conferência do Habitat II e a vontade política de adoção destas. E ressaltou também que, apesar de as cidades terem se transformado na maneira predominante de ocupação do território, elas ainda são reflexo de uma civilização incapaz de responder às necessidades fundamentais dos seres humanos.

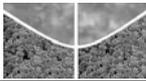
Procurou-se ressaltar ao longo deste capítulo, a relação existente entre qualidade de vida e desenvolvimento sustentável e mostrar como a questão da sustentabilidade urbana foi sendo discutida nos documentos e principais conferências que trataram desse tema, de 1970 até a atualidade. Essa análise mostrou que, apesar de toda a discussão e medidas que já vêm sendo tomadas pelos governos, principalmente nos últimos anos, a situação dos assentamentos humanos ainda é crítica, e o principal objetivo almejado por todas estas conferências, de se alcançar o desenvolvimento sustentável numa sociedade que é cada vez mais urbana, ainda está longe de ser alcançado.

Muito ainda deve ser feito nesse sentido, e como se procurou ressaltar, o Brasil já vem avançando em alguns pontos, como na construção e implementação da Agenda 21 Brasileira<sup>16</sup>, e dentro dela, cabe ressaltar o documento das *Cidades Sustentáveis*, que tão bem sintetiza a discussão da sustentabilidade das cidades brasileiras. Sugere-se que o próximo passo agora seja tornar efetivas todas as propostas apresentadas. Esse é o grande desafio que deve ser enfrentado pelos governos estaduais e locais.

No que se refere à Agenda 21, além de impulsionar a discussão sobre a questão da sustentabilidade urbana, ela teve papel relevante também para o debate de indicadores de qualidade de vida. De acordo com Magalhães Jr. (2003, p.93), o estudo de indicadores ambientais é relativamente novo em termos mundiais. “Na década de 90, a tendência global

---

<sup>16</sup> Conforme o site do Ministério do Meio Ambiente (2006), “a partir de 2003, a Agenda 21 Brasileira não somente entrou na fase de implementação assistida pela [Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional] - CPDS, como também foi elevada à condição de Programa do Plano Plurianual, PPA 2004-2007, pelo atual governo”.



da busca do desenvolvimento sustentável motivou a multiplicação de iniciativas sobre indicadores voltados à gestão sustentável dos recursos naturais”.

Ainda segundo esse autor, a Agenda 21 ressaltou o papel dos indicadores como instrumentos importantes na busca da sustentabilidade; entretanto, na Rio + 5 chegou-se à conclusão que as iniciativas tomadas sobre indicadores ainda eram muito tímidas em nível global (MAGALHÃES JR., 2003).

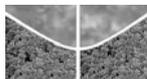
### **2.3 CONTROVÉRSIAS SOBRE O CONCEITO DE QUALIDADE DE VIDA**

Assim como Desenvolvimento Sustentável, o termo Qualidade de Vida também possui grande quantidade de definições, o que leva alguns autores a questionar sobre a existência de um único e mais preciso conceito de qualidade de vida. Em virtude disso, buscar-se-á apresentar no presente capítulo algumas definições de qualidade de vida enfatizando que cada autor, dependendo da sua linha de trabalho e enfoque de sua análise, dá ênfase a alguns aspectos ligados a esse termo.

Segundo o documento *Instrumentos de Avaliação de Qualidade de Vida* (WHOQOL, 1998, p.1), “a expressão qualidade de vida foi empregada pela primeira vez pelo presidente dos Estados Unidos Lyndon Johnson, em 1964, ao declarar que ‘os objetivos não podem ser medidos através do balanço dos bancos. Eles só podem ser medidos através da qualidade de vida que proporcionam às pessoas”.

De acordo com o documento WHOQOL (1998, p.1), a busca de um instrumento que avaliasse qualidade de vida dentro de uma perspectiva internacional levou a Organização Mundial da Saúde (OMS) a organizar um projeto colaborativo multicêntrico que elaborou o WHOQOL-100, um instrumento de avaliação de qualidade de vida composto por 100 itens. No âmbito deste projeto, o conceito de qualidade de vida é apresentado como tendo três aspectos fundamentais: “(1) subjetividade; (2) multidimensionalidade (3) presença de dimensões positivas (p.ex. mobilidade) e negativas (p.ex. dor)”. O desenvolvimento destes três elementos levou à seguinte definição de qualidade de vida como sendo:

"a percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos



quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações’ (WHOQOL GROUP, 1994). O reconhecimento da multidimensionalidade do construto refletiu-se na estrutura do instrumento baseada em 6 domínios: domínio físico, domínio psicológico, nível de independência, relações sociais, meio-ambiente e espiritualidade/religião/crenças pessoais” (WHOQOL, 1998, p.1).

Já Guerrero e Acosta-Hoyos (1983), partindo de outro enfoque, relacionam qualidade de vida com as opções econômicas e com as necessidades familiares dos indivíduos. Em trabalho posterior no entanto, Hoyos (1985) cita que a construção de uma medida de qualidade de vida está condicionada ao tipo de população estudada. Para os estratos pobre da sociedade, a definição de qualidade de vida está ligada aos componentes básicos do dia-a-dia, tais como alimentação, habitação e acesso a serviços de saúde. Já para os estratos mais ricos, esses componentes se constituem como pressupostos evidentes de fartura e do elevado estilo de vida familiar. Para esse autor, assim, para que os estudos de qualidade de vida sejam representativos de todos os estratos da sociedade, é necessário dar ênfase indicadores que reflitam as necessidades absolutas:

“estas necessidades, como alimentação, habitação, higiene, lazer, vestuário, saúde, educação, condições ambientais e outras, afetam as condições de vida da maior parte das populações da terra radicadas nos países em desenvolvimento e subdesenvolvimento [...]” (HOYOS, 1985, p.21).

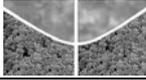
Considerando também a dificuldade de se ter uma conceituação consensual sobre qualidade de vida, Nicácio (1982, p.30) adota para sua análise um conceito próprio no qual identifica variáveis (indicadores) que afetam mais diretamente as necessidades básicas do indivíduo, no que diz respeito à sobrevivência, tais como saúde, habitação, segurança, transporte e educação.

Para esse autor, o avanço tecnológico e o aumento do nível de renda contribuíram para que aumentasse o interesse e o número de estudos sobre qualidade de vida: “esses estudos têm constatado que a qualidade de vida não é necessariamente uma simples função material” (1982, p.31).

À medida que se considera o bem-estar de uma forma global, que envolve aspectos ambientais, políticos, sociais e econômicos, conforme Nicácio (1982, p.31), o uso dos indicadores meramente econômicos<sup>17</sup> para medir a qualidade de vida é questionado, tendo em vista que o crescimento econômico implica custo ambiental e social, o que a leva a uma

---

<sup>17</sup> “O Produto Nacional Bruto (PNB) é o indicador econômico que, muitas vezes, tem servido de base às mensurações e ao estabelecimento de objetivos com relação a qualidade de vida” (NICÁCIO, 1982, p.31).



conseqüente diminuição na qualidade de vida.

Estudos mais recentes têm se dedicado a apontar indicadores de qualidade de vida que envolvem também fatores ambientais, políticos, econômicos e sociais. “A teoria lista cinco componentes básicos [o econômico; o político; o ambiental e a educação e saúde; o social] na determinação da qualidade de vida de uma população. Existem outros componentes de reconhecida importância, cuja mensuração é difícil, e portanto, geralmente são desprezados” (NICÁCIO, 1982, p. 32).

Herculano (1998) argumenta que a qualidade de vida é a união das condições econômicas, ambientais, científico-culturais e políticas coletivamente construídas e postas à disposição dos indivíduos para que eles realizem suas potencialidades. No que diz respeito à garantia de certas necessidades e confortos básicos, como uma adequada qualidade ambiental, acessibilidade aos equipamentos coletivos urbanos e alimentos saudáveis, a qualidade de vida está associada à gestão territorial.

Já para Horn (1993) é possível entender o significado do termo qualidade de vida comparando-o com a definição de nível de vida. Segundo esse autor, embora ambos envolvam a noção de “satisfação”, no nível de vida a satisfação é definida pela posse de recursos materiais (é o “ter”) e na qualidade de vida a satisfação é definida, além da posse de bens materiais, por fatores cognitivos (percepções, valores, sentimentos, relações sociais).

Essa discussão sobre a consideração de fatores materiais e não materiais para a obtenção da qualidade de vida é apresentada por Maslow (1970). As proposições desse autor são apontadas por autores como Rosa Asmus (2004) e Hoyos (1985) como sintetizadoras do conceito de qualidade de vida. Segundo Hoyos (1985, p.20-21), Maslow inseriu o conceito de hierarquia entre as necessidades humanas não-materiais e materiais. Para ele, as necessidades humanas materiais tinham que ser satisfeitas para que os indivíduos fossem capazes de racionalizar suas opções por necessidades não-materiais. “O preenchimento das necessidades materiais constitui uma pré-condição para a percepção e realização das necessidades não-materiais”. Para representar essa hierarquia da percepção das necessidades humanas, Maslow (1970) apresenta uma pirâmide (Figura 1).

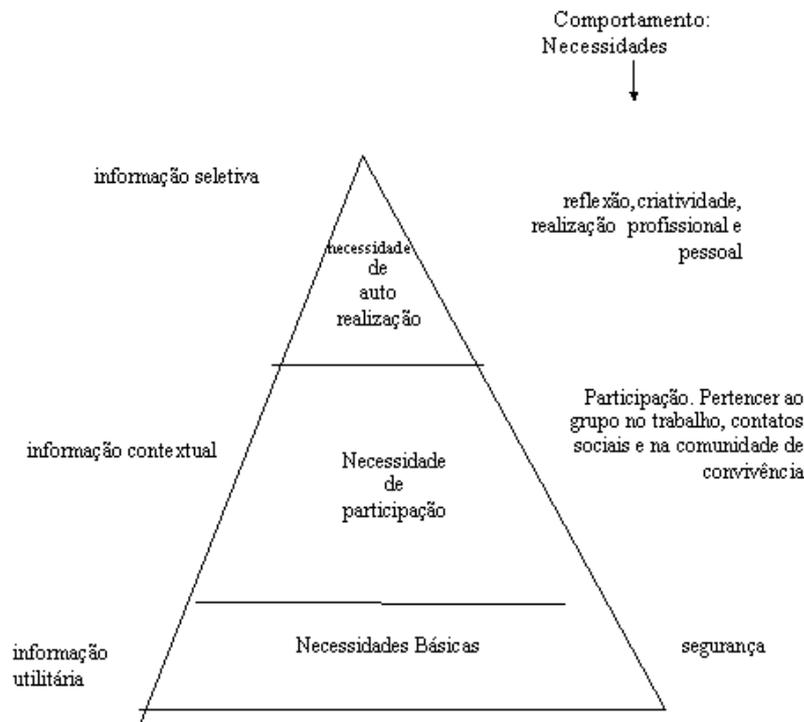
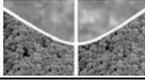


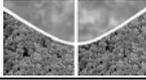
FIGURA 1 - PIRÂMIDE DAS NECESSIDADES HUMANAS – MASLOW  
Fonte: BARRETO (1994).

Segundo Asmus (2004), essa discussão de Maslow sobre as necessidades dos indivíduos e como se processa a motivação neles é bastante relevante porque consegue sintetizar que o atendimento ao conjunto dessas necessidades materiais e não-materiais (que esta autora denomina necessidades primárias e superiores) corresponde ao sentido de qualidade de vida.

Asmus (2004, p.25) chama atenção para o fato da literatura brasileira mostrar que, mesmo em publicações técnicas que versam sobre a qualidade de vida, a qualidade de vida é tratada dentro do senso comum, “ou seja, qualquer coisa que incremente positivamente a vida é um fator de qualidade de vida”. Asmus ressalta assim, que disto denota que o conceito é usado de forma diferenciada nas diferentes áreas, e, na maior parte das vezes, essa expressão é usada sem que se estabeleça seu conceito.

Villarinho (2000) sugere que a qualidade de vida seja definida por três aspectos:

“O primeiro diz respeito ao nível de acesso aos bens de serviços (saúde, transporte, saneamento, educação, moradia, alimentação, lazer, cultura, etc.). O segundo, à urbanidade (relação de vizinhança) e o último, à qualidade ambiental do local (área de moradia - adequada ou não, existência de local apropriado para colocar o lixo, etc.)” (Villarinho, 2000, p.59).



Fernandes (1997, p.6) trabalha com uma definição um pouco mais abrangente sobre o termo qualidade de vida:

“o conceito de qualidade de vida deve ser abordado tanto de uma forma negativa como positiva, com a finalidade de poder diferenciá-lo mais facilmente das noções sobre crescimento e desenvolvimento. Destacam-se no sentido positivo, basicamente, três dimensões: considerar o valor que implicam os conceitos culturais, não materiais; levar em conta o materialismo que implicam os elementos materiais necessários a manutenção da vida; e, vincular os modelos estruturais, globais, nacionais e locais definidos para relacionar a família e o bem-estar individual com os sistemas da sociedade, para a produção de cultura e dos bens materiais. No sentido negativo, seria o indivíduo ser privado dos direitos universais”.

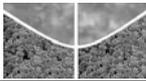
Para Fernandes (1997, p.6), portanto, qualidade de vida constitui uma categoria fundamental do ser, pois é esta que lhe permite desfrutar as atividades que lhe dão prazer, estímulo, força, ânimo, entusiasmo e vitalidade de participação na vida comunitária. E apesar de não serem essenciais para o ser, são inseparáveis e indispensáveis para a existência dele como cidadão. De acordo com esta autora,

“a qualidade de vida é o somatório de todos os fatores positivos, ou ao menos, de parte significativa dos mesmos, que determinado meio reúne para a vida humana em consequência da interação Sociedade-Meio Ambiente, e que atinge a vida como fator biológico, de modo a atender as suas necessidades somáticas e psíquicas, assegurando índices adequados ao nível qualitativo da vida que se leva e do meio que a envolve” (FERNANDES, 1997, p.6).

A análise de Fernandes (1997) sintetiza que o conceito de qualidade de vida pode ser visto a partir da totalidade das condições nas quais as pessoas vivem. Isso mostra que a idéia vai além dos conceitos de bem-estar e nível de vida, que se constituem somente meios ou modos relevantes para se buscar a qualidade de vida.

“A qualidade de vida é um conjunto de índices quantitativos do estado do meio ambiente e da sua influência sobre o homem. Os aspectos qualitativos e quantitativos entrelaçam-se de uma maneira dialética no desenvolvimento do modo de vida. Não pode haver qualidade sem quantidade. Enquanto o aspecto qualitativo se traduz pelo regime sócio-político, o aspecto quantitativo exprime-se pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas e pelo nível de consumo determinado pelo primeiro” (FERNANDES, 1997, p.14).

Segundo Paz et al. (2000), a discussão sobre a formulação de indicadores (no campo dos estudos ambientais) para o monitoramento qualidade de vida da população teve impulso após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, em 1972, que gerou iniciativas nesta direção por parte de diversas organizações internacionais. Após a conferência, a Comissão Econômica da Europa, a Conferência dos Estatísticos Europeus, as Organizações de Estatísticas dos Estados Unidos do Canadá e o Escritório de Estatística das



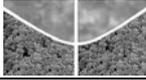
Nações Unidas elaboraram um relatório denominado “Estatística de Assentamentos Humanos” que trouxe proposições especificamente voltadas para o meio urbano, sobre as variáveis a serem consideradas nas estatísticas ambientais.

Já no campo dos estudos sociais, a formulação de indicadores ligados ao meio urbano se intensificou na década de 1990 com a elaboração pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), do Índice de Desenvolvimento Urbano (IDH) que utiliza indicadores de condições de saúde, de educação e renda da população para medir a qualidade de vida e o progresso em âmbito mundial.

Outro organismo internacional de destaque, que também formulou indicadores de qualidade de vida para o desenvolvimento, foi o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird), que em seu Relatório de Desenvolvimento Mundial (1990) apontou indicadores econômicos, sociais e de recursos naturais abrangendo as seguintes variáveis: população áreas; PNB *per capita*; taxa média anual de inflações; expectativa de vida ao nascer e analfabetismo entre adultos.

Na década de 1990, duas importantes conferências deram avanços significativos na discussão e no processo de formulação e implantação de indicadores para monitorar a qualidade de vida. No Brasil, a Conferência do Rio-92 marcou uma confluência das discussões sobre a formulação de indicadores ambientais e sociais ao apontar a importância de se formularem indicadores para o monitoramento das condições de vida no meio urbano. Após a Rio-92, a Conferência do Habitat II (1996), realizada em Istambul, propõe e implementa o “Programa de Indicadores Urbanísticos para Monitoramento de Assentamentos Urbanos”, que consiste no cálculo de um conjunto de indicadores em diversas metrópoles em nível internacional, para posterior análise de comparações entre as mesmas (PAZ et al, 2000).

A Conferência do HABITAT – II centrou suas análises no processo acelerado da urbanização, considerando que mais da metade da população mundial atualmente vive em cidades, e tinha como premissa básica converter as cidades de todos os tamanhos do mundo em locais saudáveis, seguros e sustentáveis, onde pudesse reinar a equidade. Os indicadores apontados pelo HABITAT - II para proporcionar uma melhoria da qualidade de vida urbana das comunidades foram divididos em três grupos:

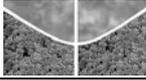


- “- **os dados representativos das áreas:** uso da terra, população da cidade, velocidade de crescimento populacional, mulher chefe de família, média numérica do chefe de família, velocidade da formação do chefe de família, distribuição da renda, produção na cidade por pessoa e tipos de posse da terra;
- **os indicadores urbanos:** desenvolvimento sócio-econômico, infra-estrutura, manejo ambiental e governo; e transporte,
  - **os indicadores de habitação:** provisão habitacional e recursos e viabilidade para a habitação” (FERNANDES, 1997, p.22).

No Brasil, destaca-se a elaboração, em 1991, do Índice de Desenvolvimento Social (IDS) formulado para comparar as regiões brasileiras, empregando-se a mesma metodologia de cálculo e indicadores do IDH. Em termos estaduais, vários índices urbanos compostos por indicadores calculados para avaliar municípios e produzir comparações entre os mesmos também foram sendo elaborados. Como exemplo, cita-se o caso do Índice Social Municipal elaborado pelo Instituto Pólis/SP, para comparar 49 municípios do estado de São Paulo; o Índice de Desenvolvimento Humano-Municipal e Índice de Condições de Vida, formulados para comparar os municípios do estado de Minas Gerais (Fundação João Pinheiro, 1996); e o Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU) e o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) elaborados para Belo Horizonte pela Secretaria Municipal de Planejamento e por uma equipe da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

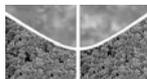
No que diz respeito ao IQVU, cabe ressaltar a gama de variáveis envolvidas e que permitem ter uma visão bem ampla da qualidade de vida urbana da população. O enfoque desse índice buscou expressar a oferta e o acesso da população a serviços e recursos urbanos relacionados a 11 (onze) variáveis temáticas: Abastecimento, Assistência Social, Cultura, Educação, Esportes, Habitação, Infra-estrutura Urbana, Meio Ambiente, Saúde, Segurança Urbana e Serviços Urbanos (PAZ et al, 2000).

Com base nas análises anteriormente apresentadas sobre o conceito e os indicadores apontados por diversos autores para medir qualidade de vida, foi possível identificar que a definição desse termo varia de acordo com o enfoque da área de estudo em que ele está inserido. Por exemplo, nos estudos na área de saúde, a ênfase é para a qualidade de vida física do indivíduo. Já na administração, o enfoque se volta para a promoção de saúde no local de trabalho, visando a equacionar a boa saúde dos funcionários ao aumento de produtividade. Na área do planejamento urbano são considerados indicadores sociais e de infra-estrutura.



Tendo em vista toda a multiplicidade do conceito de qualidade de vida, considera-se para a análise que será desenvolvida na presente tese que o conceito que mais sintetiza as condições de vida da população é o desenvolvido por Hoyos (1985), segundo o qual os estudos de qualidade de vida mais representativos de todos os estratos da sociedade são aqueles que refletem as necessidades absolutas: como alimentação, habitação, higiene, lazer, vestuário, saúde, educação, condições ambientais. Com base neste conceito então, é que serão selecionados os indicadores para analisar os municípios foco do estudo de caso da presente tese.

Além dos conceitos de desenvolvimento sustentável, sustentabilidade urbana e qualidade de vida, que se constituem a base sobre a qual se assenta o presente trabalho, também serão vistos os conceitos de território, cidade e urbanização. Faz-se necessário assim, voltar a discussão para esses conceitos, que contribuirão para a análise sobre a fragmentação territorial ocorrida na Amazônia Legal após 1988 e a qualidade de vida nas novas cidades amazônicas, aspectos que serão desenvolvidos nos capítulos posteriores.



# 3

## TERRITÓRIO, CIDADE E O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO: BASES CONCEITUAIS E HISTÓRICAS

---

O presente capítulo tem como objetivo apresentar uma abordagem geral dos principais conceitos que formam a base da temática desenvolvida ao longo deste trabalho. Da discussão do processo de fragmentação territorial pelo qual passou o Brasil e, mais particularmente, a Amazônia após a Constituição de 1988, e da análise da qualidade de vida da população dos novos municípios criados emergem, como conceitos fundamentais a serem investigados, o território, a cidade e a urbanização.

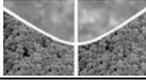
### 3.1 O CONCEITO DE TERRITÓRIO

Conceito-chave na ciência geográfica, juntamente com o espaço e a região, o território recebeu diferentes enfoques que ora o ligavam ao Estado, ora ao poder e ora à sociedade.

Dentre os autores que explicitaram em seus conceitos a ligação existente entre território e poder destaca-se Raffestin (1993), para quem o território deve ser definido a partir do espaço, pois o espaço é anterior ao território e ao apropriar-se de um espaço o ator “territorializa” esse espaço. A partir desse processo, ressalta esse autor, o território pode ser visto como um “espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p.144).

Já Ratzel voltou sua análise para a vinculação entre território e Estado. De acordo com esse autor, um Estado só pode ser concebido por meio do território. A posição de Ratzel é criticada por Raffestin, que defende que a ligação entre território e Estado pode levar a uma Geografia do Estado algo totalitário, estando o Estado sempre presente no âmbito do espaço.

Assim como Ratzel, Souza (1995) se opõe a essa associação que normalmente é feita da palavra território ao “território nacional” e à figura do Estado, que se constitui no gestor



por excelência do território nacional, afirmando que o conceito de território não deve ser reduzido somente a essa escala ou a essa associação ao Estado, tendo em vista os territórios existirem e serem construídos dentro das mais diversas escalas de tempo como séculos, décadas, anos, meses ou dias e espaço, das locais, às internacionais.

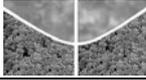
Ampliando a conceituação de território, Souza (1995) volta à concepção de território e poder de Raffestin, para ressaltar o papel do território como um campo de forças, uma rede de relações sociais, e que pode ser definido a partir de dois aspectos: o espaço e o poder. “Todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território [...]” (SOUZA, 1995, p.111).

Andrade (1995) também chama atenção para a ligação existente entre território e poder, enfatizando que se deve ter cuidado para não confundir os conceitos de espaço e território, pois estes se encontram estritamente ligados. Conforme esse autor,

“O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à idéia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Deste modo, o território está associado à idéia de poder, de controle, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas” (ANDRADE, 1995, p. 19).

Levando a discussão sobre o território para outro ângulo, Moraes (2002, p.63) concebe o território como estando ligado à sociedade, como sendo “resultado histórico do relacionamento da sociedade com o espaço”. Ao se entender o território dessa forma, conforme cita Moraes (2002), abandona-se a concepção anterior que descrevia e caracterizava o território, tomando-o como um acidente geográfico da superfície da terra e passa-se a captar uma articulação de processos sociais que resultaram em intervenções humanas nos lugares e na criação de materialidades e ordenamentos no espaço terrestre.

Santos (2002) também procura ressaltar esse viés social do território, ao mesmo tempo que introduz outros aspectos igualmente capazes de caracterizar um território: o viés político e a técnica. Para esse autor, a formação do território perpassa pelo espaço e a forma do espaço é encaminhada segundo as técnicas vigentes e utilizadas no mesmo. O território configura-se assim, pelas técnicas, pelos meios de produção, pelos objetos e coisas, pelo conjunto territorial e pela dialética do próprio espaço. No que diz respeito ao viés político do



território, Santos e Silveira (2003, p.19) citam que a categoria território pode ser considerada: “[...] um nome político para o espaço de um país”.

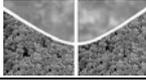
### **3.2 O CONCEITO DE CIDADE**

As cidades são o foco principal deste trabalho. É para se transformar em cidades que um número cada vez maior de novas localidades busca sua emancipação. Cabe empreender, portanto, uma discussão sobre os elementos constitutivos das cidades, bem como as condições que foram sendo desenvolvidas para que elas pudessem surgir, sua conceituação, assim como a importância que a elas foi sendo atribuída pela sociedade, conforme o contexto histórico.

Mumford (1998) destaca uma série de características que, segundo ele, permitiram o surgimento das cidades: a existência de um suprimento alimentar amplo e seguro (possibilitado pela dita revolução agrícola); a domesticação de animais; e a substituição do nomadismo pelo estabelecimento da ocupação permanente de uma área. Para Mumford (1998, p. 19), “sem esse longo período de desenvolvimento agrícola e doméstico, os excessos de alimento e capacidade de trabalho que tornaram possível a vida urbana não teriam existido”.

Já Palen (1975) enfatiza que, para que houvesse uma revolução urbana, tornou-se necessário que uma revolução agrícola a precedesse: somente a partir dela se tornou possível o aparecimento de aldeias permanentes. Descrevendo as etapas que foram sendo ultrapassadas até o aparecimento das cidades, esse autor cita que, inicialmente, se desenvolveu a domesticação de animais e a prática de reprodução de plantas por meio de mudas; posteriormente, a colheita e o plantio sistemático de certas sementes e o uso de animais que viviam em rebanhos permitiram aumento substancial do suprimento de alimentos; e, por fim, os homens adquiriram os conhecimentos suficientes sobre as estações e o ciclo de crescimento das plantas, e puderam abandonar a vida nômade e se estabelecer permanentemente.

Uma vez fixados em um local, os homens puderam produzir e acumular um número cada vez maior de riquezas. A agricultura possibilitou assim, que excedentes pudessem ser guardados. De acordo com Palen (1975, p.30-31), “não sabemos se foram esses excedentes que deram origem a instituições como a cidade ou se a instituição da cidade motivou a criação e manutenção de excedentes. Provavelmente os dois efeitos foram simultâneos”.



Rolnik (1988) também ressalta o papel dos excedentes no surgimento das cidades, ao observar que “a cidade, enquanto local permanente de moradia e trabalho, se implanta quando a produção gera um excedente, uma quantidade de produtos para além das necessidades de consumo imediato”. O excedente, segundo a autora, assume portanto dois papéis importantes: possibilita que a cidade exista e é também o resultado dessa, pois é a partir da cidade que a produção agrícola é impulsionada.

Castells (1983, p.42), em sua definição de cidade, também reforça a idéia de que as cidades só puderam existir graças ao desenvolvimento da agricultura, que possibilitou a geração de excedentes. Segundo ele,

“as cidades são a forma residencial adotada pelos membros da sociedade cuja presença direta nos locais de produção agrícola não era necessária. Quer dizer, estas cidades só podem existir na base do excedente produzido pelo trabalho da terra. Elas são os centros religiosos, administrativos e políticos, expressão espacial de uma complexidade social determinada pelo processo de apropriação e de reinvestimento do produto do trabalho. Trata-se portanto também de um novo sistema social, mas que não está separado do tipo rural, nem é posterior a ele, pois os dois estão intimamente ligados no âmago do mesmo processo de produção das formas sociais, mesmo que, do ponto de vista destas próprias formas, estejamos em presença de duas situações diferentes”.

Além do aprimoramento técnico que possibilitou o aumento da produção e geração do excedente, Sjoberg (1972) inclui dois outros fatores necessários para o desenvolvimento das cidades: 1) **um tipo especial de organização social** com o auxílio do qual o excedente agrícola, decorrência do avanço tecnológico, pode ser colhido, armazenado e distribuído; e, 2) uma **região favorável** que apresente não apenas um solo fértil, mas também forneça um suprimento adequado de água tanto para a agricultura como para o consumo urbano.

Os fatores anteriormente enumerados ilustram como foi necessário haver um amplo desenvolvimento na agricultura (que proporcionasse a produção de excedentes) e uma completa evolução nos hábitos da população, que abandonou o nomadismo e pôde se concentrar em lugar fixo, para que as cidades pudessem surgir. Ao longo do tempo e à medida que se desenvolveram, as cidades foram adquirindo novas funções e se consolidando como local de concentração da maior parte da população.

Analisando as cidades por meio da história, na Antiguidade e Idade Média, é possível observar que elas tiveram suas funções e a importância que desempenhavam modificadas de acordo com o contexto da época.

Conforme cita Sjoberg (1972, p.38), “as primeiras cidades formaram-se por volta de 3500 a.C., no vale compreendido pelo Tigre e o Eufrates [...]. Encontravam-se elas especialmente na Suméria, mas também, em menor número ao norte, em Acade”. Sjoberg (1972) menciona como mais conhecidas as cidades de Ur, Eridu, Erech, Lagash e Kish.

Os sumérios, que governaram no primeiro período babilônico – por volta de 4000 a 1200 a.C., organizaram-se em torno de Cidades-Estado, politicamente independentes, que se transformaram em importantes centros de defesa e de comércio (BARBEIRO; CANTELE E SCHNEEBERGER, 2004).

Os egípcios também foram pioneiros na construção de cidades. Sjoberg (1972) ressalta no entanto, que apesar de documentos egípcios indicarem a existência de cidades em 3100 a.C., não é possível afirmar se a idéia de formar comunidades urbanas no Egito foi “importada” da Mesopotâmia e nem garantir qual das duas civilizações iniciou primeiro o processo de urbanização.

Ainda segundo Sjoberg (1972), as comunidades urbanas multiplicaram-se durante o terceiro e segundo milênios. Estabeleceram-se por volta de 2500 a.C. no vale do rio Indo (hoje região do Paquistão) e em 1500 a.C. na China, como mostra a Figura 2.

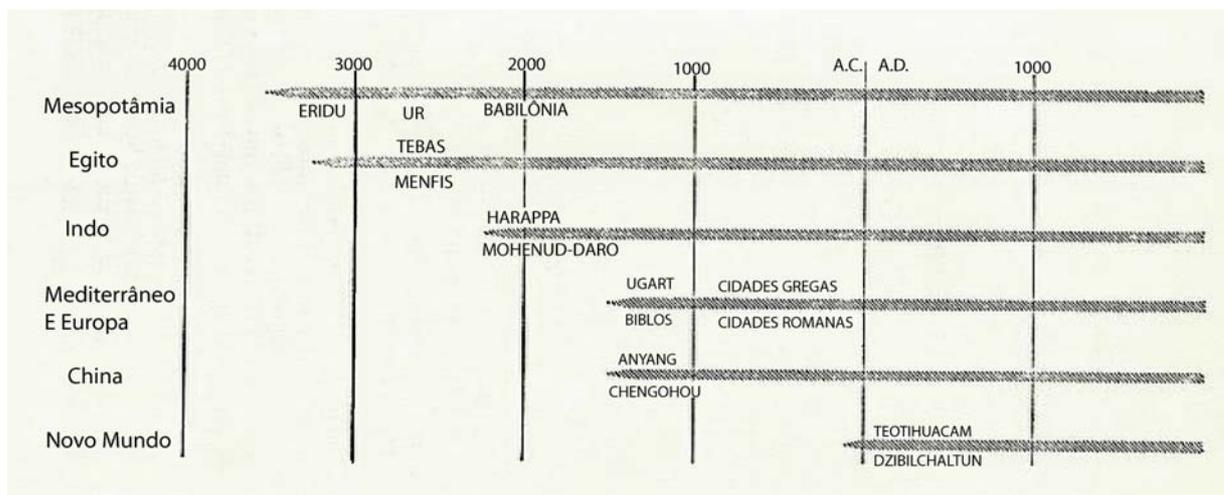
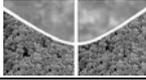


FIGURA 2 – AS PRIMEIRAS CIDADES – LOCAIS DE SURGIMENTO

Fonte: Sjoberg (1972, p.41).

As cidades gregas, denominadas *pólis*, eram o centro econômico, cultural, religioso e político de uma determinada região. De acordo com Palen (1975), em seu estudo sobre a origem e evolução das cidades, a invenção social da *pólis* ou ‘cidade-Estado’ grega tinha como objetivo a defesa e proteção comuns a cidadãos do mesmo Estado. Num período que a



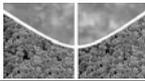
produção de alimentos era pequena e a disputa por terras era acirrada, a união da sociedade nas Cidades-Estado possibilitou a sobrevivência da população, já que as Cidades-Estado concentravam ao mesmo tempo a organização social, civil, política, moral e religiosa da sociedade grega.

Já em Roma, pelo caráter de conquista e expansão do território que caracterizou a sociedade romana, as cidades tiveram uma importância mais militar. Segundo Sjoberg (1972), na época do Império Romano, as cidades serviam para manter a supremacia militar nas regiões conquistadas. As cidades requeriam “um aparato administrativo capaz de explorar as riquezas das regiões conquistadas, encorajar o comércio necessário, tanto para o suporte da guarnição militar como para fazer prosperar o próprio império” (SJOBORG, 1972, p. 45).

Durante o Império Romano, como ressalta Castells (1983), as cidades imperiais concentravam funções comerciais e de gestão que decorriam da concentração, no mesmo aglomerado, de um poder exercido pela conquista, sobre vasto território. A cidade então podia ser definida como um local de gestão e de domínio, ligado à primazia social do aparelho político-administrativo.

Com o fim do Império Romano, assolado por invasões dos povos bárbaros, começa a surgir nova estrutura econômica e social, o feudalismo, que se caracterizava por uma economia agrária e o poder político fragmentado, descentralizado nas mãos dos senhores feudais. Conforme Castells (1983), com o feudalismo as funções político-administrativas centrais desenvolvidas no Império Romano são substituídas pelas dominações locais dos senhores feudais, não havendo outro fundamento social a encargo das cidades, a não ser o das divisões da administração da Igreja, ou a colonização e a defesa das regiões de fronteiras. As cidades perderam assim, a maior parte de suas funções urbanas, passando a assumir destaque o campo, por constituir a base política do sistema feudal rural.

Barbeiro; Cantele e Schneeberger (2004, p.122) também ressaltam esse desaparecimento da vida urbana na Europa feudal e citam que, como o sistema feudal era baseado na economia de subsistência, não havia excedentes a serem comercializados. “Procurava-se produzir de tudo na unidade feudal [...], o que lhe dava certa autonomia econômica. Desde o pão até as ferramentas, tudo era feito pelos artesãos – apenas o sal e o minério de ferro eram trazidos de fora e comprados dos comerciantes”.



Conforme cita Palen (1975), com o tempo, porém, as cidades começaram a renascer e suas funções comerciais voltam a se destacar. No século XI, grupos de comércio e feiras vão se formando fora dos muros das cidades. Já no século XIII, os mercadores passam a desempenhar um papel importante nas cidades, e dois fatores possibilitaram que elas pudessem crescer: as Cruzadas, que deram impulso ao comércio, e o aumento geral da população, proporcionado pelo aumento da estabilidade do sistema social, que levou a um suprimento de alimento mais constante. No século XIV, o incremento do comércio baseado nas cidades já era evidente e havia possibilitado a transformação da Europa de um aglomerado de feudos auto-suficientes para uma economia urbana, que tinha como base o lucro do comércio.

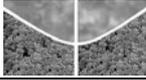
Com o crescimento do comércio e do artesanato nos burgos, a concorrência entre mercadores e artesãos aumentou, e com o intuito de regulamentar e proteger as diversas atividades surgiram as corporações. A que representava os artesões era chamada de *Corporação de Ofício*. Já as que representavam os comerciantes eram denominadas *Corporação de Mercadores* ou *Guildas*, e tinham por objetivo garantir o monopólio do comércio e controlar os preços das mercadorias.

Por fim, no século XVI, a cidade começa a se livrar dos últimos resíduos da estrutura feudal e vai deixando de ser uma unidade autogovernada e independente da nação-estado. Tem início assim a transição para as cidades industriais que vão predominar a partir do século XIX.

Na visão de Cardoso (1975), seguindo o que afirma Marx, a cidade surge como expressão da quebra da economia feudal e do antigo regime senhorial. À economia fechada dos feudos se seguirá uma forma de organização econômica que tem na mão-de-obra livre, não sujeita à terra ou aos senhores feudais, e na concentração dos meios de produção em certos tipos de proprietários, que compõem o mercado, a relação fundamental e necessária para o aparecimento do modo de produção capitalista. A cidade assim, onde se reúnem os indivíduos livres e os proprietários dos meios de produção, mostra-se o lugar ideal para que as relações fundamentais ao surgimento do capitalismo<sup>18</sup> possam ocorrer. É por isso que, como

---

<sup>18</sup> Cidade dita como lugar ideal para o capitalismo porque nela se concentrava a mão-de-obra requerida para que o capitalismo pudesse se desenvolver e iniciar o seu processo de acumulação de capital.



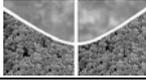
cita Cardoso (1975, p.136), para Marx “a cidade é tão indispensável para a existência do capitalismo quanto o é o operário para o lucro do patrão”.

Enfocando o ponto de vista de Weber, Cardoso (1975) ressalta que, indispensável assim para o capitalismo, a cidade nasceu como um fenômeno da civilização ocidental porque só no mundo ocidental ocorreram processos simultâneos que permitem caracterizar um assentamento populacional como cidade. São eles: “o mercado (e as regulamentações da política da economia urbana) e a autoridade político-administrativa que sujeitava os habitantes da cidade, mas, ao mesmo tempo, assegurava a eles (ou, pelo menos, a um grupo deles) certos direitos relativos a seu destino político” (CARDOSO, 1975, p.135).

Weber, em sua obra *The City* (1987), descreve bem a caracterização da cidade como um lugar de mercado. De acordo com ele, apesar de ser comum representar as cidades como grandes localidades, onde a maioria dos habitantes vive do produto da indústria ou do comércio e onde há uma diversidade de ocupações industriais, todos estes fatores em si não são suficientes para se ter uma caracterização decisiva das cidades.

Para esse autor, uma cidade pode ser fundada de dois modos: 1) existindo previamente algum domínio territorial ou, sobretudo, uma sede de principado como centro de um lugar em que exista uma indústria em regime de especialização, para satisfazer suas necessidades econômicas ou políticas, e onde, por isso, se comerciem mercadorias, onde haja, portanto, um intercâmbio regular de mercadorias como elemento essencial da atividade lucrativa e do abastecimento de seus habitantes, um mercado; ou 2) sem apoio na corte do príncipe ou da concessão do príncipe, mediante a reunião de intrusos, piratas ou comerciantes colonizadores ou nativos, dedicados ao comércio intermediário. Essa tal cidade constitui um puro local de mercado (WEBER, 1987).

Sistematizando essas proposições de Weber, Cardoso (1975) entende que as cidades tiveram origens distintas. Uma nasceram dentro dos domínios territoriais dos príncipes que mantinham, além de sua economia organizada domesticamente, na qual garantiam proteção e concediam o funcionamento do mercado em terras sujeitas a seu domínio em troca da oferta regular dos produtos locais no mercado e em troca dos direitos de alfândega, de escolta, de proteção, de mercado, de justiça, um assentamento de artesãos e mercadores. Outras, apesar



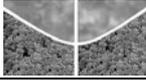
de se originarem na concessão territorial de um suzerano, não contavam com a proteção deste. Outras, ainda, nasciam como simples local de mercado. Ou, por fim, podiam surgir também:

“para atender ao consumo de funcionários patrimoniais ou de senhores que extraíam suas rendas fora da economia urbana e se ligavam à cidade apenas como consumidores [...]. Também da atividade produtiva, que seria consumida noutras partes, nasceram cidades” (CARDOSO, 1975, p. 138).

Na opinião de Cardoso (1975), fossem elas de origem predominantemente mercantil, consumística ou industrial, ou da combinação dessas distintas formas da atividade econômica, nelas se constituía um mercado e freqüentemente se apresentava um bairro de negócios que acabou tornando uma característica magna do fenômeno urbano. Essa diversidade de características econômicas e político-administrativas que deram origem à cidade levaram Weber a defini-la a partir de um conjunto de circunstâncias necessárias ao seu pleno desenvolvimento, que são “a existência de uma fortaleza, a presença do mercado, a existência de um direito e um tribunal próprio, a existência de uma relação associativa entre seus membros e uma capacidade pelo menos parcial de decisão e autonomia” (CARDOSO, 1975, p.140).

Weber (1987), ao chamar atenção para outras variáveis decisivas na caracterização das cidades, deixa claro que elas tinham de ser vistas não apenas como mero conjunto de casas – conforme é mais comum representá-las –, mas como uma associação econômica com propriedade territorial própria, com economia de receitas e despesas.

Rolnik (1988), em sua discussão sobre o que é cidade, também ressalta que a compreensão desta envolve diferentes perspectivas, entre as quais destaca: a cidade como um imã, a cidade como escrita, a cidade política e também como mercado. Imã porque é um campo magnético que atrai, reúne e concentra os homens. Escrita porque, como local de moradia, trabalho e produção, gera excedentes e proporciona acumulação de riquezas e conhecimentos registrados pela escrita. A cidade política diz respeito ao exercício de dominação da autoridade político-administrativa sobre o conjunto dos moradores. Por fim, a cidade como mercado que surge devido à aglomeração de numerosa população em espaço limitado, que estabelece não só a divisão do trabalho entre campo e cidade, como também uma especialização do trabalho no seu interior.



Além destes aspectos, Castells e Borja (1996, p.157) ressaltam a importância de se entender a cidade não apenas como um:

“território que concentra um importante grupo humano e uma grande diversidade de atividades, mas também como um espaço simbiótico (poder político/sociedade civil) e simbólico (que integra culturalmente e confere identidade coletiva a seus habitantes, tendo valor de troca com o exterior) que se transforma em um campo de respostas possíveis aos desafios econômicos, políticos e culturais de nossa época”.

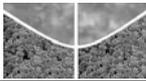
Preteceille (1996), por sua vez, define a cidade como o lugar da intervenção da política, lugar do exercício e da concentração do poder político. Souza (1997) considera a cidade como o lugar das redes, o lugar da técnica, e destaca a associação conceitual entre cidade e urbano. Essa associação entre cidade e urbano tem como base o conceito de espaço. Espaço que, como diz Lefebvre (1999, p.49), sempre foi político porque “a existência urbana se confunde com a existência política [...]”.

Já para Santos (1998, p.69), “a cidade é, ao mesmo tempo, uma região e um lugar, porque ela é uma totalidade, e suas partes dispõem de um movimento combinado, segundo uma lei própria, que é a lei do organismo urbano, com o qual se confunde”.

No que diz respeito à associação entre cidade e urbano, Santos (1998) cita que embora hoje se faça uma confusão entre estes dois termos, suas definições são bem claras. “O urbano é freqüentemente o abstrato, o geral, o externo. A cidade é o particular, o concreto, o interno”. Segundo o autor, não há o que confundir, existem histórias do urbano e histórias da cidade.

“Entre as possíveis histórias do urbano estaria a história das atividades que na cidade se realizam; do emprego, das classes, da divisão do trabalho e do seu inverso, a cooperação; [...] E, entre as histórias da cidade, haveria a história dos transportes, a história da propriedade, da especulação, da habitação, do urbanismo, da centralidade” (SANTOS, 1998, p.69).

Sjoberg (1975), levando a discussão sobre cidades para outro extremo, chama a atenção para a importância do papel da escrita na denominação das comunidades como urbanas. De acordo com esse autor, a partir da linguagem escrita é que foi possível distinguir as comunidades urbanas das quase-urbanas ou não-urbanas e pôde ocorrer uma profunda transformação da ordem social. A cidade pode então ser definida como uma “comunidade de dimensões e densidade populacional consideráveis, abrangendo uma variedade de especialistas não agrícolas, nela incluída a elite culta” (SJOBERG, 1975, p.38).



Para exemplificar o papel significante da escrita, Sjoberg (1975) cita o caso da cultura dos incas que, segundo ele, não pode ser classificada como urbana, pois eles não possuíam símbolos gráficos para representar a palavra ou outros conceitos, exceto números e alguns poucos itens gerais. Em virtude disso, este povo não foi capaz de transmitir, por intermédio de uma elite culta, uma herança religiosa e histórica.

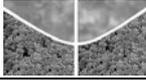
Até então, buscou-se apresentar as diferenças de funções e de importância pelas quais as cidades foram passando de acordo com o momento histórico, como elas surgiram e como foram sendo definidas por diversos autores. Essa discussão deixou claro que a busca por um único conceito que possa abarcar todos os significados relativos a esse termo não é uma tarefa fácil, pois são inúmeras as definições relacionadas às cidades. A elas são atribuídos significados políticos, econômicos, sociais, estratégicos. Mas que critérios são utilizados para se definir certa localidade como cidade? Que parâmetros são apontados com essenciais na maioria dos países?

Os critérios adotados para se definir cidades variam de acordo com o país. Na maior parte deles, o critério adotado é o demográfico. De acordo com Coelho (1992, p.140), segundo esse critério uma aglomeração populacional será considerada urbana se possuir uma quantidade de habitantes considerada mínima. Esse valor varia, assim, conforme cada país: “Canadá e Escócia, 1.000 habitantes; França e Portugal, 2.000 habitantes; Espanha e Grécia, 10.000 habitantes. Conforme a ONU, a quantidade mínima é de 20.000 habitantes”.

No Brasil, porém, o critério adotado é diferente. Aqui utiliza-se o critério político-administrativo, segundo o qual é considerada cidade toda sede de município. Segundo Veiga (2003, p.65), além do Brasil, El Salvador, Equador, Guatemala e República Dominicana também seguem tal critério. Ele ressalta que, no Brasil, isso se deve à vigência plena do Decreto-lei 311/1938<sup>19</sup> e à desconsideração de outras variáveis, como tamanho da população, densidade e localização. Logo, muitas localidades com população ínfima são cidades apenas por serem sede municipal.

---

<sup>19</sup> Determina em seu art. 3º que toda “a sede do município tem a categoria de cidade e lhe dá o nome”.



Não cabe aqui entrar na discussão sobre a validade ou não da exigência de limites de população e densidade demográfica para se definir uma localidade como cidade; importante a ressaltar é que as cidades vêm exercendo um papel cada vez mais relevante e atraindo um número cada vez maior de pessoas. No caso do Brasil, e mais especificamente no da Amazônia, esse crescimento urbano teve influência significativa da criação dos municípios, possibilitada pela Constituição de 1988.

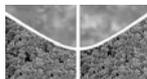
Essa discussão sobre a influência da criação de municípios no crescimento urbano foi apresentada no artigo *Efeitos da centralização e descentralização no processo brasileiro de municipalização: o caso da Região Norte* (STEINBERGER; MANICOBA, 2006) na qual buscou-se ressaltar por meio das afirmações de autores como Becker (2003) e Steinberger e Ferreira (2003) que na Amazônia, após 1988, a criação de municípios tornou-se a razão principal no crescimento urbano, e essa multiplicação ocorrida passou a ditar o ritmo acelerado de urbanização que a região enfrentou nas últimas décadas.

No que se refere à urbanização, cabe apresentar algumas acepções do termo, cujo entendimento varia segundo alguns autores, avançando em seguida para a discussão de como esta se desenvolveu no mundo e no Brasil.

### **3.3 O CONCEITO DE URBANIZAÇÃO**

A definição mais comumente ligada ao termo urbanização refere-se a esta como sendo o crescimento do número de cidades e aumento da população urbana. Confirmando esta afirmação vem a definição de Souza (1996, p.5), segundo a qual a urbanização, considerada em seu sentido quantitativo, é o aumento do percentual de população vivendo em espaços urbanos, bem como o crescimento destes.

Seguindo essa mesma linha, está a definição de Machado (1990, p.120), que considera que “em geral, o processo de urbanização é concebido como um processo de concentração da população em dois níveis: a) a multiplicação dos pontos de concentração e b) o aumento em dimensão de cada uma das concentrações [...]”.



Na publicação *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil*, desenvolvida pelo IPEA/IBGE/UNICAMP/IE/NESUR (2001), o processo de urbanização é definido como a transição de uma sociedade rural para uma sociedade urbana e ao mesmo tempo enfatiza-se que, para se medir esse processo, é necessário em primeiro lugar avaliar o efetivo da população urbana e sua evolução no decorrer do tempo.

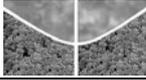
Outros autores, no entanto, como Becker (1991) e Castells (1983), também consideram urbanização como sendo o crescimento do número de cidades ou sua expansão territorial e crescimento populacional, mas chamam a atenção para novas variáveis que também devem ser consideradas na definição deste termo.

Becker (1991, p.52) refere-se à urbanização como estratégia do Estado para a ocupação de um dado território. Segundo essa autora, a relevância da urbanização como instrumento de ocupação está ligada a “três papéis fundamentais exercidos pelos núcleos urbanos: a atração dos fluxos migratórios, a organização do mercado de trabalho e o controle social, o que atribui à urbanização um novo significado”.

“A urbanização não é simplesmente o aumento do número e tamanho das cidades. Ela se manifesta em duas dimensões: (a) a do espaço social, referente a um modo de integração econômica, capaz de mobilizar, extrair e concentrar quantidades significantes de produto excedente e, também, de uma integração ideológica e cultural, capaz de difundir os valores e comportamentos da vida moderna; (b) a do espaço territorial, correspondente ao crescimento, multiplicação e arranjo dos núcleos urbanos, cuja feição particular está vinculada ao seu papel no padrão geral de circulação do excedente, no planejamento estatal e na articulação deste com a sociedade local” (BECKER, 1991, p.52-53).

Já Castells (1983, p. 39), em análise sobre o fenômeno urbano, destaca que, das inúmeras definições dadas pelos sociólogos para o termo urbanização, é possível distinguir dois sentidos bem distintos: “1) concentração espacial de uma população, a partir de certos limites de dimensão e de densidade; 2) difusão do sistema de valores, atitudes e comportamentos denominados ‘cultura urbana’”.

Segundo ele, embora exista uma ligação entre forma espacial e conteúdo cultural, esta ligação não pode constituir um elemento de definição da urbanização. Devem ser levadas em consideração as relações estabelecidas historicamente entre o espaço e a sociedade. A partir delas é que se poderá propor certas definições do termo urbanização.



De acordo com Castells (1983, p. 46), “o termo urbanização refere-se ao mesmo tempo à constituição de formas espaciais específicas das sociedades humanas, caracterizadas pela concentração significativa das atividades das populações num espaço restrito, bem como à existência e à difusão de um sistema cultural específico, a cultura urbana”.

“[...] a noção ideológica de urbanização refere-se ao processo pelo qual uma proporção significativamente importante da população de uma sociedade concentra-se sobre um certo espaço, onde se constituem aglomerados funcional e socialmente interdependentes do ponto de vista interno, e numa relação de articulação hierarquizada (rede urbana)” (CASTELLS, 1983, p. 47).

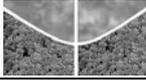
Transição de uma sociedade rural para uma sociedade urbana, crescimento do número de cidades, estratégia do Estado para a ocupação de um dado território, seja qual for a definição mais precisa do termo urbanização, o fato é que o fenômeno urbano foi adquirindo tamanha dimensão que, na atualidade, conforme cita a Novaes W.; Ribas e Novaes P. (2000, p.52), os números relacionados a ela falam por si:

“com mais de 60% do PIB dos países desenvolvidos sendo produzidos em áreas urbanas, em 1990 havia 2,4 bilhões de habitantes urbanos em todo o planeta e, em apenas oito anos, este número saltou para 3,2 bilhões, nada indicando tratar-se de uma tendência em declínio”.

No que diz respeito a essa tendência de aumento cada vez maior da urbanização, cabe citar as observações de José Eli da Veiga (2004a), que refuta a idéia da urbanização completa da sociedade que levaria ao desaparecimento do rural, defendida por autores como William H. Friedland e Henri Lefebvre.

Segundo Veiga (2004a), Friedland situava a industrialização da agricultura no centro de qualquer discussão sobre o futuro da ruralidade. Para este autor, a tendência era que a agricultura se tornasse cada vez mais industrial e o rural então se transformaria apenas naquele resquício que abrigaria o que havia restado de agricultura. Já para Lefebvre, conforme cita Veiga (2004), a sociedade urbana resultava da urbanização completa. O termo ‘sociedade urbana’ era reservado assim, à sociedade que nascia da industrialização, constituída, portanto, pelo processo que dominava e absorvia a produção agrícola. E toda a justificativa dessa hipótese era construída sobre a tese da industrialização da agricultura.

Refutando as opiniões deste autores, Veiga (2004a) argumenta que há uma ambivalência nos pressupostos que sustentavam a suposição de uma urbanização completa (ou extensiva). A primeira ambivalência era que tanto Lefebvre quanto Friedland



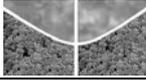
identificavam o ‘rural’ com a ‘agricultura’, e a ‘indústria’ com o ‘urbano’. Nesse sentido, no que denominavam processo de ‘industrialização da agricultura’, a sociedade só poderia perder seu lado rural em favor de sua dimensão urbana.

Indo contra a identificação feita por esses autores do espaço rural com as atividades agrícolas, Veiga (2004a) argumenta que o peso relativo da agropecuária (ou do “campo”) não pode ser o critério da diferença territorial entre espaço urbano e espaço rural. Essa distinção entre ambientes rurais e urbanos deve ser feita considerando o grau de artificialização dos ecossistemas, tendo então como ponto de partida a ecologia, isto é, o estudo dos habitats naturais de todas as espécies vivas. Veiga (2004a) defende que o rural sempre foi mais amplo que a agricultura, seja em termos tanto de espaço físico quanto socioeconômico, e assim, mesmo que ocorresse a ‘industrialização da agricultura’, restariam ainda inúmeros ecossistemas que permaneceriam com baixíssimo grau de artificialização, o que manteria a distinção entre espaços rurais e urbanos. Fato este que, por si só, já derruba a tese da ‘industrialização da agricultura’.

Transferindo essa discussão sobre a contradição entre o urbano e o rural e urbanização integral para o Brasil, Veiga (2004b) enfatiza que aqui, o entendimento do processo de urbanização é atrapalhado pela regra utilizada para se classificar uma localidade como urbana ou rural. De acordo com essa regra, que considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características estruturais ou funcionais, o grau de urbanização do Brasil atingiu 81,2% em 2000, o que para Veiga (2004b) é considerado um desatino. Como forma de evitar essa ilusão imposta pela norma legal, Veiga (2004b) cita que “é preciso combinar o critério de tamanho populacional do município com pelo menos outros dois: sua densidade demográfica e sua localização”. Partindo desses dois critérios:

“estima-se que 13% dos habitantes, que vivem em 10% dos municípios, não pertencem ao Brasil indiscutivelmente urbano, nem ao Brasil essencialmente rural. E que o Brasil essencialmente rural é formado por 80% dos municípios, nos quais residem 30% dos habitantes. Ao contrário da absurda regra em vigor [...] esta tipologia permite entender que só existem verdadeiras cidades nos 455 municípios do Brasil urbano. As sedes dos 4.485 municípios do Brasil rural são vilarejos e as sedes dos 567 municípios” (VEIGA, 2004b, p.9).

E é com base nesses números que Veiga (2004b, p.20) sustenta sua afirmação de que “o Brasil é mais rural do que oficialmente se calcula” e que isto não é, de forma nenhuma, um



atributo negativo, “já que algumas das principais vantagens competitivas do século XXI dependerão da força de economias rurais”.

Diversos autores contestam as idéias levantadas por José Eli da Veiga a respeito do grau de urbanização brasileiro; no entanto, não será feita aqui uma discussão veemente sobre a validade ou não das idéias defendidas por Veiga, tampouco a respeito do debate sobre o rural-urbano, ou, como se costuma denominar atualmente, das relações urbano-rural. Buscou-se levantar essas questões, assim como as observações de Veiga, no âmbito da presente discussão sobre urbanização, apenas para ilustrar a existência de uma linha tênue entre o que é urbano, o que é rural.

Considerando-se o processo de urbanização e as dimensões que esse adquiriu na Amazônia, bem como a relação desta com a melhoria da qualidade de vida da população que constitui o foco principal deste trabalho, cabe agora aprofundar a discussão sobre o conceito de urbanização e como ela se deu no mundo e no Brasil, para só assim, avançar para a análise mais específica do processo de urbanização na Amazônia.

### **3.4 A URBANIZAÇÃO NO MUNDO E NO BRASIL**

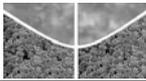
O processo de urbanização mundial foi grandemente impulsionado pela Revolução Industrial (século XVIII) iniciada na Inglaterra por volta de 1780<sup>20</sup>. Conforme cita Mumford (1961, p.155),

“em 1800, tinha Inglaterra uma população de pouco mais de nove milhões de habitantes, a Alemanha tinha por volta de vinte e quatro milhões, a França ao redor de vinte e sete milhões, e os Estados Unidos não muito mais de cinco milhões. Por volta de [1830], as suas populações tinham aumentado, em números redondos, respectivamente para quarenta e cinco milhões, sessenta milhões, quarenta e dois milhões e cento e vinte e três milhões. [...] O aumento numérico geral fêz-se acompanhar de um deslocamento dos excedentes para as cidades, e um crescimento enorme dos centros maiores. A urbanização cresceu quase que em proporção direta à industrialização: na Inglaterra e na Nova Inglaterra, chegou a um ponto em que quase oitenta por cento da população total estava morando em centros de mais de vinte e cinco mil habitantes”.

Graças ao incentivo dado pela industrialização, grande contingente populacional foi se deslocando para as cidades, que se multiplicaram e tiveram o número de habitantes

---

<sup>20</sup> Após a Inglaterra, a urbanização se expande, a partir do século XIX, para a Bélgica, França e Alemanha e, em seguida, para os demais países europeus e para os Estados Unidos. E, posteriormente, para o Japão e Rússia (COELHO, 1992).



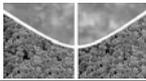
aumentado em grande escala. Conforme Mumford (1961), tão logo a concentração de fábricas estimulou o crescimento de cidades, o aumento da população destas tornou-se espantoso.

No que diz respeito à sustentabilidade desses centros urbanos, faz-se necessário registrar as proposições de Malthus que, no final do século XVIII, deu destaque em sua obra *Ensaio sobre a População* (1798), ao debate sobre o crescimento da população e a relação deste com a pobreza.

Para Malthus (1983), o crescimento incontrolável da população fazia parte de uma sina da qual o homem não podia fugir, e a pobreza portanto, seria o fim inevitável do homem, posto que a população cresceria em taxa superior à da produção de meios de subsistência. Segundo este autor, enquanto a população se não controlada, cresceria em progressão geométrica (1:2:4:8:16:32:...), a produção de alimentos cresceria em progressão aritmética de razão (1:2:3:4:5:...). Dessa forma, ao passo que a população poderia dobrar em vinte e cinco anos, o aumento da comida para sustentar o crescimento desta população não seria tão facilmente obtido, tendo em vista a natureza de todos os solos impor limites ao aumento de produção, apresentando mesmo uma diminuição gradual.

Malthus (1983) defendia assim, que a diminuição dos alimentos se constituiria numa forte limitação para o crescimento da população. No que diz respeito aos freios para o aumento demográfico, estes eram divididos pelo autor em dois tipos: os “positivos” e os “preventivos”. Entre os “positivos”, estariam a miséria, a fome, a morte e as condições precárias de salubridade nas moradias e no trabalho, epidemias, pestes e guerra. Entre os freios “preventivos” estaria a consideração pelo próprio homem da impossibilidade de sustentar uma família adiando assim o casamento para uma época mais propícia e, para os que ainda não haviam se casado, a abstinência sexual.

Para Malthus, as leis demográficas e os rendimentos decrescentes da agricultura seriam os fatores responsáveis pela miséria e a pobreza da população. Para diminuir a miséria ele sugeria então o aumento da liberdade de mercado, mobilidade da mão-de-obra e a criação de estímulo à exploração de novas terras. Medidas estas, que aumentariam o emprego e o produto, elevando ainda o preço do trabalho e a própria condição do trabalhador (MALTHUS, 1983).



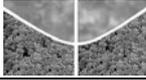
A teoria de Malthus sofreu uma série de críticas. Alves (2002) cita que o princípio malthusiano, deliberadamente, superestimava o poder de crescimento da população e subestimava a capacidade de crescimento dos meios de subsistência. Para este autor, Malthus simplesmente ignorava a possibilidade de um avanço tecnológico constante, capaz de elevar a produtividade agrícola, e seu princípio de população não havia sido feito baseado em nenhuma estatística confiável, muito menos foi confirmado pela experiência dos séculos seguintes.

“Malthus utilizou os dados de crescimento da população dos Estados Unidos da América, onde ele mesmo afirma “(...) os meios de subsistência têm sido muito maiores”, para mostrar que a população duplicava a cada 25 anos, isto é, crescia a uma progressão geométrica; em seguida, utiliza o exemplo da Inglaterra (mas não apresenta nenhum dado concreto) para dizer que os meios de subsistência poderiam crescer no máximo em uma progressão aritmética: “(...) é impossível admitir que a produção possa ser quadruplicada. Isto seria contrário a todo o nosso conhecimento acerca da capacidade da terra” (ALVES, 2002, p.17-18).

Por fim, a principal crítica feita à teoria de Malthus era seu teor fatalista, que descartava a possibilidade de os homens superarem a pobreza e as desigualdades devido ao problema da superpopulação. Enquanto a fome, doenças, guerras e miséria eram vistas por muitos autores como consequência da falta de progresso e dificuldades de desenvolvimento da sociedade, Malthus considerava esses fatores como “freios positivos”, necessários para o controle da população e um entrave a qualquer tipo de progresso.

David Ricardo (1983), em sua análise sobre a obra de Malthus, também ressaltava que este desconsiderou os progressos científicos importantes que permitiram o aumento da produtividade agrícola e a utilização de métodos anticoncepcionais que conteriam o aumento da população, e que algumas destas descobertas ocorreram antes mesmo que Malthus lançasse a última edição de sua obra em 1826, sem que este, no entanto, reconsiderasse suas posições.

De qualquer, conforme cita Alves (2002), embora a teoria de Malthus não tenha de fato se concretizado, a polêmica levantada por esse autor, na sua discussão sobre crescimento populacional e as implicações deste sobre a pobreza, continua atual no início do século XXI, pois trata de um debate sobre a necessidade da erradicação da pobreza e os limites do bem-estar e do progresso humano.



A discussão sobre os limites do crescimento e as previsões pessimistas quanto ao futuro da humanidade foram retomadas na década de 1970 por Dennis Meadows e os pesquisadores do “Clube de Roma”, que publicaram o Relatório Meadows (1972), *The Limits to Growth*. Neste relatório são apontados como limitadores do crescimento cinco fatores principais: população, produção industrial, produção alimentar, poluição e esgotamento dos recursos naturais.

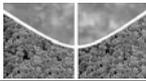
Segundo o modelo apresentado por Meadows (1997), alimentação, produção industrial e população cresceriam exponencialmente até a rápida diminuição dos recursos que forçaria a redução do crescimento industrial, ao passo que população e poluição continuariam aumentando após o pico da industrialização. O crescimento da população sofreria um impacto com o aumento da taxa de mortalidade devido à redução de alimentos e serviços médicos (MEADOWS, 1997).

A análise do modelo mostra que houve um aumento na taxa de crescimento populacional após 1940 e também na produção industrial, de alimentos e serviços *per capita*, ao passo que houve um declínio dramático dos recursos que em 1970 ainda representavam quase 95% do seu valor em 1900. Características estas, que ilustram claramente uma situação de excesso e colapso que ocorre por causa da diminuição dos recursos não-renováveis (MEADOWS, 1997).

Nesse modelo, com as reservas de recursos naturais duplicada, a industrialização poderia alcançar um nível mais alto, desde que os recursos não fossem rapidamente esgotados. A ampliação da atividade industrial no entanto, causaria poluição que, por sua vez, levaria a ao aumento imediato da taxa de mortalidade e ao declínio na produção de alimentos. Por fim, os recursos se esgotariam apesar da duplicação inicial ocorrida. A tese essencial lançada pelo *The Limits to Growth*, de acordo com McCormick (1992, p.88), era que:

“as raízes da crise ambiental residiam no crescimento exponencial. A catástrofe era inevitável já no final do século, causada pela exaustão dos recursos e pelas taxas de mortalidade crescentes devido à poluição e à carência de alimentos [...] Em uma última análise havia uma necessidade urgente de atingir um equilíbrio global através do reconhecimento dos limites do crescimento econômico e populacional”.

Para que o sistema global não entrasse em colapso era sugerido então, pelo *The Limits to Growth*, que tanto o crescimento populacional quanto o econômico teriam que parar. Era uma espécie de volta à tese de Malthus do crescimento zero.



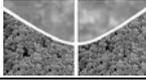
Nesse sentido, assim como as teses de Malthus, as premissas defendidas pelo *The Limits to Growth* também geraram grande polêmica e contestações. Segundo Fazza e Temóteo (2006), a adoção de uma política mundial de controle de crescimento (de “Crescimento Zero”) foi imediatamente contestada por ser extremamente simplista, já que considerava o mundo como homogêneo quanto ao consumo de energia e de recursos, o que condenaria os países pobres a um estado permanente de subdesenvolvimento, restando seu crescimento com o pretexto de controlar a poluição industrial.

Já conforme Tayra (2002), a divulgação desse relatório ganhou repercussão mundial e desencadeou uma série de reações críticas devido a seu tom apocalíptico, com a tese do crescimento zero. Inegavelmente catastrofista, o relatório previa uma incontável mortalidade da população por volta de 2050, que seria causada pelo “esgotamento dos recursos naturais, consequência do aumento da produção industrial e de alimentos para atender ao crescimento exponencial da população”.

Mas, apesar das críticas, conforme cita o estudo *The Limits to Growth* tornou pública pela primeira vez a noção de limites externos, isto é, a idéia de que o desenvolvimento poderia ser limitado pelo tamanho finito dos recursos terrestres. E foi esse eixo básico da discussão que fundamentou as conferências que passaram a ser desenvolvidas a partir deste período.

No Relatório Brundtland (1987) e na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), a questão da população e eliminação da pobreza foi enfocada sobre novos moldes. Elas não foram mais apresentadas como um fim inevitável da humanidade ou como uma questão para a qual não havia solução mas sim, como uma responsabilidade conjunta de todos os países, e que deveriam ser enfrentadas pelos governos por meio da melhoria das condições de saúde e educação e investimentos no crescimento econômico e acesso equitativo aos recursos.

Em meio a essa discussão sobre crescimento populacional, aumento da urbanização, degradação cada vez mais crescente dos recursos naturais e as medidas que deveriam ou não ser tomadas para barrar esse crescimento, evitando assim o colapso do sistema global, os números apontam para um aumento cada vez maior da concentração das pessoas nas cidades.



Conforme cita o *Relatório Brundtland* (1987), o aumento populacional acelerou-se em meados do século XVIII com o advento da Revolução Industrial, e a fase recente de aceleração começou por volta de 1950 com a redução das taxas de mortalidade nos países em desenvolvimento.

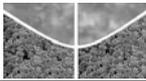
Tendo a segunda metade do século XX como marco, a urbanização mundial avançou a passos largos. Nesse período, o crescimento da população urbana mundial atingiu números excepcionais. Conforme dados do IPEA/IBGE/UNICAMP/IE/NESUR (2001, p.320), enquanto o crescimento da população urbana foi de 240% entre 1900 e 1950, o da população total foi de 49%. No período posterior, entre 1950 e 1990, o aumento se manteve, havendo o número de pessoas vivendo nas cidades passado de 733 milhões para mais de 2 bilhões.

Até a segunda metade do século XX, o maior crescimento da população urbana esteve concentrado nos países desenvolvidos. A partir desse período, porém, ele se desloca para os países em desenvolvimento, que ultrapassam os industrializados e passam a concentrar a maior parte da população urbana mundial. De acordo com relatórios do IPEA/IBGE/UNICAMP/IE/NESUR (2001, p. 320),

“a segunda metade do século XX marcou a ruptura radical na história plurissecular da urbanização mundial. Podemos falar de uma inflação urbana que alterou profundamente a distribuição da população do planeta. A maioria, cerca de 60% do total, vive em cidades de países em desenvolvimento”.

Há que se considerar, no entanto, que o processo de urbanização se deu de forma diferenciada nos países desenvolvidos e nos em desenvolvimento. Conforme afirma Castells (1983, p. 79), “a urbanização em curso nas regiões ‘subdesenvolvidas’ não é uma réplica do processo que atravessam os países industrializados. *No mesmo estágio de população urbana alcançado hoje em dia pelos países ‘subdesenvolvidos’, o nível de industrialização dos países ‘desenvolvidos’ era bem mais alto*”.

No caso específico da urbanização brasileira, mesmo que tardia e não tão expressiva quanto a ocorrida nos países desenvolvidos, também houve a intensificação da industrialização (assim como a modernização do campo) como fator que contribuiu para seu aumento.



Milton Santos inicia sua obra *Urbanização Brasileira* descrevendo a urbanização pretérita do país. Conforme ressalta ele, “durante séculos o Brasil como um todo é um país agrário [...]” (SANTOS, 2005, p.19). Para justificar tal afirmação cita Oliveira Vianna, para o qual,

“[...] o urbanismo é condição moderníssima da nossa evolução social. Toda a nossa história é a história de um povo agrícola, é a história de uma sociedade de lavradores e pastores. É no campo que se forma a nossa raça e se elaboram as forças íntimas de nossa civilização. O dinamismo da nossa história, no período colonial, vem do campo. Do campo, as bases em que se assenta a estabilidade admirável da nossa sociedade no período imperial” (SANTOS, 2005, p.19).

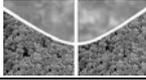
O período de 1500 e 1720, como enfatiza Santos (2005), corresponde a um período denominado por Nestor Goulart Reis de “primórdios da urbanização”. Nele, várias vilas e cidades foram sendo criadas formando o início da rede urbana brasileira. Contudo, conforme enfatiza esse autor, é somente a partir do século XVIII que a urbanização se desenvolve<sup>21</sup>, vindo a atingir a maturidade apenas no século XIX.

Santos (2005) ressalta no entanto, que o processo de criação urbana ocorrido no período colonial foi muito mais de geração de cidades do que propriamente um processo de urbanização, tendo em vista as relações entre os lugares serem fracas, inconstantes, num país de grande extensão como é o Brasil. Mas, apesar disso, “a expansão da agricultura comercial e a exploração mineral foram a base de um povoamento e uma criação de riquezas, redundando na ampliação da vida de relações e no surgimento de cidades no litoral e no interior” (SANTOS, 2005, p.22).

A quantidade de cidades e o número de pessoas vivendo nelas foi crescendo, mas o índice de urbanização manteve-se pouco alterado entre o fim do período colonial até o final do século XIX, só vindo a aumentar realmente entre 1920 e 1940, quando “a população concentrada em cidades passa de 4,552 milhões de pessoas em 1920 para 6 208 699 em 1940” (SANTOS, 2005, p.25).

---

<sup>21</sup> Esse desenvolvimento da urbanização foi caracterizado pela consolidação das casas nas cidades como local principal de residência da população, em substituição a casa no campo onde até então a população mantinha-se a maior parte do tempo.



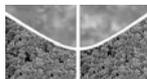
Depois dos anos 1940-1950, os nexos econômicos ganham relevo, sendo as dinâmicas urbanas impostas à totalidade do território. A partir da Segunda Guerra, as capitais passam a ter um crescimento sustentado e a situação do país, que durante séculos foi um grande arquipélago formado por subespaços que tinham escassa relação entre si, foi relativamente modificada “[...] quando, a partir da produção de café, o estado de São Paulo se torna o pólo dinâmico de vasta área que abrange os estados mais ao sul e vai incluir, ainda que de modo incompleto, o Rio de Janeiro e Minas Gerais” (SANTOS, 2005, p.29). É com base nessa nova dinâmica que, como afirma esse autor, o processo de industrialização se desenvolve e São Paulo, que já se destacava das demais regiões, passa a exercer cada vez mais um lugar de primazia e de polarização.

“Esse primeiro momento durará até década de 1930, quando novas condições políticas e organizacionais permitem que a industrialização conheça, de um lado, uma nova implusão, vinda do poder público e, de outro lado, comece a permitir que o mercado interno ganhe um papel, que se mostrará crescente, na elaboração, para o país, de uma nova lógica econômica e territorial [que irá prevalecer a partir dos anos 1940-1950]” (SANTOS, 2005, p.30).

Santos (2005) enfatiza que o forte movimento de urbanização verificado a partir do fim da Segunda Guerra Mundial é contemporâneo de forte crescimento demográfico, resultado de uma taxa de natalidade elevada e de uma queda nas taxas de mortalidade, possibilitadas pelos progressos sanitários e melhoria relativa nos padrões de vida.

Nesse momento posterior ao final da Segunda Guerra, no quadro econômico, o Brasil havia acumulado grande saldo na balança comercial graças à venda de matérias-primas estratégicas aos Aliados, o que permitiu a acumulação de divisas para o país. Além disso, conforme citam Barbeiro; Cantele e Schneeberger (2004, p.444), “a indústria nacional passara a aumentar sua produção para o mercado interno, uma vez que havia dificuldade de importações”. No entanto, com a retomada das importações após o fim da guerra, as reservas de moeda estrangeira foram se esgotando rapidamente e o déficit provocado pelas importações agravou o desequilíbrio da balança comercial, uma das soluções adotadas pelo governo então foi facilitar a entrada de capitais estrangeiros no país.

Este foi o quadro instalado durante o governo Dutra (1946-1951). Após este, Getúlio Vargas volta ao poder e, graças à sua política nacionalista e intervencionista, passa a expandir os setores da indústria de base, como a siderurgia, a petroquímica, a energia e os transportes. São criados neste período instituições importantes, como o Banco Nacional de



Desenvolvimento Econômico (BNDE) e a Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras). Após 1953, a situação política do país se complica: o governo passa a ser duramente criticado<sup>22</sup>, a inflação que desde de 1947 vinha crescendo atinge números altos, e o custo de vida aumenta. Todo esse período de instabilidade se agrava e acaba culminando com a morte de Getúlio em 1954. O governo posterior, de Juscelino Kubitschek (1956-1961), vem inaugurar uma nova era no país, de desenvolvimento nos setores de energia, transporte e na indústria de base.

Prosseguindo na discussão sobre o processo de urbanização, mesmo que guardadas as devidas diferenças, pode-se afirmar que a aceleração dessa no Brasil também esteve ligada ao aumento da industrialização. De acordo com dados do IPEA/IBGE/UNICAMP/IE/NESUR (2001, p. 346), foi durante o período compreendido entre 1956-60 a 1975-79, denominado “fase da industrialização pesada<sup>23</sup>”, que se iniciou um processo de constituição da rede urbana integrada em âmbito nacional.

A fase da industrialização pesada no país foi proporcionada pelos recursos destinados ao setor de energia e transporte previstos no Planos de Metas do Governo de Juscelino Kubitschek e pelo capital estrangeiro<sup>24</sup>. Graças a esses recursos, a partir da década de 1950, há grande crescimento na indústria de bens de produção, que se refletiu principalmente nos setores siderúrgico e metalúrgico (automóveis), químico e da construção naval.

A partir da década de 1960, com o impulso dado pela intensificação da industrialização, começa a ocorrer uma inversão na quantidade de pessoas residentes na área urbana e rural. Conforme dados dos censos demográficos do IBGE, em 1960 a proporção da população urbana (de 45,1) se aproxima da rural (que era de 54,9) e, na década seguinte, os números da população urbana saltam para 56,0, ultrapassando a rural, que ficou em 44,0 (Tabela 5). Na década de 1970 o Brasil já era predominantemente urbano.

---

<sup>22</sup> As críticas vêm de todos os lados, da oposição, da população, dos setores empresariais nacionais, associados ao capital estrangeiro.

<sup>23</sup> É denominada de pesada, a indústria que consome grandes quantidades de matéria-prima e de energia, como a siderurgia e a metalurgia.

<sup>24</sup> É nesse período que tem início, em maior escala, a internacionalização da economia por meio das multinacionais.

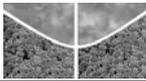


Tabela 5 – Percentual da população nos censos demográficos por situação dos domicílios 1950 – 2000

| Brasil e<br>Região<br>Geográfica | Situação do<br>domicílio | Ano  |      |      |      |      |      |
|----------------------------------|--------------------------|------|------|------|------|------|------|
|                                  |                          | 1950 | 1960 | 1970 | 1980 | 1991 | 2000 |
| Brasil                           | Urbana                   | 36,2 | 45,1 | 56   | 67,7 | 75,5 | 81,2 |
|                                  | Rural                    | 63,8 | 54,9 | 44   | 32,3 | 24,5 | 18,8 |
| Norte                            | Urbana                   | 29,6 | 35,5 | 42,6 | 50,2 | 57,8 | 69,8 |
|                                  | Rural                    | 70,4 | 64,5 | 57,4 | 49,8 | 42,2 | 30,2 |
| Nordeste                         | Urbana                   | 26,4 | 34,2 | 41,8 | 50,7 | 60,6 | 69   |
|                                  | Rural                    | 73,6 | 65,8 | 58,2 | 49,3 | 39,4 | 31   |
| Sudeste                          | Urbana                   | 47,5 | 57,4 | 72,8 | 82,8 | 88   | 90,5 |
|                                  | Rural                    | 52,5 | 42,6 | 27,2 | 17,2 | 12   | 9,5  |
| Sul                              | Urbana                   | 29,5 | 37,6 | 44,6 | 62,7 | 74,1 | 80,9 |
|                                  | Rural                    | 70,5 | 62,4 | 55,4 | 37,3 | 25,9 | 19,1 |
| Centro-Oeste                     | Urbana                   | 25,9 | 37,2 | 50,9 | 70,7 | 81,3 | 86,7 |
|                                  | Rural                    | 74,1 | 62,8 | 49,1 | 29,3 | 18,7 | 13,3 |

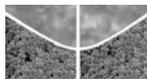
Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

Nota: Extraído do Banco de Dados Agregados – Sidra<sup>25</sup>.

Regionalmente, a urbanização se mostrou bastante diferenciada. Enquanto o Sudeste mais modernizado e industrializado foi o que mais se urbanizou, o Nordeste (26,4) e o Centro-Oeste (25,9), seguidos pelo Sul (29,5) e Norte (29,6), eram, até 1950, as regiões onde o processo de urbanização havia avançado menos. Esta se transformou a partir de 1960, quando a proporção da população urbana no Centro-Oeste aumentou, fazendo com que o Nordeste passasse a ocupar sozinho o posto de região menos urbanizada do país (Tabela 5).

Santos (1998) liga a diferença entre as taxas de urbanização das várias regiões à forma que nelas se deu a divisão do trabalho. De acordo com esse autor, quando da intensificação da urbanização, áreas que eram de antigo povoamento, servidas por infra-estruturas antigas, que representavam as necessidades do passado e não haviam se integrado ainda à introdução de inovações materiais e sociais, como é o caso da região Nordeste, tiveram o processo de urbanização mais expressiva prejudicado. Ao passo que o Sudeste, que havia conseguido desde "o primeiro momento da mecanização do território, uma adaptação progressiva e eficiente aos interesses do capital dominante" e onde a industrialização e a modernização haviam se instalado de forma mais intensa, sobressaiu-se das demais regiões. Já o Centro-Oeste e, até mesmo a Amazônia, por serem praticamente intactos, não possuindo infra-estrutura de monta, nem outros investimentos vindos do passado que pudessem dificultar a implantação de inovações, apresentaram-se como extremamente apropriados aos

<sup>25</sup> O Banco de Dados Agregados Sidra encontra-se no site do IBGE, endereço eletrônico: <http://www.ibge.gov.br>



novos fenômenos da urbanização (SANTOS, 1998, p. 137-138).

Apesar dessas diferenças, conforme cita Santos, todas as regiões sofreram revigoração no seu processo de urbanização graças às diversas modalidades do impacto da modernização sobre o território ocorridas a partir dos anos 1960, e principalmente na década de 1970.

De acordo com dados dos censos demográficos (IBGE, 2005), enquanto em 1970, somente o Sudeste apresentava grau de urbanização superior a 50%, de 72,70%, na década seguinte, as demais regiões também revelaram avanços nos números relativos ao grau de urbanização, apresentando números superiores a 50% (Tabela 6). A década de 1980 assim, constitui um marco, quando todas as regiões do país se tornam predominantemente urbanas. O Sul e Centro-Oeste, que em 1970 tinham grau de urbanização de 44,29% e 48,08%, em 1980 têm avanço significativo, passando para 62,40% e 67,78%, respectivamente. Já no último censo, esses números se mostravam ainda superiores: Sul e Centro-Oeste apresentam grau de urbanização de 80,93 e 86,73, respectivamente, e Norte e Nordeste se aproximam de 70%.

Tabela 6 – Grau de urbanização por região nos censos demográficos

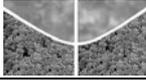
| <b>Brasil e Região Geográfica</b> | <b>1970</b> | <b>1980</b> | <b>1991</b> | <b>2000</b> |
|-----------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Brasil                            | 55,94       | 67,59       | 75,59       | 81,23       |
| Norte                             | 45,13       | 51,63       | 59,04       | 69,82       |
| Nordeste                          | 41,82       | 50,46       | 60,65       | 69,04       |
| Sudeste                           | 72,7        | 82,81       | 88,02       | 90,52       |
| Sul                               | 44,29       | 62,4        | 74,12       | 80,93       |
| Centro-Oeste                      | 48,08       | 67,78       | 81,28       | 86,73       |

Fonte: Censos Demográficos – IBGE (2000)

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

Entre os fatores que contribuíram para o aumento da urbanização, destacam-se a industrialização, o crescimento natural da população, a mecanização da agricultura (e mudanças nas relações de trabalho na agropecuária) e a busca por melhores condições de vida (mais acesso à saúde, educação, emprego).

O aumento acelerado do processo de urbanização teve como contrapartida a geração de uma série de impactos ambientais e sociais que passaram a comprometer cada vez mais o meio ambiente e a qualidade de vida da população. Entre os principais problemas ambientais urbanos que comprometem a sustentabilidade das cidades, destacam-se a falta de saneamento



básico, a poluição hídrica (que agrava cada vez mais a escassez de água em algumas cidades) e a falta de coleta e destinação inadequada dos resíduos sólidos.

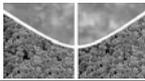
No caso da Amazônia, entre as conseqüências do crescimento urbano, ressaltam-se: a aceleração do desmatamento; a degradação dos recursos naturais; a pressão sobre a infraestrutura e equipamentos urbanos; a ausência de saneamento básico adequado que tem como conseqüência a proliferação de doenças infecto-contagiosas e está diretamente ligado à mortalidade infantil; a poluição dos rios principalmente pela falta de saneamento básico; a falta de destinação adequada para o lixo urbano que é depositado a céu aberto ou nos cursos de água; e a ocupação irregular de território que faz com haja um aumento no número de pessoas vivendo em moradias isalubres.

Castro (1992) aponta como principais problemas ambientais urbanos da Amazônia: a) urbanização e inadequação de infra-estrutura e equipamentos urbanos; b) baixa porcentagem do território urbano amazônico é atendido por esgotos sanitários; c) pequena porcentagem de lixo é coletado e a grande maioria desse é depositada a céu aberto ou em áreas alagadas, cursos de água; c) índices de atendimento dos serviços urbanos muito abaixo da média brasileira; d) educação e geração de emprego e renda com alta precaridade.

Becker (2001) também ressalta que o crescimento da população urbana na Amazônia não foi acompanhado da implementação de infra-estrutura para garantir condições mínimas de qualidade de vida. Como conseqüência, avolumam-se nas cidades amazônicas problemas como baixos índices de saúde, educação e salários, aliados à falta de equipamentos urbanos.

Barreto et al. (2005) apresentam um diagnóstico das áreas do bioma Amazônia que estavam sob pressão humana em 2002. De acordo com esse diagnóstico, as áreas de pressão consolidada (incluindo desmatamento, centros urbanos e assentamentos de reforma agrária) cobrem 19% do bioma e ocorrem principalmente em torno das principais estradas oficiais e grandes rios navegáveis (Figura 3).

“o desmatamento predomina ao longo das principais rodovias no leste do Pará, norte do Mato Grosso, Rondônia e leste do Acre. A pressão consolidada também se destaca ao longo do rio Amazonas entre Manaus e o estuário, no oeste do Pará, na Rodovia Transamazônica (entre Altamira e Rurópolis), ao longo da Rodovia Cuiabá-Santarém, próximo de Santarém, e em torno dos principais núcleos urbanos de Roraima e do Amapá” (Barreto et al., 2005, p.1).



Essa área onde predomina a pressão humana consolidada e incipiente corresponde ao “Arco do Desmatamento”, assim denominado por ser a faixa que se estende pelo sul da região, onde o desmatamento está concentrado (Figura 4). De acordo com Rodrigues (2004), esta faixa acompanha toda a borda da floresta, justamente onde se adensaram as estradas no leste do Pará, Maranhão, Tocantins, Mato Grosso e Rondônia e onde se situa o cerne da economia regional e do desflorestamento.

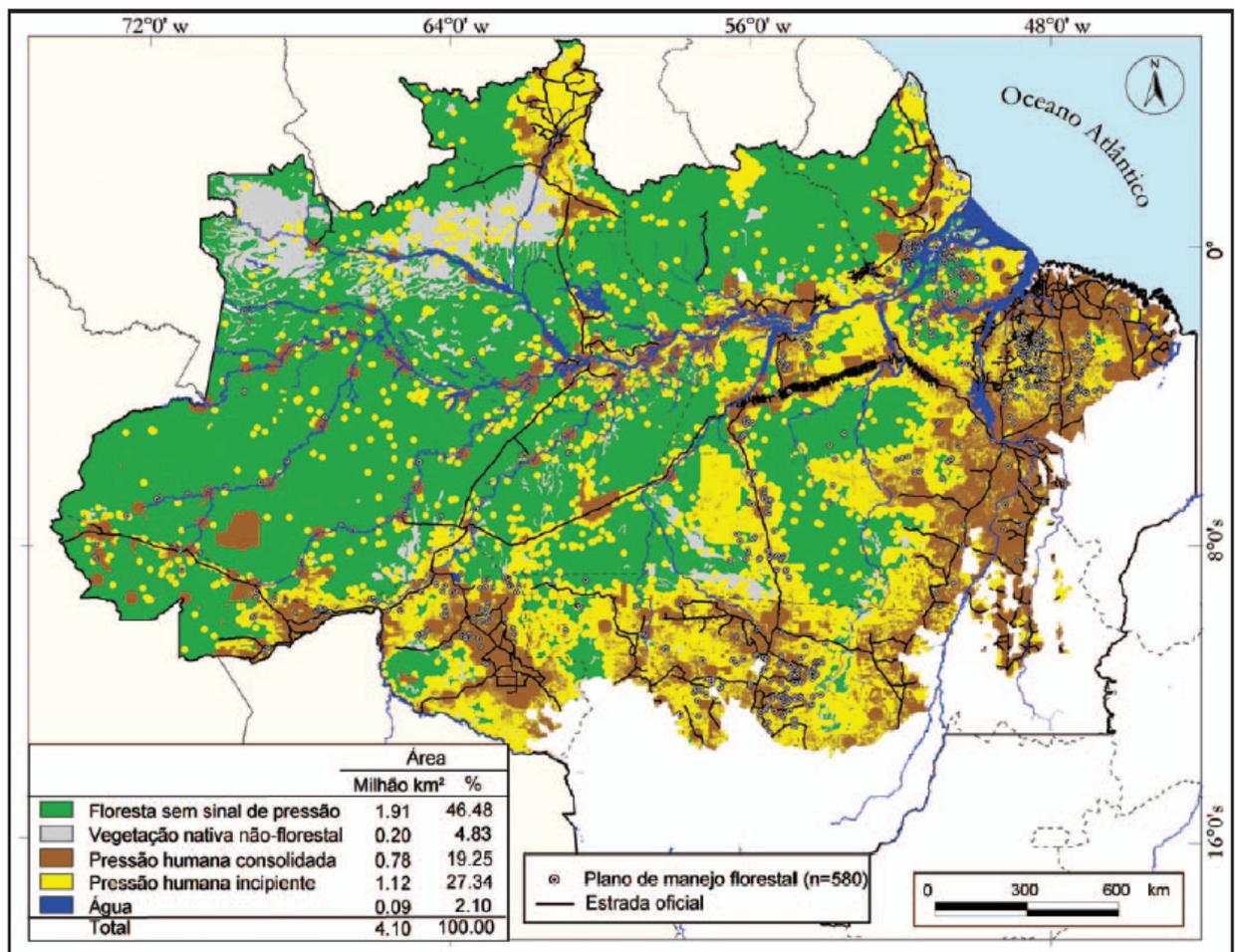


Figura 3 – Pressão consolidada e incipiente no bioma Amazônia  
Fonte: INPE, 1995-2000 (apud Barreto et al., 2005, p.2).

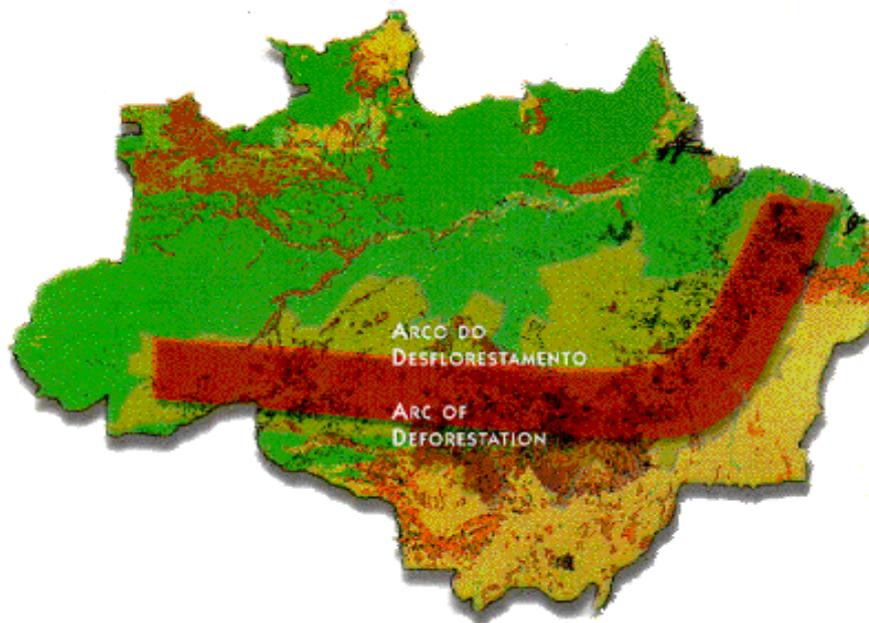
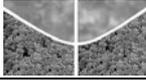
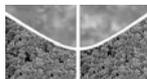


Figura 4 – Arco do Desmatamento  
Fonte: INPE, 1995-2000 (*apud* CASTRO, 1992).

Discutiu-se, até então, a urbanização de uma maneira geral, como ela se deu no Brasil em termos regionais e os principais impactos ambientais por ela causados. Mas, uma vez que o presente trabalho tem como estudo de caso os municípios concentrados na Amazônia Legal, cabe apresentar uma discussão mais detalhada sobre o processo de urbanização nessa região. Voltar-se-á na história até o início da colonização do Brasil, quando a Amazônia foi deixada de lado pela Coroa portuguesa, vindo seu processo de urbanização a efetivamente se concretizar apenas a partir da segunda metade do século XIX.



## 4

### O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E URBANIZAÇÃO NA AMAZÔNIA LEGAL

---

Apesar de vários trabalhos já haverem focado o processo de ocupação e avanço acelerado da urbanização que a Amazônia vem sofrendo nas últimas décadas, cabe remontar o início deste processo para ilustrar como, em poucas décadas, a Amazônia se transformou, como cita Bertha Becker (2001, p. 12), “numa floresta urbanizada.” Antes disso, faz-se necessário voltar um pouco na história e apresentar um resumo sobre o início da ocupação e da urbanização na Amazônia e como esta foi avançando até os dias atuais.

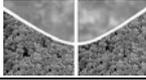
Após sua chegada ao Brasil, os portugueses iniciam a exploração do pau-brasil (utilizando a mão-de-obra indígena) e passam a estabelecer feitorias ao longo da costa brasileira. Mas o processo de colonização, que tem como objetivo a defesa do território e a transformação do Brasil em um empreendimento que realmente rendesse lucro a Portugal, só tem início em 1530. A partir desse período, inicia-se o estabelecimento das primeiras vilas e núcleos de povoados ao longo da região costeira, configurando assim, a ocupação efetiva do território.

A primeira vila criada no litoral brasileiro foi São Vicente, e após o estabelecimento das capitâncias hereditárias<sup>26</sup> (entre 1534 e 1536, segundo SILVA; BASTOS, 1983), outras vilas foram sendo criadas: Porto Seguro, Ilhéus, Olinda, Santos, Vitória, Natal e, no interior, a Vila de São Paulo que, até o século XVI, representava o núcleo de colonização mais distante do litoral.

O estabelecimento das primeiras vilas no litoral e a fixação da exploração do principal produto da época colonial, a cana-de-açúcar, também na zona costeira (área mais adequada para o plantio deste produto) fizeram com que as terras da Amazônia, conforme cita Loureiro (1992, p. 11), fossem “durante séculos, simplesmente defendidas de possíveis

---

<sup>26</sup> As capitâncias hereditárias “eram imensos lotes de terra que se estendiam, na direção dos paralelos, do litoral até o limite estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas” (FERREIRA, 1986, p.24).



ataques estrangeiros [com a instalação de uma série de fortes em pontos estratégicos da região] ou, exploradas, ciclicamente, quando se descobria na região alguma fonte de riqueza considerável”.

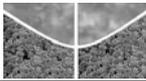
#### **4.1 A CRIAÇÃO DOS PRIMEIROS POVOADOS NA AMAZÔNIA – O CICLO DAS ‘DROGAS DO SERTÃO’ - SÉCULOS XVII E XVIII**

O traço marcante do processo de ocupação da Amazônia foi que ele sempre esteve ligado exatamente à exploração dos recursos naturais de interesse comercial existentes na região e, posteriormente, às políticas públicas que visavam à integração da Amazônia ao resto do país. Impulsionado principalmente por essas duas motivações, o crescimento demográfico e urbano na Amazônia foi adquirindo as dimensões que apresenta na atualidade.

De acordo com Caio Prado Júnior, na obra *História do desenvolvimento* (1972), a história econômica do Brasil foi marcada pela repetição de ciclos econômicos que tinham como resultado o predomínio, a cada momento da história, de um certo produto voltado para a exportação. Segundo o autor, nem com a separação de Portugal e a independência brasileira essa situação se modificou; a ex-colônia continuou a ser um elemento marginal e periférico do sistema econômico internacional, exercendo o papel de fornecedor para produtos primários tropicais (primeiramente os tradicionais produtos, açúcar e o algodão, e depois o café, o cacau, a borracha e outros mais).

A exploração da borracha na Amazônia, que ensejou a intensificação do processo de colonização da região, é exemplo típico da repetição do ciclo econômico e exploração de um único produto voltado para a exportação, conforme comentado por Caio Prado (1972). A consequência disto para a região, como bem se sabe, foi o empobrecimento cada vez maior da população local, que ficou restrita à produção e exploração de apenas um produto em detrimento de outros que, certamente, enriqueceriam a alimentação (como comenta Josué de Castro em sua obra *Geografia da Fome*, 1942) e melhorariam as condições de vida dos habitantes locais.

Além disto, conforme cita Caio Prado (1972), a organização da produção para o mercado externo determinou uma estrutura incapaz de proporcionar um mercado interno



apreciável e estimulante de atividades produtivas de nível elevado e grandes perspectivas. Em virtude disso, a economia brasileira não teve outra alternativa que não monotonamente se repetir e evoluir por meio de sucessivos ciclos estreitamente subordinados à conjuntura do mercado externo para um ou outro gênero primário da produção colonial.

No que diz respeito ao processo de exploração dos recursos naturais na Amazônia, destacaram-se, além do Ciclo da Borracha, o das **Drogas do Sertão**<sup>27</sup> (canela, cravo, cacau, castanha, guaraná, essências para perfume, entre outras) e do **Ouro**, que foram se sucedendo e atraíram para a região uma relativa parcela de mão-de-obra que acabou ali se fixando após o esgotamento destes ciclos. Esta afirmação vai ao encontro das observações de Becker (2001, p.7), segundo a qual: “no caso da Amazônia, sua ocupação se fez em surtos devassadores ligados à valorização momentânea de produtos no mercado internacional, seguindo-se longos períodos de estagnação”.

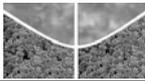
O crescimento e o desenvolvimento das cidades e pequenos núcleos ou povoados na Amazônia sofreram influência direta dos períodos de apogeu e declínios destes ciclos. Coelho (s.d., p.48) ilustra bem o processo, ao se referir ao que ela chama de “espaço amazônico do passado.” Segundo essa autora, na época das colonizações portuguesa e espanhola na Amazônia, elas se utilizavam da extensa rede fluvial ao longo da qual se estimulou a criação de núcleos, unidades pequenas que funcionavam como entrepostos comerciais que comercializam produtos de consumo imediato da população local e produtos vindos das economias extrativas e de subsistência.

O primeiro ciclo que marcou o período da colonização e contribuiu para a criação dos primeiros povoados foi o das ditas *Drogas do Sertão*<sup>28</sup>, que se estendeu até a primeira metade do século XIX. De acordo com Silva e Bastos (1983, p. 64), “entre os exploradores das drogas do sertão, destacavam-se os jesuítas que monopolizavam a exploração destes produtos e a mão-de-obra indígena”.

---

<sup>27</sup> Com a decadência do comércio de especiarias com o Oriente, a lacuna é em parte substituída pelas drogas do sertão. A obtenção destas era feita pelos índios, que conheciam bem a floresta e suas espécies. Mas, para isso, conquistaram-se os índios sob a desculpa da catequese (CULTURA EM TÓPICOS, 2003).

<sup>28</sup> As "drogas do sertão" (canela, cravo, anil, cacau, raízes aromáticas, sementes oleaginosas, madeiras, salsaparrilha, etc.) eram utilizáveis na alimentação, condimentação, construção naval e na farmacopéia da Europa Ocidental dos séculos XVII e XVIII (FERREIRA; SALATI, 1997).



Os jesuítas foram responsáveis pela formação das primeiras vilas e povoados em várias partes da Amazônia e, por isso, cabe apresentar aqui, um breve comentário sobre eles. Esses religiosos faziam parte da Companhia de Jesus, que era uma espécie de milícia da fé<sup>29</sup>, isto é, uma ordem criada pela Igreja Católica no âmbito da Contra-Reforma com a missão de lutar contra o avanço do protestantismo na Europa e difundir o evangelho para todos os povos. Imbuídos desses objetivos, os jesuítas encontraram no Brasil um campo fértil para conquistar, para a Igreja Católica, novos súditos, bem como transmitir os valores europeus para a população nativa.

A ação evangelizadora e educacional desenvolvida pelos jesuítas, no início em áreas do litoral, logo alcançou também o interior por intermédio das chamadas “Missões”<sup>30</sup>. Esse processo de interiorização dos aldeamentos também era estimulado pela Coroa Portuguesa, que tinha como objetivo ocupar parte da região norte da colônia, ameaçada por invasões (BIBLIOTECA VIRTUAL DO FUTUROb, 2004).

“Na região do vale do rio Amazonas, com mata densa e de difícil penetração, as missões formavam a linha de frente da ocupação portuguesa. Ali, os índios aldeados realizavam o trabalho de coleta de produtos florestais, e os jesuítas exportavam para a Europa as chamadas drogas do sertão. [...]” (BIBLIOTECA VIRTUAL DO FUTUROa, 2004, p.3).

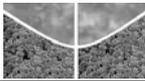
As missões na Amazônia se espalharam acompanhando a extensa rede fluvial, conforme indica a Figura 5. Por meio delas, esses grupos religiosos iniciaram a tarefa sistemática da colonização e a exploração econômica do vale amazônico. “Com o objetivo de espalhar a fé católica e ampliar o comércio de especiarias, os religiosos se transformam em nômades, seguindo sempre as margens dos rios, fundando aldeamentos que dão origem a dezenas de povoados, e se expandem cada vez mais pelo oeste” (BRASIL CHANNEL, 2004).

De acordo Ferreira e Salati (1997), a busca pelas drogas do sertão nos séculos XVII e XVIII, ao longo da floresta inundável localizada ao longo dos eixos fluviais navegáveis, foi o primeiro devassamento sofrido pela região amazônica. Como ressaltam os autores, nesse

---

<sup>29</sup> Criada na época que a Europa vivia a Reforma Protestante, a Companhia de Jesus, do qual os jesuítas eram integrantes, tinham a missão de difundir o evangelho para todos os povos do mundo com intuito assim, de barrar o avanço do protestantismo, na primeira metade do século XVI. Nesse sentido, graças ao objetivo a que se propunham, os jesuítas podiam ser considerados uma verdadeira “milícia” que lutava em favor da fé cristã.

<sup>30</sup> As missões eram uma “espécie de aldeias organizadas por eles [os jesuítas], onde os índios trabalhavam e aprendiam a religião e os costumes cristãos” (BIBLIOTECA VIRTUAL DO FUTUROa, 2004, p.2).



período as manifestações de povoamento foram baseadas nos núcleos militares e coloniais e nas missões religiosas em São Gabriel da Cachoeira, Barcelos, Tefé, Santarém e outras (Figura 5).

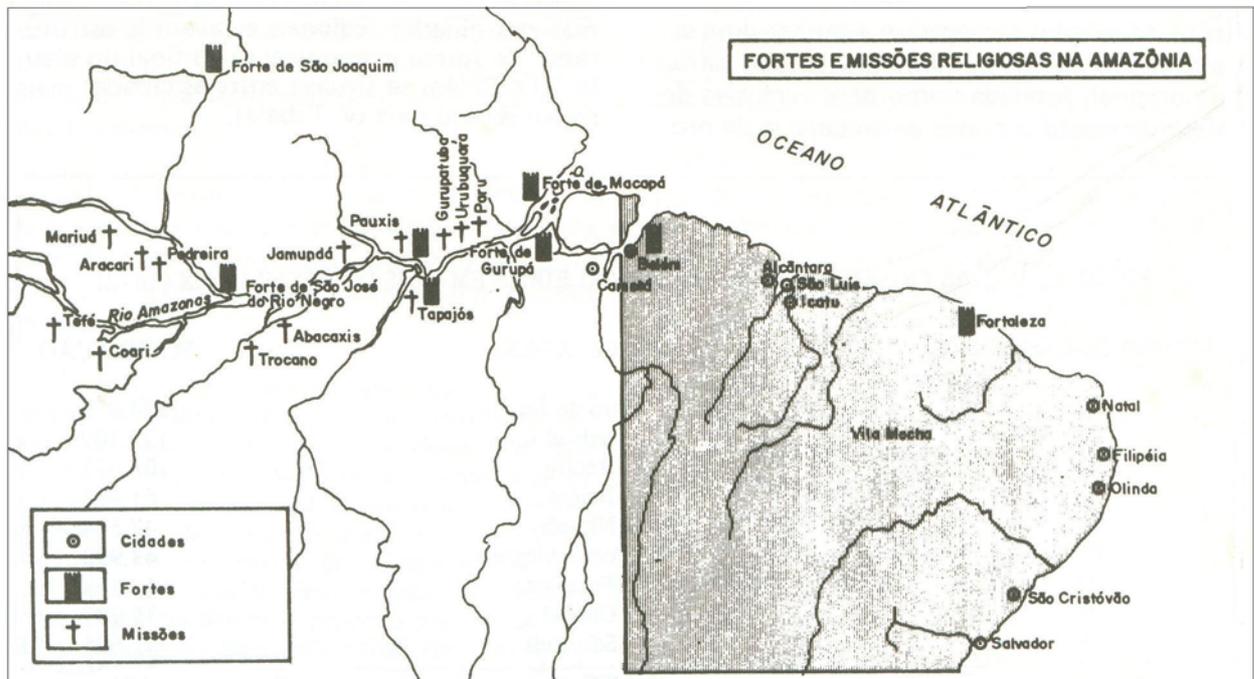


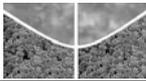
Figura 5 - Fortes e missões religiosas na Amazônia

Fonte: ADAS *apud* Loureiro (1992, p.11)

Nota: A subdivisão apresentada no mapa corresponde ao Tratado de Tordesilhas, acordo firmado por Portugal e Espanha definindo a partilha da América a partir de uma linha imaginária que dividia as terras em dois hemisférios: as terras descobertas a Leste pertenceriam a Portugal e as descobertas a Oeste pertenceriam à Espanha (SOUZA, 2004).

Como ressalta Cabral (2004, p.6), “as missões, fortalezas e povoados resultaram na formação dos primeiros núcleos urbanos na Amazônia, todos às margens dos principais rios, únicas vias de articulação dos lugares ‘por onde circularam índios escravizados e drogas do sertão rio abaixo e mercadorias e as ordens da colonização rio acima’”.

Este é o caso, por exemplo, dos municípios de Coari e Tefé, surgidos a partir das missões fundadas pelos primeiros Jesuítas que se estabeleceram na região do Amazonas, no período colonial. Em Tefé, as primeiras missões instituídas pelos jesuítas para a evangelização da comunidade indígena foram fundadas pelo padre Samuel Fritz, enviado para o Amazonas a serviço da Espanha. Com a expulsão dos espanhóis pelos portugueses em 1708 e 1709, os índios fugiram em massa para o interior das matas e para a cabeceira do rio Tefé. Em 1709, Portugal eleva Tefé à categoria de vila. Em 15 de junho de 1855, a vila é promovida à categoria de cidade, pela resolução nº. 44 da mesma data (BRAGA, 2004).



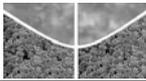
No município de Coari, conforme cita Bêda (2004), o primeiro núcleo de povoamento também “foi uma aldeia de índios fundada no início do séc. XVIII, pelo jesuíta Samuel Fritz, com a denominação de Coari, por ficar à margem do lago desse nome.” A sede da freguesia foi transferida em virtude da Lei nº 37, de 30 de setembro de 1854, para junto à foz do lago de Coari, e elevada à condição de vila em 1º de maio de 1874, com a denominação de Vila de Coari, cuja instalação ocorreu a 2 de dezembro do mesmo ano. Em 1932, Coari foi elevado à categoria de cidade.

Dentre as fortalezas que resultaram na formação dos primeiros núcleos urbanos, destaca-se o Forte de São Joaquim em Roraima (Figura 5), que começou a ser construído em 1775 como estratégia dos portugueses para ocupar e defender as terras contra a investida de estrangeiros, constituindo-se num marco da colonização do estado de Roraima e garantindo a atual extensão do território do Estado. Conforme cita Wehrmann (1999, p.191), “em 1775 iniciou-se a construção do Forte São Joaquim, para defender o sistema fluvial do Rio Branco dos invasores vindos do norte; nos arredores desse forte surgiram seis povoações e dessa época em diante a ocupação da região foi efetivada [...]”.

Há o exemplo também do município de Gurupá (PA) cuja sede municipal se localiza no mesmo local onde os holandeses criaram um forte (Figura 5), destruído em 1623, tendo sido fundado outro no mesmo local, o forte de Santo Antônio de Gurupá. A freguesia de Santo Antônio de Gurupá foi criada em 1639, tendo sido transformada em vila 1639.

No caso do Amazonas, a sua própria capital, Manaus, teve origem em um pequeno arraial formado em torno da fortaleza de São José do Rio Negro (Figura 5), criada para proteger a região de possíveis investidas dos inimigos, em 1669. O arraial foi fundado em 1669 e elevado à categoria de vila no princípio do século XIX, em 1833.

No entanto, apesar da criação de grande número de povoados pelos jesuítas a partir das missões e do estabelecimento de fortalezas, conforme MACHADO (1999), foi a economia da borracha que deu o impulso inicial ao desenvolvimento da urbanização na Amazônia, a partir da segunda metade do século XIX. De acordo com COELHO (s.d., p. 48), no período em que predominou a comercialização das ditas drogas do sertão, a única cidade que se destacou foi Belém, por ser considerada a “única com o aspecto de cidade”.



## 4.2 O INÍCIO DA URBANIZAÇÃO – A CRIAÇÃO DAS CIDADES PRÓXIMAS AOS RIOS

Conforme Kampel; Câmara e Monteiro (2001, p.3), no período áureo do ciclo da borracha (de 1890 a 1910) é que tem **início** realmente o desenvolvimento da **urbanização** na região amazônica. No decorrer desse ciclo, os núcleos ao longo dos rios (mantidos como eixo espacial da economia) multiplicaram-se e, conforme Coelho (s.d, p.48), as cidades de Belém e Manaus consolidaram-se como os principais pólos da região para onde convergiram os fluxos econômicos mais significativos e de onde estes passaram a ser reproduzidos graças à facilitação possibilitada pela estrutura de transportes assentada nas bacias hidrográficas.

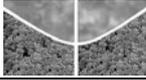
Em termos urbanos, segundo Kampel; Câmara e Monteiro (2001, p.3), a evolução da economia da borracha levou ao aparecimento da estrutura **Urbana Primaz**<sup>31</sup>, na qual “[...] Belém se destacou pela população e centralização dos recursos financeiros disponíveis para investimento urbano, e Manaus como a segunda maior cidade, responsável pela interiorização das frentes exploradoras de borracha”.

O comércio da borracha definiu, assim, o surgimento de novas aglomerações e o desenvolvimento do modelo urbano que veio a se consolidar nas décadas seguintes. A forma dendrítica da rede de cidades criadas se relacionava à área de ocorrência da borracha: “regiões de produtividade nas várzeas e a circulação fluvial. A rede englobava aglomerações em pontos de transbordo, nos portos das grandes unidades produtoras ou na confluência de rios que drenavam a produção das sub-bacias” (KAMPEL; CÂMARA; MONTEIRO, 2001, p.4).

A supremacia das cidades de Manaus e Belém, que exerciam funções primazes no sistema urbano de uma região até então pouco urbanizada, e a criação de cidades próximas aos rios, durante o Ciclo da Borracha, conforme Browder e Godfrey (1997, p.4), tiveram papel significativo na determinação da configuração espacial que a Região Norte apresentou

---

<sup>31</sup> Kampel; Câmara e Monteiro (2001), usam o termo estrutura “Urbana Primaz” para designar o primeiro momento do desenvolvimento de urbanização da Amazônia quando a cidade de Belém desempenhava o papel de maior e mais importante cidade em detrimento ao conjunto de cidades menores. Machado (1999), usa o termo “cidade-primaz” para designar a mesma situação.



até a década de 1960. Como é possível visualizar a partir da Figura 6, as cidades criadas antes de 1960 acompanharam claramente a hidrografia da região.

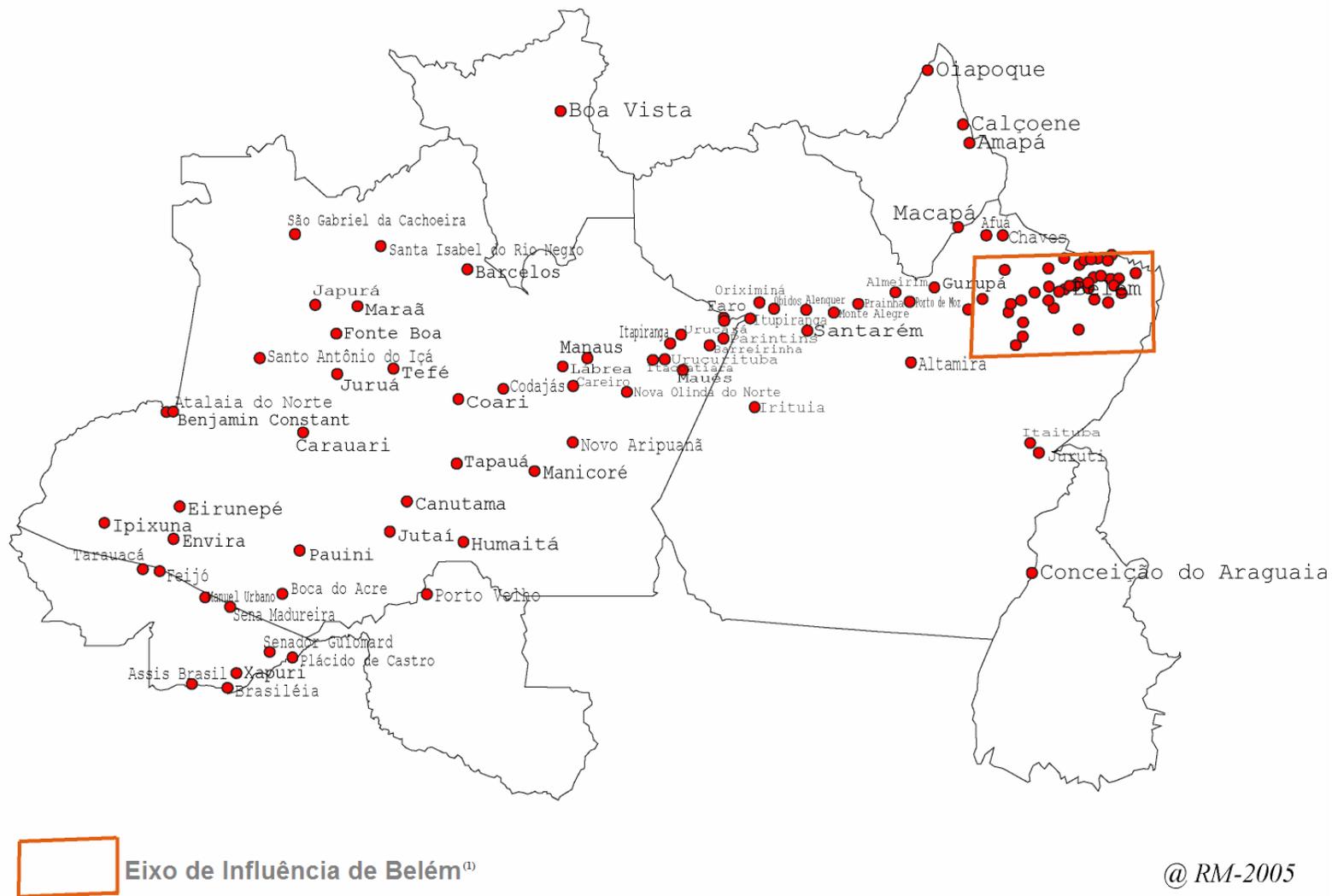
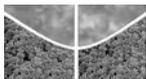
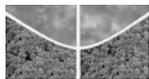


Figura 6 - Cidades da Região Norte fundadas antes de 1960

Fonte: Informações especiais fornecidas pelo IBGE em junho de 2003

Nota:

(1) Abaetetuba, Anajás, Ananindeua, Baião, Barcarena, Benevides, Bonito, Bragança, Breves, Cachoeira Do Arari, Cametá, Capanema, Castanhal, Conceição Do Araguaia, Curalinho, Curuçá, Faro, Igarapé-Açu, Igarapé-Mirim, Inhangapi, Marabá, Maracanã, Marapanim, Mocajuba, Moju, Muaná, Nova Timboteuá, Oeiras Do Pará, Ourém, Ponta Das Pedras, Portel, Salinópolis, Santa Isabel Do Pará, São Caetano De Odivelas, São Domingos Do Capim, São Francisco Do Pará, São Sebastião De Boa Vista, Soure, Tomé-Açu, Vigia.



O crescimento urbano verificado durante o período áureo do Ciclo da Borracha foi possibilitado pelo grande afluxo de migrantes vindos da Região Nordeste (fugindo da seca) e que para a Amazônia se dirigiram com o objetivo de trabalhar nos seringais e adquirir terras. Esse fluxo migratório teve início na década de setenta do século XIX e se manteve com fluxo crescente até a crise da borracha, ao final da Primeira Guerra Mundial (CAVALCANTI; GUILLEN, 2003).

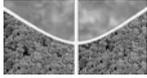
Ainda de acordo com esses autores, ao se avaliar a experiência da migração em termos populacionais, um dado demográfico impressionante deve ser considerado:

“o crescimento populacional da Amazônia, no período de 1870-1910, foi significativo, e chega-se a apontar a cifra, não muito realista, de 500.000 migrantes. Já para o período de 1920-1940, houve uma depopulação. A população total passou de cerca de 323.000 pessoas, em 1870, para mais de 1.200.000, em 1910, o que, em termos relativos, colocava a região com um crescimento demográfico mais dinâmico do que o da média brasileira e até da região Sudeste (Santos, 1980, pág. 118). No entanto, alguns anos depois, especificamente para o Acre, os dados censitários, em 1940, apontam que a população da região teria sofrido uma queda de cerca de 13%, tomando-se os dados de 1920” (CAVALCANTI; GUILLEN, 2003).

Quando a economia da borracha entrou em decadência em 1910, em virtude da concorrência com a Ásia que também passou a produzir borracha<sup>32</sup>, o processo de migração para a região caiu significativamente. Acompanhando essa diminuição na migração, a cidade de Manaus também sofreu um declínio, tendo a sua economia apresentado sinais de recuperação apenas décadas mais tarde, em 1967, com a implantação da Zona Franca de Manaus. A consequência do fim do Ciclo da Borracha foi o esvaziamento de muitas cidades<sup>33</sup> e a estagnação econômica que acompanhou esse período e que “promoveu o aparecimento de novas aglomerações a partir do êxodo rural das unidades produtoras de borracha. As aglomerações passaram a explorar recursos locais e reduzir as trocas de mercadorias entre elas, num processo de auto-organização” (KAMPEL; CÂMARA E MONTEIRO, 2001, p.4).

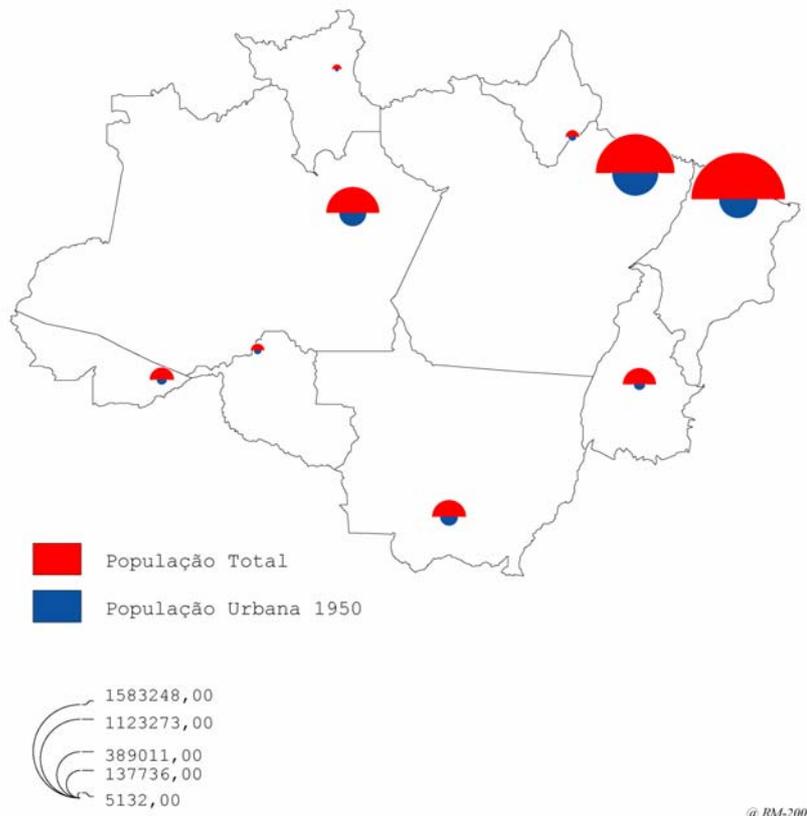
<sup>32</sup> Em 1876, o inglês Henry Wickham contrabandeara sementes da seringueira *Hevea brasiliensis* para Kew Gardens na Inglaterra. No ano seguinte, os ingleses levariam mudas desta espécie vegetal para o sudeste asiático, estabelecendo plantações de borracha que superariam a produção brasileira (KAMPEL; CÂMARA; MONTEIRO, 2001, p.4).

<sup>33</sup> Kampel; Câmara e Monteiro (2001), não citam quais cidades sofreram esvaziamento e o que aconteceu com a população desses núcleos. Mas, como será discutidos nos capítulos posteriores, onde será mostrada a história de alguns dos municípios da Amazônia Legal, muitos núcleos urbanos após o fim do ciclo da borracha passaram a se dedicar a outras atividades como a exploração mineral, desenvolvimento da agricultura ou pecuária ou foram revitalizados pela construção de rodovias na década de 1970.



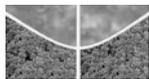
O governo da época ainda tentou reativar a competitividade da economia da borracha, mas acabou não obtendo sucesso. O único sinal de modificação nesse quadro ocorreu na década de 1940, quando o Brasil firmou um acordo para fornecer borracha para os países que participavam da Segunda Guerra, pois as plantações asiáticas estavam impedidas de exercer esse papel em virtude do controle japonês, então estabelecido naquela região. A Região Norte, assim, recebeu mais um fluxo de migrantes provindos do Nordeste.

A nova onda de migrantes recebida pela região contribuiu para o aumento da porcentagem da população urbana e total nos estados da Amazônia Legal. Conforme é possível observar na Figura 7, os estados que apresentavam maior porcentagem de população urbana nesse período foram exatamente os que possuíam também a maior parcela da população total: o Pará, com 1.123.273 habitantes, e o Amazonas, com 514.099 (IBGE, 2005).



Fonte: IBGE - Censo Demográfico.  
Nota: Extraído da Base de Dados Agregados – SIDRA.

Figura 7 - População urbana e total, 1950



### 4.3 A AMAZÔNIA DAS ESTRADAS E A IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE COLONIZAÇÃO DIRIGIDA

A década de 1950, conforme cita Bertha Becker, mais especificamente durante o período do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), é marcada pela tomada de ações concretas que afetam a região amazônica. Entre essas ações, que tinham como objetivo promover a ocupação e desenvolvimento regional da Amazônia, destacam-se a implantação de uma série de rodovias, a Belém-Brasília em 1958, a Cuiabá-Porto-Velho em 1960, que contribuíram para aumentar a migração que já se efetuava em direção à Amazônia e que fez a população da região pulasse “de 1 para 5 milhões entre 1950-1960, e de modo acelerado a partir de então” (BECKER, 2001).

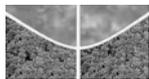
Posteriormente, no Governo do general Emílio Garrastazu Médici, e dentro da estratégia estabelecida por este para ocupar a Amazônia, foi determinada a construção das rodovias Transamazônica (BR-230) e Cuiabá-Santarém (BR-163), a Manaus-Porto Velho (BR-319) e a Perimetral Norte (BR-210), que deveria ligar Macapá a Manaus, e cujas obras foram paralisadas no Governo Geisel e nunca mais retomadas.

Com a abertura das estradas na Amazônia, inaugura-se a fase das cidades construídas ao longo das grandes rodovias. O padrão espacial centrado em cidades construídas próximas aos rios dá lugar, a partir deste período, a uma distribuição de cidades acompanhando as grandes estradas que foram sendo abertas em meio à mata. Conforme apontam Kampel; Câmara e Monteiro (2001, p.5),

“as estradas pioneiras passaram a ser atratoras dos fluxos migratórios dirigidos e espontâneos. À medida que as estradas pioneiras eram construídas em terra firme, novas aglomerações foram surgindo, muitas já sob a forma de cidades. As aglomerações ribeirinhas foram marginalizadas, com exceção daquelas cortadas pelos novos eixos de circulação terrestre, e as capitais foram revigoradas pelo influxo migratório”.

No rastro da abertura de rodovias como a Belém-Brasília (BR-010), Cuiabá-Santarém (BR-163)<sup>34</sup> e a Transamazônica<sup>35</sup>, instalaram-se frentes de colonização e de

<sup>34</sup> A rodovia Cuiabá-Santarém foi construída com o intuito de facilitar a migração dos brasileiros do Sul e Sudeste para a Amazônia e com a perspectiva de que no futuro se transformasse no grande corredor de exportação de toda a produção de grãos de Mato Grosso e do Centro-Oeste, através do Porto de Santarém também construído Governo do presidente Médici (RIBEIRO, 2003).



ocupação econômica que promoveram migrações desordenadas e a criação e desenvolvimento de inúmeros municípios.

Açailândia (MA) é um exemplo de município que foi criado graças à construção de uma grande rodovia, a Belém-Brasília. A ocupação de seu território foi iniciada na construção da BR-010 (trecho da Belém-Brasília no Maranhão) quando uma das empreiteiras da obra instalou no local um acampamento. Com o fim das obras e desativamento do acampamento, restou um núcleo populacional que posteriormente foi adensado graças à chegada de migrantes nordestinos atraídos pela oferta de terras para a agropecuária. Uma nova fase de desenvolvimento foi observada com a construção da BR-222 (CNM, 2006).

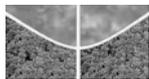
Entre os municípios já existentes e que foram fortalecidos com a construção da Belém-Brasília estão Ulianópolis (PA), que passou a receber grande quantidade de migrantes graças à rodovia, Estreito (MA), que ganhou amplo impulso econômico, e Guarái (TO) que não só teve seu avanço impulsionado pela obras de abertura da rodovia como também sua construção foi auxiliada pelo proprietário da companhia de engenharia que administrava a construção da rodovia Belém-Brasília.

Já relacionado à construção da BR-364, está o município de Bujari (AC), que teve sua história ligada ao surgimento dessa estrada e cujo primeiro avanço populacional considerável se deu em virtude da construção dessa obra, que atraiu para a região grande número de famílias que foram se instalando às margens da rodovia.

A abertura da Cuiabá-Santarém (BR-163) por sua vez, proporcionou a penetração e abertura de todo o norte-matogrossense. A partir dessa rodovia, a região do município de Colíder (MT) começou a ser colonizada e o município de Alta Floresta (MT) teve o processo de desmatamento da primeira clareira onde a cidade iria ser construída, terminado três anos após a abertura da estrada.

---

<sup>35</sup> A Transamazônica atravessa os Estados do Tocantins, Pará e Amazonas, “onde cruza com a Rodovia Manaus-Porto Velho (BR-319), precisamente na cidade de Humaitá, às margens do Rio Madeira. É uma rodovia com quase 3 mil quilômetros de extensão e que foi classificada pelo próprio Governo Médici como sendo uma rodovia de integração e de colonização, em razão de ter sido concebida também para facilitar aos nordestinos fugidos da seca acesso fácil à Amazônia, onde seriam assentados pelo INCRA, em lotes devidamente demarcados e titulados, que se localizavam em suas margens ou ao longo de suas inúmeras estradas vicinais, que também foram construídas à época” (RIBEIRO, 2003, p.1).



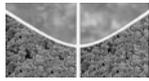
De acordo com Mello e Théry (2001), a rede urbana da Amazônia se resume atualmente em quatro conjuntos principais:

“dois mais potentes e integrados, constituídos pelo sistema de Belém e das estradas Belém-Brasília e Transamazônica, e pelo sistema ao longo da BR-364, entre Cuiabá e Rio Branco; os dois outros, menos densos e integrados, o de Manaus e o da calha do rio Amazonas e o sistema periférico localizado em São Luís, um baseado na rede hidrográfica, outro localizado na zona de transição entre a Amazônia e o Nordeste”.

Além da abertura de estradas, na década de 1950 o governo passa a tomar também uma série de medidas para promover o desenvolvimento econômico da região amazônica. Entre estas, destaca-se a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), pela Lei 1.806/53, cumprindo a determinação do art. 199 da Constituição de 1946, que previa a criação de um plano de valorização econômica para a região amazônica. Tal plano visava a “incrementar o desenvolvimento da produção extrativa e agrícola pecuária, mineral, industrial e o das relações de troca, no sentido de melhores padrões sociais de vida e bem-estar econômico das populações da região e da expansão da riqueza do País”. Após existência de mais de uma década a SPVEA ela foi extinta pelo art. 53 da Lei 5173/66, que criava a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), que visava a planejar, promover a execução e controlar as ações do governo na Amazônia.

No entanto, apesar de todas as medidas tomadas durante a década de 1950, é somente a partir da segunda metade da **década de 1960** (mais precisamente, a partir de 1966), conforme Bertha Becker, que tem **início efetivamente o planejamento regional para a Região Amazônica**. De acordo com essa autora, a partir desse período, o Estado passa a assumir a ocupação da Amazônia como prioridade, pois esta passa a ser vista como uma solução para as tensões sociais internas vindas da expulsão de pequenos produtores do Nordeste e do Sudeste pela modernização da agricultura, e também por receio de que na região pudessem se desenvolver focos revolucionários, daí a necessidade de ocupá-la (BECKER, 2001).

A partir da década de 1960, as ações do governo voltaram-se para a elaboração de políticas que intensificaram o desenvolvimento da região. Isso passou a ser feito com a implantação de projetos de colonização regional e investimentos em infra-estrutura que acabam por gerar na região um processo intenso de ocupação. Conforme Kampel; Câmara e



Monteiro (2001, p.5), “o crescimento urbano deixou de ser do tipo cidade primaz para dar lugar à **urbanização regional**<sup>36</sup>”.

Dos projetos econômicos implantados pelo governo na Amazônia, fossem eles agropecuários, madeireiros e também de hidrelétricas e mínero-metalúrgicos, resulta uma série de núcleos urbanos, como é o caso de Tucuruí, da Mineração Rio do Norte, Ferro Carajás, Polamazônia, Polonoroeste, Calha Norte e do Projeto Jari que, embora tenham sido criados inicialmente apenas com o objetivo de abrigar funcionários das companhias, acabaram se transformando em cidades.

Além da implantação desses projetos e da abertura de estradas visando à integração nacional da região, a década de 1960 foi marcada também, pela concessão de incentivos fiscais por parte do governo federal, que permitiram, conforme Pasquis (2001), dar início, no fim dos anos 1960, a grandes projetos agropecuários para que a economia de várzea praticada pelas populações ribeirinhas fosse sendo substituída pela economia de terra firme.

Conforme cita o *Plano Amazônia Sustentável* desenvolvido pelo Ministério da Integração e o Ministério do Meio Ambiente (2004, p.30), a expansão da fronteira nas últimas cinco décadas alterou estruturalmente o padrão secular baseado na circulação fluvial e polarizado por Belém, que foi substituído por rodovias abertas a partir dos anos 1950, e que atraíram grande contingente populacional para a proximidade destas áreas.

Becker (1991) apresenta um quadro bastante ilustrativo dos programas e projetos implantados pelo governo na Amazônia entre 1953 a 1968 (Tabela 7), visando a efetivar o processo de ocupação e consolidar o desenvolvimento da região amazônica.

---

<sup>36</sup> Kampel; Câmara e Monteiro (2001), identificam o período da Urbanização Regional como compreendido entre 1966 a 1985. De acordo com estes autores, nesse período “a disposição espacial do povoamento foi alterada pelos investimentos federais nas décadas que se seguiram. As estradas pioneiras passaram a ser atratoras dos fluxos migratórios dirigidos e espontâneos. À medida que as estradas pioneiras eram construídas em terra firme novas aglomerações foram surgindo, muitas já sob a forma de cidades. As aglomerações ribeirinhas foram marginalizadas, com exceção daquelas cortadas pelos novos eixos de circulação terrestre, e as capitais foram revigoradas pelo influxo migratório [...]”.

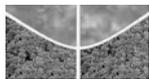


Tabela 7 – Principais elementos da estratégia de ocupação da Amazônia (1953 a 1968)

| Ano  | Programas, projetos e órgãos executores   | Objetivos   |
|------|---|---|
| 1953 | SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia/Presidência da República | Elaborar planejamentos quinquenais para valorização econômica da Amazônia.  |
| 1958 | Rodovia Belém-Brasília (BR-010)/Ministério dos Transportes, DNER                                | Implantar um eixo pioneiro para articular a Amazônia Oriental ao resto do país.   |
| 1960 | Rodovia Cuiabá-Porto Velho (BR-364)/Ministério dos Transportes, DNER                            | Implantar um eixo pioneiro para articular a porção meridional da Amazônia.  |
| 1966 | Sudam – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia/Ministério do Interior                  | Coordenar e supervisionar programas e planos regionais; decidir sobre a redistribuição de incentivos fiscais.           |
| 1967 | Suframa – Superintendência da Zona Franca de Manaus/Ministério do Interior                      | Integrar a porção ocidental da Amazônia, mediante criação de um centro industrial e agropecuário e isenção de impostos. |
| 1968 | Comitê Organizador dos Estudos Energéticos da Amazônia/Ministério das Minas e Energia           | Supervisionar estudos referentes ao aproveitamento do potencial energético.   |
| 1968 | Incentivos Fiscais/Sudam  | Promover investimentos na região, por meio de deduções tributárias significativas.                                      |

Fonte: Becker (1991, p.16)

A implantação de projetos econômicos, a concessão de incentivos fiscais e construção de rodovias foram medidas que já vinham, até então, sendo tomadas pelo governo e que, aliadas à criação de projetos de colonização dirigida, de assentamentos públicos e privados a partir da década de 1970 proporcionaram a continuidade do processo de migração para a região amazônica. Segundo Machado (1990), os estados que mais receberam migrantes em 1970 foram o Maranhão (com 40,2% da população total do estado) e o Pará, onde os projetos de colonização do Incra foram implantados principalmente nos municípios de Marabá, Altamira e Itaituba, com 21,9%, como mostra a Tabela 8. Entre os estados que menos receberam migrantes, destaca-se Roraima, para onde se dirigiram apenas 0,5% da população total do estado nesse período (MACHADO, 1990).

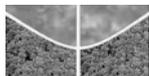


Tabela 8 – Amazônia Legal - Migração 1970

| Estados     | Total de Migrantes | Destino |         | Origem  |         |
|-------------|--------------------|---------|---------|---------|---------|
|             |                    | Urbano  | Rural   | Urbano  | Rural   |
| Rondônia    | 51.577             | 25.799  | 25.758  | 28.177  | 23.380  |
| %           | 2.9                | 50.0    | 50.0    | 54.6    | 45.4    |
| Acre        | 32.804             | 13.780  | 19.024  | 15.024  | 17.781  |
| %           | 1.8                | 42.0    | 58.0    | 45.8    | 54.2    |
| Amazonas    | 130.182            | 84.905  | 45.277  | 73.640  | 56.285  |
| %           | 7.3                | 65.2    | 37.8    | 56.6    | 43.4    |
| Roraima     | 8.669              | 5.433   | 3.236   | 6.278   | 2.391   |
| %           | 0.5                | 62.7    | 37.3    | 72.4    | 27.6    |
| Pará        | 391.646            | 209.647 | 181.999 | 216.489 | 175.157 |
| %           | 21.9               | 53.6    | 46.4    | 55.3    | 44.7    |
| Amapá       | 38.842             | 22.947  | 15.895  | 21.175  | 17.667  |
| %           | 2.2                | 59.01   | 40.9    | 54.5    | 45.5    |
| Maranhão    | 719.137            | 183.883 | 535.254 | 193.610 | 525.527 |
| %           | 40.2               | 25.6    | 74.4    | 26.9    | 73.1    |
| Mato Grosso | 186.108            | 50.022  | 136.086 | 72.650  | 113.458 |
| %           | 10.4               | 26.9    | 73.1    | 39.0    | 61.0    |
| Goiás       | 230.922            | 75.856  | 155.066 | 62.238  | 168.684 |
| %           | 13.0               | 32.8    | 67.2    | 27.0    | 73.0    |

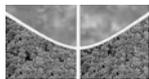
Fonte: Listagem Especial, IBGE, 1970 (apud Machado, 1990, p.127)

Conforme ressalta Pasquis (2001, p.4),

“no caso específico dos projetos de colonização do Inkra, o que se tentou fazer na época foi a colonização da região por imigrantes nordestinos que foram induzidos a ocupar as margens da Transamazônica, nos ‘vazios demográficos’. De acordo com dados do Ibase (1988), o Inkra teria deslocado para a região cerca de 400 mil colonos, apenas no período compreendido entre 1970 e 1974”.

Na Amazônia, cabe ressaltar, a migração se manifestou como um fator induzido de ocupação pioneira do território pelo Estado, diferentemente do que ocorreu nas demais regiões do país. Enquanto, como cita Becker (1991, p.46), “nas décadas de 1950 e 1960, a maior parte do fluxo migratório era espontânea [e] destinava-se ao norte de Goiás e sul do Pará [...]”, a partir da década de 1970, este passou a ser induzido e orientado pelo Estado. Becker (1991) chama atenção também para a mudança no perfil dos migrantes, que até 1960 era de trabalhadores rurais, pequenos ocupantes posseiros e proprietários sem capital vindo do Nordeste. De 1970 em diante, a migração é acrescida de pequenos e médios produtores e pequenos investidores do Sul do país.

Os fluxos migratórios direcionados para a Amazônia, como comentado anteriormente, foram compostos predominantemente, por pessoas vindas do Nordeste (região



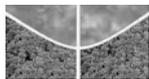
historicamente expulsora de população) e do Centro-Oeste, como cita Carvalho (1974). De acordo com esse autor, os estados que mais forneceram migrantes para a Região Norte durante a década de 1960-1970 foram Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Mato Grosso e Goiás. Sendo que desses, destacaram-se o Maranhão, o Ceará e Goiás como os que forneceram o maior número de migrantes.

Analisando os fluxos migratórios para a Região Norte, por estado, durante a década de 1960-1970, Carvalho (1974) cita que, referindo-se ao Acre, a maior parte dos migrantes que se direcionaram para esse estado era proveniente da própria região, seguidos pelos originários do Nordeste (tendo o Ceará como estado que predominava). Essa migração de nordestinos para o território do Acre se deu em dois períodos: ainda no fim do século XIX, entre 1877-1878, quando ocorreu uma grande seca no Nordeste impulsionando a vinda de grande número de migrantes para a Amazônia, atraídos pelo Ciclo da Borracha; e, posteriormente, em meados do século XX, na década de 1940, durante a Segunda Guerra, quando a extração da borracha, que havia declinado, tomou novo impulso incentivada pelo Estado Novo. Conforme citam Cavalcanti e Guillen (2003)<sup>37</sup>, a migração para a população menos favorecida economicamente aparecia “como uma alternativa para os problemas que teriam de enfrentar: seca, poucas terras disponíveis, baixa remuneração salarial, ou mesmo como única alternativa para a sobrevivência”.

Assis Brasil, Bujari, Feijó, Mâncio Lima, Porto Acre, Porto Walter, Rodrigues Alves e Tarauacá são exemplos de municípios que tiveram seu processo de colonização iniciado com a chegada de migrantes nordestinos vindos com o objetivo de trabalhar nos seringais acreanos, em diferentes momentos da história do estado.

Observando separadamente a história de cada um desses municípios, tem-se que: **Assis Brasil**, antes de ser elevado à categoria de município, fazia parte do Seringal Paraguassu, que foi desbravado por três irmãos nordestinos; **Bujari**, cuja história está ligada ao extrativismo vegetal, teve seu início como o Seringal Empresa, fundado pelo cearense Neutel Maia, em 1882; a ocupação da região do município de **Feijó** iniciou-se com a chegada dos nordestinos à foz do rio Envira, em 1879; **Mâncio Lima** teve sua colonização iniciada em

<sup>37</sup> Disponível em: <[http://www.imaginario.com.br/artigo/a0061\\_a0090/a0086-01.shtml](http://www.imaginario.com.br/artigo/a0061_a0090/a0086-01.shtml)>. Acesso em: julho 2003.

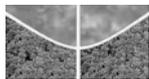


1889, por grupos de nordestinos; **Porto Acre**, também ocupado por migrantes nordestinos no século XIX, teve como atrativo principal da migração a extração da borracha; **Porto Walter** teve como primeiros habitantes, após os índios, migrantes nordestinos que começaram a chegar no final do século XIX; os primeiros que aportaram na região do município de **Rodrigues Alves** com o objetivo de povoar foram excursionistas cearenses; **Senador Guimard** teve seu povoamento iniciado com 32 famílias oriundas do Nordeste do país; e, em **Tarauacá**, a intensificação das exploração das terras do município foram iniciadas em virtude da emigração dos nordestinos a partir do ano de 1877 (CNM, 2006).

Além dos migrantes nordestinos, o Acre recebeu também migrantes da Região Sul em virtude dos projetos de colonização implantados pelo Incra na região. Estes constituem a maior parte da população do município de **Acrelândia** (formada de famílias de agricultores), cuja origem foi baseada em projetos de colonização estadual, instalados na década de 1980. O mesmo ocorreu com o município de **Capixaba** que, por volta da década de 1970, começa a receber migrantes advindos em sua maior parte do sul do país, atraídos pelo incentivo dado pelo governo estadual à implantação de grandes fazendas (latifúndios) de criação de gado. Iniciativa esta, baseada na crença do governo de que a pecuária traria o desenvolvimento para o Estado (CNM, 2006).

O mesmo ocorreu em relação ao estado do Amazonas, onde os fluxos migratórios no período de 1960-1970 também tiveram como procedência principal os estados do Nordeste e, dentre estes, o estado do Ceará sobressaiu-se com o maior número de migrantes. Afluiu para o estado do Amazonas, também, ressalta Carvalho (1974), uma proporção razoável de migrantes vindos do Rio de Janeiro, predominando os do sexo masculino.

Entre os municípios do Amazonas, **Apuí** recebeu grande quantidade de colonos do sul do país; em **Ipixuna**, 1877, cearenses fixam-se no rio Juruá; a região de **Lábrea**, em 1869, recebeu a primeira leva de cearenses e, em 1871, grande número de migrantes maranhenses instalaram-se às margens do rio Purus; o povoamento da região onde se estabeleceu o município de **Manaquiri** ganhou impulso a partir de 1977 com o deslocamento de grandes levadas de nordestinos para o local.



Os estados de Roraima e Pará, a exemplo do que ocorreu na maior parte da Amazônia, também tiveram a maior parte de fluxo migratório vindo da Região Nordeste, principalmente, dos estados do Maranhão e Ceará.

No Pará, esse movimento migratório esteve relacionado, principalmente, com a exploração da borracha, do ouro e aos projetos de colonização implantados pelo governo. E, além dos estados do Maranhão e Ceará, os migrantes foram provenientes também do Mato Grosso e Goiás, sendo este último, o estado de origem da maior parte dos migrantes. Os fluxos migratórios direcionados para o Pará, no entanto, segundo Carvalho (1974), diferenciaram-se dos direcionados para os demais estados por terem sido diversificados, e por a Região Norte ter desempenhado papel secundário como fornecedora de imigrante.

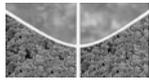
Entre os municípios paraenses que receberam os migrantes nordestinos, destaca-se Belterra, cujos migrantes vinham atraídos pela possibilidade de trabalho no projeto da Fordlândia<sup>38</sup>, Ulianópolis e Aurora do Pará, que receberam grande quantidade de migrantes vindos para a construção da rodovia Belém-Brasília, e Abel Figueiredo, com migrantes nordestinos que vieram para a abertura da rodovia PA-070. Em Bujari, Garrafão do Norte e Castanhal, os nordestinos foram atraídos pela oferta de terras para trabalhar na agricultura.

Mas não foram somente migrantes nordestinos que se transferiram para o estado do Pará e contribuíram para formar alguns dos seus municípios. Migrantes vindos da Região Sul instalaram-se no município de Tucumã motivados pela tradição agrícola local. Migrantes vindos do estado de Goiás, extratores de borracha, formaram o município de Itupiranga. E, por fim, migrantes japoneses instalaram-se, em 1926, nas colônias agrícolas da região de Tomé-Açu e se transferiram também para o município de Aurora do Pará, em 1970 e 1980 (CNM, 2006).

Ao contrário do Pará, no Amapá a maior parte dos migrantes na década de 1960-1970 foi proveniente da própria Região Norte. No entanto, remontando à história do estado, cabe chamar atenção, conforme cita Belmira Souza (2004), para o início da povoação desta

---

<sup>38</sup> Henry Ford, dono da Companhia Ford, líder na indústria automobilística nos Estados Unidos da América (EUA), tinha como objetivo implantar um cultivo racional de seringueiras na Amazônia, transformando-a na maior produtora de borracha natural do mundo, esse projeto foi chamado de Fordlândia (CNM, 2006).



região, no século XVIII, quando em virtude da guerra entre mouros e cristãos<sup>39</sup>, foram transferidos pela Coroa Portuguesa 136 famílias portuguesas e 103 escravos vindos da África, da região de Marrocos (Mauritânia) num total de 1.022 pessoas. Ao chegarem ao Brasil, estas pessoas hospedaram-se em Belém até 1771, quando foi criado o povoado de Mazagão Velho para abrigá-las. O povoado transformou-se no atual município de Mazagão, e as pessoas transferidas da Mazagão africana transformaram-se nos primeiros agricultores da região.

Por fim, no estado de Rondônia, semelhantemente ao que ocorreu no Amapá, a maioria dos migrantes foi proveniente da própria Região Norte. Conforme cita Carvalho (1974), os migrantes provenientes desta região representaram 45% do total de migrantes. Seguidos à Região Norte, foram significativos também os fluxos migratórios vindos dos estados do Mato Grosso, Goiás, Ceará e do Paraná.

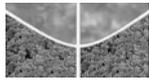
Entre os municípios de Rondônia que receberam migrantes nordestinos, pode-se citar Ariquemes, que após a criação do Território Federal do Guaporé (1943) e por indução do governo federal recebeu grande fluxo migratório de nordestinos que se transformaram em seringueiros; e Cerejeiras, que com a intensificação do extrativismo da borracha, possibilitado pela Segunda Guerra Mundial, passou a receber grande número de migrantes nordestinos que vieram para colaborar no esforço de guerra dos aliados (CNM, 2006).

Essa análise sobre os municípios que foram sendo criados graças aos migrantes vindos dos diversos estados do país deixa claro que o fluxo migratório direcionado para a Amazônia foi composto essencialmente por trabalhadores rurais que vieram para a região trabalhar também na agricultura. Conforme cita Wehrmann (1999), “fatos econômicos e sociais, atuando dentro de uma dinâmica peculiar ao setor agrícola, fizeram com que ocorresse deslocamento de populações no sentido rural-rural, ou seja, fluxos migratórios de regiões agrícolas ‘tradicionais’ em direção às regiões de fronteiras”.

No entanto, cabe enfatizar que a característica essencial dos deslocamentos para a fronteira agrícola é que nesta, os trabalhadores do campo residem nas cidades. Becker (1991,

---

<sup>39</sup> “Mouros e Cristãos - Denominação dada aos árabes muçulmanos e portugueses cristãos, respectivamente, povos do continente africano, que viviam em luta desde a Idade Antiga. Foi no decorrer dessas lutas sangrentas, que surgiu a lenda de São Tiago, que ajudava os portugueses nessas batalhas, santo até hoje lembrado no mês de julho, na história da secular Mazagão Velho, no Amapá” (BELMIRA SOUZA, 2004).



p.46) também ressalta essa característica urbana da fronteira amazônica, afirmando que “a fronteira atual já nasce urbana, como uma estratégia de ocupação utilizada pelo governo”.

Conforme Becker (1991), dentro desta estratégia, o governo atraiu os migrantes sem lhes garantir a posse da terra e fez com que, no caso da fronteira amazônica, o fenômeno da urbanização acabasse sendo precedente a uma produção agrícola e industrial. Os núcleos urbanos adquiriram assim, um papel bastante relevante na fronteira amazônica, passando a se constituir em poderosos fatores de atração de migrantes para a região. A Figura 8 e 9 indica os principais fluxos migratórios direcionados para a fronteira.



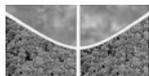
Figura 8 – Fluxos migratórios para a fronteira  
Fonte: Becker (1991)



Figura 9 – Migrações internas  
Fonte: THÉRY e MELLO (2004, p.98)

O intenso fluxo migratório, porém, começou a perder força após o período de 1960-1970. Segundo cita Becker (1991, p.45), na década posterior, entre 1970 e 1980, a migração foi relativamente pequena. “Correspondeu a cerca de 0,5% do total da população brasileira, e constituiu um fluxo secundário em relação ao principal, que se dirigiu para o Sudeste e para as metrópoles.” E a Região Amazônica vai perdendo cada vez sua capacidade de atração de migrantes. De acordo com Rodrigues (2004, p.17).

“O fenômeno parece estar localizado principalmente em três Estados: Rondônia e Pará, que de pólos expressivos de imigração transformaram-se em pólos de emigração; e o Mato Grosso, que apresenta uma queda vertiginosa em seu crescimento. O Maranhão tem uma contribuição relevante, mas mesmo



do ponto de vista do estoque populacional, sempre foi um pólo de emigração. Em 1996, o Sudeste era ainda a Região que mais atraía migrantes, a segunda colocação sendo ocupada pelo Centro-Oeste. O Nordeste e o Sul continuam a ser a fonte principal dos imigrantes das outras regiões, embora o Sul tenha sido suplantado pela Região Amazônica, que, em 1996, apresenta um saldo migratório negativo”.

O fluxo migratório ocorrido, principalmente, até a década de 1970, juntamente com a implantação pelo governo dos projetos de colonização regional e a abertura de estradas visando à integração nacional, contribuíram para que a urbanização na Amazônia Legal fosse aumentando paulatinamente.

No que diz respeito aos dados demográficos referentes à Amazônia Legal, vale destacar alguns números que ilustram o significativo crescimento urbano e da população total que a região vem enfrentando.

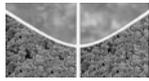
Segundo dados dos censos demográficos (IBGE, 2005), a população total da Amazônia Legal saltou de quase 4 milhões em 1950 para pouco mais de 8 milhões em 1970, o que representou um acréscimo de mais de 4 milhões de pessoas. Já entre 1980 e 2000, o aumento verificado foi muito superior, tendo a população, que em 1980 era de pouco mais de 11 milhões de pessoas, quase duplicado, passando para mais de 20 milhões em 2000. Em relação à população urbana, o crescimento também foi bastante significativo, passando meros 945.737 em 1950 para mais de 14 milhões em 2000 (Tabela 9). Conforme afirma Martine (1993), “apesar de ser pensada como ‘fronteira agrícola’, a Amazônia concentra a maior parte de sua população em cidades”.

Tabela 9 – População nos censos demográficos – Brasil, Região Norte e Amazônia Legal

| Situação do domicílio | Ano          |              |              |              |              |              |
|-----------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
|                       | 1950         | 1960         | 1970         | 1980         | 1991         | 2000         |
| <b>Brasil</b>         |              |              |              |              |              |              |
| Total                 | 51.944.397   | 70.992.343   | 93.134.846   | 119.011.052  | 146.825.475  | 169.590.693  |
| Urbana                | 18.782.891   | 32.004.817   | 52.097.260   | 80.437.327   | 110.990.990  | 137.755.550  |
| Grau de Urbanização   | <b>36,16</b> | <b>45,08</b> | <b>55,94</b> | <b>67,59</b> | <b>75,59</b> | <b>81,23</b> |
| <b>Região Norte</b>   |              |              |              |              |              |              |
| Total                 | 2.048.696    | 2.930.005    | 3.603.679    | 5.880.706    | 10.030.556   | 12.893.561   |
| Urbana                | 607.164      | 1.041.213    | 1.626.275    | 3.036.264    | 5.922.574    | 9.002.962    |
| Grau de Urbanização   | <b>29,63</b> | <b>35,54</b> | <b>45,13</b> | <b>51,63</b> | <b>59,04</b> | <b>69,82</b> |
| <b>Amazônia Legal</b> |              |              |              |              |              |              |
| Total                 | 3.844.593    | 5.752.754    | 8.193.366    | 11.016.068   | 16.988.040   | 20.536.781   |
| Urbana                | 945.737      | 1.611.638    | 3.063.598    | 4.946.235    | 9.380.150    | 14.346.450   |
| Grau de Urbanização   | <b>24,6</b>  | <b>28,01</b> | <b>37,39</b> | <b>44,9</b>  | <b>55,22</b> | <b>69,86</b> |

Fonte: Censos Demográficos – IBGE (2000)

Nota: Dados trabalhados pelo autor.



O *Plano Amazônia Sustentável* desenvolvido pelo Ministério da Integração e o Ministério do Meio Ambiente (2004, p.30) chama atenção para o fato de que, apesar de a maioria da população regional ser urbana, constituindo um mercado consumidor de massa para a indústria e para produtos agropecuários e florestais, deve-se considerar também o peso da população rural que somava 6.054.431 habitantes em 2000 e possui importância significativa como mercado consumidor.

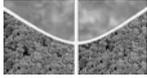
Analisando-se o grau de urbanização da Amazônia Legal no período de 1950-2000, é possível observar que embora ele não tenha sido superior à média nacional, foi aumentando paulatinamente ao longo desse período, passando de 33,37% em 1950, chegando a 44,90% em 1980 e alcançando 68,19% em 2000 (Tabela 10).

Tabela 10 – População nos censos demográficos por situação do domicílio e grau de urbanização – Amazônia Legal

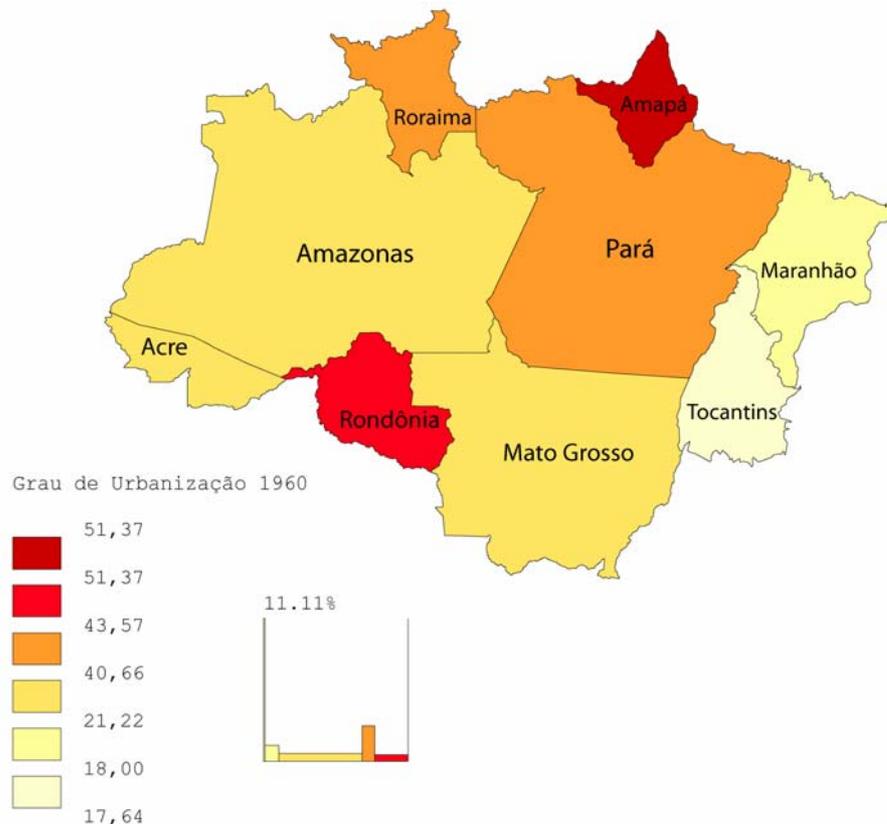
| UF    | Situação do domicílio | Ano          |              |              |              |              |              |
|-------|-----------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
|       |                       | 1950         | 1960         | 1970         | 1980         | 1991         | 2000         |
| RO    | Total                 | 36.935       | 70.783       | 111.064      | 491.025      | 1.132.692    | 1.377.792    |
|       | Urbana                | 13.816       | 30.842       | 59.607       | 228.168      | 659.327      | 883.048      |
|       | Grau de Urbanização   | <b>37,41</b> | <b>43,57</b> | <b>53,67</b> | <b>46,47</b> | <b>58,21</b> | <b>64,09</b> |
| AC    | Total                 | 114.755      | 160.208      | 215.299      | 301.276      | 417.718      | 557.226      |
|       | Urbana                | 21.272       | 33.998       | 59.439       | 131.930      | 258.520      | 370.018      |
|       | Grau de Urbanização   | <b>18,54</b> | <b>21,22</b> | <b>27,61</b> | <b>43,79</b> | <b>61,89</b> | <b>66,4</b>  |
| AM    | Total                 | 514.099      | 721.215      | 955.203      | 1.430.528    | 2.103.243    | 2.813.085    |
|       | Urbana                | 137.736      | 239.659      | 406.052      | 856.716      | 1.502.754    | 2.104.290    |
|       | Grau de Urbanização   | <b>26,79</b> | <b>33,23</b> | <b>42,51</b> | <b>59,89</b> | <b>71,45</b> | <b>74,8</b>  |
| RR    | Total                 | 18.116       | 29.489       | 40.885       | 79.121       | 217.583      | 324.152      |
|       | Urbana                | 5.132        | 12.717       | 17.582       | 48.738       | 140.818      | 246.732      |
|       | Grau de Urbanização   | <b>28,33</b> | <b>43,12</b> | <b>43</b>    | <b>61,6</b>  | <b>64,72</b> | <b>76,17</b> |
| PA    | Total                 | 1.123.273    | 1.550.935    | 2.166.998    | 3.403.498    | 4.950.060    | 6.189.550    |
|       | Urbana                | 389.011      | 630.672      | 1.021.195    | 1.666.993    | 2.596.388    | 4.116.378    |
|       | Grau de Urbanização   | <b>34,63</b> | <b>40,66</b> | <b>47,12</b> | <b>48,98</b> | <b>52,45</b> | <b>66,5</b>  |
| AP    | Total                 | 37.477       | 68.889       | 114.230      | 175.258      | 289.397      | 475.843      |
|       | Urbana                | 13.900       | 35.390       | 62.400       | 103.719      | 234.131      | 423.581      |
|       | Grau de Urbanização   | <b>37,09</b> | <b>51,37</b> | <b>54,63</b> | <b>59,18</b> | <b>80,9</b>  | <b>89,07</b> |
| Total | Total                 | 212.649      | 330.610      | 1.597.009    | 1.138.918    | 2.027.231    | 2.502.260    |
|       | Urbana                | 64.285       | 121.916      | 683.857      | 655.141      | 1.485.110    | 1.985.590    |
|       | Grau de Urbanização   | <b>30,23</b> | <b>36,88</b> | <b>40</b>    | <b>57,52</b> | <b>73,26</b> | <b>79,35</b> |
| MT    | Total                 | 1.583.248    | 2.492.139    | 2.992.678    | 3.996.444    | 4.930.253    | 5.642.960    |
|       | Urbana                | 274.288      | 448.509      | 753.466      | 1.254.830    | 1.972.421    | 3.357.898    |
|       | Grau de Urbanização   | <b>17,32</b> | <b>18</b>    | <b>25,18</b> | <b>31,4</b>  | <b>40,01</b> | <b>59,5</b>  |
| TO    | Total                 | 204.041      | 328.486      | -            | -            | 919.863      | 1.155.913    |
|       | Urbana                | 26.297       | 57.935       | -            | -            | 530.636      | 858.915      |
|       | Grau de Urbanização   | <b>12,89</b> | <b>17,64</b> | -            | -            | <b>57,69</b> | <b>74,31</b> |

Fonte: Censos Demográficos - IBGE (2000)

Nota: Dados trabalhados pelo autor.



No que diz respeito ao grau de urbanização relativo aos estados, os que apresentaram maiores índices foram Rondônia e Amapá, cujos números excederam a média do país em 1950, 1991 e 2000. Os demais estados, embora não tenham tido números que superassem a média nacional, apresentaram avanços significativos na urbanização. Até 1960, apenas o Amapá apresentava grau de urbanização superior a 50%. Neste mesmo período, os estados menos urbanizados eram Tocantins, com grau de urbanização de apenas 17,64% (1960), e Mato Grosso, com 18% (1960) (Figura 10).



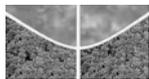
Fonte: IBGE - Censo Demográfico.  
Nota: Extraído da Base de Dados Agregados – SIDRA.

@ RM-2005

Figura 10 – Grau de urbanização, Amazônia Legal – 1960

Nota: Conforme dispõe a Lei nº 1.806/53, no estado do Maranhão fazem parte da Amazônia Legal apenas os municípios localizados a oeste do meridiano de 44°.

Em 1991, essa situação já havia se modificado. Com exceção do Maranhão, todos os demais estados apresentavam grau de urbanização superior a 50%. Destaque para o Amapá, que em 1991 se manteve como o estado que apresentava o maior grau de urbanização da região, 80,90%. Fato esse que se repetiu no período seguinte, em 2000, quando o Amapá também tinha o maior grau de urbanização, 89,07%, seguido do Amazonas, 74,80%, e



Roraima, 76,17% (Figura 11). Em situação oposta, encontrava-se o Mato Grosso, que em 2000 possuía o menor grau de urbanização entre os estados da Amazônia Legal, com 59,5%.

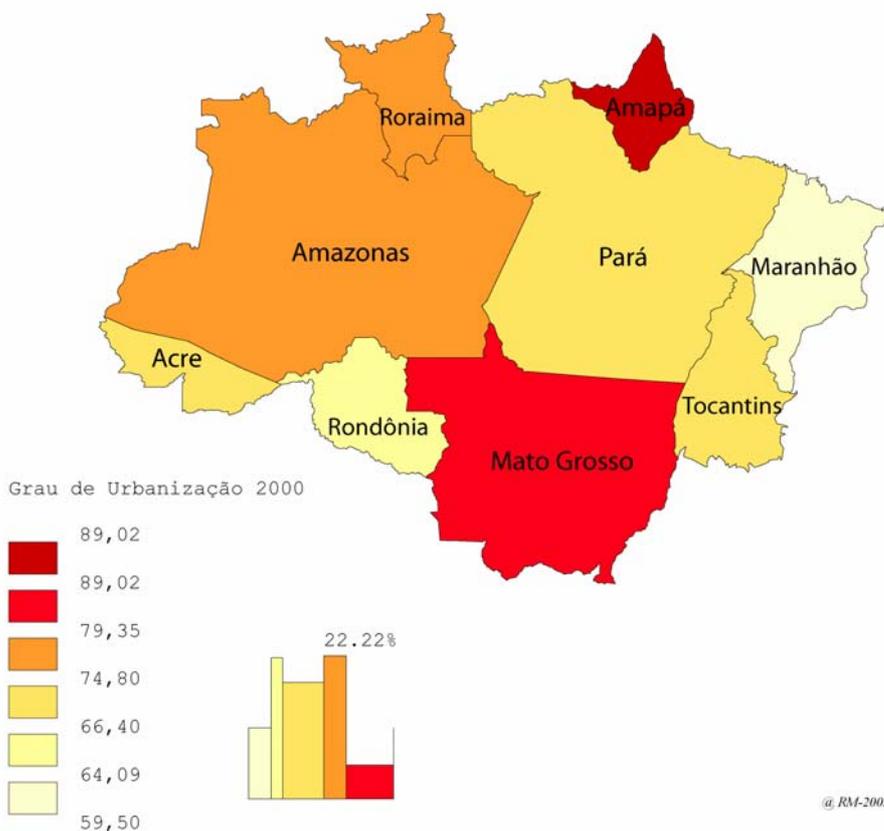
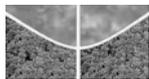


Figura 11 – Grau de urbanização – Amazônia Legal, 2000

Nota: Conforme dispõe a Lei nº 1.806/53, no estado do Maranhão fazem parte da Amazônia Legal apenas os municípios localizados a oeste do meridiano de 44°.

Considerando o período de 1950-2000, em contraposição ao Amapá, que apresentou os maiores índices, o estado de Rondônia foi onde o grau de urbanização teve menor variação, saltando de 37,4% em 1950 para 64,1% em 2000. Acre e Maranhão, por sua vez, tiveram grau de urbanização triplicado no mesmo período (IBGE, 2005).

Comparando-se o menor valor do grau de urbanização em 1960 com o maior valor alcançado em 2000, é possível constatar o grande salto que sofreu a urbanização nos estados da Amazônia Legal nesse curto período de tempo.



Becker (2003, p.655), ao enumerar as características e os indicadores que vêm contribuindo para o crescimento urbano na Amazônia, afirma que: "entre 1970 e 1980, foram principalmente a imigração e a mobilidade do trabalho os fatores fundamentais do crescimento urbano. Após 1988, a criação de municípios torna-se uma razão central no crescimento urbano, além da mobilidade intra-regional, e muito menos a migração externa, que se reduziu".

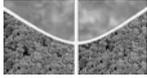
Ainda em relação ao aumento no crescimento urbano ocorrido na Amazônia Legal, Becker (2000) também ressalta que esse introduziu profundas mudanças na estrutura do povoamento regional. Segundo ela, se até 1970 o tamanho das cidades mantinha um padrão estável de concentração da população nas capitais estaduais, após esse período o quadro se modifica, vindo a ocorrer uma desconcentração urbana, com a população urbana passando a se concentrar em cidades médias e pequenas.

#### **4.4 DESCONCENTRAÇÃO E REDUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS GRANDES CIDADES**

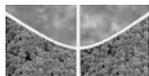
Embora processos já comuns na Amazônia, como intensa migração e grande crescimento demográfico, tenham novamente se repetido ao longo da década de 1970, ela foi marcada por alterações em processos já consolidados na região. Conforme Kampel; Câmara e Monteiro (2001, p.5), a partir da década de 1970 teve início um

“processo de desconcentração dado pela redução da participação relativa das grandes cidades e aumento da participação relativa das cidades médias e pequenas (menos de 100.000 habitantes). Espacialmente identificaram-se: a substituição do padrão dendrítico pelos eixos viários, a perda de importância de Belém e Manaus com população não mais concentrada em grandes centros urbanos, a consolidação das regiões metropolitanas - Manaus, Belém, São Luís e Cuiabá, e a consolidação de cidades médias e pequenas (50.000 habitantes) no interior”.

Na década de 1990, mais precisamente, entre 1991 e 1996, os processos de urbanização e desconcentração se intensificaram, em virtude do crescimento da população em núcleos urbanos de 20.000 habitantes e, principalmente, pelo surgimento de novos municípios, processo esse impulsionado pela Constituição de 1988 (KAMPEL; CÂMARA; MONTEIRO, 2001, p.5).



Como se procurou mostrar no decorrer deste capítulo, a Amazônia, ao longo de sua história, foi sofrendo uma série de interferências por parte do governo, que determinaram a configuração atual de seus estados e os principais traços de seus municípios. É isso que se buscará demonstrar nos próximos capítulos. Antes porém, de entrar na análise do caso específico dos municípios amazônicos, que serão foco do estudo de caso da presente tese, cabe ampliar a discussão apresentando uma caracterização geral da Amazônia Legal (o surgimento desse termo e sua composição) como um todo e, de forma mais específica, dos nove estados que a compõem, procurando ressaltar dentro desta caracterização, a história dos estados e as condições de vida da população em cada um deles.



## 5

### BREVE CARACTERIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA NOS NOVOS MUNICÍPIOS DA AMAZÔNIA LEGAL

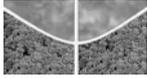
---

#### 5.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A designação ‘Amazônia Legal’ surgiu no âmbito da Lei nº 1.806/53, que criou a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Com o intuito de executar esse plano, foram incorporados à Amazônia Brasileira (então composta pelos sete estados da Região Norte) os estados do Maranhão (a oeste do meridiano de 44°), Goiás (a norte do paralelo de 13°) e Mato Grosso (a norte do paralelo de 16°), que passaram a constituir a então denominada Amazônia Legal (Figura 12). O termo surgiu dessa forma, mais como um conceito político do que um imperativo geográfico.

#### **Amazônia Legal**

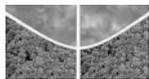
Como entidade político-administrativa, a Amazônia Legal passou a compreender uma área de 5.088.271,7 milhões de km<sup>2</sup> (IBGE, 2000), totalizando aproximadamente 60% do território brasileiro e perfazendo 792 municípios, o que corresponde a 14,38% do total da população nacional, divididos não mais apenas em uma região, a Norte, mas também englobando duas outras: a Nordeste e a Centro-Oeste, que compreendem realidades bem distintas no contexto do país.



@\_RM-2005

Figura 12 – Mapa de localização da Amazônia Legal

Nota: Conforme dispõe a Lei nº 1.806/53, do Estado do Maranhão estão incluídos na Amazônia Legal apenas os municípios localizados a oeste do meridiano de 44°.



Enquanto a Região Nordeste apresenta os piores números do país em relação à urbanização (menor grau de urbanização e maior parte da população rural do país, sua economia com a maior parcela das famílias em situação de pobreza e falta de saneamento), a Centro-Oeste se destaca por vir passando ao longo das últimas décadas por uma verdadeira arrancada de desenvolvimento, consolidando-se como área moderna de produção agroindustrial, que vem acompanhada de aumento acentuado do fluxo migratório e, conseqüentemente, da intensificação do processo de urbanização.

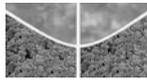
Considerando-se a diferenciação entre as regiões e, por conseguinte, entre os municípios que as compõem, cabe apresentar breve perfil de cada um dos estados da Amazônia Legal, antes de entrar na discussão específica sobre os novos municípios criados após a Constituição de 1988. Será apresentado um diagnóstico geral dos estados da Amazônia atual, considerando os aspectos populacionais<sup>40</sup>, econômicos, a evolução da malha municipal, os dados sobre desmatamento, a infra-estrutura dos municípios que os compõem, o IDH<sup>41</sup>, além de breve descrição da história de cada um deles, com o objetivo de mostrar como ela se refletiu nas características atuais que apresentam as diversas cidades que os integram.

Como base principal para a construção dessa caracterização dos estados, foram utilizados dados do *Diagnóstico da Gestão Ambiental no Brasil* (2001) realizado pelo Ministério do Meio Ambiente, e do Censo 2000 do IBGE. No que se refere aos dados de saneamento (abastecimento de água e esgotamento sanitário), seguiu-se a denominação do IBGE (2002a p.22), segundo a qual se considera “domicílio com saneamento adequado aquele domicílio com escoadouro ligado à rede geral ou fossa séptica, servido de água proveniente de rede geral de abastecimento”.

---

<sup>40</sup> Os dados sobre População Residente Total, Urbana e Rural apresentados têm como fonte a Censo Demográfico 2000 (Dados do Universo – que são os dados definitivos da pesquisa do Censo 2000) e estão disponíveis em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=cd&o=4&i=P&c=202>>

<sup>41</sup> O IDH, compreende informações sobre renda, longevidade e educação. Para se aferir a longevidade das pessoas, ou seja, se elas têm uma vida longa e saudável, utiliza-se a estatística da expectativa de vida ao nascer. Já para mensurar seu acesso ao conhecimento, duas taxas são utilizadas: alfabetização e matrículas combinadas nos três níveis de ensino.



## Estado do Acre

Com área de 152.522,0 km<sup>2</sup> e densidade demográfica de 3,65 (hab/km<sup>2</sup>), segundo dados do Censo 2000, o Acre apresenta sua população de 557.526 habitantes fortemente concentrada em apenas dois municípios: na capital, Rio Branco, com total de 253.059 habitantes, e em Cruzeiro do Sul com 67.441 habitantes. Juntos, os dois municípios concentram 57,49% da população do Estado.

Composta por 22 municípios (IBGE, 2000), a organização espacial do Acre repete em termos estaduais o que ocorreu com a Amazônia como um todo: o traçado dos municípios acompanha, de certa forma, o dos rios da região, como mostra a Figura 13. A análise da história de seu processo de ocupação territorial contribui para o entedimento das características atualmente apresentadas pela maior parte dos municípios da região.

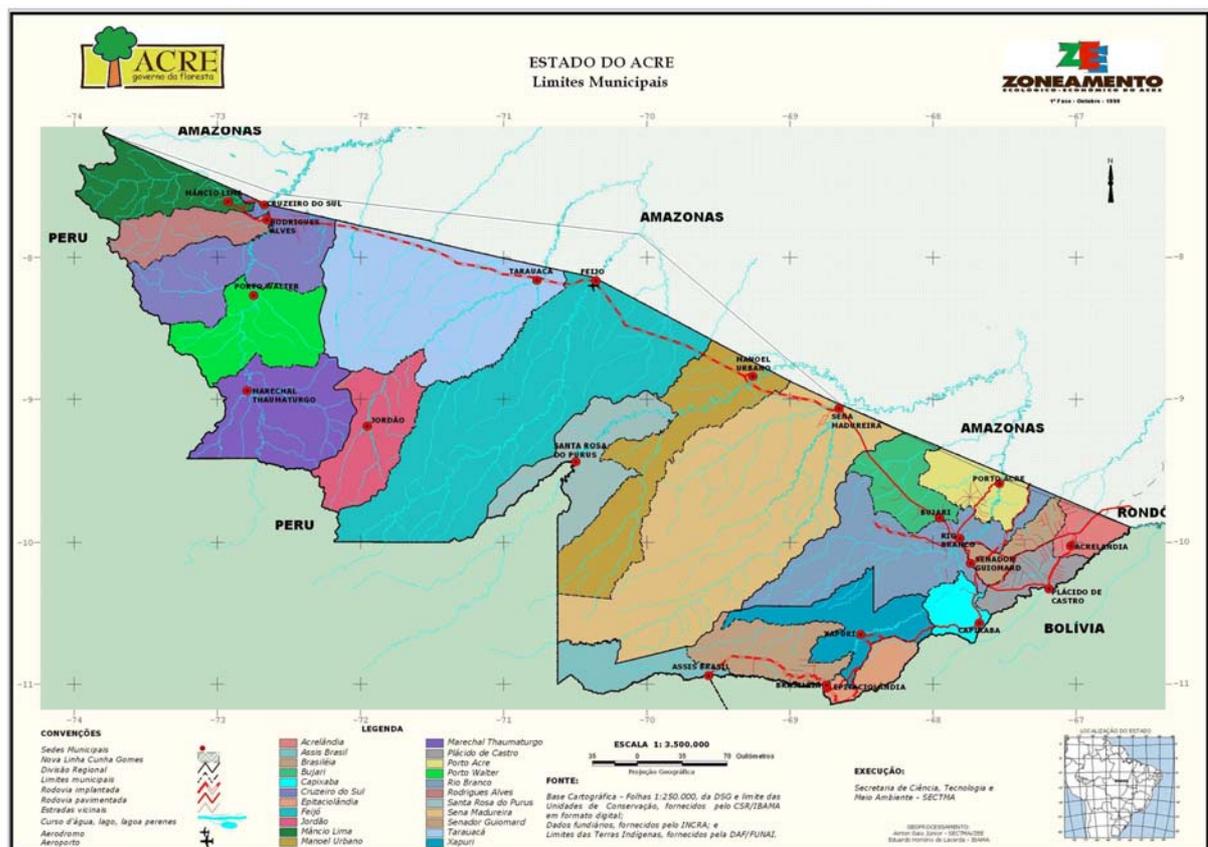
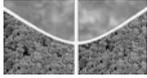


Figura 13 – Estado do Acre – limites municipais  
Fonte: Governo do Acre (2005)

Fronteira entre o Brasil e a Bolívia, área estratégica pela produção de borracha (produto de grande importância no mercado internacional na época), o Acre sempre esteve



envolto em disputas, ora para se libertar do domínio boliviano e ser anexado ao Brasil, ora por sua autonomia política.

Anexado ao Brasil em 17 novembro de 1903, mediante a assinatura do Tratado de Petrópolis, que definiu seus limites, o Acre passou à condição de Território Federal em 1904. Com a incorporação ao Brasil, o Território do Acre foi dividido em três departamentos: Alto Juruá, Alto Purus e Alto Acre. Em 1913, por meio do Decreto nº 9.831 de 23 de outubro de 1912, estabeleceu-se uma nova divisão ao Território, sendo criado o Departamento de Tarauacá.

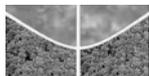
Uma vez anexado ao Brasil, o Território Federal do Acre passou a lutar por sua autonomia política, pois após a anexação, passou a ser administrado diretamente pela Presidência da República não se constituindo assim, em estado autônomo da Federação Brasileira. Em virtude disso, à Presidência da República cabia a nomeação dos governantes e arrecadação de impostos, o que fazia com que a grande quantidade de recursos provenientes da atividade mais lucrativa do estado, a exploração da borracha, fosse canalizada para os cofres da União (GOVERNO DO ESTADO DO ACRE, 2005).

Segundo Neves (2005), essa dependência do governo federal (que ficava com a maior parte da imensa riqueza obtida com a borracha e pouco repassava para a administração do território), aliada ao descaso dos governantes nomeados que se sucederam no poder, contribuiu para empobrecer ainda mais o estado e agravar o problema da distância e isolamento de suas cidades, já sofrido em decorrência de sua própria localização geográfica.

Quando a autonomia política foi alcançada em 1962<sup>42</sup>, além de sucateado e debilitado com a falta de investimentos em áreas essenciais, os anos de tutela federal haviam produzido uma forte dependência do estado em relação aos repasses orçamentários da União. Aliados a isto, os acontecimentos posteriores ocorridos no país (ascensão ao poder do governo militar) contribuíram para que a atividade tradicional da região (o extrativismo da borracha) fosse de vez substituída pela produção da castanha e, posteriormente, pela agropecuária, o que causou impacto direto sobre as populações tradicionais, sobre o meio ambiente, acelerando a migração para as cidades.

---

<sup>42</sup> Só em 1962 os acreanos conseguiram por meio de uma longa batalha legislativa transformar o Território Federal em Estado.



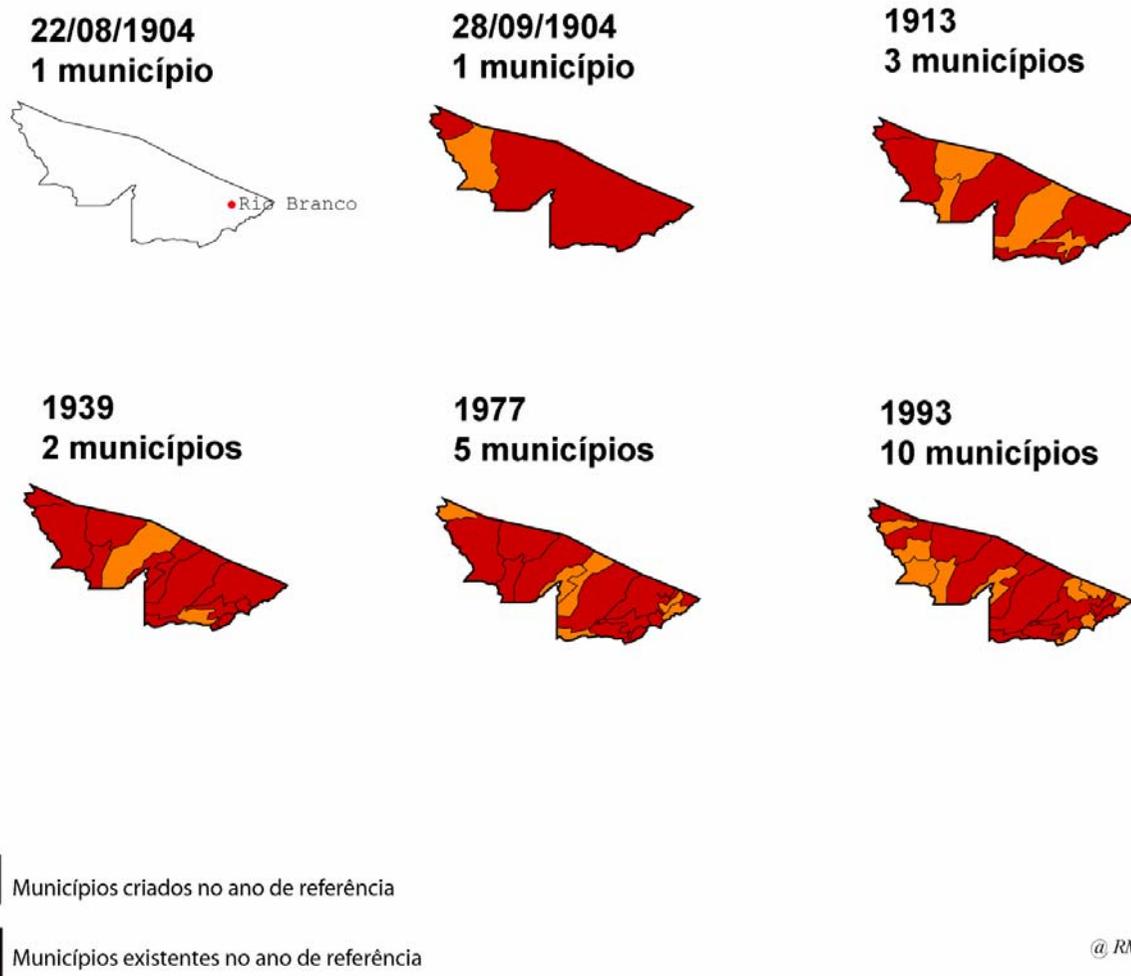
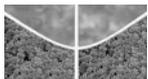
Analisando a evolução da malha municipal do Acre, é possível observar que, comparando-se com as demais unidades federativas da Amazônia Legal, o estado sofreu pouca subdivisão, como mostra a Figura 14. Foram criados, após 1988, 10 novos municípios a partir de 6 antigos<sup>43</sup>. Dentre os municípios que mais se subdividiram estão a capital, Rio Branco, e Cruzeiro do Sul. A partir de cada um deles, três outros municípios foram desmembrados. Somados, o número de novos municípios criados após 1988 corresponde a mais que o dobro dos existentes até esse período.

A herança do passado ligado ao extrativismo e as conseqüências do desvio da maior parte de seus recursos para o governo federal, que emperraram o desenvolvimento do estado, refletiram-se na situação atual de suas cidades. Segundo dados do Governo do Estado do Acre (2005), dos seus 22 municípios, 14 desenvolvem atividades ligadas ao extrativismo da borracha (e, em alguns, também a produção de castanha), que foi por muitas décadas a principal atividade econômica do Estado.

Segundo dados do Censo 2000, a maior parte de seus municípios ainda é rural e possui população ocupada no setor agropecuário, de acordo com dados do IPEA/IBGE/UNICAMP (1999). Nos dois municípios que concentram a maior parcela da população do Estado, no entanto, destacam-se o setor de serviços sociais (12,8% da PEA), em Cruzeiro do Sul, e administração pública (16,3% da PEA) e ocupações técnicas (16,3% da PEA) em Rio Branco.

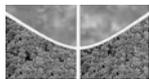
---

<sup>43</sup> Utilizamos a denominação municípios antigos para designar os municípios de origem, isto é, aqueles que não se desmembraram de nenhum outro.



Fonte: IBGE - informações especiais solicitadas em junho de 2003.

Figura 14 – Evolução da malha municipal do Acre



Como principais problemas enfrentados pelos municípios, destaca-se a precarização da ligação entre alguns e as grandes distâncias verificadas entre eles e a capital do estado e em relação aos principais centros da Região Norte (Belém e Manaus). Os municípios de maior isolamento são Jordão e Santa Rosa do Purus, onde não há acesso rodoviário, sendo a ligação feita apenas por via fluvial e aérea (em pistas de pouso improvisadas). Já nos municípios de Cruzeiro de Sul, Feijó, Manoel Urbano e Tarauacá, cuja ligação é feita pela BR-364 (considerada precária), o tráfego fica suspenso no período de inverno, causando o isolamento destes municípios.

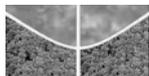
As longas distâncias entre os municípios e os grandes centros de Belém e Manaus se devem à localização geográfica do estado, no extremo sudoeste da Amazônia brasileira, fazendo fronteira internacional com o Peru e a Bolívia, e nacional com os estados do Amazonas e de Rondônia.

A precarização na ligação entre os municípios e o distanciamento do estado dos grandes centros da Região Norte, no entanto, talvez tenha contribuído para o nível alto de preservação ambiental verificado no estado. Segundo documentos do Ministério do Meio Ambiente e o Programa Nacional do Meio Ambiente II (2001, p.73), o Acre “é o estado da Amazônia brasileira que mantém uma das maiores áreas de floresta tropical contínua intacta: somente 9,7% de sua cobertura florestal tinha sido desmatada até 1998”. Ele apresenta quase metade de seu território (45,33%) coberto por áreas naturais protegidas.

A análise de alguns dados sobre infra-estrutura referentes aos municípios do Acre mostra que eles vivem uma situação de precariedade. Dos 22 municípios do estado, 17 (77,27%) têm, como forma de abastecimento de água, poços ou nascentes<sup>44</sup>. E somente três municípios (13,64%) possuem a maior parte dos domicílios ligados à rede geral de água: Rio Branco, Assis Brasil e Epitaciolândia. Em relação ao esgotamento sanitário, apenas um município (a capital, Rio Branco) possuía o esgotamento sanitário por meio da rede geral de esgoto ou pluvial. Dos demais, a maior parte (50%) não possuía banheiro nem sanitário, e 45,45% tinham como forma de esgotamento a fossa rudimentar<sup>45</sup>.

<sup>44</sup> “Poço ou nascente (na propriedade) – quando o domicílio era servido por água de poço ou nascente localizado no terreno ou na propriedade onde estava construído” (IBGE, 2002c, p.155).

<sup>45</sup> “Fossa rudimentar – quando o banheiro ou sanitário estava ligado diretamente a uma vala a céu aberto (fossa negra, poço, buraco, etc.)” (IBGE, 2002c, p.155).



Em relação ao IDH do Acre, esse era de 0,697 em 2000, colocando o estado entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano<sup>46</sup>, segundo a classificação do Pnud. Se comparado aos demais estados do Brasil, porém, o Acre apresenta uma situação ruim, ocupando a 21ª posição, com 20 estados (74,1%) em situação melhor, e apenas seis (25,9%) em situação pior ou igual (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2003). Em relação às variáveis que compõem o IDH<sup>47</sup>, os valores referentes ao Acre eram educação 0,757, longevidade 0,694 e renda 0,640.

### **Estado do Amapá**

Localizado no extremo norte do país, fazendo fronteira a noroeste com o Suriname e a Guiana Francesa, o Amapá é o estado da Amazônia Legal com menor área: 142.815,8 km<sup>2</sup>. Igualmente aos demais estados da Amazônia, apresenta baixa densidade demográfica, de 3,33 (hab./km<sup>2</sup>), bem inferior à média do Brasil (que era de 19,92 hab./km<sup>2</sup> em 2000).

Com população de 477.032 de habitantes (IBGE, 2000), o Amapá, segundo estado menos populoso do Brasil, apresenta concentração de seus habitantes na capital, Macapá, cuja população total é de 283.308 habitantes, o que representa 59,39% da população total do estado.

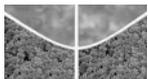
Como o estado do Acre, o Amapá também sofreu pouca subdivisão, contando atualmente com 16 municípios. Dentre os estados da Amazônia Legal, é o segundo que menos se subdividiu. Uma análise na evolução da sua malha municipal mostra que o maior número de municípios foi criado no período posterior à década de 1980, quando se verificou a criação de mais que o dobro do número de municípios que existiam no estado até 1957, conforme indica a Figura 15.

---

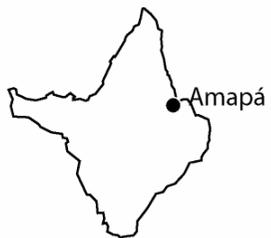
<sup>46</sup> Para efeito de análise comparada, o PNUD estabeleceu três principais categorias:

0 ≤ IDH < 0,5 Baixo Desenvolvimento Humano;  
0,5 ≤ IDH < 0,8 Médio Desenvolvimento Humano;  
0,8 ≤ IDH ≤ 1 Alto Desenvolvimento Humano.

<sup>47</sup> A metodologia de cálculo do IDH envolve a transformação destas três dimensões em índices de longevidade, educação e renda, que variam entre 0 (pior) e 1 (melhor), e a combinação destes índices em um indicador síntese. Quanto mais próximo de 1 o valor deste indicador, maior será o nível de desenvolvimento humano do país ou região.



**30/04/1902**  
**1 município**



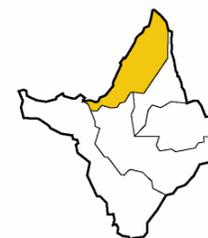
**1933**  
**1 município**



**1944**  
**1 município**



**1945**  
**1 município**



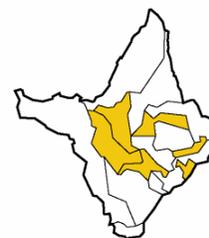
**1957**  
**1 municípios**



**1989**  
**4 municípios**



**1993**  
**6 municípios**



**1997**  
**1 municípios**

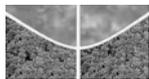


 Municípios criados no ano de referência

@ RM-2005

Fonte: IBGE - informações especiais solicitadas em junho de 2003.

Figura 15 – Evolução da malha municipal do Amapá



A história do estado também teve início envolta em disputa com outros países. Requerido pela França, o território do Amapá só passou a ser posse definitiva do Brasil em 1900. Instalado em 1902, o município do Amapá esteve ligado à província do Pará até 1943, quando se cria o Território Federal do Amapá (pelo decreto-lei nº 5.812). A elevação do Território à categoria de Estado só se deu em 5 de outubro de 1988, com a promulgação da nova Constituição Federal.

A exploração de jazidas de manganês foi, por longo período, de fundamental importância para a economia do estado. Com o esgotamento progressivo das jazidas, o governo se viu obrigado a buscar novas alternativas econômicas, e uma das medidas foi a criação, em 1991, da área de livre comércio de Macapá e Santana. Atualmente a economia do estado é apoiada no extrativismo mineral e vegetal e na agropecuária, nas quais se destacam a exploração de madeiras nobres, a cultura da mandioca e a criação de gado.

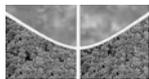
Do total de municípios (16 em 2000), 56,25% são urbanos e 43,75% são rurais. A base da economia da maior parte deles é a pecuária, a agricultura e a extração mineral, com exceção do município de Serra do Navio, onde predomina o setor secundário (administração pública) e da capital, Macapá, onde a PEA se concentra no setor de prestação de serviços. Desenvolvem atividades ligadas à extração de ouro e manganês os municípios de Calçoene, Mazagão, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari e Porto Grande.

No que se refere ao meio ambiente, segundo IPEA (2006), o estado do Amapá apresentava as menores taxas de desmatamento entre os estados amazônicos. Em 2004, a taxa de desmatamento foi de apenas 18 km<sup>2</sup>, o que representava 0,06% do total da Amazônia Legal. Conforme dados do IEPA (2006<sup>48</sup>), “cerca de 55% do Estado encontra-se protegida pelo Corredor de Biodiversidade do Amapá, um mosaico de 12 unidades de conservação (estaduais e federais) e cinco terras indígenas”.

Em relação à infra-estrutura dos municípios do Amapá, no que diz respeito ao abastecimento de água, nota-se que, segundo dados do Censo 2000, apenas 37,5% deles possuem domicílios ligados à rede geral de água. Na maior parte dos municípios (62,5%), o abastecimento de água é feito por poço ou nascente. Quanto ao esgotamento sanitário, a forma

---

<sup>48</sup> Disponível em: <[http://www.iepa.ap.gov.br/noticias/noticias\\_j2.htm](http://www.iepa.ap.gov.br/noticias/noticias_j2.htm)>. Acesso em: julho 2006.



mais utilizada é a fossa rudimentar, perfazendo um total de 75% dos municípios. Nos demais, utilizam-se rio, lago ou mar<sup>49</sup> nos municípios de Vitória do Jari e Laranjal do Jari, e apenas em Serra do Navio, a forma de esgotamento sanitário predominante é a rede geral de esgoto ou pluvial.

Segundo dados do *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil* (2003), comparando-se os anos de 1991 e 2000 é possível perceber que houve aumento no acesso a serviços básicos no estado. Em relação à água encanada, a porcentagem de 29,6 em 1991 passou para 36,5 em 2000. E o acesso à energia elétrica passou de 62,8 em 1991, para 76,2 em 2000.

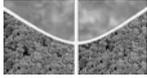
Quanto ao IDH do Amapá, em 2000, ele era de 0,753, tendo os indicadores que o compõem apresentado os seguintes valores: educação 0,881, longevidade 0,711 e renda 0,666. Este valor do IDH deixa o estado numa situação intermediária, se comparado aos demais estados do Brasil, ocupando a 12ª posição, com apenas 11 estados (40,7%) em situação melhor e 15 estados (59,3%) em situação pior ou igual (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2003).

### **Estado do Amazonas**

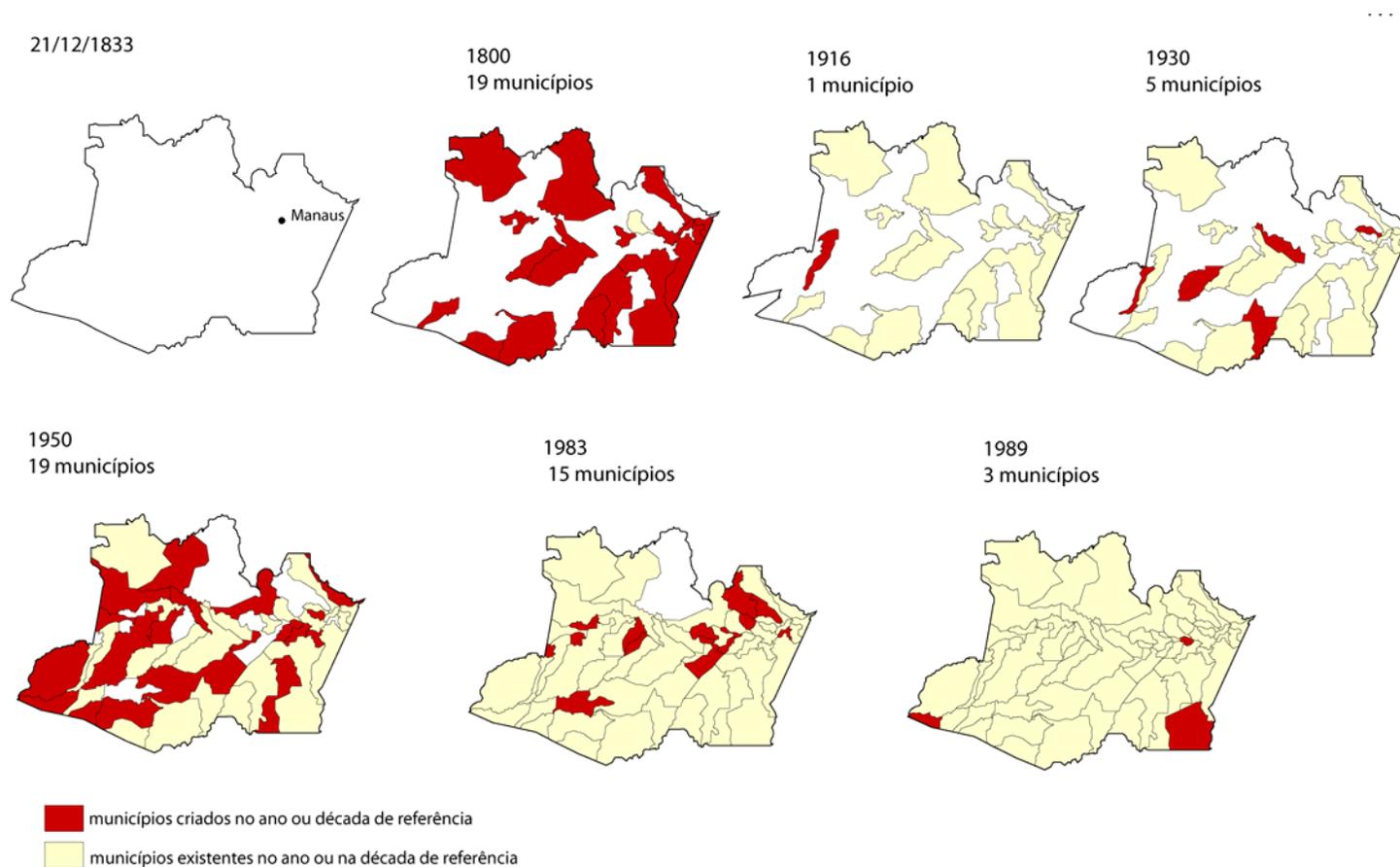
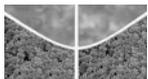
Maior estado do Brasil, o Amazonas possui área de 1.570.946,8 km<sup>2</sup>, representando 18,45% do território brasileiro e, em virtude disso, a segunda menor densidade demográfica entre os estados da Amazônia Legal, com 1,79 habitante por km<sup>2</sup> (só ficando atrás de Roraima, cuja densidade demográfica é de 1,45 hab./km<sup>2</sup>). Com população de 2.812.557 habitantes (IBGE, 2000), dos quais 705.335 rurais (25,08%) e 2.107.222 urbanos (74,92%), grande parte dos habitantes do estado se encontram concentrados na capital, Manaus, que tem população total de 1.405.835 habitantes, o que representa 49,98% da população total do estado.

---

<sup>49</sup> “Rio, lago ou mar – quando o banheiro ou sanitário estava ligado diretamente a um rio, lago ou mar” (IBGE, 2002c, p.155).



Apesar do número de municípios (62) que hoje o compõem, o Amazonas é o estado que menos sofreu subdivisões após 1988 em toda a Amazônia Legal, como mostra a Figura 16. Foram criados apenas três novos municípios no final de 1980.

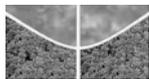


Fonte: IBGE - informações especiais solicitadas em junho de 2003.

@ RM-2005

Figura 16 – Evolução da malha municipal do Amazonas

Nota: Os espaços em branco nos mapas se devem à base cartográfica usada que correspondia ao ano de 1985 (portanto, não sendo a mais indicada para representar anos anteriores, quando os municípios possuíam outros limites). Entrou-se em contato com o autor do programa utilizado para elaboração dos mapas, Sr. Philippe Waniez, que informou não possuir bases cartográficas mais antigas que 1985, o que impossibilitou então a reelaboração dos mapas e eliminação do problema dos espaços em branco.



A história do estado está estritamente ligada à exploração da borracha, que proporcionou destaque à capital e fez com que se transformasse numa das cidades mais importantes da Região Norte. De acordo com o Governo do Estado do Amazonas (2005), graças à revolução financeira e econômica possibilitada pela borracha, Manaus foi por longo período a cidade mais rica do país. A fase posterior ao monopólio da borracha é marcada pelo desenvolvimento industrial centralizado na Zona Franca de Manaus (ZFM), pólo de produção de produtos do setor eletroeletrônico.

Conforme dados do Governo do Estado do Amazonas (2005), o parque industrial de Manaus atualmente “abriga mais de 400 empresas mundialmente conhecidas que geram mais de 50 mil empregos diretos; 350 mil indiretos, somente na cidade de Manaus e outros 20 mil nos demais estados da região [...] e o volume de capital gerado pela ZFM é superior a US\$ 10 bilhões”. Além da concentração de emprego e capital, a ZFM atraiu para a capital intenso fluxo migratório.

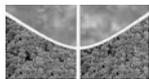
Como herança do passado ligado à extração de borracha, a maior parte dos municípios do Amazonas atualmente têm a economia baseada na agropecuária e extração vegetal. Segundo dados do Governo do Estado do Amazonas (2005), dos 62 municípios que compõem o Estado, possuem diversidade econômica apenas Carauari, que desenvolve atividades de produção de material elétrico, Tabatinga, ligada ao comércio, e Manaus, que se tornou um pólo de atividade comercial e industrial. Nos demais municípios, a economia baseia-se nas atividades agrícolas (cultivo de arroz, mandioca, feijão, milho), no extrativismo (madeira, castanha, borracha), na pecuária e na pesca.

Em relação ao meio ambiente, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (2006<sup>50</sup>) cita que, “em 2004 foram desmatados 764,21 quilômetros quadrados de mata, contra 520,59 quilômetros quadrados, [em 2005], numa redução de 31,88%”. Entre os municípios mais desmatados do sul do estado estavam: Boca do Acre, Pauni Lábrea, Atalaia do Norte, Guajará, Ipixuna, Apuí, Borba, Manicoré, Novo Aripuanã, Humaitá e Canutama.

A análise dos dados referentes aos indicadores sociais dos 62 municípios do Amazonas mostra que, segundo dados IBGE 2000 (*apud* CNM, 2005), 38,71% deles tinham

---

<sup>50</sup> Disponível em: <[http://www.sds.am.gov.br/programas\\_02.php?cod=2312](http://www.sds.am.gov.br/programas_02.php?cod=2312)>. Acesso em: julho 2006.



como forma de abastecimento de água a rede geral, 9,68% poço ou nascente, e a maior parte (51,61%), indicou outras formas<sup>51</sup>. A forma de esgotamento sanitário predominante em 66,13% dos municípios era a fossa rudimentar. Dos restantes, 29,03% não tinham banheiro ou sanitário e 4,84% possuíam como forma de esgotamento sanitário a fossa séptica<sup>52</sup>.

Observando os números que sintetizam dados de educação, longevidade e renda, em 2000, o IDH do Amazonas era de 0,713 (educação: 0,813, longevidade: 0,692 e renda: 0,634), um valor de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8), segundo a classificação do Pnud. Se comparado a outros estados do Brasil, o Amazonas se encontra em situação considerada pelo *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil* (2003) como intermediária: “ocupa a 16ª posição, sendo que 15 estados (55,6%) estão em situação melhor e 11 estados (44,4%) estão em situação pior ou igual”.

## **Estado do Maranhão**

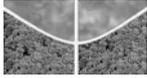
Fazendo limite com o estado do Pará (a oeste), Piauí (a leste e sudeste) e Tocantins (ao sul e sudoeste), o Maranhão é o quarto estado da Amazônia Legal e o segundo do Nordeste em área territorial, ocupando superfície geográfica de 331.918,0 km<sup>2</sup> (21,36% da região).

Em relação à demografia, com população total de 5.651.475 habitantes, o Maranhão se destaca por apresentar a maior densidade demográfica entre os estados da Amazônia Legal, de 17 hab./km<sup>2</sup>, porém, uma das menores em relação aos demais estados brasileiros. Além disso, apresenta o maior índice de população rural (40,49%), repetindo o que ocorre em termos regionais, onde o Nordeste ainda concentra a maior parte da população rural do país, apesar de esse contingente ter se reduzido em todos os estados entre 1991 e 1996, conforme dados do IPEA/IBGE/UNICAMP (1999).

---

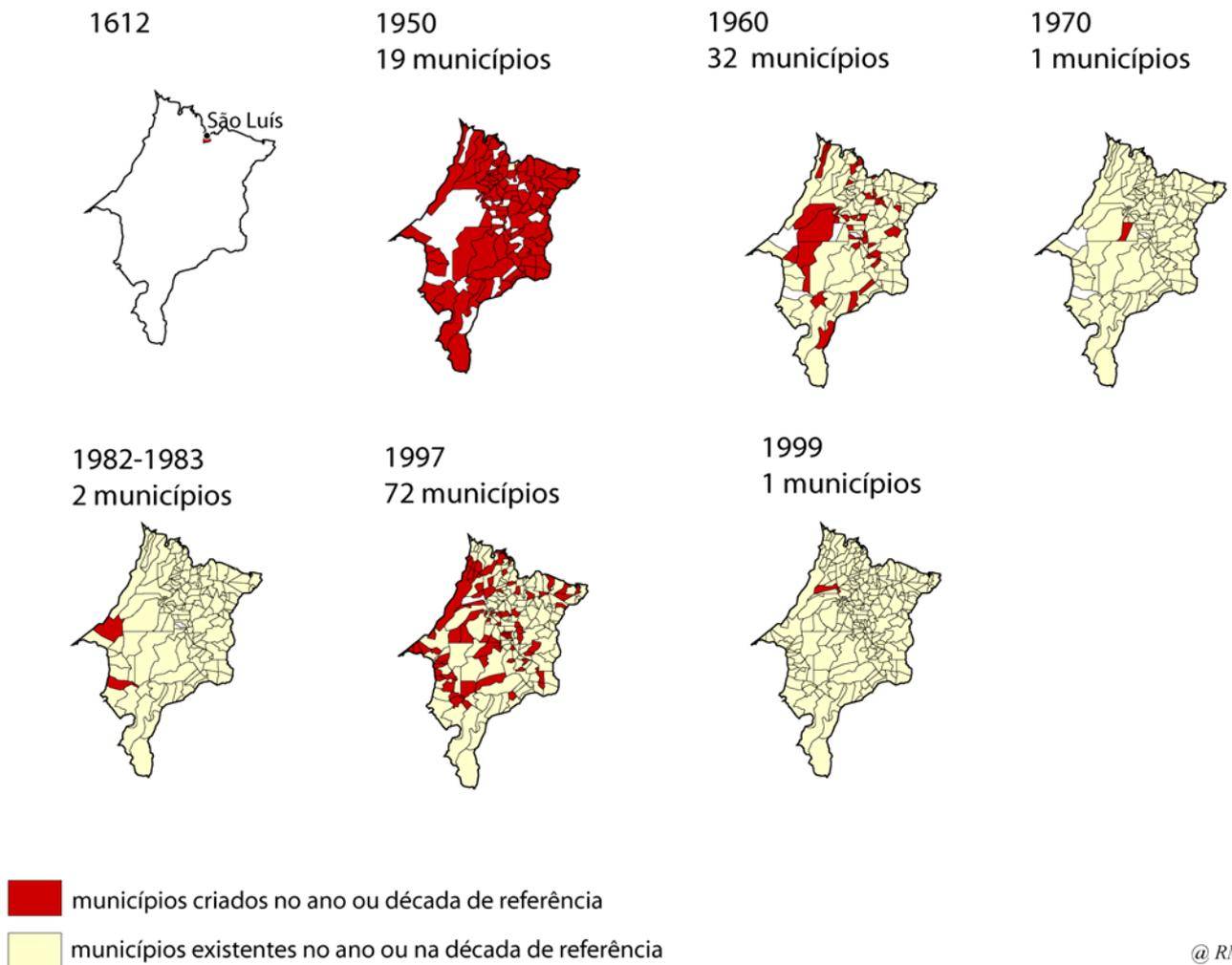
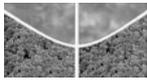
<sup>51</sup> “Outra forma – quando o domicílio era servido de água de reservatório (ou caixa), abastecido com água das chuvas, por carro-pipa ou, ainda, por poço ou nascente localizados fora do terreno ou da propriedade onde estava construído” (IBGE, 2002c, p.154).

<sup>52</sup> “Fossa séptica – quando a canalização do banheiro ou sanitário estava ligada a uma fossa séptica, ou seja, a matéria era esgotada para uma fossa próxima, onde passava por um processo de tratamento ou decantação sendo, ou não, a parte líquida conduzida em seguida para um desaguadouro geral da área, região ou município” (IBGE, 2002c, p.155).



A capital do estado, São Luís, concentra o maior número de habitantes, se comparado aos demais municípios do estado, correspondendo a 15,39% da população total do Maranhão. Imperatriz é o segundo município mais populoso, com 230.566 habitantes.

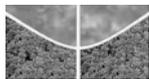
Dentre os estados da Amazônia Legal, o Maranhão é o que possui maior número de municípios (são 217, sendo 180 integrantes da Amazônia Legal), só ficando atrás em termos de subdivisões do Tocantins, que foi o que mais se fragmentou no período posterior à Constituição de 1988. A análise da evolução da malha municipal do estado mostra que o ano em que houve maior fragmentação territorial foi 1997, quando 72 novos municípios foram criados, como indica a Figura 17.



Fonte: IBGE - informações especiais solicitadas em junho de 2003.

Figura 17 – Evolução da malha municipal do Maranhão

Nota: Os espaços em branco nos mapas se devem à utilização da base cartográfica referente ao ano de 1985.



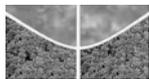
Uma das capitânicas hereditárias criadas por Portugal para incentivar o povoamento do Brasil, o Maranhão também tem o início de sua história ligado a lutas com franceses e holandeses e para se transformar num estado independente (pois até 1774 esteve ligado ao Pará e fortemente subjugado a Portugal, até mesmo no período posterior à independência do Brasil). Sua economia predominantemente baseada na produção do açúcar, cravo, canela e pimenta, arroz e o algodão até os séculos XVII e XIX, ainda se mantém na atualidade, uma vez que a maior parte da população do estado se encontra desenvolvendo atividades ligadas à agropecuária, produção de grãos e extrativismo vegetal. Conforme dados do Ministério do Meio Ambiente e o Programa Nacional do Meio Ambiente II (2001):

“62,3% da população maior de 10 anos de idade concentra-se no meio rural, ocupando-se com diversos tipos de atividades agrícolas, com destaque para lavouras (temporárias) de subsistência (agricultura tradicional principalmente de alimentos básicos – arroz, milho, feijão e mandioca – que responde por cerca de 85% da produção agrícola do estado). 57,67% da população nessa faixa etária é economicamente ativa, sendo que dois terços são do sexo masculino e 56,5% geram a riqueza do estado no setor primário (52,6%), no setor secundário (11,0%) e no setor terciário (36,4%), concentrada na atividade agro-pastoril, extrativista, comércio e serviços e setor industrial”.

Segundo dados do INPE (2006), a taxa de desmatamento em 2002 no Maranhão era de 1.330 km<sup>2</sup>. Em 2003, esse número havia declinado passando para 766 km<sup>2</sup>. Mas, apesar dessa redução o estado do Maranhão, juntamente com o de Tocantins, registram a maior perda da cobertura vegetal em relação à área original: hoje restam apenas 30,9% e 56,6% da floresta, respectivamente.

Em relação aos indicadores sociais, o Maranhão também apresenta números que o fazem se destacar negativamente em relação aos demais estados brasileiros. Segundo dados do Ministério do Meio Ambiente e o Programa Nacional do Meio Ambiente II (2001), a renda *per capita* de 1.222 dólares ao ano em 1998 só não é menor que a do Piauí (Ipea); o estado possui o quarto maior índice de mortalidade infantil do país (depois de Alagoas, Paraíba e Pernambuco), são 60,27 mortes de crianças de até um ano para cada mil nascidas vivas; tem alto índice de desnutrição entre crianças de até 5 anos (Unicef, 1999); e, na educação, em 1998, o Maranhão detinha a maior taxa brasileira de analfabetismo funcional (56,7% da população).

No que diz respeito aos dados sobre saneamento, a partir de informações do Censo 2000 é possível perceber que a maior parte dos municípios vive uma situação de precariedade. Em relação ao abastecimento de água, dos 180 municípios do estado que compõem a



Amazônia Legal, apenas 83 (o que representa 46,11%) possuem a maior parte dos domicílios ligados à rede geral. Dos demais, em 78 municípios (43,33%) a maior parte tem acesso à água através de poço ou nascente e 19 municípios (10,56%) utilizam outra forma<sup>53</sup>.

Quanto ao esgotamento sanitário, a situação dos municípios é ainda pior: a maior parte deles, isto é, 114 (o que representa 63,33%), não possui banheiro ou sanitário; 53 (29,44%) tinham como forma de esgotamento a fossa rudimentar; e apenas 3 municípios (1,67%) tinham a maioria dos domicílios ligados à rede geral de esgoto ou pluvial. Eram eles: Cedral, Paço do Lumiar e a capital, São Luís. Cabe ressaltar que estes são os únicos três municípios do estado que reuniam boas condições em relação ao saneamento, tendo a maior parte dos domicílios ligados à rede geral de abastecimento água e rede geral de esgoto.

Já o IDH do estado em 2000 era de 0,636 (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2003). Um índice que, segundo a classificação do Pnud, deixava o estado entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). Em relação aos indicadores que compõem o IDH-M, renda é o que apresentava o menor valor, 0,558, enquanto educação era de 0,738 e o de longevidade, 0,612.

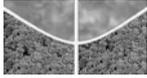
Ainda segundo o *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil* (2003), se comparado aos demais estados, o Maranhão apresentava péssima situação, ocupando a última posição entre os Estados brasileiros.

## **Estado do Mato Grosso**

Localizado na Região Centro-Oeste, o Mato Grosso, com a terceira maior área da Amazônia Legal e do país (só inferior à dos Estados do Amazonas e Pará), de 903.386,1 km<sup>2</sup>, abriga população total de 2.504.353 habitantes. A maior parte dela se concentra na área urbana, com grau de urbanização de 79,37% em 2000. Sua densidade demográfica porém, está entre umas das menores do país, com 2,77 hab./km<sup>2</sup>, acompanhando a maior parte dos Estados da Amazônia Legal. Entre os municípios mais populosos estão a capital, Cuiabá, com

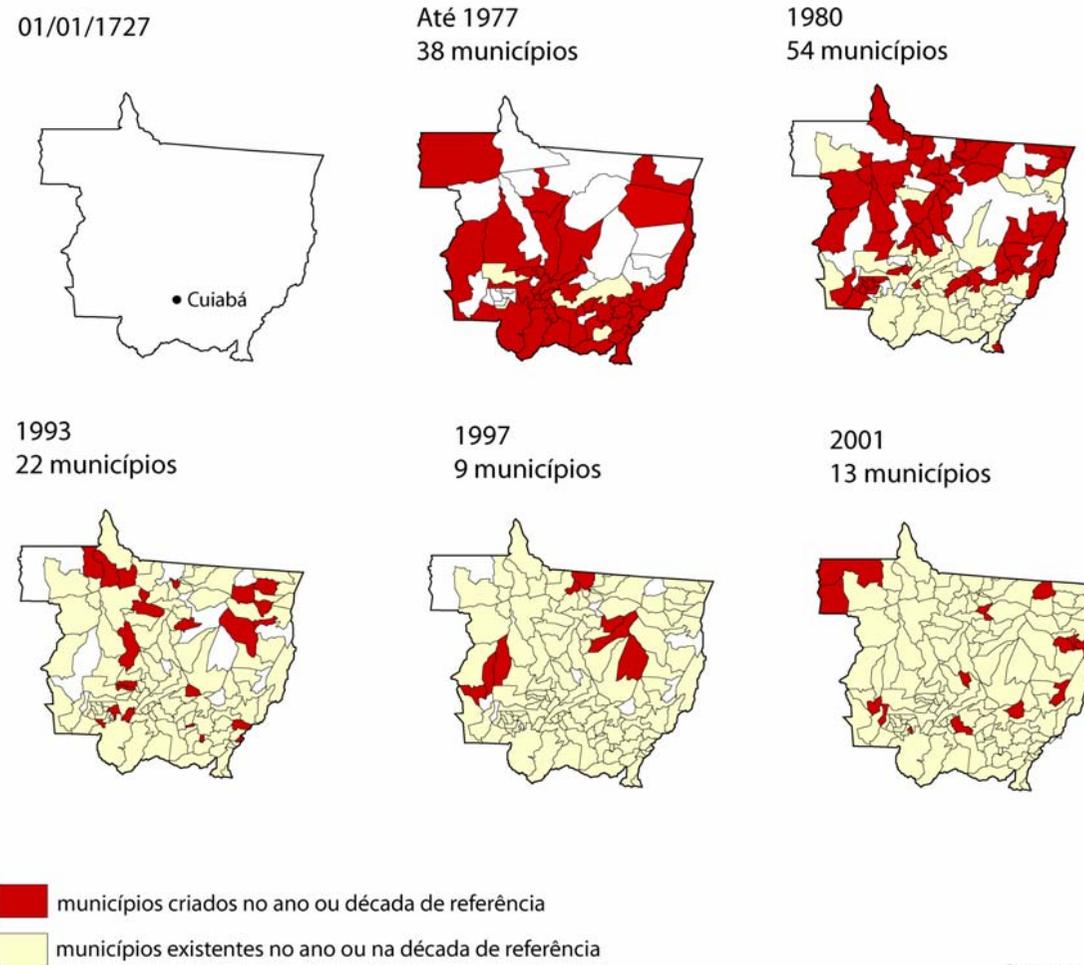
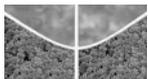
---

<sup>53</sup> “Outra forma – quando o domicílio era servido de água de reservatório (ou caixa), abastecido com água das chuvas, por carro-pipa ou, ainda, por poço ou nascente localizados fora do terreno ou da propriedade onde estava construído” (IBGE, 2002c, p.154).



483.346 habitantes; Várzea Grande, com 215.298 habitantes; e Rondonópolis, com 150.227 habitantes.

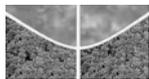
O Mato Grosso se divide em 126 municípios sendo assim, o quarto com maior número de municípios da Amazônia Legal. A evolução da malha municipal do estado aponta que após 1988 é, principalmente, no ano de 1993, que ocorreu o maior número de desmembramentos municipais (Figura 18).



Fonte: IBGE - informações especiais solicitadas em junho de 2003.

Figura 18 – Evolução da malha municipal do Mato Grosso

Nota: Os espaços em branco nos mapas se devem à utilização da base cartográfica referente ao ano de 1985.



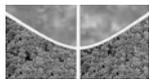
Pelo Tratado de Tordesilhas (1494), as terras que hoje compõem o Mato Grosso eram da Espanha. Em virtude disso, jesuítas espanhóis fundaram as primeiras missões entre os rios Paraná e Paraguai, sendo expulsos da região pelos bandeirantes paulistas em 1680. Com a descoberta de ouro, em 1718, o povoamento da região foi acelerado. Em 1748, para garantir a nova fronteira e manter o domínio sob a exploração e comercialização do ouro, criou-se a capitania de Mato Grosso. Até a definição das fronteiras feita por Portugal e Espanha mediante os Tratados de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777), Portugal, com o intuito de proteger as terras de ataques espanhóis, foi expandindo seus domínios com a construção de vilas e fortes na região.

Com o declínio da produção de ouro no início do século XIX, a economia da região entrou em decadência, só voltando a se desenvolver com a chegada dos seringueiros e pecuaristas, por volta da primeira metade do século XIX. Atualmente, a economia do Estado tem como base a indústria extrativista (madeira, borracha); agricultura (cana-de-açúcar, soja, arroz, milho); pecuária; mineração (calcário e ouro); e indústria (metalúrgica e alimentícia).

No que diz respeito ao meio ambiente, segundo dados do Ministério do Meio Ambiente e Programa Nacional do Meio Ambiente II (2001), o Mato Grosso possui 52,1% de seu território dentro da região de domínio dos Ecossistemas da Região Amazônica (469.910 km<sup>2</sup>), 40,86% de sua superfície coberta por Cerrados e aproximadamente 7,04% pelo ecossistema Pantanal. Segundo informações do INPE (2006), o estado do Mato Grosso continua sendo o líder de desmatamento da floresta amazônica brasileira, tendo sido responsável por cerca de 43,18% da área devastada em 2004.

Em relação à infra-estrutura, os municípios do Estado do Mato Grosso apresentavam situação razoável no que diz respeito abastecimento de água, mas precária em relação ao esgotamento sanitário. Dos 139 municípios do estado, 73 deles, o que representa 52,52% dos domicílios, tinha abastecimento de água pela rede geral. Em relação ao esgotamento sanitário, na maior parte deles, isto é, em 119, o que representa 85,61% dos domicílios, predomina a fossa rudimentar. Em apenas dois municípios (Cuiabá e Guiratinga) a maioria dos domicílios está ligada à rede geral de esgoto, considerada a forma ideal.

No que se refere ao IDH-M, os números são bons: em 2000, o IDH-M do Mato Grosso era de 0,773. Dentre as variáveis que compõem o IDH-M, a que mais se destacou foi

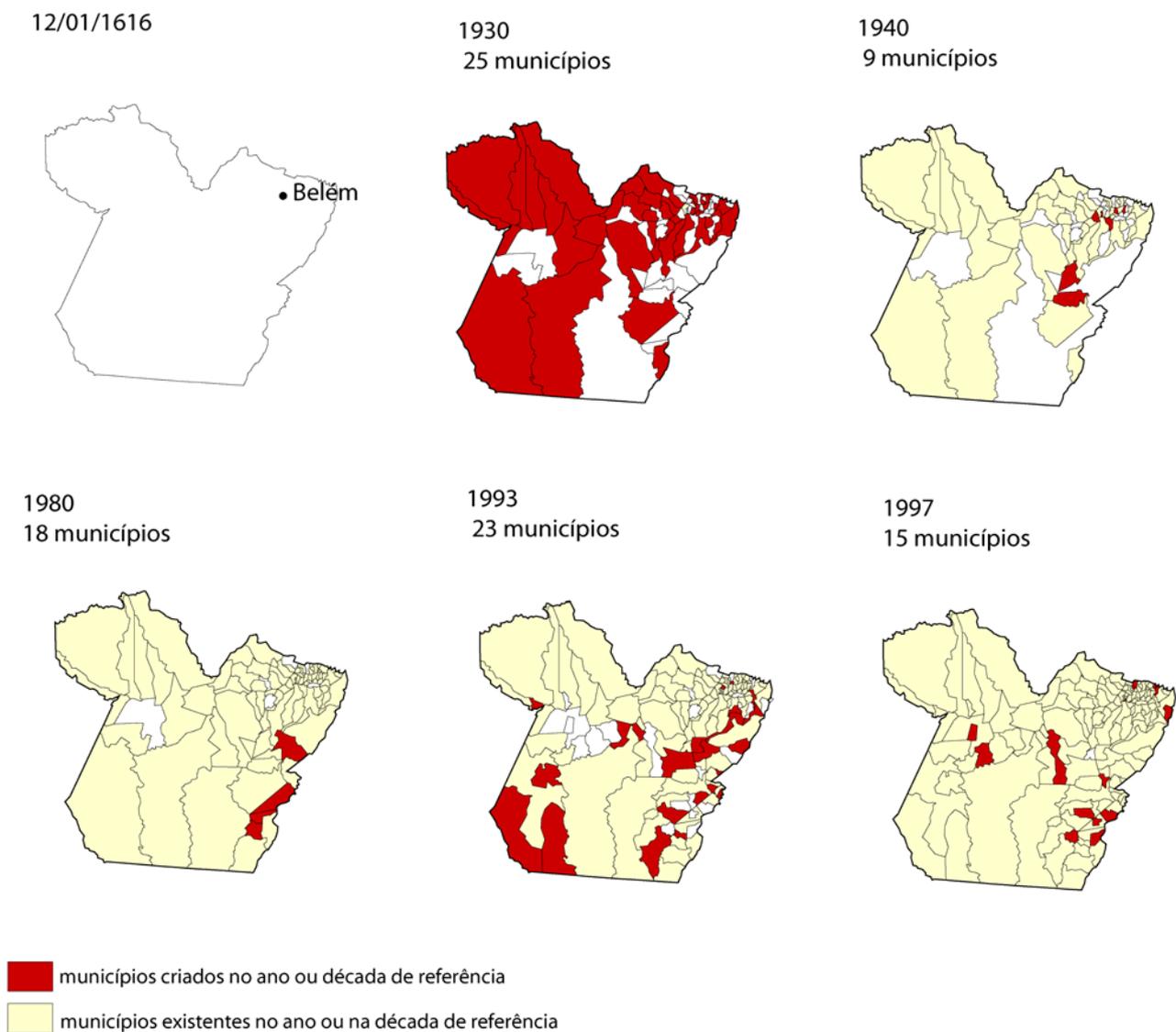
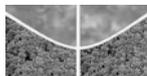


educação, com 0,860, enquanto o de longevidade foi de 0,740, e o de renda 0,718. Se comparado aos outros estados, o IDH-M do Mato Grosso também apresenta boa situação, ocupando a 9ª posição, havendo apenas 9 estados (29,6%) em situação melhor que ele. (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2003).

### **Estado do Pará**

Segundo maior território em extensão entre os estados brasileiros e igualmente entre os estados que compõem a Amazônia Legal, com área de 1.247.702,7 km<sup>2</sup>, o Pará se destaca no contexto da Amazônia Legal por apresentar também a maior população: são 6.192.307 habitantes e a terceira maior densidade demográfica, de 4,96 habitantes por km<sup>2</sup>. Os municípios mais populosos do estado são a capital, Belém, que concentra 1.280.614 habitantes, o que representa 20,68% da população estadual; Ananindeua, com 393.569 habitantes; Santarém, com 262.538; Marabá, com 168.020; Castanhal, com 134.496, e, Abaetetuba, com 119.152 habitantes.

O estado do Pará é o que apresenta o segundo maior número de municípios da Amazônia Legal: 143 (IBGE, 2000). Uma análise na evolução da sua malha municipal do Estado mostra o ano em que se concentrou o maior número de desmembramentos após 1988: 1993, quando foram criados 23 novos municípios (Figura 19).

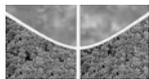


@ RM-2005

Fonte: IBGE - informações especiais solicitadas em junho de 2003.

Figura 19 – Evolução da malha municipal do Pará

Nota: Os espaços em branco nos mapas se devem à utilização da base cartográfica referente ao ano de 1985.



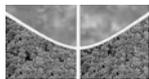
A ocupação do Estado do Pará se inicia com ingleses e holandeses, mas é com os portugueses que ela é consolidada por meio das missões e bandeiras. Em janeiro de 1616, os portugueses fundam o Forte Presépio, que dá origem à cidade de Belém. Até 1775, o Pará esteve ligado ao Maranhão, período em que alcançou grande prosperidade com a agricultura e a pecuária.

Porém a atividade que mais se destacou na economia do estado foi a exploração da borracha, que predominou durante o século XIX e início do XX. A economia do Pará ficou baseada no extrativismo até os anos 60, quando, conforme registros do Ministério do Meio Ambiente e o Programa Nacional do Meio Ambiente II (2001), tem início uma série de mudanças na economia, com a implementação de uma política de incentivos fiscais definida pelo governo federal para estimular o desenvolvimento da Amazônia, que resultou na implantação de vários projetos industriais, agrícolas e pecuários.

Ainda segundo dados do Ministério do Meio Ambiente e o Programa Nacional do Meio Ambiente II (2001), a implantação de grandes complexos minerometalúrgicos proporcionada pela descoberta de expressivas reservas de ferro, bauxita e outros bens minerais; a abertura de grandes eixos viários, como a Belém/Brasília (BR-010), a Santarém/Cuiabá (BR-163) e a Transamazônica (BR-230); além da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí desencadearam um intenso processo migratório para o estado, comprometendo a capacidade de atendimento da rede estatal de serviços básicos, que já era pequena.

Tais interferências tiveram como consequência também, a devastação em larga escala da cobertura vegetal do Estado. Conforme dados da Presidência da República (2004), o sul do Pará está incluído na área onde se concentra a maior parte do desmatamento na região amazônica, no “Arco do Desmatamento” que se estende entre o sudeste do Maranhão, o norte do Tocantins, sul do Pará, norte de Mato Grosso, Rondônia, sul do Amazonas e o sudeste do Acre. Conforme informações do INPE (2006), em 2004 o Pará apresentava a segunda maior taxa de desmatamento da Amazônia Legal, de 8.494 km<sup>2</sup>.

Os indicadores sociais referentes aos municípios do estado do Pará mostram a dificuldade encontrada pela população para ter acesso a serviços essenciais como água e esgoto. A maior parte dos municípios, isto é 89 deles, o que representa 60,14%, têm o



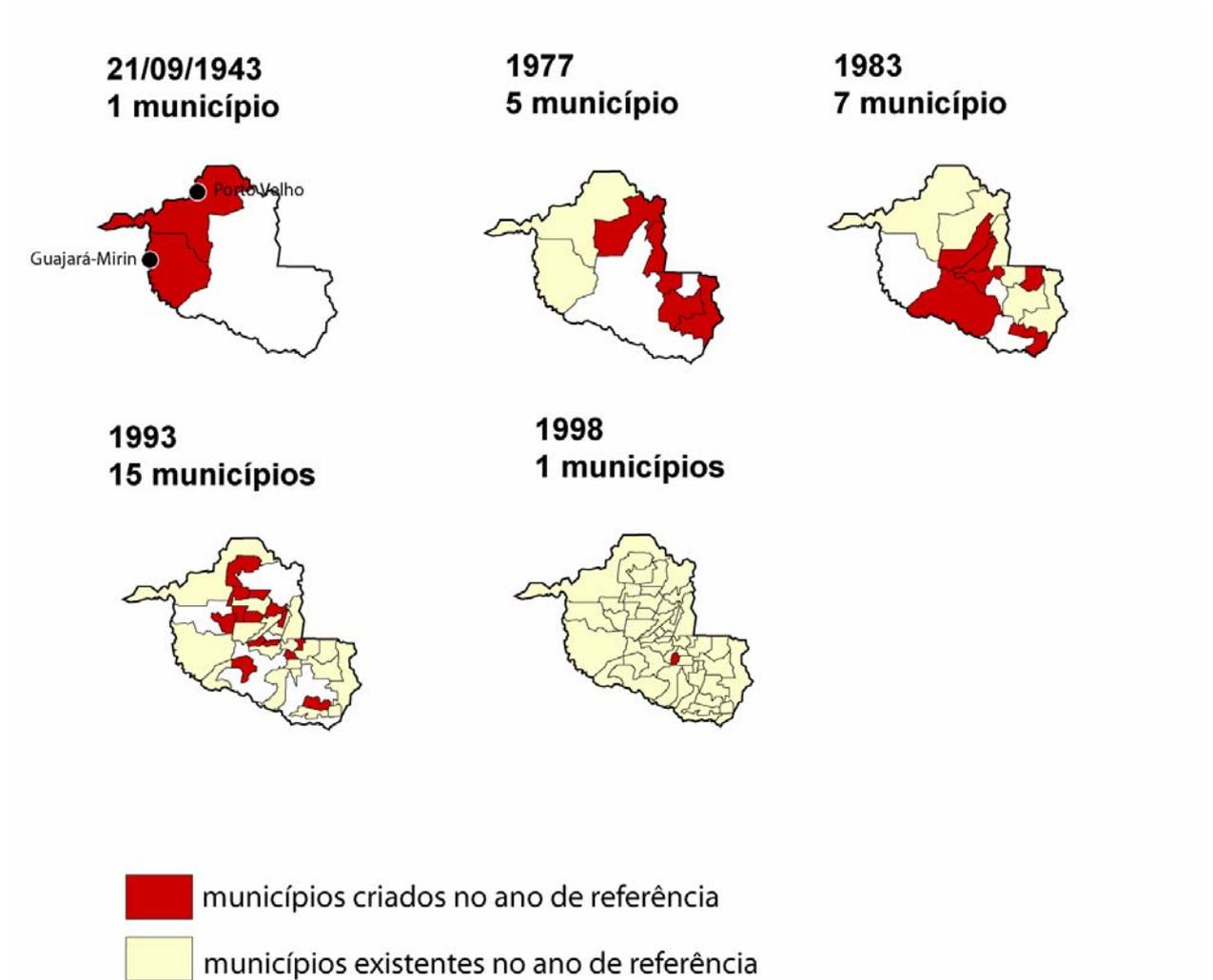
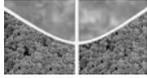
abastecimento de água dos domicílios feito em poço ou nascente. E somente 44 municípios, o que corresponde a 30,77%, têm abastecimento de água pela rede geral. Já o esgotamento sanitário por meio de uma rede geral é inexistente nos 143 municípios do estado. A maior parte, isto é, 114 (o que representa 79,72%), têm como forma de esgotamento sanitário a fossa rudimentar.

O IDH-M do estado em 2000 era de 0,723, sendo a dimensão educação 0,815, longevidade, 0,725 e renda, 0,629. Em relação aos outros estados do Brasil, o Pará apresenta situação intermediária: ocupa a 15ª posição, sendo que 14 estados (51,9%) estão em situação melhor e 12 estados (48,1%) estão em situação pior ou igual (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2003).

### **Estado de Rondônia**

Com área de 237.564,5 km<sup>2</sup> e população total de 1.379.787 habitantes (sendo o quinto em número população da Amazônia Legal), o estado de Rondônia possui uma das maiores densidades demográficas da Amazônia (de 5,80 habitantes por km<sup>2</sup>), só ficando atrás do Maranhão. A maior parte da população se encontra concentrada na capital, Porto Velho, que possui 334.661 habitantes, e no município de Ji-Paraná, com 106.800 habitantes. Vale destacar a grande porcentagem da população urbana na população total, que era de 64,11% em 2000.

O estado possui 52 municípios e a maior parte deles (33 novos municípios) foi instalada após 1988, concentrando-se a maioria dos desmembramentos em 1993, quando 15 novos municípios foram criados, conforme mostra a Figura 20.

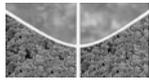


*Fonte: IBGE - informações especiais solicitadas em junho de 2003.*

@ RM-2005

Figura 20 – Evolução da malha municipal de Rondônia

Nota: Os espaços em branco nos mapas se devem à utilização da base cartográfica referente ao ano de 1985.



As origens do estado de Rondônia<sup>54</sup> estão ligadas a disputas entre portugueses e espanhóis pelas terras e à descoberta de jazidas de ouro que atraíram sertanistas e exploradores de ouro para a região. Essa descoberta fez com que os portugueses passassem a investir em toda a região, com o envio de Expedições Exploradoras e de Limites e a ocupação de áreas estratégicas para impedir o avanço dos espanhóis. O Ciclo do Ouro determinou o início da ocupação do território e a criação dos primeiros núcleos urbanos.

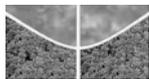
Outros ciclos econômicos (da borracha, da cassiterita, da agricultura) foram se sucedendo e também tiveram forte papel na determinação e ampliação da ocupação e no estabelecimento das características que o estado hoje apresenta. De acordo com Bartholo Jr. e Bursztyn (1999), a exploração da borracha no século XIX foi a primeira atividade produtiva de expressão do estado. De 1959 até 1970 predominou a exploração dos aluviões de cassiterita (em Porto Velho e Ariquemes) sob regime de garimpo, e em 1968 (com a implantação da BR-364), inicia-se a ocupação agrícola, integrada à pecuária e à exploração madeireira.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente e o Programa Nacional do Meio Ambiente II (2001), o reflexo da ocupação agrícola sobre o ambiente natural foi à substituição de áreas de floresta tropical aberta e densa por cultivos agrícolas para a produção de grãos e por gramíneas para a formação de pastagens. Contribuíram para o desmatamento do estado também, a expansão da atividade de pecuária extensiva e os projetos de colonização do INCRA. Em 2004, a taxa de desmatamento foi 3.833 km<sup>2</sup>, a terceira maior entre os estados da Amazônia Legal (INPE, 2006).

Em decorrência desses ciclos, o estado de Rondônia registra acelerada explosão demográfica. Segundo dados do IBGE, a taxa média anual de crescimento entre 1960 e 1970 foi de 4,76%; entre 1970 e 1980 foi de 16,2%; e entre 1980 e 1990 foi de 7,89%. Em 2000 a porcentagem de população urbana no estado era de 68,62%. As consequências desse aumento populacional se refletiram nas condições precárias de infra-estrutura dos municípios.

---

<sup>54</sup> O Estado de Rondônia criado pela Lei Complementar nº 41/1981, originou-se do Território Federal do mesmo nome, criado pelo Decreto-Lei nº 5.812/1943, com a denominação de Território Federal do Guaporé, mudando pela Lei nº 21.731/1956 para Território Federal de Rondônia.



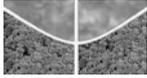
Em relação ao saneamento básico, a análise do tipo de abastecimento de água e esgotamento sanitário dos 52 municípios de Rondônia mostra que a maioria da população vive em situação precária. Segundo dados do Censo 2000, apenas 7,69% dos municípios estão ligados à rede geral de água: Cacoal, Pimenta Bueno, Vilhena e Candeias do Jamari. Os demais, 92,31% (48 municípios) têm como forma de abastecimento a utilização de poço ou nascentes, entre eles a capital, Porto Velho.

Em relação ao esgotamento sanitário, a situação de precariedade se repete: nenhum dos municípios possuía o esgotamento sanitário dos domicílios por meio de uma rede geral. A maior parte dos municípios (92,31%), isto é, 48 deles, utilizava a fossa rudimentar. Apenas 7,69% dos municípios utilizavam fossa séptica: Porto Velho, Candeias do Jamari, Itapuã do Oeste e Teixeirópolis. Cruzando-se os dados de abastecimento de água e tipo de esgotamento sanitário, tem-se que apenas o município de Candeias do Jamari possuía boa situação em relação a estes dois indicadores, apresentando a maior parte de seus domicílios ligados à rede geral e como tipo de esgotamento sanitário a utilização de fossa séptica.

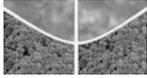
O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Rondônia era de 0,735, em 2000. Dos indicadores que compõem o IDH, o relativo à educação é o que apresentava o maior valor: 0,833. O de longevidade era 0,688 e o de renda 0,683. Se comparado aos outros estados do Brasil, o IDH do Estado apresentava situação intermediária: ocupava a 14ª posição, sendo que 13 estados (48,1%) estavam em situação melhor e 13 estados (51,9%) em situação pior ou igual (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2003).

## **Estado de Roraima**

Fazendo limite entre a Venezuela e a Guiana, o estado de Roraima tem localização estratégica: encontra-se posicionado de frente para os mercados do Caribe e das Américas Central e do Norte. Sua área (de 224.118,0 km<sup>2</sup>), densidade demográfica (de 1,45 habitante por km<sup>2</sup>) e população total (324.397 habitantes) são as menores entre os estados da Amazônia Legal. Deste total, 247.016 habitantes estão na área urbana (76,15%) e 77.381 na área rural (23,85%). A maior parte da população está concentrada na capital, Boa Vista, cuja população total é 200.568 habitantes.



Composto por apenas 15 municípios, Roraima é o segundo estado que menos se subdividiu na Amazônia Legal. Os anos que concentraram o maior número de desmembramentos foram 1982, quando 6 municípios foram criados, e 1997, quando 7 novos foram criados, número este que totaliza quase a mesma quantidade de municípios existentes no estado antes de 1988 (Figura 21).



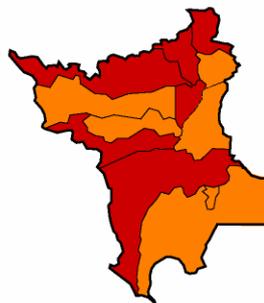
**1943**  
**1 município**



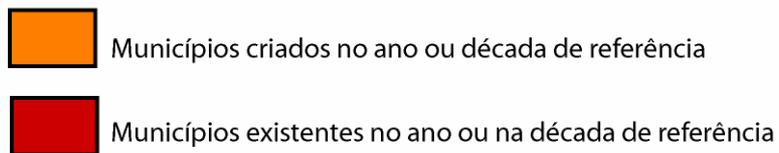
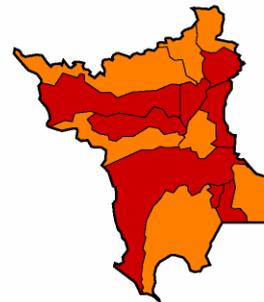
**1956**  
**1 município**



**1982**  
**6 municípios**



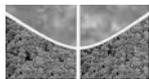
**1997**  
**7 municípios**



@ RM-2005

*Fonte: IBGE - informações especiais solicitadas em junho de 2003.*

Figura 21 – Evolução da malha municipal de Roraima

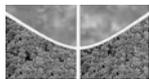


O território de Roraima foi disputado desde o início do século XVI por espanhóis, ingleses e holandeses, com os portugueses que estabeleceram sua soberania sobre a região. Os primeiros povoados, no entanto, só foram estabelecidos no século XVIII, pela dificuldade encontrada pelos portugueses em lidar com os índios. A estratégia inicial de colonização de criar aldeamento foi substituída pela introdução de gado e fundação de fazendas em certos trechos da região. Em 1890, é criada a capital, Boa Vista, em uma área desmembrada do estado do Amazonas, e Roraima começa a receber os primeiros imigrantes nordestinos. Em 1943, é criado o Território Federal de Roraima, elevado à categoria de Estado da Federação somente em 1988.

A partir da década de 1980, conforme cita o documento *Diagnóstico da Gestão Ambiental no Brasil* do Ministério do Meio Ambiente e o Programa Nacional do Meio Ambiente II (2001, p.5), o estado passa a enfrentar um surto de crescimento populacional que se estende até a atualidade. “Entre 1980 e 1991, em apenas onze anos, sua população aumentou 174,8%. Segundo dados do IBGE, Roraima é o estado brasileiro que hoje mais recebe migrantes, oriundos em grande medida da própria Amazônia”.

A economia do estado está ligada à agricultura, à pecuária e às atividades vinculadas ao extrativismo mineral e vegetal. Segundo dados do Governo do Estado de Roraima (2005), 80% dos municípios desenvolvem predominantemente atividades ligadas à agropecuária. Nos demais, destaca-se a exploração de ouro e diamante no município de Uiramutã; o setor secundário e terciário no município de Mucajaí; e, na capital, Boa Vista, predomina o setor industrial e o comércio.

Segundo dados do Ministério do Meio Ambiente e o Programa Nacional do Meio Ambiente II (2001), Roraima é o estado brasileiro com o maior percentual de sua área protegida por unidades de conservação. “Quase 50% de seu território é formado por terras indígenas, florestas e parques nacionais e estações ecológicas, evidenciando desafios ao necessário equilíbrio entre meio ambiente e desenvolvimento”. A taxa de desmatamento em 2004 foi de 311 km<sup>2</sup> (INPE, 2006). No período compreendido entre 2000 a 2004, os municípios que mais desmataram foram os do sul do Estado, Caroebe, Rorainópolis, São Luiz e São João da Baliza (XAUD, 2005).



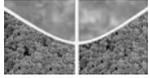
Em relação à infra-estrutura, 8 municípios (53,33%) tinham acesso a água por meio de poço ou nascente. Os 7 municípios restantes (46,67%) possuíam a maior parte dos domicílios ligada à rede geral de água. Quanto ao esgotamento sanitário, a fossa séptica é a forma mais utilizada na maioria dos municípios (46,67%). Dos demais, 26,67% tinham como forma de esgotamento fossa rudimentar e 26,67% não possuíam banheiro, nem sanitário.

Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Roraima era de 0,746. Entre os indicadores que compõem o IDH, o de educação era o maior, 0,865, sendo o de longevidade 0,691 e renda 0,682. Em relação aos outros estados do Brasil, Roraima apresentava situação intermediária: ocupava a 13ª posição, sendo que 12 estados (44,4%) estavam em situação melhor e 14 estados (55,6%) em situação pior ou igual (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2003).

### **Estado do Tocantins**

Fazendo limite com os estados do Pará, Maranhão, Piauí, Bahia, Goiás e Mato Grosso, o Tocantins compreende uma área de 277.297,8 km<sup>2</sup> e apresenta densidade demográfica de 4,17 habitantes por km<sup>2</sup>. A população total do Estado é de 1.157.098 habitantes, sendo 859.961 urbanos (74,32%) e 297.137 rurais (25,68%). Os municípios mais populosos são a capital, Palmas, com 137.355 habitantes, e Araguaína, com 113.143 habitantes.

O estado possui 139 municípios, só ficando atrás do Maranhão e Pará em número total de municípios. A evolução da malha municipal do Tocantins mostra que as décadas de 1950 e 1990 como aquelas em que o maior número de municípios foi criado (Figura 22).



1688



1950  
33 municípios



1960  
17 municípios



1983  
7 municípios



1989  
18 municípios



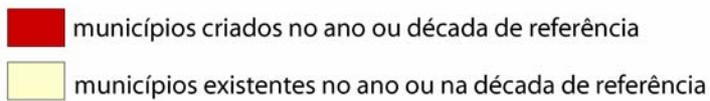
1990  
2 municípios



1993  
44 municípios



1997  
17 municípios

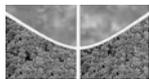


@ RM-2005

Fonte: IBGE - informações especiais solicitadas em junho de 2003.

Figura 22 – Evolução da malha municipal do Tocantins

Nota: Os espaços em branco nos mapas se devem à utilização da base cartográfica referente ao ano de 1985.



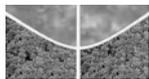
O estado do Tocantins foi formado por áreas antes pertencentes ao norte de Goiás. Sua localização no interior do país fez com que seus municípios tivessem a história ligada à exploração do ouro, que determinou a ocupação do território e cuja decadência freiou o desenvolvimento da região, fazendo a população se voltar para a economia de subsistência. Conforme cita o documento do Governo do Tocantins (2005),

“na segunda década do século XIX, com o fim da mineração, os aglomerados urbanos estacionaram ou desapareceram e grande parte da população abandonou a região. Os que permaneceram foram para a zona rural e dedicaram-se à criação de gado e agricultura, produzindo apenas algum excedente para aquisição de gêneros essenciais”.

Em virtude disso, a produção agropecuária constitui hoje a base econômica do estado do Tocantins, seguida pelo comércio, indústria, com pequenas fábricas, e o extrativismo, relacionado com a exploração vegetal, mineral e pesqueira. A intensificação da ocupação e o aumento rápido da urbanização na região contribuíram, conforme cita o documento do Ministério do Meio Ambiente e o Programa Nacional do Meio Ambiente II (2001), para agravar “os problemas sociais, fruto tanto do seu isolamento físico e econômico do processo produtivo nacional, quanto no baixo nível de investimentos realizados nesse setor”.

Em 2004, a área desmatada no Tocantins foi de 158 km<sup>2</sup>. Se comparada a taxa de desmatamento de 2002, que foi de 259 km<sup>2</sup>, houve uma redução de quase 50%. Em 2002, o Tocantins já apresentava um baixo índice de participação no desmatamento da Amazônia Legal de 1,04% do total, porcentagem essa que foi diminuído ainda mais em 2004, passando para 0,58% (INPE, 2006).

Os números apresentados pelos municípios do estado relativos ao saneamento mostram que, na maior parte deles (61,15%), a forma de abastecimento era feita por meio de poço ou nascente. Somente nos 38,85% dos municípios restantes predominavam domicílios ligados à rede geral de água. Em relação ao esgotamento sanitário, na maior parte dos municípios esse serviço também era deficiente. Em 56,83% deles, a forma predominante de esgotamento sanitário era a fossa rudimentar, e em 43,17% não havia banheiro ou sanitário.



Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Tocantins era de 0,710. Observando-se os números do IDH dos demais estados do Brasil, o Tocantins ocupa a 17ª posição, sendo que 16 estados (59,3%) estão em situação melhor e 10 (40,7%) em situação pior ou igual (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2003).

Para concluir o capítulo, cabe ressaltar que a análise do diagnóstico geral dos estados da Amazônia deixou clara a diferenciação existente entre os estados, principalmente, em termos de extensão territorial e total populacional, mas ilustrou também as diversas características comuns partilhadas por estes.

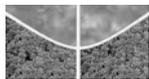
No que se refere à situação do domicílio, na maior parte dos municípios dos nove estados predomina a população urbana, com destaque para Mato Grosso, Roraima, Amazonas e Tocantins, onde a porcentagem chega a quase 80%. Quanto à economia, a maior parte dos estados têm como atividades principais a agropecuária, o extrativismo vegetal e mineral (Tabela 11).

Tabela 11 – Situação do domicílio e principal atividade econômica dos estados da Amazônia Legal – 2000

| Estados        | Situação do Domicílio |             | Atividade Econômica  |
|----------------|-----------------------|-------------|--|
|                | Urbanos<br>%          | Rurais<br>% |  |
| 1. Acre        | 70,55                 | 29,45       | Agropecuária   |
| 2. Amapá       | 56,25                 | 43,75       | Extrativismo mineral, vegetal e agropecuária.                    |
| 3. Amazonas    | 74,92                 | 25,08       | Agropecuária e extração vegetal                                  |
| 4. Maranhão    | 62,38                 | 37,62       | Agropecuária e extrativismo vegetal                              |
| 5. Mato Grosso | 80,21                 | 19,79       | Extrativismo, agricultura, pecuária, mineração                   |
| 6. Pará        | 70,32                 | 29,68       | Agropecuária, indústria  |
| 7. Rondônia    | 66,16                 | 33,84       | Extrativismo mineral, agricultura                                |
| 8. Roraima     | 76,15                 | 23,85       | Extrativismo mineral, vegetal e agropecuária.                    |
| 9. Tocantins   | 74,32                 | 25,68       | Agropecuária, comércio e o extrativismo vegetal, mineral e pesca |

Fonte: Censo Demográfico - IBGE (2000)

Em relação à infra-estrutura, os dados mostraram a precariedade do atendimento por parte dos municípios, uma vez que em 6 dos 9 estados da Amazônia Legal a maior parte dos domicílios tinha como forma de abastecimento de água *poços e nascentes*, e não domicílios servidos de água proveniente de rede geral de abastecimento, considerada pelo IBGE a forma de saneamento mais adequada. Este tipo de abastecimento só predominava nos estados do



Maranhão e Mato Grosso. Completando os 9 estados, no Amazonas predominava como forma de abastecimento de água a opção *Outras formas*<sup>55</sup> (Tabela 12).

Tabela 12 – Forma de abastecimento de água e tipo de esgotamento sanitário predominantes nos estados da Amazônia Legal – 2000

| Estados                       | Abastecimento de Água |                   |               | Esgotamento Sanitário |                  |               |                                    |                  |
|-------------------------------|-----------------------|-------------------|---------------|-----------------------|------------------|---------------|------------------------------------|------------------|
|                               | %                     |                   |               | %                     |                  |               |                                    |                  |
|                               | Rede Geral            | Poços e nascentes | Outras Formas | Rede Geral            | Fossa Rudimentar | Fossa Séptica | Não tinham banheiro, nem sanitário | Rio, Lago ou Mar |
| 1. Acre                       | 13,64                 | 77,27             | 9,09          | 4,55                  | 45,45            | -             | 50                                 | -                |
| 2. Amapá                      | 37,5                  | 62,5              | -             | 6,25                  | 81,25            | -             | -                                  | 12,5             |
| 3. Amazonas                   | 38,71                 | 9,68              | 51,61         | -                     | 66,13            | 4,84          | 29,03                              | -                |
| 4. Maranhão                   | 46,11                 | 43,33             | 10,56         | 1,67                  | 30               | 3,89          | 63,33                              | 1,11             |
| 5. Mato Grosso <sup>(1)</sup> | 52,52                 | 38,13             | -             | 1,44                  | 85,61            | 2,88          | 0,72                               | -                |
| 6. Pará                       | 30,77                 | 60,14             | 9,09          | -                     | 79,72            | 7,69          | 10,49                              | 2,10             |
| 7. Rondônia                   | 7,69                  | 92,31             | -             | -                     | 92,31            | 7,69          | -                                  | -                |
| 8. Roraima                    | 46,67                 | 53,33             | -             | -                     | 26,67            | 40            | 33,33                              | -                |
| 9. Tocantins                  | 38,85                 | 61,15             | -             | -                     | 56,83            | -             | 43,17                              | -                |

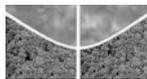
Fonte: Censo Demográfico (2000)

(1) Do total de 139 municípios do estado, 10 (7,19%) foram instalados em 2001 e 3 (2,16%) não possuíam dados.

Como tipo de esgotamento sanitário, foi possível observar que em 7 dos 9 estados predominava a *fossa rudimentar* e não a forma apontada pelo IBGE como adequada, que eram domicílios com escoadouro ligados à rede geral ou fossa séptica. Esse tipo de esgotamento só predominava na maior parte dos municípios do estado de Roraima. E no Maranhão, a maior parte dos municípios *não tinha banheiro, nem sanitário* (Tabela 11). Os números confirmam uma realidade que pode se estendida para o país inteiro, a de que entre os serviços de saneamento básico, o esgotamento sanitário é o que tem menor presença nos municípios brasileiros, como ressalta a *Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000* desenvolvida pelo IBGE.

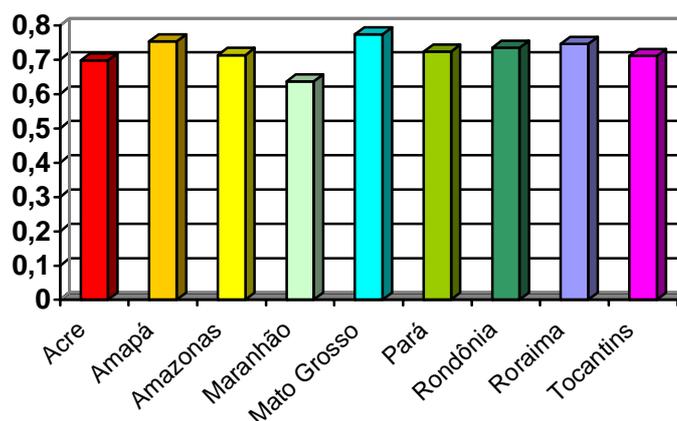
“Dos 4.425 municípios existentes no Brasil, em 1989, menos da metade (47,3%) tinha algum tipo de serviço de esgotamento sanitário e, 11 anos mais tarde, os avanços não foram muito significativos: dos 5.507 municípios, 52,2% eram servidos. Apesar de no período de 1989-2000 haver tido um aumento de, aproximadamente, 24% no número de municípios, o serviço de esgotamento sanitário não acompanhou este crescimento, pois aumentou apenas 10%” (IBGE, 2002d, p.40).

<sup>55</sup> “Outra forma – quando o domicílio era servido de água de reservatório (ou caixa), abastecido com água das chuvas, por carro-pipa ou, ainda, por poço ou nascente localizados fora do terreno ou da propriedade onde estava construído” (IBGE, 2002c, p.154).



A análise dos dados referentes ao IDH-M dos estados mostrou que a maior parte deles se encontra numa faixa considerada de médio desenvolvimento humano, segundo a classificação do Pnud, ficando entre 0,5 e 0,8, conforme indica a Tabela 12. O IDH-M de 7 dos 9 estados se encontra na faixa de 0,7 e apenas Acre e Maranhão apresentam valores inferiores a estes, de 0,697 e 0,636 (Gráfico 4).

Gráfico 4 – IDH-M dos estados da Amazônia Legal - 2000



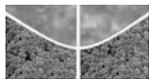
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2003)

Em relação às três variáveis que compõem o IDH, longevidade, educação e renda, a que apresentava os melhores números em todos os estados era educação. Quanto ao IDH-longevidade, Amapá, Mato Grosso e Pará apresentavam os valores mais altos. Por fim, na variável renda, o maior valor era apresentado pelo Mato Grosso e o menor pelo Maranhão (Tabela 13).

Tabela 13 – IDH-M dos estados da Amazônia Legal – 2000

| Estados        | IDH-M | IDH -<br>Educação | IDH -<br>Longevidade | IDH -<br>Renda |
|----------------|-------|-------------------|----------------------|----------------|
| 1. Acre        | 0,697 | 0,757             | 0,694                | 0,640          |
| 2. Amapá       | 0,753 | 0,881             | 0,711                | 0,666          |
| 3. Amazonas    | 0,713 | 0,813             | 0,692                | 0,634          |
| 4. Maranhão    | 0,636 | 0,738             | 0,612                | 0,558          |
| 5. Mato Grosso | 0,773 | 0,860             | 0,740                | 0,718          |
| 6. Pará        | 0,723 | 0,815             | 0,725                | 0,629          |
| 7. Rondônia    | 0,735 | 0,833             | 0,688                | 0,683          |
| 8. Roraima     | 0,746 | 0,865             | 0,691                | 0,682          |
| 9. Tocantins   | 0,710 | 0,826             | 0,671                | 0,633          |

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2003)



## 5.2 PERFIL DOS NOVOS MUNICÍPIOS

Após a apresentação do quadro geral dos 9 estados da Amazônia Legal, cabe voltar a discussão para os 334 municípios criados depois de 1988 na Amazônia Legal, na tentativa de elaborar uma caracterização geral que abranja, além dos indicadores que serão utilizados posteriormente para a análise da qualidade de vida dos municípios que mais se subdividiram territorialmente, outros aspectos, como dados sobre caracterização do território, demografia, finanças públicas e indicadores sociais (dados referentes à saúde – mortalidade infantil).

### Dados Demográficos

A análise do perfil demográfico dos 334 novos municípios criados após a Constituição de 1988 na Amazônia Legal mostra que a maior parte deles (300, isto é, 89,82%) possuíam população total inferior a 20 mil habitantes, conforme mostra a Tabela 8. Com 20.001 a 50.000 habitantes se encontravam apenas 29 municípios, o que representava apenas 8,68%, e com população superior a 50.001 habitantes estavam somente 5 municípios, o que perfazia 1,50% do total (Tabela 14 e Anexo A).

Tabela 14 – Número de municípios criados após a constituição de 1988 na Amazônia Legal, segundo as classes de tamanho da população – 2000

| Classe de tamanho da população dos municípios (habitantes) | Número de municípios |       |
|--|----------------------|-------|
|  | Total absoluto       | %     |
| Total  | 334                  | 100,0 |
| Até 20.000   | 300                  | 89,82 |
| De 20.001 a 50.000   | 29                   | 8,68  |
| De 50.001 a 100.000  | 4                    | 1,20  |
| Mais de 100.001  | 1                    | 0,30  |

Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

Além de serem municípios pequenos, a maioria dos novos (isto é, 193 deles) se caracterizava também por possuir grau de urbanização inferior a 50%, o que representa 57,78% do total dos municípios novos. Dos 334 novos municípios, considerando que 13 destes não possuíam dados sobre população urbana e grau de urbanização, 196 eram rurais e 125 urbanos (Gráfico 5).

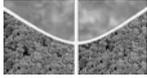
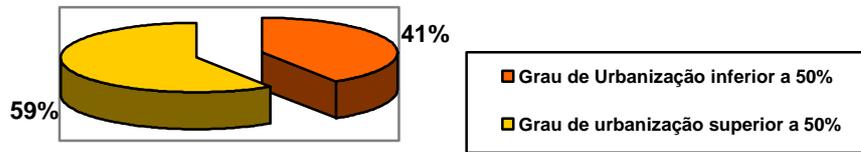


Gráfico 5 - Porcentagem da população dos novos municípios segundo o grau de urbanização



Fonte: IBGE (2000)

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

Analisando os números por estado, é possível observar que, segundo dados do Censo Demográfico de 2000, no Acre, Amazonas, Mato Grosso e Roraima nenhum dos novos possuía população total superior a 20.000 habitantes. Dos cinco demais estados da Amazônia Legal, o Pará era o que concentrava o maior número de novos municípios com população total superior a 20 mil habitantes, 23 deles (Anexo B). O Maranhão possuía 8, Rondônia 3 e Amapá e Tocantins somente 2 municípios cada um.

Em relação ao grau de urbanização, apenas os estados do Mato Grosso e Tocantins possuíam a maior parte de seus novos municípios com grau de urbanização superior a 50%. Nos demais estados, Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Pará, Rondônia e Roraima, a maioria dos novos municípios apresentava grau de urbanização inferior a 50%. No Amazonas, cabe ressaltar, todos os municípios criados após 1988 possuíam grau de urbanização menor que 50% (Gráfico 6 e Anexo C).

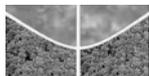
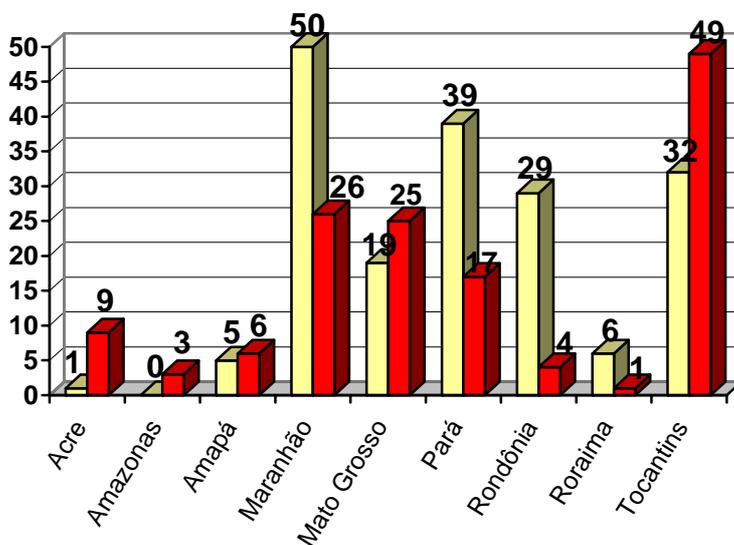


Gráfico 6 - Distribuição do número de municípios de acordo com o grau de urbanização, por estado - 2000



Fonte: IBGE (2000)

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

## Dados Econômicos

Outro dado importante dos novos municípios diz respeito às finanças públicas. Comparando-se os valores das Receitas<sup>56</sup> dos municípios com o valor recebido do FPM, segundo dados do Ministério da Fazenda e Secretaria do Tesouro Nacional (2003), pode-se observar que em apenas 60 dos 334 novos (17,96%) o valor recebido do FPM representava mais de 50% da receita do município. Entre os estados, Tocantins foi o que apresentou mais da metade de seus municípios (50,62%), isto é, 41 deles, nessa situação. No Acre, Amazonas e Rondônia, ocorreu o contrário, em nenhum dos municípios criados após 1988, o valor recebido do FPM representou mais de 50% da receita do município. E, no Mato Grosso, em apenas um município o valor do FPM correspondia a mais de 50% da receita. O Gráfico 7 mostra a distribuição nos estados do número de municípios onde o valor do FPM representou mais de 50% da receita.

<sup>56</sup> Os dados sobre Receita utilizados dizem respeito às Receitas orçamentárias realizadas – correntes. Segundo definição da Secretaria do Tesouro Nacional (2006), Receitas Correntes são “receitas que apenas aumentam o patrimônio não duradouro do Estado, isto é, que se esgotam dentro do período anual. São os casos, por exemplo, das receitas dos impostos que, por se extinguirem no decurso da execução orçamentária, têm, por isso, de ser elaboradas todos os anos. Compreendem as receitas tributárias, patrimoniais, industriais e outras de natureza semelhante, bem como as provenientes de transferências correntes”.

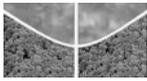
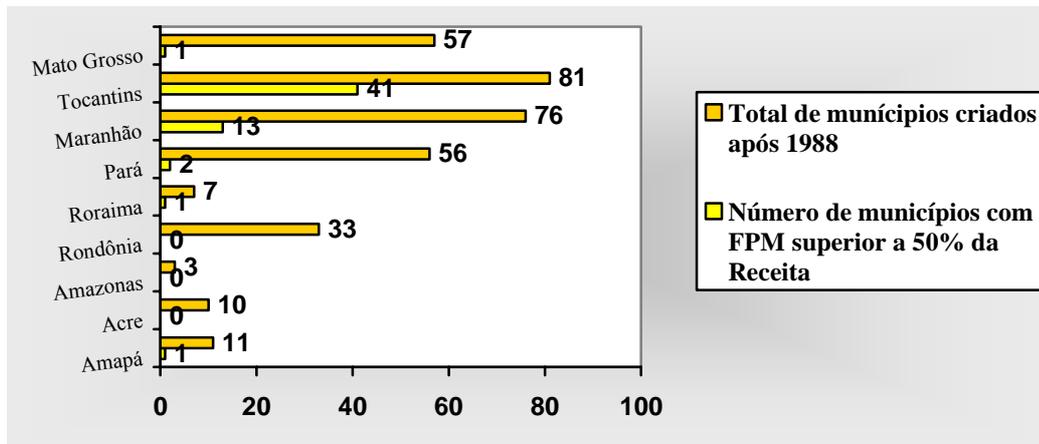


Gráfico 7 – Número de municípios onde o FPM representava mais de 50% da receita do município, por estado - 2003



Fonte: IBGE (2004)

Nota: Extraído do Banco de dados @cidades.

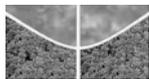
O perfil rural dos novos municípios é reforçado pela análise dos números relacionados ao PIB<sup>57</sup> dos municípios realizado pelo IBGE (2004), que mostra que em 144 dos 334 criados (43,11%), o maior valor adicionado se encontrava na agropecuária.

Os estados do Pará, Mato Grosso e Maranhão apresentavam a maior quantidade de municípios onde o Valor Adicionado na Agropecuária (2002) predominava. No Pará eram 78,57% dos municípios, em Mato Grosso 63,16% e no Maranhão 40,79%. Nos demais, em Rondônia 36,36% dos total de municípios criados após 1988 possuíam maior valor adicionado do PIB na Agropecuária, o Amazonas, 33,33% dos municípios e Tocantins, 24,69%. Já em Roraima, Amapá e Acre, nenhum dos municípios criados após 1988 tinha maior valor do PIB concentrado na agropecuária, mas sim no setor de serviços.

## Dados Sociais

Em relação aos indicadores sociais dos 334 novos municípios criados na Amazônia Legal após 1988, cabe traçar um breve quadro a partir de alguns dados sobre mortalidade

<sup>57</sup> O método de cálculo do PIB dos Municípios consiste em um processo descendente de repartição, pelos municípios, do valor adicionado das 15 atividades econômicas das Contas Regionais do Brasil, obtido para cada Unidade da Federação através de indicadores selecionados. Para tal, estima-se, primeiro, o valor estadual de cada agregado e, em seguida, reparte-se esse valor pelos municípios, ou seja, uma vez estimado o valor adicionado por atividade de cada estado, procede-se à distribuição para as atividades municipais, segundo indicadores escolhidos para este município. Ao final das operações por atividade econômica obtêm-se as estimativas do valor adicionado da Agropecuária, da Indústria e dos Serviços, e agregando-se o *dummy financeiro* e os impostos sobre produtos chega-se ao PIB, por municípios, em valores correntes, não contemplando variações de volume e de preço, quer por atividade econômica quer para o PIB.



infantil<sup>58</sup> (referentes ao ano de 1998 e retirados do Ministério da Saúde/Datasus), que refletem os níveis de desenvolvimento socioeconômico e das condições de vida nestes locais.

Considerando a classificação feita pela OMS, segundo a qual as taxas de mortalidade infantil estão divididas em altas (50 por mil ou mais), médias (20-49 por mil) e baixas (menores que 20 por mil), a análise dos dados sobre mortalidade infantil nos 334 novos municípios da Amazônia Legal mostra que a maior parte deles, isto é, 187 (o que representa 55,99%) apresentavam taxas de mortalidade consideradas médias (entre 20-49 por mil). Dos demais, número também bastante significativo de municípios, 134 (o que representa 40,12%) possuíam taxa de mortalidade superior a 50 por mil, o que é um dado preocupante, tendo em vista serem as altas taxas de mortalidade indicadores de baixos níveis de condições de vida e saúde (Anexo D).

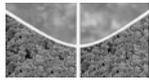
Dos 134 municípios (40,12%) que possuíam taxa de mortalidade superior a 50 por mil, tem-se que 58 possuíam taxa de mortalidade na faixa de 50 por mil nascidos vivos: 32 se encontravam na faixa de 60 por mil nascidos vivos; 41 na faixa de 70 por mil nascidos vivos; e 3 municípios (todos no estado do Maranhão) apresentavam altas taxas de mortalidade, na faixa de 90 por mil nascidos vivos.

Analisando os valores da taxa de mortalidade infantil por estado, tem-se que 7 dos 9 estados da Amazônia Legal apresentavam taxas de mortalidade infantil consideradas médias: Amazonas, Amapá, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. As exceções eram o estado do Acre e do Maranhão, onde predominavam entre os municípios taxas consideradas altas.

No estado do Acre, dos 10 municípios criados após 1988, 7 tinham taxas de mortalidade infantil consideradas altas, superiores a 50 por mil nascidos vivos. O mesmo ocorreu no estado do Maranhão, onde as taxas na maioria dos municípios, isto é, 68 dos 75 que foram criados, apresentavam valores superiores a 50 por mil nascidos vivos. Este estado, cabe ressaltar, concentrava os 3 municípios com maior taxa de mortalidade infantil entre os 334 novos municípios criados na Amazônia Legal. Eram eles: Peritoró (MA), Capinzal do Norte (MA) e Alto Alegre do Maranhão (MA).

---

<sup>58</sup> Número de óbitos de menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.



Nos demais estados da Amazônia Legal, as taxas de mortalidade infantil dos novos municípios criados se encontravam em patamares considerados médios, oscilando entre 20-40 por mil nascidos vivos. No Mato Grosso, 35 dos 57 criados após 1988 (o que representa 61,40%) tinham taxas entre 20-49 por mil. No Amapá, 7 dos 11 novos municípios (63,67%) apresentavam taxas de 26,06 por mil. No Pará, 31 dos 56 novos (55,36%) possuíam taxas entre 20-49 por mil. Em Rondônia, 27 do total de 33 municípios (81,82%) apresentavam taxas entre 30-49 por mil. Em Roraima, 5 dos 7 novos municípios (71,43%) registravam taxas entre 30-49 por mil. No Tocantins, 64 dos 81 municípios mostravam taxas entre 20-49 por mil. E, por fim, já no Amazonas, os três novos municípios criados tinham taxa de mortalidade na faixa de 40 por mil nascidos vivos (Tabela 15).

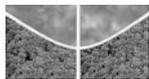
Tabela 15 – Número de municípios por classe de tamanho da taxa de mortalidade infantil – Amazônia Legal

| Classe de tamanho da Taxa de Mortalidade | Número de municípios |          |       |          |                  |      |          |         |           |
|--|----------------------|----------|-------|----------|------------------|------|----------|---------|-----------|
|  | Acre                 | Amazonas | Amapá | Maranhão | Mato Grosso      | Pará | Rondônia | Roraima | Tocantins |
| Menos de 20 por mil                      | -                    | -        | -     | -        | -                | -    | -        | -       | -         |
| 20-49 por mil                            | 3                    | 3        | 11    | 8        | 35               | 31   | 27       | 5       | 62        |
| 50 ou mais por mil                       | 7                    | -        | -     | 68       | 9                | 25   | 6        | 2       | 17        |
| Total                                    | 11                   | 3        | 11    | 76       | 44 <sup>59</sup> | 56   | 33       | 7       | 79        |

Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

Procurou-se, neste capítulo, traçar um panorama geral dos 334 municípios criados na Amazônia Legal após 1988. As informações levantadas permitiram delinear o seguinte perfil: tratam-se de municípios pequenos (população total inferior a 20.000 habitantes); com grau de urbanização inferior a 50%; PIB com maior valor adicionado na agropecuária; e, em relação aos indicadores sociais, a maioria apresentava taxas de mortalidade infantil consideradas média pela classificação da ONU. Esses dados ilustram o quadro geral das condições de vida e de saúde dos municípios criados após 1988 no espaço territorial delimitado. Cabe investigar, de forma mais detalhada, a qualidade de vida nos municípios que mais se fragmentaram territorialmente, no período posterior à Constituição de 1988, e que representam o foco principal do estudo de caso da presente tese. Antes disso porém, faz-se necessário apresentar como se chegou ao critério para selecionar os municípios e os indicadores a serem utilizados na análise da qualidade de vida.

<sup>59</sup> No Estado do Mato Grosso, 13 municípios não apresentavam dados referentes à taxa de mortalidade infantil para 1998 (ano de referência dos dados apresentados) pois foram instalados em 2001.



## 6

# CRITÉRIO DE ESCOLHA DOS MUNICÍPIOS E INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA

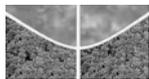
---

### 6.1 SELEÇÃO DOS MUNICÍPIOS

Uma análise na quantidade e na data de criação e instalação dos municípios que hoje compõem a Amazônia Legal mostrou que um número considerável deles foi criado após a Constituição de 1988. Há destaque para alguns estados como Maranhão e, principalmente, Pará, onde houve verdadeira explosão no número de novos municípios. Buscou-se estabelecer então um critério principal para selecionar os municípios que serão focos do estudo de caso da presente tese.

Inicialmente pensou-se em selecionar os municípios por meio dos valores da população total e grau de urbanização dos que foram criados na Amazônia Legal após 1988. A avaliação desses dados, no entanto, mostrou que a Amazônia apresenta um perfil diferenciado em relação ao resto do país, no que diz respeito a tamanho da população e à relação entre densidade demográfica e extensão dos municípios da região. Em seus núcleos urbanos, dados como população total e grau de urbanização devem ser vistos com maior reserva, tendo em vista que a maior parte dos novos municípios se enquadram em números bastantes inferiores aos apresentados pelos municípios dos demais estados do Brasil. Considerar grau de urbanização e certa faixa de população total como critério para definição dos municípios a serem selecionados faria com que alguns estados ficassem fora da análise por não corresponderem às regras e que outros fossem mal representados.

Optou-se então, tendo em vista a temática principal da tese, versar sobre cidade e fragmentação territorial, por estabelecer um *critério territorial* para a seleção dos municípios. Em outras palavras, buscou-se instituir um critério que enfocasse a divisão territorial que se processou na região amazônica. Segundo esse critério, a análise foi centrada nos municípios que mais se subdividiram em cada um dos 9 estados que compõem a Amazônia Legal.



Municípios estes, cabe enfatizar, que são exatamente os que podem ser considerados os mais problemáticos em virtude do grande número de subdivisões que sofreram.

Primeiramente, foi elaborada uma listagem contendo os 334 municípios criados na Amazônia Legal após 1988, com suas respectivas datas de criação, instalação e de onde eles foram desmembrados (Anexo E), seguindo informações fornecidas pelo IBGE em junho 2003. A partir desses dados, organizou-se uma segunda listagem relacionando os municípios antigos e os novos que desses foram desmembrados (Anexo F), para a identificação dos que mais se subdividiram. Com base nesse levantamento foi possível visualizar com mais clareza como se processou o desmembramento dentro de cada um dos estados da Amazônia Legal (os municípios antigos que mais se subdividiram gerando o maior número de municípios novos, os que mantiveram o processo de subdivisão mais contido) e identificar, conseqüentemente, os municípios que, mais subdivididos, seriam foco do estudo de caso.

Identificados os municípios que mais se subdividiram em cada um dos estados a hierarquia de seleção usada foi selecionar exatamente os que sofreram o maior número de subdivisões. Por exemplo, no estado do Pará, analisando os desmembramentos que ocorreram após 1988, tem-se que 25 municípios se subdividiram em apenas mais um município, 13 se subdividiram em mais dois outros e somente dois municípios tiveram mais três municípios criados a partir de seu território (Anexo F). Esses últimos então, foram os selecionados para compor o estudo de caso, exatamente por se constituírem nos municípios que mais sofreram fragmentação territorial.

Aplicando-se o critério estabelecido, restaram 61 municípios (sendo 13 destes antigos e 48 novos) divididos entre os 9 estados que compõem a Amazônia Legal, sobre os quais será empreendida a análise da qualidade de vida. A distribuição do número de municípios por estado ficou da seguinte maneira: 8 no Acre, 7 no Tocantins, 9 no Amapá, 8 no Pará, 6 no Amazonas, 6 em Rondônia, 4 em Roraima, 6 no Mato Grosso e 7 no Maranhão. (Tabela 23, Gráfico 8 e Figura 1).

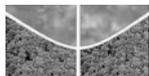


Tabela 16 - Municípios criados após 1988, mais desmembrados que serão foco do estudo de caso

|     | UF | Municípios Antigos   |     | Municípios Novos         |
|-----|----|----------------------|-----|--------------------------|
| 1.  | AC | Cruzeiro do Sul      | 1.  | Cruzeiro do Sul          |
|     |    |                      | 2.  | Marechal Thaumaturgo     |
|     |    |                      | 3.  | Porto Walter             |
|     |    |                      | 4.  | Rodrigues Alves          |
| 2.  | AC | Rio Branco           | 5.  | Rio Branco               |
|     |    |                      | 6.  | Bujari                   |
|     |    |                      | 7.  | Capixaba                 |
|     |    |                      | 8.  | Porto Acre               |
| 3.  | AM | Careiro              | 9.  | Careiro                  |
|     |    |                      | 10. | Careiro da Várzea        |
| 4.  | AM | Ipixuna              | 11. | Ipixuna                  |
|     |    |                      | 12. | Guajará                  |
| 5.  | AM | Novo Aripuanã        | 13. | Novo Aripuanã            |
|     |    |                      | 14. | Apuí                     |
| 6.  | AP | Macapá               | 15. | Macapá                   |
|     |    |                      | 16. | Cutias                   |
|     |    |                      | 17. | Ferreira Gomes           |
|     |    |                      | 18. | Itaubal                  |
|     |    |                      | 19. | Pedra Branca do Amapari  |
|     |    |                      | 20. | Porto Grande             |
|     |    |                      | 21. | Santana                  |
|     |    |                      | 22. | Serra do Navio           |
|     |    |                      | 23. | Tartarugalzinho          |
| 7.  | MA | Imperatriz           | 24. | Imperatriz               |
|     |    |                      | 25. | Cidelândia               |
|     |    |                      | 26. | Davinópolis              |
|     |    |                      | 27. | Governador Edison Lobão  |
|     |    |                      | 28. | São Francisco do Brejão  |
|     |    |                      | 29. | São Pedro da Água Branca |
|     |    |                      | 30. | Vila Nova dos Martírios  |
| 8.  | MT | Diamantino           | 31. | Diamantino               |
|     |    |                      | 32. | Brasnorte                |
|     |    |                      | 33. | Campo Novo do Parecis    |
|     |    |                      | 34. | Lucas do Rio Verde       |
|     |    |                      | 35. | Nova Mutum               |
|     |    |                      | 36. | Tapurah                  |
| 9.  | PA | Itaituba             | 37. | Itaituba                 |
|     |    |                      | 38. | Jacareacanga             |
|     |    |                      | 39. | Trairão                  |
|     |    |                      | 40. | Novo Progresso           |
| 10. | PA | São João do Araguaia | 41. | São João do Araguaia     |
|     |    |                      | 42. | Bom Jesus do Tocantins   |
|     |    |                      | 43. | Brejo Grande do Araguaia |
|     |    |                      | 44. | São Domingos do Araguaia |
| 11. | RO | Ariquemes            | 45. | Ariquemes                |
|     |    |                      | 46. | Alto Paraíso             |
|     |    |                      | 47. | Cacaulândia              |
|     |    |                      | 48. | Machadinho d'Oeste       |
|     |    |                      | 49. | Monte Negro              |
|     |    |                      | 50. | Rio Crespo               |
| 12. | RR | Boa Vista            | 51. | Boa Vista                |
|     |    |                      | 52. | Amajari                  |
|     |    |                      | 53. | Pacaraima                |
|     |    |                      | 54. | Uiramutã                 |
| 13. | TO | Tocantinópolis       | 55. | Tocantinópolis           |
|     |    |                      | 56. | Aguiarnópolis            |
|     |    |                      | 57. | Cachoeirinha             |
|     |    |                      | 58. | Darcinópolis             |
|     |    |                      | 59. | Luzinópolis              |
|     |    |                      | 60. | Maurilândia do TO        |
|     |    |                      | 61. | Palmeiras do TO          |

Fonte: IBGE (2003<sup>a</sup>)

Nota: Informações especiais fornecidas em junho de 2003.

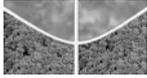
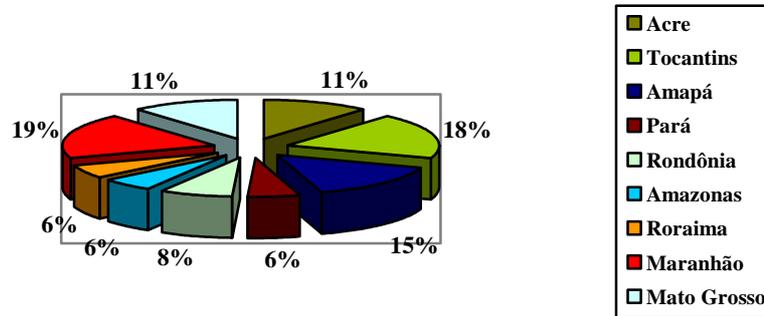


Gráfico 8 – Número de municípios que mais se desmembraram por estado na Amazônia Legal



Fonte: IBGE (2003a)

Nota: Informações especiais fornecidas em junho de 2003.

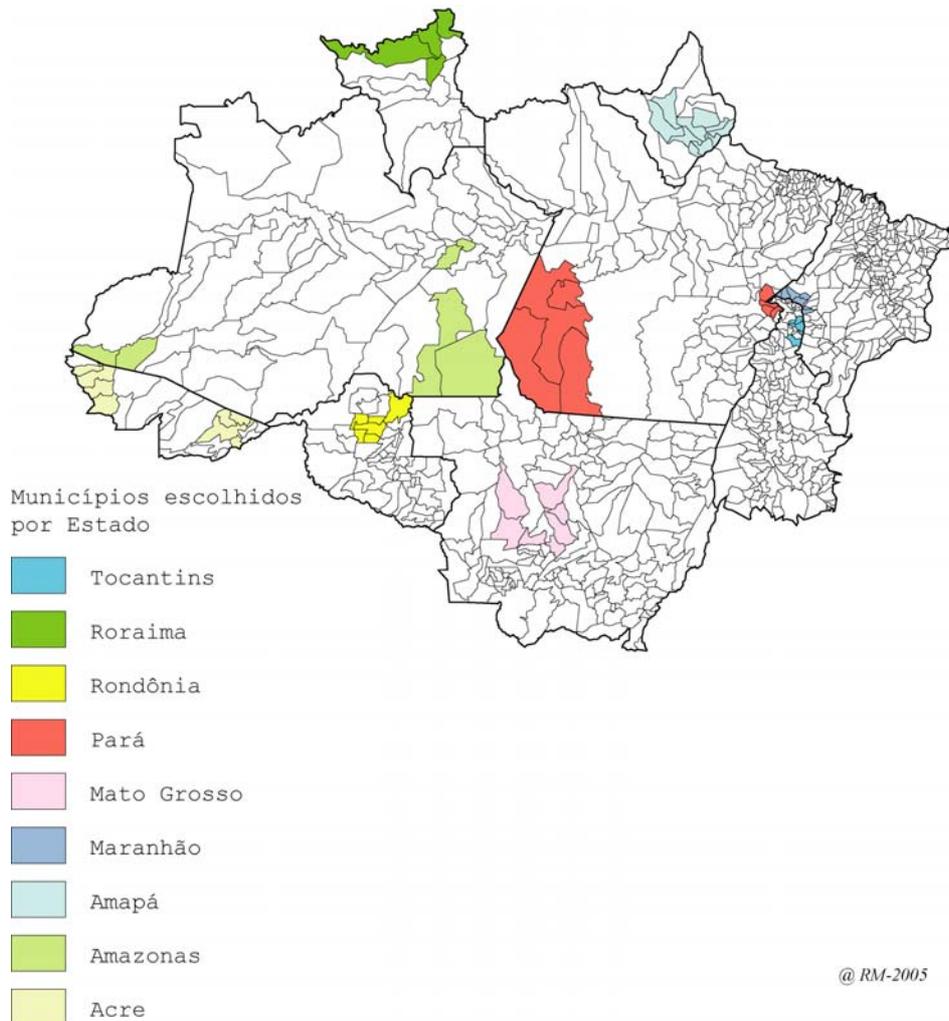
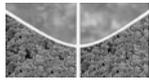


Figura 23 - Localização dos municípios foco do estudo de caso – malha municipal



Como ao longo do presente trabalho se buscará estabelecer uma comparação entre os indicadores de qualidade de vida nos municípios da Amazônia Legal criados após 1988 e nos municípios dos quais estes foram desmembrados<sup>60</sup>, elaborou-se, a partir de informações especiais fornecidas pelo IBGE em junho de 2003, uma relação dos municípios que deram origem aos que serão foco do estudo de caso (Tabela 12).

Uma vez selecionados os municípios que irão compor o estudo de caso, passou-se à elaboração dos indicadores que nortearão a análise da qualidade de vida nestes. No entanto, mesmo considerando que a discussão dos critérios e indicadores seja um aspecto da metodologia, optou-se por deixar para apresentá-la logo após a discussão sobre os 334 novos municípios criados na Amazônia Legal após 1988.

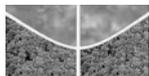
## **6.2 SELEÇÃO DOS INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA**

O processo de escolha dos indicadores para a análise da qualidade de vida proposta para ser desenvolvida ao longo desta tese se baseou em duas vertentes: uma foi o levantamento geral dos indicadores mais usados pelos diversos autores e organizações para medir a qualidade de vida, discutido no marco conceitual, que mostrou os indicadores mais comumente utilizados e que apareceram nas obras analisadas (destacaram-se entre estes: saneamento, educação, emprego, meio ambiente, saúde, receita, infra-estrutura, segurança e moradia); a outra, foi procurar selecionar dados que, em conjunto, melhor expressassem a qualidade de vida de uma certa localidade. Além disso, buscou-se levar em consideração as características dos municípios que mais sofreram subdivisões e o perfil de necessidades principais da população destas localidades.

Tendo em vista o objetivo principal desta pesquisa, foram escolhidos para serem analisados no contexto dos novos municípios e dos antigos que deram origem a estes, indicadores correspondentes a quatro temas principais: saúde, educação, saneamento e economia, que contribuirão para a construção de um diagnóstico geral das condições de vida nas novas cidades amazônicas. Estes temas, por sua vez, seguindo as dimensões de sustentabilidade apontadas por Sachs (comentadas no capítulo 2) foram distribuídos em três

---

<sup>60</sup> A análise da presente tese abrange municípios criados desde 1635 (quando foi criado o primeiro município da Região Norte, Cametá – PA) até 2001 (quando foram criados 13 municípios no Mato Grosso).



dimensões: social, ambiental, econômica. Os quatro temas principais, as dimensões em que estão inseridos e suas respectivas variáveis podem ser verificados na tabela a seguir.

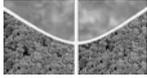
Tabela 17 - Indicadores selecionados para medir a qualidade de vida nos novos municípios da Amazônia Legal, a partir dos dados dos censos de 1980 e 2000

|  |
|--|
| <b>DIMENSÃO SOCIAL</b>   |
| • <b>Saúde</b>   |
| (1) Número de leitos hospitalares por habitante                    |
| • <b>Educação</b>  |
| (1) Pessoas de 5 anos ou mais por anos de estudo                   |
| <b>DIMENSÃO AMBIENTAL</b>  |
| • <b>Saneamento</b>  |
| (1) Domicílios particulares permanentes, por abastecimento de água |
| <b>DIMENSÃO ECONÔMICA</b>  |
| • <b>Economia</b>  |
| (1) Pessoas de 10 anos ou mais, por rendimento médio mensal        |

A fonte principal destes dados são os censos demográficos do IBGE de 1980 e 2000, com exceção do indicador saúde, cujas informações foram retiradas da Pesquisa Assistência Médico-Sanitária (AMS) também realizada pelo IBGE com apoio do Ministério da Saúde, por meio do Projeto de Reforço à Reorganização do Sistema Único de Saúde (REFORSUS), e correspondem aos anos de 1981 e 2002. A escolha dos censos demográficos do IBGE para basear a análise dos indicadores de qualidade de vida deveu-se à importância destes como instrumento de avaliação da realidade demográfica e socioeconômica dos municípios e como elemento básico para subsidiar e orientar as políticas públicas.

A visão geral dos indicadores mais comumente utilizados, adquirida a partir do desenvolvimento do referencial teórico, contribuiu para a identificação dos indicadores a serem utilizados na análise do estudo de caso; já em relação às variáveis que representariam cada um dos temas procurou-se selecionar as que, apresentadas de maneira igual nos dois censos, pudessem ser comparadas.

Para se chegar a essas variáveis que, em conjunto, irão expressar a qualidade de vida nos novos municípios na Amazônia Legal, percorreu-se um longo caminho. A comparação dos censos de 1980 e 2000, como já era de se esperar, não foi nada fácil, tendo em vista a mudança de metodologia e os avanços que o censo sofreu ao longo destas duas décadas.



No censo de 1980, disponível apenas em formato convencional em papel, as características pesquisadas foram reduzidas. No que diz respeito à saúde, por exemplo, foram levantadas apenas informações sobre fecundidade (mulheres de 15 anos ou mais que tiveram filhos, filhos tidos e nascidos vivos). Em relação à educação, foram levantados somente dados relativos a anos de estudo e grau do curso completo. Já o censo de 2000 englobou um número significativamente maior de variáveis que abarcaram um universo mais completo da população. Com novas metodologias aliadas a inovações tecnológicas, os dados coletados pelo censo 2000 tiveram maior precisão (já que houve uma diminuição nas margens de erro) e puderam ser disseminados com maior velocidade<sup>61</sup>.

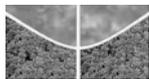
Além disto, cabe destacar, outra dificuldade encontrada foi que, nos dois censos, as variáveis, embora tratando do mesmo tema, apresentavam diferenciações na forma de apresentação. Procurou-se, assim, adequar as variáveis de maneira que elas se tornassem mais semelhantes, e pudessem ser comparadas.

Em relação à renda, a variável escolhida para ser investigada foi *Pessoas de 10 anos ou mais, por rendimento mensal*. No censo de 1980, os dados sobre esta variável se apresentavam divididos em 13 classes: Rendimento Médio Mensal Total, Até ¼, Mais de ¼ a ½, Mais de ½ a 1, Mais de 1 a ½, Mais de 1 ½ a 2, Mais de 2 a 3, Mais de 3 a 5, mais de 5 a 10, Mais de 10 a 20, Mais de 20, Sem Rendimento e Sem Declaração. Já no censo 2000, a mesma informação se encontrava mais compartimentada, sendo apresentada somente sob a forma de 9 classes de rendimento médio mensal: Rendimento Mensal Total, Até 1 Salário Mínimo, Mais de 1 a 2 Salário Mínimo, Mais de 2 a 3 Salários Mínimos, Mais de 3 a 5 Salários Mínimos, Mais de 5 a 10 Salários Mínimos, Mais de 10 a 20 Salários Mínimos, Mais de 20 Salários Mínimos e Sem Rendimento. Já no censo de 2000, a mesma informação se encontrava dividida em um número menor de classes de rendimento.

Optou-se por seguir então, a subdivisão apresentada no censo 2000 e efetuou-se a soma de algumas das classes do Censo de 1980, para que estas correspondessem às do Censo

---

<sup>61</sup> “Para garantir a confiabilidade de seus resultados e alcançar os melhores níveis de qualidade e transparência em todas as etapas de execução do Censo 2000, foram utilizadas modernas tecnologias, como o mapeamento digital dos municípios com mais de 25 mil habitantes, escaneamento e leitura ótica dos questionários, controles gerencial e operacional via Internet, entre outras inovações tecnológicas que possibilitaram aos usuários dos dados censitários e à sociedade, em geral, o acompanhamento de cada etapa da operação e o acesso aos resultados em curto prazo, por meio das mais modernas mídias de comunicação e disseminação de informações” (IBGE, 2000).

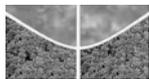


de 2000. Para se chegar ao total da classe *Até 1 Salário Mínimo* do Censo de 2000, foram somadas as seguintes classes do Censo de 1980: *Até ¼*, *Mais de ¼ a ½*, *Mais de ½ a 1* e *Mais de 1 a ½*. Já para se chegar à classe *Mais de 1 a 2 Salários Mínimos* do Censo 2000, somaram-se as classes *Mais de 1 a ½* e *Mais de 1 ½ a 2*, referentes ao Censo de 1980 (Anexo G).

Tendo em vista, no entanto, a quantidade de classes existentes e a impossibilidade de se utilizar todas elas para analisar os 61 municípios foco do estudo de caso, optou-se por escolher apenas três classes que melhor sintetizassem este indicador. Uma observação geral nos dados mostrou que as classes mais representativas do conjunto dos municípios selecionados eram: *Até 1 Salário Mínimo*, *Mais de 1 a 2 Salário Mínimo* e *Mais de 2 a 3 Salário Mínimo*. Para se comprovar a hipótese, realizou-se uma soma dos valores referentes às três classes para ver o quanto elas representavam em relação ao total. Em quase todos os municípios, com exceção de Rio Branco (AC) e Cruzeiro do Sul (AC), a soma dos valores referentes às três classes representava mais de 70% do valor total do município (Anexo H).

Em relação ao indicador de educação, cuja variável escolhida para a análise foi *Pessoas de 5 Anos ou mais por Anos de Estudo*, também foi necessário fazer alguns ajustes para que os dados do Censo de 1980 pudessem ser comparados aos do Censo de 2000. Assim como os dados de renda, os referentes aos anos de estudo no censo de 1980 também se encontravam bastante divididos, com 21 subitens: Total, Sem Instrução e menos de 1 ano, 1 ano, 2 anos, 3 anos, 4 anos, 5 anos, 6 anos, 7 anos, 8 anos, 9 anos, 10 anos, 11 anos, 12 anos, 13 anos, 14 anos, 15 anos, 16 anos, 17 ou mais, Não Determinados e Sem Declaração. No Censo 2000, os dados sobre anos de estudo também se encontravam mais compartimentados, tendo sido reunidos em apenas 8 grupos de anos de estudo: Total, Sem Instrução e menos de 1 ano, 1 a 3 anos, 4 a 7 anos, 8 a 10 anos, 11 a 14 anos, 15 ou mais, Não Determinados.

Para igualar os dados do Censo de 1980 aos do Censo de 2000, cuja apresentação se encontrava sob a forma de sete grupos de anos de estudo, somaram-se os seguintes grupos de anos de estudo que se encontravam separados no Censo de 1980: 1 ano, 2 anos e 3 anos, para equivaler ao grupo de 1 a 3 anos do Censo de 2000; 4 anos, 5 anos, 6 anos e 7 anos, para equivaler ao grupo de 4 a 7 anos; 8 anos, 9 anos e 10 anos, para equivaler ao grupo de 8 a 10 anos; 11 anos, 12 anos, 13 anos e 14 anos, para se igualar ao grupo de 11 a 14 anos e, por



fim, 15 anos, 16 anos e 17 ou mais, para corresponder ao grupo de 15 anos ou mais do Censo de 2000 (Anexo I).

Como ocorreu com os dados de renda, em virtude da grande quantidade de informações que teriam de ser analisadas caso fossem considerados todos os grupos de estudo, buscou-se definir para este indicador também três grupos de anos de estudo que fossem mais representativos nos municípios analisados. Entre as classes que apresentavam maior valor em relação ao total, estavam: Sem Instrução e menos de 1 ano de estudo, 1 a 3 anos, 4 a 7 anos e 8 a 10 anos. Para se chegar a três classes, procurou-se nos dois censos de 1980 e 2000, somar os valores dos grupos 1 a 3 anos e 4 a 7 anos. Restaram então três classes: Sem Instrução e menos de 1 ano, 1 a 7 anos (que correspondiam aos que estavam cursando o 1º grau) e 8 a 10 anos (que incluía os que estavam acabando o 1º grau e passando para o 2º)<sup>62</sup> (Anexo J).

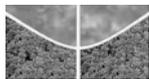
Para o indicador saneamento, cuja variável escolhida foi *Domicílios particulares permanentes, por abastecimento de água*, como os dados do Censo de 1980 e 2000 correspondiam, não foi necessário fazer nenhum ajuste. Para se chegar à porcentagem de domicílios ligados a cada uma das formas de abastecimento de água, o cálculo utilizado foi a divisão do total de domicílios particulares permanentes pela população com acesso à água.

Por fim, para o indicador de saúde, foi escolhida como variável o *Número de Leitos por Habitante*, e a fonte utilizada foi a Pesquisa Assistência Médico-Sanitário referente aos anos de 1981 e 2002. O método de cálculo usado foi:

$$\frac{\text{número de leitos hospitalares públicos e privados}}{\text{população total residente}} \times 1.000 \text{ hab.}$$

Uma vez definidas as variáveis a serem utilizadas na análise de qualidade de vida nos novos municípios da Amazônia Legal, passou-se à definição da forma como poderiam ser

<sup>62</sup> A Lei de Diretrizes e Bases para a educação brasileira (BRASIL, 1996) estabelece que a educação escolar compõe-se de dois grandes segmentos: a educação básica, que compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio; e a educação superior. Em particular, o ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, tem por objetivo a formação básica.



comparados os dados dos indicadores dos municípios de origem em 1980 com os dos novos municípios que deles foram desmembrados em 2000.

Favero (2004), em sua análise dos municípios paulistas sob o ponto de vista dos indicadores IDH-M e IPRS, compara os dados dos municípios de origem (referentes ao ano de 1991) com os dados dos municípios que deles se desmembraram (referentes ao ano de 2000). Este tipo de comparação, no entanto, mostra-se inviável à medida que se considera que os municípios de origem passaram por uma série de transformações (em termos de extensão territorial, em relação à demografia) após os vários desmembramentos que foram ocorrendo em seu território ao longo dos anos, o que inviabiliza sua comparação direta com os municípios que deles foram desmembrados; estes, por sua vez, também apresentam área e população diferentes e, geralmente, muito inferiores às do município de origem.

Por estas razões, a forma mais adequada para se estabelecer uma comparação viável entre os municípios antigos e os novos foi realizar uma soma dos valores dos municípios que foram desmembrados, chegando-se a um valor total que pôde então ser comparado aos dados dos municípios de onde estes foram originados. A partir dessa soma, foi possível obter uma visão total do território, que englobava não somente o município de origem (que em 2000 já se encontrava modificado pelos desmembramentos sofridos), mas também os novos municípios que destes foram desmembrados, como pode ser visualizado na Figura 24, onde é apresentado o exemplo do município de Rio Branco.

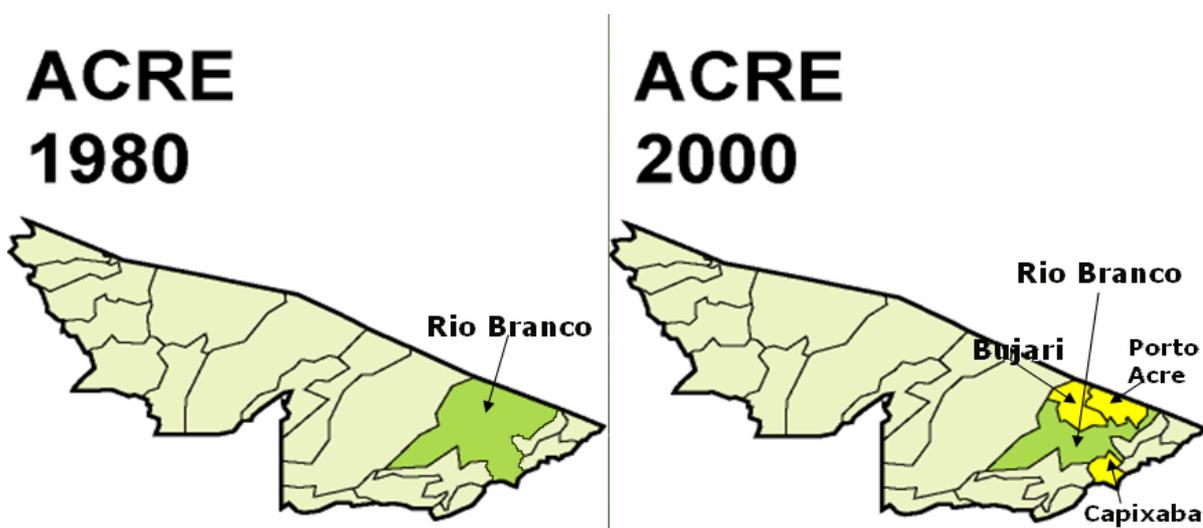
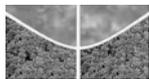


Figura 24 - Base para se estabelecer uma comparação viável dos dados do censo de 1980 e 2000 – consideração da totalidade do território

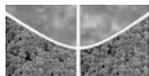


Quanto aos indicadores de renda e anos de estudo, nos quais foram usados os números brutos, para se chegar às porcentagens utilizadas na análise de qualidade de vida, seguiram-se algumas etapas: para se obter as porcentagens referentes a 1980 foram somados os valores referentes a cada uma das três classes selecionadas, no município de origem (em 1980), e chegou-se a um valor total; os valores referentes a cada uma das classes foi dividido por esse valor total encontrado a partir da soma das três classes; dessa divisão resultou a porcentagem referente ao município de origem em 1980<sup>63</sup>.

Já para se obter as porcentagens referentes a 2000, observaram-se as seguintes etapas: foram somados os valores de cada uma das três classes nos municípios de origem (em 2000) e em todos os municípios que destes foram desmembrados chegando-se a um valor para cada uma das classes; somaram-se a seguir os valores dessas três classes, obtendo-se um total; o valor de cada uma das classes foi dividido pelo total obtido com a soma das três classes, chegando-se então à porcentagem. Com as porcentagens referentes ao município de origem em 1980 e as porcentagens dos municípios de origem em 2000, somadas a de todos os municípios que destes foram desmembrados também em 2000, pôde-se realizar as devidas comparações entre os indicadores de qualidade de vida selecionados para a análise dos municípios, foco do estudo de caso da presente tese.

---

<sup>63</sup> Tendo em vista não ser tão fácil a compreensão de todas as etapas que tiveram de ser realizadas para se chegar às porcentagens utilizadas nas análises dos indicadores de qualidade de vida, um modelo de como foram realizados os cálculos se encontra em anexo (Anexo k). Esse modelo foi utilizado para todos os 13 municípios antigos e 61 novos municípios, foco do estudo de caso da presente tese.



# 7

## ANÁLISE DA QUALIDADE DE VIDA NOS NOVOS MUNICÍPIOS

Uma vez selecionados os municípios a serem analisados e definidos os indicadores que permitirão traçar um perfil dos novos municípios criados e dos que deram origem a estes na Amazônia Legal, no que diz respeito à melhoria ou agravamento da qualidade de vida da população, será apresentada, neste capítulo, a avaliação dos números relativos aos indicadores selecionados nos censos de 1980 e 2000 (com exceção do indicador saúde, para o qual serão considerados os dados de 1981 e 2002). Antes porém, cabe traçar breve caracterização demográfica dos municípios que mais se subdividiram, selecionados para compor o estudo de caso da presente tese.

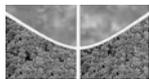
### 7.1 CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA E HISTÓRIA DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS

Em termos demográficos, uma análise nos dados sobre a população total dos municípios que mais se subdividiram após 1988 mostra que 45,90% deles possuíam população na faixa de 2.000 a 10.000 habitantes. Destes, cabe ressaltar, os únicos quatro municípios que se encontravam na faixa de população superior a 100.000 habitantes eram Imperatriz e as capitais Macapá, Rio Branco e Boa Vista (Tabela 18 e Anexo L).

Tabela 18 – Número de municípios que mais sofreram subdivisões na Amazônia Legal, segundo as classes de tamanho da população – 2000

| Classe de tamanho da população dos municípios que mais se subdividiram (habitantes) | Número de municípios |        |
|---|----------------------|--------|
|   | Total absoluto       | %      |
| Total   | 61                   | 100,00 |
| De 2.000 a 10.000   | 28                   | 45,90  |
| De 10.001 a 20.000  | 25                   | 40,98  |
| De 60.001 a 100.000   | 4                    | 6,56   |
| Mais de 100.001   | 4                    | 6,56   |

Fonte: Censo demográfico – IBGE (2000)



Quanto ao grau de urbanização, a maior parte deles (33) possuía valores inferiores a 50%. Dentre os municípios com grau de urbanização superior a 50%, a maioria se encontrava nos estados do Tocantins e do Mato Grosso (Anexo M).

Semelhantemente ao que foi feito na análise dos 9 estados da Amazônia Legal cabe traçar um breve perfil dos municípios que mais se subdividiram e que serão analisados ao longo deste capítulo sob o ponto de vista dos quatro indicadores de qualidade de vida e com base nos dados do censo de 1980 e 2000. Os dados sobre a área territorial dos municípios em 1980 e em 2000 têm como fonte o IBGE e foram retiradas do Banco de Dados IPEA/DATA, disponível no site do Ipea (2005). As informações sobre área territorial e densidade demográfica em 2000 foram retiradas do Atlas do IDH 2000, e a história dos municípios do site da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e do IBGE<sup>64</sup>.

## **ACRE**

### **Cruzeiro do Sul (município de origem)**

Com população total de 67.441 habitantes, a maior parte concentrada na área urbana (Gráfico 9), o município de Cruzeiro do Sul é um dos mais antigos do estado do Acre, tendo seu território sido alterado com o desmembramento dos municípios de Porto Walter, Marechal Thaumaturgo e Rodrigues Alves, todos ocorridos em 01/01/1993. Sua área de 24.401,00 km<sup>2</sup> em 1980<sup>65</sup>, reduziu-se para 7.848,4 km<sup>2</sup> em 2000 (IPEA, 2005). Distante 593,8 km da capital Rio Branco, a cidade de Cruzeiro do Sul limita-se ao norte com o estado do Amazonas, a oeste com o município de Tarauacá, ao sul com Porto Walter e a leste com a República do Peru e os municípios de Rodrigues Alves e Mâncio Lima.

---

<sup>64</sup> IBGE. Documentação Territorial do Brasil. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>.

<sup>65</sup> Os dados sobre as áreas geográficas dos municípios em 1980 têm como fonte o IBGE e se encontram no Banco de Dados IPEA/DATA, disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?364531015>>.

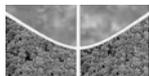
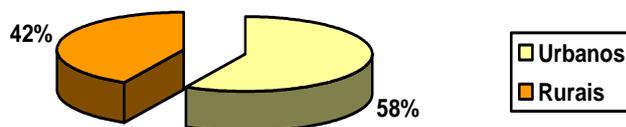


Gráfico 9 – Porcentagem da população de Cruzeiro do Sul por situação do domicílio - 2000



Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

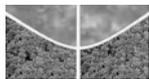
Segundo dados da Confederação Nacional dos Municípios (CNM, 2006), os primeiros habitantes de Cruzeiro do Sul foram índios (49 tribos) que habitavam o vale do Juruá, trecho onde está localizada atualmente a cidade de Cruzeiro do Sul<sup>66</sup>. Em 1857, teve início uma série de expedições que proporcionaram o início do povoamento da região pelos brasileiros e que se concluiu com a formação dos seringais, pela grande imigração de nordestinos ocorrida em virtude da seca que fez essa população abandonar os sertões no decorrer dos anos de 1877 a 1888. Em 1898, os primeiros caucheiros<sup>67</sup> (seringueiros) peruanos começaram a se dirigir também para a região e, em 1902, vários choques entre brasileiros e peruanos tiveram início. Com o Tratado de Petrópolis, firmado em 17 de novembro de 1903, a região passou definitivamente ao Brasil (SOUZA, 2003).

O município foi criado em 28 de setembro de 1904 (25 dias após a instalação do município mais antigo do estado, Rio Branco) quando foi autorizada a transferência da Sede do Departamento do Alto Juruá<sup>68</sup> para Cruzeiro do Sul, no local primitivamente ocupado sob a denominação de Seringal “Centro Brasileiro”. Em 1906, pelo Decreto n.º 34, de 31 de maio, foi elevada à categoria de município (CNM, 2006).

<sup>66</sup> Atualmente ainda se encontram remanescentes de uma destas tribos na região que compreende o Parque Nacional da Serra do Divisor.

<sup>67</sup> Caucho - árvore da família das moráceas cujo látex dá uma borracha inferior; goma elástica.

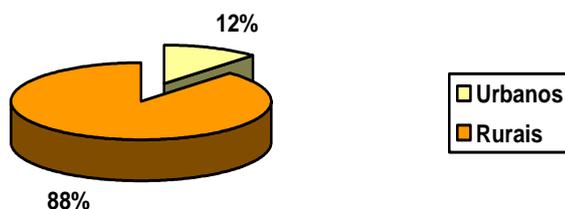
<sup>68</sup> Após 1903, como já comentado anteriormente, o Brasil adquiriu o Acre (por intermédio do Tratado de Petrópolis) e este passou a constituir o Território Federal do Acre, sendo dividido em três departamentos administrativos: o do Alto Acre, o do Alto Purus, e do Alto Juruá.



## Marechal Thaumaturgo

Segundo o censo demográfico, a população residente total do município em 2000 era de 8.295 habitantes. Destes, a maior parte se encontrava concentrada na área rural, 7.310 habitantes, e apenas 985 residentes na área urbana (Gráfico 10). Apresentando baixa densidade demográfica, de 1,1 hab./km<sup>2</sup>, o município possuía grande extensão, com área de 7.668,9 km<sup>2</sup> em 2000. Fazendo limites com os municípios de Tarauacá, Porto Walter, Jordão e com a República do Peru, Marechal Thaumaturgo se localiza a uma grande distância da capital, 558 km (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2003).

Gráfico 10 – Porcentagem da população de Marechal Thaumaturgo por situação do domicílio - 2000



Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

O município de Marechal Thaumaturgo foi desmembrado de Cruzeiro do Sul pela Lei nº 1.029 de 28 de abril de 1992, posteriormente modificada pelas leis nº 1.540, de 29 de janeiro de 2004 e nº 1.571, de 23 de julho de 2004. O território inicial do município pertencia à República Federativa do Peru, como ressalta o registro da CNM (2006).

## Porto Walter

A população total do município era de 5.485 de habitantes, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2000). Analisando a distribuição da população conforme a situação dos domicílios, tem-se que 1.441 habitantes eram urbanos e a maior parte, 4.044 habitantes, eram rurais (Gráfico 11). Desmembrado de Cruzeiro do Sul, Porto Walter possuía uma área de 6.068 km<sup>2</sup> e baixa densidade demográfica, de 0,9 hab./km<sup>2</sup>. Assim como o município de Marechal Thaumaturgo, Porto Walter também se encontra localizado a uma grande distância da capital, 573,5 km, o que faz com que enfrente grandes dificuldades de acesso. O município faz limites com Cruzeiro do Sul, Tarauacá, Marechal Thaumaturgo e a República do Peru.

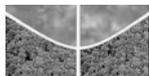
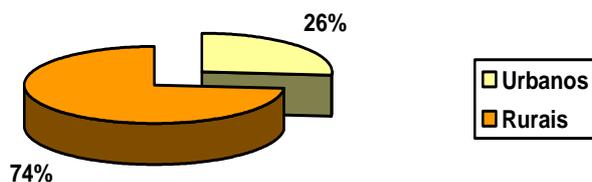


Gráfico 11 – Porcentagem da população de Porto Walter por situação do domicílio - 2000



Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

No que diz respeito à história do município, de acordo com dados da CNM (2006), os primeiros habitantes a residirem em Porto Walter foram os índios das nações Arara, Náuas, Amoaças, Kampas, Kulinas e Catianos, que até hoje habitam a região. O homem branco começou a chegar no final do século XIX, vindo principalmente do Nordeste, atraído pela extração do látex da seringueira, principal produto econômico da região. O desbravamento foi iniciado pelo coronel Absolon de Souza Moreira, que aportou no município em 1910 e lá fixou residência apropriando-se de grande número de hectares de terras, posteriormente doadas ao então prefeito do Departamento do Juruá.

Elevado à categoria de vila em 1976 pelo Decreto Estadual de nº 76, de 11 de junho, e de município em 28/04/1992 por meio da Lei nº 1.033, pelo então governador do Acre, Edmundo Pinto de Almeida Neto, Porto Walter foi instalado em 01/01/1993 (CNM, 2006).

### **Rodrigues Alves**

A população total do município era de 8.093 habitantes, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2000). Destes, 2.632 eram urbanos e 5.461 rurais (Gráfico 12). Desmembrado de Cruzeiro do Sul, o município possuía, em 2000, uma área de 3.304,5 km<sup>2</sup>, e densidade demográfica de 2,4 hab./km<sup>2</sup>. Fazendo limites com Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima e República do Peru, Rodrigues Alves se encontra a 586,1 km<sup>2</sup> de distância da capital.

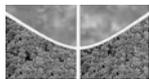
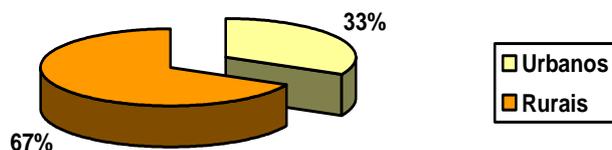


Gráfico 12 – Porcentagem da população de Rodrigues Alves por situação do domicílio - 2000



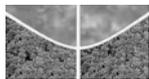
Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

As excursões ao local onde hoje se encontra o município de Rodrigues Alvez iniciaram-se em 1884, quando os primeiros exploradores aportaram na região. Os excursionistas, que chegaram com o objetivo de povoar, encontraram pelas cercanias do Rio Môa extensos bananais e grande número de índios. Inicialmente, no local onde hoje se localiza a sede do município de Rodrigues Alves, encontrava-se a Sede do Seringal Buritizal. Por volta de 1914 e 1916, o local passou a ser denominado Seringal Florianópolis, onde trabalhavam seis famílias explorando a borracha natural. No período de 1916 a 1920, o seringal foi vendido e o proprietário doou uma parte, para a implantação da colônia Rodrigues Alves. Por volta de 1940, a colônia contava com aproximadamente 25 famílias, que viviam da exploração da borracha e agricultura de subsistência. Em 1960, a Petrobras passou a procurar petróleo no local e, embora nada tenha sido encontrado, foram gerados vários empregos e a circulação de dinheiro aumentou, atraindo várias famílias para a colônia, que na mesma época foi transformada na Vila de Cruzeiro do Sul e passou a ser administrada por um subprefeito (CNM, 2006).

Em 1991, por meio de plebiscito, a vila Rodrigues Alves passou a município, tendo sido realizadas em 1992 eleições para escolha de prefeito e vereadores. O município de Rodrigues Alves, desmembrado dos municípios de Mâncio Lima e Cruzeiro do Sul, é criado pela Lei Estadual nº 1.032, de 28 de abril de 1992, sendo instalado em 01/01/1993.

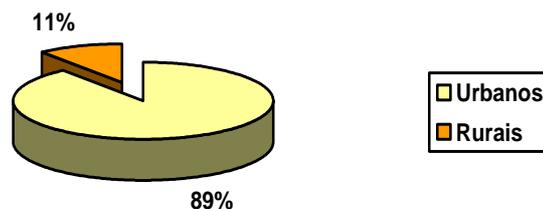
### **Rio Branco (município de origem)**

A capital do estado, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2000), tinha população total de 253.059 habitantes. Conforme a situação do domicílio, a maior parte da população era urbana (226.298) e apenas 26.761 rural (Gráfico 13). De Rio Branco



desmembraram-se três municípios, Bujari, Capixaba, Porto Acre. A área total em 1980 era de 14.294 km<sup>2</sup>; após os desmembramentos o território reduziu-se para 9.877,2 km<sup>2</sup>, em 2000. A densidade demográfica era alta, se comparada aos demais municípios que mais se desmembraram, de 25,4 hab./Km<sup>2</sup>.

Gráfico 13 – Porcentagem da população de Rio Branco por situação do domicílio - 2000



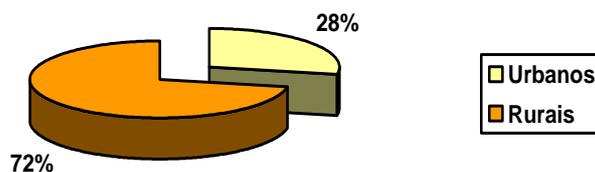
Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

A origem do município remonta a 1882, quando se iniciou a estruturação do Seringal Empresa, que marca o núcleo inicial de população do que se tornaria mais tarde a capital do estado do Acre. Nesse momento de expansão do extrativismo da borracha, quando o Acre era ainda considerado território boliviano, o Seringal Empresa, núcleo dinâmico da atividade econômica que dava lógica à invasão da floresta, vai se constituindo no núcleo de um entreposto comercial. Na disputa com a Bolívia, o exército brasileiro ocupa o território e estabelece a sede da administração acreana, em 1903, quando o Acre se torna oficialmente parte do território nacional. Em 1904, Rio Branco torna-se sede do Departamento do Alto Acre, tendo sido o município criado em 22/08/1904.

## Bujari

O município registra população total de 5.826 habitantes, a maior parte concentrada na área rural, 4.198 habitantes e somente 1.628 na área urbana, de acordo com o censo demográfico do IBGE (2000) (Gráfico 14). Desmembrado da capital, Rio Branco, o município de Bujari possuía, em 2000, área de 3.426,2 km<sup>2</sup> e densidade demográfica de 1,7 hab./km<sup>2</sup>. Bastante próximo à capital (22,3 km), Bujari se localiza às margens da BR-364.

Gráfico 14 – Porcentagem da população de Bujari por situação do domicílio - 2000



Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

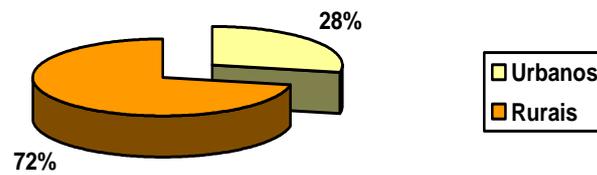
Bujari, ao contrário da maior parte dos municípios do Acre criados junto aos rios, tem sua história ligada à BR-364, tendo surgido em função da construção desta estrada. Sua origem está relacionada também ao extrativismo vegetal, tendo sido o local onde hoje se encontra o município uma área de concentração de seringueiras chamada "Bujari", que pertencia ao Seringal Empresa, fundado por um cearense em 1882. Quando o Acre foi elevado à categoria de Estado, residiam, em Bujari, três famílias que viviam da borracha e da agricultura. O primeiro avanço populacional considerável ocorreu em 1969, em virtude da construção da BR-364, que fez com muitas famílias começassem a se instalar às margens da estrada. O segundo deu-se quando famílias que haviam sido obrigadas a afastar suas residências da BR-364 receberam lotes urbanos numa área de dez hectares de terras compradas pelo governador.

A criação do município deu-se pela Lei nº 1.031, de 28 de abril de 1992, modificada pelas Leis nº 1.542, de 29 de janeiro de 2004 e nº 1.572, de 23 de julho de 2004. a instalação do município se dá em 01/01/1993.

## Capixaba

Em 2000, o município de Capixaba possuía uma população total de 5.206 hab., estando a maior parte desses, 3.685 hab., concentrada na área rural (Gráfico 15). Fazendo limite com os municípios de Plácido de Castro, Xapuri, Rio Branco e com a Bolívia, Capixaba possuía, em 2000, uma área de 1.717 km<sup>2</sup>. Seu território foi desmembrado do município de Rio Branco. Com densidade demográfica de 3,0 hab./km<sup>2</sup>, encontra-se localizado a 68 km da capital do estado, Boa Vista.

Gráfico 15 – Porcentagem da população de Capixaba por situação do domicílio - 2000



Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

Com a falência dos seringais nativos, aos poucos começaram a surgir aglomerações de ex-seringueiros que posteriormente transformaram-se em vilas. Assim nasceu o atual município de Capixaba. A vila formou-se no antigo Seringal Gavião e foi denominada Vila Gavião. Com a implantação da Escola Estadual Argentina Pereira Feitosa, fundada por volta de 1962, e de uma Igreja católica, começou a surgir a pequena vila que era habitada principalmente por ex-seringueiros. Por volta da década de 70, começou a migração de pessoas advindas principalmente do sul do país, motivada pelo início no Acre, com o incentivo do governo estadual, da implantação de grandes fazendas (latifúndios) de criação de gado. Com o passar do tempo, todos começaram a chamar a antiga Vila Gavião de Vila Capixaba, que, transformado em município, permaneceu com esse nome, tendo sido criado em 28/04/1992 e instalado em 1º de janeiro de 1993.

### **Porto Acre**

O município de Porto Acre apresentava, em 2000, uma população total de 11.418 habitantes. Analisando-se a distribuição dessa população por situação do domicílio, 10.125 habitantes estavam na área rural e somente 1.293 na área urbana (Gráfico 16). Com uma área total de 2.913,6 km<sup>2</sup>, em 2000, o município também possuía uma baixa demográfica, de 6,2 hab./km<sup>2</sup>. Seu território foi desmembrado do município de Rio Branco.

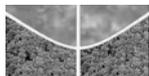
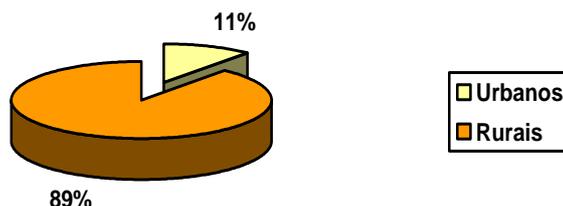


Gráfico 16 – Porcentagem da população de Porto Acre por situação do domicílio - 2000



Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

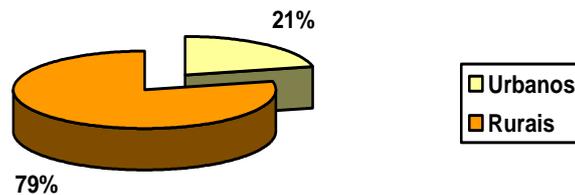
Ocupado por migrantes nordestinos no século XIX e tendo como atrativo a extração da borracha, o município de Porto Acre apresenta-se no contexto histórico do estado como marco na luta pela independência de seu povo. Por localizar-se estrategicamente na rota da borracha, o município foi local de batalhas da Revolução Acreana. Além disso, foi sede da delegacia boliviana, denominado Puerto Alonso e capital do estado independente proclamado por Luís Galvez Rodrigues de Arias. O município de Porto Acre foi criado em 28/04/1992 e instalado em 01/01/1993.

## AMAZONAS

### Careiro (município de origem)

O município possuía uma população total de 27.554 habitantes, estando a maior parte desses, 21.677, concentrada na área rural (Gráfico 17). Localizado na região do rio Negro-Solimões e fazendo limite com os municípios de Borba, Autazes, Manaus, Manaquiri, Iranduba e Itacoatiara, Careiro tinha uma área total em 1980 de 6.610 km<sup>2</sup> que após os desmembramentos de seu território do município de Careiro da Várzea passou para 6.097,4 km<sup>2</sup>.

Gráfico 17 – Porcentagem da população de Careiro por situação do domicílio - 2000



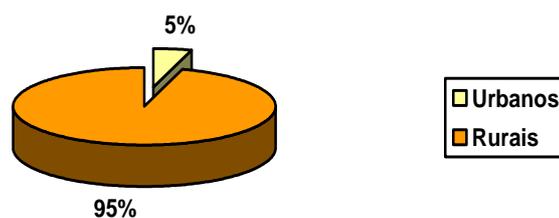
Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

Segundo a CNM (2006), registra-se como primeiro morador da região, em 1870, o caboclo Francisco Ferreira. Mas somente em 1938, por meio do Decreto Lei nº 176, cria-se no município de Manaus, o distrito do Careiro. Em 1955, é desmembrado do município de Manaus o seu território e Careiro passa a ser município autônomo. No mesmo ato, a vila do careiro, sede do município, é elevada à categoria de cidade. Em 1977, é transferida a sede do município para uma área de terra firme, no km 102 da BR-319.

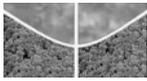
### Careiro da Várzea

Segundo dados do Censo Demográfico do IBGE (2000), o município de Careiro da Várzea possuía população total de 17.267 habitantes, estando 16.461 (portanto, a maior parte deles) na área rural e apenas 806 na área urbana (Gráfico 18). Por possuir uma área territorial relativamente exígua, de 2.631,3 km<sup>2</sup>, apresentava densidade demográfica bastante superior à dos demais municípios que mais se subdividiram na Amazônia, com 6,2 hab./km<sup>2</sup> e se encontrava localizado a 25,7 km da capital, Manaus. Seu território foi desmembrado do município de Careiro.

Gráfico 18 – Porcentagem da população de Careiro da Várzea por situação do domicílio - 2000



Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

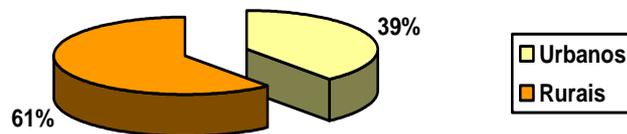


Registra-se a chegada do primeiro morador da região, em 1870. No entanto, é somente no ano de 1938, com o Decreto Lei nº 176, que o distrito de Careiro é criado no município de Manaus. Desmembrado do município de Careiro, por meio da Lei nº 1.828 de 30/12/1987, o município, sede da antiga Vila de Careiro, é criado sob a denominação Careiro da Várzea (CNM, 2006). Sua instalação se dá em 01/01/1989.

### **Ipixuna (município de origem)**

Também um município predominantemente rural, Ipixuna possui população de 14.759 habitantes, sendo 8.994 concentrados na área rural e 5.765 na área rural (Gráfico 19). Em 1980, a área do município era de 22.873 km<sup>2</sup> e após os desmembramentos de seu território do município de Guajará reduziu-se para 13.572,8 km<sup>2</sup>. Em virtude da grande extensão, Ipixuna apresentava uma baixa densidade demográfica de 1,1 hab./km<sup>2</sup>.

Gráfico 19 – Porcentagem da população de Ipixuna por situação do domicílio - 2000

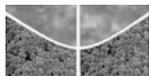


Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

A ocupação da região se dá em meados do século XIX. Em 1877, cearenses estabelecem-se às margens do rio Juruá. Em 1833, ocorre o povoamento da área localizada no centro do atual do município de Ipixuna. Em 19 de dezembro de 1955, pela Lei Estadual nº 96, o município de Ipixuna é criado a partir do desmembramento do município de Guajará, tendo sido instalado em 18/02/1956.

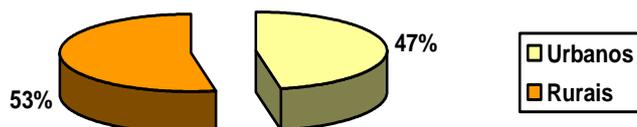
### **Guajará**

O município de Guajará apresentava, em 2000, população total de 13.220 habitantes. Analisando-se a distribuição dessa população por situação do domicílio, 7.000



estavam na área rural e 6.220 na área urbana (Gráfico 20). Com área total de 8.945,5 km<sup>2</sup>, em 2000, o município também possuía baixa demográfica, de 1,5 hab./km<sup>2</sup>. Seu território foi desmembrado do município de Ipixuna.

Gráfico 20 – Porcentagem da população de Guajará por situação do domicílio - 2000



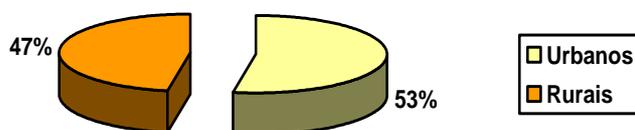
Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

No ano de 1979, o povoado de Guajará é elevado à condição de vila, e oito anos mais tarde, pelo Decreto-Lei nº 1831, à de município. Em 01/01/1989 são eleitos o primeiro prefeito do município e os nove vereadores para a Câmara Municipal e o município é instalado.

### **Novo Aripuanã (município de origem)**

Em 2000, Novo Aripuanã registrava população total de 17.119 habitantes, que se concentravam em sua maior parte na área urbana (9.054), e 8.065 na área rural (Gráfico 21). A particularidade do município estava em sua grande extensão territorial. Em 1980, a área total de Novo Aripuanã era de 61.936 km<sup>2</sup>. Após o desmembramento de um novo município de seu território, Apuí, Novo Aripuanã se manteve com uma grande extensão apresentando área de 41.393,9 km<sup>2</sup>, em 2000. Como consequência, o município possuía uma baixa densidade demográfica de apenas 0,4 hab./km<sup>2</sup>.

Gráfico 21 – Porcentagem da população de Novo Aripuanã por situação do domicílio - 2000



Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

Datam de 1637, os registros das primeiras viagens pelo rio Madeira. A história do município de Novo Aripuanã está ligada à da primeira vila em território amazonense com o nome de Borba, fundada em 1728. A economia da região desenvolve-se e torna-se exportadora de café e tabaco para Belém. Ao longo de sua história, Borba perde a condição de vila em dois momentos (1833 e 1857), sendo esta definitivamente restaurada em 1888. Em 1938, pelo Decreto-Lei Estadual nº 176, era determinada a divisão de Borba em cinco distritos. Pela Lei Estadual nº 96 de 1955, dois destes distritos eram desmembrados de Borba, passando a se constituir o município de Novo Aripuanã. Em 10/12/1956 o município é instalado.

### **Apuí**

Apuí, como os municípios de Novo Aripuanã e Guajará, também apresentava distribuição bastante próxima entre a porcentagem da população urbana e rural. Com o total de 13.864 habitantes, 7.738 estavam na área rural e 6.126 na urbana (Gráfico 22). Assim como o município de Novo Aripuanã, Apuí também possuía grande extensão territorial (54.022,3 km<sup>2</sup>) e, em consequência, baixíssima densidade demográfica - 0,3 hab./km<sup>2</sup>. Seu território foi desmembrado do município de Novo Aripuanã.

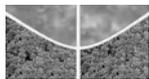
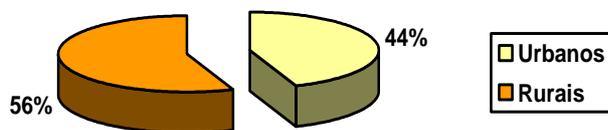


Gráfico 22 – Porcentagem da população de Apuí por situação do domicílio - 2000



Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

A história do município de Apuí está ligada à do município de Novo Aripuanã. Conforme cita a CNM (2006), à medida que avançava o povoamento do Vale do Rio Madeira, iam surgindo pólos de desenvolvimento representados pelas atuais cidades de Novo Aripuanã, Manicoré e Humaitá. Em 1955, desmembrando-se de Borba, surgia o município autônomo de Novo Aripuanã, para o qual afluíram grande número de colonos do sul do país. Em 30/12/1987, pela Lei nº 826, a área do município é emancipada, passando a constituir o novo município de Apuí, instalado em 01/01/1989.

## AMAPÁ

### Macapá (município de origem)

Segundo dados de 2000, a capital do estado do Amapá possuía população total de 283.308 habitantes, estando estes concentrados quase em sua totalidade (270.628) na área urbana, como mostra o Gráfico 23. Sua área total de 27.795 km<sup>2</sup> em 1980, após o desmembramento de oito municípios (Cutias, Ferreira Gomes, Itaubal, Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Santana, Serra do Navio e Tartarugalzinho) de seu território, reduziu-se para 6.533,1 km<sup>2</sup>, em 2000. O grande número de habitantes, aliado à pequena extensão (se comparada à de outros municípios do estado) fez com que apresentasse densidade demográfica bastante elevada, em 2000, de 43,1 hab./km<sup>2</sup>.

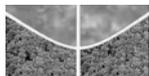
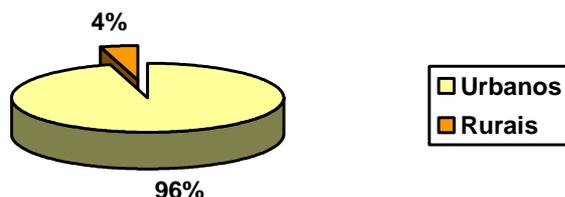


Gráfico 23 – Porcentagem da população de Macapá por situação do domicílio - 2000



Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

A história da cidade de São José de Macapá remonta à época colonial e está relacionada com a defesa e fortificação das fronteiras do Brasil e preocupação em garantir a fixação do homem às terras brasileiras, assegurando assim, a soberania de Portugal sobre as terras conquistadas. O primeiro núcleo de colonização portuguesa no extremo norte do Brasil foi formado em 1738 e pertencia a então província do Maranhão e Grão-Pará, cujo governador enviou um destacamento militar para o local onde hoje se encontra a Fortaleza de São José de Macapá. Em 1751, o governador do Maranhão e Grão Pará deu continuação à colonização trazendo casais de colonos das Ilhas de Açores para a ocupação do povoado. A construção da Fortaleza de São José de Macapá (inaugurada em 1782) foi o marco definitivo na histórica Colonização de Macapá. Em volta dessa fortaleza, a vila foi se expandindo e prosperando cada vez mais. No ano seguinte à criação do Território Federal do Amapá, em 1943, Macapá é promovida à categoria de capital do território, hoje estado do Amapá. O município é criado 21/09/1943 tendo sido instalado em 25/01/1944.

## Cutias

Com população total de 3.280 habitantes, o município de Cutias possuía, em 2000, população concentrada em sua maior parte na área rural, com 1.838 habitantes e 1.442 na urbana (Gráfico 24). Em relação à extensão territorial, era de 2.118,1 km<sup>2</sup>, em 2000, e a densidade demográfica de 1,5 hab./km<sup>2</sup>. Valor esse, cabe ressaltar, considerado dentro da média dos municípios da Amazônia, cujos índices são inferiores a 2 hab./km<sup>2</sup>. Seu território foi desmembrado do município de Macapá.

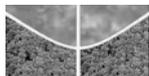
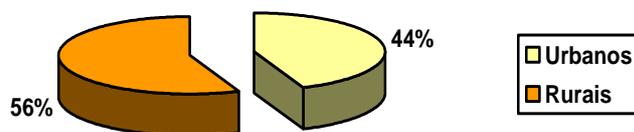


Gráfico 24 – Porcentagem da população de Cutias por situação do domicílio - 2000



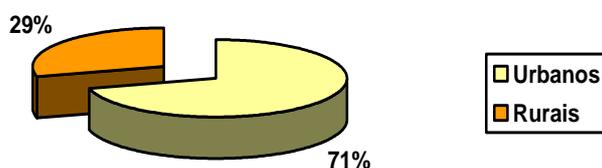
Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

Há poucas informações a respeito da história do município de Cutias. A CNM (2006) cita somente que foi criado pela Lei nº 0006, de maio de 1992, sendo instalado em 01/01/1993.

### Ferreira Gomes

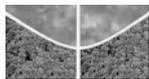
De acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2000), a população total do município era de 3.562 habitantes. Analisando a distribuição desta conforme a situação dos domicílios, tem-se que 2.523 eram urbanos e 1.039, rurais (Gráfico 25). Desmembrado de Macapá, Ferreira Gomes possuía uma área de 5.049,6 km<sup>2</sup> e baixíssima densidade demográfica de 0,7 hab./km<sup>2</sup>.

Gráfico 25 – Porcentagem da população de Ferreira Gomes por situação do domicílio - 2000



Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

O município de Ferreira Gomes foi criado em 17 de dezembro de 1987. Conforme a CNM (2006), dentre os fatores históricos de seu desenvolvimento até sua emancipação político-administrativa, destacava-se a condição estratégica que desempenhou como entreposto rodoviário no antigo traçado da BR-156. A economia do município está

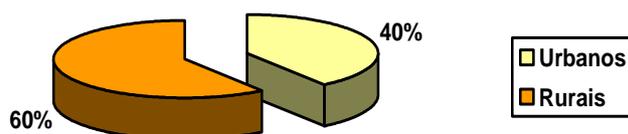


baseada no desenvolvimento de atividades agropecuárias tradicionais e, mais recentemente, no investimento no turismo. O município foi criado em dezembro de 1987, tendo sido instalado em 01/01/1989.

## Itaubal

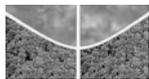
O município de Itaubal possuía, em 2000, a maior parte de seus habitantes residindo na área rural (1.738) e 1.156 na urbana (Gráfico 26). Desmembrado da capital, Macapá, o município possuía área e densidade demográfica baixas, se comparadas aos demais municípios do estado. Estas eram respectivamente de 1.562,8 km<sup>2</sup> e 1,8 hab./km<sup>2</sup>.

Gráfico 26 – Porcentagem da população de Itaubal por situação do domicílio - 2000



Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

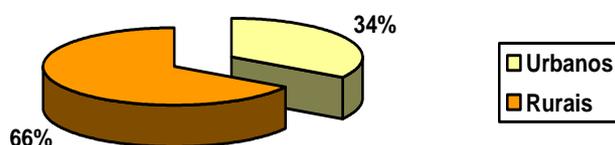
Não há informações precisas sobre as origens deste município, segundo a CNM (2006). Os primeiros moradores chegaram por volta de 1935, vindos do Pará, fundaram o povoado e estabeleceram-se trabalhando, principalmente, em lavouras. Em 1988, Itaubal passou a ser distrito de Macapá. Em 1991, em um processo democrático, foi promovido um plebiscito para saber se a população do distrito de Itaubal desejava que o local fosse transformado em município. O povo respondeu favoravelmente e, em 1º de maio de 1992, o município foi criado por intermédio da Lei nº 0005 e a partir do desmembramento das terras pertencentes a Macapá. Sua instalação se deu em 01/01/1993.



## Pedra Branca do Amapari

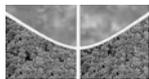
O município de Pedra Branca do Amapari apresentava uma população residente, em 2000, de 4.009 habitantes. Destes, a maior parte se encontrava na área rural, 2.645 habitantes e, apenas 1.364 residiam na área urbana (Gráfico 27). Em relação à área e densidade demográfica, o município possuía grande extensão territorial, de 9.495,4 km<sup>2</sup>, e densidade demográfica baixa, 0,4 hab./km<sup>2</sup>. Seu território foi desmembrado do município de Macapá.

Gráfico 27 – Porcentagem da população de Pedra Branca do Amapari por situação do domicílio - 2000



Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

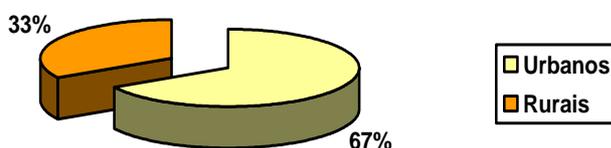
A história do município inicia-se em 1935 com a descoberta de ouro por um pernambucano que viajava pelos rios da região. No primeiro ano de trabalho, houve poucos concorrentes na exploração do ouro; no ano seguinte, porém, cerca de 500 a 600 faiscadores exploraram o rio, e em 1938 o número de exploradores já chegava a 5.000. Em 1940, no entanto, a produção decresceu e a maioria da população começou a se dispersar. Por volta de 1946, descobre-se no Amapá-território uma das maiores jazidas de manganês do mundo. Mais recentemente, o desenvolvimento do município esteve ligado à ferrovia Santana/Serra do Navio e à história de garimpagem no rio Cupixi. Outros aspectos ligados ao crescimento desse município situam-se na expansão de suas fronteiras agropecuárias e na própria ampliação da exploração mineral. A esse respeito, destaca-se o papel da rodovia Perimetral Norte enquanto eixo de dinamização do município. Com a transformação do Território do Amapá em Estado-membro da União em 1988, o governador eleito, reconhecendo que as comunidades da bacia do Araguari, por estarem distantes de Macapá, ficavam sem os benefícios dos projetos e programas realizados no Estado, resolve, por meio de um plebiscito, criar o município de Pedra Branca em 1º de maio de 1992, pela Lei nº 008/92.



## Porto Grande

Com população total de 11.042 habitantes, o município de Porto Grande possuía, em 2000, a maioria de seus habitantes concentrados na área urbana. Por situação do domicílio, 7,374 eram urbanos e 3.668 rurais (Gráfico 28). Em relação à área territorial e à densidade demográfica, o município de Porto Grande apresentava números próximos aos dos demais municípios do estado, com área de 4.401,9 km<sup>2</sup> e densidade demográfica de 2,5 hab./km<sup>2</sup>. Seu território foi desmembrado do município de Macapá.

Gráfico 28 – Porcentagem da população de Porto Grande por situação do domicílio - 2000



Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

O município de Porto Grande foi criado em 1º de maio de 1992 e a história de seu desenvolvimento está ligada a diferentes fases da garimpagem do alto rio Araguari. O município funcionou como importante porto de apoio para a história da Ferrovia Santana/Serra do Navio e para a implantação e funcionamento da rodovia Perimetral Norte. Mais recentemente, houve incentivos indiretos provenientes dos projetos de silvicultura, cultivo e industrialização de dendê. A instalação do município se deu em 01/01/1993.

## Santana

Segundo o Censo 2000, a população total residente no município de Santana totalizava 80.439 habitantes. Destes, a maior parte, 75.849, eram urbanos e somente 4.590 rurais (Gráfico 29). A área territorial do município era, em 2000, de 1.592,5 km<sup>2</sup> e, em virtude do tamanho de sua população, a densidade demográfica do município era alta, de 50,1 hab/ km<sup>2</sup>. Seu território foi desmembrado do município de Macapá.

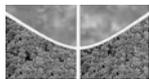
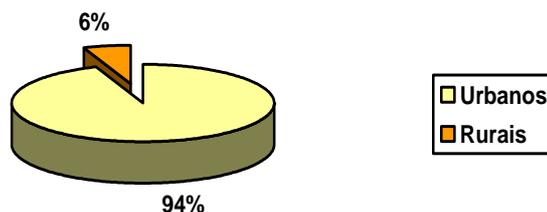


Gráfico 29 – Porcentagem da população de Santana por situação do domicílio - 2000



Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

Os primeiros habitantes eram moradores de origem européia (principalmente portugueses), mestiços vindos do Pará e índios da nação tucujus. A partir da descoberta das jazidas de manganês em Serra do Navio e instalação da empresa Indústria e Comércio de Minérios (Icomi), no ano de 1956, Santana experimentou crescimento populacional significativo. Com a instalação da Icomi, vários empregos foram gerados, criaram-se vilas, a área urbana do povoado foi ampliada e o distrito foi elevado à categoria de município pelo Decreto-lei nº 7369 de 17 de dezembro de 1987, tendo sua instalação efetivada em 01/01/1989. Com o esgotamento das jazidas de manganês, importantes para a economia do município, fez-se necessário buscar outras alternativas econômicas para o Amapá. Em 1991, implantou-se a área de livre comércio de Macapá e Santana, que teve como consequência o crescimento populacional de todo o estado. Santana vivência hoje uma das maiores concentrações de imigrantes do estado.

### Serra do Navio

Com população total de 3.293 habitantes, o município de Serra do Navio possuía sua população, em 2000, concentrada na maior parte na área rural, com 2.077 habitantes, contra 1.216 na área rural (Gráfico 30). No que se refere à extensão territorial, Serra do Navio apresentava uma área de 7.756,6 km<sup>2</sup> e baixíssima densidade demográfica, de 0,4 hab./km<sup>2</sup>. O território do município foi desmembrado de Macapá.

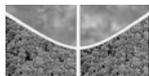
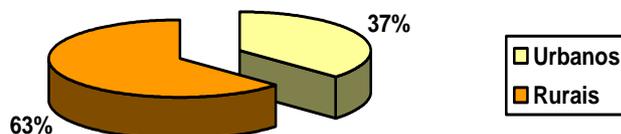


Gráfico 30 – Porcentagem da população de Serra do Navio por situação do domicílio - 2000



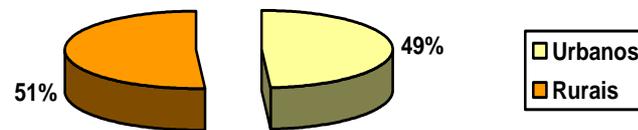
Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

O município foi criado inicialmente para abrigar os funcionários da Icomi, que firmou contrato de exploração do manganês amapaense até 2003. Entretanto, como a reserva se esgotou antes deste prazo, a empresa deixou o local intensificando a decadência da cidade. Serra do Navio passou então a conhecer um fenômeno novo: a favelização oriunda da miséria que constratava com a boa estrutura criada pela Empresa Icomi. A infra-estrutura instalada lembrava uma pequena cidade do sul do país. O município de Serra do Navio foi criado em 1º de maio de 1992, pela Lei nº 007/92 e instalado em 01/01/1993.

### **Tartarugalzinho**

Tartarugalzinho tem população total de 7.121 habitantes (IBGE, 2000), distribuídos de forma quase igualitária sobre o território, com 3.638 concentrados na área rural e 3.483 na urbana (Gráfico 31). O município possuía, em 2000, uma área de 6.712 km<sup>2</sup>, e baixa densidade demográfica, de 1,1 hab./km<sup>2</sup>. Seu território foi desmembrado do município de Macapá.

Gráfico 31 – Porcentagem da população de Tartarugalzinho por situação do domicílio - 2000



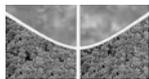
Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

A expansão populacional de Tartarugalzinho foi consequência do grande movimento migratório direcionado para a região em virtude da descoberta de jazidas de ouro. Contribuiu para o povoamento a instalação da AMCEL, empresa de plantação e extração de pinho, substituída, posteriormente, pela multinacional - também do setor de celulose - Chamflora. A maior parte da população do município é oriunda das comunidades do município de Amapá e da Região dos Lagos. A elevação à categoria de município, segundo a CNM (2006), foi uma estratégia política pois, havendo aumento no número de municípios, o Estado passaria a receber mais recursos financeiros da Federação. As vantagens para o município seriam assegurar o repasse de verbas estaduais e criar uma administração mais próxima dos moradores. O efeito negativo desse ato, entretanto, é que, até hoje, Tartarugalzinho ainda é deficiente em todos os serviços públicos. O município foi criado pela Lei nº 7.639, de 17 de dezembro de 1987 e instalado em 01/01/1989.

## MARANHÃO

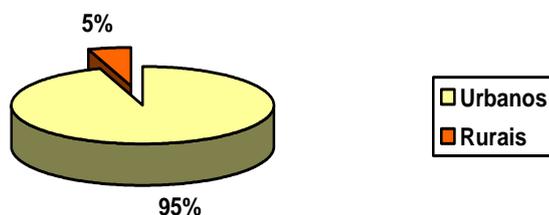
### **Imperatriz (município de origem)**

O município de Imperatriz possuía, em 2000, população de 230.566 habitantes, encontrando-se quase que a totalidades destes (218.673) na área urbana e apenas 11.893 na área rural (Gráfico 32). Do território de Imperatriz foram desmembrados seis novos municípios (Cidelândia, Davinópolis, Governador Edison Lobão, São Francisco do Brejão, São Pedro da Água Branca, Vila Nova dos Martírios). Com isso, a área inicial que, em 1980, era de 13.352 km<sup>2</sup>, reduziu-se para 1.531,4 km<sup>2</sup>, em 2000. Em virtude da redução do território (se comparada a área do município anterior aos demembramentos ocorridos) e pelo grande



número de habitantes, o município apresentava densidade demográfica altíssima, de 149,8 hab./km<sup>2</sup>.

Gráfico 32 – Porcentagem da população de Imperatriz por situação do domicílio - 2000



Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

A fundação de Imperatriz iniciou-se em 1852, com a construção de um povoado denominado Santa Tereza d'Ávila, ou Santa Tereza de Imperatriz, na margem maranhense do rio Tocantins. O município foi criado em 27 de agosto de 1856. Até o ano de 1958, quando foi iniciada a construção da Belém-Brasília, Imperatriz e sua sede permaneceram geográfica e politicamente distantes de São Luís, o que ocasionou lento crescimento econômico e populacional do município. A partir de 1960, entretanto, Imperatriz experimentou acelerado surto desenvolvimentista e, já na década de 1970, recebia contingentes migratórios das mais diversas procedências.

### **Cidelândia**

O município Cidelândia apresentava uma população total, em 2000, de 11.816 habitantes. Destes, a maior parte se encontrava na área rural, 7.193, e 4.623 na área urbana (Gráfico 33). Em relação à área e densidade demográfica, o município possuía, em 2000, uma área de 1.460,7 km<sup>2</sup>, e densidade demográfica de 8,1 hab./km<sup>2</sup>.

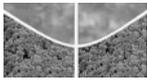
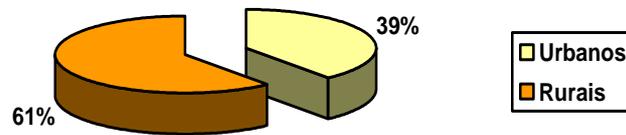


Gráfico 33 – Porcentagem da população de Cidelândia por situação do domicílio - 2000



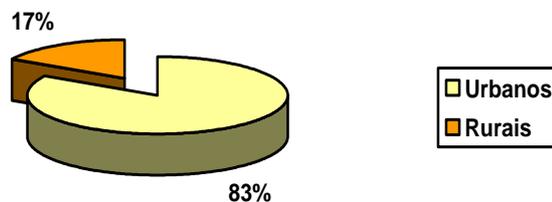
Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

O município foi criado pela Lei nº 6.142, de 10 de novembro de 1994, tendo sido desmembrado de Imperatriz. Sua instalação se dá em 01/01/1997. A CNM (2006) não apresenta informações sobre a história do município. Cidelândia limita-se ao norte com o Estado do Pará; a leste com os municípios de Açailândia e São Francisco do Brejão; a oeste com o estado do Tocantins e o município de Vila Nova dos Martírios, e ao sul com o município de Imperatriz.

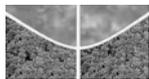
### Davinópolis

Com população total de 12.275 habitantes, o município de Davinópolis possuía sua população concentrada predominantemente na área urbana, com 10.231 habitantes em 2000, e somente 2.044 habitantes na área rural (Gráfico 34). No que se refere à extensão territorial, Davinópolis apresentava pequena extensão territorial, de 333,9 km<sup>2</sup>, e alta densidade demográfica de 36,6 hab./km<sup>2</sup>.

Gráfico 34 – Porcentagem da população de Davinópolis por situação do domicílio - 2000



Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

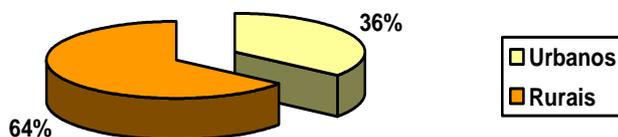


Criado pela Lei nº 6.191, de 10 de novembro de 1994, o município de Davinópolis foi desmembrado de Imperatriz, tendo sido instalado em 01/01/1997. A CNM (2006) também não apresenta informações sobre a história de formação do município. Davinópolis limita-se ao norte com o município de Senador La Rocque; a leste com o município de Buritirana; a oeste com o município de Imperatriz, e ao sul com o município de Governador Edison Lobão.

### **Governador Edison Lobão**

De acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2000), a população total do município era de 10.891 de habitantes. Analisando a distribuição desta população, conforme a situação do domicílio, tem-se que a maioria era rural, 7.024 e 3.867 habitantes urbanos (Gráfico 35). Desmembrado de Imperatriz, Governador Edison Lobão possuía, em 2000, pequena extensão territorial, de 617,8 km<sup>2</sup>, e densidade demográfica alta, de 17,5 hab./km<sup>2</sup>.

Gráfico 35 – Porcentagem da população de Governador Edison Lobão por situação do domicílio - 2000

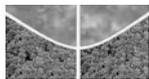


Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

Criado pela Lei nº 6.194, de 10 de novembro de 1994, o município de Governador Edison Lobão foi desmembrado de Imperatriz, tendo sido instalado em 01/01/1997. Não há, conforme a CNM (2006), informações sobre a história do município. Em relação à localização, limita-se ao norte com o município de Davinópolis; a leste com os municípios de Buritirana e Montes Altos; a oeste com o estado de Tocantins e ao sul com os municípios de Ribamar Fiquene e Montes Altos.

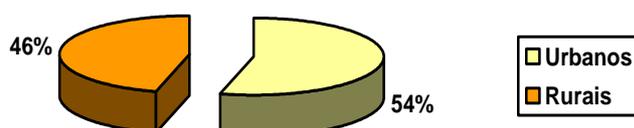
### **São Francisco do Brejão**

O município de São Francisco do Brejão possuía, em 2000, a maior parte de seus 7.062 habitantes residindo na área urbana, eram 3.833, contra 3.229 na área rural (Gráfico



36). Desmembrado de Imperatriz, o município possuía uma área de 731,5 km<sup>2</sup> e densidade demográfica de 9,6 hab./km<sup>2</sup>.

Gráfico 36 – Porcentagem da população de São Francisco do Brejão por situação do domicílio - 2000



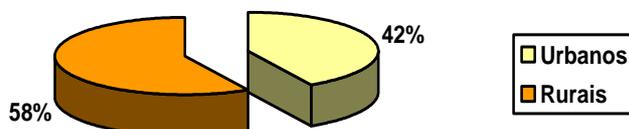
Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

O município de São Francisco do Brejão foi criado pela Lei nº 6.139, de 10 de novembro de 1994, tendo sido desmembrado do município de Imperatriz. Sua instalação se dá em 01/01/1997. A CNM (2006) não informa dados sobre a história do município. São Francisco do Brejão limita-se ao norte com o município de Açailândia; a leste com João Lisboa; e a oeste com Imperatriz.

### **São Pedro da Água Branca**

De acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2000), a população total do município era de 10.927 de habitantes. Analisando a sua distribuição conforme a situação do domicílio, tem-se que a maioria, 9.459 habitantes, eram urbanos e somente 1.468, rurais (Gráfico 37). Desmembrado de Imperatriz, São Pedro da Água Branca possuía uma área de 719,7 km<sup>2</sup> e densidade demográfica de 15,1 hab./km<sup>2</sup>.

Gráfico 37 – Porcentagem da população de São Pedro da Água Branca por situação do domicílio - 2000



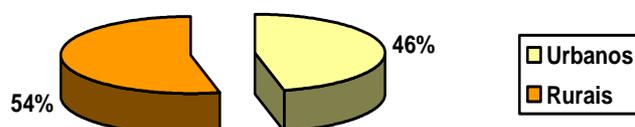
Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

O município de São Pedro da Água Branca foi criado pela Lei nº 6.146, de 10 de novembro de 1994, a partir do desmembramento de Imperatriz, tendo sido instalado em 01/01/1997. Limita-se ao norte com o Estado do Pará; a leste com os municípios de Vila Nova dos Martírios e Imperatriz; a oeste com o Estado do Pará e ao sul com o estado do Tocantins. Não havia informações sobre a história do município, segundo a CNM (2006).

### Vila Nova dos Martírios

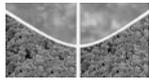
A população total do município, em 2000, era de 6.705 habitantes. Destes, 3.597 eram urbanos e 3.108 rurais (Gráfico 38). Em 2000, o município possuía uma área de 1.190 km<sup>2</sup>, e densidade demográfica de 5,6 hab./km<sup>2</sup>.

Gráfico 38 – Porcentagem da população de Vila Nova dos Martírios por situação do domicílio - 2000



Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

Criado pela Lei Nº 6.181, de 10 de novembro de 1994, o município de Vila Nova dos Martírios foi desmembrado de Imperatriz. Sua instalação ocorre em 01/01/1997. No que diz respeito à localização, limita-se ao norte com o Estado do Pará; a oeste com o município



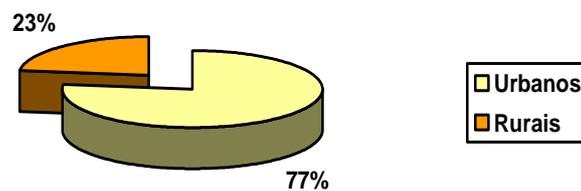
de São Pedro da Água Branca; a leste com o município de Cidelândia, e ao sul com o estado do Tocantins. A CNM (2006) não apresenta informações sobre a história do município.

## MATO GROSSO

### Diamantino (município de origem)

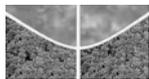
Em 2000, o município de Diamantino possuía uma população total de 18.580 habitantes. Em relação à situação do domicílio, a maior parte era urbana, com 14.316 habitantes, e 4.264 rurais (Gráfico 39). De Diamantino desmembraram-se cinco municípios: Brasnorte, Campo Novo do Parecis, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Tapurah. A área total do município em 1980 era de 82.330 km<sup>2</sup>. Em 2000, após os desmembramentos, o território reduziu-se para 7.735,9 km<sup>2</sup>. A densidade demográfica do município era de 2,4 hab./km<sup>2</sup>.

Gráfico 39 – Porcentagem da população de Diamantino por situação do domicílio - 2000



Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

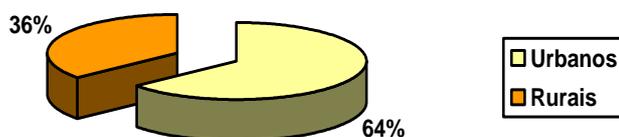
Em 1728, iniciou-se a formação do núcleo que deu origem ao atual município de Diamantino. Primeiramente descobriu-se ouro na região. Pouco tempo depois os garimpeiros encontraram pedras diamantíferas, cuja extração era privativa da Coroa portuguesa. Tal achado fez com que o governo fechasse todos os garimpos da região, mas a mineração clandestina continuou. Foi criado então, o Destacamento Diamantino do Paraguai, para inibir o garimpo ilegal, o qual assegurou a fixação do povoado de Diamantino. O município foi criado pelo Alvará Régio de 23 de novembro de 1820, com a denominação de Nossa Senhora do Alto Paraguai Diamantino, posteriormente simplificado para Diamantino.



## Brasnorte

A população total do município, em 2000, era de 9.815 habitantes. Analisando a sua distribuição conforme a situação do domicílio, tem-se que a maior parte, 6.260, eram urbanos, e 3.555 rurais (Gráfico 40). Quanto à área, em 2000, o município possuía grande extensão territorial, de 15.959,4 km<sup>2</sup>, e baixa densidade demográfica de 0,6 hab./km<sup>2</sup>.

Gráfico 40 – Porcentagem da população de Brasnorte por situação do domicílio - 2000



Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

Nos primeiros tempos, a região de Brasnorte esteve ocupada por inúmeras nações indígenas. Em 1967 implantou-se um projeto agropecuário favorecido pela Sudam, adquirido em 1974 pelo Grupo Roderjan, que o dividiu em duas partes. A primeira transformou-se na Fazenda Cravari, e a segunda foi dividida em lotes urbanos e rurais, dando início ao núcleo que originou a cidade de Brasnorte. A empresa responsável foi a Colonizadora Brasnort Ltda. O município, com o nome de Brasnorte, foi criado em 5 de setembro de 1986, por meio da Lei Estadual nº 5.047, tendo sido desmembrado de Diamantino.

## Campo Novo do Parecis

Com população total de 17.638 habitantes Campo Novo do Parecis possuía, em 2000, a maior parte concentrada na área urbana, com 14.713 habitantes, ao passo que somente 2.925 eram rurais (Gráfico 41). Quanto à área, em 2000, o município possuía grande extensão territorial, de 10.756 km<sup>2</sup>, e baixa densidade demográfica, com 1,6 hab./km<sup>2</sup>.

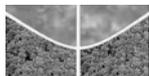
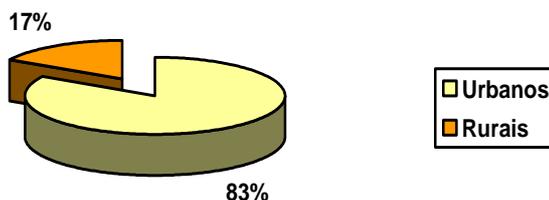


Gráfico 41 – Porcentagem da população de Campo Novo do Parecis por situação do domicílio - 2000



Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

Em 1907, a região foi visitada por Cândido Rondon, que passou em busca do rio Juruena. O território foi trabalhado em duas direções pelos serviços de linha telegráfica: uma para oeste rumando para Utiariti e Juruena, e outra para leste, em busca de Capanema e Ponte de Pedra. Primeiramente a localidade foi chamada Campos Novos, denominação que se confundia com o da estação telegráfica de Rondon, na região de Vilhena. Aos poucos o nome foi mudando para Campo Novo. A ocupação efetiva da região deu-se na década de 1970, com abertura de fazendas e instalação de famílias de migrantes vindos do sul. Em 1981 foi feita doação de 293 hectares de terras para formação de um patrimônio, com denominação de Campo Novo. O município foi criado por meio da Lei nº 5.315, de 4 de julho de 1988, tendo seu território sido desmembrado de Diamantino.

### **Lucas do Rio Verde**

Com população total de 19.316 habitantes, o município de Lucas do Rio Verde possuía a maior parte destes concentrada na área urbana. Em 2000, 16.145 eram urbanos e somente 3.171 eram rurais (Gráfico 42). Em relação à extensão territorial, era de 3.659,8 km<sup>2</sup>, em 2000, com densidade demográfica de 5,3 hab./km<sup>2</sup>.

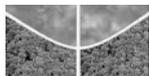
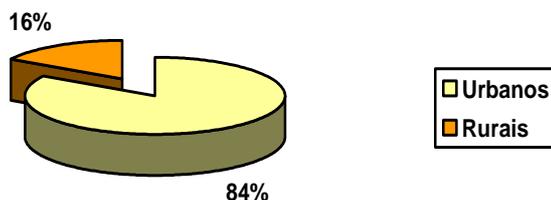


Gráfico 42 – Porcentagem da população de Lucas do Rio Verde por situação do domicílio - 2000



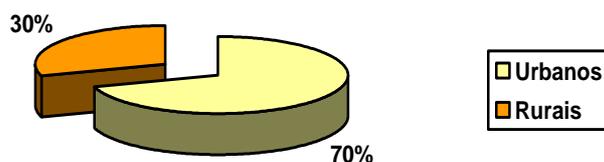
Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

O ponto onde está assentado o núcleo urbano abrigou, no início da década de 1970, o acampamento de obras do 9º BEC - Batalhão de Engenharia e Construção, por ocasião da abertura da rodovia Cuiabá-Santarém, a BR-163. Por volta de 1976, a Coordenaria Regional do Incra em Mato Grosso iniciou a discriminação judicial da Gleba Lucas do Rio Verde, abrangendo um perímetro de mais de 210 mil hectares. Em 1980, a área foi declarada prioritária para fins de reforma agrária, por decreto federal, servindo de assentamento para famílias de agricultores vindos de Ronda Alta, no estado do Rio Grande do Sul. Posteriormente, foi direcionado para a região novo fluxo migratório, proveniente dos estados do Paraná e São Paulo. Com o progresso, surgiu o distrito de Lucas do Rio Verde, em agosto de 1985, tornado município em 4 de julho de 1988, pela Lei Estadual nº 5.318, com território desmembrado de Diamantino.

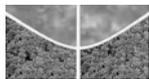
### Nova Mutum

Com população total de 14.818 habitantes, a maioria se encontrava concentrada na área urbana. Em 2000, 10.376 eram urbanos e 4.442 eram rurais (Gráfico 43). Em relação à extensão territorial, essa era de 9.428,6 km<sup>2</sup>, e a densidade demográfica de 1,6 hab./km<sup>2</sup> em 2000.

Gráfico 43 – Porcentagem da população de Nova Mutum por situação do domicílio - 2000



Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

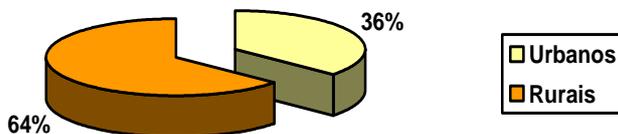


Em 1978, as terras onde hoje está instalado o município foram adquiridas para o estabelecimento do Projeto de Colonização Mutum. A exploração do cerrado estava trazendo novas perspectivas para a agropecuária. O projeto estabeleceu inicialmente duas etapas agropecuárias, e destinou a terceira para a futura cidade de Mutum. Os primeiros moradores chegaram à região em 1978. O município de Nova Mutum foi criado pela Lei Estadual nº 5.321, de 4 de julho de 1988 e seu território foi desmembrado de Diamantino.

## Tapurah

A população total do município, em 2000, era de 11.561 habitantes. Analisando sua distribuição conforme a situação dos domicílios, tem-se que a maior parte, 7.363, estava na área rural e 4.198 na área urbana (Gráfico 44). Quanto à área, em 2000, o município possuía grande extensão territorial, de 11.600,1 km<sup>2</sup>, e baixa densidade demográfica de 1,0 hab./km<sup>2</sup>.

Gráfico 44 – Porcentagem da população de Tapurah por situação do domicílio - 2000



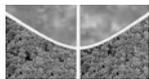
Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

As origens do povoamento vêm da colonização de Benedito M. Tenuta, Sérgio Leão Monteiro e Filinto Corrêa da Costa, que fundaram a Colonizadora Tapurah. Os primeiros trabalhos de colonização foram realizados em 1969. O município foi criado pela Lei Estadual nº 5.316, de 4 de julho de 1988, com território desmembrado do município de Diamantino.

## PARÁ

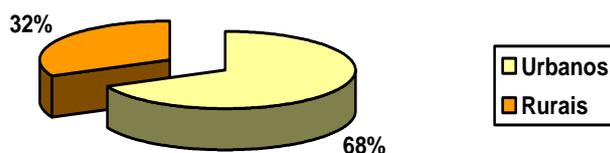
### Itaituba

A população total do município, em 2000, era de 94.750 habitantes. Analisando a distribuição desta conforme a situação dos domicílios, tem-se que a maioria, 64.486, eram



urbanos, e 30.264 rurais (Gráfico 45). Quanto à área, em 1980, o município possuía 165.578 km<sup>2</sup> que, em 2000, reduziu-se para 62.111,6 km<sup>2</sup> após o desmembramentos de três municípios de seu território: Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia e São Domingos do Araguaia. A densidade demográfica do município, em 2000, era de 1,5 hab./km<sup>2</sup>.

Gráfico 45 – Porcentagem da população de Itaituba por situação do domicílio - 2000

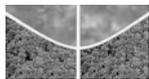


Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

A presença dos holandeses, franceses e ingleses, no estuário do rio Amazonas, concorreu para a permanência de portugueses no Pará e para a expedição de Francisco Caldeira Castelo Branco que, em 1616, fundou a cidade de Belém. Com a fundação da capitania, o governo expulsou os estrangeiros, tendo sido organizadas várias expedições, para destruir os estabelecimentos criados. Uma destas expedições aportou na região em que hoje se encontra o município de Itaituba, em 1626. Após esse período, vários jesuítas instalaram aldeias na região, mas foram posteriormente afastados, e o local foi elevado categoria de vila, com a denominação de Santarém. Em 1836, Itaituba era um aldeamento de índios, da dependência do Grão Pará. Pelo Decreto de nº 72, de 27 de dezembro de 1930, seu território é colocado sob administração direta do Estado. Em 1935, é elevado à condição de município pela Lei nº 8, de 31 de outubro. No quadro anexo ao Decreto-Lei nº 2.972, de 31 de março de 1938, aparece constituído de dois distritos: Itaituba e Brasília Legal, permanecendo, dessa forma, na divisão territorial fixada para o período de 1939-1943, estabelecida pelo Decreto-Lei nº 3.131, de 31 de outubro de 1938, como também na divisão estabelecida para o quinquênio 1944-1948, fixada pelo Decreto-Lei nº 4.505, de 30 de dezembro de 1943.

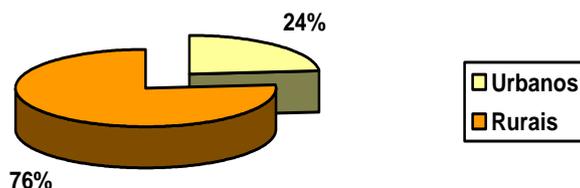
### Jacareacanga

O município de Jacareacanga apresentava população total, em 2000, de 24.024 habitantes. Destes, a maior parte, 18.354, se encontrava-se na área rural e apenas 5.670 na



área urbana (Gráfico 46). Em relação à área e densidade demográfica, o município possuía grande extensão territorial, contando com uma área de 53.304,9 km<sup>2</sup> e baixíssima densidade demográfica de 0,4 hab./km<sup>2</sup>.

Gráfico 46 – Porcentagem da população de Jacareacanga por situação do domicílio - 2000

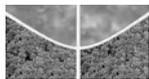


Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

A emancipação política do município de Jacareacanga decorreu como resultado de longo processo de mobilização dos oradores, concretizando antiga aspiração da comunidade no atendimento de suas necessidades básicas. Segundo depoimento de líderes locais, o sentimento de separação foi decorrente das condições de isolamento a que estava submetida a região, e, principalmente, a ausência de administração local, fazendo crescer a insatisfação e pressão popular em busca da autonomia político-administrativa. Ressalte-se que as distâncias consideráveis em relação ao município-mãe (Itaituba) colocavam dificuldades na resolução dos problemas, além da interferência política desfavorável ao desenvolvimento de Jacareacanga. Realizada no dia 28 de abril de 1991, a manifestação popular registrou comparecimento de mais de 70% dos eleitores aptos a votar, sendo favoráveis à emancipação 98% desse total, atendendo ao dispositivo constitucional, previsto no artigo 19 da lei complementar estadual nº 001/90, de 18 de janeiro de 1990. Pela Lei Estadual nº 5.591, de 13 de dezembro de 1991 ficou criado oficialmente o município de Jacareacanga, tendo sido instalado em 01/01/1993. Seu território foi desmembrado do município de Itaituba.

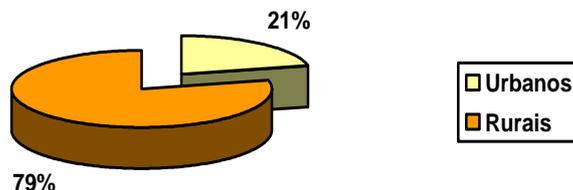
### **Trairão**

Trairão apresentava população total, em 2000, de 14.042 habitantes. Destes, a maior parte, 11.034, encontrava-se na área rural, e apenas 3.008 na área urbana (Gráfico 47). Em relação à área, o município possuía grande extensão territorial, 11.991,2 km<sup>2</sup>, com baixa



densidade demográfica de 1,2 hab./km<sup>2</sup>. Seu território foi desmembrado do município de Itaituba.

Gráfico 47 – Porcentagem da população de Trairão por situação do domicílio - 2000



Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

O processo de ocupação da área onde está situado o município de Trairão teve início em 1972, com a abertura do Ramal Sul da BR-163 (Rodovia Santarém-Cuiabá). Em 1974, os primeiros colonos reivindicaram ao Incra, responsável pelo Programa de Colonização na região, uma área para ser o centro de apoio, onde se pudesse instalar escola, igreja, posto de saúde e posto de comercialização dos produtos agrícolas. Embora aguardando a devida autorização, em 1975 foram demarcados e ocupados os primeiros lotes urbanos. Em 1976, o processo migratório intensificou-se (principalmente originários do Nordeste do país), tendo como atrativo a abundância de terras agrícolas. Esses colonos, mesmo possuindo lotes rurais, residiam na vila que, espontaneamente, se formava. A colonização avançou graças ao financiamento bancário dado para a lavoura de subsistência e aumentou em 1982, com a abertura de vicinais. A chegada de colonos vindos do Sul e Sudeste do país, em 1985, fez com que a pecuária ocupasse maior espaço na economia da região. Também foram explorados o potencial madeireiro e os garimpos, provocando um deslocamento da mão-de-obra, antes ocupada na agricultura, para a garimpagem. O município de Trairão foi criado em 13 de dezembro de 1991 e instalado em 01/01/1993.

### **Novo Progresso**

O município de Novo Progresso possuía, em 2000, uma população total de 24.948 habitantes. Destes, a maior parte, 15.320, encontrava-se na área rural, e 9.628 na área urbana (Gráfico 48). Com grande extensão, o município apresentava uma área de 38.161,4 km<sup>2</sup> e baixa densidade demográfica de 0,7 hab./km<sup>2</sup>.

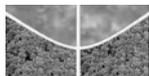
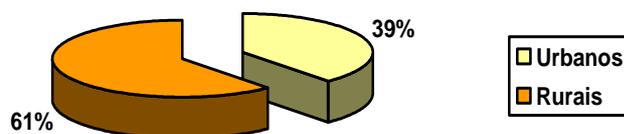


Gráfico 48 – Porcentagem da população de Novo Progresso por situação do domicílio - 2000



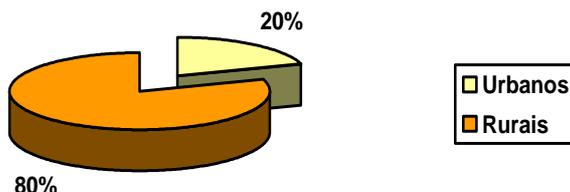
Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

A construção da rodovia Cuiabá-Santarém, em 1973, foi de suma importância para o surgimento do município de Novo Progresso. Em 1983, o pequeno povoado de Novo Progresso já estava consolidado. Em 1984, a economia do lugar se modifica com a descoberta de ouro, que atraiu milhares de pessoas à localidade. Nessa época o povoado chamava-se Progresso. Elevado à categoria de município, pela Lei Estadual nº 5.700, de 13 de dezembro de 1991, com território desmembrado de Itaituba, Novo Progresso foi instalado em 1º de janeiro de 1993, com essa mesma denominação.

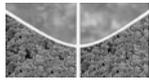
### São João do Araguaia (município de origem)

O município de São João do Araguaia apresentava uma população total, em 2000, de 12.247 habitantes. Destes, a maior parte, 9.834 habitantes, se encontrava na área rural e apenas 2.413 na área urbana (Gráfico 49). A área territorial do município era, em 1980, de 8.569 km<sup>2</sup>. Em 2000, após o desmembramento de três municípios: Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia e São Domingos do Araguaia, o território reduziu-se para 1.296,1 km<sup>2</sup>. Em relação à densidade demográfica, esta era de 9,3 hab./km<sup>2</sup>, em 2000.

Gráfico 49 – Porcentagem da população de São João do Araguaia por situação do domicílio - 2000



Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

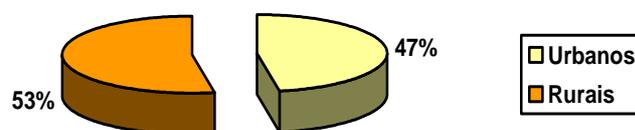


O município de São João do Araguaia foi criado a partir da reunião dos habitantes dos povoados de Alcobaça (fundado em 1779) e Pederneira (1797). Assim constituído, o povoado São João do Araguaia se desenvolveu, entrou em decadência, até ser novamente reavivado quando foi criada em sua área uma colônia militar, e, em 1850, trazida famílias da que contribuíram para a povoação do lugar. Além disso, missões dominicanas, auxiliadas pelo governo do estado e pela Associação de Catequese Paraense também colaboraram no desbravamento da região. Em 1901, São João do Araguaia ganhou a categoria de povoado e em 1908 a de vila, sendo instalado oficialmente em 4 de fevereiro de 1909. A Lei nº 2.116, de 3 de novembro de 1922, extinguiu este município e sua área foi anexada a Marabá. Por volta de 1956, São João do Araguaia era distrito de Marabá, juntamente com Santa Isabel do Araguaia. Esta situação permaneceu até 1961, ocasião em que a Lei nº 2.460, de 29 de dezembro de 1961, restabeleceu sua autonomia, com área desmembrada de Marabá.

### **Bom Jesus do Tocantins**

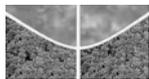
Com população total de 13.106 habitantes, o município de Bom Jesus do Tocantins possuía a população concentrada em sua maior parte na área rural (Gráfico 50). Em 2000, 6.926 habitantes estavam na área rural e 6.180 na área urbana. Em relação à extensão territorial, era de 2.816,2 km<sup>2</sup>, e a densidade demográfica de 4,6 hab./km<sup>2</sup>.

Gráfico 50 – Porcentagem da população de Bom Jesus do Tocantins por situação do domicílio - 2000



Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

A ocupação do município ocorreu em 1964, ocasião em que a oferta de terras devolutas não era muito grande. Devido à inexistência da rodovia PA-70, poucas pessoas tinham acesso ao local e a história deste estava relacionada com a do município que lhe deu origem, São João do Araguaia. Segundo a memória social local, o morador mais antigo do município foi o maranhense Adão de Souza, que ali estabeleceu, por volta de 1962, uma roça.

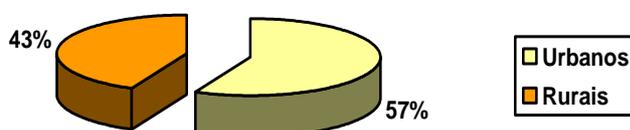


Em 1991, pela Lei nº 5.708, de 27 de dezembro de 1991 o município de Bom Jesus do Tocantins teve parte de suas terras desmembradas para a criação do município de Abel Figueiredo, anteriormente seu principal Distrito. Criado pela Lei nº 5.454, de 10 de maio de 1988, que estabeleceu que o município, enquanto não possuísse legislação própria, seria regido pelas leis e atos reguladores do município de São João do Araguaia e integraria a Comarca Judiciária de Marabá, o município de Bom Jesus do Tocantins foi instalado em 1º de janeiro de 1989.

### Brejo Grande do Araguaia

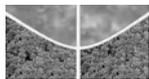
Com população total de 7.464 habitantes, o município de Brejo Grande do Araguaia possuía a população concentrada em sua maior parte na área urbana (Gráfico 51). Em 2000, 4.255 habitantes estavam na área urbana e 3.209 na área rural. Em relação à extensão territorial, era de 1.157,3 km<sup>2</sup>, e a densidade demográfica de 6,4 hab./km<sup>2</sup>.

Gráfico 51 – Porcentagem da população de Brejo Grande do Araguaia por situação do domicílio - 2000



Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

Brejo Grande do Araguaia se originou do desmembramento do município de São João do Araguaia, surgido na década de 1950 com o início da exploração de terras situada às margens do rio Araguaia. O primeiro morador estabeleceu-se na localidade em 1958. no ano seguinte, chegaram à região migrantes vindos de Bela Vista, atual Estado do Tocantins. Esses migrantes, consolidaram a fundação de Brejo Grande do Araguaia. Na metade da década de 1960, houve um aumento no fluxo de pessoas, atraídas pela descoberta do garimpo de Itamerim, localizado a 16 km da sede municipal. O processo de emancipação de Brejo Grande do Araguaia teve início na gestão do então prefeito de São João do Araguaia, Luis Carlos Lopes, por meio dos vereadores, Agenor Miranda de Brito e Severino Gomes Pereira,

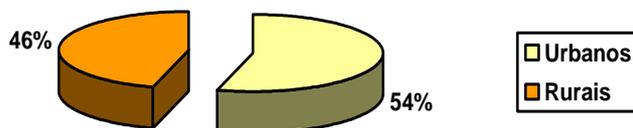


residentes em Brejo Grande. O município foi criado em 10 de maio de 1988, tendo sido instalado em 01/01/1989.

### São Domingos do Araguaia

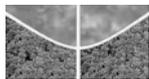
O município de São Domingos do Araguaia possuía, em 2000, população total de 20.005 habitantes concentrada em sua maior parte na área urbana, com 10.878 e 9.127 na área rural (Gráfico 52). A área do município, em 2000, era de 1.392,4 km<sup>2</sup> e a densidade demográfica de 14,2 hab./km<sup>2</sup>.

Gráfico 52 – Porcentagem da população de São Domingos do Araguaia por situação do domicílio - 2000



Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

Desmembrado do município de São João do Araguaia, por meio da Lei Estadual nº 5.706, de 27 de dezembro de 1991, São Domingos do Araguaia teve seu processo de emancipação iniciado desde o início da década de 1970. A ocupação do povoado iniciou-se com a chegada de Serafim Canário da Silva, lavrador piauiense, em 1952. A partir de 1953, novos migrantes afluíram para a região e foram ocupando áreas próximas aos castanhais, o que gerou diversos conflitos pela posse da terra que só tiveram solução com a compra das áreas de castanhais e doação destas aos agricultores residentes, por volta de 1959. Com a abertura da rodovia Transamazônica, em 1970-71, novos colonos chegaram a região atraídos pelo governo federal que havia implementado um programa de colonização (por meio do INCRA), ao longo dessa rodovia. Entre novembro de 1970 a fevereiro de 1971, a transformação de São Domingos em área de acampamento da firma empreiteira responsável pela construção da rodovia, atraiu um número ainda maior de migrantes para a região que teve um rápido aumento populacional. Transferiram-se para o local não apenas pequenos agricultores, mas também fazendeiros de médio e grande portes, introduzindo na área a criação de gado de corte. Em 1º de janeiro de 1993 o município é instalado.

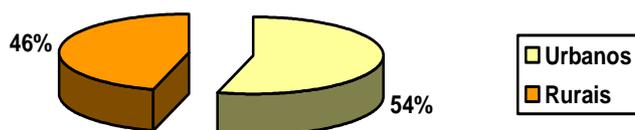


## RONDÔNIA

### Ariquemes (município de origem)

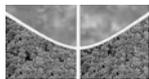
O município de Ariquemes apresentava uma população total, em 2000, de 74.503 habitantes. Destes, a maior parte se encontrava na área urbana, 55.118 habitantes e apenas 19.385 na área rural (Gráfico 53). Quanto à área, em 1980, o município possuía 38.687 km<sup>2</sup> que, em 2000, havia reduzido para 4.975 km<sup>2</sup> após os desmembramentos de cinco municípios de seu território: Alto Paraíso, Cacaúlândia, Monte Negro, Rio Crespo e Machadinho d'Oeste. A densidade demográfica do município, em 2000, era de 14,9 hab./km<sup>2</sup>.

Gráfico 53 – Porcentagem da população de Ariquemes por situação do domicílio - 2000



Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

O processo de ocupação do local onde surgiu o núcleo que deu origem ao município de Ariquemes teve início por volta de 1900, principalmente durante o primeiro ciclo da borracha, mas só se tornou efetivo a partir de 1909 com a construção da linha telegráfica de Cuiabá a Santo Antônio do Rio Madeira, cuja expedição era chefiada pelo Marechal Cândido Rondon em sua terceira viagem pela Amazônia. Em 1915 e 1939, a região passa por um período de grande migração nordestina, com os imigrantes ocupando terras e extraíndo as riquezas naturais, especialmente o látex da borracha, de grande procura internacional. Em 1943, a região passa a fazer parte do município de Porto Velho como Distrito de Ariquemes. Com a diminuição do interesse pela borracha passa a se desenvolver na região, a partir de 1958, a exploração de cassiterita, minério de estanho, atividade esta que atrai novos contingentes migratórios vindos de diversos pontos do país. Em 1960, o governo JK determina a abertura e construção da estrada que acabou se tornando o leito da BR-364 e com a proibição da lavra manual de garimpagem da cassiterita, em 1970, Ariquemes passou a ser apenas ponto de parada ao longo da BR-364. Em 1972, o INCRA passa a desenvolver

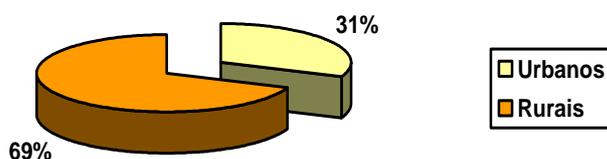


estudos que resultaram nos projetos de assentamento "Burareiro" e "Marechal Dutra" que começaram a ser implantados a partir de 1975, ocasionando o crescimento populacional da região. A sede do Distrito, antes localizada às margens do rio Jamari, é transferida para outra localidade próxima a BR-364 onde se consolida e, em 11 de outubro de 1977, por meio da Lei nº 6448, Ariquemes adquire sua emancipação política, tendo sua instalação ocorrido em 21 de novembro de 1977.

### **Alto Paraíso**

O município de Alto Paraíso apresentava uma população total, em 2000, de 13.118 habitantes. Destes, a maior parte se encontrava na área rural, 9.082 habitantes e, apenas 4.036 na área urbana (Gráfico 54). A área do município, em 2000, era de 2.647,3 km<sup>2</sup> e a densidade demográfica de 4,9 hab./km<sup>2</sup>. Alto Paraíso foi desmembrado do município de Ariquemes.

Gráfico 54 – Porcentagem da população de Alto Paraíso por situação do domicílio - 2000

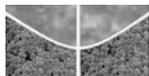


Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

O município de Alto Paraíso originou-se do Núcleo Urbano de Apoio Rural Marechal Dutra, um dos projetos de assentamento de colonos do INCRA. O nome Alto Paraíso surgiu do deslumbramento dos colonos diante da beleza da pujante floresta descortinada do topo de uma elevação de relevo do terreno, associando essa paisagem à idéia do que teria sido o éden dos primórdios da humanidade. O município é criado pela Lei nº 375, de 13 de fevereiro de 1992, tendo sido instalado em 01/01/1993 (CNM, 2006).

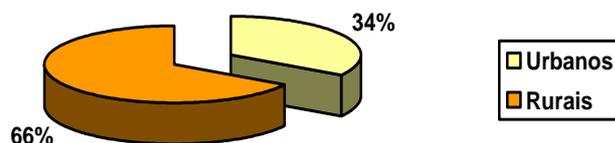
### **Cacaulândia**

O município de Cacaulândia apresentava uma população total, em 2000, de 5.372 habitantes. Destes, a maior parte se encontrava na área rural, 3.522 habitantes e, somente



1.850 residiam na área urbana (Gráfico 55). A área do município, em 2000, era de 2.202,3 km<sup>2</sup> e a densidade demográfica de 2,7 hab./km<sup>2</sup>.

Gráfico 55 – Porcentagem da população de Cacaulândia por situação do domicílio - 2000



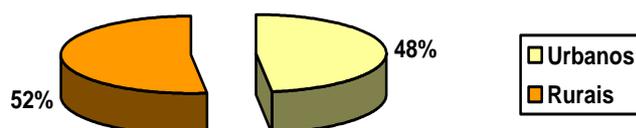
Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

O município originou-se de um projeto criado pelo Polonoroeste para dar apoio aos agricultores da região, denominado de Núcleo Urbano de Apoio Rural (Nuar), recebendo o nome de Cacaulândia por ser um grande produtor de cacau. Cacaulândia foi desmembrado do Município de Ariquemes, pela Lei de Criação nº 374 de 13 de fevereiro de 1992. Sua instalação ocorreu em 01/01/1993.

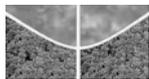
### **Machadinho d'Oeste**

O município de Machadinho d'Oeste apresentava uma população total, em 2000, de 22.739 habitantes. Destes, a maior parte se encontrava na área rural, 11.758 habitantes e 10.981 na área urbana (Gráfico 56). A área do município, em 2000, era de 8.520,9 km<sup>2</sup> e a densidade demográfica de 2,7 hab./km<sup>2</sup>.

Gráfico 56 – Porcentagem da população de Machadinho d'Oeste por situação do domicílio - 2000



Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

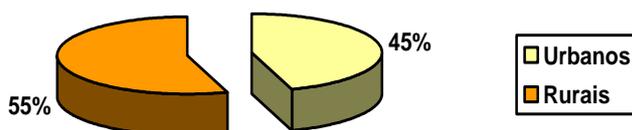


A cidade de Machadinho d'Oeste surgiu de um dos projetos de colonização do Inca no município de Ariquemes, do qual foi desmembrado. O rápido crescimento populacional e desenvolvimento econômico decorrente das atividades agrícolas fizeram com que este passasse a exigir sua autonomia política e administrativa. A área do Projeto Integrado de Colonização Machadinho foi elevado à categoria de município em 11 de maio de 1988, com sede no povoado do mesmo nome. Este, cabe ressaltar, é em homenagem do rio Machadinho, afluente da margem esquerda do rio Ji-Paraná. A instalação do município se deu em 31/12/1988.

### Monte Negro

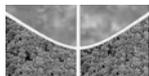
O município de Monte Negro, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2000), tinha população total de 12.627 habitantes. Conforme a situação do domicílio, a maior parte da população era rural (6.905) e 5.722 urbanos (Gráfico 57). Desmembrado de Ariquemes, Monte Negro possuía, em 2000, uma área de 1.407,7 km<sup>2</sup> e densidade demográfica de 8,9 hab./km<sup>2</sup>.

Gráfico 57 – Porcentagem da população de Monte Negro por situação do domicílio - 2000



Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

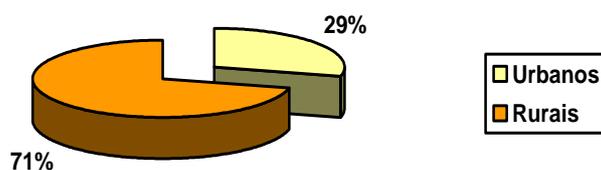
O município teve origem do Nuar Boa Vista, integrante do Projeto de Colonização Marechal Dutra/Inca. Seu desenvolvimento sócio-econômico proporcionou-lhe as condições de ser transformado em município pela Lei nº 378, de 13 de fevereiro de 1992, com denominação de Monte Negro, em homenagem a um acidente do relevo do seu território com esse nome. Sua instalação se deu em 01/01/1993.



## Rio Crespo

O município de Rio Crespo apresentava uma população total, em 2000, de 2.937 habitantes. Destes, a maior parte se encontrava na área rural, 2.070 habitantes e, apenas 867 na área urbana (Gráfico 58). A área do município, em 2000, era de 1.722,8 km<sup>2</sup> e a densidade demográfica de 1,7 hab./km<sup>2</sup>. Seu território foi desmembrado do município de Ariquemes.

Gráfico 58 – Porcentagem da população de Rio Crespo por situação do domicílio - 2000



Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

O município foi criado pela Lei n.º 376, de 13 de fevereiro de 1992, com este nome em homenagem ao rio Preto do Crespo. Surgiu do Nuar Cafelândia, integrante do Projeto de Colonização Marechal Deodoro/Incrá. Atualmente o município se constitui num importante pólo agrícola e pecuário. A instalação deste ocorreu em 01/01/1993.

## RORAIMA

### Boa Vista (município de origem)

A capital do estado, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2000), tinha uma população total de 200.568 habitantes. Conforme a situação do domicílio, a maior parte da população era urbana (197.098) e apenas 3.470 rural (Gráfico 59). Quanto à área, em 1980, o município possuía 96.501 km<sup>2</sup> que, em 2000, reduziu-se para 5.686,7 km<sup>2</sup> após os desmembramentos de três municípios de seu território: Amajari, Pacaraima e Uiramutã. A densidade demográfica do município em 2000 era de 35,1 hab./km<sup>2</sup>.

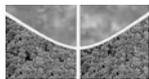
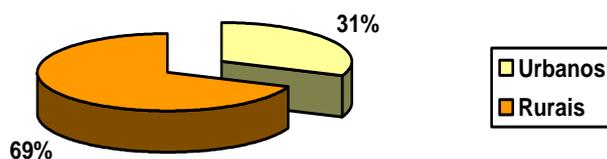


Gráfico 59 – Porcentagem da população de Boa Vista por situação do domicílio - 2000



Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

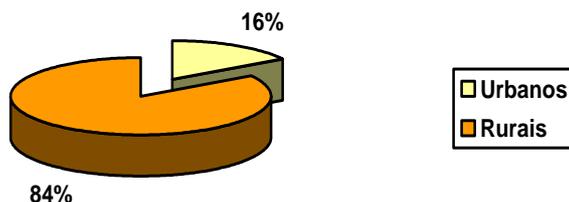
A história de Boa Vista tem início nos primórdios do Século XIX, quando se estabeleceram pequenas fazendas no curso de diversos rios componentes da bacia do Rio Branco. O Forte São Joaquim concorreu, juntamente com a introdução do gado nos lavrados do Rio Branco, como um dos principais fatores atrativos para o povoamento da região. Vindo do Ceará para comandar as tropas do Forte São Joaquim, em 1830, o Capitão Inácio Lopes de Magalhães funda a primeira fazenda particular de pecuária à margem direita do Rio Branco, cuja denominação é Boa Vista, nascendo daí um pequeno povoado que provavelmente encontrava-se nas imediações do lugar onde ergueu-se a antiga povoação de Santa Isabel ou São Martinho, datado de 1740. O crescimento da cidade foi rápido. Em 13 de setembro de 1943 o Presidente Getúlio Vargas assinou decretos criando cinco territórios federais, dentre eles o Território Federal do Rio Branco, tendo como capital Boa Vista. Em 13 de setembro de 1962, através do projeto 1433, o Território Federal do Rio Branco passou a se chamar Território Federal de Roraima. Por se tratar da primeira cidade construída na região e a de maior número de habitantes, Boa Vista permaneceu como centro administrativo do território, com status de capital (PORTAL AMAZÔNIA, 2006<sup>69</sup>). O município tem sua criação datada de 21 de setembro de 1943.

## Amajari

O município de Amajari apresentava uma população total, em 2000, de 5.294 habitantes. Destes, a maior parte se encontrava na área rural, 4.495 habitantes e, apenas 799 residiam na área urbana (Gráfico 60). O município possuía, em 2000, área territorial de 28.472,5 km<sup>2</sup> e densidade demográfica de 0,2 hab./km<sup>2</sup>, uma das mais baixas entre os municípios mais desmembrados da Amazônia Legal.

<sup>69</sup> Disponível em: <<http://www.brasilviagem.com/cidades/index.php?CodCid=39&TComp=1>>. Acesso em: julho 2006.

Gráfico 60 – Porcentagem da população de Amajari por situação do domicílio - 2000



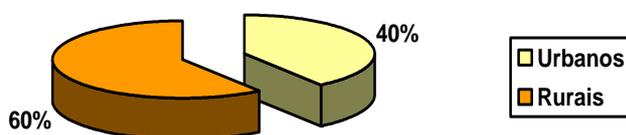
Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

O primeiro morador chegou ao município em 1975 e como era conhecido como senhor Brasil, posteriormente, a localidade também passou a ser denominada de Vila Brasil. Em 17 de outubro de 1995 foi transformado em município, passando a se chamar Amajari. Sua instalação se deu em 01/01/1997, com território desmembrado do município de Boa Vista.

### Pacaraima

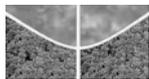
O município de Pacaraima, de acordo com o censo demográfico do IBGE (2000), tinha uma população total de 6.990 habitantes. Conforme a situação do domicílio, a maior parte da população era rural, 4.230 habitantes e apenas 2.760 residiam na área urbana (Gráfico 61). Pacaraima possuía, em 2000, uma área de 8.028,6 km<sup>2</sup> e densidade demográfica de 0,9 hab./km<sup>2</sup>.

Gráfico 61 – Porcentagem da população de Pacaraima por situação do domicílio - 2000



Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

Localizada na fronteira com a Venezuela, a vila de BV-8 nasceu com a chegada do exército. Em 17 de outubro de 1995 eleva-se à categoria de município, tendo sido instalado

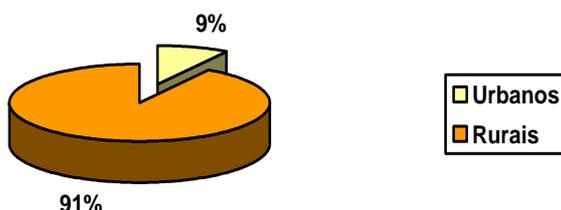


em 01/01/1997 (BRASILCHANNEL, 2006). O município de Pacaraima foi desmembrado de Boa Vista.

## Uiramutã

O município de Uiramutã apresentava uma população total, em 2000, de 5.802 habitantes. Destes, a maior parte se encontrava na área rural, 5.777 habitantes e, apenas 525 residiam na área urbana (Gráfico 62). A área do município, em 2000, era de 8.055,4 km<sup>2</sup> e a densidade demográfica de 0,7 hab./km<sup>2</sup>.

Gráfico 62 – Porcentagem da população de Uiramutã por situação do domicílio - 2000



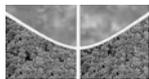
Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

Único município do Estado que faz fronteira com dois países (Venezuela e República Cooperativista da Guiana), é rico em belezas naturais e em seu território está localizado o Parque Nacional do Monte Roraima, com o majestoso Monte Roraima. Foi elevado à condição de município em 17 de outubro de 1995 e instalado em 01/01/1997, com território desmembrado do município de Boa Vista.

## TOCANTINS

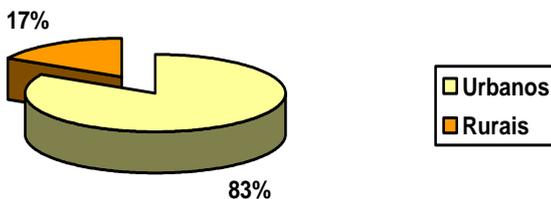
### Tocantinópolis (município de origem)

O município de Tocantinópolis apresentava uma população total, em 2000, de 22.777 habitantes. Destes, a maior parte se encontrava na área urbana, 18.878 habitantes e, apenas 3.899 residiam na área rural (Gráfico 63). A área total do município em 1980 era de 5.602 km<sup>2</sup>; após os desmembramentos de seis municípios (Darcinópolis, Aguiarnópolis, Cachoerinha, Maurilândia do Tocantins, Palmeiras do Tocantins e Luzinópolis) o território



reduziu-se para 1.077,1 km<sup>2</sup>. A densidade demográfica do município, em 2000, era de 21 hab./km<sup>2</sup>.

Gráfico 63 – Porcentagem da população de Tocantinópolis por situação do domicílio - 2000



Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

A história do município tem início, por volta de 1818, com a chegada de aventureiros em busca de ouro. Quanto aos seus prováveis fundadores há duas versões. A primeira preconiza que a vinda de Dona Apolônia, juntamente com a sua família, que aqui se instalou, formando uma vila. Numa outra versão, os lavradores Antônio Faustino e o velho Venâncio, vindos de Pastos Bons (MA), aqui se estabelecem com suas famílias em busca de um lugar proveitoso para estabelecer residência (PREFEITURA MUNICIPAL DE TOCANTINÓPOLIS, 2006<sup>70</sup>). A instalação do município se deu em 31 de julho de 1850 e a instalação em 06/09/1854.

## Cachoeirinha

O município de Cachoeirinha apresentava uma população total, em 2000, de 2.023 habitantes. Destes, a maior parte se encontrava na área urbana, 1.765 habitantes e, apenas 258 residiam na área rural (Gráfico 64). A área do município em 2000, era de 352,3 km<sup>2</sup> e a densidade demográfica de 5,7 hab./km<sup>2</sup>.

<sup>70</sup> Disponível em: <<http://www.tocantinopolis.to.gov.br/index.htm>>. Acesso em: julho 2006.

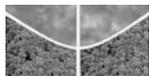
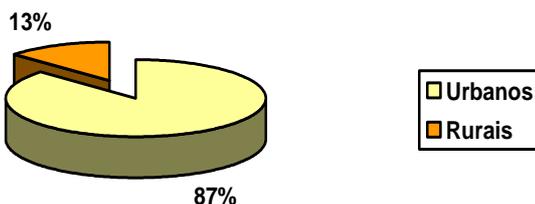


Gráfico 64 – Porcentagem da população de Cachoeirinha por situação do domicílio - 2000



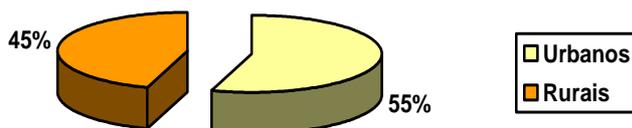
Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

O município foi fundado por um lavrador vindo do Maranhão que buscando terra para iniciar uma lavoura e criação de gado estabeleceu-se às margens do ribeirão Cachoeirinha localizado a uma distância de 70 km da cidade de Tocantinópolis. Aos poucos, a notícia que o local era bom para a lavoura foi se espalhando atraindo lavradores de outras localidades e assim o povoado cresceu. Pela Lei Estadual nº 251, de 20/02/91, o distrito de Cachoeirinha foi desmembrado do município de Tocantinópolis e transformado em município, tendo sido instalado em 01/01/93 (IBGE, 2006).

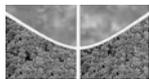
### Darcinópolis

O município de Darcinópolis, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2000), tinha uma população total de 4.273 de habitantes. Conforme a situação do domicílio, a maior parte da população era urbana (2.372) e 1.901 rural (Gráfico 65). Desmembrado de Tocantinópolis, Darcinópolis possuía, em 2000, uma área de 1.548,7 km<sup>2</sup> e densidade demográfica de 2,7 hab./km<sup>2</sup>.

Gráfico 65 – Porcentagem da população de Darcinópolis por situação do domicílio - 2000



Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

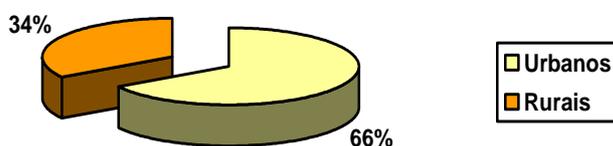


O morador mais antigo chegou ao município em meados de 1932 e a primeira fazenda foi registrada no Cartório de Imóveis do município, antigo povoado da Ribeira, em 1946. Segundo o primeiro morador do local, o município de Darcinópolis surgiu em 1972 em razão da mudança da estrada Belém-Brasília, que até então passava no povoado de Regalo extinto em virtude da construção desta. Em 1979, por meio de Decreto Municipal o povoado da Ribeira passa a se chamar Darcinópolis, tendo sido o município criado em 20 de fevereiro de 1991 e instalado em 01/01/1993.

### **Luzinópolis**

O município de Luzinópolis apresentava uma população total, em 2000, de 2.021 habitantes. Destes, a maior parte se encontrava na área urbana, 1.327 habitantes e 694 residiam na área rural (Gráfico 66). A área do município, em 2000, era de 279,6 km<sup>2</sup> e a densidade demográfica de 7,2 hab./km<sup>2</sup>. O município de Luzinópolis foi desmembrado de Tocantinópolis.

Gráfico 66 – Porcentagem da população de Luzinópolis por situação do domicílio - 2000

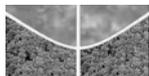


Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

O início do povoamento do local onde hoje se localiza o município de Luzinópolis foi descoberto no decorrer da década de 1960 nas margens do ribeirão Brejo Feio onde o primeiro morador ali se instalou e passou a cultivar a lavoura, atividade essa que, posteriormente, atraiu outras famílias para a região e contribuiu para formar o povoado. A criação do município se deu em 26 de maio de 1994 e sua instalação em 01/01/1997.

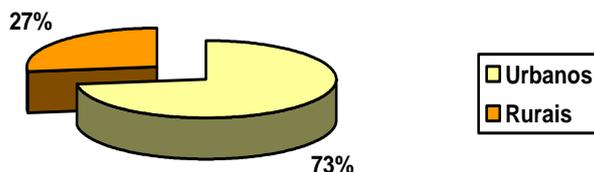
### **Aguiarnópolis**

O município de Aguiarnópolis, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2000), tinha população total de 3.145 habitantes. Conforme a situação do domicílio, a maior



parte da população era urbana (2.304) e 841 rurais (Gráfico 67). O município possuía, em 2000, uma área de 238,7 km<sup>2</sup> e densidade demográfica de 13,1 hab./km<sup>2</sup>.

Gráfico 67 – Porcentagem da população de Aguiarnópolis por situação do domicílio - 2000



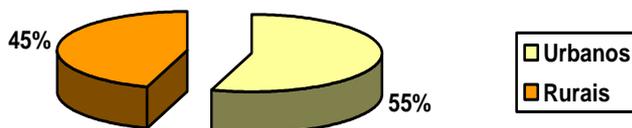
Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

Aguiarnópolis foi criado 26 de maio de 1994, a partir de desmembramento do município de Tocantinópolis. Sua instalação ocorre em 01/01/1997. A CNM (2006) não apresenta informações sobre a história do município.

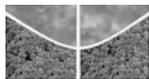
### Maurilândia do Tocantins

O município de Maurilândia do Tocantins, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2000), tinha população total de 2.854 habitantes. Conforme a situação do domicílio, a maior parte da população era urbana (1.579) e 1.275 habitantes rurais (Gráfico 68). Maurilândia do Tocantins possuía, em 2000, uma área de 789 km<sup>2</sup> e densidade demográfica de 3,6 hab./km<sup>2</sup>.

Gráfico 68 – Porcentagem da população de Maurilândia do Tocantins por situação do domicílio - 2000



Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

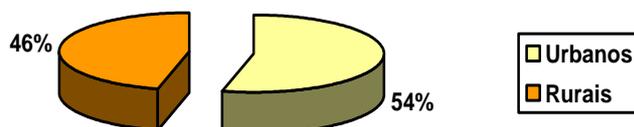


O município foi criado em 20 de fevereiro de 1991, tendo sido desmembrado de Tocantinópolis. Sua instalação se deu em 01/01/1993. A CNM (2006) não apresenta informações sobre a história do município.

### Palmeiras do Tocantins

O município de Palmeiras do Tocantins, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2000), tinha população total de 4.622 habitantes. Conforme a situação do domicílio, a maior parte da população era urbana (2.497) e 2.125 rurais (Gráfico 69). O município possuía, em 2000, uma área de 747,9 km<sup>2</sup> e densidade demográfica de 6,1 hab./km<sup>2</sup>.

Gráfico 69 – Porcentagem da população de Palmeiras do Tocantins por situação do domicílio - 2000



Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

Criado em 20 de fevereiro de 1991, o município de Palmeiras do Tocantins foi desmembrado de Tocantinópolis. Sua instalação ocorreu em 01/01/1993. Não havia informações sobre a história do município segundo a CNM (2006).

A partir dessa caracterização geral apresentada dos 61 municípios que mais se subdividiram na Amazônia Legal foi possível constatar que, segundo a situação do domicílio a maior parte é rural. Quanto a extensão territorial, os que possuíam, em 2000, maior área (superior a 20 mil km<sup>2</sup>) eram Itaituba (PA), Apuí (AM), Novo Aripuanã (AM), Jacareacanga (MT), Novo Progresso (MT) e Amajari (RR). Em contraposição, os que possuíam extensão territorial inferior a 1.000 km<sup>2</sup> eram Aguiarnópolis (TO), Luzinópolis (TO), Palmeiras do TO (TO), Maurilândia do TO (TO), Cachoeirinha (TO), Davinópolis (MA), Governador Edison Lobão (MA), São Pedro da Água Branca (MA), São Francisco do Brejão (MA). Cabe ressaltar, que essa localização dos município de maior e menor extensão territorial corresponde de certa forma, aos estados que sofreram maior ou menor fragmentação territorial como é o caso do Amazonas que sofreu poucas subdivisões e portanto, possui municípios maiores e do Maranhão que, sofreu muitas subdivisões e logo, apresenta municípios de com menor extensão territorial (Tabela 19).

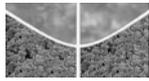


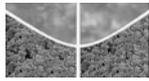
Tabela 19 – População residente por situação do domicílio, densidade demográfica e área territorial em 1980 e 2000 - municípios mais desmembrados na Amazônia Legal, foco do estudo de caso

|    |     | Municípios Novos         | Situação do Domicílio (2000) <sup>(1)</sup> |        | Densidade Demográfica (hab./km <sup>2</sup> ) <sup>(1)</sup> | Área (km <sup>2</sup> ) <sup>(2)</sup> |         |
|----|-----|--------------------------|---|--------|--|--|---------|
|    |     |                          | Urbanos                                     | Rurais |  | 1980                                   | 2000    |
|    |     |                          | %   | %      |  |  |         |
| AC | 1.  | Cruzeiro do Sul          | 58  | 42     | 8,58   | 24401                                  | 7848,4  |
|    | 2.  | Marechal Thaumaturgo     | 12  | 88     | 1,1  |  | 7668,9  |
|    | 3.  | Porto Walter             | 26  | 74     | 0,9  |  | 6068    |
|    | 4.  | Rodrigues Alves          | 33  | 67     | 2,4  |  | 3304,5  |
|    | 5.  | Rio Branco               | 89  | 11     | 25,4   | 14294                                  | 9877,2  |
|    | 6.  | Bujari                   | 28  | 72     | 1,7  |  | 3426,2  |
|    | 7.  | Capixaba                 | 29  | 71     | 3  |  | 1717    |
|    | 8.  | Porto Acre               | 11  | 89     | 4  |  | 2913,6  |
| AM | 9.  | Careiro                  | 21  | 79     | 5,7  | 6610                                   | 6097,4  |
|    | 10. | Careiro da Várzea        | 5   | 95     | 6,2  |  | 2631,3  |
|    | 11. | Ipixuna                  | 39  | 61     | 1,1  | 22873                                  | 13572,8 |
|    | 12. | Guajará                  | 47  | 53     | 1,5  |  | 8945,5  |
|    | 13. | Novo Aripuanã            | 53  | 47     | 0,4  | 61936                                  | 41393,9 |
|    | 14. | Apuí                     | 44  | 56     | 0,3  |  | 54022,3 |
| AP | 15. | Macapá                   | 96  | 4      | 43,1   | 27795                                  | 6533,1  |
|    | 16. | Cutias                   | 44  | 56     | 1,5  |  | 2118,1  |
|    | 17. | Ferreira Gomes           | 29  | 71     | 0,7  |  | 5049,6  |
|    | 18. | Itaubal                  | 40  | 60     | 1,8  |  | 1562,8  |
|    | 19. | Pedra Branca do Amapari  | 34  | 66     | 0,4  |  | 9495,4  |
|    | 20. | Porto Grande             | 67  | 33     | 2,5  |  | 4401,9  |
|    | 21. | Santana                  | 94  | 6      | 50,1   |  | 1592,5  |
|    | 22. | Serra do Navio           | 37  | 63     | 0,4  |  | 7756,6  |
|    | 23. | Tartarugalzinho          | 49  | 51     | 1,1  |  | 6712    |
| MA | 24. | Imperatriz               | 95  | 5      | 149,8  | 13352                                  | 1531,4  |
|    | 25. | Cidelândia               | 39  | 61     | 8,1  |  | 1460,7  |
|    | 26. | Davinópolis              | 83  | 17     | 36,6   |  | 333,9   |
|    | 27. | Governador Edison Lobão  | 36  | 64     | 17,5   |  | 617,8   |
|    | 28. | São Francisco do Brejão  | 54  | 46     | 9,6  |  | 731,5   |
|    | 29. | São Pedro da Água Branca | 42  | 58     | 15,1   |  | 719,7   |
|    | 30. | Vila Nova dos Martírios  | 46  | 54     | 5,6  |  | 1190    |
| MT | 31. | Diamantino               | 77  | 23     | 2,4  | 82330                                  | 7735,9  |
|    | 32. | Brasnorte                | 36  | 64     | 0,6  |  | 15959,4 |
|    | 33. | Campo Novo do Parecis    | 83  | 17     | 1,6  |  | 10756   |
|    | 34. | Lucas do Rio Verde       | 84  | 16     | 5,3  |  | 3659,8  |
|    | 35. | Nova Mutum               | 70  | 30     | 1,6  |  | 9428,6  |
|    | 36. | Tapurah                  | 36  | 64     | 1  |  | 11600,1 |
|    | 37. | Itaituba                 | 68  | 32     | 1,5  | 165578                                 | 62111,6 |
|    | 38. | Jacareacanga             | 24  | 76     | 0,4  |  | 53304,9 |
|    | 39. | Trairão                  | 79  | 21     | 1,2  |  | 11991,2 |
|    | 40. | Novo Progresso           | 39  | 61     | 0,7  |  | 38161,4 |
|    | 41. | São João do Araguaia     | 20  | 80     | 9,3  | 8569                                   | 1296,1  |
|    | 42. | Bom Jesus do Tocantins   | 47  | 53     | 4,6  |  | 2816,2  |
|    | 43. | Brejo Grande do Araguaia | 57  | 43     | 6,4  |  | 1157,3  |
|    | 44. | São Domingos do Araguaia | 54  | 46     | 14,2   |  | 1392,4  |
| RO | 45. | Ariquemes                | 74  | 26     | 14,9   | 38687                                  | 4975    |
|    | 46. | Alto Paraíso             | 31  | 69     | 4,9  |  | 2647,3  |
|    | 47. | Cacaulândia              | 34  | 66     | 2,7  |  | 2202,3  |
|    | 48. | Machadinho d'Oeste       | 48  | 52     | 2,7  |  | 8520,9  |
|    | 49. | Monte Negro              | 45  | 55     | 8,9  |  | 1407,7  |
|    | 50. | Rio Crespo               | 29  | 71     | 1,7  |  | 1722,8  |
| RR | 51. | Boa Vista                | 98  | 2      | 35,1   | 96501                                  | 5686,7  |
|    | 52. | Amajari                  | 16  | 84     | 0,2  |  | 28472,5 |
|    | 53. | Pacaraima                | 40  | 60     | 0,9  |  | 8028,6  |
|    | 54. | Uiramutã                 | 9   | 91     | 0,7  |  | 8055,4  |
| TO | 55. | Tocantinópolis           | 83  | 17     | 21   | 5602                                   | 1077,1  |
|    | 56. | Aguiarnópolis            | 73  | 27     | 13,1   |  | 238,7   |
|    | 57. | Cachoeirinha             | 87  | 13     | 5,7  |  | 352,3   |
|    | 58. | Darcinópolis             | 55  | 45     | 2,7  |  | 1548,7  |
|    | 59. | Luzinópolis              | 66  | 34     | 7,2  |  | 279,6   |
|    | 60. | Maurilândia do TO        | 55  | 45     | 3,6  |  | 789     |
|    | 61. | Palmeiras do TO          | 54  | 46     | 6,1  |  | 747,9   |

Fonte: IBGE; IPEA

Notas: (1) Censo Demográfico – IBGE (2000).

(2) Extraído do Banco de Dados IPEA/DATA (2005).



Ligado diretamente a questão de área, está a discussão sobre densidade demográfica. A análise dos 61 municípios que mais sofreram desmembramentos após 1988 mostrou que a maior parte destes municípios (40 de 61) possuíam densidade demográfica inferior a 5,0 hab./km<sup>2</sup>. Entre os municípios que apresentavam, em 2000, menor densidade demográfica (inferior a 1,0 hab./km<sup>2</sup>) estavam Amajari (RR), Apuí (AM), Novo Aripuanã (AM), Pedra Branca do Amapari (AP), Serra do Navio (AP), Jacareacanga (PA), Brasnorte (MT), Ferreira Gomes (AP), Novo Progresso (PA), Uiramutã (RR), Porto Walter (AC), Pacaraima (RR). Em oposição, entre os que possuíam maior densidade demográfica (superior a 20 hab./km<sup>2</sup>) destacam-se algumas capitais como Rio Branco (AC), Boa Vista (RR), Macapá (AP) e os municípios de maior população nos estados como Davinópolis (MA), Santana (AP), Tocantinópolis (TO) e Imperatriz (MA) (Tabela 19).

Apresentado o perfil demográficos e a história dos municípios que mais se subdividiram na Amazônia Legal, cabe passar a discussão dos indicadores de qualidade de vida nestes municípios e que permitirão avaliar se houve de fato uma melhoria na qualidade de vida da população residente nestas localidades.

## 7.2 INDICADOR DE SAÚDE

Os dados relativos a este indicador foram extraídos da pesquisa Assistência Médico-Sanitária, como já citado no capítulo anterior, sendo referentes aos anos de 1981 e 2002. De acordo com o IBGE (2002b), esta pesquisa, por seu caráter censitário junto aos estabelecimentos de saúde, tem sido um elemento valioso para a detecção das tendências da oferta de serviços de saúde no Brasil, do ponto de vista histórico e comparativo, constituindo-se, até o momento, no único instrumento que busca retratar a realidade dos estabelecimentos de saúde como um todo, independentemente de sua esfera ou natureza jurídica, assim como sua vinculação com o setor público (Sistema Único de Saúde - SUS).

A análise quantitativa do indicador número de leitos por 1000 habitantes mostra que houve melhoria nos índices na maioria deles. Com exceção dos municípios de Careiro (AM), São João do Araguaia (PA) e Tocantinópolis (TO), que não apresentavam dados em 1980, não podendo assim serem comparados com os municípios que deles foram desmembrados, houve aumento no número de leitos por 1000 habitantes em todos os municípios (Tabela 20).

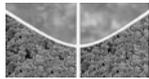


Tabela 20 – Número de leitos hospitalares por habitante – 1981 e 2002

| Municípios Antigos – Censo de 1980 |                  | Municípios Novos – Censo de 2000                                    |                  |
|------------------------------------|------------------|---|------------------|
| Nomes                              | Leitos/1000 hab. | Nomes   | Leitos/1000 hab. |
| ACRE                               |                  |   |                  |
| 1. Cruzeiro do Sul                 | 4,81             | Município de origem + Municípios desmembrados deste <sup>(1)</sup>  | 10,06            |
| 2. Rio Branco                      | 6,19             | Município de origem + Municípios desmembrados deste <sup>(2)</sup>  | 12,78            |
| AMAZONAS                           |                  |   |                  |
| 3. Careiro                         | -                | Município de origem + Municípios desmembrados deste <sup>(3)</sup>  | 0,45             |
| 4. Ipixuna                         | 0,16             | Município de origem + Municípios desmembrados deste <sup>(4)</sup>  | 3,49             |
| 5. Novo Aripuanã                   | 1,18             | Município de origem + Municípios desmembrados deste <sup>(5)</sup>  | 2,18             |
| AMAPÁ                              |                  |   |                  |
| 6. Macapá                          | 3,81             | Município de origem + Municípios desmembrados deste <sup>(6)</sup>  | 14,63            |
| MARANHÃO                           |                  |   |                  |
| 7. Imperatriz                      | 4,72             | Município de origem + Municípios desmembrados deste <sup>(7)</sup>  | 19,94            |
| MATO GROSSO                        |                  |   |                  |
| 8. Diamantino                      | 7,70             | Município de origem + Municípios desmembrados deste <sup>(8)</sup>  | 9,69             |
| Pará                               |                  |   |                  |
| 9. Itaituba                        | 1,86             | Município de origem + Municípios desmembrados deste <sup>(9)</sup>  | 5,11             |
| 10. São João do Araguaia           | -                | Município de origem + Municípios desmembrados deste <sup>(10)</sup> | 7,69             |
| RONDÔNIA                           |                  |   |                  |
| 11. Ariquemes                      | 3,71             | Município de origem + Municípios desmembrados deste <sup>(11)</sup> | 10,92            |
| RORAIMA                            |                  |   |                  |
| 12. Boa Vista                      | 4,93             | Município de origem + Municípios desmembrados deste <sup>(12)</sup> | 7,32             |
| TOCANTINS                          |                  |   |                  |
| 13. Tocantinópolis                 | -                | Município de origem + Municípios desmembrados deste <sup>(13)</sup> | 2,87             |

Notas:

(1) Cruzeiro do Sul, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Rodrigues Alves.

(2) Rio Branco, Bujari, Capixaba, Porto Acre.

(3) Careiro, Careiro da Várzea.

(4) Ipixuna, Guajará.

(5) Novo Aripuanã, Apuí.

(6) Macapá, Cutias, Ferreira Gomes, Itauba, Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Santana, Serra do Navio, Tartarugalzinho.

(7) Imperatriz, Cidelândia, Davinópolis, Governador Edison Lobão, São Francisco do Brejão, São Pedro da Água Branca, Vila Nova dos Martírios.

(8) Diamantino, Brasnorte, Campo Novo do Parecis, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Tapurah.

(9) Itaituba, Jacareacanga, Trairão, Novo Progresso.

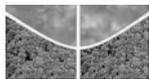
(10) São João do Araguaia, Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, São Domingos do Araguaia.

(11) Ariquemes, Alto Paraíso, Cacaulândia, Machadinho d'Oeste, Monte Negro, Rio Crespo.

(12) Boa Vista, Amajari, Pacaraima, Uiramutã.

(13) Tocantinópolis, Aguiarnópolis, Cachoeirinha, Darcinópolis, Luzinópolis, Maurilândia do Tocantins, Palmeiras do Tocantins.

Os municípios que tiveram maior aumento no número de leitos/1000 habitantes, comparando-se os anos de 1981 e 2002, foram Macapá (AP), que avançou de 3,81 em 1981 para 14,63 em 2002, e Imperatriz (MA), cujos valores saltaram de 4,72 em 1981 para 19,94 em 2002. Dentre os que apresentaram poucos avanços, destaca-se Novo Aripuanã (AM), que em 1981 possuía 1,18 leitos/1000 habitantes e em 2002 teve esse valor aumentado apenas para 2,18. Número este, no entanto, cabe enfatizar, ainda considerado muito baixo, pois, conforme cita a Pesquisa Assistência Médico-Sanitária (2002), os parâmetros de cobertura



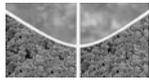
sobre a necessidade de leitos indicados pelo Ministério da Saúde, na Portaria no 1101/GM de 12/07/ 2002, apontam como valores mínimos 2,5 a 3 leitos por 1 000 habitantes.

O município de Diamantino (MT) também apresentou aumento relativamente pequeno, comparando-se 1981 e 2002, passando de 7,70 para 9,69.

O aumento no número de leitos entre 1981 e 2002 verificado pela maior parte dos municípios foco deste estudo de caso é confirmado pelos dados da Pesquisa Assistência Médico-Sanitária (2002), segundo a qual, enquanto para os leitos públicos, no conjunto do País, houve uma tendência de queda em algumas regiões, como a Sudeste, esta queda não se verifica em todas as regiões, podendo-se observar aumentos nas Regiões Centro-Oeste e Nordeste e recuperação na Região Norte, onde a participação dos leitos públicos é responsável por quase 50% da oferta.

Esta pesquisa ressalta também que houve, a partir da década de 1970, crescimento constante do número de estabelecimentos de saúde no Brasil, em sua maior magnitude atribuível ao segmento sem internação. “Tanto para as instituições públicas quanto para as privadas, este crescimento é visivelmente mais acentuado entre os anos de 1980 e 1992, passando de 18.489 estabelecimentos para 41.008 (6,31% ao ano). Entre 1992 e 1999, quando atinge 48.815 estabelecimentos, o crescimento foi de apenas 2,52% ao ano, voltando a se acentuar em 2002, chegando a 53.825 estabelecimentos (3,31% ao ano)” (IBGE, p.26, 2002b).

Considerando-se, somente a título de complementação da análise do indicador Saúde, outra variável, o *Número de Postos de Saúde*, é possível perceber que houve aumento significativo em todos os municípios, comparando-se 1980 e 2000. A análise dos municípios antigos em 1980 com eles mesmos em 2000 mostra que todos elevaram o seu número de postos de saúde, com destaque para as capitais dos Estados, onde o aumento foi maior que nos demais municípios. Entre estes destacam-se Imperatriz (MA), cujo número de posto de saúde passou de 23 em 1980 para 122 em 2000 e Rio Branco (AC) que saltou de 26 em 1980 para 120 em 2000. Já dentre os que registraram um aumento menor no número de posto de saúde está o município de São João do Araguaia (PA), que em 1980 possuía dois posto e teve esse número elevado para 8 em 2000.



### 7.3 INDICADOR EDUCAÇÃO

Considerada uma das ferramentas fundamentais para o desenvolvimento econômico e social de um país, a educação requer uma série de investimentos por parte do governo que visem dar acesso à escola a todos aqueles que estão fora do sistema de ensino, conferindo-lhes, além das condições necessárias para exercer sua cidadania, também os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, conforme afirma a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB da Educação (BRASIL, 1996).

Apesar de possuir ainda graves questões a solucionar, como o problema do analfabetismo, o baixo nível de instrução de sua população e a pequena porcentagem dos alunos em idade regular matriculada no ensino médio, a educação no Brasil teve avanços significativos nas últimas décadas, conforme mostra a publicação *Geografia da Educação Brasileira*, elaborada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (2002). Segundo o instituto, houve no período entre 1980-2000 aumento da população atendida pelo ensino básico (a taxa de atendimento da população de 7 a 14 anos passou de 80,9% em 1980 para 96,4% em 2000, cobertura esta muito próxima à de países desenvolvidos); registrou-se diminuição no analfabetismo da população com 15 anos ou mais (que caiu 11,8 pontos percentuais entre 1980-2000); além da redução da população sem nenhum nível de instrução (entre 1995 e 1999), que levou ao conseqüente aumento do percentual daqueles com o ensino fundamental, o ensino médio e o ensino superior completos.

Considerando o importante papel desempenhado pela educação, na análise dos indicadores relacionados a essa nos municípios da Amazônia Legal, utilizou-se como variável o número de *Pessoas de 5 anos ou mais por grupos de anos de estudo*. A avaliação dos dados encontrados confirma o quadro traçado para a educação no Brasil ao mostrar que, ao comparar-se a situação dos municípios antigos em 1980 com a de 2000, juntamente com os municípios novos que deles foram desmembrados, todos apresentaram aumento nas porcentagens relacionadas aos anos de estudo da população indicando assim, que em relação ao indicador educação, houve melhoria significativa (Gráfico 70 e Tabela 20).

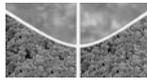


Gráfico 70 – Municípios que tiveram seus números aumentados ou diminuídos em relação a cada grupo de anos de estudo entre 1980 e 2000

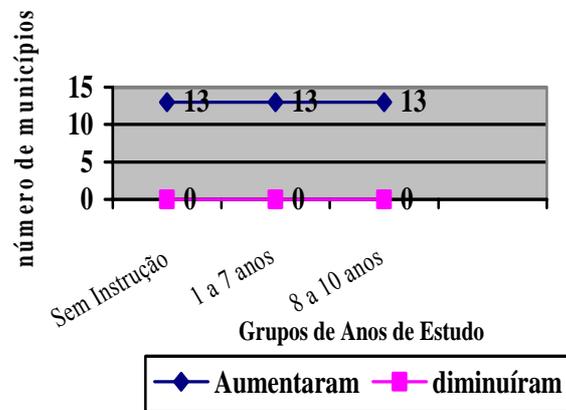


Tabela 21 – Pessoas de 5 anos ou mais por grupos de anos de estudo nos Censos de 1980 e 2000

| Municípios Antigos 1980       |                 |              |               | Municípios Novos 2000   |                 |              |               |
|-------------------------------|-----------------|--------------|---------------|---|-----------------|--------------|---------------|
| Nomes                         | Sem Instrução % | 1 a 7 anos % | 8 a 10 anos % | Nomes   | Sem Instrução % | 1 a 7 anos % | 8 a 10 anos % |
| 1. Cruzeiro do Sul (AC)       | 64              | 34           | 2             | Município de origem + Municípios desmembrados deste <sup>(6)</sup>  | 27              | 57           | 16            |
| 2. Rio Branco (AC)            | 45              | 47           | 8             | Município de origem + Municípios desmembrados deste <sup>(5)</sup>  | 24              | 58           | 18            |
| 3. Careiro (AM)               | 62              | 37           | 1             | Município de origem + Municípios desmembrados deste <sup>(7)</sup>  | 33              | 63           | 4             |
| 4. Ipixuna (AM)               | 84              | 15           | 1             | Município de origem + Municípios desmembrados deste <sup>(8)</sup>  | 33              | 63           | 4             |
| 5. Novo Aripuanã (AM)         | 60              | 39           | 1             | Município de origem + Municípios desmembrados deste <sup>(9)</sup>  | 34              | 61           | 5             |
| 6. Macapá (AP)                | 38              | 54           | 8             | Município de origem + Municípios desmembrados deste <sup>(13)</sup> | 24              | 62           | 14            |
| 7. Imperatriz (MA)            | 55              | 41           | 4             | Município de origem + Municípios desmembrados deste <sup>(3)</sup>  | 23              | 62           | 15            |
| 8. Diamantino (MT)            | 42              | 52           | 6             | Município de origem + Municípios desmembrados deste <sup>(11)</sup> | 15              | 69           | 16            |
| 9. Itaituba (PA)              | 48              | 49           | 3             | Município de origem + Municípios desmembrados deste <sup>(2)</sup>  | 30              | 60           | 10            |
| 10. São João do Araguaia (PA) | 60              | 39           | 1             | Município de origem + Municípios desmembrados deste <sup>(1)</sup>  | 35              | 58           | 7             |
| 11. Ariquemes (RO)            | 51              | 47           | 2             | Município de origem + Municípios desmembrados deste <sup>(12)</sup> | 23              | 65           | 12            |
| 12. Boa Vista (RR)            | 36              | 56           | 8             | Município de origem + Municípios desmembrados deste <sup>(4)</sup>  | 20              | 57           | 23            |
| 13. Tocantinópolis (TO)       | 53              | 44           | 3             | Município de origem + Municípios desmembrados deste <sup>(10)</sup> | 24              | 64           | 12            |

Notas:

(1) Cruzeiro do Sul, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Rodrigues Alves.

(2) Rio Branco, Bujari, Capixaba, Porto Acre.

(3) Careiro, Careiro da Várzea.

(4) Ipixuna, Guajará.

(5) Novo Aripuanã, Apuí.

(6) Macapá, Cutias, Ferreira Gomes, Itaúbal, Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Santana, Serra do Navio, Tartarugalzinho.

(7) Imperatriz, Cidelândia, Davinópolis, Governador Edison Lobão, São Francisco do Brejão, São Pedro da Água Branca, Vila Nova dos Martírios.

(8) Diamantino, Brasnorte, Campo Novo do Parecis, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Tapurah.

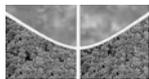
(9) Itaituba, Jacareacanga, Trairão, Novo Progresso.

(10) São João do Araguaia, Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, São Domingos do Araguaia.

(11) Ariquemes, Alto Paraíso, Cacaúlândia, Monte Negro, Rio Crespo, Machadinho d'Oeste.

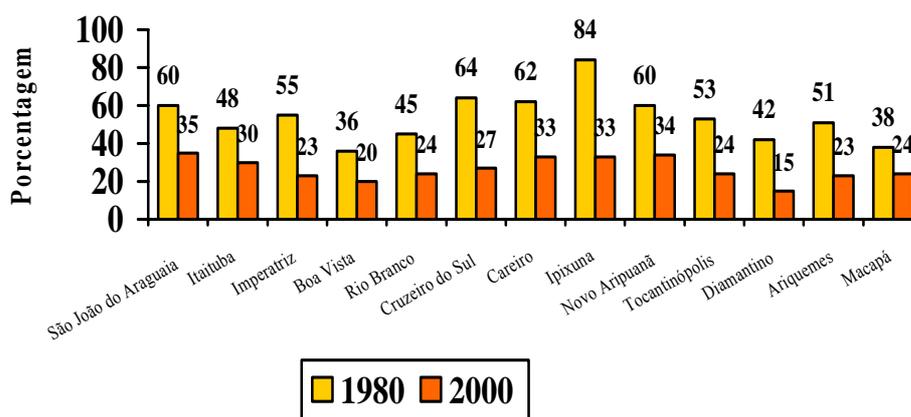
(12) Boa Vista, Amajari, Pacaraima, Uiramutã.

(13) Tocantinópolis, Aguiarnópolis, Cachoeirinha, Darcinópolis, Luzinópolis, Maurilândia do Tocantins, Palmeiras do Tocantins.



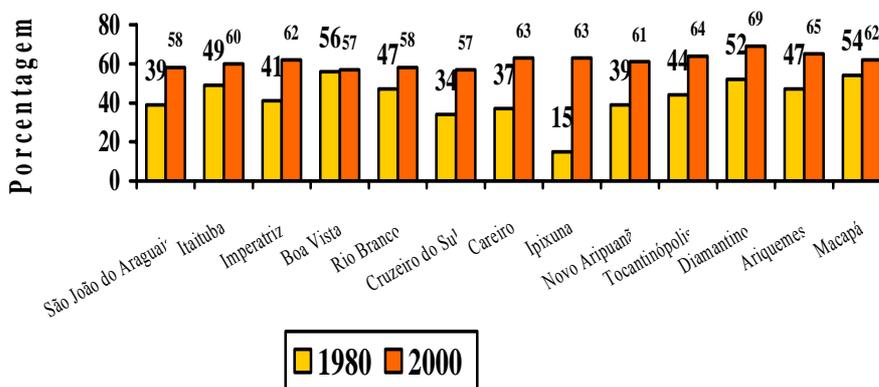
Ao analisar os grupos de anos de estudo separadamente, tem-se que em relação à porcentagem de pessoas de 5 anos ou mais que não possuíam instrução, houve nos 13 municípios um declínio nos números entre 1980 e 2000, ilustrando assim uma melhoria em relação a esta variável (Gráfico 71).

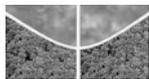
Gráfico 71 – Porcentagem da população sem instrução por município entre 1980 e 2000



Em relação ao grupo de *1 a 7 anos de estudo*, que corresponde aos que estavam cursando o ensino fundamental, também ocorreu melhoria nas porcentagens em todos os municípios. Os municípios que se destacaram apresentando maior aumento nas porcentagens foram Ipixuna (AM), que passou de 15% em 1980 para 63% em 2000; Careiro (AM), que aumentou de 37% em 1980 para 63% em 2000; e Cruzeiro do Sul (AC), que saltou de 34% para 57% (Gráfico 72).

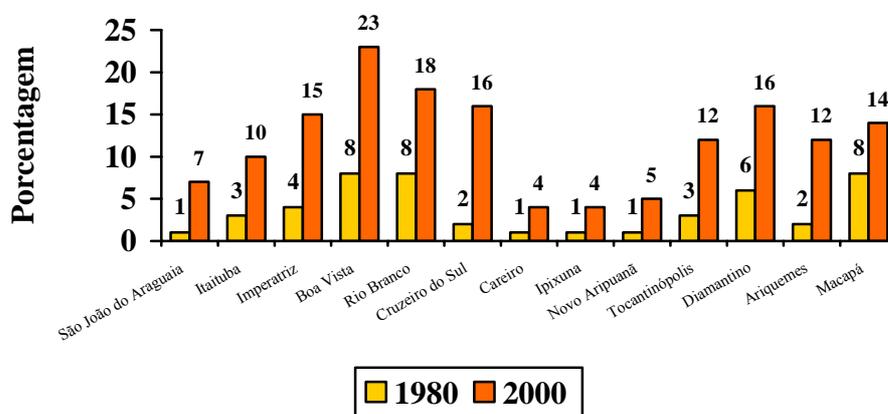
Gráfico 72 – Porcentagem da população com 1 a 7 anos de estudo por municípios em 1980 e 2000





Semelhantemente ao que ocorreu com o grupo de 1 a 7 anos de estudo, o grupo que compreendia as pessoas com 8 a 10 anos de estudo (correspondente aos que estavam entrando no ensino médio) também registraram-se porcentagens referentes a todos os municípios aumentadas no período de 1980 a 2000. Os municípios que tiveram maior aumento foram Boa Vista (RR), que saltou de 8% em 1980 para 23% em 2000; e Cruzeiro do Sul (AC), que passou de 2% para 16% (Gráfico 73).

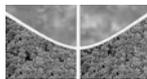
Gráfico 73 – Porcentagem da população com 8 a 10 anos de estudo por municípios em 1980 e 2000



#### 7.4 INDICADOR SANEAMENTO

Considerando ser a água tratada, conforme cita a publicação *Indicadores de Desenvolvimento Sustentável* do IBGE (2002a), fundamental para a melhoria das condições de saúde e higiene da população, e tendo em vista, que a associação desta com informações ambientais e socioeconômicas (incluindo outros serviços de saneamento, saúde, educação e renda) é um indicador universal de desenvolvimento sustentável, selecionou-se para analisar o indicador saneamento a variável *Domicílios particulares permanentes, por abastecimento de água*.

Em síntese, a análise do número de domicílios ligados à rede geral de água, nos 13 municípios antigos em 1980 e 61 novos (nestes incluídos dados dos 13 municípios antigos em 2000) indica que houve uma melhoria significativa na maior parte deles (isto é, em 11),



comparando-se os anos de 1980 e 2000 (Tabela 15). Apenas o município de Itaituba (PA) teve declínio nas porcentagens de domicílios que estavam ligados à rede geral de água, tendo este passado de 17% em 1980 para 8% em 2000. E o município de São João do Araguaia (PA) não possuía dados em 1980 (Gráfico 74 e Tabela 22).

Tabela 22 – Porcentagem de domicílios particulares permanentes ligados à rede geral de água – Censos de 1980 e 2000.

| Municípios Antigos 1980       |                             | Municípios Novos 2000   |                             |
|-------------------------------|-----------------------------|---|-----------------------------|
| Nomes                         | Dom. Lig. Rede Geral Água % | Nomes   | Dom. Lig. Rede Geral Água % |
| 1. Cruzeiro do Sul (AC)       | 10                          | Município de origem + Municípios desmembrados deste <sup>(6)</sup>  | 26                          |
| 2. Rio Branco (AC)            | 41                          | Município de origem + Municípios desmembrados deste <sup>(5)</sup>  | 47                          |
| 3. Careiro (AM)               | 4                           | Município de origem + Municípios desmembrados deste <sup>(7)</sup>  | 16                          |
| 4. Ipixuna (AM)               | 2                           | Município de origem + Municípios desmembrados deste <sup>(8)</sup>  | 13                          |
| 5. Novo Aripuanã (AM)         | 20                          | Município de origem + Municípios desmembrados deste <sup>(9)</sup>  | 20                          |
| 6. Macapá (AP)                | 41                          | Município de origem + Municípios desmembrados deste <sup>(13)</sup> | 53                          |
| 7. Imperatriz (MA)            | 23                          | Município de origem + Municípios desmembrados deste <sup>(3)</sup>  | 52                          |
| 8. Diamantino (MT)            | 34                          | Município de origem + Municípios desmembrados deste <sup>(11)</sup> | 71                          |
| 9. Itaituba (PA)              | 17                          | Município de origem + Municípios desmembrados deste <sup>(2)</sup>  | 8                           |
| 10. São João do Araguaia (PA) | -                           | Município de origem + Municípios desmembrados deste <sup>(1)</sup>  | 28                          |
| 11. Ariquemes (RO)            | 7                           | Município de origem + Municípios desmembrados deste <sup>(12)</sup> | 23                          |
| 12. Boa Vista (RR)            | 49                          | Município de origem + Municípios desmembrados deste <sup>(4)</sup>  | 92                          |
| 13. Tocantinópolis (TO)       | 21                          | Município de origem + Municípios desmembrados deste <sup>(10)</sup> | 76                          |

Notas:

(1) Cruzeiro do Sul, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Rodrigues Alves.

(2) Rio Branco, Bujari, Capixaba, Porto Acre.

(3) Careiro, Careiro da Várzea.

(4) Ipixuna, Guajará.

(5) Novo Aripuanã, Apuí.

(6) Macapá, Cutias, Ferreira Gomes, Itauba, Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Santana, Serra do Navio, Tartarugalzinho.

(7) Imperatriz, Cidelândia, Davinópolis, Governador Edison Lobão, São Francisco do Brejão, São Pedro da Água Branca, Vila Nova dos Martírios.

(8) Diamantino, Brasnorte, Campo Novo do Parecis, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Tapurah.

(9) Itaituba, Jacareacanga, Trairão, Novo Progresso.

(10) São João do Araguaia, Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, São Domingos do Araguaia.

(11) Ariquemes, Alto Paraíso, Cacaúlândia, Monte Negro, Rio Crespo, Machadinho d'Oeste.

(12) Boa Vista, Amajari, Pacaraima, Uiramutã.

(13) Tocantinópolis, Aguiarnópolis, Cachoeirinha, Darcinópolis, Luzinópolis, Maurilândia do Tocantins, Palmeiras do Tocantins.

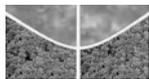
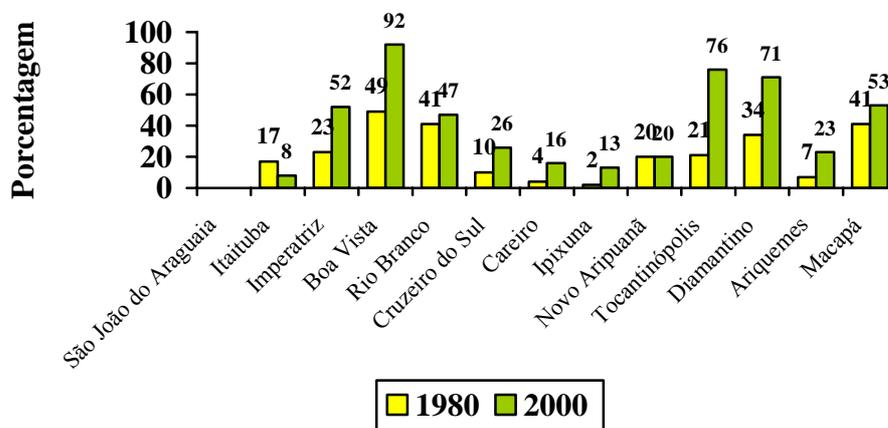


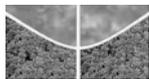
Gráfico 74 – Porcentagem de domicílios ligados à rede geral de abastecimento de água entre 1980 e 2000



Dentre os municípios que mais aumentaram a porcentagem de domicílios ligados à rede geral de água estavam Tocantinópolis (TO), cujos números passaram de 21% em 1980 para 76% em 2000; Boa Vista (RR), que passou de 49% em 1980 para 92% em 2000; e, Diamantino (MT), cujos percentuais aumentaram de 34% em 1980 para 71% em 2000 (Gráfico 14).

Porém, a análise desta variável deixou claro também que, apesar de a maior parte dos municípios ter aumentado a porcentagem de municípios ligados a rede geral de água, a parcela da população que reside em domicílios ligados à rede geral de abastecimento de água ainda é muito pequena, como confirma a *Pesquisa Nacional de Saneamento Básico – PNSB* realizada pelo IBGE (2002d) nos 5.507 municípios do Brasil. No que se refere ao abastecimento de água, os dados da pesquisa mostram que, comparando-se às demais, a Região Norte (juntamente com a Nordeste) é a que apresenta os piores números relacionados a este indicador.

Em relação à quantidade de domicílios abastecidos por rede geral, enquanto a Região Sudeste se destaca por apresentar em 2000 uma porcentagem de 70,5% de domicílios atendidos, na Região Norte a proporção é de apenas 44,3%.



A Região Norte é também a que apresenta o mais baixo índice de ligações com medidores (hidrômetros). Enquanto no Sudeste 91% das ligações são medidas, na Região Norte esse número é de apenas 37%.

A pesquisa ilustra também no que se refere ao volume da água tratada, que há uma diferença de padrão na Região Norte com as outras regiões do país. Enquanto no Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste mais de 90% da água distribuída recebe algum tipo de tratamento, no Norte este percentual é somente de 67,6%.

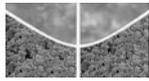
Além disto, dos 116 municípios sem serviço de abastecimento de água por rede geral no Brasil, a maior parte deles está situada na Região Norte e Nordeste, o que força estas localidades a terem que utilizar como alternativas para o abastecimento: chafarizes e fontes, poços particulares e caminhões-pipas.

Por fim, outro fator agravante apresentado pela pesquisa é que a abrangência do abastecimento de água varia de acordo com a quantidade de população dos municípios. Segundo a pesquisa, “os menores municípios apresentam maior deficiência nos serviços, e apenas 46% dos domicílios situados em municípios com até 20.000 habitantes contam com abastecimento de água por rede geral” (IBGE, 2002d, p. 32). Tendo em vista então, o fato que boa parte dos novos municípios da Amazônia Legal se encontrarem nessa faixa de população, como já foi discutido anteriormente, a situação da região se mostra bastante preocupante, requerendo assim, maior atenção por parte dos governantes.

## **7.5 INDICADOR RENDA**

Segundo o IBGE (2002a), a análise da maneira como se dá a apropriação das riquezas produzidas por um país, além de revelar o grau de equidade atingido, é essencial para a formulação de políticas públicas que objetivem o desenvolvimento sustentável.

No que diz respeito à renda, utilizou-se como variável *Pessoas de 10 anos ou mais, por classe rendimento médio mensal*. Dentro destas classes selecionaram-se três consideradas principais, por compreenderem a maior parte da população: Sem Rendimento, Até 1 salário e Mais de 1 a três salários. Analisando-se os números relacionados a estas três



classes foi possível constatar que, comparando-se os dados do censo de 1980 e 2000, houve melhoria na renda da população em todos os 61 municípios foco do estudo de caso (Tabela 23).

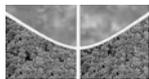
Tabela 23 - Pessoas de 10 anos ou mais, por classe rendimento médio mensal nos Censos de 1980 e 2000

| Municípios Antigos – Censo de 1980 |                  |              |                      | Municípios Novos – Censo de 2000                                    |                  |              |                      |
|------------------------------------|------------------|--------------|----------------------|---|------------------|--------------|----------------------|
| Estados/Municípios                 | Sem Rendimento % | Até 1 S.M. % | Mais de 1 a 3 S.M. % | Nomes   | Sem Rendimento % | Até 1 S.M. % | Mais de 1 a 3 S.M. % |
| <b>ACRE</b>                        |                  |              |                      |   |                  |              |                      |
| 1. Cruzeiro do Sul                 | 62               | 22           | 16                   | Município de origem + Municípios desmembrados deste <sup>(1)</sup>  | 59               | 22           | 19                   |
| 2. Rio Branco                      | 55               | 18           | 27                   | Município de origem + Municípios desmembrados deste <sup>(2)</sup>  | 53               | 21           | 26                   |
| <b>AMAZONAS</b>                    |                  |              |                      |   |                  |              |                      |
| 3. Careiro                         | 65               | 14           | 21                   | Município de origem + Municípios desmembrados deste <sup>(3)</sup>  | 67               | 20           | 13                   |
| 4. Ipixuna                         | 64               | 19           | 17                   | Município de origem + Municípios desmembrados deste <sup>(4)</sup>  | 74               | 18           | 8                    |
| 5. Novo Aripuanã                   | 67               | 11           | 22                   | Município de origem + Municípios desmembrados deste <sup>(5)</sup>  | 69               | 18           | 13                   |
| <b>AMAPÁ</b>                       |                  |              |                      |   |                  |              |                      |
| 6. Macapá                          | 61               | 17           | 22                   | Município de origem + Municípios desmembrados deste <sup>(6)</sup>  | 60               | 19           | 21                   |
| <b>MARANHÃO</b>                    |                  |              |                      |   |                  |              |                      |
| 7. Imperatriz                      | 60               | 18           | 22                   | Município de origem + Municípios desmembrados deste <sup>(7)</sup>  | 52               | 27           | 21                   |
| <b>MATO GROSSO</b>                 |                  |              |                      |   |                  |              |                      |
| 8. Diamantino                      | 56               | 15           | 29                   | Município de origem + Municípios desmembrados deste <sup>(8)</sup>  | 53               | 14           | 33                   |
| <b>Pará</b>                        |                  |              |                      |   |                  |              |                      |
| 9. Itaituba                        | 69               | 8            | 23                   | Município de origem + Municípios desmembrados deste <sup>(9)</sup>  | 58               | 19           | 23                   |
| 10. São João do Araguaia           | 66               | 13           | 21                   | Município de origem + Municípios desmembrados deste <sup>(10)</sup> | 59               | 25           | 16                   |
| <b>RONDÔNIA</b>                    |                  |              |                      |   |                  |              |                      |
| 11. Ariquemes                      | 65               | 9            | 26                   | Município de origem + Municípios desmembrados deste <sup>(11)</sup> | 54               | 19           | 27                   |
| <b>RORAIMA</b>                     |                  |              |                      |   |                  |              |                      |
| 12. Boa Vista                      | 58               | 14           | 28                   | Município de origem + Municípios desmembrados deste <sup>(12)</sup> | 54               | 16           | 30                   |
| <b>TOCANTINS</b>                   |                  |              |                      |   |                  |              |                      |
| 13. Tocantinópolis                 | 61               | 23           | 16                   | Município de origem + Municípios desmembrados deste <sup>(13)</sup> | 56               | 30           | 14                   |

Notas:

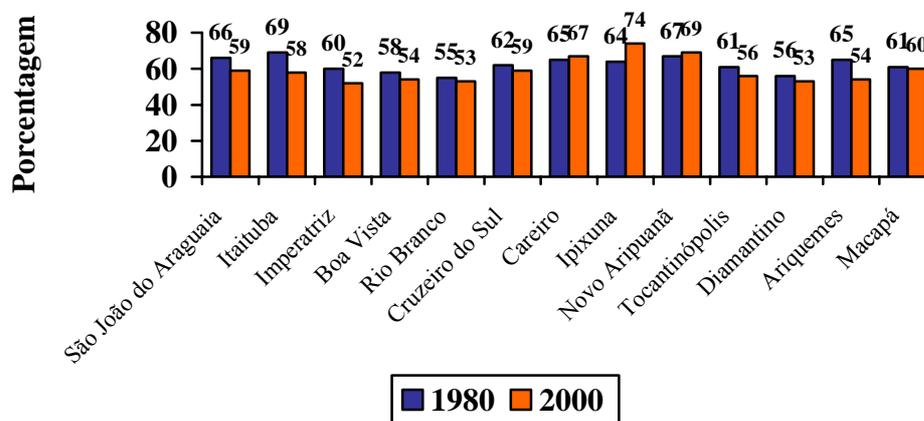
- (1) Cruzeiro do Sul, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Rodrigues Alves.
- (2) Rio Branco, Bujari, Capixaba, Porto Acre.
- (3) Careiro, Careiro da Várzea.
- (4) Ipixuna, Guajará.
- (5) Novo Aripuanã, Apuí.
- (6) Macapá, Cutias, Ferreira Gomes, Itaubal, Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Santana, Serra do Navio, Tartarugalzinho.
- (7) Imperatriz, Cidelândia, Davinópolis, Governador Edison Lobão, São Francisco do Brejão, São Pedro da Água Branca, Vila Nova dos Martírios.
- (8) Diamantino, Brasnorte, Campo Novo do Parecis, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Tapurah.
- (9) Itaituba, Jacareacanga, Trairão, Novo Progresso.
- (10) São João do Araguaia, Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, São Domingos do Araguaia.
- (11) Ariquemes, Alto Paraíso, Cacaulândia, Monte Negro, Rio Crespo, Machadinho d' Oeste.
- (12) Boa Vista, Amajari, Pacaraima, Uiramutã.
- (13) Tocantinópolis, Aguiarnópolis, Cachoeirinha, Darcinópolis, Luzinópolis, Maurilândia do Tocantins, Palmeiras do Tocantins.

Analisando mais detalhadamente cada classe de rendimento isoladamente nos municípios antigos em 1980 e neles mesmos em 2000, juntamente com os novos que deles se desmembraram, constata-se que, em relação aos que não possuíam rendimento, na maior parte



houve diminuição no número destes, o que denota melhoria nos números relativos a esta variável. Dos treze municípios antigos, 10 tiveram o número dos que se encontravam na classe dos *Sem Rendimento* diminuído em relação a 2000. As únicas exceções foram os municípios do estado do Amazonas (Careiro, Ipixuna e Novo Aripuanã), que tiveram o percentual dos que não possuíam rendimento aumentado, comparando-se os valores de 1980 com os de 2000 (Gráfico 75).

Gráfico 75 – Percentagem da população sem rendimento por municípios em 1980 e 2000



Em relação à classe de rendimento de *Até 1 salário*, ocorreu uma inversão, houve aumento dos que recebiam *até 1 salário* mínimo na maioria dos municípios (isto é, em 10 deles). Entre os municípios que tiveram maior aumento nas porcentagens entre 1980 e 2000, estavam São João do Araguaia (PA) que passou de 13% para 25%; Itaituba (PA), que avançou de 8% para 19%, e Ariquemes (RO), que saltou de 9% para 19%. Já entre os que avançaram menos, destacam-se Boa Vista (RR), que passou de 14% para 16%, Macapá (AP), que saltou de 17% para 19%, e Rio Branco (AC), que possuía 18% em 1980 e foi para 21% em 2000.

Houve declínio nas porcentagens dos que se encontravam na faixa de *até 1 salário* apenas nos municípios de Ipixuna (AM), que passou de 19% em 1980 para 18% em 2000, e Diamantino (MT), cuja porcentagem que em 1980 era de 15% caiu para 14% em 2000. O município de Cruzeiro do Sul (AC), cabe ressaltar, manteve porcentagens iguais em 1980 e 2000 (Gráfico 76).

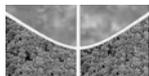
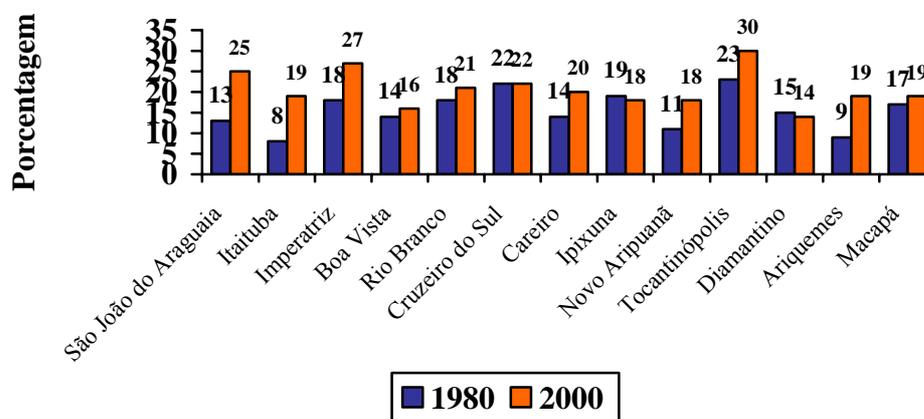


Gráfico 76 – Porcentagem da população que recebia Até 1 Salário Mínimo por municípios em 1980 e 2000



No que diz respeito à última classe de rendimento analisada, que compreendia a porcentagem da população que se encontrava na faixa de *Mais de 1 a 3 salários*, a maior parte dos municípios apresentou declínio nos números, comparando-se 1980 a 2000. Dos municípios restantes, quatro (Boa Vista – AC, Cruzeiro do Sul – AC, Diamantino – MT, Ariquemes – RO) elevaram os números dos que recebiam entre 1 a 3 salários mínimos, e apenas, Itaituba (PA) manteve números iguais no período analisado. A evolução da renda no período de 1980-2000 pode ser visualizada no Gráfico 77.

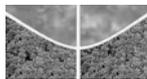
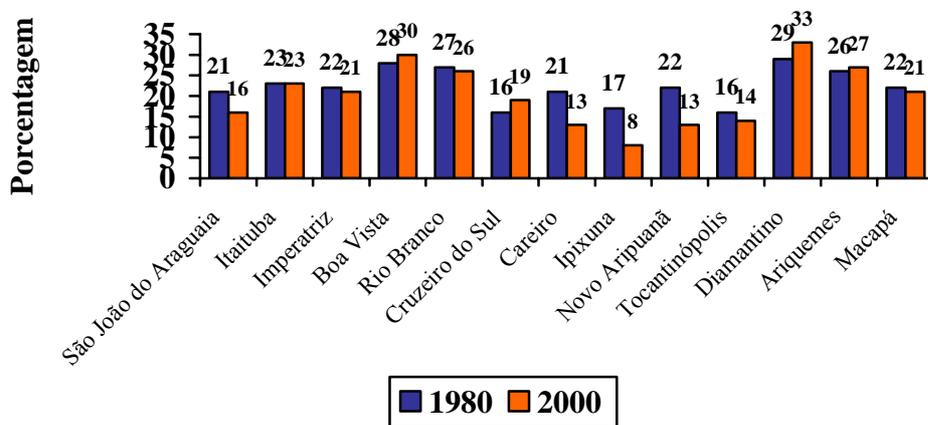
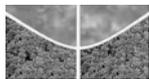


Gráfico 77 – Porcentagem da população que recebia Mais de 1 a 3 Salários Mínimos por município em 1980 e 2000



A melhoria nos indicadores de Saúde, Educação e Renda é confirmada também pelos dados do IDH-M referentes aos anos de 1980 e 2000. Uma análise comparativa do IDH-M dos 13 municípios de origem mostra que em todos eles houve melhoria nos dados. Entre os municípios que tiveram maior aumento destaca-se Cruzeiro do Sul (AC), cujo IDH-M passou de 0,429 em 1980 para 0,688; Careiro (AM), que avançou de 0,430 para 0,630; Ipixuna (AM) cujo valor do IDH-M quase dobrou indo de 0,284 em 1980 para 0,487 em 2000; e Tocantinópolis (TO), que saltou de 0,452 para 0,687.

Das dimensões que compõem o IDH, a de Renda foi a única que sofreu pequena involução em alguns dos municípios. É o caso de Rio Branco (AC), Imperatriz (MA), Diamantino (MT), São João do Araguaia (PA), Ariquemes (RO) e Boa Vista (RR). Nas demais dimensões, Longevidade e Educação, nos 13 municípios os valores registraram aumento entre 1980 e 2000.



## CONCLUSÕES

---

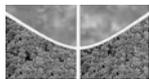
Ao longo do presente trabalho discutiu-se a relação entre o aumento da urbanização, a criação de novos municípios e a qualidade de vida da população. O aumento da urbanização é um fenômeno mundial cuja tendência é manter-se nos próximos anos, principalmente nos países em desenvolvimento, tendo em vista que para os mais desenvolvidos este já é um fenômeno conhecido desde meados do século XVIII. A contrapartida desse processo é o crescimento da pobreza e a precarização da qualidade de vida da população.

No Brasil, a urbanização atingiu diferentemente as diversas regiões. No caso da Região Norte e, expandindo a análise para a Amazônia Legal, o crescimento urbano intensificou-se a partir da década de 1960 e, com exceção do Amazonas, na década de 1990 todos os estados já possuíam grau de urbanização superior a 50%.

Esse crescimento urbano foi fomentado pela criação de novos municípios possibilitada pela Constituição de 1988. Entretanto, apesar do reconhecimento de que a criação dos municípios exerceu influência significativa sobre o crescimento urbano da região, pouco foi aprofundado sobre a situação atual da população destas novas cidades no tocante à qualidade de vida. O presente trabalho teve como objetivo, então, analisar a qualidade de vida dos novos municípios criados na Amazônia Legal a partir da Constituição de 1988.

Nesse sentido, iniciou-se analisando a história dos municípios no Brasil, por meio das Constituições, ressaltando como a questão da autonomia e da criação de novas sedes municipais foram sendo tratadas na legislação maior. Procurou-se chamar atenção para o papel relevante desempenhado pela Constituição de 1967, na qual a referência à criação de novos municípios é feita pela primeira vez, e pela Constituição 1988, cujas determinações impulsionaram a fragmentação territorial no Brasil.

Além das determinações da Constituição de 1988, diferentes autores apontam como fatores responsáveis pela criação de tantos municípios no país também o desejo de auferir os recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o descaso por parte do município



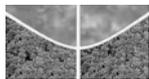
de origem, a existência de forte atividade econômica local, a grande extensão do município de origem e a permissibilidade das legislações estaduais.

No entanto, como se buscou demonstrar, o que está por trás da criação de tantos municípios no Brasil é o desejo de multiplicar áreas de poder e mando existentes no território e a possibilidade de criar novas áreas. Tal afirmação tem como base o papel relevante desempenhado pelas cidades como lugar de articulações políticas, de tomada de decisões por parte dos atores/agentes que compõem o espaço urbano e de reunião de decisões socioeconômicas e políticas. De tal constatação emerge a conclusão que a principal motivação para se criarem novas sedes municipais é a vontade de expandir o poder político, pelas cidades representado, sobre o território.

Da análise da fragmentação territorial emerge uma série de conceitos que se constituem em chave do presente trabalho. São eles: desenvolvimento sustentável, sustentabilidade urbana, qualidade de vida, território, cidade e urbanização. No âmbito da discussão sobre urbanização, pode-se observar que o aumento populacional acelerou-se em meados do século XVIII com o advento da Revolução Industrial, e mais recentemente por volta de 1950, quando o número de pessoas vivendo nas cidades passou de 733 milhões para mais de 2 bilhões. Até a segunda metade do século XX, porém, o maior crescimento da população urbana esteve concentrado nos países desenvolvidos, deslocando-se então para os países em desenvolvimento, que passam a concentrar a maior parte da população urbana mundial. No Brasil, com o impulso dado pela intensificação da industrialização, a partir da década de 1960, começa a ocorrer uma inversão no percentual de pessoas residentes na área urbana e rural. Regionalmente, a urbanização se mostrou bastante diferenciada, mas todas as regiões sofreram revigoração em seu processo de urbanização. Na década de 1980, todas as regiões do país já haviam se tornado predominantemente urbanas.

No caso da urbanização da Amazônia Legal, foco do estudo de caso da presente tese, pode-se observar que o avanço acelerado daquela região e as interferências realizadas por parte do governo, ao longo de toda a sua história, contribuiram para a configuração atual dos estados e os traços principais apresentados pelos municípios amazônicos .

Da análise empreendida nos nove estados que compõem a Amazônia Legal, no que diz respeito à situação do domicílio, economia, meio ambiente, infra-estrutura, IDH-M e

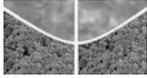


evolução da malha municipal (as divisões que cada um deles foi sofrendo ao longo dos anos) foi possível constatar a diferenciação existente entre os estados, principalmente, em termos de extensão territorial e total populacional, mas ilustraram-se também as diversas características comuns partilhadas por estes. No que se refere à situação do domicílio, na maior parte dos municípios, nos nove estados, pôde ser observado que predominava a população urbana, que chegava a representar, em alguns estados, mais de 80% do total da população. Quanto à economia, procurou-se ressaltar que a maior parte dos estados tinha como atividades principais a agropecuária, o extrativismo vegetal e o mineral.

Em relação à infra-estrutura, os dados mostraram a precariedade do atendimento por parte dos municípios. Em seis dos nove estados da Amazônia Legal, a maior parte dos domicílios tinha como forma de abastecimento de água *poços e nascentes*, e não, domicílios servidos de água proveniente de rede geral de abastecimento, considerada pelo IBGE como a forma adequada de saneamento. Com esgotamento sanitário, ocorreu o mesmo, a forma apontada pelo IBGE como adequada, que são domicílios com escoadouro ligados à rede geral ou fossa séptica, só predominava na maior parte dos municípios do estado de Roraima. Em sete dos nove estados predominava a *fossa rudimentar*. E no Maranhão, a maior parte dos municípios *não tinha banheiro, nem sanitário*. Estes números confirmam uma realidade que pode ser estendida para o país inteiro, como cita a *Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000*, desenvolvida pelo IBGE, segundo a qual, entre os serviços de saneamento básico, o esgotamento sanitário é o que tem menor presença nos municípios brasileiros.

Da análise dos dados referentes ao IDH-M dos estados, pôde-se observar que a maior parte deles se encontrava numa faixa considerada de médio desenvolvimento humano, segundo a classificação do Pnud, situando-se entre 0,5 e 0,8. Em relação às três variáveis que compõem o IDH, longevidade, educação e renda, a que apresentava os melhores índices em todos os estados era educação. Quanto à longevidade, Amapá, Mato Grosso e Pará possuíam os valores mais altos. E na variável renda, o maior percentual era apresentado pelo Mato Grosso e o menor pelo Maranhão.

No tocante aos 334 novos municípios criados após 1988, o perfil traçado permitiu constatar que se diferenciam um pouco da imagem geralmente associada a eles. Embora os dados apresentados tenham confirmado que, de fato, são em sua maioria municípios pequenos (com população menor que 20.000 habitantes) e possuem grau de urbanização inferior a 50%,

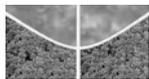


foi possível observar também que apenas em pequena parcela deles (17,96%) o valor recebido do FPM significava mais de 50% de sua receita. E que, em relação ao PIB, a maioria dos municípios novos tinha maior valor adicionado no setor de serviços e da indústria, o que vem confirmar a tendência à sua consolidação como municípios cada vez mais urbanos.

Da análise dos 61 municípios que mais se fragmentaram na Amazônia Legal após 1988, foi possível inferir que, segundo a situação do domicílio, a maior parte (35 de 61) era rural. No entanto, em alguns destes o grau de urbanização em 2000 já se encontrava bem próximo de 50%. Quanto à extensão territorial, os municípios que possuíam, em 2000, maior área (superior a 20 mil km<sup>2</sup>) se concentravam nos estados do Pará, Amazonas, Mato Grosso e Roraima. E os que, em contraposição, possuíam extensão territorial inferior a 1.000 km<sup>2</sup>, localizavam-se no Tocantins e no Maranhão. Constatou-se assim, que a extensão territorial dos municípios correspondia à distribuição dos estados que sofreram maior ou menor fragmentação territorial. Exemplificando, no caso do Amazonas, que sofreu poucas subdivisões após 1988, encontram-se localizados os municípios com as maiores extensões. Já no Maranhão, que sofreu muitas subdivisões, localizam-se os municípios com menor área territorial.

Ligada diretamente à questão de área, encontra-se a discussão sobre densidade demográfica. A análise dos 61 municípios mais desmembrados mostrou que a maior parte deles (40 de 61) possui densidade demográfica inferior a 5,0 hab./km<sup>2</sup>. Os municípios que possuíam, em 2000, menor densidade demográfica (inferior a 1,0 hab./km<sup>2</sup>), estavam localizados em Roraima, no Amazonas, Amapá, Pará, Mato Grosso e Acre. E entre os que possuíam as maiores densidades demográficas (superior a 20 hab./km<sup>2</sup>), destacavam-se as capitais dos estados do Acre, Roraima e Amapá, e os municípios de maior população no Maranhão, Amapá, Tocantins e Maranhão.

Quanto à qualidade de vida nos 61 municípios criados após 1988 e que mais sofreram desmembramentos na Amazônia Legal, para verificar se houve melhorias, foram selecionados quatro indicadores (saúde, educação, saneamento e renda). A análise comparativa de dados do censo de 1980 e 2000 mostrou que, apesar de alguns estados terem sofrido muitas subdivisões no período posterior a 1988, a qualidade de vida, na maior parte

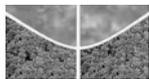


dos novos municípios, melhorou significativamente tanto nos novos, quanto nos municípios antigos dos quais estes foram desmembrados.

Analisando os indicadores isoladamente tem-se que, em relação à saúde (cuja variável analisada foi número de leitos por mil habitantes) e saneamento (domicílios ligados à rede geral de água), comparando-se os dados dos municípios de origem (em 1980) e os destes mesmos municípios, em 2000, somados aos dos novos municípios dos quais foram desmembrados, foi possível constatar que houve melhoria na maior parte dos municípios. No que diz respeito ao abastecimento de água, dos 13 municípios de origem analisados (e os respectivos novos municípios, destes originados) apenas em um houve declínio nos dados entre 1980 e 2000. Quanto ao indicador educação (pessoas de 5 anos ou mais por grupo de anos de estudo), a melhoria das porcentagens no período analisado também foi significativa. Verificou-se que houve diminuição no número dos que não possuíam instrução, e aumento, principalmente, nas porcentagens referentes aos que tinham entre 1 a 7 anos de estudo. Por fim, em relação à renda, ocorreu processo semelhante, a porcentagem dos que não possuíam rendimento declinou, ao passo que houve aumento, sobretudo, na faixa dos que recebiam Até um Salário Mínimo.

Os resultados obtidos com a análise dos indicadores de qualidade de vida selecionados para estudo de caso da presente tese confirmam que os municípios de origem não ficaram em situação pior após os desmembramentos. Ao contrário, na maioria deles, considerando-se os quatro indicadores analisados, os números apresentaram melhoria entre 1980 e 2000. Em outras palavras, a comparação dos dados dos Censos Demográficos neste período deixou claro que houve, de fato, melhoria tanto nos municípios de origem, quanto nos municípios desmembrados.

Nesse ponto é fundamental ressaltar que o fato de os novos municípios criados haverem melhorado a qualidade de vida, não quer dizer que isso se deu em virtude da fragmentação territorial. Diferentes fatores podem ter interferido, a exemplo de investimentos, boa administração, entre outros. Nesse sentido, embora se reconheça a tênue relação existente entre melhoria da qualidade de vida e a fragmentação territorial, não foi objetivo da presente tese discutir essa questão, tampouco entrar no debate sobre os fatores que podem vir a causar melhoria da qualidade de vida da população de certa localidade. Em vez disso, buscou-se voltar o foco da discussão para a análise da qualidade de vida nos novos municípios criados após 1988.

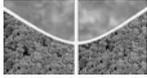


Cabe enfatizar ainda, no que diz respeito a essa questão, que embora nos municípios foco do estudo de caso tenha havido, de fato, melhoria da qualidade de vida da população, comparando-se dados de 1980 com os de 2000, não se pode afirmar que essa seja uma realidade que possa ser estendida para toda a Amazônia Legal e, tampouco, em nível macro, para todo o Brasil. E isso em virtude principalmente de dois fatores: tendo em vista o estudo de caso desenvolvido na presente tese ter abrangido apenas os municípios que mais se fragmentaram, o que em números representa 18,26% dos municípios criados após 1988 na Amazônia Legal; e graças as diferenças econômicas e sociais e as diversidades regionais existentes entre os municípios brasileiros, que por si só, já inviabilizam a replicação dos resultados aqui apresentados para os demais municípios do país.

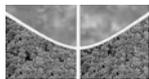
Por fim, é preciso ficar claro que não se buscou aqui fazer apologia à criação de municípios, tampouco se posicionar contra ou a favor da fragmentação territorial. O presente trabalho procurou se fixar na apresentação da posição dos autores a respeito da fragmentação territorial e na análise dos indicadores referentes aos anos de 1980 e 2000, na tentativa de identificar se houver melhoria na qualidade de vida da população nos municípios que mais se desmembraram na Amazônia Legal após 1988.

Nesse sentido, sugere-se como questões a serem aprofundadas em estudos posteriores: a fragmentação territorial é o principal fator responsável pela melhoria da qualidade de vida nos novos municípios? O fato de os municípios que mais se fragmentaram na Amazônia terem melhorado a qualidade de vida de sua população, no período compreendido entre 1980 e 2000, se deu devido a fragmentação ou deveu-se a melhoria do país como um todo? Criar uma rede urbana mais densa na Amazônia por meio da fragmentação territorial deve ser considerada como uma alternativa viável para integrar e oferecer maior qualidade de vida à população da região? Os altos índices de degradação ambiental em alguns estados da Amazônia Legal estão ligados à criação de novos municípios?

Com este estudo buscou-se aprofundar as análises sobre a qualidade de vida da população dos novos municípios da Amazônia Legal; mostrar os diversos enfoques relacionados à temática “criação de municípios”; e a posição dos diversos autores a respeito dos fatores impulsionadores da criação de tantos novos municípios no Brasil. Espera-se que os resultados aqui obtidos venham a somar-se a outros estudos já desenvolvidos, suprimindo

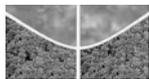


assim a carência hoje existente de informações consistentes e sistematizadas sobre a situação social dos municípios amazônicos, que tem restringido as possibilidades de diagnóstico e prospecção das condições sociais regionais e o encaminhamento de soluções para seus diversos problemas.



## REFERÊNCIAS

- ACORDO SUDAM/PNUD. **Diagnóstico e cenarização macrossocial da Amazônia Legal: Condições Sócio Econômicas dos Municípios da Amazônia Legal**. Belém, 2000.
- ACOSTA-HOYOS, Luis Eduardo. **Tecnologia e qualidade de vida** (uma polêmica do nosso tempo). Viçosa: UFV, 1985.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. **A polêmica Mathus versus Condorcet reavaliada sob à luz da transição demográfica**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2002.
- ANDRADE, Manuel Correia. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. Rio de Janeiro, IBGE, v. 61, 2001.
- ARENDT, Hannah. **Poder e violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.
- ASMUS, Rosa Maria Faria. **Qualidade de vida na agricultura familiar**. 2004. 271f. (Tese Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023: Informação e Documentação - Referências - Elaboração**. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. PNUD; IPEA; Fundação João Pinheiro, 2003.
- BARBEIRO, Heródoto; CANTELE, Bruna Renata e SCHNEEBERGER, Carlos Alberto. **História: de olho no mundo do trabalho. História Geral e do Brasil**. São Paulo: Scipione, 2004.
- BARRETO, Aldo de Albuquerque. **A questão da informação**. Revista São Paulo em Perspectiva, Fundação Seade, v 8, n. 4 , 1994.
- BARTHOLÓ Jr., R.S.; BURSZTYN, M. **Amazônia Sustentável**. Estratégia de desenvolvimento Rondônia 2020. Brasília: Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos naturais Renováveis, 1999.
- BECKER, Bertha K.; MIRANDA, Mariana Machado, Lia. **Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Amazônia**. São Paulo: Ed. Ática, 1991.
- \_\_\_\_\_. A Amazônia pós ECO 92. In: BURSZTYN, Marcel (org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.



\_\_\_\_\_. **Cenários de curto prazo para o desenvolvimento da Amazônia.** Cadernos do IPPUR, UFRJ, vol.XIV, n. 1, jan./jul. 2000.

\_\_\_\_\_. Síntese das Políticas de Ocupação da Amazônia. Lições do Passado e Desafios do Presente. In: Brasil. Ministério do Meio Ambiente. **Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia. Ministério do Meio Ambiente.** Brasília: MMA/SCA, 2001.

\_\_\_\_\_. Amazônia: mudanças estruturais e urbanização. In: Maria Flora Gonçalves et ali (org). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional.** São Paulo; Ed. UNESP: ANPUR, 2003.

BÊDA. Histórico de Coari. Disponível em: <<http://www.portalcoari.com.br>>. Acesso em: 21 fevereiro 2004.

BEZERRA, Maria do Carmo de Lima; FERNANDES, Marlene Allan (coordenação-geral). **Cidades sustentáveis: subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Consórcio Parceria 21 IBAM-ISER-REDEH, 2000.

BEZERRA, Maria do Carmo Lima; VEIGA, José Eli da (Coordenadores). **Agricultura sustentável.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Consórcio Museu Emílio Goeldi, 2000.

BIBLIOTECA VIRTUAL DO FUTUROa – BibVirt, aula 4, módulo 1, 2004. Ocupação do interior da colônia Disponível em: <<http://www.bibvirt.futuro.usp.br>>. Acesso em: 4 julho 2001.

BIBLIOTECA VIRTUAL DO FUTUROb – BibVirt, aula 8, módulo 2, 2004. Estado e igreja na aventura colonizadora Disponível em: <<http://www.bibvirt.futuro.usp.br>>. Acesso em: 14 fevereiro 2004.

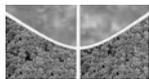
BRAGA, Marcelo. **A história de Tefé.** Disponível em: <<http://www.portaltefe.com.br>>. Acesso em: 21 fevereiro 2004.

BRASIL CHANNEL. Amazônia (AM) História. Disponível em: <<http://www.brasilchannel.com.br/noticias>>. Acesso em: 08 janeiro 2004.

BRASILCHANNEL. Pacaraima – História. Disponível em: <[http://www.brasilchannel.com.br/municipios/mostrar\\_municipio.asp?nome=Pacaraima&uf=RR&tipo=historia](http://www.brasilchannel.com.br/municipios/mostrar_municipio.asp?nome=Pacaraima&uf=RR&tipo=historia)>. Acesso em: julho 2006.

BRASIL. **Constituição (1937).** Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 10 de novembro de 1937). Disponível em: <<http://wwwt.senado.gov.br/legbras/>>. Acesso em: 22 junho 2004.

BRASIL. **Constituição (1946).** Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946). Disponível em: <<http://wwwt.senado.gov.br/legbras/>>. Acesso em: 22 junho 2004.



BRASIL. **Constituição (1988)**. Texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas emendas Constitucionais nº 1/92 a 23/99 e Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Ed. Atual. Em 1999. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1999.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 1.881**, de 27 de agosto de 1981. Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, cria a Reserva do Fundo de Participação dos Municípios - FPM e dá outras providências. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/1965-1988/Del1881.htm>>. Acesso em: 22 abril 2004.

BRASIL. Lei Complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967. Estabelece os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia às populações locais, para a criação de novos Municípios. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/legbras/>>. Acesso em: 24 junho 2004.

BRASIL. Resolução nº 21.702, de 2 de abril de 2004. Instruções sobre o número de vereadores a eleger segundo a população de cada município. Tribunal Superior Eleitoral. Brasília, abr. 2004.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: < [http://www.presidencia.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 05 jan. 2006.

BREMAEKER, François e. J. de. A evolução do FPM: a principal fonte de recursos dos municípios. **Revista de Administração Municipal**, v.40, n.209, p.77-90, out./dez., 1993a.

\_\_\_\_\_. Os novos municípios: surgimento, problemas e soluções. **Revista de Administração Municipal**, v.40, n.206, p.88-99, jan./mar., 1993b.

\_\_\_\_\_. Perfil das receitas tributárias dos municípios brasileiros. **Revista de Administração Municipal**, v.42, n.214, p.6-21, jan./mar., 1995.

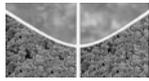
\_\_\_\_\_. Causas da situação de crise financeira dos municípios brasileiros. **Revista de Administração Municipal**, v.43, n.219, p.8-21, abr./dez., 1996.

BROWDER, John O.; GODFREY, Brian J. **Rainforest Cities**. Urbanization, development and globalization of the Brazilian Amazon. New York: Columbia University Presse, 1997.

BURSZTYN, Marcel (org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. Brasília: Editora Brasiliense/IBAMA/ENAP, 1993.

CABRAL, Eula Dantas Taveira. **História da televisão amazonense**. Disponível em: <[http://www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/anais/gt4\\_audiovisual/hist%F3ria%20da%20televis%E3o%20amazonense.doc](http://www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/anais/gt4_audiovisual/hist%F3ria%20da%20televis%E3o%20amazonense.doc)>. Acesso em: 24 janeiro 2004.

CAPOBIANCO (et. al.). **Biodiversidade na Amazônia Brasileira** : avaliação e ações prioritárias para a conservação e uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo: Estação Liberdade : Instituto Socioambiental, 2001.



CARDOSO, Fernando H. A cidade e a Política: do compromisso ao inconformismo. In: **Autoritarismo e democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. p. 135-163.

CARVALHO, José Alberto Magno de. **Migrações internas na Região Norte**. Vol. I. Belém: SUDAM, 1974.

CASTELLS, M.; BORJA J. **As cidades como atores políticos**. Novos Estudos CEBRAP, n.45, p.152-166, jul.,1996.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1983.

CASTRO, Edna Maria Ramos. A questão urbana na Amazônia. In: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - PARÁ. **Estudos e problemas amazônicos**: história social e econômica e temas especiais. 2º edição. Belém: CEJUP, 1992.

CAVALCANTI, Helenilda; GUILLEN, Isabel. Atravessando fronteiras: movimentos migratórios na história do Brasil. III - A transição para o trabalho livre e a questão do aproveitamento da mão-de-obra nacional. In: **IMAGINÁRIO**. Disponível em: <[http://www.imaginario.com.br/artigo/a0061\\_a0090/a0086-01.shtml](http://www.imaginario.com.br/artigo/a0061_a0090/a0086-01.shtml)>. Acesso em: julho 2003.

COELHO, Maria Célia Nunes. 4.1 – **Cidades da Amazônia em busca de novas interpretações e de novos rumos**. s. d.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

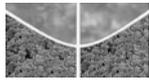
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS – CNM. Banco de Dados - Informações Municipais. Disponível em: <<http://www.cnm.org>>. Acesso em: julho 2005.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1992, Rio de Janeiro. **Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=576>> Acesso em: 21 jan. 2006.

CULTURA EM TÓPICOS. PORTAL EDUCACIONAL E CULTURAL. **Drogas do sertão**. Disponível em: <<http://www.culturaemtopicos.hpg.ig.com.br/hb3.htm>>. Acesso em: 20 junho 2003.

DROBENKO, Bernard. **As cidades sustentáveis**. Série Grandes Eventos – Meio Ambiente. Disponível em: <[http://www.esmpu.gov.br/publicacoes/meioambiente/pdf/Bernard\\_Drobenko\\_As\\_cidades\\_sustentaveis%20.pdf](http://www.esmpu.gov.br/publicacoes/meioambiente/pdf/Bernard_Drobenko_As_cidades_sustentaveis%20.pdf)>. Acesso em: 12 maio 2006.

FAVERO, Edison. **Desmembramento territorial**: o processo de criação de municípios – avaliação a partir de indicadores econômicos e sociais. 2004. 284 f. Tese (Doutorado em Engenharia Urbana) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, USP.



FAZZA, Elizete Vieira; TEMÓTEO, Tássia Gaspar. A universidade como uma ferramenta para o desenvolvimento sustentável. Disponível em: <[http://www.cori.rei.unicamp.br/CT/resul\\_trbs.php?cod=273](http://www.cori.rei.unicamp.br/CT/resul_trbs.php?cod=273)>. Acesso: 8 julho 2005.

FERNANDES, Maria Augusta. **Indicadores de qualidade de vida:** um estudo de caso em quatro áreas periféricas do DF. 1997. 114f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, UnB.

FERNANDES, Marlene. **Agenda Habitat para Municípios.** Rio de Janeiro: IBAM, 2003.

FERREIRA, A. M. M.; SALATI, E. **A dimensão humana no domínio amazônico brasileiro.** Disponível em: <<http://lba.cptec.inpe.br/lba/port/pesquisa/dimensaoh/dimhumana.htm>>. Acesso: 8 janeiro 2004.

FERREIRA, Olavo Leonel. **História do Brasil.** São Paulo: Ed. Ática S.A., 1986.

FIGUEIREDO, Adma Haman de. **A divisão da floresta:** uma (re)interpretação do mapa político da amazônia brasileira. 1998. 135 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós Graduação em Geografia, UFRJ.

FURTADO, Fátima. **Cidades Sustentáveis.** Disponível em: <<http://www.cecior.org/Textos/Fatima2.doc>>. Acesso em: 15 novembro 2003.

GEORGE, Pierre. **Geografia urbana.** Tradução pelo Grupo de Estudos Franceses de Interpretação e tradução. São Paulo: DIFEL, 1983.

GOMES, Gustavo Maia; DOWELL, Maria Cristina Mac. **Descentralização política, federalismo fiscal e criação de novos municípios:** o que é mau para o econômico nem sempre é bom para o social. IPEA: Brasília, 2000.

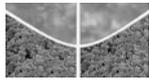
GOULART, Ézio Dornela. **Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em: <<http://www.ecoviagem.com.br>>. Acesso em: 10 janeiro 2004.

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE. Estado do Acre Áreas Naturais Protegidas. Disponível em: [http://www.seiam.ac.gov.br/index.php?option=com\\_remository&Itemid=0&func=fileinfo&id=5](http://www.seiam.ac.gov.br/index.php?option=com_remository&Itemid=0&func=fileinfo&id=5)). Acesso em: 23 janeiro 2006.

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE. Site do Governo do Estado. Disponível em: <<http://www.seiam.ac.gov.br>>. Acesso em: julho 2005.

GOVERNO DO TOCANTINS. **Emancipação.** Disponível em: <<http://www.to.gov.br>>. Acesso em: 2 março 2004.

GROSSI, Tiago Vasconcelos; PORTO, Emmanuel Cavalcante; FARRET, Ricardo Libanez. **Criação de novos municípios.** Conjuntura Urbana, Departamento de Programas e Projetos Especiais, Coordenação-Geral de Estudos e Projetos Urbanos, Secretaria de Política Urbana. v. 2, p. 1-38, mar. 1998.



GUERRERO, Solón J.; ACOSTA-HOYOS, Luiz Eduardo. Qualidade de vida: opção Teórica e metodológica. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, abr./jun. 1983. 192p.

GUIMARÃES, Roberto P. Desenvolvimento sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas. IN: BECKER, Bertha & MIRANDA, Mariana. **A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

GÜTTLER, Antônio Carlos. **A cidade na História na História II**. Disponível em: <[http://www.fean.com.br/espaco\\_professor/antonio/texto\\_2\\_cid\\_2.doc](http://www.fean.com.br/espaco_professor/antonio/texto_2_cid_2.doc)>. Acesso em: 21 junho 2004.

HERCULANO, S. C. A. **A qualidade de vida e seus indicadores**. Revista Ambiente e Sociedade, Campinas, Ano I, n.2, p.77-99, 1 semestre, 1998.

HOBSBAWN, Eric J. **A era das revoluções: Europa 1789-1848**. Tradução Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1977.

HORN, R. V. **Statistical indicators – for economic & social sciences**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

IBAMA; PNUMA. Cap. 1 - Integração entre o meio ambiente e o desenvolvimento: 1972–2002. In: **Perspectivas do meio ambiente mundial 2002 GEO-3**. IBAMA; PNUMA, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM. **O Município no Brasil**. Disponível em: <<http://www.ibam.org.br>>. Acesso em: 10 janeiro 2004a.

\_\_\_\_\_. **Criação de municípios**. Disponível em: <<http://www.ibam.org.br/municipio/criacao.htm>>. Acesso em: 24 junho 2004b.

\_\_\_\_\_. **Cidades sustentáveis**. Disponível em: <<http://www.ibam.org.br/partneria21/cidsus21.htm>>. Acesso em: 08 janeiro 2004c.

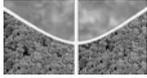
\_\_\_\_\_. **Receitas municipais**. Disponível em: <<http://www.ibam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 16 de março de 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Demográfico 1980. Rio de Janeiro: IBGE.

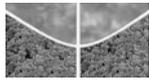
\_\_\_\_\_. **Censo demográfico 2000**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 05 jul. 2005.

\_\_\_\_\_. **Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2002**. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Geociências, 2002a.

\_\_\_\_\_. **Estatística da Saúde - Assistência Médico-Sanitária**. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais - DEPI, Diretoria de Pesquisas - DPE, 2002b.



- \_\_\_\_\_. **Indicadores sociais municipais 2000**: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2002c.
- \_\_\_\_\_. Pesquisa Nacional de Saneamento Básico - 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2002d. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb/pnsb.pdf>>. Acesso em: 3 setembro 2005.
- \_\_\_\_\_. MEDEIROS, Denise Teixeira. DEATI/CDDI/IBGE.CDDI.DI@ibge.gov.br. Solicitação de informações. - PROTO DE 14506 [mensagem pessoal]. Mensagem recebida de <"IBGE Atendimento Cidades@webmaster@ibge.gov.br"> em 3 junho 2003a.
- \_\_\_\_\_. **Perfil dos municípios brasileiros**. Gestão pública 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2003b.
- \_\_\_\_\_. Produto Interno Bruto em 2002. Banco de Dados @Cidades. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>>. Acesso em: jan. 2004.
- \_\_\_\_\_. Censos demográficos. Banco de Dados Agregados – SIDRA. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: jan. 2005.
- \_\_\_\_\_. Documentação territorial do Brasil. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: jul. 2006.
- INSTITUTO DE PESQUISAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS DO ESTADO DO AMAPÁ - IEPA. Disponível em: <[http://www.iepa.ap.gov.br/noticias/noticias\\_j2.htm](http://www.iepa.ap.gov.br/noticias/noticias_j2.htm)>. Acesso em: julho 2006.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS - INEP. **Geografia da Educação Brasileira**. Brasília: INEP, 2002.
- INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS - IPEA. Dados Regionais. Tema: Geográfico. **Área Geográfica publicada nos Censos - km<sup>2</sup>**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?364531015>>. Acesso em: 18 nov. 2005.
- INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS – INPE. **Taxa de desmatamento anual (km<sup>2</sup>/ano). Estimativas anuais - PRODES**. Disponível em: <[http://www.obt.inpe.br/prodes\\_1998\\_2005.htm](http://www.obt.inpe.br/prodes_1998_2005.htm)>. Acesso em: junho 2006.
- IPEA/IBGE/UNICAMP. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**. Brasília, 1999.
- IPEA/IBGE/UNICAMP/IE/NESUR. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**. Redes urbanas regionais: Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Brasília, 1999.
- KAMPEL, Silvana Amaral; CÂMARA, Gilberto; MONTEIRO, Antônio Miguel Vieira. **Análise Espacial do Processo de Urbanização da Amazônia**. Relatório Técnico. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia/INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Dezembro, 2001.



KLUG, Leticia Beccalli. **Sustentabilidade urbana**: novas abordagens sobre a cidade. UNIVIX 6º SEAU. Disponível em: <[http://www.univix.br/documentos/seminarios/sustentabilidade\\_urbana.ppt](http://www.univix.br/documentos/seminarios/sustentabilidade_urbana.ppt)>. Acesso em: 28 abril 2006.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: Ed. DP& A, 1999.

LOUREIRO, Violeta Refklefsky. A história social e econômica da Amazônia. In: **Estudos e problemas amazônicos**: história social e temas especiais. Belém: CEJUP, 1992.

MACHADO, Lia O. **Urbanização e Mercado de Trabalho na Amazônia Brasileira**. Cadernos IPPUR, UFRJ, vol. 13, n. 1, p.109-138, 1999.

\_\_\_\_\_. **Concepção do urbano na Amazônia**. Disponível em: <<http://www.igeo.ufrj.br/fronteiras/pesquisa/rede/p03mono0103.htm>>. Acesso em: 6 agosto 2003.

\_\_\_\_\_. Significado e configuração de uma fronteira urbana na Amazônia. In: BECKER, Bertha K.; MIRANDA, Mariana Machado, Lia. **Fronteira Amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília : Ed. Universidade de Brasília, 1990.

MAGALHÃES JR., Antonio Pereira. **Os indicadores como instrumentos de apoio à consolidação da gestão participativa da água no Brasil**: realidade e perspectivas no contexto dos comitês de bacia hidrográfica. 2003. 362f. (Tese Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília.

MARTINE, G. **População, meio ambiente e desenvolvimento**: verdades e contradições. São Paulo: Ed. da UNICAMP, 1993.

MASLOW, A.H. **Motivation and a Personality**. New York: Harper, 1970.

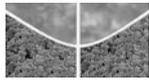
MATTOS, General João Baptista de. **Os monumentos Nacionais**: Território do Acre. Rio de Janeiro, Imprensa do Exército, 1961. Disponível em: <[http://historiadoacre.com.br/sobre\\_o\\_acre.htm#7](http://historiadoacre.com.br/sobre_o_acre.htm#7)> Acesso em: 10 abr. 2006.

MCCORMICK, John. **Rumo ao paraíso**. A história do movimento ambientalista. Tradução de Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

MEADOWS, D. Chapter 14 - The limits to growth. A global challenger; a report for the Club of Rome Project on the predicament of mankind. In : NELISSEN, Nico et. al. (edits.). **Classic in Environmental Studies** - an overview of classic texts in enviromental studies. Utrecht : Internacional Books, 1997.

MELLO, Diogo Lordelo de. O município no Brasil. Disponível em: <<http://www.ibam.org.br>>. Acesso em: 01 julho 2004.

MELLO, N.; THÉRY, H. A armadura do espaço amazônico: eixos e zoneamentos. In: Alceu, Revista de Comunicação, Cultura e Política. Rio de Janeiro: PUC Departamento Comunicação Social, volume 1, no. 2, jan/jun 2001, pp. 181-214.



MINISTÉRIO DA FAZENDA; SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - IBGE. Registros Administrativos 2003. Banco de dados @Cidades. Site IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>> Acesso em: 21 jan. 2006.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO; MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Plano Amazônia Sustentável. Brasília: MMA, 2004.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Agenda 21. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: julho 2005.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE; PROGRAMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE II. **Diagnóstico da Gestão Ambiental no Brasil**, Brasília, 2001 CD-ROM.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE; SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Agenda 21 e a sustentabilidade das cidades**. Brasília, 2003.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 2002.

MUMFORD, Lewis. **A cultura das cidades**. Belo Horizonte : Editora Itatiaia, 1961.

\_\_\_\_\_. **Cidade na história: Suas origens, transformações e perspectivas(a)**. 4 ed. Sao Paulo: M. Fontes, 1998.

NAÇÕES UNIDAS; CNUPH/HABITAT. Sessão extraordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas para uma análise e avaliação gerais da execução do programa do Habitat. O milênio Urbano. Nova York, 6-8 junho, 2001. Disponível em:<[http://www.un.org/ga/Istanbul+5/Brochure\\_Portugees.pdf](http://www.un.org/ga/Istanbul+5/Brochure_Portugees.pdf)>. Acesso em: 20 junho 2004.

NEVES, Marcus Vinícius. 2005. Uma breve história acreana. Disponível em: [http://www.seiam.ac.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=16&Itemid=17&limit=1&limitstart=0](http://www.seiam.ac.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=16&Itemid=17&limit=1&limitstart=0) Acesso em: 21 jan. 2005.

NICÁCIO, Ricardo Manoel. **O impacto da zona franca sobre a qualidade de vida em Manaus**. Brasília : ESAF, 1982.

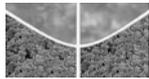
NORONHA, Rudolf de. **Emanicipações municipais: como ficam os municípios de origem?** **Revista de Administração Municipal**, v.42, n.214, p.67-80, jan./mar., 1995.

\_\_\_\_\_. Criação de novos municípios: o processo ameaçado. **Revista de Administração Municipal**, v.43, n.219, p.110-117, abr./dez., 1996.

NOVAES, Washington (Coord.); RIBAS, Otto; NOVAES, Pedro da Costa. **AGENDA 21 Brasileira - Bases para discussão**. Brasília: MMA/PNUD, 2000.

PALEN, J. John. **O mundo Urbano**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

PASQUIS, Richard; MACHADO, Luciana; GUERRA, Raissa. **Diagnóstico dos formatos de ocupação do espaço amazônico**. 2ª ed. CIRAD, 2001.



PAZ, Maria Sílvia de Almeida, et al. **Seção 4.** Planejamento e desenvolvimento urbano. Plano Diretor de Belo Horizonte. O Planejamento Urbano construindo a cidade: a experiência de Belo Horizonte. In: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE BELO HORIZONTE 2000. Disponível em: <<http://portal1.pbh.gov.br/pbh/index.html>> Acesso em: 21 out. 2004.

PEIXOTO, Rodrigo. **Urbanização, desenvolvimento regional e conjuntos institucionais.** Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/tecnologia/revistas/artigos/200112pa/rodrigopeixotofinal.PDF>> Acesso em: 21 junho 2001.

PERISSINOTTO, Renato M. **Hannah Arendt, poder e a crítica da “tradição”.** Revista Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n.61, 2004.

PINTO, Georges José. **Município, descentralização e democratização do governo.** Caminhos de geografia – revista on line, v.3(6), jun., 2002.

PORTAL AMAZÔNIA. Boa Vista - História. Disponível em: <<http://www.brasilviagem.com/cidades/index.php?CodCid=39&TComp=1>>. Acesso em: julho 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOCANTINÓPOLIS. Fundação de Tocantinópolis "um outro olhar". Disponível em: <<http://www.tocantinopolis.to.gov.br/index.htm>>. Acesso em: julho 2006.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Grupo Permanente de trabalho interministerial para a redução dos índices de desmatamento da Amazônia Legal. Plano de Controle e Prevenção ao Desmatamento. Brasília-DF, março 2004.

PRETECEILLE, Edmond. **Segregação, classes e política na grande cidade.** Cadernos do IPPUR, UFRJ, ano X, n.2, ago./dez. 1996, p. 15-37, 1996.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ed. Ática, 1993.

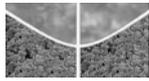
RESTON, Jamil. **O município para candidatos: prefeitos – vice-prefeitos – vereadores.** Rio de Janeiro: IBAM, 2004.

RIBAS, Otto Toledo. **A sustentabilidade das cidades.** Os instrumentos da gestão urbana e a construção da qualidade ambiental. 2003. 253 f. Tese (Doutorado em Política e Gestão Ambiental) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília 2003.

RIBEIRO, Nicias. **A Importância das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém.** Matéria editada em 06/06/03. Disponível em: <<http://www.abn.com.br/artnicias1aimportancia.htm>>. Acesso em: 24 maio 2006.

RICARDO, David. **Notas aos princípios de economia política de Malthus.** Tradução de Regis de Castro Andrade, Dinah de Abreu. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

RODRIGUES, Alcides Redondo. IBAM. Instituto Brasileiro de Administração Municipal. **A Evolução do Município no Brasil.** Disponível em: <<http://www.ibam.gov.br>>. Acesso em: 6 junho 2003.



RODRIGUES, Ricardo Leonardo Vianna. **Análise dos fatores determinantes do desflorestamento da Amazônia Legal**. 2004. 253f. (Doutorado em Ciências em Engenharia) - COPPE/UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

SANTOS, Angela Moulin S. Penalva. Impasses do federalismo no Brasil: a perspectiva das cidades médias brasileiras. In: VIII SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA REDE IBERO-AMERICANA DE INVESTIGADORES SOBRE GLOBALIZAÇÃO E TERRITÓRIO, 2004, Rio de Janeiro. **Anais do VIII Seminário da RII - Instituições, Descentralização e Participação na Gestão Regional e Local** (cd-rom). Rio de Janeiro: IPPUR, 2004.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**. Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço**: técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

\_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2003.

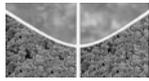
SANTOS, Miriam de Oliveira. **Novas formas de ver o político**: o paradigma subjetivo. Disponível em: <[http://www.achegas.net/numero/dez/miriam\\_oliveira%20\\_santos\\_10.htm](http://www.achegas.net/numero/dez/miriam_oliveira%20_santos_10.htm)>. Acesso em: 10 maio 2006.

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Governo do Estado do Amazonas. Nota técnica sobre a seca no Amazonas. Disponível em: <[http://www.sds.am.gov.br/programas\\_02.php?cod=2312](http://www.sds.am.gov.br/programas_02.php?cod=2312)>. Acesso em: julho 2006.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - STN. Glossário. Disponível em: <[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/glossario\\_r.asp](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/glossario_r.asp)> Acesso em: 08 janeiro 2006.

SEIDL, Eliane Maria Fleury; ZANNON, Célia Maria Lana da Costa. Qualidade de vida e saúde: aspectos conceituais e metodológicos. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.20, n.2, mar./abr., 2004.

SILVA, Francisco de Assis; BASTOS, Pedro Ivo de Assis. **História do Brasil**: Colônia, Império e República. São Paulo: Ed. Moderna, 1983.



SJOBERG, Gideon. Origem e evolução das cidades. In: DAVIS, Kingsley. **Cidades: a urbanização da humanidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

SOUZA, 2003. História do Acre. Disponível em: [http://historiadoacre.com.br/sobre\\_o\\_acre.htm#7](http://historiadoacre.com.br/sobre_o_acre.htm#7)> Acesso em: 10 abril 2004.

SOUZA, Belmira Silva Faria e. **A produção de olerícolas no estado do amapá: potencialidades, promoção da agricultura familiar e melhorias no nível nutricional da população**. 2004. 234f. (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; et al, . (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **Cidade: Lugar e Geografia da Existência**. 5º Simpósio Nacional de Geografia Urbana, Salvador da Bahia, de 21 a 24 de outubro de 1997.

STEINBERGER, Marília; FERREIRA, Ignez B. **Reflexões sobre uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano para o Brasil**, IX Colóquio Internacional sobre Poder Local, Napol/UFBA, Salvador, cd-rom, 2003.

STEINBERGER, Marília; ALENCAR, Taiguara R. **Patamar urbano de poder na amazônia brasileira: uma proposta preliminar para discussão**. Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambú-MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004.

STEINBERGER, M.; MANIÇOBA, R.S. Descentralização e Fragmentação Territorial no Período Pós Constituição Brasileira de 1988: o caso da Região Norte . In: VIII SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA REDE IBERO-AMERICANA DE INVESTIGADORES SOBRE GLOBALIZAÇÃO E TERRITÓRIO, 2004, Rio de Janeiro. **Anais do VIII Seminário da RII - Instituições, Descentralização e Participação na Gestão Regional e Local** (cd-rom). Rio de Janeiro: IPPUR, 2004.

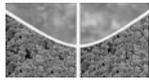
STEINBERGER, M. ; MANIÇOBA, R.S. **Efeitos da centralização e descentralização no processo brasileiro de municipalização: o caso da região norte**. *Economia Sociedad y Territorio*, México, v. v, n. n.20, p. 703-730, 2006.

STEINBERGER, Marília; ROMERO, Marta. Reflexões preliminares sobre as dimensões demográficas urbanas do zoneamento ecológico-ecológico. In: *Anais XII Encontro ABEP*. Caxambu: (cd-rom), 2000.

TAYRA, Flávio. A relação entre o mundo do trabalho e o meio ambiente: limites para o desenvolvimento sustentável. **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, v.119, n. 72, ago., 2002.

THÉRY, H. ; MELLO, Neli Aparecida de. **Atlas du Brésil**. Paris: La Documentation Française, 2004.

TOMIO, Fabricio Ricardo de Limas. Instituições, Processo Decisório e Relações entre Executivo e Legislativo Estadual: a Criação de Municípios no R. Grande do Sul após a



Constituição de 1988. In: 3º ENCONTRO NACIONAL DA ABCP - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 28-31 julho, 2002, Nitéroi: UFF.

ÚNICA – União da Agroindústria Canavieira de São Paulo. **Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21**. Disponível em: <<http://www.unica.com.br>>. Acesso em: 10 janeiro 2004.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON HUMAN SETTLEMENTS. **The Vancouver Declaration On Human Settlements**, 1976, Vancouver, Canadá. Disponível em: <<http://www.unhabitat.org/declarations/vancouver.asp>>. Acesso em: 24 abril 2006.

VEIGA, J. E. A atualidade da contradição urbano-rural. In: **Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Análise Territorial da Bahia Rural**, Salvador, v. 01, p. 29-50. 2004a.

VEIGA, J. E. **A dimensão rural do Brasil**. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, n. 22, p. 21-33, 2004b.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias**. São Paulo: Editora Autores Associados, 2003.

VILLARINHO, Adriana de Lima. **Urbanização acelerada e qualidade de vida**. 2000. 156 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Ciências Humanas/Departamento de Geografia, Universidade de Brasília.

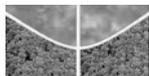
XAUD, Maristela Ramalho. **Desmatamento em Roraima**: interpretando dados oficiais. Disponível em:<[http://www.cpafr.embrapa.br/index.php/cpafr/artigos/desmatamento\\_em\\_roraima\\_interpretando\\_dados\\_oficiais](http://www.cpafr.embrapa.br/index.php/cpafr/artigos/desmatamento_em_roraima_interpretando_dados_oficiais)>. Acesso em: junho 2006.

WEBER, Max. Conceito e categorias de cidade. In: VELHO, Otávio G. (org.). **O Fenômeno Urbano**. Tradução de Antônio Carlos Pinto Peixoto. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.

WEBER, Max. **The city**. New York: The free press, 1958.

WEHRMANN, Magda Eva Soares de Faria. **A soja no cerrado de Roraima: um estudo da penetração da agricultura moderna em regiões de fronteira**. 1999. 248f. (Tese Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília.

WHOQOL. **Instrumentos de Avaliação de Qualidade de Vida**. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE – ONU. Divisão de Saúde Mental. Grupo WHOQOL, 1998. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/psiq/whoqol1.html#1> > Acesso em: 13 abril 2006.



## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABRANTES, Joselito Santos. **Políticas de ocupação e desenvolvimento da Amazônia**. In: Bio(sócio)diversidade e empreendedorismo ambiental na Amazônia. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2002.

BECKER, B. K.; MIRANDA, M.; MACHADO L. (eds.). **Fronteira amazônica**: Questões sobre a gestão do território. Brasília: UnB/UFRJ, 1990.

BECKER, B. Novos rumos da política regional: por um desenvolvimento sustentável da fronteira amazônica. In: BECKER, B.; MIRANDA, M. (org.). **Geografia política do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

\_\_\_\_\_. **Geopolítica da Amazônia**. A Nova Fronteira de Recursos. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

\_\_\_\_\_. **Especificidade do Urbano na Amazônia**. Mimeo. Brasília: MMA/SCA, 1997.

\_\_\_\_\_. Amazônia, fronteira experimental para o século XXI. In: BECKER, B. (org.). **Bioética no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1999.

\_\_\_\_\_. **Síntese das políticas de ocupação da Amazônia**. Lições do passado e desafios do Presente. Brasília: MMA/SCA, 2000.

\_\_\_\_\_. **Revisão das políticas de ocupação da Amazônia**: é possível identificar modelos para projetar cenários? Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

BURSZTYN, Marcel. Políticas públicas para o Desenvolvimento (Sustentável). In: BURSZTYN, Marcel (org.). **A difícil sustentabilidade**: política e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2001. p.59-75.

BREMAEKER, François e. J. de. A perda de população pelos municípios. **Revista de Administração Municipal**, n.136, p.36-41, jan./fev., 1976.

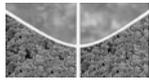
\_\_\_\_\_. **Os novos municípios brasileiros instalados entre 1980 e 1990**. Rio de Janeiro: IBAM, 1991.

\_\_\_\_\_. Brasil – um país em processo de desruralização. **Revista de Administração Municipal**, v.41, n.210, p.82-92, jan./mar., 1994.

\_\_\_\_\_. Limites à criação de novos municípios: a emenda constitucional. nº 15. **Revista de Administração Municipal**. Rio de Janeiro, v. 43, n. 219, p. 118-28, abr./dez. de 1996.

\_\_\_\_\_. Os novos municípios: surgimento, problemas e soluções. **Revista de Administração Municipal**, v.40, n.206, p.88-99, jan./mar., 1999.

\_\_\_\_\_. **O índice de desenvolvimento humano dos municípios e das capitais em 2000**. Rio de Janeiro: IBAM, 2003.



FREITAS, Ronald; SETTON, Roberto. **Tem festa no interior**. Leis brandas e controles frágeis levaram à explosão do número de municípios no país desde 1988: muitos deles sem estrutura alguma. Revista *Época*, v.1, n.4, p. 30-33, 15 de fev./jun., 1998.

IBGE. **Metodologia do censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

\_\_\_\_\_. **Perfil dos municípios brasileiros**. Finanças públicas. 1998-2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa de informações básicas municipais**. Perfil dos municípios brasileiros. Gestão pública 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

\_\_\_\_\_. **Produto interno bruto dos municípios 1999-2002**. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

MATTOS, Carlos. Desenvolvimento Sustentável nos territórios da globalização. Alternativa de sobrevivência ou nova utopia? In: BECKER, Bertha. MIRANDA, Mariana (org.). **A geografia política do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997. p.103-125.

MELLO, Diogo Lordello de. Descentralização e governo metropolitano. **Revista de Administração Municipal**, v.41, n.210, p.8-22, jan./mar., 1994.

\_\_\_\_\_. A multiplicação dos municípios no Brasil. *Revista de Administração Municipal*. Rio de Janeiro, v. 39, n. 203, p. 23-8, abr./jun. de 1992.

MIRANDA, Mariana. Colonização oficial na Amazônia: o caso de Altamira. In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M.; MACHADO L. (eds.). **Fronteira amazônica**: Questões sobre a gestão do território. Brasília: UnB/UFRJ, 1990.

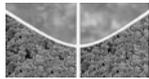
\_\_\_\_\_. Amazônia. Organização do espaço urbano e regional. *REVISTA GEOGRAFICA*, v. 105, p. 107-118, 1987.

MONTEIRO, Maurício Pontes; SAWYER, Donald. Diagnóstico demográfico, socioeconômico e de pressão antrópica na região da Amazônia Legal. In: **Biodiversidade na Amazônia Brasileira**. CAPOBIANCO et al. São Paulo: Estação Liberdade e Instituto Socioambiental, 2001. p.308-319.

NUNES, Brasilmar Ferreira Nunes; STEINBERGER, Marília Steinberger; AMADO, Theodolina Amado. **Algumas reflexões sobre a interface entre os conceitos de urbano e rural: o caso da Amazônia brasileira**. Conference 'Rural-Urban Encounters: Managing the Environment of the Peri-Urban Interface, Development Planning Unit, University College of London, 9-10 november, 2001.

RODRIGUES, Eliene Jaques. **Banidos da cidade e unidos na condição**: cidade nova; eselho da segregação social em belém. Belém: UFPA/NAEA, 1998.

SANTOS, Cleon Ricardo dos; ULTRAMARI, Clóvis; DUTRA, Cláudia Martins. Artigo base sobre meio ambiente urbano. In: CAMARGO, Aspásia; CAPOBIANCO, João paulo R.; OLIVEIRA, José Antonio P. **Meio ambiente Brasil**. Avanços e obstáculos pós-Rio-92. São



paulo: Estação Liberdade/Instituto Socioambiental. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002. p.338-356.

SOUZA, Celina. **Relações Intergovernamentais e a Reforma da Administração Pública Local**. Trabalho apresentado no Seminário A Reforma da Administração Pública: Possibilidades e Obstáculos. Recife, 20-21 ago. 1998. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/docs/eg/semi10.rtf>>. Acesso em: 21 março 2004.

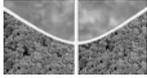
STEINBERGER, Marília. **O Zoneamento ecológico-econômico e a questão urbana na Amazônia**, 2000, Manaus. Anais do Encontro Nacional sobre Zoneamento Ecológico-Econômico, Ministério do Meio Ambiente, 2000.

STEINBERGER, Marília. Poluição urbana do ar por queimadas na Amazônia brasileira. In: XIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2002, Ouro Preto. Violências, o Estado e a Qualidade de Vida da População Brasileira (cd-rom). Belo Horizonte: ABEP.

VELHO, Otavio Guilherme (org.). **Fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

VERÍSSIMO, Adalberto; ARIMA, Eugênio; LIMA, Eirivelthon. Diagnóstico do uso da terra na Amazônia: exploração madeireira, agricultura e agropecuária. In: **Biodiversidade na Amazônia Brasileira**. CAPOBIANCO et al. São Paulo: Estação Liberdade e Instituto Socioambiental, 2001. p.327-329.

WIRTH, Louis "O Urbanismo como Modo de Vida". In: VELHO, Otávio G. (org.) O Fenômeno Urbano. Ed. Guanabara, Rio de Janeiro, 1987.



### Sites da Internet com Informações Municipais

[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados\\_municipios/transferencias\\_constitucionais.asp](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/transferencias_constitucionais.asp)  
Estados e municípios – transferências constitucionais. Ministério da Fazenda. Tesouro Nacional.

<http://www.portalmunicipal.org.br/> Banco de Dados Informações Municipais Indicadores. Confederação Nacional dos Municípios – CNM.

<http://muninet.org.br/banco/index.php> Banco Estatístico. MuniNet Rede Brasileira para o desenvolvimento municipal.

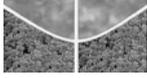
<http://portal.saude.gov.br/portal/aplicacoes/tabfusion/default.cfm?estado=AP> Indicadores Municipais de Saúde. Ministério da Saúde.

[http://portal.saude.gov.br/portal/saude/area.cfm?id\\_area=347](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/area.cfm?id_area=347) Transferências. Ministério da Saúde.

<http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php> Banco de Dados PRODES. Desflorestamento nos Municípios da Amazônia Legal.

<http://www.ibge.gov.br/munic2002> Perfil dos municípios brasileiros Gestão pública 2002. IBGE.

<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?364531015> Base de dados macroeconômicos, financeiros e regionais do Brasil mantida pelo IPEA.



## **ANEXO**

## ANEXO A

### MUNICÍPIOS CRIADOS DEPOIS DE 1988 NA AMAZÔNIA LEGAL – POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E GRAU DE URBANIZAÇÃO (ORDENADOS POR POPULAÇÃO TOTAL)

|     |    |                             |       |       |      |
|-----|----|-----------------------------|-------|-------|------|
| 1.  | TO | Oliveira de Fátima          | 958   | 698   | 72,9 |
| 2.  | MT | Santa Rita do Trivelato (2) | 978   | -     | -    |
| 3.  | MT | Serra Nova Dourada (2)      | 1.009 | -     | -    |
| 4.  | MT | Santa Cruz do Xingu (2)     | 1.152 | -     | -    |
| 5.  | MT | Novo Santo Antônio (2)      | 1.164 | -     | -    |
| 6.  | TO | Ipueiras                    | 1.166 | 586   | 50,2 |
| 7.  | TO | Tupirama                    | 1.179 | 433   | 36,7 |
| 8.  | TO | Rio da Conceição            | 1.189 | 998   | 83,9 |
| 9.  | TO | Lavandeira                  | 1.209 | 629   | 52   |
| 10. | TO | São Félix do Tocantins      | 1.269 | 531   | 41,8 |
| 11. | TO | Chapada de Areia            | 1.270 | 549   | 43,2 |
| 12. | TO | Tupiratins                  | 1.365 | 729   | 53,4 |
| 13. | TO | Crixás do Tocantins         | 1.384 | 776   | 56,1 |
| 14. | TO | Sucupira                    | 1.476 | 864   | 58,5 |
| 15. | TO | Mateiros                    | 1.646 | 640   | 38,9 |
| 16. | TO | Taipas do Tocantins         | 1.713 | 1.103 | 64,4 |
| 17. | MT | Nova Nazaré (2)             | 1.838 | -     | -    |
| 18. | TO | Santa Rita do Tocantins     | 1.852 | 729   | 39,4 |
| 19. | TO | Monte Santo do Tocantins    | 1.869 | 381   | 20,4 |
| 20. | MT | Santo Antônio do Leste (2)  | 1.872 | -     | -    |
| 21. | TO | Brasilândia do Tocantins    | 1.923 | 1.212 | 63   |
| 22. | MT | Ribeirãozinho               | 1.980 | 1.351 | 68,2 |
| 23. | TO | Pugmil                      | 1.989 | 1.566 | 78,7 |
| 24. | TO | Carmolândia                 | 2.008 | 1.550 | 77,2 |
| 25. | TO | Luzinópolis                 | 2.021 | 1.327 | 65,6 |
| 26. | TO | Cachoeirinha                | 2.023 | 1.765 | 87,2 |
| 27. | TO | Santa Tereza do Tocantins   | 2.114 | 1.340 | 63,4 |
| 28. | TO | Novo Jardim                 | 2.151 | 1.373 | 63,8 |
| 29. | TO | Centenário                  | 2.163 | 761   | 35,2 |
| 30. | TO | Abreulândia                 | 2.189 | 1.073 | 49   |
| 31. | TO | Santa Maria do Tocantins    | 2.226 | 1.034 | 46,4 |
| 32. | TO | Fortaleza do Tabocão        | 2.242 | 1.606 | 71,6 |
| 33. | AC | Santa Rosa do Purus         | 2.246 | 518   | 23,1 |
| 34. | TO | Rio dos Bois                | 2.269 | 1.150 | 50,7 |
| 35. | TO | Novo Alegre                 | 2.274 | 1.806 | 79,4 |
| 36. | AP | Pracuúba                    | 2.286 | 969   | 42,4 |
| 37. | TO | Talismã                     | 2.306 | 980   | 42,5 |
| 38. | TO | Bom Jesus do Tocantins      | 2.323 | 1.130 | 48,6 |
| 39. | TO | Juarina                     | 2.333 | 1.142 | 48,9 |
| 40. | TO | Lajeado                     | 2.344 | 1.583 | 67,5 |
| 41. | MT | Nova Marilândia             | 2.354 | 1.559 | 66,2 |

|     |    |                              |       |       |      |
|-----|----|------------------------------|-------|-------|------|
| 42. | TO | Piraquê                      | 2.360 | 1.179 | 49,9 |
| 43. | TO | Porto Alegre do Tocantins    | 2.393 | 1.378 | 57,6 |
| 44. | TO | Santa Terezinha do Tocantins | 2.455 | 1.387 | 56,5 |
| 45. | RO | Pimenteiras do Oeste         | 2.527 | 1.398 | 55,3 |
| 46. | TO | Lagoa do Tocantins           | 2.530 | 1.631 | 64,4 |
| 47. | TO | Bandeirantes do Tocantins    | 2.608 | 1.203 | 46,1 |
| 48. | TO | Muricilândia                 | 2.680 | 1.725 | 64,4 |
| 49. | MT | Conquista d'Oeste (2)        | 2.687 | -     | -    |
| 50. | TO | São Salvador do Tocantins    | 2.740 | 1.084 | 39,6 |
| 51. | MT | Vale de São Domingos (2)     | 2.779 | -     | -    |
| 52. | TO | Sampaio                      | 2.801 | 2.289 | 81,7 |
| 53. | TO | Maurilândia do Tocantins     | 2.854 | 1.579 | 55,3 |
| 54. | MT | Planalto da Serra            | 2.881 | 1.682 | 58,4 |
| 55. | TO | Angico                       | 2.889 | 1.639 | 56,7 |
| 56. | AP | Itaubal                      | 2.894 | 1.156 | 39,9 |
| 57. | MT | Campos de Júlio              | 2.895 | 1.963 | 67,8 |
| 58. | RO | Rio Crespo                   | 2.937 | 867   | 29,5 |
| 59. | TO | Cariri do Tocantins          | 2.990 | 1.942 | 64,9 |
| 60. | MT | São José do Povo             | 3.056 | 1.508 | 49,3 |
| 61. | MT | Rondolândia (2)              | 3.085 | -     | -    |
| 62. | MT | Santo Afonso                 | 3.098 | 1.483 | 47,9 |
| 63. | TO | Jaú do Tocantins             | 3.121 | 997   | 31,9 |
| 64. | TO | Recursolândia                | 3.138 | 1.256 | 40   |
| 65. | TO | Aguiarnópolis                | 3.145 | 2.304 | 73,2 |
| 66. | TO | Nova Rosalândia              | 3.190 | 2.435 | 76,3 |
| 67. | TO | Carrasco Bonito              | 3.218 | 1.573 | 48,9 |
| 68. | TO | Chapada da Natividade        | 3.274 | 1.241 | 37,9 |
| 69. | TO | Itapiratins                  | 3.277 | 1.162 | 35,4 |
| 70. | AP | Cutias                       | 3.280 | 1.442 | 44   |
| 71. | AP | Serra do Navio               | 3.293 | 1.216 | 36,9 |
| 72. | MT | Nova Santa Helena (2)        | 3.313 | -     | -    |
| 73. | TO | Marianópolis do Tocantins    | 3.332 | 1.968 | 59   |
| 74. | TO | Sandolândia                  | 3.332 | 1.415 | 42,5 |
| 75. | MT | Glória D'Oeste               | 3.361 | 2.111 | 62,8 |
| 76. | MT | São Pedro da Cipa            | 3.495 | 2.969 | 84,9 |
| 77. | TO | Aparecida do Rio Negro       | 3.517 | 2.589 | 73,6 |
| 78. | AP | Ferreira Gomes               | 3.562 | 2.523 | 70,8 |
| 79. | TO | Barra do Ouro                | 3.579 | 1.398 | 39,1 |
| 80. | MT | Santa Carmem                 | 3.599 | 2.148 | 59,7 |
| 81. | TO | Palmeirante                  | 3.610 | 1.302 | 36,1 |
| 82. | RO | Parecis                      | 3.622 | 1.134 | 31,3 |
| 83. | TO | Caseara                      | 3.660 | 2.650 | 72,4 |
| 84. | TO | Riachinho                    | 3.670 | 1.567 | 42,7 |
| 85. | MT | Pontal do Araguaia           | 3736  | 3.090 | 82,7 |

|      |    |                            |       |       |      |
|------|----|----------------------------|-------|-------|------|
| 86.  | TO | São Bento do Tocantins     | 3.738 | 1.952 | 52,2 |
| 87.  | MT | Bom Jesus do Araguaia (2)  | 3.777 | -     | -    |
| 88.  | PA | Bannach                    | 3.780 | 1.189 | 31,4 |
| 89.  | PA | Sapucaia                   | 3.796 | 2.682 | 70,6 |
| 90.  | MA | Nova Colinas               | 3.904 | 1.637 | 41,9 |
| 91.  | MT | Nova Maringá               | 3.950 | 2.624 | 66,4 |
| 92.  | AP | Pedra Branca do Amaparí    | 4.009 | 1.364 | 34   |
| 93.  | MA | São Pedro dos Crentes      | 4.024 | 1.692 | 42   |
| 94.  | PA | São João da Ponta          | 4.035 | 1.051 | 26   |
| 95.  | MT | Nova Lacerda               | 4.045 | 1.834 | 45,3 |
| 96.  | TO | Araguanã                   | 4.193 | 2.609 | 62,2 |
| 97.  | MT | União do Sul               | 4.196 | 2.771 | 66   |
| 98.  | RO | Castanheiras               | 4.212 | 774   | 18,4 |
| 99.  | TO | Darcinópolis               | 4.273 | 2.372 | 55,1 |
| 100. | RO | Primavera de Rondônia      | 4.311 | 1.159 | 26,9 |
| 101. | TO | Santa Rosa do Tocantins    | 4.316 | 2.322 | 53,8 |
| 102. | TO | Pau D'Arco                 | 4.335 | 2.757 | 63,6 |
| 103. | MA | São Roberto                | 4.400 | 2.463 | 56   |
| 104. | AC | Jordão                     | 4.454 | 863   | 19,4 |
| 105. | TO | Combinado                  | 4.524 | 3.740 | 82,7 |
| 106. | TO | Bernardo Sayão             | 4.551 | 1.994 | 43,8 |
| 107. | TO | Pequizeiro                 | 4.591 | 2.293 | 49,9 |
| 108. | MT | Gaúcha do Norte            | 4.605 | 1.467 | 31,8 |
| 109. | TO | Palmeiras do Tocantins     | 4.622 | 2.497 | 54   |
| 110. | MA | Santa Filomena do Maranhão | 4.667 | 1.623 | 34,8 |
| 111. | MA | Bacuritiba                 | 4.671 | 1.139 | 24,4 |
| 112. | MT | Lambari D'Oeste            | 4.690 | 1.772 | 37,8 |
| 113. | MT | Porto Estrela              | 4.707 | 2.339 | 49,7 |
| 114. | RR | Iracema                    | 4.781 | 3.228 | 67,5 |
| 115. | MT | Curvelândia (2)            | 4.803 | -     | -    |
| 116. | MA | Fernando Falcão            | 4.823 | 731   | 15,1 |
| 117. | TO | Goianorte                  | 4.839 | 2.257 | 46,6 |
| 118. | MT | Canabrava do Norte         | 4.989 | 1.835 | 36,8 |
| 119. | MT | Novo Mundo                 | 4.997 | 1.909 | 38,2 |
| 120. | TO | São Valério da Natividade  | 5.054 | 2.238 | 44,3 |
| 121. | MA | Jatobá                     | 5.055 | 2.061 | 40,8 |
| 122. | TO | Barrolândia                | 5.082 | 4.188 | 82,4 |
| 123. | MA | Presidente Médici          | 5.116 | 3.377 | 66   |
| 124. | MA | Boa Vista do Gurupi        | 5.128 | 4.204 | 82   |
| 125. | AC | Capixaba                   | 5.206 | 1.521 | 29,2 |
| 126. | MA | Bernardo do Mearim         | 5.239 | 1.546 | 29,5 |
| 127. | RR | Amajari                    | 5.294 | 799   | 15,1 |
| 128. | RO | Cacaulândia                | 5.372 | 1.850 | 34,4 |
| 129. | MA | Amapá do Maranhão          | 5.431 | 3.979 | 73,3 |

|      |    |                              |       |       |      |
|------|----|------------------------------|-------|-------|------|
| 130. | MT | Juruena                      | 5.448 | 3.745 | 68,7 |
| 131. | AC | Porto Walter                 | 5.485 | 1.441 | 26,3 |
| 132. | TO | Santa Fé do Araguaia         | 5.507 | 3.368 | 61,1 |
| 133. | RO | Chupinguaia                  | 5.521 | 1.954 | 35,4 |
| 134. | MA | Tufilândia                   | 5.527 | 2.049 | 37   |
| 135. | MA | Junco do Maranhão            | 5.533 | 2.595 | 46,9 |
| 136. | RO | Teixeirópolis                | 5.618 | 1.154 | 20,5 |
| 137. | TO | Campos Lindos                | 5.638 | 2.209 | 39,2 |
| 138. | MT | Nova Guarita                 | 5.651 | 1.960 | 34,7 |
| 139. | MT | Nova Uiratã                  | 5.654 | 1.635 | 28,9 |
| 140. | RR | Caroebe                      | 5.692 | 1.977 | 34,7 |
| 141. | MA | Lajeado Novo                 | 5.717 | 1.978 | 34,6 |
| 142. | TO | Divinópolis do Tocantins     | 5.776 | 3.987 | 69   |
| 143. | RR | Uiramutã                     | 5.802 | 525   | 9    |
| 144. | AC | Bujari                       | 5.826 | 1.628 | 27,9 |
| 145. | MT | São José do Xingu            | 5.944 | 3.245 | 54,6 |
| 146. | PA | Abel Figueiredo              | 5.957 | 4.897 | 82,2 |
| 147. | PA | Cumaru do Norte              | 5.978 | 1.374 | 23   |
| 148. | MA | Centro do Guilherme          | 6.152 | 3.401 | 55,3 |
| 149. | TO | Lagoa da Confusão            | 6.168 | 3.396 | 55   |
| 150. | TO | Aliança do Tocantins         | 6.177 | 5.120 | 82,9 |
| 151. | TO | Aragominas                   | 6.180 | 2.383 | 38,5 |
| 152. | MT | Alto Boa Vista               | 6.206 | 1.961 | 31,6 |
| 153. | MA | São Domingos do Azeitão      | 6.289 | 4.079 | 64,8 |
| 154. | MA | Porto Rico do Maranhão       | 6.380 | 2.542 | 39,8 |
| 155. | MA | Ribamar Fiquene              | 6.488 | 2.744 | 42,3 |
| 156. | MA | Governador Luiz Rocha        | 6.513 | 4.333 | 66,5 |
| 157. | RO | Cujubim                      | 6.536 | 3.196 | 48,9 |
| 158. | MT | Apiacás                      | 6.665 | 4.465 | 67   |
| 159. | MA | São Raimundo do Doca Bezerra | 6.671 | 1.486 | 22,3 |
| 160. | MA | Vila Nova dos Martírios      | 6.705 | 3.108 | 46,3 |
| 161. | MT | Feliz Natal                  | 6.769 | 5.123 | 75,7 |
| 162. | TO | Praia Norte                  | 6.781 | 3.475 | 51,2 |
| 163. | RO | Itapuã do Oeste              | 6.822 | 3.677 | 53,9 |
| 164. | MT | Nova Monte Verde             | 6.827 | 2.197 | 32,2 |
| 165. | MT | Nova Bandeirantes            | 6.951 | 1.872 | 26,9 |
| 166. | RR | Pacaraima                    | 6.990 | 2.760 | 39,5 |
| 167. | RO | São Felipe D'Oeste           | 7.056 | 1.031 | 14,6 |
| 168. | MA | São Francisco do Brejão      | 7.062 | 3.833 | 54,3 |
| 169. | AP | Tartarugalzinho              | 7.121 | 3.483 | 48,9 |
| 170. | PA | Pau D'Arco                   | 7.124 | 3.212 | 43,7 |
| 171. | MT | Jangada                      | 7.134 | 2.762 | 38,7 |
| 172. | MA | Marajá do Sena               | 7.161 | 725   | 10,1 |
| 173. | MA | Central do Maranhão          | 7.186 | 3.308 | 46   |

|      |    |                          |        |       |      |
|------|----|--------------------------|--------|-------|------|
| 174. | MT | Querência                | 7.274  | 3.920 | 53,9 |
| 175. | MA | Cachoeira Grande         | 7.383  | 2.852 | 38,6 |
| 176. | MA | São José dos Basílios    | 7.432  | 2.713 | 36,5 |
| 177. | MA | Matões do Norte          | 7.435  | 2.174 | 29,2 |
| 178. | PA | Brejo Grande do Araguaia | 7.464  | 4.255 | 57   |
| 179. | RO | Cabixi                   | 7.518  | 2.672 | 35,5 |
| 180. | MA | Feira Nova do Maranhão   | 7.543  | 1.030 | 13,6 |
| 181. | PA | Palestina do Pará        | 7.544  | 3.840 | 50,9 |
| 182. | TO | Esperantina              | 7.623  | 3.552 | 46,6 |
| 183. | RO | Vale do Anari            | 7.737  | 1.836 | 23,7 |
| 184. | MT | Castanheira              | 7.790  | 3.680 | 47,2 |
| 185. | TO | Buriti do Tocantins      | 7.842  | 6.116 | 78   |
| 186. | MT | Sapezal                  | 7.866  | 5.493 | 69,8 |
| 187. | AC | Acrelândia               | 7.935  | 3.506 | 44,2 |
| 188. | AC | Rodrigues Alves          | 8.093  | 2.632 | 32,5 |
| 189. | RO | Nova União               | 8.233  | 1.329 | 16,1 |
| 190. | PA | Terra Alta               | 8.261  | 3.692 | 44,7 |
| 191. | AC | Marechal Thaumaturgo     | 8.295  | 985   | 11,9 |
| 192. | MA | Lago dos Rodrigues       | 8.443  | 4.480 | 53,1 |
| 193. | MA | Maranhãozinho            | 8.445  | 5.114 | 60,5 |
| 194. | MA | Lagoa Grande do Maranhão | 8.469  | 2.862 | 33,8 |
| 195. | MT | Cotriguaçu               | 8.474  | 3.707 | 43,7 |
| 196. | TO | São Miguel do Tocantins  | 8.486  | 1.910 | 22,5 |
| 197. | AP | Vitória do Jarí          | 8.560  | 6.880 | 80,4 |
| 198. | MA | Senador Alexandre Costa  | 8.571  | 4.944 | 57,7 |
| 199. | RR | Cantá                    | 8.571  | 1.155 | 13,5 |
| 200. | MT | Ribeirão Cascalheira     | 8.866  | 4.781 | 53,9 |
| 201. | MA | Serrano do Maranhão      | 9.120  | 2.918 | 32   |
| 202. | MA | Araguanã                 | 9.123  | 3.899 | 42,7 |
| 203. | PA | Curuá                    | 9.224  | 2.933 | 31,8 |
| 204. | TO | Colméia                  | 9.352  | 6.358 | 68   |
| 205. | PA | Anapu                    | 9.407  | 3.083 | 32,8 |
| 206. | MT | Brasnorte                | 9.815  | 6.260 | 63,8 |
| 207. | MA | Igarapé do Meio          | 9.842  | 3.912 | 39,7 |
| 208. | RO | Vale do Paraíso          | 9.863  | 1.840 | 18,6 |
| 209. | MA | Bela Vista do Maranhão   | 9.900  | 3.464 | 35   |
| 210. | MA | Jenipapo dos Vieiras     | 10.119 | 2.177 | 21,5 |
| 211. | MA | Olinda Nova do Maranhão  | 10.128 | 3.415 | 33,7 |
| 212. | MT | Cláudia                  | 10.249 | 7.852 | 76,6 |
| 213. | MA | São João do Paraíso      | 10.365 | 3.829 | 36,9 |
| 214. | MA | Brejo de Areia           | 10.418 | 2.064 | 19,8 |
| 215. | RO | Corumbiara               | 10.459 | 2.073 | 19,8 |
| 216. | MA | Bacabeira                | 10.516 | 1.892 | 18   |
| 217. | MA | Capinzal do Norte        | 10.543 | 4.024 | 38,2 |

|      |    |                           |        |        |      |
|------|----|---------------------------|--------|--------|------|
| 218. | MA | Conceição do Lago-Açu     | 10.774 | 5.252  | 48,7 |
| 219. | MA | Satubinha                 | 10.815 | 2.263  | 20,9 |
| 220. | MT | Tabaporã                  | 10.842 | 6.214  | 57,3 |
| 221. | MA | Governador Edison Lobão   | 10.891 | 3.867  | 35,5 |
| 222. | PA | Quatipuru                 | 10.905 | 4.339  | 39,8 |
| 223. | PA | Canaã dos Carajás         | 10.922 | 3.924  | 35,9 |
| 224. | MA | São Pedro da Água Branca  | 10.927 | 9.459  | 86,6 |
| 225. | PA | Santa Maria das Barreiras | 10.955 | 1.457  | 13,3 |
| 226. | AC | Epitaciolândia            | 11.028 | 7.404  | 67,1 |
| 227. | AP | Porto Grande              | 11.042 | 7.374  | 66,8 |
| 228. | RO | São Francisco do Guaporé  | 11.085 | 5.226  | 47,1 |
| 229. | MA | Apicum-Açu                | 11.099 | 5.553  | 50   |
| 230. | RO | Theobroma                 | 11.140 | 1.515  | 13,6 |
| 231. | PA | Vitória do Xingu          | 11.142 | 3.932  | 35,3 |
| 232. | MT | Matupá                    | 11.289 | 8.786  | 77,8 |
| 233. | RO | Ministro Andreazza        | 11.342 | 2.160  | 19   |
| 234. | PA | Santa Bárbara do Pará     | 11.378 | 4.009  | 35,2 |
| 235. | MT | Colniza (2)               | 11.382 | -      | -    |
| 236. | AC | Porto Acre                | 11.418 | 1.293  | 11,3 |
| 237. | RO | Campo Novo de Rondônia    | 11.463 | 3.000  | 26,2 |
| 238. | MA | Campestre do Maranhão     | 11.521 | 8.591  | 74,6 |
| 239. | MA | Bom Lugar                 | 11.534 | 1.929  | 16,7 |
| 240. | MT | Tapurah                   | 11.561 | 4.198  | 36,3 |
| 241. | RO | Seringueiras              | 11.655 | 3.792  | 32,5 |
| 242. | MA | Governador Newton Bello   | 11.804 | 2.678  | 22,7 |
| 243. | MA | Cidelândia                | 11.816 | 4.623  | 39,1 |
| 244. | PA | Nova Ipixuna              | 11.866 | 5.207  | 43,9 |
| 245. | MA | Davinópolis               | 12.275 | 10.231 | 83,3 |
| 246. | RO | Novo Horizonte do Oeste   | 12.276 | 1.344  | 10,9 |
| 247. | MT | Carlinda                  | 12.296 | 3.074  | 25   |
| 248. | RO | Monte Negro               | 12.627 | 5.722  | 45,3 |
| 249. | PA | Piçarra                   | 12.671 | 2.755  | 21,7 |
| 250. | RO | Alto Alegre dos Parecis   | 12.708 | 2.449  | 19,3 |
| 251. | PA | Bom Jesus do Tocantins    | 13.106 | 6.180  | 47,1 |
| 252. | RO | Candeias do Jamari        | 13.107 | 9.354  | 71,4 |
| 253. | RO | Alto Paraíso              | 13.118 | 4.036  | 30,8 |
| 254. | RO | Mirante da Serra          | 13.154 | 5.733  | 43,6 |
| 255. | AM | Guajará                   | 13.220 | 6.220  | 47   |
| 256. | MA | Itaipava do Grajaú        | 13.341 | 1.125  | 8,4  |
| 257. | PA | Placas                    | 13.394 | 3.534  | 26,4 |
| 258. | MA | São João do Carú          | 13.495 | 3.155  | 23,4 |
| 259. | MA | Presidente Sarney         | 13.718 | 3.242  | 23,6 |
| 260. | MA | Formosa da Serra Negra    | 13.781 | 2.189  | 15,9 |
| 261. | MA | Buritirana                | 13.822 | 3.784  | 27,4 |

|      |    |                          |        |        |      |
|------|----|--------------------------|--------|--------|------|
| 262. | AM | Apuí                     | 13.864 | 6.126  | 44,2 |
| 263. | PA | Trairão                  | 14.042 | 3.008  | 21,4 |
| 264. | PA | Floresta do Araguaia     | 14.284 | 4.874  | 34,1 |
| 265. | MA | Centro Novo do Maranhão  | 14.554 | 3.127  | 21,5 |
| 266. | PA | Terra Santa              | 14.592 | 10.965 | 75,1 |
| 267. | PA | Belterra                 | 14.594 | 5.126  | 35,1 |
| 268. | RO | Nova Mamoré              | 14.778 | 7.247  | 49   |
| 269. | MT | Nova Mutum               | 14.818 | 10.376 | 70   |
| 270. | MA | Maracaçumé               | 14.866 | 12.691 | 85,4 |
| 271. | RO | Urupá                    | 14.880 | 4.002  | 26,9 |
| 272. | PA | Cachoeira do Piriá       | 15.437 | 2.393  | 15,5 |
| 273. | MA | Nova Olinda do Maranhão  | 15.660 | 9.398  | 60   |
| 274. | MA | Miranda do Norte         | 16.123 | 13.611 | 84,4 |
| 275. | MA | Senador La Rocque        | 16.242 | 7.965  | 49   |
| 276. | MA | Trizidela do Vale        | 16.402 | 14.329 | 87,4 |
| 277. | MA | Bom Jesus das Selvas     | 16.545 | 7.967  | 48,1 |
| 278. | RO | Nova Brasilândia d'Oeste | 17.067 | 6.424  | 37,6 |
| 279. | MA | Raposa                   | 17.088 | 11.370 | 66,5 |
| 280. | PA | Brasil Novo              | 17.193 | 4.371  | 25,4 |
| 281. | MT | Campo Verde              | 17.221 | 13.065 | 75,9 |
| 282. | MA | Turilândia               | 17.231 | 6.929  | 40,2 |
| 283. | AM | Careiro da Várzea        | 17.267 | 806    | 4,7  |
| 284. | MA | Peritoró                 | 17.336 | 6.527  | 37,6 |
| 285. | RR | Rorainópolis             | 17.393 | 7.185  | 41,3 |
| 286. | PA | São João de Pirabas      | 17.484 | 9.832  | 56,2 |
| 287. | MT | Campo Novo do Parecis    | 17.638 | 14.713 | 83,4 |
| 288. | MT | Confresa                 | 17.841 | 6.209  | 34,8 |
| 289. | MA | Pedro do Rosário         | 17.954 | 2.937  | 16,3 |
| 290. | PA | Nova Esperança do Piriá  | 18.893 | 5.255  | 27,8 |
| 291. | PA | Ulianópolis              | 19.254 | 11.909 | 61,8 |
| 292. | MT | Lucas do Rio Verde       | 19.316 | 16.145 | 83,6 |
| 293. | PA | Santa Luzia do Pará      | 19.400 | 8.442  | 43,5 |
| 294. | PA | Outilândia do Norte      | 19.471 | 9.689  | 49,8 |
| 295. | PA | Curionópolis             | 19.486 | 13.250 | 68   |
| 296. | PA | Aurora do Pará           | 19.728 | 5.022  | 25,4 |
| 297. | PA | São Domingos do Araguaia | 20.005 | 10.878 | 54,4 |
| 298. | MA | Santa Luzia do Paruá     | 20.058 | 10.676 | 53,2 |
| 299. | MA | Alto Alegre do Maranhão  | 20.162 | 12.997 | 64,5 |
| 300. | PA | Concórdia do Pará        | 20.956 | 10.848 | 51,8 |
| 301. | PA | Medicilândia             | 21.379 | 6.759  | 31,6 |
| 302. | PA | Água Azul do Norte       | 22.084 | 2.827  | 12,8 |
| 303. | PA | Goianésia do Pará        | 22.685 | 14.878 | 65,6 |
| 304. | RO | Machadinho d'oeste       | 22.739 | 10.981 | 48,3 |
| 305. | PA | Tracuateua               | 22.743 | 4.677  | 20,6 |

|      |    |                         |         |         |      |
|------|----|-------------------------|---------|---------|------|
| 306. | MA | Itinga do Maranhão      | 23.128  | 17.401  | 75,2 |
| 307. | RO | São Miguel do Guaporé   | 23.874  | 6.476   | 27,1 |
| 308. | PA | Jacareacanga            | 24.024  | 5.670   | 23,6 |
| 309. | PA | Garrafão do Norte       | 24.221  | 7.018   | 29   |
| 310. | TO | Miracema do Tocantins   | 24.444  | 20.435  | 83,6 |
| 311. | PA | Rurópolis               | 24.660  | 8.419   | 34,1 |
| 312. | PA | Novo Progresso          | 24.948  | 9.628   | 38,6 |
| 313. | PA | Ipixuna do Pará         | 25.138  | 4.991   | 19,8 |
| 314. | PA | Tucumã                  | 25.309  | 16.496  | 65,2 |
| 315. | PA | Mãe do Rio              | 25.351  | 18.738  | 73,9 |
| 316. | RO | Buritis                 | 25.668  | 15.334  | 59,7 |
| 317. | MA | Governador Nunes Freire | 25.921  | 14.102  | 54,4 |
| 318. | PA | São Geraldo do Araguaia | 27.646  | 11.933  | 43,2 |
| 319. | AP | Laranjal do Jarí        | 28.515  | 26.792  | 93,9 |
| 320. | PA | Pacajá                  | 28.888  | 7.604   | 26,3 |
| 321. | PA | Eldorado dos Carajás    | 29.608  | 14.112  | 47,7 |
| 322. | MA | Arame                   | 29.843  | 11.461  | 38,4 |
| 323. | MA | Alto Alegre do Pindaré  | 30.177  | 7.909   | 26,2 |
| 324. | PA | Breu Branco             | 32.446  | 15.952  | 49,2 |
| 325. | PA | Tailândia               | 38.435  | 28.128  | 73,2 |
| 326. | PA | Dom Eliseu              | 39.529  | 23.801  | 60,2 |
| 327. | PA | Novo Repartimento       | 41.817  | 15.524  | 37,1 |
| 328. | PA | Uruará                  | 45.201  | 13.166  | 29,1 |
| 329. | MA | Zé Doca                 | 46.134  | 29.082  | 63   |
| 330. | MA | Buriticupu              | 51.059  | 26.017  | 50,9 |
| 331. | PA | Parauapebas             | 71.568  | 59.260  | 82,8 |
| 332. | PA | Marituba                | 74.429  | 64.884  | 87,2 |
| 333. | AP | Santana                 | 80.439  | 75.849  | 94,2 |
| 334. | TO | Palmas                  | 137.355 | 134.179 | 97,7 |

Fonte: IBGE

Notas:

(1) Dados sobre População total e urbana retirados do Censo Demográfico 2000 com exceção de 13 municípios do Estado do MT instalados em 2001 para os quais foram utilizados dados sobre População Residente Total (2001) obtidos no Banco de Dados @Cidades localizado no site do IBGE, <http://www.ibge.gov.br/cidadesat>

(2) Municípios instalados em 2001.

(3) Dados trabalhados pelo autor.

## ANEXO B

MUNICÍPIOS CRIADOS DEPOIS DE 1988 NA AMAZÔNIA LEGAL – POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E GRAU DE URBANIZAÇÃO (ORDENADOS POR ESTADO E DE ACORDO COM A POPULAÇÃO TOTAL)

|     | UF | Municípios           | População Total <sup>(1)</sup> | População Urbana <sup>(1)</sup> | Grau de Urbanização <sup>(3)</sup> |
|-----|----|----------------------|--------------------------------|---------------------------------|------------------------------------|
| 1.  | AC | Santa Rosa do Purus  | 2.246                          | 518                             | 23,1                               |
| 2.  | AC | Jordão               | 4.454                          | 863                             | 19,4                               |
| 3.  | AC | Capixaba             | 5.206                          | 1.521                           | 29,2                               |
| 4.  | AC | Porto Walter         | 5.485                          | 1.441                           | 26,3                               |
| 5.  | AC | Bujari               | 5.826                          | 1.628                           | 27,9                               |
| 6.  | AC | Acrelândia           | 7.935                          | 3.506                           | 44,2                               |
| 7.  | AC | Rodrigues Alves      | 8.093                          | 2.632                           | 32,5                               |
| 8.  | AC | Marechal Thaumaturgo | 8.295                          | 985                             | 11,9                               |
| 9.  | AC | Epitaciolândia       | 11.028                         | 7.404                           | 67,1                               |
| 10. | AC | Porto Acre           | 11.418                         | 1.293                           | 11,3                               |

|    | UF | Municípios        | População Total <sup>(1)</sup> | População Urbana <sup>(1)</sup> | Grau de Urbanização <sup>(3)</sup> |
|----|----|-------------------|--------------------------------|---------------------------------|------------------------------------|
| 1. | AM | Guajará           | 13.220                         | 6.220                           | 47                                 |
| 2. | AM | Apuí              | 13.864                         | 6.126                           | 44,2                               |
| 3. | AM | Careiro da Várzea | 17.267                         | 806                             | 4,7                                |

|     | UF | Municípios              | População Total <sup>(1)</sup> | População Urbana <sup>(1)</sup> | Grau de Urbanização <sup>(3)</sup> |
|-----|----|-------------------------|--------------------------------|---------------------------------|------------------------------------|
| 1.  | AP | Pracuúba                | 2.286                          | 969                             | 42,4                               |
| 2.  | AP | Itaubal                 | 2.894                          | 1.156                           | 39,9                               |
| 3.  | AP | Cutias                  | 3.280                          | 1.442                           | 44                                 |
| 4.  | AP | Serra do Navio          | 3.293                          | 1.216                           | 36,9                               |
| 5.  | AP | Ferreira Gomes          | 3.562                          | 2.523                           | 70,8                               |
| 6.  | AP | Pedra Branca do Amaparí | 4.009                          | 1.364                           | 34                                 |
| 7.  | AP | Tartarugalzinho         | 7.121                          | 3.483                           | 48,9                               |
| 8.  | AP | Vitória do Jari         | 8.560                          | 6.880                           | 80,4                               |
| 9.  | AP | Porto Grande            | 11.042                         | 7.374                           | 66,8                               |
| 10. | AP | Laranjal do Jari        | 28.515                         | 26.792                          | 93,9                               |
| 11. | AP | Santana                 | 80.439                         | 75.849                          | 94,2                               |

|    | UF | Municípios   | População Total <sup>(1)</sup> | População Urbana <sup>(1)</sup> | Grau de Urbanização <sup>(3)</sup> |
|----|----|--------------|--------------------------------|---------------------------------|------------------------------------|
| 1. | MA | Nova Colinas | 3.904                          | 1.637                           | 41,9                               |

|     |    |                              |        |       |      |
|-----|----|------------------------------|--------|-------|------|
| 2.  | MA | São Pedro dos Crentes        | 4.024  | 1.692 | 42   |
| 3.  | MA | São Roberto                  | 4.400  | 2.463 | 56   |
| 4.  | MA | Santa Filomena do Maranhão   | 4.667  | 1.623 | 34,8 |
| 5.  | MA | Bacuritiba                   | 4.671  | 1.139 | 24,4 |
| 6.  | MA | Fernando Falcão              | 4.823  | 731   | 15,1 |
| 7.  | MA | Jatobá                       | 5.055  | 2.061 | 40,8 |
| 8.  | MA | Presidente Médici            | 5.116  | 3.377 | 66   |
| 9.  | MA | Boa Vista do Gurupi          | 5.128  | 4.204 | 82   |
| 10. | MA | Bernardo do Mearim           | 5.239  | 1.546 | 29,5 |
| 11. | MA | Amapá do Maranhão            | 5.431  | 3.979 | 73,3 |
| 12. | MA | Tufilândia                   | 5.527  | 2.049 | 37   |
| 13. | MA | Junco do Maranhão            | 5.533  | 2.595 | 46,9 |
| 14. | MA | Lajeado Novo                 | 5.717  | 1.978 | 34,6 |
| 15. | MA | Centro do Guilherme          | 6.152  | 3.401 | 55,3 |
| 16. | MA | São Domingos do Azeitão      | 6.289  | 4.079 | 64,8 |
| 17. | MA | Porto Rico do Maranhão       | 6.380  | 2.542 | 39,8 |
| 18. | MA | Ribamar Fiquene              | 6.488  | 2.744 | 42,3 |
| 19. | MA | Governador Luiz Rocha        | 6.513  | 4.333 | 66,5 |
| 20. | MA | São Raimundo do Doca Bezerra | 6.671  | 1.486 | 22,3 |
| 21. | MA | Vila Nova dos Martírios      | 6.705  | 3.108 | 46,3 |
| 22. | MA | São Francisco do Brejão      | 7.062  | 3.833 | 54,3 |
| 23. | MA | Marajá do Sena               | 7.161  | 725   | 10,1 |
| 24. | MA | Central do Maranhão          | 7.186  | 3.308 | 46   |
| 25. | MA | Cachoeira Grande             | 7.383  | 2.852 | 38,6 |
| 26. | MA | São José dos Basílios        | 7.432  | 2.713 | 36,5 |
| 27. | MA | Matões do Norte              | 7.435  | 2.174 | 29,2 |
| 28. | MA | Feira Nova do Maranhão       | 7.543  | 1.030 | 13,6 |
| 29. | MA | Lago dos Rodrigues           | 8.443  | 4.480 | 53,1 |
| 30. | MA | Maranhãozinho                | 8.445  | 5.114 | 60,5 |
| 31. | MA | Lagoa Grande do Maranhão     | 8.469  | 2.862 | 33,8 |
| 32. | MA | Senador Alexandre Costa      | 8.571  | 4.944 | 57,7 |
| 33. | MA | Serrano do Maranhão          | 9.120  | 2.918 | 32   |
| 34. | MA | Araguanã                     | 9.123  | 3.899 | 42,7 |
| 35. | MA | Igarapé do Meio              | 9.842  | 3.912 | 39,7 |
| 36. | MA | Bela Vista do Maranhão       | 9.900  | 3.464 | 35   |
| 37. | MA | Jenipapo dos Vieiras         | 10.119 | 2.177 | 21,5 |
| 38. | MA | Olinda Nova do Maranhão      | 10.128 | 3.415 | 33,7 |
| 39. | MA | São João do Paraíso          | 10.365 | 3.829 | 36,9 |

|     |    |                          |        |        |      |
|-----|----|--------------------------|--------|--------|------|
| 40. | MA | Brejo de Areia           | 10.418 | 2.064  | 19,8 |
| 41. | MA | Bacabeira                | 10.516 | 1.892  | 18   |
| 42. | MA | Capinzal do Norte        | 10.543 | 4.024  | 38,2 |
| 43. | MA | Conceição do Lago-Açu    | 10.774 | 5.252  | 48,7 |
| 44. | MA | Satubinha                | 10.815 | 2.263  | 20,9 |
| 45. | MA | Governador Edison Lobão  | 10.891 | 3.867  | 35,5 |
| 46. | MA | São Pedro da Água Branca | 10.927 | 9.459  | 86,6 |
| 47. | MA | Apicum-Açu               | 11.099 | 5.553  | 50   |
| 48. | MA | Campestre do Maranhão    | 11.521 | 8.591  | 74,6 |
| 49. | MA | Bom Lugar                | 11.534 | 1.929  | 16,7 |
| 50. | MA | Governador Newton Bello  | 11.804 | 2.678  | 22,7 |
| 51. | MA | Cidelândia               | 11.816 | 4.623  | 39,1 |
| 52. | MA | Davinópolis              | 12.275 | 10.231 | 83,3 |
| 53. | MA | Itaipava do Grajaú       | 13.341 | 1.125  | 8,4  |
| 54. | MA | São João do Carú         | 13.495 | 3.155  | 23,4 |
| 55. | MA | Presidente Sarney        | 13.718 | 3.242  | 23,6 |
| 56. | MA | Formosa da Serra Negra   | 13.781 | 2.189  | 15,9 |
| 57. | MA | Buritirana               | 13.822 | 3.784  | 27,4 |
| 58. | MA | Centro Novo do Maranhão  | 14.554 | 3.127  | 21,5 |
| 59. | MA | Maracaçumé               | 14.866 | 12.691 | 85,4 |
| 60. | MA | Nova Olinda do Maranhão  | 15.660 | 9.398  | 60   |
| 61. | MA | Miranda do Norte         | 16.123 | 13.611 | 84,4 |
| 62. | MA | Senador La Rocque        | 16.242 | 7.965  | 49   |
| 63. | MA | Trizidela do Vale        | 16.402 | 14.329 | 87,4 |
| 64. | MA | Bom Jesus das Selvas     | 16.545 | 7.967  | 48,1 |
| 65. | MA | Raposa                   | 17.088 | 11.370 | 66,5 |
| 66. | MA | Turilândia               | 17.231 | 6.929  | 40,2 |
| 67. | MA | Peritoró                 | 17.336 | 6.527  | 37,6 |
| 68. | MA | Pedro do Rosário         | 17.954 | 2.937  | 16,3 |
| 69. | MA | Santa Luzia do Paruá     | 20.058 | 10.676 | 53,2 |
| 70. | MA | Alto Alegre do Maranhão  | 20.162 | 12.997 | 64,5 |
| 71. | MA | Itinga do Maranhão       | 23.128 | 17.401 | 75,2 |
| 72. | MA | Governador Nunes Freire  | 25.921 | 14.102 | 54,4 |
| 73. | MA | Arame                    | 29.843 | 11.461 | 38,4 |
| 74. | MA | Alto Alegre do Pindaré   | 30.177 | 7.909  | 26,2 |
| 75. | MA | Zé Doca                  | 46.134 | 29.082 | 63   |
| 76. | MA | Buriticupu               | 51.059 | 26.017 | 50,9 |

|    | UF | Municípios                  | População Total <sup>(1)</sup> | População Urbana <sup>(1)</sup> | Grau de Urbanização <sup>(3)</sup> |
|----|----|-----------------------------|--------------------------------|---------------------------------|------------------------------------|
| 1. | MT | Santa Rita do Trivelato (2) | 978                            | -                               | -                                  |
| 2. | MT | Serra Nova Dourada (2)      | 1.009                          | -                               | -                                  |

|     |    |                            |       |       |      |
|-----|----|----------------------------|-------|-------|------|
| 3.  | MT | Santa Cruz do Xingu (2)    | 1.152 | -     | -    |
| 4.  | MT | Novo Santo Antônio (2)     | 1.164 | -     | -    |
| 5.  | MT | Nova Nazaré (2)            | 1.838 | -     | -    |
| 6.  | MT | Santo Antônio do Leste (2) | 1.872 | -     | -    |
| 7.  | MT | Ribeirãozinho              | 1.980 | 1.351 | 68,2 |
| 8.  | MT | Nova Marilândia            | 2.354 | 1.559 | 66,2 |
| 9.  | MT | Conquista d'Oeste (2)      | 2.687 | -     | -    |
| 10. | MT | Vale de São Domingos (2)   | 2.779 | -     | -    |
| 11. | MT | Planalto da Serra          | 2.881 | 1.682 | 58,4 |
| 12. | MT | Campos de Júlio            | 2.895 | 1.963 | 67,8 |
| 13. | MT | São José do Povo           | 3.056 | 1.508 | 49,3 |
| 14. | MT | Rondolândia (2)            | 3.085 | -     | -    |
| 15. | MT | Santo Afonso               | 3.098 | 1.483 | 47,9 |
| 16. | MT | Nova Santa Helena (2)      | 3.313 | -     | -    |
| 17. | MT | Glória D'Oeste             | 3.361 | 2.111 | 62,8 |
| 18. | MT | São Pedro da Cipa          | 3.495 | 2.969 | 84,9 |
| 19. | MT | Santa Carmem               | 3.599 | 2.148 | 59,7 |
| 20. | MT | Pontal do Araguaia         | 3.736 | 3.090 | 82,7 |
| 21. | MT | Bom Jesus do Araguaia (2)  | 3.777 | -     | -    |
| 22. | MT | Nova Maringá               | 3.950 | 2.624 | 66,4 |
| 23. | MT | Nova Lacerda               | 4.045 | 1.834 | 45,3 |
| 24. | MT | União do Sul               | 4.196 | 2.771 | 66   |
| 25. | MT | Gaúcha do Norte            | 4.605 | 1.467 | 31,8 |
| 26. | MT | Lambari D'Oeste            | 4.690 | 1.772 | 37,8 |
| 27. | MT | Porto Estrela              | 4.707 | 2.339 | 49,7 |
| 28. | MT | Curvelândia (2)            | 4.803 | -     | -    |
| 29. | MT | Canabrava do Norte         | 4.989 | 1.835 | 36,8 |
| 30. | MT | Novo Mundo                 | 4.997 | 1.909 | 38,2 |
| 31. | MT | Juruena                    | 5.448 | 3.745 | 68,7 |
| 32. | MT | Nova Guarita               | 5.651 | 1.960 | 34,7 |
| 33. | MT | Nova Ubiratã               | 5.654 | 1.635 | 28,9 |
| 34. | MT | São José do Xingu          | 5.944 | 3.245 | 54,6 |
| 35. | MT | Alto Boa Vista             | 6.206 | 1.961 | 31,6 |
| 36. | MT | Apiacás                    | 6.665 | 4.465 | 67   |
| 37. | MT | Feliz Natal                | 6.769 | 5.123 | 75,7 |
| 38. | MT | Nova Monte Verde           | 6.827 | 2.197 | 32,2 |
| 39. | MT | Nova Bandeirantes          | 6.951 | 1.872 | 26,9 |
| 40. | MT | Jangada                    | 7.134 | 2.762 | 38,7 |
| 41. | MT | Querência                  | 7.274 | 3.920 | 53,9 |

|     |    |                       |        |        |      |
|-----|----|-----------------------|--------|--------|------|
| 42. | MT | Castanheira           | 7.790  | 3.680  | 47,2 |
| 43. | MT | Sapezal               | 7.866  | 5.493  | 69,8 |
| 44. | MT | Cotriguaçu            | 8.474  | 3.707  | 43,7 |
| 45. | MT | Ribeirão Cascalheira  | 8.866  | 4.781  | 53,9 |
| 46. | MT | Brasnorte             | 9.815  | 6.260  | 63,8 |
| 47. | MT | Cláudia               | 10.249 | 7.852  | 76,6 |
| 48. | MT | Tabaporã              | 10.842 | 6.214  | 57,3 |
| 49. | MT | Matupá                | 11.289 | 8.786  | 77,8 |
| 50. | MT | Colniza (2)           | 11.382 | -      | -    |
| 51. | MT | Tapurah               | 11.561 | 4.198  | 36,3 |
| 52. | MT | Carlinda              | 12.296 | 3.074  | 25   |
| 53. | MT | Nova Mutum            | 14.818 | 10.376 | 70   |
| 54. | MT | Campo Verde           | 17.221 | 13.065 | 75,9 |
| 55. | MT | Campo Novo do Parecis | 17.638 | 14.713 | 83,4 |
| 56. | MT | Confresa              | 17.841 | 6.209  | 34,8 |
| 57. | MT | Lucas do Rio Verde    | 19.316 | 16.145 | 83,6 |

|     | UF | Municípios                | População Total <sup>(1)</sup> | População Urbana <sup>(1)</sup> | Grau de Urbanização <sup>(3)</sup> |
|-----|----|---------------------------|--------------------------------|---------------------------------|------------------------------------|
| 1.  | PA | Bannach                   | 3.780                          | 1.189                           | 31,4                               |
| 2.  | PA | Sapucaia                  | 3.796                          | 2.682                           | 70,6                               |
| 3.  | PA | São João da Ponta         | 4.035                          | 1.051                           | 26                                 |
| 4.  | PA | Abel Figueiredo           | 5.957                          | 4.897                           | 82,2                               |
| 5.  | PA | Cumaru do Norte           | 5.978                          | 1.374                           | 23                                 |
| 6.  | PA | Pau D'Arco                | 7.124                          | 3.212                           | 43,7                               |
| 7.  | PA | Brejo Grande do Araguaia  | 7.464                          | 4.255                           | 57                                 |
| 8.  | PA | Palestina do Pará         | 7.544                          | 3.840                           | 50,9                               |
| 9.  | PA | Terra Alta                | 8.261                          | 3.692                           | 44,7                               |
| 10. | PA | Curuá                     | 9.224                          | 2.933                           | 31,8                               |
| 11. | PA | Anapu                     | 9.407                          | 3.083                           | 32,8                               |
| 12. | PA | Quatipuru                 | 10.905                         | 4.339                           | 39,8                               |
| 13. | PA | Canaã dos Carajás         | 10.922                         | 3.924                           | 35,9                               |
| 14. | PA | Santa Maria das Barreiras | 10.955                         | 1.457                           | 13,3                               |
| 15. | PA | Vitória do Xingu          | 11.142                         | 3.932                           | 35,3                               |
| 16. | PA | Santa Bárbara do Pará     | 11.378                         | 4.009                           | 35,2                               |
| 17. | PA | Nova Ipixuna              | 11.866                         | 5.207                           | 43,9                               |
| 18. | PA | Piçarra                   | 12.671                         | 2.755                           | 21,7                               |
| 19. | PA | Bom Jesus do Tocantins    | 13.106                         | 6.180                           | 47,1                               |
| 20. | PA | Placas                    | 13.394                         | 3.534                           | 26,4                               |

|     |    |                          |        |        |      |
|-----|----|--------------------------|--------|--------|------|
| 21. | PA | Trairão                  | 14.042 | 3.008  | 21,4 |
| 22. | PA | Floresta do Araguaia     | 14.284 | 4.874  | 34,1 |
| 23. | PA | Terra Santa              | 14.592 | 10.965 | 75,1 |
| 24. | PA | Belterra                 | 14.594 | 5.126  | 35,1 |
| 25. | PA | Cachoeira do Piriá       | 15.437 | 2.393  | 15,5 |
| 26. | PA | Brasil Novo              | 17.193 | 4.371  | 25,4 |
| 27. | PA | São João de Pirabas      | 17.484 | 9.832  | 56,2 |
| 28. | PA | Nova Esperança do Piriá  | 18.893 | 5.255  | 27,8 |
| 29. | PA | Ulianópolis              | 19.254 | 11.909 | 61,8 |
| 30. | PA | Santa Luzia do Pará      | 19.400 | 8.442  | 43,5 |
| 31. | PA | Ourilândia do Norte      | 19.471 | 9.689  | 49,8 |
| 32. | PA | Curionópolis             | 19.486 | 13.250 | 68   |
| 33. | PA | Aurora do Pará           | 19.728 | 5.022  | 25,4 |
| 34. | PA | São Domingos do Araguaia | 20.005 | 10.878 | 54,4 |
| 35. | PA | Concórdia do Pará        | 20.956 | 10.848 | 51,8 |
| 36. | PA | Medicilândia             | 21.379 | 6.759  | 31,6 |
| 37. | PA | Água Azul do Norte       | 22.084 | 2.827  | 12,8 |
| 38. | PA | Goianésia do Pará        | 22.685 | 14.878 | 65,6 |
| 39. | PA | Tracuateua               | 22.743 | 4.677  | 20,6 |
| 40. | PA | Jacareacanga             | 24.024 | 5.670  | 23,6 |
| 41. | PA | Garrafão do Norte        | 24.221 | 7.018  | 29   |
| 42. | PA | Rurópolis                | 24.660 | 8.419  | 34,1 |
| 43. | PA | Novo Progresso           | 24.948 | 9.628  | 38,6 |
| 44. | PA | Ipixuna do Pará          | 25.138 | 4.991  | 19,8 |
| 45. | PA | Tucumã                   | 25.309 | 16.496 | 65,2 |
| 46. | PA | Mãe do Rio               | 25.351 | 18.738 | 73,9 |
| 47. | PA | São Geraldo do Araguaia  | 27.646 | 11.933 | 43,2 |
| 48. | PA | Pacajá                   | 28.888 | 7.604  | 26,3 |
| 49. | PA | Eldorado dos Carajás     | 29.608 | 14.112 | 47,7 |
| 50. | PA | Breu Branco              | 32.446 | 15.952 | 49,2 |
| 51. | PA | Tailândia                | 38.435 | 28.128 | 73,2 |
| 52. | PA | Dom Eliseu               | 39.529 | 23.801 | 60,2 |
| 53. | PA | Novo Repartimento        | 41.817 | 15.524 | 37,1 |
| 54. | PA | Uruará                   | 45.201 | 13.166 | 29,1 |
| 55. | PA | Parauapebas              | 71.568 | 59.260 | 82,8 |
| 56. | PA | Marituba                 | 74.429 | 64.884 | 87,2 |

|    | UF | Municípios           | População Total <sup>(1)</sup> | População Urbana <sup>(1)</sup> | Grau de Urbanização <sup>(3)</sup> |
|----|----|----------------------|--------------------------------|---------------------------------|------------------------------------|
| 1. | RO | Pimenteiras do Oeste | 2.527                          | 1.398                           | 55,3                               |
| 2. | RO | Rio Crespo           | 2.937                          | 867                             | 29,5                               |
| 3. | RO | Parecis              | 3.622                          | 1.134                           | 31,3                               |

|     |    |                          |        |        |      |
|-----|----|--------------------------|--------|--------|------|
| 4.  | RO | Castanheiras             | 4.212  | 774    | 18,4 |
| 5.  | RO | Primavera de Rondônia    | 4.311  | 1.159  | 26,9 |
| 6.  | RO | Cacaulândia              | 5.372  | 1.850  | 34,4 |
| 7.  | RO | Chupinguaia              | 5.521  | 1.954  | 35,4 |
| 8.  | RO | Teixeirópolis            | 5.618  | 1.154  | 20,5 |
| 9.  | RO | Cujubim                  | 6.536  | 3.196  | 48,9 |
| 10. | RO | Itapuã do Oeste          | 6.822  | 3.677  | 53,9 |
| 11. | RO | São Felipe D'Oeste       | 7.056  | 1.031  | 14,6 |
| 12. | RO | Cabixi                   | 7.518  | 2.672  | 35,5 |
| 13. | RO | Vale do Anari            | 7.737  | 1.836  | 23,7 |
| 14. | RO | Nova União               | 8.233  | 1.329  | 16,1 |
| 15. | RO | Vale do Paraíso          | 9.863  | 1.840  | 18,6 |
| 16. | RO | Corumbiara               | 10.459 | 2.073  | 19,8 |
| 17. | RO | São Francisco do Guaporé | 11.085 | 5.226  | 47,1 |
| 18. | RO | Theobroma                | 11.140 | 1.515  | 13,6 |
| 19. | RO | Ministro Andreazza       | 11.342 | 2.160  | 19   |
| 20. | RO | Campo Novo de Rondônia   | 11.463 | 3.000  | 26,2 |
| 21. | RO | Seringueiras             | 11.655 | 3.792  | 32,5 |
| 22. | RO | Novo Horizonte do Oeste  | 12.276 | 1.344  | 10,9 |
| 23. | RO | Monte Negro              | 12.627 | 5.722  | 45,3 |
| 24. | RO | Alto Alegre dos Parecis  | 12.708 | 2.449  | 19,3 |
| 25. | RO | Candeias do Jamari       | 13.107 | 9.354  | 71,4 |
| 26. | RO | Alto Paraíso             | 13.118 | 4.036  | 30,8 |
| 27. | RO | Mirante da Serra         | 13.154 | 5.733  | 43,6 |
| 28. | RO | Nova Mamoré              | 14.778 | 7.247  | 49   |
| 29. | RO | Urupá                    | 14.880 | 4.002  | 26,9 |
| 30. | RO | Nova Brasilândia d'Oeste | 17.067 | 6.424  | 37,6 |
| 31. | RO | Machadinho d'oeste       | 22.739 | 10.981 | 48,3 |
| 32. | RO | São Miguel do Guaporé    | 23.874 | 6.476  | 27,1 |
| 33. | RO | Buritis                  | 25.668 | 15.334 | 59,7 |

|    | UF | Municípios | População Total <sup>(1)</sup> | População Urbana <sup>(1)</sup> | Grau de Urbanização <sup>(3)</sup> |
|----|----|------------|--------------------------------|---------------------------------|------------------------------------|
| 1. | RR | Iracema    | 4.781                          | 3.228                           | 67,5                               |
| 2. | RR | Amajari    | 5.294                          | 799                             | 15,1                               |
| 3. | RR | Caroebe    | 5.692                          | 1.977                           | 34,7                               |
| 4. | RR | Uiramutã   | 5.802                          | 525                             | 9                                  |
| 5. | RR | Pacaraima  | 6.990                          | 2.760                           | 39,5                               |

|    |    |              |        |       |      |
|----|----|--------------|--------|-------|------|
| 6. | RR | Cantá        | 8.571  | 1.155 | 13,5 |
| 7. | RR | Rorainópolis | 17.393 | 7.185 | 41,3 |

|     | UF | Municípios                | População Total <sup>(1)</sup> | População Urbana <sup>(1)</sup> | Grau de Urbanização <sup>(3)</sup> |
|-----|----|---------------------------|--------------------------------|---------------------------------|------------------------------------|
| 1.  | TO | Oliveira de Fátima        | 958                            | 698                             | 72,9                               |
| 2.  | TO | Ipueiras                  | 1.166                          | 586                             | 50,2                               |
| 3.  | TO | Tupirama                  | 1.179                          | 433                             | 36,7                               |
| 4.  | TO | Rio da Conceição          | 1.189                          | 998                             | 83,9                               |
| 5.  | TO | Lavandeira                | 1.209                          | 629                             | 52                                 |
| 6.  | TO | São Félix do Tocantins    | 1.269                          | 531                             | 41,8                               |
| 7.  | TO | Chapada de Areia          | 1.270                          | 549                             | 43,2                               |
| 8.  | TO | Tupiratins                | 1.365                          | 729                             | 53,4                               |
| 9.  | TO | Crixás do Tocantins       | 1.384                          | 776                             | 56,1                               |
| 10. | TO | Sucupira                  | 1.476                          | 864                             | 58,5                               |
| 11. | TO | Mateiros                  | 1.646                          | 640                             | 38,9                               |
| 12. | TO | Taipas do Tocantins       | 1.713                          | 1.103                           | 64,4                               |
| 13. | TO | Santa Rita do Tocantins   | 1.852                          | 729                             | 39,4                               |
| 14. | TO | Monte Santo do Tocantins  | 1.869                          | 381                             | 20,4                               |
| 15. | TO | Brasilândia do Tocantins  | 1.923                          | 1.212                           | 63                                 |
| 16. | TO | Pugmil                    | 1.989                          | 1.566                           | 78,7                               |
| 17. | TO | Carmolândia               | 2.008                          | 1.550                           | 77,2                               |
| 18. | TO | Luzinópolis               | 2.021                          | 1.327                           | 65,6                               |
| 19. | TO | Cachoeirinha              | 2.023                          | 1.765                           | 87,2                               |
| 20. | TO | Santa Tereza do Tocantins | 2.114                          | 1.340                           | 63,4                               |
| 21. | TO | Novo Jardim               | 2.151                          | 1.373                           | 63,8                               |
| 22. | TO | Centenário                | 2.163                          | 761                             | 35,2                               |
| 23. | TO | Abreulândia               | 2.189                          | 1.073                           | 49                                 |
| 24. | TO | Santa Maria do Tocantins  | 2.226                          | 1.034                           | 46,4                               |
| 25. | TO | Fortaleza do Tabocão      | 2.242                          | 1.606                           | 71,6                               |
| 26. | TO | Rio dos Bois              | 2.269                          | 1.150                           | 50,7                               |
| 27. | TO | Novo Alegre               | 2.274                          | 1.806                           | 79,4                               |
| 28. | TO | Talismã                   | 2.306                          | 980                             | 42,5                               |
| 29. | TO | Bom Jesus do Tocantins    | 2.323                          | 1.130                           | 48,6                               |
| 30. | TO | Juarina                   | 2.333                          | 1.142                           | 48,9                               |
| 31. | TO | Lajeado                   | 2.344                          | 1.583                           | 67,5                               |
| 32. | TO | Piraquê                   | 2.360                          | 1.179                           | 49,9                               |
| 33. | TO | Porto Alegre do Tocantins | 2.393                          | 1.378                           | 57,6                               |

|     |    |                              |       |       |      |
|-----|----|------------------------------|-------|-------|------|
| 34. | TO | Santa Terezinha do Tocantins | 2.455 | 1.387 | 56,5 |
| 35. | TO | Lagoa do Tocantins           | 2.530 | 1.631 | 64,4 |
| 36. | TO | Bandeirantes do Tocantins    | 2.608 | 1.203 | 46,1 |
| 37. | TO | Muricilândia                 | 2.680 | 1.725 | 64,4 |
| 38. | TO | São Salvador do Tocantins    | 2.740 | 1.084 | 39,6 |
| 39. | TO | Sampaio                      | 2.801 | 2.289 | 81,7 |
| 40. | TO | Maurilândia do Tocantins     | 2.854 | 1.579 | 55,3 |
| 41. | TO | Angico                       | 2.889 | 1.639 | 56,7 |
| 42. | TO | Cariri do Tocantins          | 2.990 | 1.942 | 64,9 |
| 43. | TO | Jaú do Tocantins             | 3.121 | 997   | 31,9 |
| 44. | TO | Recursolândia                | 3.138 | 1.256 | 40   |
| 45. | TO | Aguiarnópolis                | 3.145 | 2.304 | 73,2 |
| 46. | TO | Nova Rosalândia              | 3.190 | 2.435 | 76,3 |
| 47. | TO | Carrasco Bonito              | 3.218 | 1.573 | 48,9 |
| 48. | TO | Chapada da Natividade        | 3.274 | 1.241 | 37,9 |
| 49. | TO | Itapiratins                  | 3.277 | 1.162 | 35,4 |
| 50. | TO | Marianópolis do Tocantins    | 3.332 | 1.968 | 59   |
| 51. | TO | Sandolândia                  | 3.332 | 1.415 | 42,5 |
| 52. | TO | Aparecida do Rio Negro       | 3.517 | 2.589 | 73,6 |
| 53. | TO | Barra do Ouro                | 3.579 | 1.398 | 39,1 |
| 54. | TO | Palmeirante                  | 3.610 | 1.302 | 36,1 |
| 55. | TO | Caseara                      | 3.660 | 2.650 | 72,4 |
| 56. | TO | Riachinho                    | 3.670 | 1.567 | 42,7 |
| 57. | TO | São Bento do Tocantins       | 3.738 | 1.952 | 52,2 |
| 58. | TO | Araguanã                     | 4.193 | 2.609 | 62,2 |
| 59. | TO | Darcinópolis                 | 4.273 | 2.372 | 55,1 |
| 60. | TO | Santa Rosa do Tocantins      | 4.316 | 2.322 | 53,8 |
| 61. | TO | Pau D'Arco                   | 4.335 | 2.757 | 63,6 |
| 62. | TO | Combinado                    | 4.524 | 3.740 | 82,7 |
| 63. | TO | Bernardo Sayão               | 4.551 | 1.994 | 43,8 |
| 64. | TO | Pequizeiro                   | 4.591 | 2.293 | 49,9 |
| 65. | TO | Palmeiras do Tocantins       | 4.622 | 2.497 | 54   |
| 66. | TO | Goianorte                    | 4.839 | 2.257 | 46,6 |
| 67. | TO | São Valério da Natividade    | 5.054 | 2.238 | 44,3 |
| 68. | TO | Barrolândia                  | 5.082 | 4.188 | 82,4 |
| 69. | TO | Santa Fé do Araguaia         | 5.507 | 3.368 | 61,1 |
| 70. | TO | Campos Lindos                | 5.638 | 2.209 | 39,2 |
| 71. | TO | Divinópolis do Tocantins     | 5.776 | 3.987 | 69   |
| 72. | TO | Lagoa da Confusão            | 6.168 | 3.396 | 55   |
| 73. | TO | Aliança do Tocantins         | 6.177 | 5.120 | 82,9 |
| 74. | TO | Aragominas                   | 6.180 | 2.383 | 38,5 |
| 75. | TO | Praia Norte                  | 6.781 | 3.475 | 51,2 |

|     |    |                         |         |         |      |
|-----|----|-------------------------|---------|---------|------|
| 76. | TO | Esperantina             | 7.623   | 3.552   | 46,6 |
| 77. | TO | Buriti do Tocantins     | 7.842   | 6.116   | 78   |
| 78. | TO | São Miguel do Tocantins | 8.486   | 1.910   | 22,5 |
| 79. | TO | Colméia                 | 9.352   | 6.358   | 68   |
| 80. | TO | Miracema do Tocantins   | 24.444  | 20.435  | 83,6 |
| 81. | TO | Palmas                  | 137.355 | 134.179 | 97,7 |

Fonte: IBGE

Notas:

(1) Dados sobre População total e urbana retirados do Censo Demográfico 2000 com exceção de 13 municípios do Estado do MT instalados em 2001 para os quais foram utilizados dados sobre População Residente Total (2001) obtidos no Banco de Dados @Cidades localizado no site do IBGE, <http://www.ibge.gov.br/cidadesat>.

(2) Municípios instalados em 2001.

(3) Dados trabalhados pelo autor.

### ANEXO C

MUNICÍPIOS CRIADOS DEPOIS DE 1988 NA AMAZÔNIA LEGAL – POPULAÇÃO TOTAL, POPULAÇÃO URBANA E GRAU DE URBANIZAÇÃO (DIVIDIDOS POR ESTADO E CLASSIFICADOS POR GRAU DE URBANIZAÇÃO)

|     | UF | Municípios           | População Total <sup>(1)</sup> | População Urbana <sup>(2)</sup> | Grau de Urbanização <sup>(3)</sup> |
|-----|----|----------------------|--------------------------------|---------------------------------|------------------------------------|
| 1.  | AC | Porto Acre           | 11.418                         | 1.293                           | 11,3                               |
| 2.  | AC | Marechal Thaumaturgo | 8.295                          | 985                             | 11,9                               |
| 3.  | AC | Jordão               | 4.454                          | 863                             | 19,4                               |
| 4.  | AC | Santa Rosa do Purus  | 2.246                          | 518                             | 23,1                               |
| 5.  | AC | Porto Walter         | 5.485                          | 1.441                           | 26,3                               |
| 6.  | AC | Bujari               | 5.826                          | 1.628                           | 27,9                               |
| 7.  | AC | Capixaba             | 5.206                          | 1.521                           | 29,2                               |
| 8.  | AC | Rodrigues Alves      | 8.093                          | 2.632                           | 32,5                               |
| 9.  | AC | Acrelândia           | 7.935                          | 3.506                           | 44,2                               |
| 10. | AC | Epitaciolândia       | 11.028                         | 7.404                           | 67,1                               |

|    | UF | Municípios        | População Total <sup>(1)</sup> | População Urbana <sup>(2)</sup> | Grau de Urbanização <sup>(3)</sup> |
|----|----|-------------------|--------------------------------|---------------------------------|------------------------------------|
| 1. | AM | Careiro da Várzea | 17.267                         | 806                             | 4,7                                |
| 2. | AM | Apuí              | 13.864                         | 6.126                           | 44,2                               |
| 3. | AM | Guajará           | 13.220                         | 6.220                           | 47                                 |

|     | UF | Municípios              | População Total <sup>(1)</sup> | População Urbana <sup>(2)</sup> | Grau de Urbanização <sup>(3)</sup> |
|-----|----|-------------------------|--------------------------------|---------------------------------|------------------------------------|
| 1.  | AP | Pedra Branca do Amaparí | 4.009                          | 1.364                           | 34                                 |
| 2.  | AP | Serra do Navio          | 3.293                          | 1.216                           | 36,9                               |
| 3.  | AP | Itaubal                 | 2.894                          | 1.156                           | 39,9                               |
| 4.  | AP | Pracuúba                | 2.286                          | 969                             | 42,4                               |
| 5.  | AP | Cutias                  | 3.280                          | 1.442                           | 44                                 |
| 6.  | AP | Tartarugalzinho         | 7.121                          | 3.483                           | 48,9                               |
| 7.  | AP | Porto Grande            | 11.042                         | 7.374                           | 66,8                               |
| 8.  | AP | Ferreira Gomes          | 3.562                          | 2.523                           | 70,8                               |
| 9.  | AP | Vitória do Jarí         | 8.560                          | 6.880                           | 80,4                               |
| 10. | AP | Laranjal do Jarí        | 28.515                         | 26.792                          | 93,9                               |
| 11. | AP | Santana                 | 80.439                         | 75.849                          | 94,2                               |

|    | UF | Municípios             | População Total <sup>(1)</sup> | População Urbana <sup>(2)</sup> | Grau de Urbanização <sup>(3)</sup> |
|----|----|------------------------|--------------------------------|---------------------------------|------------------------------------|
| 1. | MA | Itaipava do Grajaú     | 13.341                         | 1.125                           | 8,4                                |
| 2. | MA | Marajá do Sena         | 7.161                          | 725                             | 10,1                               |
| 3. | MA | Feira Nova do Maranhão | 7.543                          | 1.030                           | 13,6                               |
| 4. | MA | Fernando Falcão        | 4.823                          | 731                             | 15,1                               |
| 5. | MA | Formosa da Serra Negra | 13.781                         | 2.189                           | 15,9                               |
| 6. | MA | Pedro do Rosário       | 17.954                         | 2.937                           | 16,3                               |

|     |    |                              |        |        |      |
|-----|----|------------------------------|--------|--------|------|
| 7.  | MA | Bom Lugar                    | 11.534 | 1.929  | 16,7 |
| 8.  | MA | Bacabeira                    | 10.516 | 1.892  | 18   |
| 9.  | MA | Brejo de Areia               | 10.418 | 2.064  | 19,8 |
| 10. | MA | Satubinha                    | 10.815 | 2.263  | 20,9 |
| 11. | MA | Jenipapo dos Vieiras         | 10.119 | 2.177  | 21,5 |
| 12. | MA | Centro Novo do Maranhão      | 14.554 | 3.127  | 21,5 |
| 13. | MA | São Raimundo do Doca Bezerra | 6.671  | 1.486  | 22,3 |
| 14. | MA | Governador Newton Bello      | 11.804 | 2.678  | 22,7 |
| 15. | MA | São João do Carú             | 13.495 | 3.155  | 23,4 |
| 16. | MA | Presidente Sarney            | 13.718 | 3.242  | 23,6 |
| 17. | MA | Bacurituba                   | 4.671  | 1.139  | 24,4 |
| 18. | MA | Alto Alegre do Pindaré       | 30.177 | 7.909  | 26,2 |
| 19. | MA | Buritirana                   | 13.822 | 3.784  | 27,4 |
| 20. | MA | Matões do Norte              | 7.435  | 2.174  | 29,2 |
| 21. | MA | Bernardo do Mearim           | 5.239  | 1.546  | 29,5 |
| 22. | MA | Serrano do Maranhão          | 9.120  | 2.918  | 32   |
| 23. | MA | Olinda Nova do Maranhão      | 10.128 | 3.415  | 33,7 |
| 24. | MA | Lagoa Grande do Maranhão     | 8.469  | 2.862  | 33,8 |
| 25. | MA | Lajeado Novo                 | 5.717  | 1.978  | 34,6 |
| 26. | MA | Santa Filomena do Maranhão   | 4.667  | 1.623  | 34,8 |
| 27. | MA | Bela Vista do Maranhão       | 9.900  | 3.464  | 35   |
| 28. | MA | Governador Edison Lobão      | 10.891 | 3.867  | 35,5 |
| 29. | MA | São José dos Basílios        | 7.432  | 2.713  | 36,5 |
| 30. | MA | São João do Paraíso          | 10.365 | 3.829  | 36,9 |
| 31. | MA | Tufilândia                   | 5.527  | 2.049  | 37   |
| 32. | MA | Peritoró                     | 17.336 | 6.527  | 37,6 |
| 33. | MA | Capinzal do Norte            | 10.543 | 4.024  | 38,2 |
| 34. | MA | Arame                        | 29.843 | 11.461 | 38,4 |
| 35. | MA | Cachoeira Grande             | 7.383  | 2.852  | 38,6 |
| 36. | MA | Cidelândia                   | 11.816 | 4.623  | 39,1 |
| 37. | MA | Igarapé do Meio              | 9.842  | 3.912  | 39,7 |
| 38. | MA | Porto Rico do Maranhão       | 6.380  | 2.542  | 39,8 |
| 39. | MA | Turilândia                   | 17.231 | 6.929  | 40,2 |
| 40. | MA | Jatobá                       | 5.055  | 2.061  | 40,8 |
| 41. | MA | Nova Colinas                 | 3.904  | 1.637  | 41,9 |
| 42. | MA | São Pedro dos Crentes        | 4.024  | 1.692  | 42   |
| 43. | MA | Ribamar Fiquene              | 6.488  | 2.744  | 42,3 |
| 44. | MA | Araguanã                     | 9.123  | 3.899  | 42,7 |
| 45. | MA | Central do Maranhão          | 7.186  | 3.308  | 46   |
| 46. | MA | Vila Nova dos Martírios      | 6.705  | 3.108  | 46,3 |
| 47. | MA | Junco do Maranhão            | 5.533  | 2.595  | 46,9 |
| 48. | MA | Bom Jesus das Selvas         | 16.545 | 7.967  | 48,1 |

|     |    |                          |        |        |      |
|-----|----|--------------------------|--------|--------|------|
| 49. | MA | Conceição do Lago-Açu    | 10.774 | 5.252  | 48,7 |
| 50. | MA | Senador La Rocque        | 16.242 | 7.965  | 49   |
| 51. | MA | Apicum-Açu               | 11.099 | 5.553  | 50   |
| 52. | MA | Burititupu               | 51.059 | 26.017 | 50,9 |
| 53. | MA | Lago dos Rodrigues       | 8.443  | 4.480  | 53,1 |
| 54. | MA | Santa Luzia do Paruá     | 20.058 | 10.676 | 53,2 |
| 55. | MA | São Francisco do Brejão  | 7.062  | 3.833  | 54,3 |
| 56. | MA | Governador Nunes Freire  | 25.921 | 14.102 | 54,4 |
| 57. | MA | Centro do Guilherme      | 6.152  | 3.401  | 55,3 |
| 58. | MA | São Roberto              | 4.400  | 2.463  | 56   |
| 59. | MA | Senador Alexandre Costa  | 8.571  | 4.944  | 57,7 |
| 60. | MA | Nova Olinda do Maranhão  | 15.660 | 9.398  | 60   |
| 61. | MA | Maranhãozinho            | 8.445  | 5.114  | 60,5 |
| 62. | MA | Zé Doca                  | 46.134 | 29.082 | 63   |
| 63. | MA | Alto Alegre do Maranhão  | 20.162 | 12.997 | 64,5 |
| 64. | MA | São Domingos do Azeitão  | 6.289  | 4.079  | 64,8 |
| 65. | MA | Presidente Médici        | 5.116  | 3.377  | 66   |
| 66. | MA | Governador Luiz Rocha    | 6.513  | 4.333  | 66,5 |
| 67. | MA | Raposa                   | 17.088 | 11.370 | 66,5 |
| 68. | MA | Amapá do Maranhão        | 5.431  | 3.979  | 73,3 |
| 69. | MA | Campestre do Maranhão    | 11.521 | 8.591  | 74,6 |
| 70. | MA | Itinga do Maranhão       | 23.128 | 17.401 | 75,2 |
| 71. | MA | Boa Vista do Gurupi      | 5.128  | 4.204  | 82   |
| 72. | MA | Davinópolis              | 12.275 | 10.231 | 83,3 |
| 73. | MA | Miranda do Norte         | 16.123 | 13.611 | 84,4 |
| 74. | MA | Maracaçumé               | 14.866 | 12.691 | 85,4 |
| 75. | MA | São Pedro da Água Branca | 10.927 | 9.459  | 86,6 |
| 76. | MA | Trizidela do Vale        | 16.402 | 14.329 | 87,4 |

|     | UF | Municípios                  | População Total <sup>(1)</sup> | População Urbana <sup>(2)</sup> | Grau de Urbanização <sup>(3)</sup> |
|-----|----|-----------------------------|--------------------------------|---------------------------------|------------------------------------|
| 1.  | MT | Santa Rita do Trivelato (2) | 978                            | -                               | -                                  |
| 2.  | MT | Serra Nova Dourada (2)      | 1.009                          | -                               | -                                  |
| 3.  | MT | Santa Cruz do Xingu (2)     | 1.152                          | -                               | -                                  |
| 4.  | MT | Novo Santo Antônio (2)      | 1.164                          | -                               | -                                  |
| 5.  | MT | Nova Nazaré (2)             | 1.838                          | -                               | -                                  |
| 6.  | MT | Santo Antônio do Leste (2)  | 1.872                          | -                               | -                                  |
| 7.  | MT | Conquista d'Oeste (2)       | 2.687                          | -                               | -                                  |
| 8.  | MT | Vale de São Domingos (2)    | 2.779                          | -                               | -                                  |
| 9.  | MT | Rondolândia (2)             | 3.085                          | -                               | -                                  |
| 10. | MT | Nova Santa Helena (2)       | 3.313                          | -                               | -                                  |
| 11. | MT | Bom Jesus do Araguaia (2)   | 3.777                          | -                               | -                                  |
| 12. | MT | Curvelândia (2)             | 4.803                          | -                               | -                                  |

|     |    |                      |        |        |      |
|-----|----|----------------------|--------|--------|------|
| 13. | MT | Colniza (2)          | 11.382 | -      | -    |
| 14. | MT | Carlinda             | 12.296 | 3.074  | 25   |
| 15. | MT | Nova Bandeirantes    | 6.951  | 1.872  | 26,9 |
| 16. | MT | Nova Ubitatã         | 5.654  | 1.635  | 28,9 |
| 17. | MT | Alto Boa Vista       | 6.206  | 1.961  | 31,6 |
| 18. | MT | Gaúcha do Norte      | 4.605  | 1.467  | 31,8 |
| 19. | MT | Nova Monte Verde     | 6.827  | 2.197  | 32,2 |
| 20. | MT | Nova Guarita         | 5.651  | 1.960  | 34,7 |
| 21. | MT | Confresa             | 17.841 | 6.209  | 34,8 |
| 22. | MT | Tapurah              | 11.561 | 4.198  | 36,3 |
| 23. | MT | Canabrava do Norte   | 4.989  | 1.835  | 36,8 |
| 24. | MT | Lambari D'Oeste      | 4.690  | 1.772  | 37,8 |
| 25. | MT | Novo Mundo           | 4.997  | 1.909  | 38,2 |
| 26. | MT | Jangada              | 7.134  | 2.762  | 38,7 |
| 27. | MT | Cotriguaçu           | 8.474  | 3.707  | 43,7 |
| 28. | MT | Nova Lacerda         | 4.045  | 1.834  | 45,3 |
| 29. | MT | Castanheira          | 7.790  | 3.680  | 47,2 |
| 30. | MT | Santo Afonso         | 3.098  | 1.483  | 47,9 |
| 31. | MT | São José do Povo     | 3.056  | 1.508  | 49,3 |
| 32. | MT | Porto Estrela        | 4.707  | 2.339  | 49,7 |
| 33. | MT | Querência            | 7.274  | 3.920  | 53,9 |
| 34. | MT | Ribeirão Cascalheira | 8.866  | 4.781  | 53,9 |
| 35. | MT | São José do Xingu    | 5.944  | 3.245  | 54,6 |
| 36. | MT | Tabaporã             | 10.842 | 6.214  | 57,3 |
| 37. | MT | Planalto da Serra    | 2.881  | 1.682  | 58,4 |
| 38. | MT | Santa Carmem         | 3.599  | 2.148  | 59,7 |
| 39. | MT | Glória D'Oeste       | 3.361  | 2.111  | 62,8 |
| 40. | MT | Brasnorte            | 9.815  | 6.260  | 63,8 |
| 41. | MT | União do Sul         | 4.196  | 2.771  | 66   |
| 42. | MT | Nova Marilândia      | 2.354  | 1.559  | 66,2 |
| 43. | MT | Nova Maringá         | 3.950  | 2.624  | 66,4 |
| 44. | MT | Apiacás              | 6.665  | 4.465  | 67   |
| 45. | MT | Campos de Júlio      | 2.895  | 1.963  | 67,8 |
| 46. | MT | Ribeirãozinho        | 1.980  | 1.351  | 68,2 |
| 47. | MT | Juruena              | 5.448  | 3.745  | 68,7 |
| 48. | MT | Sapezal              | 7.866  | 5.493  | 69,8 |
| 49. | MT | Nova Mutum           | 14.818 | 10.376 | 70   |
| 50. | MT | Feliz Natal          | 6.769  | 5.123  | 75,7 |
| 51. | MT | Campo Verde          | 17.221 | 13.065 | 75,9 |
| 52. | MT | Cláudia              | 10.249 | 7.852  | 76,6 |
| 53. | MT | Matupá               | 11.289 | 8.786  | 77,8 |
| 54. | MT | Pontal do Araguaia   | 3.736  | 3.090  | 82,7 |

|     |    |                       |        |        |      |
|-----|----|-----------------------|--------|--------|------|
| 55. | MT | Campo Novo do Parecis | 17.638 | 14.713 | 83,4 |
| 56. | MT | Lucas do Rio Verde    | 19.316 | 16.145 | 83,6 |
| 57. | MT | São Pedro da Cipa     | 3.495  | 2.969  | 84,9 |

|     | UF | Municípios                | População Total <sup>(1)</sup> | População Urbana <sup>(2)</sup> | Grau de Urbanização <sup>(3)</sup> |
|-----|----|---------------------------|--------------------------------|---------------------------------|------------------------------------|
| 1.  | PA | Água Azul do Norte        | 22.084                         | 2.827                           | 12,8                               |
| 2.  | PA | Santa Maria das Barreiras | 10.955                         | 1.457                           | 13,3                               |
| 3.  | PA | Cachoeira do Piriá        | 15.437                         | 2.393                           | 15,5                               |
| 4.  | PA | Ipixuna do Pará           | 25.138                         | 4.991                           | 19,8                               |
| 5.  | PA | Tracuateua                | 22.743                         | 4.677                           | 20,6                               |
| 6.  | PA | Trairão                   | 14.042                         | 3.008                           | 21,4                               |
| 7.  | PA | Piçarra                   | 12.671                         | 2.755                           | 21,7                               |
| 8.  | PA | Cumaru do Norte           | 5.978                          | 1.374                           | 23                                 |
| 9.  | PA | Jacareacanga              | 24.024                         | 5.670                           | 23,6                               |
| 10. | PA | Brasil Novo               | 17.193                         | 4.371                           | 25,4                               |
| 11. | PA | Aurora do Pará            | 19.728                         | 5.022                           | 25,4                               |
| 12. | PA | São João da Ponta         | 4.035                          | 1.051                           | 26                                 |
| 13. | PA | Pacajá                    | 28.888                         | 7.604                           | 26,3                               |
| 14. | PA | Placas                    | 13.394                         | 3.534                           | 26,4                               |
| 15. | PA | Nova Esperança do Piriá   | 18.893                         | 5.255                           | 27,8                               |
| 16. | PA | Garrafão do Norte         | 24.221                         | 7.018                           | 29                                 |
| 17. | PA | Uruará                    | 45.201                         | 13.166                          | 29,1                               |
| 18. | PA | Bannach                   | 3.780                          | 1.189                           | 31,4                               |
| 19. | PA | Medicilândia              | 21.379                         | 6.759                           | 31,6                               |
| 20. | PA | Curuá                     | 9.224                          | 2.933                           | 31,8                               |
| 21. | PA | Anapu                     | 9.407                          | 3.083                           | 32,8                               |
| 22. | PA | Floresta do Araguaia      | 14.284                         | 4.874                           | 34,1                               |
| 23. | PA | Rurópolis                 | 24.660                         | 8.419                           | 34,1                               |
| 24. | PA | Belterra                  | 14.594                         | 5.126                           | 35,1                               |
| 25. | PA | Santa Bárbara do Pará     | 11.378                         | 4.009                           | 35,2                               |
| 26. | PA | Vitória do Xingu          | 11.142                         | 3.932                           | 35,3                               |
| 27. | PA | Canaã dos Carajás         | 10.922                         | 3.924                           | 35,9                               |
| 28. | PA | Novo Repartimento         | 41.817                         | 15.524                          | 37,1                               |
| 29. | PA | Novo Progresso            | 24.948                         | 9.628                           | 38,6                               |
| 30. | PA | Quatipuru                 | 10.905                         | 4.339                           | 39,8                               |
| 31. | PA | São Geraldo do Araguaia   | 27.646                         | 11.933                          | 43,2                               |
| 32. | PA | Santa Luzia do Pará       | 19.400                         | 8.442                           | 43,5                               |
| 33. | PA | Pau D'Arco                | 7.124                          | 3.212                           | 43,7                               |
| 34. | PA | Nova Ipixuna              | 11.866                         | 5.207                           | 43,9                               |
| 35. | PA | Terra Alta                | 8.261                          | 3.692                           | 44,7                               |
| 36. | PA | Bom Jesus do Tocantins    | 13.106                         | 6.180                           | 47,1                               |
| 37. | PA | Eldorado dos Carajás      | 29.608                         | 14.112                          | 47,7                               |

|     |    |                          |        |        |      |
|-----|----|--------------------------|--------|--------|------|
| 38. | PA | Breu Branco              | 32.446 | 15.952 | 49,2 |
| 39. | PA | Ourlândia do Norte       | 19.471 | 9.689  | 49,8 |
| 40. | PA | Palestina do Pará        | 7.544  | 3.840  | 50,9 |
| 41. | PA | Concórdia do Pará        | 20.956 | 10.848 | 51,8 |
| 42. | PA | São Domingos do Araguaia | 20.005 | 10.878 | 54,4 |
| 43. | PA | São João de Pirabas      | 17.484 | 9.832  | 56,2 |
| 44. | PA | Brejo Grande do Araguaia | 7.464  | 4.255  | 57   |
| 45. | PA | Dom Eliseu               | 39.529 | 23.801 | 60,2 |
| 46. | PA | Ulianópolis              | 19.254 | 11.909 | 61,8 |
| 47. | PA | Tucumã                   | 25.309 | 16.496 | 65,2 |
| 48. | PA | Goianésia do Pará        | 22.685 | 14.878 | 65,6 |
| 49. | PA | Curionópolis             | 19.486 | 13.250 | 68   |
| 50. | PA | Sapucaia                 | 3.796  | 2.682  | 70,6 |
| 51. | PA | Tailândia                | 38.435 | 28.128 | 73,2 |
| 52. | PA | Mãe do Rio               | 25.351 | 18.738 | 73,9 |
| 53. | PA | Terra Santa              | 14.592 | 10.965 | 75,1 |
| 54. | PA | Abel Figueiredo          | 5.957  | 4.897  | 82,2 |
| 55. | PA | Parauapebas              | 71.568 | 59.260 | 82,8 |
| 56. | PA | Marituba                 | 74.429 | 64.884 | 87,2 |

|     | UF | Municípios              | População Total <sup>(1)</sup> | População Urbana <sup>(2)</sup> | Grau de Urbanização <sup>(3)</sup> |
|-----|----|-------------------------|--------------------------------|---------------------------------|------------------------------------|
| 1.  | RO | Novo Horizonte do Oeste | 12.276                         | 1.344                           | 10,9                               |
| 2.  | RO | Theobroma               | 11.140                         | 1.515                           | 13,6                               |
| 3.  | RO | São Felipe D'Oeste      | 7.056                          | 1.031                           | 14,6                               |
| 4.  | RO | Nova União              | 8.233                          | 1.329                           | 16,1                               |
| 5.  | RO | Castanheiras            | 4.212                          | 774                             | 18,4                               |
| 6.  | RO | Vale do Paraíso         | 9.863                          | 1.840                           | 18,6                               |
| 7.  | RO | Ministro Andreazza      | 11.342                         | 2.160                           | 19                                 |
| 8.  | RO | Alto Alegre dos Parecis | 12.708                         | 2.449                           | 19,3                               |
| 9.  | RO | Corumbiara              | 10.459                         | 2.073                           | 19,8                               |
| 10. | RO | Teixeirópolis           | 5.618                          | 1.154                           | 20,5                               |
| 11. | RO | Vale do Anari           | 7.737                          | 1.836                           | 23,7                               |
| 12. | RO | Campo Novo de Rondônia  | 11.463                         | 3.000                           | 26,2                               |
| 13. | RO | Primavera de Rondônia   | 4.311                          | 1.159                           | 26,9                               |
| 14. | RO | Urupá                   | 14.880                         | 4.002                           | 26,9                               |
| 15. | RO | São Miguel do Guaporé   | 23.874                         | 6.476                           | 27,1                               |
| 16. | RO | Rio Crespo              | 2.937                          | 867                             | 29,5                               |
| 17. | RO | Alto Paraíso            | 13.118                         | 4.036                           | 30,8                               |
| 18. | RO | Parecis                 | 3.622                          | 1.134                           | 31,3                               |
| 19. | RO | Seringueiras            | 11.655                         | 3.792                           | 32,5                               |
| 20. | RO | Cacaulândia             | 5.372                          | 1.850                           | 34,4                               |
| 21. | RO | Chupinguaia             | 5.521                          | 1.954                           | 35,4                               |

|     |    |                          |        |        |      |
|-----|----|--------------------------|--------|--------|------|
| 22. | RO | Cabixi                   | 7.518  | 2.672  | 35,5 |
| 23. | RO | Nova Brasilândia d'Oeste | 17.067 | 6.424  | 37,6 |
| 24. | RO | Mirante da Serra         | 13.154 | 5.733  | 43,6 |
| 25. | RO | Monte Negro              | 12.627 | 5.722  | 45,3 |
| 26. | RO | São Francisco do Guaporé | 11.085 | 5.226  | 47,1 |
| 27. | RO | Machadinho d' oeste      | 22.739 | 10.981 | 48,3 |
| 28. | RO | Cujubim                  | 6.536  | 3.196  | 48,9 |
| 29. | RO | Nova Mamoré              | 14.778 | 7.247  | 49   |
| 30. | RO | Itapuã do Oeste          | 6.822  | 3.677  | 53,9 |
| 31. | RO | Pimenteiras do Oeste     | 2.527  | 1.398  | 55,3 |
| 32. | RO | Buritis                  | 25.668 | 15.334 | 59,7 |
| 33. | RO | Candeias do Jamari       | 13.107 | 9.354  | 71,4 |

|    | UF | Municípios   | População Total <sup>(1)</sup> | População Urbana <sup>(2)</sup> | Grau de Urbanização <sup>(3)</sup> |
|----|----|--------------|--------------------------------|---------------------------------|------------------------------------|
| 1. | RR | Uiramutã     | 5.802                          | 525                             | 9                                  |
| 2. | RR | Cantá        | 8.571                          | 1.155                           | 13,5                               |
| 3. | RR | Amajari      | 5.294                          | 799                             | 15,1                               |
| 4. | RR | Caroebe      | 5.692                          | 1.977                           | 34,7                               |
| 5. | RR | Pacaraima    | 6.990                          | 2.760                           | 39,5                               |
| 6. | RR | Rorainópolis | 17.393                         | 7.185                           | 41,3                               |
| 7. | RR | Iracema      | 4.781                          | 3.228                           | 67,5                               |

|     | UF | Municípios                | População Total <sup>(1)</sup> | População Urbana <sup>(2)</sup> | Grau de Urbanização <sup>(3)</sup> |
|-----|----|---------------------------|--------------------------------|---------------------------------|------------------------------------|
| 1.  | TO | Monte Santo do Tocantins  | 1.869                          | 381                             | 20,4                               |
| 2.  | TO | São Miguel do Tocantins   | 8.486                          | 1.910                           | 22,5                               |
| 3.  | TO | Jaú do Tocantins          | 3.121                          | 997                             | 31,9                               |
| 4.  | TO | Centenário                | 2.163                          | 761                             | 35,2                               |
| 5.  | TO | Itapiratins               | 3.277                          | 1.162                           | 35,4                               |
| 6.  | TO | Palmeirante               | 3.610                          | 1.302                           | 36,1                               |
| 7.  | TO | Tupirama                  | 1.179                          | 433                             | 36,7                               |
| 8.  | TO | Chapada da Natividade     | 3.274                          | 1.241                           | 37,9                               |
| 9.  | TO | Aragominas                | 6.180                          | 2.383                           | 38,5                               |
| 10. | TO | Mateiros                  | 1.646                          | 640                             | 38,9                               |
| 11. | TO | Barra do Ouro             | 3.579                          | 1.398                           | 39,1                               |
| 12. | TO | Campos Lindos             | 5.638                          | 2.209                           | 39,2                               |
| 13. | TO | Santa Rita do Tocantins   | 1.852                          | 729                             | 39,4                               |
| 14. | TO | São Salvador do Tocantins | 2.740                          | 1.084                           | 39,6                               |
| 15. | TO | Recursolândia             | 3.138                          | 1.256                           | 40                                 |
| 16. | TO | São Félix do Tocantins    | 1.269                          | 531                             | 41,8                               |
| 17. | TO | Talismã                   | 2.306                          | 980                             | 42,5                               |
| 18. | TO | Sandolândia               | 3.332                          | 1.415                           | 42,5                               |
| 19. | TO | Riachinho                 | 3.670                          | 1.567                           | 42,7                               |

|     |    |                              |       |       |      |
|-----|----|------------------------------|-------|-------|------|
| 20. | TO | Chapada de Areia             | 1.270 | 549   | 43,2 |
| 21. | TO | Bernardo Sayão               | 4.551 | 1.994 | 43,8 |
| 22. | TO | São Valério da Natividade    | 5.054 | 2.238 | 44,3 |
| 23. | TO | Bandeirantes do Tocantins    | 2.608 | 1.203 | 46,1 |
| 24. | TO | Santa Maria do Tocantins     | 2.226 | 1.034 | 46,4 |
| 25. | TO | Goianorte                    | 4.839 | 2.257 | 46,6 |
| 26. | TO | Esperantina                  | 7.623 | 3.552 | 46,6 |
| 27. | TO | Bom Jesus do Tocantins       | 2.323 | 1.130 | 48,6 |
| 28. | TO | Juarina                      | 2.333 | 1.142 | 48,9 |
| 29. | TO | Carrasco Bonito              | 3.218 | 1.573 | 48,9 |
| 30. | TO | Abreulândia                  | 2.189 | 1.073 | 49   |
| 31. | TO | Piraquê                      | 2.360 | 1.179 | 49,9 |
| 32. | TO | Pequizeiro                   | 4.591 | 2.293 | 49,9 |
| 33. | TO | Ipueiras                     | 1.166 | 586   | 50,2 |
| 34. | TO | Rio dos Bois                 | 2.269 | 1.150 | 50,7 |
| 35. | TO | Praia Norte                  | 6.781 | 3.475 | 51,2 |
| 36. | TO | Lavandeira                   | 1.209 | 629   | 52   |
| 37. | TO | São Bento do Tocantins       | 3.738 | 1.952 | 52,2 |
| 38. | TO | Tupiratins                   | 1.365 | 729   | 53,4 |
| 39. | TO | Santa Rosa do Tocantins      | 4.316 | 2.322 | 53,8 |
| 40. | TO | Palmeiras do Tocantins       | 4.622 | 2.497 | 54   |
| 41. | TO | Lagoa da Confusão            | 6.168 | 3.396 | 55   |
| 42. | TO | Darcinópolis                 | 4.273 | 2.372 | 55,1 |
| 43. | TO | Maurilândia do Tocantins     | 2.854 | 1.579 | 55,3 |
| 44. | TO | Crixás do Tocantins          | 1.384 | 776   | 56,1 |
| 45. | TO | Santa Terezinha do Tocantins | 2.455 | 1.387 | 56,5 |
| 46. | TO | Angico                       | 2.889 | 1.639 | 56,7 |
| 47. | TO | Porto Alegre do Tocantins    | 2.393 | 1.378 | 57,6 |
| 48. | TO | Sucupira                     | 1.476 | 864   | 58,5 |
| 49. | TO | Marianópolis do Tocantins    | 3.332 | 1.968 | 59   |
| 50. | TO | Santa Fé do Araguaia         | 5.507 | 3.368 | 61,1 |
| 51. | TO | Araguanã                     | 4.193 | 2.609 | 62,2 |
| 52. | TO | Brasilândia do Tocantins     | 1.923 | 1.212 | 63   |
| 53. | TO | Santa Tereza do Tocantins    | 2.114 | 1.340 | 63,4 |
| 54. | TO | Pau D'Arco                   | 4.335 | 2.757 | 63,6 |
| 55. | TO | Novo Jardim                  | 2.151 | 1.373 | 63,8 |
| 56. | TO | Taipas do Tocantins          | 1.713 | 1.103 | 64,4 |
| 57. | TO | Lagoa do Tocantins           | 2.530 | 1.631 | 64,4 |
| 58. | TO | Muricilândia                 | 2.680 | 1.725 | 64,4 |
| 59. | TO | Cariri do Tocantins          | 2.990 | 1.942 | 64,9 |
| 60. | TO | Luzinópolis                  | 2.021 | 1.327 | 65,6 |
| 61. | TO | Lajeado                      | 2.344 | 1.583 | 67,5 |

|     |    |                          |         |         |      |
|-----|----|--------------------------|---------|---------|------|
| 62. | TO | Colméia                  | 9.352   | 6.358   | 68   |
| 63. | TO | Divinópolis do Tocantins | 5.776   | 3.987   | 69   |
| 64. | TO | Fortaleza do Tabocão     | 2.242   | 1.606   | 71,6 |
| 65. | TO | Caseara                  | 3.660   | 2.650   | 72,4 |
| 66. | TO | Oliveira de Fátima       | 958     | 698     | 72,9 |
| 67. | TO | Aguiarnópolis            | 3.145   | 2.304   | 73,2 |
| 68. | TO | Aparecida do Rio Negro   | 3.517   | 2.589   | 73,6 |
| 69. | TO | Nova Rosalândia          | 3.190   | 2.435   | 76,3 |
| 70. | TO | Carmolândia              | 2.008   | 1.550   | 77,2 |
| 71. | TO | Buriti do Tocantins      | 7.842   | 6.116   | 78   |
| 72. | TO | Pugmil                   | 1.989   | 1.566   | 78,7 |
| 73. | TO | Novo Alegre              | 2.274   | 1.806   | 79,4 |
| 74. | TO | Sampaio                  | 2.801   | 2.289   | 81,7 |
| 75. | TO | Barrolândia              | 5.082   | 4.188   | 82,4 |
| 76. | TO | Combinado                | 4.524   | 3.740   | 82,7 |
| 77. | TO | Aliança do Tocantins     | 6.177   | 5.120   | 82,9 |
| 78. | TO | Miracema do Tocantins    | 24.444  | 20.435  | 83,6 |
| 79. | TO | Rio da Conceição         | 1.189   | 998     | 83,9 |
| 80. | TO | Cachoeirinha             | 2.023   | 1.765   | 87,2 |
| 81. | TO | Palmas                   | 137.355 | 134.179 | 97,7 |

Fonte: Censo Demográfico - IBGE (2000)

Notas:

(1) Dados sobre População total e urbana retirados do Censo Demográfico 2000 com exceção de 13 municípios do Estado do MT instalados em 2001 para os quais foram utilizados dados sobre População Residente Total (2001) obtidos no Banco de Dados @Cidades localizado no site do IBGE, <http://www.ibge.gov.br/cidadesat>.

(2) Municípios instalados em 2001.

(3) Dados trabalhados pelo autor.

## ANEXO D

MUNICÍPIOS CRIADOS DEPOIS DE 1988 NA AMAZÔNIA LEGAL CLASSIFICADOS POR  
TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL – 1998

|     |    | <b>Municípios</b>            | <b>Mortalidade<br/>Infantil (%)<br/>1998</b> |
|-----|----|------------------------------|--|
| 1.  | MA | Alto Alegre do Maranhão      | 98,24  |
| 2.  | MA | Capinzal do Norte            | 98,24  |
| 3.  | MA | Peritoró                     | 98,24  |
| 4.  | MA | Alto Alegre do Pindaré       | 77,18  |
| 5.  | MA | Araguanã                     | 77,18  |
| 6.  | MA | Bom Jesus das Selvas         | 77,18  |
| 7.  | MA | Brejo de Areia               | 77,18  |
| 8.  | MA | Buriticupu                   | 77,18  |
| 9.  | MA | Governador Newton Bello      | 77,18  |
| 10. | MA | Lagoa Grande do Maranhão     | 77,18  |
| 11. | MA | Marajá do Sena               | 77,18  |
| 12. | MA | Nova Olinda do Maranhão      | 77,18  |
| 13. | MA | Presidente Médici            | 77,18  |
| 14. | MA | Santa Luzia do Paruá         | 77,18  |
| 15. | MA | São João do Carú             | 77,18  |
| 16. | MA | Zé Doca                      | 77,18  |
| 17. | MA | Bacabeira                    | 74,79  |
| 18. | MA | Cachoeira Grande             | 74,79  |
| 19. | MA | Governador Luiz Rocha        | 74,07  |
| 20. | MA | São José dos Basílios        | 74,07  |
| 21. | MA | Senador Alexandre Costa      | 74,07  |
| 22. | MA | Bernardo do Mearim           | 72,1   |
| 23. | MA | Bom Lugar                    | 72,1   |
| 24. | MA | Lago dos Rodrigues           | 72,1   |
| 25. | MA | São Raimundo do Doca Bezerra | 72,1   |
| 26. | MA | São Roberto                  | 72,1   |
| 27. | MA | Satubinha                    | 72,1   |
| 28. | MA | Trizidela do Vale            | 72,1   |
| 29. | MA | Amapá do Maranhão            | 71,73  |
| 30. | MA | Boa Vista do Gurupi          | 71,73  |
| 31. | MA | Centro do Guilherme          | 71,73  |
| 32. | MA | Centro Novo do Maranhão      | 71,73  |
| 33. | MA | Governador Nunes Freire      | 71,73  |
| 34. | MA | Junco do Maranhão            | 71,73  |
| 35. | MA | Maracaçumé                   | 71,73  |
| 36. | MA | Maranhãozinho                | 71,73  |
| 37. | MA | Turilândia                   | 71,73  |

|     |    |                          |       |
|-----|----|--------------------------|-------|
| 38. | MA | Matões do Norte          | 70,78 |
| 39. | MA | Miranda do Norte         | 70,78 |
| 40. | AC | Porto Acre               | 70,75 |
| 41. | AC | Bujari                   | 70,75 |
| 42. | AC | Capixaba                 | 70,75 |
| 43. | AC | Acrelândia               | 70,75 |
| 44. | MA | Jatobá                   | 70,53 |
| 45. | MA | Apicum-Açu               | 68,21 |
| 46. | MA | Bacuritiba               | 68,21 |
| 47. | MA | Central do Maranhão      | 68,21 |
| 48. | MA | Porto Rico do Maranhão   | 68,21 |
| 49. | MA | Serrano do Maranhão      | 68,21 |
| 50. | PA | Palestina do Pará        | 66,68 |
| 51. | PA | São Domingos do Araguaia | 66,68 |
| 52. | PA | Brejo Grande do Araguaia | 66,68 |
| 53. | MA | Bela Vista do Maranhão   | 65,29 |
| 54. | MA | Conceição do Lago-Açu    | 65,29 |
| 55. | MA | Igarapé do Meio          | 65,29 |
| 56. | MA | Olinda Nova do Maranhão  | 65,29 |
| 57. | MA | Pedro do Rosário         | 65,29 |
| 58. | MA | Presidente Sarney        | 65,29 |
| 59. | AC | Santa Rosa do Purus      | 63,05 |
| 60. | RR | Caroebe                  | 62,89 |
| 61. | RR | Rorainópolis             | 62,89 |
| 62. | AC | Jordão                   | 62,8  |
| 63. | PA | Tracuateua               | 62,66 |
| 64. | PA | Quatipuru                | 62,66 |
| 65. | MA | Buritirana               | 60,57 |
| 66. | MA | Cidelândia               | 60,57 |
| 67. | MA | Davinópolis              | 60,57 |
| 68. | MA | Governador Edison Lobão  | 60,57 |
| 69. | MA | Itinga do Maranhão       | 60,57 |
| 70. | MA | Lajeado Novo             | 60,57 |
| 71. | MA | Ribamar Fiquene          | 60,57 |
| 72. | MA | São Francisco do Brejão  | 60,57 |
| 73. | MA | São Pedro da Água Branca | 60,57 |
| 74. | MA | Senador La Rocque        | 60,57 |
| 75. | MA | Vila Nova dos Martírios  | 60,57 |
| 76. | AC | Epitaciolândia           | 60,34 |
| 77. | PA | Água Azul do Norte       | 58,14 |
| 78. | PA | Canaã dos Carajás        | 58,14 |
| 79. | PA | Eldorado dos Carajás     | 58,14 |

|      |    |                              |       |
|------|----|------------------------------|-------|
| 80.  | PA | Curionópolis                 | 58,14 |
| 81.  | PA | Parauapebas                  | 58,14 |
| 82.  | PA | Bom Jesus do Tocantins       | 56,85 |
| 83.  | PA | Dom Eliseu                   | 56,85 |
| 84.  | PA | Ulianópolis                  | 56,85 |
| 85.  | PA | Goianésia do Pará            | 56,85 |
| 86.  | PA | Abel Figueiredo              | 56,85 |
| 87.  | MT | Alto Boa Vista               | 55,95 |
| 88.  | MT | Confresa                     | 55,95 |
| 89.  | MT | Canabrava do Norte           | 55,95 |
| 90.  | MT | Ribeirão Cascalheira         | 55,95 |
| 91.  | MT | São José do Xingu            | 55,95 |
| 92.  | MT | Carlinda                     | 52,02 |
| 93.  | MT | Nova Bandeirantes            | 52,02 |
| 94.  | MT | Nova Monte Verde             | 52,02 |
| 95.  | MT | Apiacás                      | 52,02 |
| 96.  | PA | Novo Repartimento            | 52    |
| 97.  | PA | Nova Ipixuna                 | 52    |
| 98.  | PA | Breu Branco                  | 52    |
| 99.  | TO | São Miguel do Tocantins      | 51,18 |
| 100. | TO | Riachinho                    | 51,18 |
| 101. | TO | Esperantina                  | 51,18 |
| 102. | TO | Carrasco Bonito              | 51,18 |
| 103. | TO | Praia Norte                  | 51,18 |
| 104. | TO | São Bento do Tocantins       | 51,18 |
| 105. | TO | Palmeiras do Tocantins       | 51,18 |
| 106. | TO | Darcinópolis                 | 51,18 |
| 107. | TO | Maurilândia do Tocantins     | 51,18 |
| 108. | TO | Santa Terezinha do Tocantins | 51,18 |
| 109. | TO | Angico                       | 51,18 |
| 110. | TO | Santa Tereza do Tocantins    | 51,18 |
| 111. | TO | Luzinópolis                  | 51,18 |
| 112. | TO | Aguiarnópolis                | 51,18 |
| 113. | TO | Buriti do Tocantins          | 51,18 |
| 114. | TO | Sampaio                      | 51,18 |
| 115. | TO | Cachoeirinha                 | 51,18 |
| 116. | MA | Arame                        | 51,14 |
| 117. | MA | Fernando Falcão              | 51,14 |
| 118. | MA | Formosa da Serra Negra       | 51,14 |
| 119. | MA | Itaipava do Grajaú           | 51,14 |
| 120. | MA | Jenipapo dos Vieiras         | 51,14 |
| 121. | MA | Santa Filomena do Maranhão   | 51,14 |

|      |    |                           |       |
|------|----|---------------------------|-------|
| 122. | PA | Cachoeira do Piriá        | 50,6  |
| 123. | PA | Ipixuna do Pará           | 50,6  |
| 124. | PA | Aurora do Pará            | 50,6  |
| 125. | PA | Nova Esperança do Piriá   | 50,6  |
| 126. | PA | Garrafão do Norte         | 50,6  |
| 127. | PA | Santa Luzia do Pará       | 50,6  |
| 128. | PA | Mãe do Rio                | 50,6  |
| 129. | RO | Theobroma                 | 50,46 |
| 130. | RO | Nova União                | 50,46 |
| 131. | RO | Vale do Paraíso           | 50,46 |
| 132. | RO | Teixeirópolis             | 50,46 |
| 133. | RO | Urupá                     | 50,46 |
| 134. | RO | Mirante da Serra          | 50,46 |
| 135. | AP | Pracuúba                  | 49,85 |
| 136. | AP | Tartarugalzinho           | 49,85 |
| 137. | AM | Apuí                      | 48,34 |
| 138. | MT | Nova Guarita              | 47,95 |
| 139. | MT | Novo Mundo                | 47,95 |
| 140. | MT | Matupá                    | 47,95 |
| 141. | TO | Palmeirante               | 45,98 |
| 142. | TO | Aragominas                | 45,98 |
| 143. | TO | Bandeirantes do Tocantins | 45,98 |
| 144. | TO | Piraquê                   | 45,98 |
| 145. | TO | Santa Fé do Araguaia      | 45,98 |
| 146. | TO | Araguanã                  | 45,98 |
| 147. | TO | Pau D'Arco                | 45,98 |
| 148. | TO | Muricilândia              | 45,98 |
| 149. | TO | Carmolândia               | 45,98 |
| 150. | PA | Piçarra                   | 44,6  |
| 151. | PA | São Geraldo do Araguaia   | 44,6  |
| 152. | PA | Pau D'Arco                | 44,6  |
| 153. | PA | Sapucaia                  | 44,6  |
| 154. | MA | Raposa                    | 44,28 |
| 155. | RR | Uiramutã                  | 44,03 |
| 156. | RR | Cantá                     | 44,03 |
| 157. | RO | Novo Horizonte do Oeste   | 43,99 |
| 158. | RO | Castanheiras              | 43,99 |
| 159. | RO | Ministro Andreazza        | 43,99 |
| 160. | RO | Alto Alegre dos Parecis   | 43,99 |
| 161. | PA | Cumarú do Norte           | 43,41 |
| 162. | PA | Bannach                   | 43,41 |
| 163. | PA | Ourilândia do Norte       | 43,41 |

|      |    |                           |       |
|------|----|---------------------------|-------|
| 164. | PA | Tucumã                    | 43,41 |
| 165. | RR | Iracema                   | 43,35 |
| 166. | PA | Trairão                   | 42,88 |
| 167. | PA | Jacareacanga              | 42,88 |
| 168. | PA | Rurópolis                 | 42,88 |
| 169. | PA | Novo Progresso            | 42,88 |
| 170. | AM | Guajará                   | 42,85 |
| 171. | AM | Careiro da Várzea         | 42,52 |
| 172. | AP | Vitória do Jarí           | 41,45 |
| 173. | AP | Laranjal do Jarí          | 41,45 |
| 174. | AC | Marechal Thaumaturgo      | 41,18 |
| 175. | AC | Porto Walter              | 41,18 |
| 176. | AC | Rodrigues Alves           | 41,18 |
| 177. | MT | Porto Estrela             | 40,39 |
| 178. | RO | São Miguel do Guaporé     | 40,31 |
| 179. | RO | Seringueiras              | 40,31 |
| 180. | RO | Nova Brasilândia d'Oeste  | 40,31 |
| 181. | RO | Vale do Anari             | 40,16 |
| 182. | RO | Rio Crespo                | 40,16 |
| 183. | RO | Alto Paraíso              | 40,16 |
| 184. | RO | Cacaulândia               | 40,16 |
| 185. | RO | Monte Negro               | 40,16 |
| 186. | RO | Machadinho d'oeste        | 40,16 |
| 187. | PA | Santa Maria das Barreiras | 40,14 |
| 188. | PA | Floresta do Araguaia      | 40,14 |
| 189. | TO | Chapada da Natividade     | 38,25 |
| 190. | TO | São Valério da Natividade | 38,25 |
| 191. | TO | Lavandeira                | 38,25 |
| 192. | TO | Santa Rosa do Tocantins   | 38,25 |
| 193. | TO | Porto Alegre do Tocantins | 38,25 |
| 194. | TO | Novo Jardim               | 38,25 |
| 195. | TO | Taipas do Tocantins       | 38,25 |
| 196. | TO | Novo Alegre               | 38,25 |
| 197. | TO | Combinado                 | 38,25 |
| 198. | TO | Rio da Conceição          | 38,25 |
| 199. | MT | Nova Lacerda              | 38,21 |
| 200. | PA | São João da Ponta         | 38,18 |
| 201. | PA | Terra Alta                | 38,18 |
| 202. | PA | São João de Pirabas       | 38,18 |
| 203. | MA | Nova Colinas              | 38,11 |
| 204. | MA | São Domingos do Azeitão   | 38,11 |
| 205. | MA | Campestre do Maranhão     | 37    |

|      |    |                          |       |
|------|----|--------------------------|-------|
| 206. | MA | São João do Paraíso      | 37    |
| 207. | MA | São Pedro dos Crentes    | 37    |
| 208. | MA | Tufilândia               | 37    |
| 209. | RO | São Francisco do Guaporé | 36,21 |
| 210. | RO | Campo Novo de Rondônia   | 36,07 |
| 211. | RO | Cujubim                  | 36,07 |
| 212. | RO | Nova Mamoré              | 36,07 |
| 213. | RO | Itapuã do Oeste          | 36,07 |
| 214. | RO | Buritis                  | 36,07 |
| 215. | RO | Candeias do Jamari       | 36,07 |
| 216. | PA | Placas                   | 35,77 |
| 217. | PA | Curuá                    | 35,77 |
| 218. | PA | Belterra                 | 35,77 |
| 219. | PA | Terra Santa              | 35,42 |
| 220. | MT | Campo Verde              | 35,14 |
| 221. | MA | Feira Nova do Maranhão   | 35,07 |
| 222. | RR | Amajari                  | 33,74 |
| 223. | RR | Pacaraima                | 33,74 |
| 224. | TO | Sandolândia              | 33,46 |
| 225. | TO | Chapada de Areia         | 33,46 |
| 226. | TO | Lagoa da Confusão        | 33,46 |
| 227. | TO | Oliveira de Fátima       | 33,46 |
| 228. | TO | Nova Rosalândia          | 33,46 |
| 229. | TO | Pugmil                   | 33,46 |
| 230. | MT | Nova Ubitatã             | 33,07 |
| 231. | MT | Tapurah                  | 33,07 |
| 232. | MT | Nova Mutum               | 33,07 |
| 233. | MT | Lucas do Rio Verde       | 33,07 |
| 234. | RO | Corumbiara               | 32,57 |
| 235. | RO | Cabixi                   | 32,57 |
| 236. | RO | Pimenteiras do Oeste     | 32,57 |
| 237. | PA | Brasil Novo              | 32,45 |
| 238. | PA | Pacajá                   | 32,45 |
| 239. | PA | Uruará                   | 32,45 |
| 240. | PA | Medicilândia             | 32,45 |
| 241. | PA | Anapu                    | 32,45 |
| 242. | PA | Vitória do Xingu         | 32,45 |
| 243. | MT | Santa Carmem             | 31,39 |
| 244. | MT | União do Sul             | 31,39 |
| 245. | MT | Feliz Natal              | 31,39 |
| 246. | MT | Cláudia                  | 31,39 |
| 247. | MT | Santo Afonso             | 30,93 |

|      |    |                           |       |
|------|----|---------------------------|-------|
| 248. | MT | Nova Marilândia           | 30,93 |
| 249. | RO | São Felipe D'Oeste        | 30,12 |
| 250. | RO | Primavera de Rondônia     | 30,12 |
| 251. | RO | Parecis                   | 30,12 |
| 252. | RO | Chupinguaia               | 30,12 |
| 253. | PA | Santa Bárbara do Pará     | 29,77 |
| 254. | PA | Marituba                  | 29,77 |
| 255. | PA | Concórdia do Pará         | 29,59 |
| 256. | PA | Tailândia                 | 29,59 |
| 257. | TO | Jaú do Tocantins          | 29,43 |
| 258. | TO | Santa Rita do Tocantins   | 29,43 |
| 259. | TO | São Salvador do Tocantins | 29,43 |
| 260. | TO | Talismã                   | 29,43 |
| 261. | TO | Crixás do Tocantins       | 29,43 |
| 262. | TO | Sucupira                  | 29,43 |
| 263. | TO | Cariri do Tocantins       | 29,43 |
| 264. | TO | Aliança do Tocantins      | 29,43 |
| 265. | TO | Centenário                | 29,21 |
| 266. | TO | Itapiratins               | 29,21 |
| 267. | TO | Mateiros                  | 29,21 |
| 268. | TO | Barra do Ouro             | 29,21 |
| 269. | TO | Campos Lindos             | 29,21 |
| 270. | TO | Recursolândia             | 29,21 |
| 271. | TO | São Félix do Tocantins    | 29,21 |
| 272. | TO | Lagoa do Tocantins        | 29,21 |
| 273. | MT | São José do Povo          | 28,85 |
| 274. | MT | São Pedro da Cipa         | 28,85 |
| 275. | MT | Querência                 | 28,84 |
| 276. | TO | Monte Santo do Tocantins  | 28,81 |
| 277. | TO | Tupirama                  | 28,81 |
| 278. | TO | Bernardo Sayão            | 28,81 |
| 279. | TO | Goianorte                 | 28,81 |
| 280. | TO | Juarina                   | 28,81 |
| 281. | TO | Abreulândia               | 28,81 |
| 282. | TO | Pequizeiro                | 28,81 |
| 283. | TO | Rio dos Bois              | 28,81 |
| 284. | TO | Tupiratins                | 28,81 |
| 285. | TO | Marianópolis do Tocantins | 28,81 |
| 286. | TO | Brasilândia do Tocantins  | 28,81 |
| 287. | TO | Colméia                   | 28,81 |
| 288. | TO | Divinópolis do Tocantins  | 28,81 |
| 289. | TO | Fortaleza do Tabocão      | 28,81 |

|      |    |                             |       |
|------|----|-----------------------------|-------|
| 290. | TO | Caseara                     | 28,81 |
| 291. | TO | Barrolândia                 | 28,81 |
| 292. | TO | Miracema do Tocantins       | 28,81 |
| 293. | TO | Santa Maria do Tocantins    | 28,78 |
| 294. | TO | Bom Jesus do Tocantins      | 28,78 |
| 295. | TO | Ipueiras                    | 28,78 |
| 296. | TO | Lajeado                     | 28,78 |
| 297. | TO | Aparecida do Rio Negro      | 28,78 |
| 298. | TO | Palmas                      | 28,78 |
| 299. | MT | Lambari D'Oeste             | 27,18 |
| 300. | MT | Glória D'Oeste              | 27,18 |
| 301. | MT | Cotriguaçu                  | 26,85 |
| 302. | MT | Castanheira                 | 26,85 |
| 303. | MT | Brasnorte                   | 26,85 |
| 304. | MT | Juruena                     | 26,85 |
| 305. | MT | Ribeirãozinho               | 26,33 |
| 306. | MT | Pontal do Araguaia          | 26,33 |
| 307. | AP | Pedra Branca do Amaparí     | 26,06 |
| 308. | AP | Serra do Navio              | 26,06 |
| 309. | AP | Itaubal                     | 26,06 |
| 310. | AP | Cutias                      | 26,06 |
| 311. | AP | Porto Grande                | 26,06 |
| 312. | AP | Ferreira Gomes              | 26,06 |
| 313. | AP | Santana                     | 26,06 |
| 314. | MT | Tabaporã                    | 25,92 |
| 315. | MT | Nova Maringá                | 25,92 |
| 316. | MT | Jangada                     | 24,52 |
| 317. | MT | Campos de Júlio             | 23,85 |
| 318. | MT | Sapezal                     | 23,85 |
| 319. | MT | Campo Novo do Parecis       | 23,85 |
| 320. | MT | Gaúcha do Norte             | 23,69 |
| 321. | MT | Planalto da Serra           | 23,69 |
| 322. | MT | Santa Rita do Trivelato (1) | -     |
| 323. | MT | Serra Nova Dourada (1)      | -     |
| 324. | MT | Santa Cruz do Xingu (1)     | -     |
| 325. | MT | Novo Santo Antônio (1)      | -     |
| 326. | MT | Nova Nazaré (1)             | -     |
| 327. | MT | Santo Antônio do Leste (1)  | -     |
| 328. | MT | Conquista d'Oeste (1)       | -     |
| 329. | MT | Vale de São Domingos (1)    | -     |
| 330. | MT | Rondolândia (1)             | -     |
| 331. | MT | Nova Santa Helena (1)       | -     |

|      |    |                           |   |
|------|----|---------------------------|---|
| 332. | MT | Bom Jesus do Araguaia (1) | - |
| 333. | MT | Curvelândia (1)           | - |
| 334. | MT | Colniza (1)               | - |

Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

Notas: Extraído do Banco de Dados Informações Municipais da Confederação Nacional dos Municípios – CNM, <http://www.portalmunicipal.org.br>.

(1) Municípios instalados em 2001.

## ANEXO E

### MUNICÍPIOS CRIADOS APÓS 1988, AMAZÔNIA LEGAL, DATA DE CRIAÇÃO, INSTALAÇÃO E MUNICÍPIO DO QUAL FOI DESMEMBRADO

| UF |     | Municípios                | Criação    | Instalação | Desmembrado                |
|----|-----|---------------------------|------------|------------|----------------------------|
| TO | 1.  | Abreulândia               | 20/02/1991 | 01/01/1993 | Araguacema                 |
| TO | 2.  | Aguiarnópolis             | 26/05/1994 | 01/01/1997 | Tocantinópolis             |
| TO | 3.  | Aliança do Tocantins      | 10/01/1988 | 01/01/1989 | Gurupi                     |
| TO | 4.  | Angico                    | 20/02/1991 | 01/01/1993 | Nazaré                     |
| TO | 5.  | Aparecida do Rio Negro    | 30/12/1987 | 01/06/1989 | Tocantínia                 |
| TO | 6.  | Aragominas                | 20/02/1991 | 01/01/1993 | Araguaína                  |
| TO | 7.  | Araguanã                  | 20/02/1991 | 01/01/1993 | Araguaína                  |
| TO | 8.  | Bandeirantes do Tocantins | 26/05/1994 | 01/01/1997 | Arapoema                   |
| TO | 9.  | Barra do Ouro             | 26/04/1996 | 01/01/1997 | Goiatins                   |
| TO | 10. | Barrolândia               | 11/01/1988 | 01/06/1989 | Miracema do Tocantins      |
| TO | 11. | Bernardo Sayão            | 30/12/1987 | 01/06/1989 | Colméia                    |
| TO | 12. | Bom Jesus do Tocantins    | 20/02/1991 | 01/01/1993 | Pedro Afonso               |
| TO | 13. | Brasilândia do Tocantins  | 20/02/1991 | 01/01/1993 | Presidente Kennedy         |
| TO | 14. | Buriti do Tocantins       | 03/01/1988 | 01/06/1989 | São Sebastião do Tocantins |
| TO | 15. | Cachoeirinha              | 20/02/1991 | 01/01/1993 | Tocantinópolis             |
| TO | 16. | Campos Lindos             | 20/02/1991 | 01/01/1993 | Goiatins                   |
| TO | 17. | Cariri do Tocantins       | 21/12/1992 | 01/01/1993 | Gurupi                     |
| TO | 18. | Carmolândia               | 20/02/1991 | 01/01/1993 | Araguaína                  |
| TO | 19. | Carrasco Bonito           | 20/02/1991 | 01/01/1993 | Sampaio                    |
| TO | 20. | Caseara                   | 30/12/1987 | 01/06/1989 | Araguacema                 |
| TO | 21. | Centenário                | 20/02/1991 | 01/01/1993 | Itacajá                    |
| TO | 22. | Chapada da Natividade     | 28/09/1995 | 01/01/1997 | Natividade                 |
| TO | 23. | Chapada de Areia          | 26/05/1994 | 01/01/1997 | Pium                       |
| TO | 24. | Colméia                   | 01/01/1963 | 01/01/1997 | Araguacema                 |
| TO | 25. | Combinado                 | 30/12/1987 | 01/06/1989 | Arraias                    |
| TO | 26. | Crixás do Tocantins       | 26/05/1994 | 01/01/1997 | Aliança do Tocantins       |
| TO | 27. | Darcinópolis              | 20/02/1991 | 01/01/1993 | Tocantinópolis             |
| TO | 28. | Divinópolis do Tocantins  | 30/12/1987 | 01/06/1989 | Miracema do Tocantins      |
| TO | 29. | Esperantina               | 20/02/1991 | 01/01/1993 | São Sebastião do Tocantins |
| TO | 30. | Fortaleza do Tabacão      | 20/02/1991 | 01/01/1993 | Guaraí                     |
| TO | 31. | Goianorte                 | 13/01/1988 | 01/06/1989 | Araguacema                 |
| TO | 32. | Ipueiras                  | 19/12/1995 | 01/01/1997 | Porto Nacional             |
| TO | 33. | Itapiratins               | 20/02/1991 | 01/01/1993 | Itacajá                    |
| TO | 34. | Jaú do Tocantins          | 20/02/1991 | 01/01/1993 | Peixe                      |
| TO | 35. | Juarina                   | 20/02/1991 | 01/01/1993 | Couto de Magalhães         |
| TO | 36. | Lagoa da Confusão         | 20/02/1991 | 01/01/1993 | Cristalândia               |
| TO | 37. | Lagoa do Tocantins        | 20/02/1991 | 01/01/1993 | Santa Tereza do Tocantins  |
| TO | 38. | Lajeado                   | 20/02/1991 | 01/01/1993 | Tocantínia                 |
| TO | 39. | Lavandeira                | 19/12/1995 | 01/01/1997 | Aurora do Tocantins        |
| TO | 40. | Luzinópolis               | 26/05/1994 | 01/01/1997 | Tocantinópolis             |
| TO | 41. | Marianópolis do Tocantins | 30/12/1987 | 01/06/1989 | Araguacema                 |
| TO | 42. | Mateiros                  | 20/02/1991 | 01/01/1993 | Ponte Alta do Tocantins    |
| TO | 43. | Maurilândia do Tocantins  | 20/02/1991 | 01/01/1993 | Tocantinópolis             |
| TO | 44. | Miracema do Tocantins     | 13/12/1988 | 01/01/1990 |                            |

|    |     |                              |            |            |                         |
|----|-----|------------------------------|------------|------------|-------------------------|
| TO | 45. | Monte Santo do Tocantins     | 26/05/1994 | 01/01/1997 | Divinópolis             |
| TO | 46. | Palmeiras do Tocantins       | 20/02/1991 | 01/01/1993 | Tocantinópolis          |
| TO | 47. | Muricilândia                 | 20/02/1991 | 01/01/1993 | Araguaína               |
| TO | 48. | Nova Rosalândia              | 12/01/1988 | 01/06/1989 | Cristalândia            |
| TO | 49. | Novo Alegre                  | 20/02/1991 | 01/01/1993 | Arraias                 |
| TO | 50. | Novo Jardim                  | 20/02/1991 | 01/01/1993 | Ponte Alta do Bom Jesus |
| TO | 51. | Oliveira de Fátima           | 26/05/1994 | 01/01/1997 | Fátima                  |
| TO | 52. | Palmas                       | 29/12/1989 | 01/01/1990 | Porto Nacional          |
| TO | 53. | Palmeirante                  | 20/02/1991 | 01/01/1993 | Filadélfia              |
| TO | 54. | Pau d'Arco                   | 20/02/1991 | 01/01/1993 | Arapoema                |
| TO | 55. | Pequizeiro                   | 30/12/1987 | 01/06/1989 | Colméia                 |
| TO | 56. | Piraquê                      | 20/02/1991 | 01/01/1993 | Xambioá                 |
| TO | 57. | Porto Alegre do Tocantins    | 14/01/1988 | 01/06/1989 | Almas                   |
| TO | 58. | Praia Norte                  | 02/01/1988 | 01/06/1989 | Itaguatins              |
| TO | 59. | Pugmil                       | 26/05/1994 | 01/01/1997 | Paraíso do Tocantins    |
| TO | 60. | Recursolândia                | 20/02/1991 | 01/01/1993 | Itacajá                 |
| TO | 61. | Riachinho                    | 20/02/1991 | 01/01/1993 | Ananás                  |
| TO | 62. | Rio da Conceição             | 20/02/1991 | 01/01/1993 | Dianópolis              |
| TO | 63. | Rio dos Bois                 | 20/02/1991 | 01/01/1993 | Miracema do Tocantins   |
| TO | 64. | Sampaio                      | 01/01/1988 | 01/06/1989 | Augustinópolis          |
| TO | 65. | Sandolândia                  | 20/02/1991 | 01/01/1993 | Araguaçu                |
| TO | 66. | Santa Fé do Araguaia         | 20/02/1991 | 01/01/1993 | Araguaína               |
| TO | 67. | Santa Maria do Tocantins     | 20/02/1991 | 01/01/1993 | Pedro Afonso            |
| TO | 68. | Santa Rita do Tocantins      | 26/05/1994 | 01/01/1997 | Brejinho de Nazaré      |
| TO | 69. | Santa Rosa do Tocantins      | 01/01/1988 | 01/06/1989 | Natividade              |
| TO | 70. | Santa Tereza do Tocantins    | 05/01/1988 | 01/06/1989 | Novo Acordo             |
| TO | 71. | Santa Terezinha do Tocantins | 26/05/1994 | 01/01/1997 | Nazaré                  |
| TO | 72. | São Bento do Tocantins       | 20/02/1991 | 01/01/1993 | Araguatins              |
| TO | 73. | São Félix do Tocantins       | 20/02/1991 | 01/01/1993 | Novo Acordo             |
| TO | 74. | São Miguel do Tocantins      | 20/02/1991 | 01/01/1993 | Itaguatins              |
| TO | 75. | São Salvador do Tocantins    | 20/02/1991 | 01/01/1993 | Palmeirópolis           |
| TO | 76. | São Valério da Natividade    | 01/01/1988 | 01/01/1989 | Natividade              |
| TO | 77. | Sucupira                     | 20/02/1991 | 01/01/1993 | Peixe                   |
| TO | 78. | Taipas do Tocantins          | 20/02/1991 | 01/01/1993 | Conceição do Tocantins  |
| TO | 79. | Talismã                      | 26/05/1994 | 01/01/1997 | Alvorada                |
| TO | 80. | Tupirama                     | 26/05/1994 | 01/01/1997 | Guaraí                  |
| TO | 81. | Tupiratins                   | 20/02/1991 | 01/01/1993 | Presidente Kennedy      |
| RR | 82. | Amajari                      | 17/10/1995 | 01/01/1997 | Boa Vista               |
| RR | 83. | Cantá                        | 17/10/1995 | 01.01.1997 | Bonfim                  |
| RR | 84. | Caroebe                      | 04/11/1994 | 01/01/1997 | São João da Baliza      |
| RR | 85. | Irecema                      | 04/11/1994 | 01/01/1997 | Caracaraí               |
| RR | 86. | Pacaraima                    | 17/10/1995 | 01/01/1997 | Boa Vista               |
| RR | 87. | Rorainópolis                 | 17/10/1995 | 01/01/1997 | São João da Baliza      |
| RR | 88. | Uiramutã                     | 17/10/1995 | 01/01/1997 | Boa Vista               |
| RO | 89. | Alto Alegre do Parecis       | 22/06/1994 | 20/06/1995 | Alta Floresta           |
| RO | 90. | Alto Paraíso                 | 13/02/1992 | 01/01/1993 | Ariquemes               |
| RO | 91. | Buritis                      | 27/12/1995 | 01/01/1997 | Campo Novo de Rondônia  |
| RO | 92. | Cabixi                       | 06/07/1988 | 31/12/1988 | Colorado do Oeste       |

|    |      |                          |            |            |                        |
|----|------|--------------------------|------------|------------|------------------------|
| RO | 93.  | Cacaulândia              | 13/02/1992 | 01/01/1993 | Ariquemes              |
| RO | 94.  | Campo Novo de Rondônia   | 13/02/1992 | 01/01/1993 | Porto Velho            |
| RO | 95.  | Candeias do Jamari       | 13/02/1992 | 01/01/1993 | Porto Velho            |
| RO | 96.  | Castanheiras             | 13/02/1992 | 01/01/1993 | Rolim de Moura         |
| RO | 97.  | Chupinguaia              | 27/12/1995 | 01/01/1997 | Vilhena                |
| RO | 98.  | Corumbiara               | 13/02/1992 | 01/01/1993 | Colorado d'Oeste       |
| RO | 99.  | Cujubim                  | 22/06/1994 | 20/05/1995 | Rio Crespo             |
| RO | 100. | Itapuã d'Oeste           | 13/02/1992 | 01/01/1993 | Porto Velho            |
| RO | 101. | Machadinho d'oeste       | 11/05/1988 | 31/12/1988 | Ariquemes              |
| RO | 102. | Ministro Andeazza        | 13/02/1992 | 01/01/1993 | Cacoal                 |
| RO | 103. | Mirante da Serra         | 13/02/1992 | 01/01/1993 | Ouro Preto             |
| RO | 104. | Monte Negro              | 13/02/1992 | 01/01/1993 | Ariquemes              |
| RO | 105. | Nova Brasilândia d'Oeste | 19/06/1987 | 31/12/1988 | Presidente Médici      |
| RO | 106. | Nova Mamoré              | 06/07/1988 | 31/12/1988 | Guajará-Mirim          |
| RO | 107. | Nova União               | 22/06/1994 | 24/06/1995 | Ouro Preto do Oeste    |
| RO | 108. | Novo Horizonte do Oeste  | 13/02/1992 | 01/01/1998 | Rolim de Moura         |
| RO | 109. | Parecis                  | 22/06/1994 | 18/05/1995 | Pimenta Bueno          |
| RO | 110. | Pimenteiras do Oeste     | 27/12/1995 | 01/01/1997 | Cerejeiras             |
| RO | 111. | Primavera de Rondônia    | 22/06/1994 | 18/05/1995 | Pimenta Bueno          |
| RO | 112. | Rio Crespo               | 13/02/1992 | 01/01/1993 | Ariquemes              |
| RO | 113. | São Felipe d'Oeste       | 22/06/1994 | 18/05/1995 | Pimenta Bueno          |
| RO | 114. | São Francisco do Guaporé | 27/12/1995 | 01/01/1997 | Costa Marques          |
| RO | 115. | São Miguel do Guaporé    | 06/07/1988 | 31/12/1988 | Costa Marques          |
| RO | 116. | Seringueiras             | 13/02/1992 | 01/01/1993 | São Miguel do Guaporé  |
| RO | 117. | Teixeirópolis            | 22/06/1994 | 24/06/1995 | Ouro Preto do Oeste    |
| RO | 118. | Theobroma                | 13/02/1992 | 01/01/1993 | Jaru                   |
| RO | 119. | Urupá                    | 13/02/1992 | 01/01/1993 | Ouro Preto             |
| RO | 120. | Vale do Anari            | 22/06/1994 | 24/06/1995 | Machadinho do Oeste    |
| RO | 121. | Vale do Paraíso          | 13/02/1992 | 01/01/1993 | Ouro Preto do Oeste    |
| PA | 122. | Abel Figueiredo          | 27/12/1991 | 01/01/1993 | Bom Jesus do Tocantins |
| PA | 123. | Água Azul do Norte       | 13/12/1991 | 01/01/1993 | Parauapebas            |
| PA | 124. | Anapu                    | 28/12/1995 | 01/01/1997 | Pacajá                 |
| PA | 125. | Aurora do Pará           | 13/12/1991 | 01/01/1993 | Irituia                |
| PA | 126. | Bannach                  | 15/10/1993 | 01/01/1997 | Ourilândia             |
| PA | 127. | Belterra                 | 29/12/1995 | 01/01/1997 | Santarém               |
| PA | 128. | Bom Jesus do Tocantins   | 10/05/1988 | 01/01/1989 | São João do Araguaia   |
| PA | 129. | Brasil Novo              | 13/12/1991 | 01/01/1993 | Medicilândia           |
| PA | 130. | Brejo Grande do Araguaia | 10/05/1988 | 01/01/1989 | São João do Araguaia   |
| PA | 131. | Breu Branco              | 13/12/1991 | 01/01/1993 | Tucuruí                |
| PA | 132. | Cachoeira do Piriá       | 28/12/1995 | 01/01/1997 | Viséu                  |
| PA | 133. | Canaã dos Carajás        | 05/10/1994 | 01/01/1997 | Parauapebas            |
| PA | 134. | Concórdia do Pará        | 10/05/1988 | 29/01/1989 | Bujaru                 |
| PA | 135. | Cumaru do Norte          | 27/12/1991 | 01/01/1993 | Ourilândia do Norte    |
| PA | 136. | Curionópolis             | 10/05/1988 | 01/01/1989 | Marabá                 |
| PA | 137. | Curuá                    | 28/12/1995 | 01/01/1997 | Alenquer               |
| PA | 138. | Dom Eliseu               | 10/05/1988 | 01/01/1989 | Paragominas            |
| PA | 139. | Eldorado dos Carajás     | 13/12/1991 | 01/01/1993 | Curionópolis           |
| PA | 140. | Floresta do Araguaia     | 15/10/1993 | 01/01/1997 | Conceição do Araguaia  |

|    |      |                           |            |            |                          |
|----|------|---------------------------|------------|------------|--------------------------|
| PA | 141. | Garrafão do Norte         | 10/05/1988 | 01/01/1989 | Ourém                    |
| PA | 142. | Goianésia do Pará         | 13/12/1991 | 01/01/1993 | Rondon do Pará           |
| PA | 143. | Ipixuna do Pará           | 13/12/1991 | 01/01/1993 | São Domingos do Capim    |
| PA | 144. | Jacareacanga              | 13/12/1991 | 01/01/1993 | Itaituba                 |
| PA | 145. | Mãe do Rio                | 11/05/1988 | 01/01/1989 | Irituia                  |
| PA | 146. | Marituba                  | 22/09/1994 | 01/01/1997 | Benevides                |
| PA | 147. | Medicilândia              | 06/05/1988 | 01/01/1989 | Prainha                  |
| PA | 148. | Nova Esperança do Piriá   | 27/12/1991 | 01/01/1993 | Viséu                    |
| PA | 149. | Nova Ipixuna              | 20/10/1993 | 01/01/1997 | Itupiranga               |
| PA | 150. | Novo Progresso            | 13/12/1991 | 01/01/1993 | Itaituba                 |
| PA | 151. | Novo Repartimento         | 13/12/1991 | 01/01/1993 | Tucuruí                  |
| PA | 152. | Ourilândia do Norte       | 10/05/1988 | 01/01/1989 | São Félix do Xingu       |
| PA | 153. | Pacajá                    | 10/05/1988 | 01/01/1989 | Portel                   |
| PA | 154. | Palestina do Pará         | 13/12/1991 | 01/01/1993 | Brejo Grande do Araguaia |
| PA | 155. | Parauapebas               | 10/05/1988 | 01/01/1989 | Marabá                   |
| PA | 156. | Pau D'Arco                | 13/12/1991 | 01/01/1993 | Redenção                 |
| PA | 157. | Piçarra                   | 29/12/1995 | 01/01/1997 | São Geraldo do Araguaia  |
| PA | 158. | Placas                    | 20/12/1993 | 01/01/1997 | Santarém                 |
| PA | 159. | Quatipuru                 | 05/10/1994 | 01/01/1997 | Primavera                |
| PA | 160. | Rurópolis                 | 10/05/1988 | 01/01/1989 | Aveiro                   |
| PA | 161. | Santa Bárbara do Pará     | 13/12/1991 | 01/01/1993 | Benevides                |
| PA | 162. | Santa Luzia do Pará       | 13/12/1991 | 01/01/1993 | Ourém                    |
| PA | 163. | Santa Maria das Barreiras | 10/05/1988 | 01/01/1989 | Santana do Araguaia      |
| PA | 164. | São Domingos do Araguaia  | 27/12/1991 | 01/01/1993 | São João do Araguaia     |
| PA | 165. | São Geraldo do Araguaia   | 10/05/1988 | 01/01/1989 | Xinguara                 |
| PA | 166. | São João da Ponta         | 27/12/1995 | 01/01/1997 | São Caetano de Odivelas  |
| PA | 167. | São João de Pirabas       | 10/05/1988 | 01/01/1989 | Primavera                |
| PA | 168. | Sapucaia                  | 24/04/1996 | 01/01/1997 | Xinguara                 |
| PA | 169. | Tailândia                 | 10/05/1988 | 01/01/1989 | Acará                    |
| PA | 170. | Terra Alta                | 27/12/1991 | 01/01/1993 | Curuçá                   |
| PA | 171. | Terra Santa               | 13/12/1991 | 01/01/1993 | Faro                     |
| PA | 172. | Tracuateua                | 29/09/1994 | 01/01/1997 | Bragança                 |
| PA | 173. | Trairão                   | 13/12/1991 | 01/01/1993 | Itaituba                 |
| PA | 174. | Tucumã                    | 10/05/1988 | 01/01/1989 | São Félix do Xingu       |
| PA | 175. | Ulianópolis               | 13/12/1991 | 01/01/1993 | Paragominas              |
| PA | 176. | Uruará                    | 05/05/1988 | 01/01/1989 | Prainha                  |
| PA | 177. | Vitória do Xingu          | 13/12/1991 | 01/01/1993 | Altamira                 |
| AM | 178. | Apuí                      | 30/12/1987 | 01/01/1989 | Novo Aripuanã            |
| AM | 179. | Careiro da Várzea         | 30/12/1987 | 01/01/1989 | Careiro                  |
| AM | 180. | Guajará                   | 30/12/1987 | 01/01/1989 | Ipixuna                  |
| AP | 181. | Cutias                    | 01/05/1992 | 01/01/1993 | Macapá                   |
| AP | 182. | Ferreira Gomes            | 17/12/1987 | 01/01/1989 | Macapá                   |
| AP | 183. | Itaubal                   | 01/05/1992 | 01/01/1993 | Macapá                   |
| AP | 184. | Laranjal do Jari          | 17/12/1987 | 01/01/1989 | Mazagão                  |
| AP | 185. | Pedra Branca do Amapari   | 01/05/1992 | 01/01/1993 | Macapá                   |
| AP | 186. | Porto Grande              | 01/05/1992 | 01/01/1993 | Macapá                   |
| AP | 187. | Pracuúba                  | 01/05/1992 | 01/01/1993 | Tartarugalzinho          |
| AP | 188. | Santana                   | 17/12/1987 | 01/01/1989 | Macapá                   |

|    |      |                       |            |            |                       |
|----|------|-----------------------|------------|------------|-----------------------|
| AP | 189. | Serra do Navio        | 01/05/1992 | 01/01/1993 | Macapá                |
| AP | 190. | Tartarugalzinho       | 17/12/1987 | 01/01/1989 | Macapá                |
| AP | 191. | Vitória do Jari       | 08/09/1994 | 01/01/1997 | Laranjal do Jarí      |
| AC | 192. | Acrelândia            | 28/04/1992 | 01/01/1993 | Plácido de Castro     |
| AC | 193. | Bujari                | 28/04/1992 | 01/01/1993 | Rio Branco            |
| AC | 194. | Capixaba              | 28/04/1992 | 01/01/1993 | Rio Branco            |
| AC | 195. | Epitaciolândia        | 28/04/1992 | 01/01/1993 | Brasiléia             |
| AC | 196. | Jordão                | 28/04/1992 | 01/01/1993 | Tarauacá              |
| AC | 197. | Marechal Thaumaturgo  | 28/04/1992 | 01/01/1993 | Cruzeiro do Sul       |
| AC | 198. | Porto Acre            | 28/04/1992 | 01/01/1993 | Rio Branco            |
| AC | 199. | Porto Walter          | 28/04/1992 | 01/01/1993 | Cruzeiro do Sul       |
| AC | 200. | Rodrigues Alves       | 28/04/1992 | 01/01/1993 | Cruzeiro do Sul       |
| AC | 201. | Santa Rosa do Purus   | 28/04/1992 | 01/01/1993 | Manoel Urbano         |
| MT | 202. | Alto Boa Vista        | 19/12/1991 | 01/01/1993 | São Félix do Araguaia |
| MT | 203. | Apiacás               | 06/07/1988 | 01/01/1989 | Alta Floresta         |
| MT | 204. | Bom Jesus do Araguaia | 29/09/1999 | 01/01/2001 | Alto Boa Vista        |
| MT | 205. | Brasnorte             | 05/09/1986 | 01/06/1989 | Diamantino            |
| MT | 206. | Campo Novo do Parecis | 04/07/1988 | 01/01/1989 | Diamantino            |
| MT | 207. | Campo Verde           | 04/07/1988 | 01/01/1989 | Cuiabá                |
| MT | 208. | Campos de Júlio       | 28/11/1994 | 01/01/1997 | Comodoro              |
| MT | 209. | Canabrava do Norte    | 19/12/1991 | 01/01/1993 | Porto Alegre          |
| MT | 210. | Carlinda              | 19/12/1994 | 01/01/1997 | Alta Floresta         |
| MT | 211. | Castanheira           | 04/07/1988 | 01/01/1989 | Juína                 |
| MT | 212. | Cláudia               | 04/07/1988 | 01/01/1989 | Sinop                 |
| MT | 213. | Colniza               | 26/11/1998 | 01/01/2001 | Aripuanã              |
| MT | 214. | Confresa              | 20/12/1991 | 01/01/1993 | Santa Terezinha       |
| MT | 215. | Conquista d'Oeste     | 28/12/1999 | 01/01/2001 | Pontes e Lacerda      |
| MT | 216. | Cotriguaçu            | 20/12/1991 | 01/01/1993 | Juruena               |
| MT | 217. | Curvelândia           | 28/01/1998 | 01/01/2001 | Cáceres               |
| MT | 218. | Feliz Natal           | 17/11/1995 | 01/01/1997 | Vera                  |
| MT | 219. | Gaúcha do Norte       | 17/11/1995 | 01/01/1997 | Paranatinga           |
| MT | 220. | Glória d'Oeste        | 20/12/1991 | 01/01/1993 | Mirassol d'Oeste      |
| MT | 221. | Jangada               | 11/09/1986 | 01/01/1989 | Acorizal              |
| MT | 222. | Juruena               | 04/07/1988 | 01/01/1989 | Aripuanã              |
| MT | 223. | Lambari d'Oeste       | 20/12/1991 | 01/01/1993 | Rio Branco            |
| MT | 224. | Lucas do Rio Verde    | 04/07/1988 | 01/01/1989 | Diamantino            |
| MT | 225. | Matupá                | 04/07/1988 | 01/01/1989 | Guaratã do Norte      |
| MT | 226. | Nova Bandeirantes     | 20/12/1991 | 01/01/1993 | Alta Floresta         |
| MT | 227. | Nova Guarita          | 19/12/1991 | 01/01/1993 | Colíder               |
| MT | 228. | Nova Lacerda          | 22/12/1995 | 01/01/1997 | Comodoro              |
| MT | 229. | Nova Marilândia       | 19/12/1991 | 01/01/1993 | Arenápolis            |
| MT | 230. | Nova Maringá          | 19/12/1991 | 01/01/1993 | São José do Rio Claro |
| MT | 231. | Nova Monte Verde      | 20/12/1991 | 01/01/1993 | Alta Floresta         |
| MT | 232. | Nova Mutum            | 04/07/1988 | 01/01/1989 | Diamantino            |
| MT | 233. | Nova Nazaré           | 28/12/1999 | 01/01/2001 | Água Boa              |
| MT | 234. | Nova Santa Helena     | 28/01/1998 | 01/01/2001 | Itaúba                |
| MT | 235. | Nova Ubiratã          | 19/12/1995 | 01/01/1997 | Vera                  |
| MT | 236. | Novo Mundo            | 17/11/1995 | 01/01/1997 | Guaratã do Norte      |
| MT | 237. | Novo Santo Antônio    | 29/09/1999 | 01/01/2001 | São Félix do Araguaia |

|    |      |                         |            |            |                       |
|----|------|-------------------------|------------|------------|-----------------------|
| MT | 238. | Planalto da Serra       | 20/12/1991 | 01/01/1993 | Nova Brasilândia      |
| MT | 239. | Pontal do Araguaia      | 20/12/1991 | 01/01/1993 | Torixoréu             |
| MT | 240. | Porto Estrela           | 19/12/1991 | 01/01/1993 | Barra do Bugre        |
| MT | 241. | Querência               | 19/12/1991 | 01/01/1993 | Canarana              |
| MT | 242. | Ribeirão Cascalheira    | 03/05/1988 | 01/01/1989 | Canarana              |
| MT | 243. | Ribeirãozinho           | 20/12/1991 | 01/01/1993 | Ponte Branca          |
| MT | 244. | Rondolândia             | 28/06/1998 | 01/01/2001 | Aripuanã              |
| MT | 245. | Santa Carmem            | 19/12/1991 | 01/01/1993 | Sinop                 |
| MT | 246. | Santa Cruz do Xingu     | 28/12/1999 | 01/01/2001 | São José do Xingu     |
| MT | 247. | Santa Rita do Trivelato | 28/12/1999 | 01/01/2001 | Nova Mutum            |
| MT | 248. | Santo Afonso            | 20/12/1991 | 01/01/1993 | Arenópolis            |
| MT | 249. | Santo Antônio do Leste  | 28/01/1998 | 01/01/2001 | Novo São Joaquim      |
| MT | 250. | São José do Povo        | 04/07/1989 | 01/01/1993 | Rondonópolis          |
| MT | 251. | São José do Xingu       | 20/12/1991 | 01/01/1993 | Luciara               |
| MT | 252. | São Pedro da Cipa       | 20/12/1991 | 01/01/1993 | Jaciara               |
| MT | 253. | Sapezal                 | 19/09/1994 | 01/01/1997 | Campo Novo do Parecis |
| MT | 254. | Serra Nova Dourada      | 29/09/1999 | 01/01/2001 | Alto da Boa Vista     |
| MT | 255. | Tabaporã                | 20/12/1991 | 01/01/1993 | Porto dos Gaúchos     |
| MT | 256. | Tapurah                 | 04/07/1988 | 01/01/1989 | Diamantino            |
| MT | 257. | União do Sul            | 21/12/1995 | 01/01/1997 | Cláudia               |
| MT | 258. | Vale de São Domingos    | 28/12/1999 | 01/01/2001 | Pontes e Lacerda      |
| MA | 259. | Alto Alegre do Maranhão | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Coroatá               |
| MA | 260. | Alto Alegre do Pindaré  | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Santa Luzia           |
| MA | 261. | Amapá do Maranhão       | 10/10/1995 | 01/01/1997 | Carutapera            |
| MA | 262. | Apicum-Açu              | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Bacuri                |
| MA | 263. | Araguanã                | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Zé Doca               |
| MA | 264. | Arame                   | 15/03/1988 | 01/01/1989 | Santa Luzia           |
| MA | 265. | Bacabeira               | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Rosário               |
| MA | 266. | Bacurituba              | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Cajapió               |
| MA | 267. | Bela Vista do Maranhão  | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Vitória do Mearim     |
| MA | 268. | Bernardo do Mearim      | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Igarapé Grande        |
| MA | 269. | Boa Vista do Gurupi     | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Carutapera            |
| MA | 270. | Bom Jesus das Selvas    | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Santa Luzia           |
| MA | 271. | Bom Lugar               | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Bacabal               |
| MA | 272. | Brejo de Areia          | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Altamira do Maranhão  |
| MA | 273. | Buritucupu              | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Santa Luzia           |
| MA | 274. | Buritirana              | 10/11/1994 | 01/01/1997 | João Lisboa           |
| MA | 275. | Cachoeira Grande        | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Morros                |
| MA | 276. | Campestre do Maranhão   | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Porto Franco          |
| MA | 277. | Capinzal do Norte       | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Codó                  |
| MA | 278. | Central do Maranhão     | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Mirinzal              |
| MA | 279. | Centro do Guilherme     | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Godofredo Viana       |
| MA | 280. | Centro Novo do Maranhão | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Carutapera            |
| MA | 281. | Cidelândia              | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Imperatriz            |
| MA | 282. | Conceição do Lago-Açu   | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Vitória do Mearim     |
| MA | 283. | Davinópolis             | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Imperatriz            |
| MA | 284. | Feira Nova do Maranhão  | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Riachão               |
| MA | 285. | Fernando Falcão         | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Barra do Corda        |
| MA | 286. | Formosa da Serra Negra  | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Grajaú                |

|    |      |                              |            |            |                           |
|----|------|------------------------------|------------|------------|---------------------------|
| MA | 287. | Governador Edison Lobão      | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Imperatriz                |
| MA | 288. | Governador Luiz Rocha        | 10/11/1994 | 01/01/1997 | São Domingos do Maranhão  |
| MA | 289. | Governador Newton Bello      | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Zé Doca                   |
| MA | 290. | Governador Nunes Freire      | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Cândido Mendes            |
| MA | 291. | Igarapé do Meio              | 29/09/1995 | 01/01/1997 | Vitória do Mearim         |
| MA | 292. | Itaipava do Grajaú           | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Grajaú                    |
| MA | 293. | Itinga do Maranhão           | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Açailândia                |
| MA | 294. | Jatobá                       | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Colinas                   |
| MA | 295. | Jenipapo dos Vieiras         | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Barra do Corda            |
| MA | 296. | Junco do Maranhão            | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Carutapera                |
| MA | 297. | Lago dos Rodrigues           | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Lago do Junco             |
| MA | 298. | Lagoa Grande do Maranhão     | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Lago da Pedra             |
| MA | 299. | Lajeado Novo                 | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Montes Altos              |
| MA | 300. | Maracaçumé                   | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Godofredo Viana           |
| MA | 301. | Marajá do Sena               | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Paulo Ramos               |
| MA | 302. | Maranhãozinho                | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Cândido Mendes            |
| MA | 303. | Matões do Norte              | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Cantanhede                |
| MA | 304. | Miranda do Norte             | 15/03/1988 | 01/01/1989 | Itapecuru-Mirim           |
| MA | 305. | Nova Colinas                 | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Fortaleza dos Nogueiras   |
| MA | 306. | Nova Olinda do Maranhão      | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Santa Luzia do Paruá      |
| MA | 307. | Olinda Nova do Maranhão      | 06/09/1995 | 01/01/1997 | Viana Matinha             |
| MA | 308. | Pedro do Rosário             | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Pinheiro                  |
| MA | 309. | Peritoró                     | 22/11/1994 | 01/01/1997 | Coroatá                   |
| MA | 310. | Porto Rico do Maranhão       | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Cedral                    |
| MA | 311. | Presidente Médici            | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Santa Luzia do Paruá      |
| MA | 312. | Presidente Sarney            | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Pinheiro                  |
| MA | 313. | Raposa                       | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Paço do Lumiar            |
| MA | 314. | Ribamar Figueue              | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Montes Altos              |
| MA | 315. | Santa Filomena do Maranhão   | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Tuntum                    |
| MA | 316. | Santa Luzia do Paruá         | 30/11/1987 | 10/01/1989 | Turiação                  |
| MA | 317. | São Domingos do Azeitão      | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Benedito Leite            |
| MA | 318. | São Francisco do Brejão      | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Imperatriz                |
| MA | 319. | São João do Carú             | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Bom Jardim                |
| MA | 320. | São João do Paraíso          | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Porto Franco              |
| MA | 321. | São José dos Basílios        | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Presidente Dutra          |
| MA | 322. | São Pedro da Água Branca     | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Imperatriz                |
| MA | 323. | São Pedro dos Crentes        | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Estreito                  |
| MA | 324. | São Raimundo do Doca Bezerra | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Esperantinópolis          |
| MA | 325. | São Roberto                  | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Esperantinópolis          |
| MA | 326. | Satubinha                    | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Pio XII                   |
| MA | 327. | Senador Alexandre Costa      | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Governador Eugênio Barros |
| MA | 328. | Senador la Rocque            | 10/11/1994 | 01/01/1997 | João Lisboa               |
| MA | 329. | Serrano do Maranhão          | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Cururu                    |
| MA | 330. | Trizidela do Vale            | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Pedreiras                 |
| MA | 331. | Tufilândia                   | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Pindaré-Mirim             |
| MA | 332. | Turilândia                   | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Turiação                  |
| MA | 333. | Vila Nova dos Martírios      | 10/11/1994 | 01/01/1997 | Imperatriz                |
| MA | 334. | Zé Doca                      | 15/03/1988 | 01/01/1999 | Monção                    |

Fonte: Informações especiais fornecidas pelo IBGE em junho de 2003.

## ANEXO F

MUNICÍPIOS ORIGEM E OS NOVOS QUE DESTES FORAM DESMEMBRADOS, POR ESTADO

| <b>1. Pará</b>              |                                |
|-----------------------------|--------------------------------|
| <b>Municípios de Origem</b> | <b>Municípios Desmembrados</b> |
| São João do Araguaia        | 1. Bom Jesus do Tocantins      |
|                             | 2. Brejo Grande do Araguaia    |
|                             | 3. São Domingos do Araguaia    |
| Itaituba                    | 1. Jacareacanga                |
|                             | 2. Trairão                     |
|                             | 3. Novo Progresso              |
| Benevides                   | 1. Marituba                    |
|                             | 2. Santa Bárbara do Pará       |
| Iritua                      | 1. Aurora do Pará              |
|                             | 2. Mãe do Rio                  |
| Marabá                      | 1. Curionópolis                |
|                             | 2. Parauapebas                 |
| Ourém                       | 1. Garrafão do Norte           |
|                             | 2. Santa Luzia do Pará         |
| Parauapebas                 | 1. Água Azul do Norte          |
|                             | 2. Canaã dos Carajás           |
| Paragominas                 | 1. Dom Eliseu                  |
|                             | 2. Ulionópolis                 |
| Prainha                     | 1. Medicilândia                |
|                             | 2. Uruará                      |
| Primavera                   | 1. Quatipuru                   |
|                             | 2. São João de Pirabas         |
| Santarém                    | 1. Belterra                    |
|                             | 2. Placas                      |
| São Feliz do Xingu          | 1. Ourilândia do Norte         |
|                             | 2. Tucumã                      |
| Tucuruí                     | 1. Breu Branco                 |
|                             | 2. Novo Repartimento           |
| Viseu                       | 1. Cachoeira do Piriá          |
|                             | 2. Nova Esperança do Piriá     |
| Xinguara                    | 1. Sapucaia                    |
|                             | 2. São Geraldo do Araguaia     |

|                          |                              |
|--------------------------|------------------------------|
| Alenquer                 | 1. Curuá                     |
|                          |                              |
| Acará                    | 1. Tailândia                 |
|                          |                              |
| Altamira                 | 1. Vitória do Xingu          |
|                          |                              |
| Aveiro                   | 1. Rurópolis                 |
|                          |                              |
| Brejo Grande do Araguaia | 1. Palestina do Pará         |
|                          |                              |
| Bom Jesus do Tocantins   | 1. Abel Figueiredo           |
|                          |                              |
| Bragança                 | 1. Tracuateua                |
|                          |                              |
| Bujaru                   | 1. Concórdia do Pará         |
|                          |                              |
| Conceição do Araguaia    | 1. Floresta do Araguaia      |
|                          |                              |
| Curionópolis             | 1. Eldorado do Carajás       |
|                          |                              |
| Curuçá                   | 1. Terra Alta                |
|                          |                              |
| Faro                     | 1. Terra Santa               |
|                          |                              |
| Itaituba                 | 1. Novo Progresso            |
|                          |                              |
| Itupiranga               | 1. Nova Ipixuna              |
|                          |                              |
| Medicilândia             | 1. Brasil Novo               |
|                          |                              |
| Pacajá                   | 1. Anapu                     |
|                          |                              |
| Portel                   | 1. Pacajá                    |
|                          |                              |
| Ourilândia               | 1. Bannach                   |
|                          |                              |
| Ourilândia do Norte      | 1. Cumaru do Norte           |
|                          |                              |
| Redenção                 | 1. Pau D'Arco                |
|                          |                              |
| Rondon do Pará           | 1. Goianésia do Pará         |
|                          |                              |
| Santana do Araguaia      | 1. Santa Maria das Barreiras |
|                          |                              |
| São Caetano de Odívalas  | 1. São João da Ponta         |
|                          |                              |
| São Geraldo do Araguaia  | 1. Piçarra                   |
|                          |                              |
| São Domingos do Capim    | 1. Ipixuna do Pará           |
|                          |                              |
|                          |                              |

| <b>2. MARANHÃO</b>          |  |
|-----------------------------|--|
| <b>Municípios de Origem</b> | <b>Municípios Desmembrados</b>   |
| Imperatriz                  | 1. Cidelândia<br>2. Davinópolis<br>3. Governador Edison Lobão<br>4. São Francisco do Brejão<br>5. São Pedro da Água Branca<br>6. Vila Nova dos Martírios |
| Santa Luzia                 | 1. Alto Alegre do Pindaré<br>2. Arame<br>3. Bom Jesus das Selvas<br>4. Buritucupu  |
| Carutapera                  | 1. Amapá do Maranhão<br>2. Boa Vista do Gurupi<br>3. Centro Novo do Maranhão<br>4. Junco do Maranhão   |
| Vitória do Mearim           | 1. Bela Vista do Maranhão<br>2. Conceição do Lago-Açu<br>3. Igarapé do Meio  |
| Porto Franco                | 1. São João do Paraíso<br>2. Campestre do Maranhão   |
| Santa Luzia do Paruá        | 1. Nova Olinda do Maranhão<br>2. Presidente Médici   |
| Turiçu                      | 1. Santa Luzia do Paruá<br>2. Turilândia   |
| Coroatá                     | 1. Alto Alegre do Maranhão<br>2. Peritoró  |
| Grajaú                      | 1. Formosa da Serra Negra<br>2. Itaipava do Grajaú   |
| Godofredo Viana             | 1. Centro do Guilherme<br>2. Maracaçúme  |
| Barra do Corda              | 1. Fernando Falcão<br>2. Jenipapo dos Vieiras  |
| Montes Altos                | 1. Lajeado Novo<br>2. Ribamar Figueu   |
| Esperantinópolis            | 1. São Raimundo do Doca Bezerra<br>2. São Roberto  |
|                             |  |
|                             |  |

|                           |  |
|---------------------------|--|
| Cândido Mendes            | 1. Governador Nunes Freire<br>2. Maranhãozinho |
| Zé Doca                   | 1. Araguañã<br>2. Governador Newton Bello      |
| João Lisboa               | 1. Buritirana<br>2. Senador La Rocque          |
| Pinheiro                  | 1. Pedro do Rosário<br>2. Presidente Sarney    |
| Açailândia                | 1. Itinga do Maranhão                          |
| Altamira do Maranhão      | 1. Brejo de Areia                              |
| Bacabal                   | 1. Bom Lugar                                   |
| Bacuri                    | 1. Apicum-Açu                                  |
| Benedito Leite            | 1. São Domingos do Azeitão                     |
| Bom Jardim                | 1. São João do Carú                            |
| Cajapió                   | 1. Bacurituba                                  |
| Cantanhede                | 1. Matões do Norte                             |
| Cedral                    | 1. Porto Rico do Maranhão                      |
| Codó                      | 1. Capinzal do Norte                           |
| Colinas                   | 1. Jatobá                                      |
| Cururupu                  | 1. Serrano do Maranhão                         |
| Estreito                  | 1. São Pedro dos Crentes                       |
| Fortaleza dos Nogueiras   | 1. Nova Colinas                                |
| Governador Eugênio Barros | 1. Senador Alexandre Costa                     |
| Igarapé Grande            | 1. Bernardo do Mearim                          |
| Itapecuru-Mirim           | 1. Miranda do Norte                            |
| Lago da Pedra             | 1. Lago Grande do Maranhão                     |
| Lago do Junco             | 1. Lago dos Rodrigues                          |
| Mirinzal                  | 1. Central do Maranhão                         |

|                           |                               |
|---------------------------|-------------------------------|
| Monção                    | 1. Zé Doca                    |
|                           |                               |
| Morros                    | 1. Cachoeira Grande           |
|                           |                               |
| Paço do Lumiar            | 1. Raposa                     |
|                           |                               |
| Paulo Ramos               | 1. Marajá do Sena             |
|                           |                               |
| Pedreiras                 | 1. Trizidela do Vale          |
|                           |                               |
| Pindaré-Mirim             | 1. Tufilândia                 |
|                           |                               |
| Pio XII                   | 1. Satubinha                  |
|                           |                               |
| Presidente Dutra          | 1. São José dos Basílios      |
|                           |                               |
| Riachão                   | 1. Feira Nova do Maranhão     |
|                           |                               |
| Rosário                   | 1. Bacabeira                  |
|                           |                               |
| São Domingos do Maranhão  | 1. Governador Luiz Rocha      |
|                           |                               |
| São Luís                  | 1. São José do Ribamar        |
|                           |                               |
| Tutum                     | 1. Santa Filomena do Maranhão |
|                           |                               |
| Viana Matinha             | 1. Olinda Nova do Maranhão    |
|                           |                               |
| <b>3. RORAIMA</b>         |                               |
| <b>Municípios Antigos</b> | <b>Municípios Novos</b>       |
| Boa Vista                 | 1. Amajari                    |
|                           | 2. Pacaraima                  |
|                           | 3. Uiramutã                   |
|                           |                               |
| São João da Baliza        | 1. Caroebe                    |
|                           | 2. Rorainópolis               |
|                           |                               |
| Bonfim                    | 1. Cantá                      |
|                           |                               |
| Caracará                  | 1. Irecema                    |
|                           |                               |
| <b>4. RONDÔNIA</b>        |                               |
| <b>Municípios Antigos</b> | <b>Municípios Novos</b>       |
| Ariquemes                 | 1. Alto Paraíso               |
|                           | 2. Cacaulândia                |
|                           | 3. Monte Negro                |
|                           | 4. Rio Crespo                 |
|                           | 5. Machadinho d'Oeste         |
|                           |                               |
| Costa Marques             | 1. São Francisco do Guaporé   |
|                           | 2. São Miguel do Guaporé      |

|                           |                             |
|---------------------------|-----------------------------|
| Colorado d'Oeste          | 1. Corumbiara               |
|                           | 2. Cabixi                   |
| Ouro Preto do Oeste       | 1. Nova União               |
|                           | 2. Teixerópolis             |
|                           | 3. Vale do Paraíso          |
| Pimenta Bueno             | 1. Parecis                  |
|                           | 2. Primavera de Rondônia    |
|                           | 3. São Felipe d'Oeste       |
| Porto Velho               | 1. Campo Novo de Rondônia   |
|                           | 2. Candeias do Jamari       |
|                           | 3. Itapuã d'Oeste           |
| Rolim de Moura            | 1. Castanheiras             |
|                           | 2. Novo Horizonte do Oeste  |
| Ouro Preto                | 1. Mirante da Serra         |
|                           | 2. Urupá                    |
| Alto Floresta             | 1. Alto Alegre do Parecis   |
| Cacoal                    | 1. Ministro Andreazza       |
| Campo Novo de Rondônia    | 1. Buritis                  |
| Cerejeiras                | 1. Pimenteiras do Oeste     |
| Guajará-Mirim             | 1. Nova Mamoré              |
| Jaru                      | 1. Theobroma                |
| Machadinho do Oeste       | 1. Vale do Anari            |
| Presidente Médici         | 1. Nova Brasilândia d'Oeste |
| Rio Crespo                | 1. Cujubim                  |
| São Miguel do Guaporé     | 1. Seringueiras             |
| Vilhena                   | 1. Chupinguaia              |
| <b>5. AMAPÁ</b>           |                             |
| <b>Municípios Antigos</b> | <b>Municípios Novos</b>     |
| Macapá                    | 1. Cutias                   |
|                           | 2. Ferreira Gomes           |
|                           | 3. Itaubal                  |
|                           | 4. Pedra Branca do Amapari  |
|                           | 5. Porto Grande             |
|                           | 6. Santana                  |

|                           |                         |
|---------------------------|-------------------------|
|                           | 7. Serra do Navio       |
|                           | 8. Tartarugalzinho      |
| Mazagão                   | 1. Laranjal do Jarí     |
| Laranjal do Jarí          | 1. Vitória do Jarí      |
| Tartarugalzinho           | 1. Pracuúba             |
| <b>6. ACRE</b>            |                         |
| <b>Municípios Antigos</b> | <b>Municípios Novos</b> |
| Rio Branco                | 1. Bujari               |
|                           | 2. Capixaba             |
|                           | 3. Porto Acre           |
| Cruzeiro do Sul           | 1. Marechal Thaumaturgo |
|                           | 2. Porto Walter         |
|                           | 3. Rodrigues Alves      |
| Brasiléia                 | 1. Epitaciolândia       |
| Manoel Urbano             | 1. Santa Rosa do Purus  |
| Plácido de Castro         | 1. Acrelândia           |
| Tarauacá                  | 1. Jordão               |
| <b>7. AMAZONAS</b>        |                         |
| <b>Municípios Antigos</b> | <b>Municípios Novos</b> |
| Careiro                   | 1. Careiro da Várzea    |
| Ipixuna                   | 2. Guajará              |
| Novo Aripuanã             | 3. Apuí                 |
| <b>8. TOCANTINS</b>       |                         |
| <b>Municípios Antigos</b> | <b>Municípios Novos</b> |
| Tocantinópolis            | 1. Aguiarnópolis        |
|                           | 2. Cachoeirinha         |
|                           | 3. Darcinópolis         |
|                           | 4. Luzinópolis          |
|                           | 5. Maurilândia do TO    |
|                           | 6. Palmeiras do TO      |
| Araguaína                 | 1. Aragominas           |
|                           | 2. Araganã              |
|                           | 3. Carmolândia          |
|                           | 4. Muricilândia         |
|                           | 5. Santa Fé do Araguaia |

|                |                              |
|----------------|------------------------------|
| Araguacema     | 1. Abreulândia               |
|                | 2. Caseara                   |
|                | 3. Goianorte                 |
|                | 4. Colméia                   |
|                |                              |
| Itacajá        | 1. Centenário                |
|                | 2. Itapiratins               |
|                | 3. Recursolândia             |
|                |                              |
| Miracema do TO | 1. Barrolândia               |
|                | 2. Divinópolis do To         |
|                | 3. Rio dos Bois              |
|                |                              |
| Natividade     | 1. Chapada da Natividade     |
|                | 2. Santa Rosa do TO          |
|                | 3. São Valério da Natividade |
|                |                              |
| Arapoema       | 1. Bandeirantes do TO        |
|                | 2. Pau d'arco                |
|                |                              |
| Arraias        | 1. Combinado                 |
|                | 2. Novo Alegre               |
|                |                              |
| Colméia        | 1. Bernardo Sayão            |
|                | 2. Pequizeiro                |
|                |                              |
| Cristalândia   | 1. Lagoa da Confusão         |
|                | 2. Nova Rosalândia           |
|                |                              |
| Goiatins       | 1. Barra do Ouro             |
|                | 2. Campos Lindos             |
|                |                              |
| Guaraí         | 1. Fortaleza do Tabação      |
|                | 2. Tupirama                  |
|                |                              |
| Gurupi         | 1. Aliança do TO             |
|                | 2. Cariri do Tocantins       |
|                |                              |
| Itaguatins     | 1. Praia Norte               |
|                | 2. São Miguel do TO          |
|                |                              |
| Nazaré         | 1. Santa Terezinha do TO     |
|                | 2. Angico                    |
|                |                              |
| Novo Acordo    | 1. São Félix do TO           |
|                | 2. Santa Tereza do TO        |
|                |                              |
| Pedro Afonso   | 1. Bom Jesus do TO           |
|                | 2. Santa Maria do TO         |
|                |                              |
|                |                              |

|                     |                           |
|---------------------|---------------------------|
| Peixe               | 1. Jaú do TO              |
|                     | 2. Sucupira               |
| Porto Nacional      | 1. Ipueiras               |
|                     | 2. Palmas                 |
| Presidente Kennedy  | 1. Brasilândia do TO      |
|                     | 2. Tupiratins             |
| São Sebastião do TO | 1. Buriti do TO           |
|                     | 2. Esperantina            |
| Tocantínia          | 1. Aparecida do Rio Negro |
|                     | 2. Lajeado                |
| Aliança do TO       | 1. Crixás do TO           |
| Almas               | 1. Porto Alegre do TO     |
| Alvorada            | 1. Talismã                |
| Ananás              | 1. Riachinho              |
| Araguaçu            | 1. Sandolândia            |
| Araguatins          | 1. São Bento do TO        |
| Augustinópolis      | 1. Sampaio                |
| Aurora do TO        | 1. Lavanderia             |
| Brejinho de Nazaré  | 1. Santa Rita do TO       |
| Conceição do TO     | 1. Taípas do TO           |
| Couto Magalhães     | 1. Juarina                |
| Dianópolis          | 1. Rio da Conceição       |
| Divinópolis         | 1. Monte Santo do TO      |
| Fátima              | 1. Oliveira de Fátima     |
| Filadélfia          | 1. Palmeirante            |
| Palmeirópolis       | 1. São Salvador do TO     |
| Paraíso do TO       | 1. Pugmil                 |
| Pium                | 1. Chapada da Areia       |

|                           |                          |
|---------------------------|--------------------------|
| Ponte Alta do Bom Jesus   | 1. Novo Jardim           |
|                           |                          |
| Ponte Alta do TO          | 1. Mateiros              |
| Sampaio                   | 1. Carrasco Bonito       |
|                           |                          |
| Santa Tereza do TO        | 1. Lagoa do TO           |
|                           |                          |
| Xambioá                   | 1. Piraquê               |
|                           |                          |
| Miracema do TO            | -----                    |
|                           |                          |
| <b>9. MATO GROSSO</b>     |                          |
| <b>Municípios Antigos</b> | <b>Municípios Novos</b>  |
| Diamantino                | 1. Brasnorte             |
|                           | 2. Campo Novo do Parecis |
|                           | 3. Lucas do Rio Verde    |
|                           | 4. Nova Mutum            |
|                           | 5. Tapurah               |
|                           |                          |
| Alta Floresta             | 1. Apiacás               |
|                           | 2. Carlinda              |
|                           | 3. Nova Monte Verde      |
|                           | 4. Nova Bandeirantes     |
|                           |                          |
| Aripuanã                  | 1. Colniza               |
|                           | 2. Juruena               |
|                           | 3. Rondolândia           |
|                           |                          |
| Sinop                     | 1. Cláudia               |
|                           | 2. Santa Carmem          |
|                           |                          |
| Alto Boa Vista            | 1. Bom Jesus do Araguaia |
|                           | 2. Serra Nova Dourada    |
|                           |                          |
| Arenópolis                | 1. Nova Marilândia       |
|                           | 2. Santo Afonso          |
| Canarana                  | 1. Riberão Cascalheira   |
|                           | 2. Querência             |
|                           |                          |
| Comodoro                  | 1. Campos de Júlio       |
|                           | 2. Nova Lacerda          |
|                           |                          |
| Guarantã do Norte         | 1. Matupá                |
|                           | 2. Novo Mundo            |
|                           |                          |
| Pontes e Lacerda          | 1. Conquista d'Oeste     |
|                           | 2. Vale de São Domingos  |
|                           |                          |
| São Félix do Araguaia     | 1. Alto Boa Vista        |
|                           | 2. Novo Santo Antônio    |
|                           |                          |

|                       |                                   |
|-----------------------|-----------------------------------|
| Vera                  | 1. Feliz Natal<br>2. Nova Ubiratã |
|                       |                                   |
| Acorizal              | 1. Jangada                        |
|                       |                                   |
| Água Boa              | 1. Nova Nazaré                    |
|                       |                                   |
| Barra do Bugre        | 1. Porto Estrela                  |
|                       |                                   |
| Cáceres               | 1. Curvelândia                    |
|                       |                                   |
| Campo Novo do Parecis | 1. Sapezal                        |
|                       |                                   |
| Cláudia               | 1. União do Sul                   |
|                       |                                   |
| Colíder               | 1. Nova Guarita                   |
|                       |                                   |
| Cuiabá                | 1. Campo Verde                    |
|                       |                                   |
| Itaúba                | 1. Nova Santa Helena              |
|                       |                                   |
| Jaciara               | 1. São Pedro da Cipa              |
|                       |                                   |
| Juína                 | 1. Castanheira                    |
|                       |                                   |
| Juruena               | 1. Cotriguaçu                     |
|                       |                                   |
| Luaciára              | 1. São José do Xingu              |
|                       |                                   |
| Mirassol d'Oeste      | 1. Glória d'Oeste                 |
|                       |                                   |
| Nova Brasilândia      | 1. Planalto da Serra              |
|                       |                                   |
| Nova Mutum            | 1. Santa Rita do Trivelato        |
|                       |                                   |
| Novo São Joaquim      | 1. Santo Antonio do Leste         |
|                       |                                   |
| Paranatinga           | 1. Gaúcha do Norte                |
|                       |                                   |
| Ponte Branca          | 1. Ribeirãozinho                  |
|                       |                                   |
| Porto Alegre          | 1. Canabrava do Norte             |
|                       |                                   |
| Porto dos Gaúchos     | 1. Tabaporã                       |
|                       |                                   |
| Rio Branco            | 1. Lambari d'Oeste                |
|                       |                                   |
| Rondonópolis          | 1. São José do Povo               |
|                       |                                   |
| Santa Terezinha       | 1. Confresa                       |
|                       |                                   |

|                       |                        |
|-----------------------|------------------------|
| São José do Rio Claro | 1. Nova Maringá        |
|                       |                        |
| São José do Xingu     | 1. Santa Cruz do Xingu |
| Torixoréu             | 1. Pontal do Araguaia  |

Fonte: Informações especiais fornecidas pelo IBGE em junho de 2003

**ANEXO G**

**PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE POR CLASSE DE RENDIMENTO MÉDIO MENSAL, CENSO 1980 E 2000**

| Municípios Antigos 1980 |                           |   | Municípios Novos 2000 |       |                                  |   |
|-------------------------|---------------------------|---|-----------------------|-------|----------------------------------|---|
|                         | Nomes                     | Indicador                                 |                       | Nomes | Indicador                        |   |
|                         |                           | Renda                                     | 1980                  |       | Renda                            |   |
|                         |                           |   |                       |       | 2000                             |   |
| 1.                      | São João do Araguaia – PA | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |                       | 1.    | São João do Araguaia - PA        | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |
|                         |                           | Total                                     | 24.143                |       | Total                            | 8.884                                     |
|                         |                           | Até 1 salário mínimo                      | 3.019                 |       | Até 1 salário mínimo             | 1.725                                     |
|                         |                           | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 3.323                 |       | Mais de 1 a 2 salários mínimos   | 810                                       |
|                         |                           | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 1.428                 |       | Mais de 2 a 3 salários mínimos   | 233                                       |
|                         |                           | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 810                   |       | Mais de 3 a 5 salários mínimos   | 123                                       |
|                         |                           | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 344                   |       | Mais de 5 a 10 salários mínimos  | 86  |
|                         |                           | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 129                   |       | Mais de 10 a 20 salários mínimos | 51  |
|                         |                           | Mais de 20 salários mínimos               | 33                    |       | Mais de 20 salários mínimos      | 8   |
|                         |                           | Sem rendimento                            | 14.933                |       | Sem rendimento                   | 5.847                                     |
|                         |                           | <b>Sem declaração</b>                     | 124                   | 2.    | Bom Jesus do Tocantins – PA      | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |
|                         |                           |   |                       |       | Total                            | 9.743                                     |
|                         |                           |   |                       |       | Até 1 salário mínimo             | 2.601                                     |
|                         |                           |   |                       |       | Mais de 1 a 2 salários mínimos   | 1.395                                     |
|                         |                           |   |                       |       | Mais de 2 a 3 salários mínimos   | 264                                       |
|                         |                           |   |                       |       | Mais de 3 a 5 salários mínimos   | 271                                       |
|                         |                           |   |                       |       | Mais de 5 a 10 salários mínimos  | 143                                       |
|                         |                           |   |                       |       | Mais de 10 a 20 salários mínimos | 71  |
|                         |                           |   |                       |       | Mais de 20 salários mínimos      | 38  |
|                         |                           |   |                       |       | Sem rendimento                   | 4.961                                     |
|                         |                           |   |                       | 3.    | Brejo Grande do Araguaia – PA    | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |
|                         |                           |   |                       |       | Total                            | 5.473                                     |
|                         |                           |   |                       |       | Até 1 salário mínimo             | 1.380                                     |
|                         |                           |   |                       |       | Mais de 1 a 2 salários mínimos   | 612                                       |
|                         |                           |   |                       |       | Mais de 2 a 3 salários mínimos   | 196                                       |
|                         |                           |   |                       |       | Mais de 3 a 5 salários mínimos   | 217                                       |
|                         |                           |   |                       |       | Mais de 5 a 10 salários mínimos  | 109                                       |
|                         |                           |   |                       |       | Mais de 10 a 20 salários mínimos | 65  |
|                         |                           |   |                       |       | Mais de 20 salários mínimos      | 14  |
|                         |                           |   |                       |       | Sem rendimento                   | 2.880                                     |
|                         |                           |   |                       | 4.    | São Domingos do Araguaia - PA    | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |
|                         |                           |   |                       |       | Total                            | 14.642                                    |
|                         |                           |   |                       |       | Até 1 salário mínimo             | 3.458                                     |
|                         |                           |   |                       |       | Mais de 1 a 2 salários mínimos   | 1.849                                     |
|                         |                           |   |                       |       | Mais de 2 a 3 salários mínimos   | 492                                       |
|                         |                           |   |                       |       | Mais de 3 a 5 salários mínimos   | 532                                       |
|                         |                           |   |                       |       | Mais de 5 a 10 salários mínimos  | 380                                       |
|                         |                           |   |                       |       | Mais de 10 a 20 salários mínimos | 171                                       |
|                         |                           |   |                       |       | Mais de 20 salários mínimos      | 30  |
|                         |                           |   |                       |       | Sem rendimento                   | 7.729                                     |
| 2.                      | Itaituba – PA             | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |                       | 5.    | Itaituba – PA                    | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |
|                         |                           | Total                                     | 25.004                |       | Total                            | 69.870                                    |
|                         |                           | Até 1 salário mínimo                      | 1.594                 |       | Até 1 salário mínimo             | 14.441                                    |

|    |                 |   |         |    |                     |   |         |
|----|-----------------|---|---------|----|---------------------|---|---------|
|    |                 | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 2.616   |    |                     | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 10.156  |
|    |                 | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 1.825   |    |                     | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 3.175   |
|    |                 | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 2.563   |    |                     | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 3.592   |
|    |                 | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 2.030   |    |                     | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 2.562   |
|    |                 | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 882     |    |                     | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 905     |
|    |                 | Mais de 20 salários mínimos               | 340     |    |                     | Mais de 20 salários mínimos               | 309     |
|    |                 | Sem rendimento                            | 13.107  |    |                     | Sem rendimento                            | 34.730  |
|    |                 | <b>Sem declaração</b>                     | 47      | 6. | Jacareacanga – PA   | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |         |
|    |                 |   |         |    |                     | Total                                     | 16.513  |
|    |                 |   |         |    |                     | Até 1 salário mínimo                      | 1.429   |
|    |                 |   |         |    |                     | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 1.855   |
|    |                 |   |         |    |                     | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 1.350   |
|    |                 |   |         |    |                     | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 1.092   |
|    |                 |   |         |    |                     | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 490     |
|    |                 |   |         |    |                     | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 206     |
|    |                 |   |         |    |                     | Mais de 20 salários mínimos               | 81      |
|    |                 |   |         |    |                     | Sem rendimento                            | 10.009  |
|    |                 |   |         | 7. | Trairão – PA        | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |         |
|    |                 |   |         |    |                     | Total                                     | 9.655   |
|    |                 |   |         |    |                     | Até 1 salário mínimo                      | 1.714   |
|    |                 |   |         |    |                     | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 1.600   |
|    |                 |   |         |    |                     | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 511     |
|    |                 |   |         |    |                     | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 384     |
|    |                 |   |         |    |                     | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 150     |
|    |                 |   |         |    |                     | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 58      |
|    |                 |   |         |    |                     | Mais de 20 salários mínimos               | 46      |
|    |                 |   |         |    |                     | Sem rendimento                            | 5.192   |
|    |                 |   |         | 8. | Novo Progresso – PA | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |         |
|    |                 |   |         |    |                     | Total                                     | 20.595  |
|    |                 |   |         |    |                     | Até 1 salário mínimo                      | 1.528   |
|    |                 |   |         |    |                     | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 3.045   |
|    |                 |   |         |    |                     | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 2.563   |
|    |                 |   |         |    |                     | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 1.895   |
|    |                 |   |         |    |                     | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 1.415   |
|    |                 |   |         |    |                     | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 234     |
|    |                 |   |         |    |                     | Mais de 20 salários mínimos               | 137     |
|    |                 |   |         |    |                     | Sem rendimento                            | 9.778   |
| 3. | Imperatriz – MA | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |         | 9. | Imperatriz – MA     | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |         |
|    |                 | Total                                     | 144.896 |    |                     | Total                                     | 180.568 |
|    |                 | Até 1 salário mínimo                      | 23.706  |    |                     | Até 1 salário mínimo                      | 42.094  |
|    |                 | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 21.978  |    |                     | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 26.855  |
|    |                 | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 8.119   |    |                     | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 8.932   |
|    |                 | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 5.353   |    |                     | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 8.705   |
|    |                 | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 2.748   |    |                     | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 6.742   |
|    |                 | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 1.372   |    |                     | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 3.181   |

|  |                             |        |     |                              |   |        |
|--|-----------------------------|--------|-----|------------------------------|---|--------|
|  | Mais de 20 salários mínimos | 561    |     |                              | Mais de 20 salários mínimos               | 1.463  |
|  | Sem rendimento              | 81.059 |     |                              | Sem rendimento                            | 82.596 |
|  | <b>Sem declaração</b>       | 573    |     |                              |   |        |
|  |                             |        | 10. | Cidelândia – MA              | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |        |
|  |                             |        |     |                              | Total                                     | 8.903  |
|  |                             |        |     |                              | Até 1 salário mínimo                      | 2.520  |
|  |                             |        |     |                              | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 1.012  |
|  |                             |        |     |                              | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 289    |
|  |                             |        |     |                              | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 173    |
|  |                             |        |     |                              | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 98     |
|  |                             |        |     |                              | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 44     |
|  |                             |        |     |                              | Mais de 20 salários mínimos               | 15     |
|  |                             |        |     |                              | Sem rendimento                            | 4.752  |
|  |                             |        | 11. | Davinópolis – MA             | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |        |
|  |                             |        |     |                              | Total                                     | 9.150  |
|  |                             |        |     |                              | Até 1 salário mínimo                      | 3.131  |
|  |                             |        |     |                              | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 928    |
|  |                             |        |     |                              | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 217    |
|  |                             |        |     |                              | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 199    |
|  |                             |        |     |                              | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 47     |
|  |                             |        |     |                              | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 13     |
|  |                             |        |     |                              | Mais de 20 salários mínimos               | 5      |
|  |                             |        |     |                              | Sem rendimento                            | 4.609  |
|  |                             |        | 12. | Governador Edison Lobão - MA | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |        |
|  |                             |        |     |                              | Total                                     | 8.196  |
|  |                             |        |     |                              | Até 1 salário mínimo                      | 2.089  |
|  |                             |        |     |                              | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 890    |
|  |                             |        |     |                              | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 206    |
|  |                             |        |     |                              | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 136    |
|  |                             |        |     |                              | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 120    |
|  |                             |        |     |                              | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 18     |
|  |                             |        |     |                              | Mais de 20 salários mínimos               | 11     |
|  |                             |        |     |                              | Sem rendimento                            | 4.726  |
|  |                             |        | 13. | São Francisco do Brejão – MA | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |        |
|  |                             |        |     |                              | Total                                     | 5.365  |
|  |                             |        |     |                              | Até 1 salário mínimo                      | 1.469  |
|  |                             |        |     |                              | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 534    |
|  |                             |        |     |                              | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 184    |
|  |                             |        |     |                              | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 121    |
|  |                             |        |     |                              | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 73     |
|  |                             |        |     |                              | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 16     |
|  |                             |        |     |                              | Mais de 20 salários mínimos               | 10     |
|  |                             |        |     |                              | Sem rendimento                            | 2.957  |

|    |                |   |        |     |                               |   |         |
|----|----------------|---|--------|-----|-------------------------------|---|---------|
|    |                |   |        | 14. | São Pedro da Água Branca – MA | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |         |
|    |                |   |        |     |                               | Total                                     | 8.063   |
|    |                |   |        |     |                               | Até 1 salário mínimo                      | 2.303   |
|    |                |   |        |     |                               | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 1.063   |
|    |                |   |        |     |                               | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 206     |
|    |                |   |        |     |                               | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 160     |
|    |                |   |        |     |                               | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 72      |
|    |                |   |        |     |                               | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 37      |
|    |                |   |        |     |                               | Mais de 20 salários mínimos               | 20      |
|    |                |   |        |     |                               | Sem rendimento                            | 4.203   |
|    |                |   |        |     |                               |   |         |
|    |                |   |        | 15. | Vila Nova dos Martírios – MA  | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |         |
|    |                |   |        |     |                               | Total                                     | 4.946   |
|    |                |   |        |     |                               | Até 1 salário mínimo                      | 1.405   |
|    |                |   |        |     |                               | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 523     |
|    |                |   |        |     |                               | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 130     |
|    |                |   |        |     |                               | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 71      |
|    |                |   |        |     |                               | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 81      |
|    |                |   |        |     |                               | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 15      |
|    |                |   |        |     |                               | Mais de 20 salários mínimos               | 7       |
|    |                |   |        |     |                               | Sem rendimento                            | 2.715   |
|    |                |   |        |     |                               |   |         |
| 4. | Boa Vista – RR | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |        | 16. | Boa Vista – RR                | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |         |
|    |                | Total                                     | 45.974 |     |                               | Total                                     | 150.215 |
|    |                | Até 1 salário mínimo                      | 5.401  |     |                               | Até 1 salário mínimo                      | 18.330  |
|    |                | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 7.609  |     |                               | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 24.329  |
|    |                | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 3.734  |     |                               | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 12.636  |
|    |                | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 3.075  |     |                               | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 12.421  |
|    |                | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 1.774  |     |                               | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 15.101  |
|    |                | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 846    |     |                               | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 5.111   |
|    |                | Mais de 20 salários mínimos               | 289    |     |                               | Mais de 20 salários mínimos               | 2.183   |
|    |                | Sem rendimento                            | 23.116 |     |                               | Sem rendimento                            | 60.105  |
|    |                |   |        |     |                               |   |         |
|    |                |   |        | 17. | Amajari – RR                  | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |         |
|    |                |   |        |     |                               | Total                                     | 3.596   |
|    |                |   |        |     |                               | Até 1 salário mínimo                      | 668     |
|    |                |   |        |     |                               | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 356     |
|    |                |   |        |     |                               | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 112     |
|    |                |   |        |     |                               | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 104     |
|    |                |   |        |     |                               | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 110     |
|    |                |   |        |     |                               | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 20      |
|    |                |   |        |     |                               | Mais de 20 salários mínimos               | 2       |
|    |                |   |        |     |                               | Sem rendimento                            | 2.224   |
|    |                |   |        |     |                               |   |         |
|    |                |   |        | 18. | Pacaraima – RR                | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |         |
|    |                |   |        |     |                               | Total                                     | 4.715   |
|    |                |   |        |     |                               | Até 1 salário mínimo                      | 828     |

|    |                 |   |        |                 |   |         |
|----|-----------------|---|--------|-----------------|---|---------|
|    |                 |   |        |                 | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 566     |
|    |                 |   |        |                 | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 203     |
|    |                 |   |        |                 | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 214     |
|    |                 |   |        |                 | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 306     |
|    |                 |   |        |                 | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 65      |
|    |                 |   |        |                 | Mais de 20 salários mínimos               | 34      |
|    |                 |   |        |                 | Sem rendimento                            | 2.497   |
|    |                 |   | 19.    | Uiramutã – RR   | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |         |
|    |                 |   |        |                 | Total                                     | 3.652   |
|    |                 |   |        |                 | Até 1 salário mínimo                      | 369     |
|    |                 |   |        |                 | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 206     |
|    |                 |   |        |                 | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 55      |
|    |                 |   |        |                 | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 47      |
|    |                 |   |        |                 | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 58      |
|    |                 |   |        |                 | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 9       |
|    |                 |   |        |                 | Mais de 20 salários mínimos               | 4       |
|    |                 |   |        |                 | Sem rendimento                            | 2.905   |
| 5. | Rio Branco – AC | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> | 20.    | Rio Branco – AC | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |         |
|    |                 | Total                                     | 81.341 |                 | Total                                     | 193.088 |
|    |                 | Até 1 salário mínimo                      | 13.011 |                 | Até 1 salário mínimo                      | 33.518  |
|    |                 | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 13.071 |                 | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 30.239  |
|    |                 | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 6.264  |                 | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 12.268  |
|    |                 | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 4.543  |                 | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 13.656  |
|    |                 | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 2.506  |                 | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 12.410  |
|    |                 | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 977    |                 | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 5.599   |
|    |                 | Mais de 20 salários mínimos               | 365    |                 | Mais de 20 salários mínimos               | 2.310   |
|    |                 | Sem rendimento                            | 40.295 |                 | Sem rendimento                            | 83.087  |
|    |                 |   | 21.    | Bujari – AC     | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |         |
|    |                 |   |        |                 | Total                                     | 4.204   |
|    |                 |   |        |                 | Até 1 salário mínimo                      | 826     |
|    |                 |   |        |                 | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 592     |
|    |                 |   |        |                 | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 154     |
|    |                 |   |        |                 | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 110     |
|    |                 |   |        |                 | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 83      |
|    |                 |   |        |                 | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 45      |
|    |                 |   |        |                 | Mais de 20 salários mínimos               | 23      |
|    |                 |   |        |                 | Sem rendimento                            | 2.371   |
|    |                 |   | 22.    | Capixaba – AC   | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |         |
|    |                 |   |        |                 | Total                                     | 3.643   |
|    |                 |   |        |                 | Até 1 salário mínimo                      | 615     |
|    |                 |   |        |                 | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 745     |
|    |                 |   |        |                 | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 151     |
|    |                 |   |        |                 | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 146     |
|    |                 |   |        |                 | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 61      |

|    |                      |   |        |                      |   |   |
|----|----------------------|---|--------|----------------------|---|---|
|    |                      |   |        |                      | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 30  |
|    |                      |   |        |                      | Mais de 20 salários mínimos               | 12  |
|    |                      |   |        |                      | Sem rendimento                            | 1.883                                     |
|    |                      |   | 23.    | Porto Acre – AC      | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |   |
|    |                      |   |        |                      | Total                                     | 8.257                                     |
|    |                      |   |        |                      | Até 1 salário mínimo                      | 1.321                                     |
|    |                      |   |        |                      | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 1.158                                     |
|    |                      |   |        |                      | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 479                                       |
|    |                      |   |        |                      | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 350                                       |
|    |                      |   |        |                      | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 208                                       |
|    |                      |   |        |                      | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 51  |
|    |                      |   |        |                      | Mais de 20 salários mínimos               | 28  |
|    |                      |   |        |                      | Sem rendimento                            | 4.662                                     |
| 6. | Cruzeiro do Sul – AC | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> | 24.    | Cruzeiro do Sul – AC | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |   |
|    |                      | Total                                     | 31.639 |                      | Total                                     | 48.675                                    |
|    |                      | Até 1 salário mínimo                      | 6.858  |                      | Até 1 salário mínimo                      | 10.800                                    |
|    |                      | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 3.930  |                      | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 6.496                                     |
|    |                      | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 1.023  |                      | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 2.398                                     |
|    |                      | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 533    |                      | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 2.016                                     |
|    |                      | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 283    |                      | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 1.723                                     |
|    |                      | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 121    |                      | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 438                                       |
|    |                      | Mais de 20 salários mínimos               | 42     |                      | Mais de 20 salários mínimos               | 227                                       |
|    |                      | Sem rendimento                            | 18.802 |                      | Sem rendimento                            | 24.577                                    |
|    |                      |   |        | 25.                  | Marechal Thaumaturgo – AC                 | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |
|    |                      |   |        |                      | Total                                     | 5.245                                     |
|    |                      |   |        |                      | Até 1 salário mínimo                      | 540                                       |
|    |                      |   |        |                      | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 557                                       |
|    |                      |   |        |                      | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 84  |
|    |                      |   |        |                      | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 43  |
|    |                      |   |        |                      | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 34  |
|    |                      |   |        |                      | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 22  |
|    |                      |   |        |                      | Mais de 20 salários mínimos               | 6   |
|    |                      |   |        |                      | Sem rendimento                            | 3.959                                     |
|    |                      |   |        | 26.                  | Porto Walter – AC                         | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |
|    |                      |   |        |                      | Total                                     | 3.552                                     |
|    |                      |   |        |                      | Até 1 salário mínimo                      | 410                                       |
|    |                      |   |        |                      | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 648                                       |
|    |                      |   |        |                      | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 193                                       |
|    |                      |   |        |                      | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 71  |
|    |                      |   |        |                      | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 64  |
|    |                      |   |        |                      | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 5   |
|    |                      |   |        |                      | Mais de 20 salários mínimos               | -   |
|    |                      |   |        |                      | Sem rendimento                            | 2.161                                     |
|    |                      |   |        | 27.                  | Rodrigues Alves – AC                      | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |
|    |                      |   |        |                      | Total                                     | 5.413                                     |
|    |                      |   |        |                      | Até 1 salário mínimo                      | 796                                       |
|    |                      |   |        |                      | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 642                                       |
|    |                      |   |        |                      | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 211                                       |
|    |                      |   |        |                      | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 163                                       |

|    |                    |   |        |                    |   |   |
|----|--------------------|---|--------|--------------------|---|---|
|    |                    |   |        |                    | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 25  |
|    |                    |   |        |                    | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 19  |
|    |                    |   |        |                    | Mais de 20 salários mínimos               | -   |
|    |                    |   |        |                    | Sem rendimento                            | 3.558                                     |
| 7. | Careiro – AM       | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> | 28.    | Careiro – AM       | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |   |
|    |                    | Total                                     | 22.627 |                    | Total                                     | 20.192                                    |
|    |                    | Até 1 salário mínimo                      | 3.075  |                    | Até 1 salário mínimo                      | 3.254                                     |
|    |                    | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 3.673  |                    | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 1.891                                     |
|    |                    | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 974    |                    | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 439                                       |
|    |                    | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 578    |                    | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 548                                       |
|    |                    | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 159    |                    | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 187                                       |
|    |                    | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 57     |                    | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 144                                       |
|    |                    | Mais de 20 salários mínimos               | 4      |                    | Mais de 20 salários mínimos               | 32  |
|    |                    | Sem rendimento                            | 14.010 |                    | Sem rendimento                            | 13.698                                    |
|    |                    |   |        | 29.                | Careiro da Várzea – AM                    | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |
|    |                    |   |        |                    | Total                                     | 12.847                                    |
|    |                    |   |        |                    | Até 1 salário mínimo                      | 3.111                                     |
|    |                    |   |        |                    | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 1.485                                     |
|    |                    |   |        |                    | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 316                                       |
|    |                    |   |        |                    | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 269                                       |
|    |                    |   |        |                    | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 161                                       |
|    |                    |   |        |                    | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 66  |
|    |                    |   |        |                    | Mais de 20 salários mínimos               | 24  |
|    |                    |   |        |                    | Sem rendimento                            | 7.415                                     |
| 8. | Ipixuna – AM       | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> | 30.    | Ipixuna – AM       | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |   |
|    |                    | Total                                     | 11.869 |                    | Total                                     | 9.320                                     |
|    |                    | Até 1 salário mínimo                      | 2.242  |                    | Até 1 salário mínimo                      | 1.817                                     |
|    |                    | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 1.769  |                    | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 643                                       |
|    |                    | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 274    |                    | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 149                                       |
|    |                    | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 63     |                    | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 122                                       |
|    |                    | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 15     |                    | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 48  |
|    |                    | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 6      |                    | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 18  |
|    |                    | Mais de 20 salários mínimos               | -      |                    | Mais de 20 salários mínimos               | 8   |
|    |                    | Sem rendimento                            | 7.493  |                    | Sem rendimento                            | 6.515                                     |
|    |                    |   |        | 31.                | Guajará - AM                              | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |
|    |                    |   |        |                    | Total                                     | 8.443                                     |
|    |                    |   |        |                    | Até 1 salário mínimo                      | 1.277                                     |
|    |                    |   |        |                    | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 588                                       |
|    |                    |   |        |                    | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 104                                       |
|    |                    |   |        |                    | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 82  |
|    |                    |   |        |                    | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 41  |
|    |                    |   |        |                    | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 13  |
|    |                    |   |        |                    | Mais de 20 salários mínimos               | -   |
|    |                    |   |        |                    | Sem rendimento                            | 6.338                                     |
| 9. | Novo Aripuanã – AM | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> | 32.    | Novo Aripuanã - AM | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |   |

|     |                     |   |        |     |                     |   |        |
|-----|---------------------|---|--------|-----|---------------------|---|--------|
|     |                     | Total                                     | 6.655  |     |                     | Total                                     | 11.666 |
|     |                     | Até 1 salário mínimo                      | 666    |     |                     | Até 1 salário mínimo                      | 2.200  |
|     |                     | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 811    |     |                     | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 875    |
|     |                     | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 575    |     |                     | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 311    |
|     |                     | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 193    |     |                     | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 206    |
|     |                     | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 41     |     |                     | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 169    |
|     |                     | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 7      |     |                     | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 68     |
|     |                     | Mais de 20 salários mínimos               | 15     |     |                     | Mais de 20 salários mínimos               | 41     |
|     |                     | Sem rendimento                            | 4.146  |     |                     | Sem rendimento                            | 7.795  |
|     |                     |   |        | 33. | Apuí – AM           | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |        |
|     |                     |   |        |     |                     | Total                                     | 9.770  |
|     |                     |   |        |     |                     | Até 1 salário mínimo                      | 1.504  |
|     |                     |   |        |     |                     | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 1.037  |
|     |                     |   |        |     |                     | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 374    |
|     |                     |   |        |     |                     | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 400    |
|     |                     |   |        |     |                     | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 204    |
|     |                     |   |        |     |                     | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 87     |
|     |                     |   |        |     |                     | Mais de 20 salários mínimos               | 73     |
|     |                     |   |        |     |                     | Sem rendimento                            | 6.091  |
| 10. | Tocantinópolis – TO | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |        | 34. | Tocantinópolis – TO | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |        |
|     |                     | Total                                     | 19.185 |     |                     | Total                                     | 17.337 |
|     |                     | Até 1 salário mínimo                      | 4.344  |     |                     | Até 1 salário mínimo                      | 4.960  |
|     |                     | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 2.272  |     |                     | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 1.769  |
|     |                     | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 661    |     |                     | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 744    |
|     |                     | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 354    |     |                     | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 548    |
|     |                     | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 153    |     |                     | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 514    |
|     |                     | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 101    |     |                     | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 130    |
|     |                     | Mais de 20 salários mínimos               | 13     |     |                     | Mais de 20 salários mínimos               | 87     |
|     |                     | Sem rendimento                            | 11.287 |     |                     | Sem rendimento                            | 8.585  |
|     |                     | Sem declaração                            | 27     |     |                     |   |        |
|     |                     |   |        | 35. | Aguiarnópolis – TO  | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |        |
|     |                     |   |        |     |                     | Total                                     | 2.374  |
|     |                     |   |        |     |                     | Até 1 salário mínimo                      | 432    |
|     |                     |   |        |     |                     | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 287    |
|     |                     |   |        |     |                     | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 69     |
|     |                     |   |        |     |                     | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 69     |
|     |                     |   |        |     |                     | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 28     |
|     |                     |   |        |     |                     | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 11     |
|     |                     |   |        |     |                     | Mais de 20 salários mínimos               | 10     |
|     |                     |   |        |     |                     | Sem rendimento                            | 1.468  |
|     |                     |   |        | 36. | Cachoeirinha –TO    | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |        |
|     |                     |   |        |     |                     | Total                                     | 1.475  |
|     |                     |   |        |     |                     | Até 1 salário mínimo                      | 385    |
|     |                     |   |        |     |                     | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 92     |
|     |                     |   |        |     |                     | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 25     |
|     |                     |   |        |     |                     | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 33     |
|     |                     |   |        |     |                     | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 24     |
|     |                     |   |        |     |                     | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | -      |

|     |                 |   |     |                   |   |        |
|-----|-----------------|---|-----|-------------------|---|--------|
|     |                 |   |     |                   | Mais de 20 salários mínimos               | -      |
|     |                 |   |     |                   | Sem rendimento                            | 916    |
|     |                 |   | 37. | Darcinópolis – TO | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |        |
|     |                 |   |     |                   | Total                                     | 3.213  |
|     |                 |   |     |                   | Até 1 salário mínimo                      | 1.162  |
|     |                 |   |     |                   | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 324    |
|     |                 |   |     |                   | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 100    |
|     |                 |   |     |                   | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 42     |
|     |                 |   |     |                   | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 39     |
|     |                 |   |     |                   | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | -      |
|     |                 |   |     |                   | Mais de 20 salários mínimos               | 9      |
|     |                 |   |     |                   | Sem rendimento                            | 1.538  |
|     |                 |   | 38. | Luzinópolis – TO  | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |        |
|     |                 |   |     |                   | Total                                     | 1.515  |
|     |                 |   |     |                   | Até 1 salário mínimo                      | 479    |
|     |                 |   |     |                   | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 166    |
|     |                 |   |     |                   | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 28     |
|     |                 |   |     |                   | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 27     |
|     |                 |   |     |                   | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 9      |
|     |                 |   |     |                   | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 18     |
|     |                 |   |     |                   | Mais de 20 salários mínimos               | -      |
|     |                 |   |     |                   | Sem rendimento                            | 788    |
|     |                 |   | 39. | Maurilândia do TO | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |        |
|     |                 |   |     |                   | Total                                     | 2.142  |
|     |                 |   |     |                   | Até 1 salário mínimo                      | 635    |
|     |                 |   |     |                   | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 208    |
|     |                 |   |     |                   | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 47     |
|     |                 |   |     |                   | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 26     |
|     |                 |   |     |                   | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 13     |
|     |                 |   |     |                   | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 5      |
|     |                 |   |     |                   | Mais de 20 salários mínimos               | -      |
|     |                 |   |     |                   | Sem rendimento                            | 1.209  |
|     |                 |   | 40. | Palmeiras do TO   | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |        |
|     |                 |   |     |                   | Total                                     | 3.413  |
|     |                 |   |     |                   | Até 1 salário mínimo                      | 694    |
|     |                 |   |     |                   | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 249    |
|     |                 |   |     |                   | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 122    |
|     |                 |   |     |                   | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 28     |
|     |                 |   |     |                   | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 46     |
|     |                 |   |     |                   | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 25     |
|     |                 |   |     |                   | Mais de 20 salários mínimos               | -      |
|     |                 |   |     |                   | Sem rendimento                            | 2.249  |
| 11. | Diamantino – MT | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> | 41. | Diamantino – MT   | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |        |
|     |                 | Total                                     |     |                   | Total                                     | 14.617 |
|     |                 | Até 1 salário mínimo                      |     |                   | Até 1 salário mínimo                      | 2.124  |
|     |                 | Mais de 1 a 2 salários mínimos            |     |                   | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 2.227  |
|     |                 | Mais de 2 a 3 salários mínimos            |     |                   | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 1.066  |
|     |                 | Mais de 3 a 5 salários mínimos            |     |                   | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 1.097  |
|     |                 | Mais de 5 a 10 salários mínimos           |     |                   | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 777    |

|  |                                  |       |                            |   |        |
|--|----------------------------------|-------|----------------------------|---|--------|
|  | Mais de 10 a 20 salários mínimos | 95    |                            | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 325    |
|  | Mais de 20 salários mínimos      | 34    |                            | Mais de 20 salários mínimos               | 200    |
|  | Sem rendimento                   | 4.958 |                            | Sem rendimento                            | 6.802  |
|  | Sem declaração                   | 49    |                            |   |        |
|  |                                  | 42.   | Brasnorte – MT             | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |        |
|  |                                  |       |                            | Total                                     | 7.439  |
|  |                                  |       |                            | Até 1 salário mínimo                      | 821    |
|  |                                  |       |                            | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 1.143  |
|  |                                  |       |                            | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 862    |
|  |                                  |       |                            | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 721    |
|  |                                  |       |                            | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 366    |
|  |                                  |       |                            | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 137    |
|  |                                  |       |                            | Mais de 20 salários mínimos               | 86     |
|  |                                  |       |                            | Sem rendimento                            | 3.304  |
|  |                                  | 43.   | Campo Novo do Parecis – MT | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |        |
|  |                                  |       |                            | Total                                     | 13.714 |
|  |                                  |       |                            | Até 1 salário mínimo                      | 1.221  |
|  |                                  |       |                            | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 2.229  |
|  |                                  |       |                            | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 2.037  |
|  |                                  |       |                            | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 1.648  |
|  |                                  |       |                            | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 1.085  |
|  |                                  |       |                            | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 483    |
|  |                                  |       |                            | Mais de 20 salários mínimos               | 314    |
|  |                                  |       |                            | Sem rendimento                            | 4.697  |
|  |                                  | 44.   | Lucas do Rio Verde – MT    | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |        |
|  |                                  |       |                            | Total                                     | 15.075 |
|  |                                  |       |                            | Até 1 salário mínimo                      | 1.362  |
|  |                                  |       |                            | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 2.381  |
|  |                                  |       |                            | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 1.898  |
|  |                                  |       |                            | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 1.965  |
|  |                                  |       |                            | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 1.324  |
|  |                                  |       |                            | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 573    |
|  |                                  |       |                            | Mais de 20 salários mínimos               | 262    |
|  |                                  |       |                            | Sem rendimento                            | 5.311  |
|  |                                  | 45.   | Nova Mutum – MT            | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |        |
|  |                                  |       |                            | Total                                     | 11.359 |
|  |                                  |       |                            | Até 1 salário mínimo                      | 1.053  |
|  |                                  |       |                            | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 1.614  |
|  |                                  |       |                            | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 1.370  |
|  |                                  |       |                            | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 1.305  |
|  |                                  |       |                            | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 886    |
|  |                                  |       |                            | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 363    |
|  |                                  |       |                            | Mais de 20 salários mínimos               | 203    |
|  |                                  |       |                            | Sem rendimento                            | 4.566  |
|  |                                  | 46.   | Tapurah – MT               | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |        |
|  |                                  |       |                            | Total                                     | 8.856  |
|  |                                  |       |                            | Até 1 salário mínimo                      | 1.039  |
|  |                                  |       |                            | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 1.013  |
|  |                                  |       |                            | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 636    |
|  |                                  |       |                            | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 914    |

|     |                |   |        |                |   |   |
|-----|----------------|---|--------|----------------|---|---|
|     |                |   |        |                | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 579                                       |
|     |                |   |        |                | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 141                                       |
|     |                |   |        |                | Mais de 20 salários mínimos               | 117                                       |
|     |                |   |        |                | Sem rendimento                            | 4.418                                     |
| 12. | Ariquemes – RO | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> | 47.    | Ariquemes – RO | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |   |
|     |                | Total                                     | 35.877 |                | Total                                     | 57.254                                    |
|     |                | Até 1 salário mínimo                      | 3.004  |                | Até 1 salário mínimo                      | 9.244                                     |
|     |                | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 5.550  |                | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 9.336                                     |
|     |                | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 2.826  |                | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 4.337                                     |
|     |                | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 1.620  |                | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 4.594                                     |
|     |                | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 851    |                | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 3.611                                     |
|     |                | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 323    |                | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 1.483                                     |
|     |                | Mais de 20 salários mínimos               | 173    |                | Mais de 20 salários mínimos               | 683                                       |
|     |                | Sem rendimento                            | 21.181 |                | Sem rendimento                            | 23.965                                    |
|     |                |   |        | 48.            | Alto Paraíso – RO                         | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |
|     |                |   |        |                | Total                                     | 10.000                                    |
|     |                |   |        |                | Até 1 salário mínimo                      | 2.263                                     |
|     |                |   |        |                | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 1.665                                     |
|     |                |   |        |                | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 632                                       |
|     |                |   |        |                | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 629                                       |
|     |                |   |        |                | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 410                                       |
|     |                |   |        |                | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 208                                       |
|     |                |   |        |                | Mais de 20 salários mínimos               | 111                                       |
|     |                |   |        |                | Sem rendimento                            | 4.082                                     |
|     |                |   |        | 49.            | Cacaulândia – RO                          | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |
|     |                |   |        |                | Total                                     | 4.111                                     |
|     |                |   |        |                | Até 1 salário mínimo                      | 640                                       |
|     |                |   |        |                | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 591                                       |
|     |                |   |        |                | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 185                                       |
|     |                |   |        |                | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 283                                       |
|     |                |   |        |                | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 195                                       |
|     |                |   |        |                | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 86  |
|     |                |   |        |                | Mais de 20 salários mínimos               | 46  |
|     |                |   |        |                | Sem rendimento                            | 2.085                                     |
|     |                |   |        | 50.            | Monte Negro – RO                          | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |
|     |                |   |        |                | Total                                     | 9.516                                     |
|     |                |   |        |                | Até 1 salário mínimo                      | 1.431                                     |
|     |                |   |        |                | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 1.681                                     |
|     |                |   |        |                | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 695                                       |
|     |                |   |        |                | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 587                                       |
|     |                |   |        |                | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 306                                       |
|     |                |   |        |                | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 97  |
|     |                |   |        |                | Mais de 20 salários mínimos               | 63  |
|     |                |   |        |                | Sem rendimento                            | 4.657                                     |
|     |                |   |        | 51.            | Rio Crespo – RO                           | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |
|     |                |   |        |                | Total                                     | 2.294                                     |
|     |                |   |        |                | Até 1 salário mínimo                      | 388                                       |
|     |                |   |        |                | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 323                                       |
|     |                |   |        |                | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 140                                       |
|     |                |   |        |                | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 147                                       |

|     |             |   |         |                         |   |   |
|-----|-------------|---|---------|-------------------------|---|---|
|     |             |   |         |                         | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 97  |
|     |             |   |         |                         | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 61  |
|     |             |   |         |                         | Mais de 20 salários mínimos               | 21  |
|     |             |   |         |                         | Sem rendimento                            | 1.117                                     |
|     |             |   | 52.     | Machadinho d'Oeste – RO | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |   |
|     |             |   |         |                         | Total                                     | 17.338                                    |
|     |             |   |         |                         | Até 1 salário mínimo                      | 2.207                                     |
|     |             |   |         |                         | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 2.136                                     |
|     |             |   |         |                         | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 918                                       |
|     |             |   |         |                         | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 854                                       |
|     |             |   |         |                         | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 633                                       |
|     |             |   |         |                         | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 378                                       |
|     |             |   |         |                         | Mais de 20 salários mínimos               | 99  |
| 13. | Macapá – AP | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> | 53.     | Macapá - AP             | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |   |
|     |             | Total                                     | 102.495 |                         | Total                                     | 210.983                                   |
|     |             | Até 1 salário mínimo                      | 15.701  |                         | Até 1 salário mínimo                      | 30.709                                    |
|     |             | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 14.755  |                         | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 26.655                                    |
|     |             | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 6.498   |                         | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 11.839                                    |
|     |             | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 4.470   |                         | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 14.722                                    |
|     |             | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 2.800   |                         | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 15.664                                    |
|     |             | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 760     |                         | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 7.098                                     |
|     |             | Mais de 20 salários mínimos               | 333     |                         | Mais de 20 salários mínimos               | 2.880                                     |
|     |             | Sem rendimento                            | 57.019  |                         | Sem rendimento                            | 101.415                                   |
|     |             |   |         | 54.                     | Cutias – AP                               | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |
|     |             |   |         |                         | Total                                     | 2.208                                     |
|     |             |   |         |                         | Até 1 salário mínimo                      | 304                                       |
|     |             |   |         |                         | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 269                                       |
|     |             |   |         |                         | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 55  |
|     |             |   |         |                         | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 82  |
|     |             |   |         |                         | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 79  |
|     |             |   |         |                         | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 18  |
|     |             |   |         |                         | Mais de 20 salários mínimos               | -   |
|     |             |   |         |                         | Sem rendimento                            | 1.402                                     |
|     |             |   |         | 55.                     | Ferreira Gomes - AP                       | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |
|     |             |   |         |                         | Total                                     | 2.503                                     |
|     |             |   |         |                         | Até 1 salário mínimo                      | 369                                       |
|     |             |   |         |                         | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 296                                       |
|     |             |   |         |                         | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 86  |
|     |             |   |         |                         | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 102                                       |
|     |             |   |         |                         | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 128                                       |
|     |             |   |         |                         | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 13  |
|     |             |   |         |                         | Mais de 20 salários mínimos               | -   |
|     |             |   |         |                         | Sem rendimento                            | 1.508                                     |
|     |             |   |         | 56.                     | Itaubal - AP                              | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |
|     |             |   |         |                         | Total                                     | 1.958                                     |
|     |             |   |         |                         | Até 1 salário mínimo                      | 321                                       |
|     |             |   |         |                         | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 253                                       |

|  |  |  |     |                         |   |        |
|--|--|--|-----|-------------------------|---|--------|
|  |  |  |     |                         | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 92     |
|  |  |  |     |                         | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 47     |
|  |  |  |     |                         | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 30     |
|  |  |  |     |                         | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 13     |
|  |  |  |     |                         | Mais de 20 salários mínimos               | 8      |
|  |  |  |     |                         | Sem rendimento                            | 1.194  |
|  |  |  | 57. | Pedra branca do amapari | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |        |
|  |  |  |     |                         | Total                                     | 2.752  |
|  |  |  |     |                         | Até 1 salário mínimo                      | 379    |
|  |  |  |     |                         | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 292    |
|  |  |  |     |                         | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 63     |
|  |  |  |     |                         | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 88     |
|  |  |  |     |                         | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 85     |
|  |  |  |     |                         | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 24     |
|  |  |  |     |                         | Mais de 20 salários mínimos               | 8      |
|  |  |  |     |                         | Sem rendimento                            | 1.812  |
|  |  |  | 58. | Porto Grande – AP       | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |        |
|  |  |  |     |                         | Total                                     | 7.908  |
|  |  |  |     |                         | Até 1 salário mínimo                      | 921    |
|  |  |  |     |                         | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 905    |
|  |  |  |     |                         | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 498    |
|  |  |  |     |                         | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 448    |
|  |  |  |     |                         | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 285    |
|  |  |  |     |                         | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 144    |
|  |  |  |     |                         | Mais de 20 salários mínimos               | 60     |
|  |  |  |     |                         | Sem rendimento                            | 4.647  |
|  |  |  | 59. | Santana – AP            | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |        |
|  |  |  |     |                         | Total                                     | 58.216 |
|  |  |  |     |                         | Até 1 salário mínimo                      | 10.147 |
|  |  |  |     |                         | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 6.504  |
|  |  |  |     |                         | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 2.999  |
|  |  |  |     |                         | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 2.908  |
|  |  |  |     |                         | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 2.631  |
|  |  |  |     |                         | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 953    |
|  |  |  |     |                         | Mais de 20 salários mínimos               | 335    |
|  |  |  |     |                         | Sem rendimento                            | 31.740 |
|  |  |  | 60. | Serra do Navio - AP     | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |        |
|  |  |  |     |                         | Total                                     | 2.327  |
|  |  |  |     |                         | Até 1 salário mínimo                      | 247    |
|  |  |  |     |                         | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 281    |
|  |  |  |     |                         | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 130    |
|  |  |  |     |                         | Mais de 3 a 5 salários mínimos            | 137    |
|  |  |  |     |                         | Mais de 5 a 10 salários mínimos           | 98     |
|  |  |  |     |                         | Mais de 10 a 20 salários mínimos          | 43     |
|  |  |  |     |                         | Mais de 20 salários mínimos               | 4      |
|  |  |  |     |                         | Sem rendimento                            | 1.388  |
|  |  |  | 61. | Tartarugalzinho - AP    | <b>Classes de rendimento medio mensal</b> |        |
|  |  |  |     |                         | Total                                     | 4.671  |
|  |  |  |     |                         | Até 1 salário mínimo                      | 626    |
|  |  |  |     |                         | Mais de 1 a 2 salários mínimos            | 535    |
|  |  |  |     |                         | Mais de 2 a 3 salários mínimos            | 234    |

|  |  |  |  |  |                                  |       |
|--|--|--|--|--|----------------------------------|-------|
|  |  |  |  |  | Mais de 3 a 5 salários mínimos   | 172   |
|  |  |  |  |  | Mais de 5 a 10 salários mínimos  | 101   |
|  |  |  |  |  | Mais de 10 a 20 salários mínimos | 50    |
|  |  |  |  |  | Mais de 20 salários mínimos      | 13    |
|  |  |  |  |  | Sem rendimento                   | 2.941 |

Fonte: Censo Demográfico 1980 e 2000

## ANEXO H

TOTAL DAS TRÊS CLASSES DE RENDIMENTO SELECIONADAS, TOTAL DE TODAS AS CLASSES DE RENDIMENTO E A PORCENTAGEM DAS TRÊS CLASSES EM RELAÇÃO A ESSE TOTAL

| Municípios 1980         |                                   |         |    | Municípios 2000              |                                   |         |    |
|-------------------------|-----------------------------------|---------|----|------------------------------|-----------------------------------|---------|----|
| Pará                    | Sem Rend. + Menos de 1 até 3 sal. | Total   | %  |                              | Sem Rend. + Menos de 1 até 3 sal. | Total   | %  |
| 1. São João do Araguaia | 22.703                            | 24.143  | 94 | 1. São João do Araguaia      | 8.615                             | 8.884   | 97 |
|                         |                                   |         |    | 2. Bom Jesus do Tocantins    | 9.221                             | 9.743   | 94 |
|                         |                                   |         |    | 3. Brejo Grande do Araguaia  | 5.068                             | 5.473   | 92 |
|                         |                                   |         |    | 4. São Domingos do Araguaia  | 13.528                            | 14.642  | 92 |
| 2. Itaituba             | 2.901                             | 25.004  | 11 | 5. Itaituba                  | 62.502                            | 69.870  | 89 |
|                         |                                   |         |    | 6. Jacareacanga              | 14.643                            | 16.513  | 88 |
|                         |                                   |         |    | 7. Trairão                   | 9.017                             | 9.655   | 93 |
| MARANHÃO                |                                   |         |    | 8. Novo Progresso            | 16.914                            | 20.595  | 82 |
| 3. Imperatriz           | 134.862                           | 144.896 | 93 | 9. Imperatriz                | 160.477                           | 180.568 | 88 |
|                         |                                   |         |    | 10. Cidelândia               | 8.573                             | 8.903   | 96 |
|                         |                                   |         |    | 11. Davinópolis              | 8.885                             | 9.150   | 97 |
|                         |                                   |         |    | 12. Governador Edison Lobão  | 7.911                             | 8.196   | 96 |
|                         |                                   |         |    | 13. São Francisco do Brejão  | 5.144                             | 5.365   | 96 |
|                         |                                   |         |    | 14. São Pedro da Água Branca | 7.775                             | 8.063   | 96 |
| RORAIMA                 |                                   |         |    | 15. Vila Nova dos Martírios  | 4.773                             | 4.946   | 96 |
| 4. Boa Vista            | 39.860                            | 45.974  | 86 | 16. Boa Vista                | 115.400                           | 150.215 | 76 |
|                         |                                   |         |    | 17. Amajari                  | 3.360                             | 3.596   | 93 |
|                         |                                   |         |    | 18. Pacaraima                | 4.094                             | 4.715   | 86 |
| ACRE                    |                                   |         |    | 19. Uiramutã                 | 3.535                             | 3.652   | 96 |
| 5. Rio Branco           | 72.641                            | 81.341  | 89 | 20. Rio Branco               | 159.112                           | 139.088 | 14 |
|                         |                                   |         |    | 21. Bujari                   | 3.943                             | 4.204   | 93 |
|                         |                                   |         |    | 22. Capixaba                 | 3.394                             | 3.643   | 93 |
|                         |                                   |         |    | 23. Porto Acre               | 7.620                             | 8.257   | 92 |
| 6. Cruzeiro do Sul      | 30.613                            | 31.639  | 96 | 24. Cruzeiro do Sul          | 58.048                            | 48.675  | 19 |
|                         |                                   |         |    | 25. Marechal Thaumaturgo     | 5.140                             | 5.245   | 98 |
|                         |                                   |         |    | 26. Porto Walter             | 3.412                             | 3.552   | 96 |
| AMAZONAS                |                                   |         |    | 27. Rodrigues Alves          | 5.207                             | 5.413   | 96 |
| 7. Careiro              | 21.732                            | 22.627  | 96 | 28. Careiro                  | 19.282                            | 20.192  | 95 |
|                         |                                   |         |    | 29. Careiro da Várzea        | 12.327                            | 12.847  | 95 |
| 8. Ipixuna              | 11.778                            | 11.869  | 99 | 30. Ipixuna                  | 9.124                             | 9.320   | 97 |
|                         |                                   |         |    | 31. Guajará                  | 8.307                             | 8.443   | 98 |
| 9. Novo Aripuanã        | 6.198                             | 6.655   | 93 | 32. Novo Aripuanã            | 11.181                            | 11.666  | 95 |
| TOCANTINS               |                                   |         |    | 33. Apuí                     | 9.006                             | 9.770   | 92 |
| 10. Tocantinópolis      | 18.564                            | 19.185  | 96 | 34. Tocantinópolis           | 16.058                            | 17.337  | 92 |
|                         |                                   |         |    | 35. Aguiarnópolis            | 2.256                             | 2.374   | 95 |
|                         |                                   |         |    | 36. Cachoeirinha             | 1.418                             | 1.475   | 96 |
|                         |                                   |         |    | 37. Darcinópolis             | 3.124                             | 3.213   | 97 |
|                         |                                   |         |    | 38. Luzinópolis              | 1.461                             | 1.515   | 96 |
|                         |                                   |         |    | 39. Maurilândia do TO        | 2.099                             | 2.142   | 98 |
| MATO GROSSO             |                                   |         |    | 40. Palmeiras do TO          | 3.314                             | 3.413   | 97 |
| 11. Diamantino          | 8.862                             | 9.790   | 90 | 41. Diamantino               | 12.219                            | 14.617  | 83 |
|                         |                                   |         |    | 42. Brasnorte                | 6.130                             | 7.439   | 82 |
|                         |                                   |         |    | 43. Campo Novo do Parecis    | 10.184                            | 13.714  | 74 |
|                         |                                   |         |    | 44. Lucas do Rio Verde       | 10.952                            | 15.075  | 72 |
|                         |                                   |         |    | 45. Nova Mutum               | 8.603                             | 11.359  | 75 |
| RONDÔNIA                |                                   |         |    | 46. Tapurah                  | 7.106                             | 8.856   | 80 |
| 12. Ariquemes           | 32.561                            | 35.877  | 90 | 47. Ariquemes                | 76.882                            | 57.254  | 34 |
|                         |                                   |         |    | 48. Alto Paraíso             | 8.642                             | 10.000  | 86 |
|                         |                                   |         |    | 49. Cacaulândia              | 3.501                             | 4.111   | 85 |
|                         |                                   |         |    | 50. Monte Negro              | 8.464                             | 9.516   | 88 |
|                         |                                   |         |    | 51. Rio Crespo               | 1.968                             | 2.294   | 85 |
| AMAPÁ                   |                                   |         |    | 52. Machadinho d'Oeste       | 15.375                            | 17.338  | 88 |
| 13. Macapá              | 93.973                            | 102.495 | 91 | 53. Macapá                   | 170.618                           | 210.983 | 80 |
|                         |                                   |         |    | 54. Cutias                   | 2.030                             | 2.208   | 91 |
|                         |                                   |         |    | 55. Ferreira Gomes           | 2.259                             | 2.503   | 90 |
|                         |                                   |         |    | 56. Itaubal                  | 1.860                             | 1.958   | 94 |
|                         |                                   |         |    | 57. Pedra Branca do Amapari  | 2.546                             | 2.752   | 92 |
|                         |                                   |         |    | 58. Porto Grande             | 6.971                             | 7.908   | 88 |
|                         |                                   |         |    | 59. Santana                  | 51.390                            | 58.216  | 88 |
|                         |                                   |         |    | 60. Serra do Navio           | 2.046                             | 2.327   | 87 |
|                         |                                   |         |    | 61. Tartarugalzinho          | 4.336                             | 4.671   | 92 |

Fonte: Censo Demográfico 1980 e 2000

## ANEXO I

### PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR CLASSE DE RENDIMENTO MÉDIO MENSAL

| Municípios Antigos 1980 |                |                      |                                | Municípios Antigos 2000      |                |                      |                                |
|-------------------------|----------------|----------------------|--------------------------------|------------------------------|----------------|----------------------|--------------------------------|
|                         | Sem Rendimento | Até 1 salário mínimo | Mais de 1 a 3 salários mínimos |                              | Sem Rendimento | Até 1 salário mínimo | Mais de 1 a 3 salários mínimos |
| Pará                    |                |                      |                                |                              |                |                      |                                |
| 1. São João do Araguaia | 14.933         | 3.019                | 4.751                          | 1. São João do Araguaia      | 5.847          | 1.725                | 1.043                          |
|                         |                |                      |                                | 2. Bom Jesus do Tocantins    | 4.961          | 4.961                | 1.659                          |
|                         |                |                      |                                | 3. Brejo Grande do Araguaia  | 2.880          | 1.380                | 808                            |
|                         |                |                      |                                | 4. São Domingos do Araguaia  | 7.729          | 3.458                | 2.341                          |
|                         |                |                      |                                |                              | <b>21.417</b>  | <b>9.164</b>         | <b>5.851</b>                   |
| 2. Itaituba             | 13.107         | 1.594                | 4.441                          | 5. Itaituba                  | 34.730         | 14.441               | 13.331                         |
|                         |                |                      |                                | 6. Jacareacanga              | 10.009         | 1.429                | 3.205                          |
|                         |                |                      |                                | 7. Trairão                   | 5.192          | 1.714                | 2.111                          |
| MARANHAO                |                |                      |                                | 8. Novo Progresso            | 9.778          | 1.528                | 5.608                          |
|                         |                |                      |                                |                              | <b>59.709</b>  | <b>19.112</b>        | <b>24.255</b>                  |
| 3. Imperatriz           | 81.059         | 23.706               | 30.097                         | 9. Imperatriz                | 82.596         | 42.094               | 35.787                         |
|                         |                |                      |                                | 10. Cidelândia               | 4.752          | 2.520                | 1.301                          |
|                         |                |                      |                                | 11. Davinópolis              | 4.609          | 3.131                | 1.145                          |
|                         |                |                      |                                | 12. Governador Edison Lobão  | 4.726          | 2.089                | 1.096                          |
|                         |                |                      |                                | 13. São Francisco do Brejão  | 2.957          | 1.469                | 718                            |
|                         |                |                      |                                | 14. São Pedro da Água Branca | 4.203          | 2.303                | 1.269                          |
| RORAIMA                 |                |                      |                                | 15. Vila Nova dos Martírios  | 2.715          | 1.405                | 653                            |
|                         |                |                      |                                |                              | <b>106.558</b> | <b>55.010</b>        | <b>41.969</b>                  |
| 4. Boa Vista            | 23.116         | 5.401                | 11.343                         | 16. Boa Vista                | 60.105         | 18.330               | 36.965                         |
|                         |                |                      |                                | 17. Amajari                  | 2.224          | 668                  | 468                            |
|                         |                |                      |                                | 18. Pacaraima                | 2.497          | 828                  | 769                            |
| ACRE                    |                |                      |                                | 19. Uiramutã                 | 2.905          | 369                  | 261                            |
|                         |                |                      |                                |                              | <b>67.731</b>  | <b>20.195</b>        | <b>38.463</b>                  |
| 5. Rio Branco           | 40.295         | 13.011               | 19.335                         | 20. Rio Branco               | 83.087         | 33.518               | 42.507                         |
|                         |                |                      |                                | 21. Bujari                   | 2.371          | 826                  | 746                            |
|                         |                |                      |                                | 22. Capixaba                 | 1.883          | 615                  | 896                            |
|                         |                |                      |                                | 23. Porto Acre               | 4.662          | 1.321                | 1.637                          |
|                         |                |                      |                                |                              | <b>92.003</b>  | <b>36.281</b>        | <b>45.786</b>                  |
| 6. Cruzeiro do Sul      | 18.802         | 6.858                | 4.953                          | 24. Cruzeiro do Sul          | 24.577         | 24.577               | 8.894                          |
|                         |                |                      |                                | 25. Marechal Thaumaturgo     | 3.959          | 540                  | 641                            |
|                         |                |                      |                                | 26. Porto Walter             | 2.161          | 410                  | 841                            |
| AMAZONAS                |                |                      |                                | 27. Rodrigues Alves          | 3.558          | 796                  | 853                            |
|                         |                |                      |                                |                              | <b>34.255</b>  | <b>12.519</b>        | <b>11.229</b>                  |
| 7. Careiro              | 14.010         | 3.075                | 4.647                          | 28. Careiro                  | 13.698         | 3.254                | 2.330                          |
|                         |                |                      |                                | 29. Careiro da Várzea        | 7.415          | 3.111                | 1.801                          |
|                         |                |                      |                                |                              | <b>21.113</b>  | <b>6.365</b>         | <b>4.131</b>                   |
| 8. Ipixuna              | 7.493          | 2.242                | 2.043                          | 30. Ipixuna                  | 6.515          | 1.817                | 792                            |
|                         |                |                      |                                | 31. Guajará                  | 6.338          | 1.277                | 692                            |
|                         |                |                      |                                |                              | <b>12.853</b>  | <b>3.094</b>         | <b>1.484</b>                   |
| 9. Novo Aripuanã        | 4.146          | 666                  | 1.386                          | 32. Novo Aripuanã            | 7.795          | 2.200                | 1.186                          |
|                         |                |                      |                                | 33. Apuí                     | 6.091          | 1.504                | 1.411                          |
| TOCANTINS               |                |                      |                                |                              | <b>13.856</b>  | <b>3.704</b>         | <b>2.597</b>                   |
| 10. Tocantinópolis      | 11.287         | 4.344                | 2.933                          | 34. Tocantinópolis           | 8.585          | 4.960                | 2.513                          |
|                         |                |                      |                                | 35. Aguiarnópolis            | 1.468          | 432                  | 356                            |
|                         |                |                      |                                | 36. Cachoeirinha             | 916            | 385                  | 117                            |
|                         |                |                      |                                | 37. Darcinópolis             | 1.538          | 1.162                | 424                            |
|                         |                |                      |                                | 38. Luzinópolis              | 788            | 479                  | 194                            |
|                         |                |                      |                                | 39. Maurilândia do TO        | 1.209          | 635                  | 255                            |
|                         |                |                      |                                | 40. Palmeiras do TO          | 2.249          | 694                  | 371                            |
| MATO GROSSO             |                |                      |                                |                              | <b>16.753</b>  | <b>8.747</b>         | <b>4.230</b>                   |
| 11. Diamantino          | 4.958          | 1.299                | 2.605                          | 41. Diamantino               | 6.802          | 2.124                | 3.293                          |
|                         |                |                      |                                | 42. Brasnorte                | 3.304          | 821                  | 2.005                          |
|                         |                |                      |                                | 43. Campo Novo do Parecis    | 4.697          | 1.221                | 4.266                          |
|                         |                |                      |                                | 44. Lucas do Rio Verde       | 5.311          | 1.362                | 4.279                          |
|                         |                |                      |                                | 45. Nova Mutum               | 4.566          | 1.053                | 2.984                          |
| RONDÔNIA                |                |                      |                                | 46. Tapurah                  | 4.418          | 1.039                | 1.649                          |
|                         |                |                      |                                |                              | <b>29.098</b>  | <b>7.620</b>         | <b>18.476</b>                  |
| 12. Ariquemes           | 21.181         | 3.004                | 8.376                          | 47. Ariquemes                | 23.965         | 9.244                | 13.673                         |
|                         |                |                      |                                | 48. Alto Paraíso             | 4.082          | 2.263                | 2.297                          |
|                         |                |                      |                                | 49. Cacaúlândia              | 2.085          | 640                  | 776                            |
|                         |                |                      |                                | 50. Monte Negro              | 4.657          | 1.431                | 2.376                          |

|            |        |        |        |                             |                |               |               |
|------------|--------|--------|--------|-----------------------------|----------------|---------------|---------------|
|            |        |        |        | 51. Rio Crespo              | 1.117          | 388           | 463           |
|            |        |        |        | 52. Machadinho d'Oeste      | 10.114         | 2.207         | 3.054         |
| AMAPÁ      |        |        |        |                             | <b>46.020</b>  | <b>16.173</b> | <b>22.639</b> |
| 13. Macapá | 57.019 | 15.701 | 21.253 | 53. Macapá                  | 101.415        | 30.709        | 38.494        |
|            |        |        |        | 54. Cutias                  | 1.402          | 304           | 324           |
|            |        |        |        | 55. Ferreira Gomes          | 1.508          | 369           | 382           |
|            |        |        |        | 56. Itaubal                 | 1.194          | 321           | 345           |
|            |        |        |        | 57. Pedra Branca do Amapari | 1.812          | 379           | 355           |
|            |        |        |        | 58. Porto Grande            | 4.647          | 921           | 1.403         |
|            |        |        |        | 59. Santana                 | 31.740         | 10.147        | 9.503         |
|            |        |        |        | 60. Serra do Navio          | 1.388          | 247           | 411           |
|            |        |        |        | 61. Tartarugalzinho         | 2.941          | 626           | 769           |
|            |        |        |        |                             | <b>148.047</b> | <b>44.023</b> | <b>51.986</b> |

Fonte: Censo Demográfico 1980 e 2000

## ANEXO J

### PESSOAS DE 5 ANOS OU MAIS DE IDADE POR GRUPOS DE ANOS DE ESTUDO, CENSO 1980 E 2000

| Municípios Antigos 1980 |                           |  | Municípios Antigos 2000 |                |                               |  |        |
|-------------------------|---------------------------|--|-------------------------|----------------|-------------------------------|--|--------|
|                         | Nomes                     | Indicador                                |                         | Nomes          | Indicador                     |  |        |
|                         | Anos de Estudo            |  |                         | Anos de Estudo |                               |  |        |
| 1.                      | São João do Araguaia – PA | Total                                    | 29.447                  | 1.             | São João do Araguaia - PA     | Total                                    | 10.565 |
|                         |                           | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 17.567                  |                |                               | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 3.942  |
|                         |                           | 1 a 3 anos                               | 7.638                   |                |                               | 1 a 3 anos                               | 3.325  |
|                         |                           | 4 a 7 anos                               | 3.605                   |                |                               | 4 a 7 anos                               | 2.388  |
|                         |                           | 8 a 10 anos                              | 473                     |                |                               | 8 a 10 anos                              | 457    |
|                         |                           | 11 a 14 anos                             | 105                     |                |                               | 11 a 14 anos                             | 296    |
|                         |                           | 15 anos ou mais                          | 11                      |                |                               | 15 anos ou mais                          | 22     |
|                         |                           | Não determinados                         | 48                      |                |                               | Não determinados                         | 134    |
|                         |                           |  |                         | 2.             | Bom Jesus do Tocantins – PA   | Total                                    | 11.428 |
|                         |                           |  |                         |                |                               | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 4.117  |
|                         |                           |  |                         |                |                               | 1 a 3 anos                               | 3.293  |
|                         |                           |  |                         |                |                               | 4 a 7 anos                               | 2.608  |
|                         |                           |  |                         |                |                               | 8 a 10 anos                              | 772    |
|                         |                           |  |                         |                |                               | 11 a 14 anos                             | 530    |
|                         |                           |  |                         |                |                               | 15 anos ou mais                          | 5      |
|                         |                           |  |                         |                |                               | Não determinados                         | 103    |
|                         |                           |  |                         | 3.             | Brejo Grande do Araguaia – PA | Total                                    | 6.462  |
|                         |                           |  |                         |                |                               | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 1.696  |
|                         |                           |  |                         |                |                               | 1 a 3 anos                               | 1.915  |
|                         |                           |  |                         |                |                               | 4 a 7 anos                               | 1.849  |
|                         |                           |  |                         |                |                               | 8 a 10 anos                              | 558    |
|                         |                           |  |                         |                |                               | 11 a 14 anos                             | 337    |
|                         |                           |  |                         |                |                               | 15 anos ou mais                          | 37     |
|                         |                           |  |                         |                |                               | Não determinados                         | -      |
|                         |                           |  |                         | 4.             | São Domingos do Araguaia - PA | Total                                    | 17.351 |
|                         |                           |  |                         |                |                               | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 5.605  |
|                         |                           |  |                         |                |                               | 1 a 3 anos                               | 5.293  |
|                         |                           |  |                         |                |                               | 4 a 7 anos                               | 4.393  |
|                         |                           |  |                         |                |                               | 8 a 10 anos                              | 1.160  |
|                         |                           |  |                         |                |                               | 11 a 14 anos                             | 764    |
|                         |                           |  |                         |                |                               | 15 anos ou mais                          | 41     |
|                         |                           |  |                         |                |                               | Não determinados                         | 95     |
| 2.                      | Itaituba – PA             | Total                                    | 30.737                  | 5.             | Itaituba – PA                 | Total                                    | 81.927 |
|                         |                           | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 14.335                  |                |                               | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 21.507 |
|                         |                           | 1 a 3 anos                               | 10.095                  |                |                               | 1 a 3 anos                               | 23.767 |
|                         |                           | 4 a 7 anos                               | 4.579                   |                |                               | 4 a 7 anos                               | 22.190 |
|                         |                           | 8 a 10 anos                              | 1.012                   |                |                               | 8 a 10 anos                              | 8.832  |
|                         |                           | 11 a 14 anos                             | 299                     |                |                               | 11 a 14 anos                             | 4.635  |
|                         |                           | 15 anos ou mais                          | 35                      |                |                               | 15 anos ou mais                          | 462    |
|                         |                           | Não determinados                         | 24                      |                |                               | Não determinados                         | 534    |

|    |                 |  |         |     |                     |  |         |
|----|-----------------|--|---------|-----|---------------------|--|---------|
|    |                 |  |         | 6.  | Jacareacanga – PA   | Total                                    | 19.395  |
|    |                 |  |         |     |                     | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 8.876   |
|    |                 |  |         |     |                     | 1 a 3 anos                               | 4.662   |
|    |                 |  |         |     |                     | 4 a 7 anos                               | 4.484   |
|    |                 |  |         |     |                     | 8 a 10 anos                              | 994     |
|    |                 |  |         |     |                     | 11 a 14 anos                             | 279     |
|    |                 |  |         |     |                     | 15 anos ou mais                          | 21      |
|    |                 |  |         |     |                     | Não determinados                         | 79      |
|    |                 |  |         | 7.  | Trairão – PA        | Total                                    | 11.751  |
|    |                 |  |         |     |                     | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 3.694   |
|    |                 |  |         |     |                     | 1 a 3 anos                               | 3.681   |
|    |                 |  |         |     |                     | 4 a 7 anos                               | 3.385   |
|    |                 |  |         |     |                     | 8 a 10 anos                              | 678     |
|    |                 |  |         |     |                     | 11 a 14 anos                             | 278     |
|    |                 |  |         |     |                     | 15 anos ou mais                          | 2       |
|    |                 |  |         |     |                     | Não determinados                         | 35      |
|    |                 |  |         | 8.  | Novo Progresso – PA | Total                                    | 22.807  |
|    |                 |  |         |     |                     | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 5.116   |
|    |                 |  |         |     |                     | 1 a 3 anos                               | 7.073   |
|    |                 |  |         |     |                     | 4 a 7 anos                               | 8.108   |
|    |                 |  |         |     |                     | 8 a 10 anos                              | 1.835   |
|    |                 |  |         |     |                     | 11 a 14 anos                             | 533     |
|    |                 |  |         |     |                     | 15 anos ou mais                          | 26      |
|    |                 |  |         |     |                     | Não determinados                         | 116     |
| 3. | Imperatriz – MA | Total                                    | 178.688 | 9.  | Imperatriz – MA     | Total                                    | 205.037 |
|    |                 | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 96.031  |     |                     | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 36.405  |
|    |                 | 1 a 3 anos                               | 41.949  |     |                     | 1 a 3 anos                               | 44.752  |
|    |                 | 4 a 7 anos                               | 29.266  |     |                     | 4 a 7 anos                               | 63.119  |
|    |                 | 8 a 10 anos                              | 6.983   |     |                     | 8 a 10 anos                              | 29.462  |
|    |                 | 11 a 14 anos                             | 3.659   |     |                     | 11 a 14 anos                             | 26.642  |
|    |                 | 15 anos ou mais                          | 561     |     |                     | 15 anos ou mais                          | 3.098   |
|    |                 | Não determinados                         | 239     |     |                     | Não determinados                         | 1.558   |
|    |                 |  |         | 10. | Cidelândia – MA     | Total                                    | 10.337  |
|    |                 |  |         |     |                     | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 3.102   |
|    |                 |  |         |     |                     | 1 a 3 anos                               | 3.205   |
|    |                 |  |         |     |                     | 4 a 7 anos                               | 2.837   |
|    |                 |  |         |     |                     | 8 a 10 anos                              | 645     |
|    |                 |  |         |     |                     | 11 a 14 anos                             | 309     |
|    |                 |  |         |     |                     | 15 anos ou mais                          | 6       |
|    |                 |  |         |     |                     | Não determinados                         | 232     |

|    |                |       |        |     |                               |  |         |
|----|----------------|-------|--------|-----|-------------------------------|--|---------|
|    |                |       |        | 11. | Davinópolis – MA              | Total                                    | 10.629  |
|    |                |       |        |     |                               | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 3.133   |
|    |                |       |        |     |                               | 1 a 3 anos                               | 3.386   |
|    |                |       |        |     |                               | 4 a 7 anos                               | 2.931   |
|    |                |       |        |     |                               | 8 a 10 anos                              | 775     |
|    |                |       |        |     |                               | 11 a 14 anos                             | 320     |
|    |                |       |        |     |                               | 15 anos ou mais                          | 13      |
|    |                |       |        |     |                               | Não determinados                         | 71      |
|    |                |       |        | 12. | Governador Edison Lobão - MA  | Total                                    | 9.507   |
|    |                |       |        |     |                               | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 2.586   |
|    |                |       |        |     |                               | 1 a 3 anos                               | 2.980   |
|    |                |       |        |     |                               | 4 a 7 anos                               | 2.817   |
|    |                |       |        |     |                               | 8 a 10 anos                              | 665     |
|    |                |       |        |     |                               | 11 a 14 anos                             | 291     |
|    |                |       |        |     |                               | 15 anos ou mais                          | 16      |
|    |                |       |        |     |                               | Não determinados                         | 151     |
|    |                |       |        | 13. | São Francisco do Brejão – MA  | Total                                    | 6.216   |
|    |                |       |        |     |                               | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 1.827   |
|    |                |       |        |     |                               | 1 a 3 anos                               | 2.093   |
|    |                |       |        |     |                               | 4 a 7 anos                               | 1.669   |
|    |                |       |        |     |                               | 8 a 10 anos                              | 373     |
|    |                |       |        |     |                               | 11 a 14 anos                             | 193     |
|    |                |       |        |     |                               | 15 anos ou mais                          | 6       |
|    |                |       |        |     |                               | Não determinados                         | 56      |
|    |                |       |        | 14. | São Pedro da Água Branca – MA | Total                                    | 9.493   |
|    |                |       |        |     |                               | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 2.927   |
|    |                |       |        |     |                               | 1 a 3 anos                               | 3.192   |
|    |                |       |        |     |                               | 4 a 7 anos                               | 2.337   |
|    |                |       |        |     |                               | 8 a 10 anos                              | 566     |
|    |                |       |        |     |                               | 11 a 14 anos                             | 359     |
|    |                |       |        |     |                               | 15 anos ou mais                          | 23      |
|    |                |       |        |     |                               | Não determinados                         | 90      |
|    |                |       |        | 15. | Vila Nova dos Martírios – MA  | Total                                    | 5.802   |
|    |                |       |        |     |                               | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 1.991   |
|    |                |       |        |     |                               | 1 a 3 anos                               | 1.992   |
|    |                |       |        |     |                               | 4 a 7 anos                               | 1.358   |
|    |                |       |        |     |                               | 8 a 10 anos                              | 266     |
|    |                |       |        |     |                               | 11 a 14 anos                             | 102     |
|    |                |       |        |     |                               | 15 anos ou mais                          | -       |
|    |                |       |        |     |                               | Não determinados                         | 93      |
| 4. | Boa Vista – RR | Total | 55.473 | 16. | Boa Vista – RR                | Total                                    | 174.277 |

|    |                 |  |        |     |                 |  |         |
|----|-----------------|--|--------|-----|-----------------|--|---------|
|    |                 | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 19.660 |     |                 | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 25.568  |
|    |                 | 1 a 3 anos                               | 15.655 |     |                 | 1 a 3 anos                               | 29.338  |
|    |                 | 4 a 7 anos                               | 14.640 |     |                 | 4 a 7 anos                               | 50.570  |
|    |                 | 8 a 10 anos                              | 4.260  |     |                 | 8 a 10 anos                              | 34.293  |
|    |                 | 11 a 14 anos                             | 2.622  |     |                 | 11 a 14 anos                             | 27.322  |
|    |                 | 15 anos ou mais                          | 536    |     |                 | 15 anos ou mais                          | 4.804   |
|    |                 | Não determinados                         | 97     |     |                 | Não determinados                         | 2.382   |
|    |                 | Sem decla.                               | -      |     |                 |  |         |
|    |                 |  |        | 17. | Amajari – RR    | Total                                    | 4.398   |
|    |                 |  |        |     |                 | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 1.645   |
|    |                 |  |        |     |                 | 1 a 3 anos                               | 1.108   |
|    |                 |  |        |     |                 | 4 a 7 anos                               | 1.200   |
|    |                 |  |        |     |                 | 8 a 10 anos                              | 256     |
|    |                 |  |        |     |                 | 11 a 14 anos                             | 130     |
|    |                 |  |        |     |                 | 15 anos ou mais                          | 31      |
|    |                 |  |        |     |                 | Não determinados                         | 29      |
|    |                 |  |        | 18. | Pacaraima – RR  | Total                                    | 5.782   |
|    |                 |  |        |     |                 | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 1.531   |
|    |                 |  |        |     |                 | 1 a 3 anos                               | 1.270   |
|    |                 |  |        |     |                 | 4 a 7 anos                               | 1.704   |
|    |                 |  |        |     |                 | 8 a 10 anos                              | 825     |
|    |                 |  |        |     |                 | 11 a 14 anos                             | 331     |
|    |                 |  |        |     |                 | 15 anos ou mais                          | 63      |
|    |                 |  |        |     |                 | Não determinados                         | 58      |
|    |                 |  |        | 19. | Uiramutã – RR   | Total                                    | 4.670   |
|    |                 |  |        |     |                 | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 2.004   |
|    |                 |  |        |     |                 | 1 a 3 anos                               | 1.280   |
|    |                 |  |        |     |                 | 4 a 7 anos                               | 1.030   |
|    |                 |  |        |     |                 | 8 a 10 anos                              | 250     |
|    |                 |  |        |     |                 | 11 a 14 anos                             | 68      |
|    |                 |  |        |     |                 | 15 anos ou mais                          | 9       |
|    |                 |  |        |     |                 | Não determinados                         | 29      |
| 5. | Rio Branco – AC | Total                                    | 97.840 | 20. | Rio Branco – AC | Total                                    | 221.864 |
|    |                 | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 41.819 |     |                 | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 43.817  |
|    |                 | 1 a 3 anos                               | 20.763 |     |                 | 1 a 3 anos                               | 42.128  |
|    |                 | 4 a 7 anos                               | 22.258 |     |                 | 4 a 7 anos                               | 62.778  |
|    |                 | 8 a 10 anos                              | 6.857  |     |                 | 8 a 10 anos                              | 32.859  |
|    |                 | 11 a 14 anos                             | 4.467  |     |                 | 11 a 14 anos                             | 29.382  |
|    |                 | 15 anos ou mais                          | 1.430  |     |                 | 15 anos ou mais                          | 6.713   |
|    |                 | Não determinados                         | 246    |     |                 | Não determinados                         | 4.186   |
|    |                 | Sem decla.                               | -      |     |                 |  |         |
|    |                 |  |        | 21. | Bujari – AC     | Total                                    | 4.968   |
|    |                 |  |        |     |                 | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 2.009   |

|    |                      |  |        |                 |  |  |        |
|----|----------------------|--|--------|-----------------|--|--|--------|
|    |                      |  |        |                 | 1 a 3 anos                               | 1.112                                    |        |
|    |                      |  |        |                 | 4 a 7 anos                               | 1.150                                    |        |
|    |                      |  |        |                 | 8 a 10 anos                              | 343                                      |        |
|    |                      |  |        |                 | 11 a 14 anos                             | 188                                      |        |
|    |                      |  |        |                 | 15 anos ou mais                          | 39                                       |        |
|    |                      |  |        |                 | Não determinados                         | 127                                      |        |
|    |                      |  |        |                 |  |  |        |
|    |                      |  | 22.    | Capixaba – AC   | Total                                    | 4.415                                    |        |
|    |                      |  |        |                 | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 2.082                                    |        |
|    |                      |  |        |                 | 1 a 3 anos                               | 1.226                                    |        |
|    |                      |  |        |                 | 4 a 7 anos                               | 704                                      |        |
|    |                      |  |        |                 | 8 a 10 anos                              | 268                                      |        |
|    |                      |  |        |                 | 11 a 14 anos                             | 62                                       |        |
|    |                      |  |        |                 | 15 anos ou mais                          | 13                                       |        |
|    |                      |  |        |                 | Não determinados                         | 61                                       |        |
|    |                      |  |        |                 |  |  |        |
|    |                      |  | 23.    | Porto Acre – AC | Total                                    | 9.819                                    |        |
|    |                      |  |        |                 | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 3.440                                    |        |
|    |                      |  |        |                 | 1 a 3 anos                               | 2.500                                    |        |
|    |                      |  |        |                 | 4 a 7 anos                               | 2.577                                    |        |
|    |                      |  |        |                 | 8 a 10 anos                              | 870                                      |        |
|    |                      |  |        |                 | 11 a 14 anos                             | 163                                      |        |
|    |                      |  |        |                 | 15 anos ou mais                          | 42                                       |        |
|    |                      |  |        |                 | Não determinados                         | 229                                      |        |
|    |                      |  |        |                 |  |  |        |
| 6. | Cruzeiro do Sul – AC | Total                                    | 40.140 | 24.             | Cruzeiro do Sul – AC                     | Total                                    | 57.390 |
|    |                      | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 25.163 |                 |  | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 16.467 |
|    |                      | 1 a 3 anos                               | 7.690  |                 |  | 1 a 3 anos                               | 13.787 |
|    |                      | 4 a 7 anos                               | 5.716  |                 |  | 4 a 7 anos                               | 14.475 |
|    |                      | 8 a 10 anos                              | 1.020  |                 |  | 8 a 10 anos                              | 6.571  |
|    |                      | 11 a 14 anos                             | 465    |                 |  | 11 a 14 anos                             | 4.701  |
|    |                      | 15 anos ou mais                          | 84     |                 |  | 15 anos ou mais                          | 481    |
|    |                      | Não determinados                         | 16     |                 |  | Não determinados                         | 907    |
|    |                      | Sem decla.                               | -      |                 |  |  |        |
|    |                      |  |        | 25.             | Marechal Thaumaturgo – AC                | Total                                    | 6.745  |
|    |                      |  |        |                 |  | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 3.619  |
|    |                      |  |        |                 |  | 1 a 3 anos                               | 1.722  |
|    |                      |  |        |                 |  | 4 a 7 anos                               | 973    |
|    |                      |  |        |                 |  | 8 a 10 anos                              | 279    |
|    |                      |  |        |                 |  | 11 a 14 anos                             | 74     |
|    |                      |  |        |                 |  | 15 anos ou mais                          | -      |
|    |                      |  |        |                 |  | Não determinados                         | 79     |
|    |                      |  |        |                 |  |  |        |
|    |                      |  |        | 26.             | Porto Walter – AC                        | Total                                    | 4.467  |
|    |                      |  |        |                 |  | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 2.351  |
|    |                      |  |        |                 |  | 1 a 3 anos                               | 1.048  |
|    |                      |  |        |                 |  | 4 a 7 anos                               | 659    |
|    |                      |  |        |                 |  | 8 a 10 anos                              | 276    |

|    |                    |  |        |                      |                        |  |         |
|----|--------------------|--|--------|----------------------|------------------------|--|---------|
|    |                    |  |        |                      |                        | 11 a 14 anos                             | 111     |
|    |                    |  |        |                      |                        | 15 anos ou mais                          | -       |
|    |                    |  |        |                      |                        | Não determinados                         | 23      |
|    |                    |  | 27.    | Rodrigues Alves – AC |                        | Total                                    | 221.864 |
|    |                    |  |        |                      |                        | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 43.817  |
|    |                    |  |        |                      |                        | 1 a 3 anos                               | 42.128  |
|    |                    |  |        |                      |                        | 4 a 7 anos                               | 62.778  |
|    |                    |  |        |                      |                        | 8 a 10 anos                              | 32.859  |
|    |                    |  |        |                      |                        | 11 a 14 anos                             | 29.382  |
|    |                    |  |        |                      |                        | 15 anos ou mais                          | 6.713   |
|    |                    |  |        |                      |                        | Não determinados                         | 4.186   |
| 7. | Careiro – AM       | Total                                    | 28.479 | 28.                  | Careiro – AM           | Total                                    | 24.099  |
|    |                    | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 17.715 |                      |                        | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 8.100   |
|    |                    | 1 a 3 anos                               | 7.971  |                      |                        | 1 a 3 anos                               | 7.337   |
|    |                    | 4 a 7 anos                               | 2.497  |                      |                        | 4 a 7 anos                               | 6.949   |
|    |                    | 8 a 10 anos                              | 186    |                      |                        | 8 a 10 anos                              | 950     |
|    |                    | 11 a 14 anos                             | 55     |                      |                        | 11 a 14 anos                             | 519     |
|    |                    | 15 anos ou mais                          | 50     |                      |                        | 15 anos ou mais                          | 22      |
|    |                    | Não determinados                         | 5      |                      |                        | Não determinados                         | 222     |
|    |                    |  |        | 29.                  | Careiro da Várzea – AM | Total                                    | 15.042  |
|    |                    |  |        |                      |                        | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 4.275   |
|    |                    |  |        |                      |                        | 1 a 3 anos                               | 4.846   |
|    |                    |  |        |                      |                        | 4 a 7 anos                               | 4.579   |
|    |                    |  |        |                      |                        | 8 a 10 anos                              | 742     |
|    |                    |  |        |                      |                        | 11 a 14 anos                             | 494     |
|    |                    |  |        |                      |                        | 15 anos ou mais                          | 10      |
|    |                    |  |        |                      |                        | Não determinados                         | 95      |
| 8. | Ipixuna – AM       | Total                                    | 15.139 | 30.                  | Ipixuna – AM           | Total                                    | 11.778  |
|    |                    | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 12.702 |                      |                        | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 5.894   |
|    |                    | 1 a 3 anos                               | 1.698  |                      |                        | 1 a 3 anos                               | 3.134   |
|    |                    | 4 a 7 anos                               | 694    |                      |                        | 4 a 7 anos                               | 2.054   |
|    |                    | 8 a 10 anos                              | 40     |                      |                        | 8 a 10 anos                              | 353     |
|    |                    | 11 a 14 anos                             | -      |                      |                        | 11 a 14 anos                             | 213     |
|    |                    | 15 anos ou mais                          | -      |                      |                        | 15 anos ou mais                          | 12      |
|    |                    | Não determinados                         | 5      |                      |                        | Não determinados                         | 118     |
|    |                    |  |        | 31.                  | Guajará - AM           | Total                                    | 10.810  |
|    |                    |  |        |                      |                        | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 5.876   |
|    |                    |  |        |                      |                        | 1 a 3 anos                               | 2.406   |
|    |                    |  |        |                      |                        | 4 a 7 anos                               | 1.691   |
|    |                    |  |        |                      |                        | 8 a 10 anos                              | 514     |
|    |                    |  |        |                      |                        | 11 a 14 anos                             | 211     |
|    |                    |  |        |                      |                        | 15 anos ou mais                          | 6       |
|    |                    |  |        |                      |                        | Não determinados                         | 107     |
| 9. | Novo Aripuanã - AM | Total                                    | 8.347  | 32.                  | Novo Aripuanã - AM     | Total                                    | 14.380  |

|     |                     |  |        |     |                     |  |        |
|-----|---------------------|--|--------|-----|---------------------|--|--------|
|     |                     | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 4.892  |     |                     | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 5.310  |
|     |                     | 1 a 3 anos                               | 2.086  |     |                     | 1 a 3 anos                               | 4.399  |
|     |                     | 4 a 7 anos                               | 1.068  |     |                     | 4 a 7 anos                               | 3.301  |
|     |                     | 8 a 10 anos                              | 86     |     |                     | 8 a 10 anos                              | 695    |
|     |                     | 11 a 14 anos                             | 16     |     |                     | 11 a 14 anos                             | 539    |
|     |                     | 15 anos ou mais                          | -      |     |                     | 15 anos ou mais                          | 78     |
|     |                     | Não determinados                         | 199    |     |                     | Não determinados                         | 58     |
|     |                     |  |        | 33. | Apuí – AM           | Total                                    | 11.659 |
|     |                     |  |        |     |                     | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 3.048  |
|     |                     |  |        |     |                     | 1 a 3 anos                               | 3.796  |
|     |                     |  |        |     |                     | 4 a 7 anos                               | 3.496  |
|     |                     |  |        |     |                     | 8 a 10 anos                              | 681    |
|     |                     |  |        |     |                     | 11 a 14 anos                             | 464    |
|     |                     |  |        |     |                     | 15 anos ou mais                          | 30     |
|     |                     |  |        |     |                     | Não determinados                         | 144    |
| 10. | Tocantinópolis – TO | Total                                    | 23.170 | 34. | Tocantinópolis – TO | Total                                    | 20.120 |
|     |                     | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 12.181 |     |                     | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 3.931  |
|     |                     | 1 a 3 anos                               | 6.479  |     |                     | 1 a 3 anos                               | 4.967  |
|     |                     | 4 a 7 anos                               | 3.642  |     |                     | 4 a 7 anos                               | 5.708  |
|     |                     | 8 a 10 anos                              | 553    |     |                     | 8 a 10 anos                              | 2.660  |
|     |                     | 11 a 14 anos                             | 270    |     |                     | 11 a 14 anos                             | 2.164  |
|     |                     | 15 anos ou mais                          | 45     |     |                     | 15 anos ou mais                          | 356    |
|     |                     | Não determinados                         | -      |     |                     | Não determinados                         | 335    |
|     |                     |  |        | 35. | Aguiarnópolis – TO  | Total                                    | 2.752  |
|     |                     |  |        |     |                     | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 702    |
|     |                     |  |        |     |                     | 1 a 3 anos                               | 794    |
|     |                     |  |        |     |                     | 4 a 7 anos                               | 887    |
|     |                     |  |        |     |                     | 8 a 10 anos                              | 206    |
|     |                     |  |        |     |                     | 11 a 14 anos                             | 158    |
|     |                     |  |        |     |                     | 15 anos ou mais                          | 5      |
|     |                     |  |        |     |                     | Não determinados                         | -      |
|     |                     |  |        | 36. | Cachoeirinha –TO    | Total                                    | 1.750  |
|     |                     |  |        |     |                     | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 333    |
|     |                     |  |        |     |                     | 1 a 3 anos                               | 459    |
|     |                     |  |        |     |                     | 4 a 7 anos                               | 689    |
|     |                     |  |        |     |                     | 8 a 10 anos                              | 142    |
|     |                     |  |        |     |                     | 11 a 14 anos                             | 66     |
|     |                     |  |        |     |                     | 15 anos ou mais                          | -      |
|     |                     |  |        |     |                     | Não determinados                         | 62     |
|     |                     |  |        | 37. | Darcinópolis – TO   | Total                                    | 3.732  |
|     |                     |  |        |     |                     | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 1.071  |
|     |                     |  |        |     |                     | 1 a 3 anos                               | 1.240  |
|     |                     |  |        |     |                     | 4 a 7 anos                               | 1.029  |
|     |                     |  |        |     |                     | 8 a 10 anos                              | 232    |
|     |                     |  |        |     |                     | 11 a 14 anos                             | 119    |

|     |                 |  |        |                   |  |  |        |
|-----|-----------------|--|--------|-------------------|--|--|--------|
|     |                 |  |        |                   | 15 anos ou mais                          | -  |        |
|     |                 |  |        |                   | Não determinados                         | 41                                       |        |
|     |                 |  | 38.    | Luzinópolis – TO  | Total                                    | 1.762                                    |        |
|     |                 |  |        |                   | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 415                                      |        |
|     |                 |  |        |                   | 1 a 3 anos                               | 498                                      |        |
|     |                 |  |        |                   | 4 a 7 anos                               | 565                                      |        |
|     |                 |  |        |                   | 8 a 10 anos                              | 152                                      |        |
|     |                 |  |        |                   | 11 a 14 anos                             | 113                                      |        |
|     |                 |  |        |                   | 15 anos ou mais                          | 3  |        |
|     |                 |  |        |                   | Não determinados                         | 16                                       |        |
|     |                 |  | 39.    | Maurilândia do TO | Total                                    | 2.505                                    |        |
|     |                 |  |        |                   | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 562                                      |        |
|     |                 |  |        |                   | 1 a 3 anos                               | 965                                      |        |
|     |                 |  |        |                   | 4 a 7 anos                               | 644                                      |        |
|     |                 |  |        |                   | 8 a 10 anos                              | 215                                      |        |
|     |                 |  |        |                   | 11 a 14 anos                             | 69                                       |        |
|     |                 |  |        |                   | 15 anos ou mais                          | -  |        |
|     |                 |  |        |                   | Não determinados                         | 50                                       |        |
|     |                 |  | 40.    | Palmeiras do TO   | Total                                    | 4.030                                    |        |
|     |                 |  |        |                   | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 991                                      |        |
|     |                 |  |        |                   | 1 a 3 anos                               | 1.304                                    |        |
|     |                 |  |        |                   | 4 a 7 anos                               | 1.178                                    |        |
|     |                 |  |        |                   | 8 a 10 anos                              | 322                                      |        |
|     |                 |  |        |                   | 11 a 14 anos                             | 177                                      |        |
|     |                 |  |        |                   | 15 anos ou mais                          | 9  |        |
|     |                 |  |        |                   | Não determinados                         | 49                                       |        |
| 11. | Diamantino – MT | Total                                    | 11.745 | 41.               | Diamantino – MT                          | Total                                    | 16.679 |
|     |                 | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 4.769  |                   |  | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 2.875  |
|     |                 | 1 a 3 anos                               | 2.876  |                   |  | 1 a 3 anos                               | 3.635  |
|     |                 | 4 a 7 anos                               | 2.966  |                   |  | 4 a 7 anos                               | 5.438  |
|     |                 | 8 a 10 anos                              | 678    |                   |  | 8 a 10 anos                              | 2.094  |
|     |                 | 11 a 14 anos                             | 344    |                   |  | 11 a 14 anos                             | 2.206  |
|     |                 | 15 anos ou mais                          | 112    |                   |  | 15 anos ou mais                          | 422    |
|     |                 | Não determinados                         | -      |                   |  | Não determinados                         | 9      |
|     |                 |  |        | 42.               | Brasnorte – MT                           | Total                                    | 8.611  |
|     |                 |  |        |                   |  | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 1.626  |
|     |                 |  |        |                   |  | 1 a 3 anos                               | 2.443  |
|     |                 |  |        |                   |  | 4 a 7 anos                               | 3.194  |
|     |                 |  |        |                   |  | 8 a 10 anos                              | 759    |
|     |                 |  |        |                   |  | 11 a 14 anos                             | 477    |
|     |                 |  |        |                   |  | 15 anos ou mais                          | 43     |
|     |                 |  |        |                   |  | Não determinados                         | 69     |
|     |                 |  |        | 43.               | Campo Novo do Parecis – MT               | Total                                    | 15.667 |
|     |                 |  |        |                   |  | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 2.326  |
|     |                 |  |        |                   |  | 1 a 3 anos                               | 3.731  |

|     |                |  |        |                         |  |  |        |
|-----|----------------|--|--------|-------------------------|--|--|--------|
|     |                |  |        |                         | 4 a 7 anos                               | 5.728                                    |        |
|     |                |  |        |                         | 8 a 10 anos                              | 1.947                                    |        |
|     |                |  |        |                         | 11 a 14 anos                             | 1.482                                    |        |
|     |                |  |        |                         | 15 anos ou mais                          | 364                                      |        |
|     |                |  |        |                         | Não determinados                         | 88                                       |        |
|     |                |  | 44.    | Lucas do Rio Verde – MT | Total                                    | 17.148                                   |        |
|     |                |  |        |                         | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 2.195                                    |        |
|     |                |  |        |                         | 1 a 3 anos                               | 3.100                                    |        |
|     |                |  |        |                         | 4 a 7 anos                               | 6.512                                    |        |
|     |                |  |        |                         | 8 a 10 anos                              | 2.717                                    |        |
|     |                |  |        |                         | 11 a 14 anos                             | 2.176                                    |        |
|     |                |  |        |                         | 15 anos ou mais                          | 413                                      |        |
|     |                |  |        |                         | Não determinados                         | 35                                       |        |
|     |                |  | 45.    | Nova Mutum – MT         | Total                                    | 13.126                                   |        |
|     |                |  |        |                         | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 1.847                                    |        |
|     |                |  |        |                         | 1 a 3 anos                               | 2.129                                    |        |
|     |                |  |        |                         | 4 a 7 anos                               | 5.003                                    |        |
|     |                |  |        |                         | 8 a 10 anos                              | 2.196                                    |        |
|     |                |  |        |                         | 11 a 14 anos                             | 1.603                                    |        |
|     |                |  |        |                         | 15 anos ou mais                          | 331                                      |        |
|     |                |  |        |                         | Não determinados                         | 17                                       |        |
|     |                |  | 46.    | Tapurah – MT            | Total                                    | 10.252                                   |        |
|     |                |  |        |                         | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 1.648                                    |        |
|     |                |  |        |                         | 1 a 3 anos                               | 2.220                                    |        |
|     |                |  |        |                         | 4 a 7 anos                               | 3.994                                    |        |
|     |                |  |        |                         | 8 a 10 anos                              | 1.359                                    |        |
|     |                |  |        |                         | 11 a 14 anos                             | 826                                      |        |
|     |                |  |        |                         | 15 anos ou mais                          | 179                                      |        |
|     |                |  |        |                         | Não determinados                         | 26                                       |        |
| 12. | Ariquemes – RO | Total                                    | 43.879 | 47.                     | Ariquemes – RO                           | Total                                    | 65.828 |
|     |                | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 21.862 |                         |  | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 12.179 |
|     |                | 1 a 3 anos                               | 12.743 |                         |  | 1 a 3 anos                               | 14.367 |
|     |                | 4 a 7 anos                               | 7.402  |                         |  | 4 a 7 anos                               | 22.978 |
|     |                | 8 a 10 anos                              | 1.071  |                         |  | 8 a 10 anos                              | 8.913  |
|     |                | 11 a 14 anos                             | 572    |                         |  | 11 a 14 anos                             | 5.883  |
|     |                | 15 anos ou mais                          | 141    |                         |  | 15 anos ou mais                          | 1.038  |
|     |                | Não determinados                         | 88     |                         |  | Não determinados                         | 470    |
|     |                |  |        | 48.                     | Alto Paraíso – RO                        | Total                                    | 11.565 |
|     |                |  |        |                         |  | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 2.980  |
|     |                |  |        |                         |  | 1 a 3 anos                               | 2.882  |
|     |                |  |        |                         |  | 4 a 7 anos                               | 4.464  |
|     |                |  |        |                         |  | 8 a 10 anos                              | 851    |
|     |                |  |        |                         |  | 11 a 14 anos                             | 314    |
|     |                |  |        |                         |  | 15 anos ou mais                          | 21     |
|     |                |  |        |                         |  | Não determinados                         | 53     |

|     |             |  |         |     |                         |  |        |
|-----|-------------|--|---------|-----|-------------------------|--|--------|
|     |             |  |         | 49. | Cacaulândia – RO        | Total                                    | 4.747  |
|     |             |  |         |     |                         | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 941    |
|     |             |  |         |     |                         | 1 a 3 anos                               | 1.363  |
|     |             |  |         |     |                         | 4 a 7 anos                               | 1.930  |
|     |             |  |         |     |                         | 8 a 10 anos                              | 314    |
|     |             |  |         |     |                         | 11 a 14 anos                             | 140    |
|     |             |  |         |     |                         | 15 anos ou mais                          | 27     |
|     |             |  |         |     |                         | Não determinados                         | 32     |
|     |             |  |         |     |                         |  |        |
|     |             |  |         | 50. | Monte Negro – RO        | Total                                    | 11.078 |
|     |             |  |         |     |                         | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 2.839  |
|     |             |  |         |     |                         | 1 a 3 anos                               | 2.845  |
|     |             |  |         |     |                         | 4 a 7 anos                               | 4.081  |
|     |             |  |         |     |                         | 8 a 10 anos                              | 799    |
|     |             |  |         |     |                         | 11 a 14 anos                             | 398    |
|     |             |  |         |     |                         | 15 anos ou mais                          | 65     |
|     |             |  |         |     |                         | Não determinados                         | 50     |
|     |             |  |         |     |                         |  |        |
|     |             |  |         | 51. | Rio Crespo – RO         | Total                                    | 2.634  |
|     |             |  |         |     |                         | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 670    |
|     |             |  |         |     |                         | 1 a 3 anos                               | 696    |
|     |             |  |         |     |                         | 4 a 7 anos                               | 937    |
|     |             |  |         |     |                         | 8 a 10 anos                              | 177    |
|     |             |  |         |     |                         | 11 a 14 anos                             | 123    |
|     |             |  |         |     |                         | 15 anos ou mais                          | 23     |
|     |             |  |         |     |                         | Não determinados                         | 8      |
|     |             |  |         |     |                         |  |        |
|     |             |  |         | 52. | Machadinho d'Oeste – RO | Total                                    | 20.054 |
|     |             |  |         |     |                         | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 4.845  |
|     |             |  |         |     |                         | 1 a 3 anos                               | 5.687  |
|     |             |  |         |     |                         | 4 a 7 anos                               | 6.940  |
|     |             |  |         |     |                         | 8 a 10 anos                              | 1.599  |
|     |             |  |         |     |                         | 11 a 14 anos                             | 807    |
|     |             |  |         |     |                         | 15 anos ou mais                          | 96     |
|     |             |  |         |     |                         | Não determinados                         | 80     |
|     |             |  |         |     |                         |  |        |
| 13. | Macapá – AP | Total                                    | 127.602 | 53. | Macapá - AP             | Total                                    | 6.050  |
|     |             | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 45.241  |     |                         | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 1.349  |
|     |             | 1 a 3 anos                               | 31.276  |     |                         | 1 a 3 anos                               | 1.765  |
|     |             | 4 a 7 anos                               | 33.766  |     |                         | 4 a 7 anos                               | 1.819  |
|     |             | 8 a 10 anos                              | 9.949   |     |                         | 8 a 10 anos                              | 607    |
|     |             | 11 a 14 anos                             | 6.325   |     |                         | 11 a 14 anos                             | 374    |
|     |             | 15 anos ou mais                          | 1.032   |     |                         | 15 anos ou mais                          | 35     |
|     |             | Não determinados                         | 13      |     |                         | Não determinados                         | 101    |
|     |             |  |         |     |                         |  |        |
|     |             |  |         | 54. | Cutias – AP             | Total                                    | 2.760  |
|     |             |  |         |     |                         | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 717    |
|     |             |  |         |     |                         | 1 a 3 anos                               | 678    |
|     |             |  |         |     |                         | 4 a 7 anos                               | 940    |
|     |             |  |         |     |                         | 8 a 10 anos                              | 296    |
|     |             |  |         |     |                         | 11 a 14 anos                             | 109    |

|  |  |  |     |                         |  |        |
|--|--|--|-----|-------------------------|--|--------|
|  |  |  |     |                         | 15 anos ou mais                          | 8      |
|  |  |  |     |                         | Não determinados                         | 13     |
|  |  |  | 55. | Ferreira Gomes - AP     | Total                                    | 3.012  |
|  |  |  |     |                         | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 668    |
|  |  |  |     |                         | 1 a 3 anos                               | 907    |
|  |  |  |     |                         | 4 a 7 anos                               | 725    |
|  |  |  |     |                         | 8 a 10 anos                              | 370    |
|  |  |  |     |                         | 11 a 14 anos                             | 316    |
|  |  |  |     |                         | 15 anos ou mais                          | 13     |
|  |  |  |     |                         | Não determinados                         | 14     |
|  |  |  | 56. | Itaubal - AP            | Total                                    | 2.418  |
|  |  |  |     |                         | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 608    |
|  |  |  |     |                         | 1 a 3 anos                               | 818    |
|  |  |  |     |                         | 4 a 7 anos                               | 671    |
|  |  |  |     |                         | 8 a 10 anos                              | 150    |
|  |  |  |     |                         | 11 a 14 anos                             | 106    |
|  |  |  |     |                         | 15 anos ou mais                          | 7      |
|  |  |  |     |                         | Não determinados                         | 58     |
|  |  |  | 57. | Pedra branca do amapari | Total                                    | 3.339  |
|  |  |  |     |                         | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 1.094  |
|  |  |  |     |                         | 1 a 3 anos                               | 1.008  |
|  |  |  |     |                         | 4 a 7 anos                               | 735    |
|  |  |  |     |                         | 8 a 10 anos                              | 268    |
|  |  |  |     |                         | 11 a 14 anos                             | 217    |
|  |  |  |     |                         | 15 anos ou mais                          | -      |
|  |  |  |     |                         | Não determinados                         | 17     |
|  |  |  | 58. | Porto Grande – AP       | Total                                    | 9.400  |
|  |  |  |     |                         | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 2.382  |
|  |  |  |     |                         | 1 a 3 anos                               | 2.367  |
|  |  |  |     |                         | 4 a 7 anos                               | 2.713  |
|  |  |  |     |                         | 8 a 10 anos                              | 1.280  |
|  |  |  |     |                         | 11 a 14 anos                             | 536    |
|  |  |  |     |                         | 15 anos ou mais                          | 93     |
|  |  |  |     |                         | Não determinados                         | 28     |
|  |  |  | 59. | Santana – AP            | Total                                    | 69.003 |
|  |  |  |     |                         | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 14.462 |
|  |  |  |     |                         | 1 a 3 anos                               | 15.525 |
|  |  |  |     |                         | 4 a 7 anos                               | 19.032 |
|  |  |  |     |                         | 8 a 10 anos                              | 9.925  |
|  |  |  |     |                         | 11 a 14 anos                             | 8.139  |
|  |  |  |     |                         | 15 anos ou mais                          | 729    |
|  |  |  |     |                         | Não determinados                         | 1.191  |
|  |  |  | 60. | Serra do Navio - AP     | Total                                    | 2.786  |
|  |  |  |     |                         | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 544    |
|  |  |  |     |                         | 1 a 3 anos                               | 698    |

|  |  |  |     |                      |  |       |
|--|--|--|-----|----------------------|--|-------|
|  |  |  |     |                      | 4 a 7 anos                               | 773   |
|  |  |  |     |                      | 8 a 10 anos                              | 384   |
|  |  |  |     |                      | 11 a 14 anos                             | 318   |
|  |  |  |     |                      | 15 anos ou mais                          | 32    |
|  |  |  |     |                      | Não determinados                         | 37    |
|  |  |  | 61. | Tartarugalzinho - AP | Total                                    | 5.840 |
|  |  |  |     |                      | Sem instrução e menos de 1 ano de estudo | 1.552 |
|  |  |  |     |                      | 1 a 3 anos                               | 1.865 |
|  |  |  |     |                      | 4 a 7 anos                               | 1.702 |
|  |  |  |     |                      | 8 a 10 anos                              | 402   |
|  |  |  |     |                      | 11 a 14 anos                             | 208   |
|  |  |  |     |                      | 15 anos ou mais                          | 21    |
|  |  |  |     |                      | Não determinados                         | 90    |

Fonte: Censo Demográfico 1980 e 2000

## ANEXO K

MODELO DE CÁLCULO PARA SE CHEGAR ÀS PORCENTAGENS USADAS NA ANÁLISE DOS INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA NOS MUNICÍPIOS FOCO DO ESTUDO DE CASO

### Município de Origem

1. São João do Araguaia (PA)

População Total - 1980

- 36.170 habitantes

### Renda

Etapa 1:

- Soma dos valores das 3 classes de renda

14.933 (Sem Rendimento) <sup>(2)</sup>  
3.019 (1 Salário Mínimo) <sup>(2)</sup>  
+ 4.751 (1 a 3 Salários Mínimos) <sup>(2)</sup>  
22.703

Etapa 2:

$14.933 \div 22.703 = 0,6577$

$3.019 \div 22.703 = 0,1329$

$4.751 \div 22.703 = 0,2092$

66% - 14.933 (Sem Rendimento) \_\_\_\_\_  
13% - 3.019 (1 Salário Mínimo) \_\_\_\_\_  
21% - 4.751 (1 a 3 Salários Mínimos) \_\_\_\_\_

### Municípios Novos

População Total - 2000

12.247 hab. (São João do Araguaia)

13.106 hab. (Bom Jesus)

7.464 hab. (Brejo Grande)

+ 20.005 hab. (São Domingos)

52.822 hab.

### Renda

Etapa 1:

- Valor de todas as classes de rendimento em cada um dos novos municípios <sup>(1)</sup>

8.883 (São João do Araguaia)

9.743 (Bom Jesus)

5.473 (Brejo Grande)

14.642 (São Domingos)

Etapa 2:

- Total da soma das 3 classes de rendimento selecionadas (Sem Rendimento, Até 1 Salário Mínimo, 1 a 3 Salários Mínimos) em todos os novos os municípios <sup>(2)</sup>

21.417 (Soma dos Sem Rendimento em todos os municípios novos: São João do Araguaia, Bom Jesus, Brejo Grande, São Domingos)

9.164 (Soma dos Até 1 salário Mínimo em todos os municípios novos: São João do Araguaia, Bom Jesus, Brejo Grande, São Domingos)

+5.851 (Soma dos Mais de 1 a 3 salários Mínimos em todos os municípios novos: São João, Bom Jesus, Brejo Grande, São Domingos)

36.432

Etapa 3:

$21.417 \div 36.432 = 0,5878$

$9.164 \div 36.432 = 0,2515$

$5.851 \div 36.432 = 0,1606$

21.417 (Sem Rendimento) – 59% <sup>(3)</sup>

9.164 (1 Salário Mínimo) – 25%

5.851 (1 a 3 Salários Mínimos) – 16%

(1) Dados Anexo G.

(2) Dados Anexo I.

(3) Porcentagens apresentadas no capítulo 8.

## ANEXO L

### MUNICÍPIOS DA AMAZÔNIA LEGAL FOCO DO ESTUDO DE CASO CLASSIFICADOS POR POPULAÇÃO TOTAL

|     |    | <b>Municípios</b>             | <b>População Total</b> | <b>População Urbana</b> | <b>Grau de Urbanização</b> |
|-----|----|-------------------------------|------------------------|-------------------------|----------------------------|
| 1.  | TO | Luzinópolis.....              | 2.021                  | 1.327                   | 65,6                       |
| 2.  | TO | Cachoeirinha.....             | 2.023                  | 1.765                   | 87,2                       |
| 3.  | TO | Maurilândia do Tocantins..... | 2.854                  | 1.579                   | 55,3                       |
| 4.  | AP | Itaubal.....                  | 2.894                  | 1.156                   | 39,9                       |
| 5.  | RO | Rio Crespo.....               | 2.937                  | 2.070                   | 29,5                       |
| 6.  | TO | Aguiarnópolis.....            | 3.145                  | 2.304                   | 73,2                       |
| 7.  | AP | Cutias.....                   | 3.280                  | 1.442                   | 44                         |
| 8.  | AP | Serra do Navio.....           | 3.293                  | 1.216                   | 36,9                       |
| 9.  | AP | Ferreira Gomes.....           | 3.562                  | 2.523                   | 70,8                       |
| 10. | AP | Pedra Branca do Amaparí.....  | 4.009                  | 1.364                   | 34                         |
| 11. | TO | Darcinópolis.....             | 4.273                  | 2.372                   | 55,5                       |
| 12. | TO | Palmeiras do Tocantins.....   | 4.622                  | 2.497                   | 54                         |
| 13. | AC | Capixaba.....                 | 5.206                  | 1.521                   | 29,2                       |
| 14. | RR | Amajari.....                  | 5.294                  | 799                     | 15,1                       |
| 15. | RO | Cacaulândia.....              | 5.372                  | 3.522                   | 34,4                       |
| 16. | AC | Porto Walter.....             | 5.485                  | 1.441                   | 26,8                       |
| 17. | RR | Uiramutã.....                 | 5.802                  | 525                     | 09,0                       |
| 18. | AC | Bujari.....                   | 5.826                  | 1.628                   | 27,9                       |
| 19. | MA | Vila Nova dos Martírios.....  | 6.705                  | 3.108                   | 46,3                       |
| 20. | RR | Pacaraima.....                | 6.990                  | 2.760                   | 39,5                       |
| 21. | MA | São Francisco do Brejão.....  | 7.062                  | 3.833                   | 54,3                       |
| 22. | AP | Tartarugalzinho.....          | 7.121                  | 3.483                   | 48,9                       |
| 23. | PA | Brejo Grande do Araguaia..... | 7.464                  | 4.255                   | 57                         |
| 24. | AC | Rodrigues Alves.....          | 8.093                  | 2.632                   | 32,5                       |
| 25. | AC | Marechal Thaumaturgo.....     | 8.295                  | 985                     | 11,9                       |
| 26. | MT | Brasnorte.....                | 9.815                  | 6.260                   | 63,8                       |
| 27. | MA | Governador Edison Lobão.....  | 10.891                 | 3.867                   | 35,5                       |
| 28. | MA | São Pedro da Água Branca..... | 10.927                 | 9.459                   | 86,7                       |
| 29. | AP | Porto Grande.....             | 11.042                 | 7.374                   | 66,8                       |
| 30. | AC | Porto Acre.....               | 11.418                 | 1.293                   | 11,3                       |
| 31. | MT | Tapurah.....                  | 11.561                 | 4.198                   | 36,3                       |
| 32. | MA | Cidelândia.....               | 11.816                 | 4.623                   | 39,1                       |
| 33. | PA | São João do Araguaia.....     | 12.247                 | 2.413                   | 19,7                       |
| 34. | MA | Davinópolis.....              | 12.275                 | 10.231                  | 83,3                       |
| 35. | RO | Monte Negro.....              | 12.627                 | 6.905                   | 45,3                       |
| 36. | PA | Bom Jesus do Tocantins.....   | 13.106                 | 6.180                   | 47,1                       |
| 37. | RO | Alto Paraíso.....             | 13.118                 | 9.082                   | 30,8                       |

|     |    |                               |         |         |      |
|-----|----|-------------------------------|---------|---------|------|
| 38. | AM | Guajará.....                  | 13.220  | 6.220   | 47   |
| 39. | AM | Apuí.....                     | 13.864  | 6.126   | 44,2 |
| 40. | PA | Trairão.....                  | 14.042  | 3.008   | 21,4 |
| 41. | AM | Ipixuna.....                  | 14.759  | 5.765   | 39,1 |
| 42. | MT | Nova Mutum.....               | 14.818  | 10.376  | 70   |
| 43. | AM | Novo Aripuanã.....            | 17.119  | 9.054   | 52,9 |
| 44. | AM | Careiro da Várzea.....        | 17.267  | 806     | 04,4 |
| 45. | MT | Campo Novo do Parecis.....    | 17.638  | 14.713  | 83,4 |
| 46. | MT | Diamantino.....               | 18.580  | 14.316  | 77   |
| 47. | MT | Lucas do Rio Verde.....       | 19.316  | 16.145  | 83,6 |
| 48. | PA | São Domingos do Araguaia..... | 20.005  | 10.878  | 54,4 |
| 49. | RO | Machadinho d' Oeste.....      | 22.739  | 10.981  | 48,3 |
| 50. | TO | Tocantinópolis.....           | 22.777  | 18.878  | 67,9 |
| 51. | PA | Jacareacanga.....             | 24.024  | 5.670   | 23,6 |
| 52. | PA | Novo Progresso                | 24.948  | 9.628   | 38,6 |
| 53. | AM | Careiro.....                  | 27.554  | 5.877   | 21,3 |
| 54. | AC | Cruzeiro do Sul.....          | 67.441  | 38.971  | 57,8 |
| 55. | RO | Ariquemes.....                | 74.503  | 19.385  | 74   |
| 56. | AP | Santana.....                  | 80.439  | 75.849  | 94,3 |
| 57. | PA | Itaituba.....                 | 94.750  | 64.486  | 68   |
| 58. | RR | Boa Vista.....                | 200.568 | 197.098 | 98,3 |
| 59. | MA | Imperatriz.....               | 230.566 | 218.673 | 94,5 |
| 60. | AC | Rio Branco.....               | 253.059 | 226.298 | 89,4 |
| 61. | AP | Macapá.....                   | 283.308 | 270.628 | 93,9 |

Fonte: Censo Demográfico – IBGE (2000)

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

## ANEXO M

### MUNICÍPIOS DA AMAZÔNIA LEGAL FOCO DO ESTUDO DE CASO CLASSIFICADOS POR GRAU DE URBANIZAÇÃO

|     |    | <b>Municípios</b>             | <b>Total</b> | <b>Urbana</b> | <b>Grau de Urbanização</b> |
|-----|----|-------------------------------|--------------|---------------|----------------------------|
| 1.  | RR | Boa Vista.....                | 200.568      | 197.098       | 98,3                       |
| 2.  | MA | Imperatriz.....               | 230.566      | 218.673       | 94,5                       |
| 3.  | AP | Santana.....                  | 80.439       | 75.849        | 94,3                       |
| 4.  | AP | Macapá.....                   | 283.308      | 270.628       | 93,9                       |
| 5.  | AC | Rio Branco.....               | 253.059      | 226.298       | 89,4                       |
| 6.  | TO | Cachoeirinha.....             | 2.023        | 1.765         | 87,2                       |
| 7.  | MA | São Pedro da Água Branca..... | 10.927       | 9.459         | 86,7                       |
| 8.  | MT | Lucas do Rio Verde.....       | 19.316       | 16.145        | 83,6                       |
| 9.  | MT | Campo Novo do Parecis.....    | 17.638       | 14.713        | 83,4                       |
| 10. | MA | Davinópolis.....              | 12.275       | 10.231        | 83,3                       |
| 11. | MT | Diamantino.....               | 18.580       | 14.316        | 77                         |
| 12. | RO | Ariquemes.....                | 74.503       | 19.385        | 74                         |
| 13. | TO | Aguiarnópolis.....            | 3.145        | 2.304         | 73,2                       |
| 14. | AP | Ferreira Gomes.....           | 3.562        | 2.523         | 70,8                       |
| 15. | MT | Nova Mutum.....               | 14.818       | 10.376        | 70                         |
| 16. | PA | Itaituba.....                 | 94.750       | 64.486        | 68                         |
| 17. | TO | Tocantinópolis.....           | 22.777       | 18.878        | 67,9                       |
| 18. | AP | Porto Grande.....             | 11.042       | 7.374         | 66,8                       |
| 19. | TO | Luzinópolis.....              | 2.021        | 1.327         | 65,6                       |
| 20. | MT | Brasnorte.....                | 9.815        | 6.260         | 63,8                       |
| 21. | AC | Cruzeiro do Sul.....          | 67.441       | 38.971        | 57,8                       |
| 22. | PA | Brejo Grande do Araguaia..... | 7.464        | 4.255         | 57                         |
| 23. | TO | Darcinópolis.....             | 4.273        | 2.372         | 55,5                       |
| 24. | TO | Maurilândia do Tocantins..... | 2.854        | 1.579         | 55,3                       |
| 25. | PA | São Domingos do Araguaia..... | 20.005       | 10.878        | 54,4                       |
| 26. | MA | São Francisco do Brejão.....  | 7.062        | 3.833         | 54,3                       |
| 27. | TO | Palmeiras do Tocantins.....   | 4.622        | 2.497         | 54                         |
| 28. | AM | Novo Aripuanã.....            | 17.119       | 9.054         | 52,9                       |
| 29. | AP | Tartarugalzinho.....          | 7.121        | 3.483         | 48,9                       |
| 30. | RO | Machadinho d' Oeste.....      | 22.739       | 10.981        | 48,3                       |
| 31. | PA | Bom Jesus do Tocantins.....   | 13.106       | 6.180         | 47,1                       |
| 32. | AM | Guajará.....                  | 13.220       | 6.220         | 47                         |
| 33. | MA | Vila Nova dos Martírios.....  | 6.705        | 3.108         | 46,3                       |
| 34. | RO | Monte Negro.....              | 12.627       | 6.905         | 45,3                       |
| 35. | AM | Apuí.....                     | 13.864       | 6.126         | 44,2                       |
| 36. | AP | Cutias.....                   | 3.280        | 1.442         | 44                         |
| 37. | AP | Itaubal.....                  | 2.894        | 1.156         | 39,9                       |

|     |    |                              |        |       |      |
|-----|----|------------------------------|--------|-------|------|
| 38. | RR | Pacaraima.....               | 6.990  | 2.760 | 39,5 |
| 39. | AM | Ipixuna.....                 | 14.759 | 5.765 | 39,1 |
| 40. | MA | Cidelândia.....              | 11.816 | 4.623 | 39,1 |
| 41. | PA | Novo Progresso               | 24.948 | 9.628 | 38,6 |
| 42. | AP | Serra do Navio.....          | 3.293  | 1.216 | 36,9 |
| 43. | MT | Tapurah.....                 | 11.561 | 4.198 | 36,3 |
| 44. | MA | Governador Edison Lobão..... | 10.891 | 3.867 | 35,5 |
| 45. | RO | Cacaulândia.....             | 5.372  | 3.522 | 34,4 |
| 46. | AP | Pedra Branca do Amapari..... | 4.009  | 1.364 | 34   |
| 47. | AC | Rodrigues Alves.....         | 8.093  | 2.632 | 32,5 |
| 48. | RO | Alto Paraíso.....            | 13.118 | 9.082 | 30,8 |
| 49. | RO | Rio Crespo.....              | 2.937  | 2.070 | 29,5 |
| 50. | AC | Capixaba.....                | 5.206  | 1.521 | 29,2 |
| 51. | AC | Bujari.....                  | 5.826  | 1.628 | 27,9 |
| 52. | AC | Porto Walter.....            | 5.485  | 1.441 | 26,8 |
| 53. | PA | Jacareacanga.....            | 24.024 | 5.670 | 23,6 |
| 54. | PA | Trairão.....                 | 14.042 | 3.008 | 21,4 |
| 55. | AM | Careiro.....                 | 27.554 | 5.877 | 21,3 |
| 56. | PA | São João do Araguaia.....    | 12.247 | 2.413 | 19,7 |
| 57. | RR | Amajari.....                 | 5.294  | 799   | 15,1 |
| 58. | AC | Marechal Thaumaturgo.....    | 8.295  | 985   | 11,9 |
| 59. | AC | Porto Acre.....              | 11.418 | 1.293 | 11,3 |
| 60. | RR | Uiramutã.....                | 5.802  | 525   | 09,0 |
| 61. | AM | Careiro da Várzea.....       | 17.267 | 806   | 04,4 |

Fonte: Censo Demográfico - IBGE (2000)

Nota: Dados trabalhados pelo autor.